

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ivan Carlos Schwan

**MOVIMENTOS DA ABEM PARA A EDUCAÇÃO MUSICAL NO
BRASIL: IMAGINÁRIOS SOCIAIS EM CONSTRUÇÃO PELAS
NARRATIVAS DE PRESIDENTES**

Santa Maria, RS
2021

Ivan Carlos Schwan

**MOVIMENTOS DA ABEM PARA A EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL:
IMAGINÁRIOS SOCIAIS EM CONSTRUÇÃO PELAS NARRATIVAS DE
PRESIDENTES**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Educação**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Ribeiro Bellochio

Santa Maria, RS
2021

SCHWAN, Ivan Carlos

Movimentos da ABEM para a Educação Musical no Brasil:
imaginários sociais em construção pelas narrativas de
presidentes / Ivan Carlos SCHWAN.- 2021.

396 p.; 30 cm

Orientadora: Cláudia Ribeiro Bellochio

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2021

1. Educação Musical 2. ABEM 3. Imaginário Social 4.
Instituição 5. Narrativas Históricas I. Bellochio, Cláudia
Ribeiro II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, IVAN CARLOS SCHWAN, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Ivan Carlos Schwan

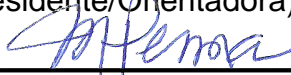
**MOVIMENTOS DA ABEM PARA A EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL:
IMAGINÁRIOS SOCIAIS EM CONSTRUÇÃO PELAS NARRATIVAS DE
PRESIDENTES**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Educação**.

Aprovado em 08 de setembro de 2021:



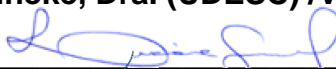
Cláudia Ribeiro Bellochio, Dra. (UFSM)/Vídeoconferência
(Presidente/Orientadora)



Maura Lúcia Fernandes Penna, Dra. (UFPB) /Vídeoconferência



Viviane Beineke, Dra. (UDESC) /Vídeoconferência



Luciane Wilke Freitas Garbosa, Dra. (UFSM) /Vídeoconferência



Valeska Maria Fortes de Oliveira, Dra. (UFSM) /Vídeoconferência

Santa Maria, RS

2021

Caminhar, movimentar, agradecer...

Movimento... termo que pode representar tantos conceitos diferentes... passagem de potência à ação, elemento que envolve a mudança de realidade, aquilo que mobiliza, o que apresenta diferentes caminhos e formas....

Caminhar também é movimentar, deslocar, desacomodar, mudar o estado daquilo que era....

Movimento que ora se fez de ônibus, ora de avião... outras vezes de carro, outras ainda, pé no chão.

Movimento que anda, movimento que corre, movimento que voa... caminho que se movimenta....

Caminho e movimento mobilizam lembranças... entre diversos lugares, a saudade de quem mora mais longe, a saudade de quem não está mais aqui...

Tão importante quanto o movimento, é a direção do caminho que se segue...

Movimento que constrói pontes... caminho por diferentes cenários e contextos... caminhos que se entrecruzam, caminhos diversos... caminhos irregulares... mas sempre caminhos!

Se é caminhando que se faz o caminho, importa quem escolhe caminhar conosco e quem escolhemos convidar para o nosso caminho...

Muitas vezes, tomamos emprestado, para nos movimentarmos, o caminho que outros construíram.... Entretanto, em algum momento, a necessidade de construir o próprio caminho se torna condição para que o movimento continue.

História que se faz no movimento do pensamento e no caminho das palavras...

Caminho de quem acredita na educação... de quem carrega a certeza que é a educação que movimenta e que constrói as ferramentas para a transformação... para a criação de outros caminhos, outros movimentos....

Caminhos que se modificam... caminhos que se movimentam... caminhos que, muitas vezes, se confundem com o próprio movimento.... Caminho que é movimento e movimento que é caminho....

Com o pensamento em Vocês, eu agradeço!

*À Professora Doutora **Cláudia Ribeiro Bellochio**, orientadora, amiga, inspiração e exemplo que sempre estimulou a me manter em movimento de pensamento e mediu a constituição de ferramentas e condições importantes na construção de meus caminhos.*

*À minha mãe, **Iris**, e ao meu pai, **Inacio** (in memoriam), por tudo o que fizeram por mim, pelo amor, presença, amizade, exemplo, força, incentivo e esforço dedicados em todos os aspectos.*

*À minha irmã, **Carla**, amiga e inspiração, que mesmo estando longe, acompanha de perto minha caminhada.*

*Ao **Lucas**, meu filho querido, que em sua alegria, amizade e amor impulsiona a me tornar alguém melhor.*

*Aos colegas do **Grupo FAPEM** e a todos que de diversas formas estiveram presentes, compartilhando diálogos, momentos de escuta e compreensão ao longo desse processo, especialmente aos amigos **Emanoelito, Cleni, Washington e Ana**.*

*Aos professores que aceitaram fazer parte de minha banca examinadora, **Dr.ª Luciane Wilke Freitas Garbosa, Dr.ª Maura Lúcia Fernandes Penna, Dr.ª Valeska Maria Fortes de Oliveira, Dr.ª Viviane Beineke, Dr. Jorge Luiz da Cunha e Dr.ª Marilda Oliveira de Oliveira**.*

*À **Universidade Federal de Santa Maria** pela oportunidade de construir minha formação acadêmica.*

Dedicatória

Dedico esta Tese aos presidentes da Associação Brasileira de Educação Musical, Dr.^a Alda de Jesus Oliveira, Dr. Raimundo Martins da Silva Filho, Dr.^a Vanda Lima Bellard Freire (in memoriam), Dr.^a Jusamara Vieira Souza, Dr. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, Dr.^a Magali Oliveira Kleber, Dr. Luis Ricardo Silva Queiroz, Dr. Marcus Vinícius Medeiros Pereira, às suas diretorias, a todos os protagonistas, e aos invisíveis, por construírem caminhos que movimentam a Educação Musical brasileira.

RESUMO

MOVIMENTOS DA ABEM PARA A EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL: IMAGINÁRIOS SOCIAIS EM CONSTRUÇÃO PELAS NARRATIVAS DE PRESIDENTES

AUTOR: Ivan Carlos Schwan
ORIENTADORA: Cláudia Ribeiro Bellochio

Esta tese está vinculada à Linha de Pesquisa Educação e Artes (LP4) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e compõe estudos do grupo de pesquisas “FAPEM: formação, ação e pesquisa em educação musical”. Teve como objetivo principal, compreender movimentos, memórias e histórias, instituídas e instituintes da ABEM como Instituição potencializadora da Educação Musical brasileira, através das significações imaginárias construídas nas narrativas dos seus presidentes. Seus objetivos específicos buscaram conhecer a memória da Associação para a construção de uma história de sua trajetória, através do imaginário presente nas narrativas, lembranças e recordações dos presidentes; entender como a ABEM tem potencializado e constituído movimentos e proposições, com relação à Educação Musical brasileira, destacando-se a consolidação da pós-graduação, a educação musical na educação básica e nas escolas especializadas de música, a produção e circulação da divulgação científica e a construção de uma identidade coletiva sobre a Educação Musical brasileira; analisar o que os presidentes consideram como aspectos de representatividade política da Associação, fatores promotores de organização das linhas de pensamento, planejamento, implementação de propostas institucionais. Desse modo, tomou por base a Pesquisa Bibliográfica (LIMA; MIOTO, 2007) e a Investigação Biográfico Narrativa (SOUZA, 2014), e aproximações com a Teoria do Imaginário Social (CASTORIADIS, 1982), para a análise e a interpretação dos dados, sua compreensão e aprofundamento teórico. Participaram da investigação, por meio de entrevistas narrativas, sete (07) presidentes da ABEM, desde sua fundação até a atualidade (1991-2019). A partir dessa configuração, chegou-se a tese de que narrativas vivas, imaginárias dos presidentes legitimam a Associação Brasileira de Educação Musical, como lugar de reconhecimento e representatividade coletiva, que através de seus movimentos instituídos e instituintes, potencializam a Educação Musical brasileira, contribuindo para a consolidação e organização de uma área de conhecimento para a pesquisa, produção e divulgação científica, para a Educação Básica, para os cursos de graduação e pós-graduação em Música e Educação, para o fomento de políticas públicas nacionais de Educação Básica e também na construção de políticas de internacionalização. Destaca-se que esta pesquisa buscou contribuir para pensar as significações imaginárias sociais e seus movimentos e memórias de histórias narradas da ABEM, por seus presidentes, para a Educação Musical brasileira. Também potencializou perceber a construção da representatividade política da Instituição, suas linhas organizacionais e implementação de propostas institucionais. A tese organiza a existência de 30 anos da ABEM como Instituição que se produziu através de movimentos instituídos e instituintes, conduzida pelos presidentes e suas diretorias, mostrando uma comunidade científica que se consolida.

Palavras-chave: ABEM. Educação Musical. Imaginário Social. Instituição.

ABSTRACT

ABEM'S MOVEMENTS FOR MUSICAL EDUCATION IN BRAZIL: SOCIAL IMAGINARIES UNDER CONSTRUCTION THROUGH THE NARRATIVES OF PRESIDENTS

AUTHOR: Ivan Carlos Schwan
MAJOR ADVISOR: Cláudia Ribeiro Bellochio

This thesis is linked to the Education and Arts Research Area (LP4) of the Graduate Program in Education at the Federal University of Santa Maria (UFSM) and incorporates studies of the research group "FAPEM: formation, action and research in music education". Its main objective was to understand movements, memories and history, instituted and instituting ABEM as an institution that enhances Brazilian Music Education, through the imaginary significations built in the narratives of its presidents. Its specific objectives sought to understand the Association's memory for the construction of a history of its trajectory, through the knowledge present in the presidents' narratives, memories and recollections; understand how ABEM has intensified and constituted movements and proposals in relation to the Brazilian Music Education, highlighting the consolidation of postgraduate studies, music education in Basic Education, and specialized music schools, the production and dissemination of scientific publications and the construction of a collective identity on Brazilian Music Education; analyze what the presidents consider as aspects of the Association's political representation, promoter factors that guide the organization of thought processes, planning, and implementation of institutional proposals. Thus, Bibliographic Research (LIMA; MIOTO, 2007) and Narrative Biographical Investigation (SOUZA, 2014), and approaches with the Social Imaginary Theory (CASTORIADIS, 1982), were used as the basis for the analysis and interpretation of data, and deep theoretical understanding. Seven (07) presidents of ABEM participated in this the investigation, through narrative interviews, from its foundation to the present time (1991-2019). From this setting, a thesis of live, imaginary narratives of the presidents was constructed. It legitimizes the Brazilian Association of Music Education, as a place of recognition and collective representation, which through its instituted and instituting movements, emphasize the Brazilian Music Education, contributing for the consolidation and organization of an area of knowledge for research, production and scientific dissemination, for Basic Education, for undergraduate and graduate courses in Music and Education, for the promotion of national public policies for Basic Education and also in the development of international policies. It is noteworthy to highlight that this research sought to contribute to the thinking process about the social imaginary significations and their movements and memories of stories narrated by ABEM, by its presidents, to the Brazilian Music Education. It also enhanced the perception of the construction of the Institution's political representation, its organizational areas, and the implementation of institutional proposals. The thesis organizes the existence of 30 years of ABEM as an institution that was created through instituted and instituting movements, led by presidents and their directors, showing a scientific community that is consolidated.

Key words: ABEM. Music Education. Social Imaginary. Institution.

RESUMEN

MOVIMIENTOS DE LA ABEM PARA LA EDUCACIÓN MUSICAL EN BRASIL: IMAGINARIOS SOCIALES EN CONSTRUCCIÓN POR MEDIO DE LAS NARRATIVAS DE PRESIDENTES

AUTOR: Ivan Carlos Schwan
ORIENTADORA: Cláudia Ribeiro Bellochio

Esta tesis está vinculada a la Línea de Investigación Educación y Artes (LP4) del Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Federal de Santa María (UFSM) y compone estudios del grupo de investigación "FAPEM: formación, acción e investigación en educación musical." Tuvo como objetivo principal comprender movimientos, memorias e historias, instituidas e instituyentes de la ABEM como institución potenciadora de la Educación Musical Brasileña, por medio de las significaciones imaginarias construidas en las narrativas de sus presidentes. Sus objetivos específicos buscan conocer la memoria de la Asociación para la construcción de una historia de su trayectoria, a través del imaginario presente en las narrativas, recuerdos y reminiscencias de los presidentes; entender cómo la ABEM viene potenciando y constituyendo movimientos y proposiciones relativos a la Educación Musical Brasileña, subrayándose la consolidación del postgrado, la educación musical en la enseñanza básica y en las escuelas especializadas de música, la producción y la circulación de la divulgación científica y la construcción de una identidad colectiva sobre la Educación Musical Brasileña; analizar lo que los presidentes consideran como aspectos de representatividad política de la Asociación, factores promotores de organización de las líneas de pensamiento, planeamiento e implementación de propuestas institucionales. De esa manera, se ha tomado por base la Pesquisa Bibliográfica (LIMA; MIOTO, 2007) y la Investigación Biográfico Narrativa (SOUZA, 2014) y aproximaciones a la Teoría del Imaginario Social (CASTORIADIS, 1982) para el análisis e interpretación de los datos, su comprensión y profundización teóricos. Han participado de la investigación, por medio de entrevistas narrativas, siete (07) presidentes de la ABEM, desde su fundación hasta la actualidad (1991 - 2019). A partir de esa configuración, se ha llegado a la tesis de que narrativas vivas e imaginarias de los presidentes legitiman a la Asociación Brasileña de Educación Musical, como lugar de reconocimiento y representatividad colectiva, por medio de sus movimientos instituidos e instituyentes, potencian la Educación Musical Brasileña, contribuyendo a la consolidación y organización de un área de conocimiento para la investigación, producción y divulgación científica, para la Enseñanza Básica, para los cursos de grado y postgrado en Música y Educación, para el fomento de políticas públicas nacionales de Enseñanza Básica y asimismo en la construcción de políticas de internacionalización. Se hace notar que esta investigación ha buscado contribuir a pensar las significaciones imaginarias sociales y sus movimientos y memorias de historias narradas de la ABEM, por sus presidentes, para la Educación Musical Brasileña. También favoreció la percepción de la construcción de la representatividad política de la institución, sus líneas organizativas e implementación de propuestas institucionales. La tesis organiza la existencia de 30 años de la ABEM, como Institución que se produjo por medio de movimientos instituidos e instituyentes, conducida por sus presidentes y sus directivas, revelando una comunidad científica que se consolida.

Palabras-clave: ABEM. Educación Musical. Imaginario Social. Institución.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Formas de existência e significação do sujeito com o mundo.....	63
Figura 2 – A construção das significações imaginárias sociais sobre a ABEM	71
Figura 3 – O estabelecimento de fronteiras de sentido	76
Figura 4 – A dimensão social-história e a constituição da instituição.....	83
Figura 5 – Linha do tempo	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diretorias da ABEM.....	42
Tabela 2 – Índices Organizacionais das Unidades de Análises Temáticas	57
Tabela 3 – Primeiros Doutoramentos na Área de Música no Brasil.....	89
Tabela 4 – Representantes de Música no CA/Artes do CNPq.....	95
Tabela 5 – Fórum Permanente de Ensino de Música na Educação Básica	163
Tabela 6 – Fórum Permanente de Pesquisa em Educação Musical.....	164
Tabela 7 – Fórum Permanente de Formação de Professores de Música.....	166
Tabela 8 – Fórum Permanente de Ensino de Instrumentos e Escolas Especializadas de Música.....	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEM	Associação Brasileira de Educação Musical
ABET	Associação Brasileira de Etnomusicologia
ABRACE	Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas
ABRAPEM	Associação Brasileira de Performance Musical
ANDA	Associação Nacional de Pesquisadores em Dança
ANPAP	Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas
ANPPON	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música
APEMBA	Associação dos Professores de Educação Musical da Bahia
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNCCEM	Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio
CA/ARTES	Comitê de Assessoramento em Artes do CNPq
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE/ARTE	Comissão de Especialistas da Secretaria de Ensino Superior/ARTE
CEE/MÚSICA	Comissão de Especialistas da Secretaria de Ensino Superior/ARTE
CLEM/UFBA	Departamento de Composição, Literatura e Estruturação Musical da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia
CMB	Conservatório Brasileiro de Música
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPOMUS/UFPB	Laboratório de Composição da Universidade Federal da Paraíba
CONED	Congresso Nacional de Educação
ConFAEB	Congresso Nacional da Federação de Arte Educadores do Brasil
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
EMUS/UFBA	Escola de Música da Universidade Federal da Bahia
FAEB	Federação Brasileira de Arte Educação
FAPEM	Formação, Ação e Pesquisa em Educação Musical
FEMBA	Fórum de Educação Musical da Bahia
FLADEM	Fórum Latino Americano de Educação Musical
FUNARTE	Fundação Nacional da Arte
GAP	Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música
GT	Grupo de Trabalho
GTE	Grupo de Trabalho Especial
ICTM	International Council for Traditional Music
IES	Instituições de Ensino Superior
IMC	International Music Council
ISME	International Society for Music Education
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Música na Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
MEP-GROUP	Music Education Policy Group
MinC	Ministério da Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OJS	Open Journal Systems
OMB	Ordem dos Músicos do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação

PPGMUS/UFBA	Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia
PPGMUS/UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEAP	Secretaria de Apoio à Produção Cultural do Ministério da Cultura
SEER	Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas
SESG	Secretaria de Ensino de 2º Grau do MEC
SESu	Secretaria de Educação Superior
SINAPEM	Simpósio Nacional Sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical
SPEM	Simpósio Paranaense de Educação Musical
TEMA	Associação Brasileira de Teoria e Análise Musical
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEAP	Universidade do Estado do Amapá
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade Federal de Brasília
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS DA PESQUISA.....	26
CAPÍTULO 2 – CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	34
2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: MEMÓRIAS INSTITUÍDAS DA ABEM.....	36
2.2 A INVESTIGAÇÃO BIOGRÁFICO NARRATIVA: MEMÓRIAS DE UMA COLETIVIDADE NARRADAS PELOS PRESIDENTES DA ABEM.....	39
2.3 AS DIRETORIAS DA ABEM.....	42
2.4 ENTREVISTAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS.....	50
2.5 A PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DOS PRESIDENTES DA ABEM.....	52
2.6 ANÁLISE DE DADOS.....	54
CAPÍTULO 3 – A CONSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO, O IMAGINÁRIO SOCIAL INSTITUÍDO E INSTITUINTE: MOVIMENTOS DA ABEM.....	62
3.1 O SIMBÓLICO, O IMAGINÁRIO E A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS.....	63
3.2 A AUTONOMIA E A DIMENSÃO SOCIAL-HISTÓRICA.....	66
3.3 SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS.....	70
3.4 A CONSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	74
3.5 DIMENSÕES INSTITUÍDAS E INSTITUINTE.....	77
CAPÍTULO 4 – A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E MOVIMENTO.....	88
4.1. A INSTITUIÇÃO DE UM CENÁRIO NACIONAL PARA A ÁREA DE MÚSICA NO BRASIL: PRIMEIRAS INICIATIVAS QUE LEVARAM A FUNDAÇÃO DA ABEM.....	89
4.2 – “VOCÊ NÃO NARRA PORQUE TEM HISTÓRIA. VOCÊ TEM UMA HISTÓRIA PORQUE VOCÊ NARRA”: A CONSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ABEM ATRAVÉS DO IMAGINÁRIO SOCIAL DOS PRESIDENTES.....	99
CAPÍTULO 5: MOVIMENTOS DA ABEM NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO MUSICAL.....	208
CAPÍTULO 6: MOVIMENTOS DE LUTA PARA A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DA ABEM.....	262
REFLEXÕES EM MOVIMENTO.....	342
REFERÊNCIAS.....	358
APÊNDICE A – CARTA CONVITE.....	376

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	378
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA.....	382
APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS CONGRESSOS NACIONAIS DA ABEM.....	384
APÊNDICE E – ENCONTROS REGIONAIS: REGIÃO SUL.....	386
APÊNDICE F – ENCONTROS REGIONAIS: REGIÃO SUDESTE.....	388
APÊNDICE G – ENCONTROS REGIONAIS: REGIÃO CENTRO-OESTE.....	390
APÊNDICE H – ENCONTROS REGIONAIS: REGIÃO NORDESTE.....	392
APÊNDICE I – ENCONTROS REGIONAIS: REGIÃO NORTE.....	394
APÊNDICE J – ENCONTROS REGIONAIS UNIFICADOS DA ABEM.....	396

CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS DA PESQUISA

A construção desta pesquisa passou por diferentes momentos ao longo de meus caminhos de formação acadêmica e construção profissional. Muitas vezes, foram problemáticas construídas a partir de pensamentos sobre a Educação Musical no Brasil. Outras, estiveram focadas em temas específicos percebidos através de estudos sobre a dimensão da produção de conhecimentos científicos, de reflexões sobre lutas políticas e sociais e da percepção de movimentos importantes que fazem parte da trajetória da Educação Musical brasileira.

Diante desse percurso, que segue por distintos lugares, entendo que o interesse por compreender diferentes cenários da Educação Musical estimula a minha caminhada e é uma condição para que essa andarilhagem prossiga.

Ao pensar sobre alguns dos caminhos da Educação Musical em diferentes momentos no contexto nacional, chego à memória, carregada de imaginários de um lugar de conhecimentos, de formação, de atuação e de pesquisa, composto por múltiplos desafios e movimentos que organizam processos de pensamento, de planejamento, de reivindicação, de implementação de propostas para a Educação Básica, de articulações políticas, de acompanhamento e de avaliação dos rumos que a Educação Musical tem tomado. Olhando para meus percursos pessoais e para movimentos da Educação Musical no Brasil, muitas significações se fizeram presentes. Significações que também percebo relacionadas a uma dimensão simbólica e a um imaginário social, especialmente, em uma perspectiva temporal que busca considerar os últimos trinta anos. Na construção dessas reflexões, uma unidade pareceu-me recorrente e extremamente importante ao longo dos últimos anos: a Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM.

Buscando na memória as aproximações iniciais com a ABEM, recordo da produção de meus primeiros escritos vinculados à pesquisa, quando ainda em iniciação científica, na graduação em Licenciatura em Música, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Pelos idos de 2006, lembro-me de quando apresentei meu primeiro trabalho no “XVI Encontro Anual da ABEM”, que ocorreu em João Pessoa – PB, encontro no qual participei ativamente e pude perceber, pela primeira vez, a importância e a representatividade da ABEM no cenário nacional.

Após concluir a graduação, no início do ano de 2007, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação a nível de Mestrado, também na UFSM. Ao me

aproximar mais do âmbito da pesquisa, outras perspectivas de estudo, produção acadêmica e interação com a comunidade científica foram sendo construídas. Assim, no ano de 2008 ocorreu, em Santa Maria, na UFSM, o “XI Encontro Regional da ABEM Sul”, no qual tive a oportunidade de atuar na equipe da comissão organizadora do evento. Neste mesmo ano, também foi realizado o “XVII Encontro Anual da ABEM”, em São Paulo, momento em que constituímos uma verdadeira caravana com os integrantes do grupo FAPEM para a participação no encontro. A partir de então, sempre que foi possível, busquei participar das atividades da Associação e, dessa maneira, a ABEM passou a fazer parte da constituição de minha trajetória como estudante, professor e pesquisador na Educação Musical.

Desde sua criação, a ABEM caracterizou-se como associação, que congregou professores e estudantes do Ensino Superior, pesquisadores, professores da Educação Básica e de outros espaços educacionais com interesses, motivações e demandas, realizando movimentos em relação à Educação Musical brasileira. Estas ações têm apresentado implicações, no que concerne à implementação de políticas públicas educacionais para a Educação Básica¹, à publicação, à formação e à atuação de profissionais, aos programas de graduação e pós-graduação nas áreas de Música e Educação, especialmente com relação à promoção de debates, inovação de temas, à difusão, sistematização e organização de conhecimentos para a Educação Musical.

A perspectiva de estudo da construção dos movimentos da ABEM, com relação à Educação Musical brasileira, poderia ser pensada de várias maneiras, cada uma com alternativas metodológicas diferentes: Poderia se pensar em focalizar o processo histórico de institucionalização da Associação como entidade representativa da Educação Musical no cenário nacional, ou em como movimentos pedagógico-musicais e correntes de pensamento que se mostraram hegemônicas, vêm constituindo a Associação e as instâncias externas e implicações que deles decorrem, ou ainda pensar a ABEM como parte de um cenário de articulação e de lutas por

¹ Cabe citar aqui a participação da ABEM no processo que levou à aprovação da Lei 11.769/2008, que tornou a música conteúdo curricular obrigatório nas escolas de Educação Básica. Esta foi vigente até a publicação da Lei 13.278/2016, incluindo as artes visuais, a dança, a música e o teatro como linguagens obrigatórias do componente curricular Arte. Também a participação da associação na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica, aprovado pelo Parecer CEB/CNE nº 12/2013, com homologação a partir da Resolução nº. 2/2016, que tem a finalidade de orientar as escolas, as Secretarias de Educação, as instituições formadoras de profissionais e docentes de Música, o Ministério da Educação e os Conselhos de Educação para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica, conforme definido pela Lei nº 11.769/2008, em suas diversas etapas e modalidades (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 02/2016, p. 1).

representatividade política que abarca relatos diferentes e plurais da história da Educação Musical no Brasil.

A partir de uma reflexão sobre as possibilidades e as diversas formas de organizar e delinear esta pesquisa, teórica e metodologicamente, foi possível considerar a existência de uma multiplicidade de perspectivas plausíveis para o delineamento dos movimentos que a ABEM estabelece em relação à Educação Musical no contexto nacional. Como forma de organização que norteou esta pesquisa, percebeu-se a importância de analisar como a Associação vem construindo os modos de pensar a Educação Musical brasileira, a partir das narrativas de seus presidentes. Suas narrativas foram materialidades fundamentais para compreender os movimentos, memórias e histórias, instituídos e instituintes da ABEM como Instituição potencializadora² da Educação Musical, na medida em que desempenharam papéis importantes e representaram a instituição nos mais diversos âmbitos.

Os limites do desenho desta tese, em relação ao seu tema, estão circunscritos às narrativas que foram proferidas pelos presidentes da ABEM e analisadas em macro eixos de compreensão, com base nas unidades de análise temática levantadas na análise das narrativas, acerca dos movimentos longitudinais da Instituição para a Educação Musical no contexto nacional.

Na construção da pesquisa busquei, por meio da teoria do Imaginário Social (CASTORIADIS, 1982), compreender a relação dos movimentos instituídos e instituintes da Associação, quando considera que a sociedade enquanto instituída e instituinte é intrinsecamente histórica e demanda uma relação de tensionamentos e movimentos. Nesse sentido, procurei dialogar com a teoria do Imaginário Social de Cornelius Castoriadis, a partir de conceitos que abrangem as dimensões do simbólico

² No Dicionário Online de Português: “Potencializar - verbo transitivo direto - Tornar ainda mais eficaz ou mais ativo; intensificar: potencializar uma ideia” (DICIO, s/d). Entende-se potencializadora como aquilo que não está pronto, constituído, mas que apresenta a possibilidade de realização e constituição. Pode-se relacionar a ideia de potencializadora com o que Castoriadis (1982) considera como a dimensão instituinte, “posição, criação, fazer ser”. Potencializadora no sentido de potência de poder ser realizado. Para Abbagnano (2007, p. 782): **POTÊNCIA** (gr. *SÓVOCLUÇ*; lat. *Potentia*; in. *Power*. fr. *Puissance*-, ai. *Vermâgen*; it. *Potenzt*). 1. Em geral, o princípio ou a possibilidade de uma mudança qualquer. Esta foi a definição do termo dada por Aristóteles, que distinguiu este significado fundamental em vários significados específicos, mais precisamente: ei) capacidade de realizar mudança em outra coisa ou em si mesmo, que é a P. ativa; b) capacidade de sofrer mudança, causada por outra coisa ou por si mesmo, que é a P. passiva; c) capacidade de mudar ou ser mudado para melhor e não para pior; d) capacidade de resistir a qualquer mudança (Mel.. V, 12, 1019 a 15; IX, 1, 1046 a 4). Estas distinções praticamente não mudaram ao longo da tradição filosófica (v. Aro). A tradição medieval repetiu-as sem variações, e, ainda no séc. XVIII, Wolff as repetia em fórmulas epigráficas que em nada mudam os velhos conceitos (Ont., 1729, § 716). Mesmo Locke, em sua famosa análise dessa noção, não lhe altera o conceito (Ensaio, II, 21, 1).

e do imaginário, a construção de significados, a autonomia e heteronomia, a dimensão social-histórica, as significações imaginárias sociais, a constituição das instituições e de processos instituídos e instituintes, para compreender movimentos, memórias e histórias, instituídos e instituintes da ABEM.

Para Castoriadis (1982), a sociedade instituída, como “presentificação de significações” e “organização identitária-conjuntivista daquilo que é para a sociedade”³, não se contrapõe à “sociedade instituinte, o que no social-histórico é posição, criação, fazer ser”⁴, como um produto estável ou finalizado, mas representa movimentos de elementos instituídos no imaginário social que podem se (re)fazer e (re)significar no social-histórico.

Entende-se que os movimentos que constituem esse lugar coletivo que representa a ABEM são instituídos, mas também instituem processos que abrangem o contexto atual da Educação Musical no Brasil. Apresentam-se historicamente em movimentos por meio da organização de um campo de conhecimentos no contexto nacional, por articulações e conquistas políticas no cenário educacional e pela consolidação de uma literatura representativa da área⁵ por meio de publicações científicas que solidificam e fortalecem a Educação Musical.

Os movimentos instituídos da ABEM são concebidos e consolidados dentro de contextos sociais e históricos, nos quais o estabelecimento da Associação ocorre através da instituição de significações imaginárias sociais. Para Castoriadis (1982) não é possível uma distinção intrínseca do social e do histórico:

O social é isso mesmo, auto-alteração, e nada é se não é isso. O social faz-se e só pode fazer-se como história; e social faz-se como temporalidade, e ele se faz cada vez como modo específico de temporalidade, e ele se faz cada vez como modo específico de temporalidade efetiva, ele se institui implicitamente como qualidade singular de temporalidade. Igualmente, não é que a história “pressuponha” a sociedade ou que aquilo de que há história seja sempre necessariamente sociedade, num sentido descritivo. O histórico é isso mesmo, auto-alteração desse modo específico de “coexistência” que é o social e nada é fora disso. O histórico se faz, e se pode fazer-se como social; o histórico é, por exemplo e por excelência, a emergência da instituição e a emergência de uma outra instituição (CASTORIADIS, 1982, p. 252).

Nesse sentido, o movimento de instituição se apresenta à medida em que

³ Castoriadis (1982, p. 414).

⁴ Castoriadis (1982, p. 414).

⁵ Revista da ABEM, Revista Música na Educação Básica, Série Fundamentos da Educação Musical, Série Teses, Anais dos Encontros Anuais e Regionais da ABEM.

A significação imaginária social faz as coisas existirem enquanto tais coisas, apresenta-as como sendo isso que elas são – o ‘isso que’ sendo introduzido pela significação, que é, indissociavelmente, princípio de existência, princípio de pensamento, princípio de valor e princípio de ação (CASTORIADIS, 2002, p. 387).

A Associação existe há três décadas e consolidou-se no país, enquanto instituição, provocando impactos na proposição de políticas públicas para a Educação Musical brasileira, no contexto da formação acadêmico-profissional⁶, exercendo influência em programas de graduação e pós-graduação, especialmente em Música e Educação, considerando-se o alcance no que concerne à formação e à atuação dos profissionais da educação musical.

Na construção desse movimento, instituído por pesquisadores da área de Música, músicos, professores, educadores musicais, escolas de música, Instituições de Ensino Superior, e outras Associações junto com a ABEM, vêm lutando para que a educação musical em seus vários modos de existir, com destaque ainda para a música na Educação Básica tenha um discurso nacionalmente disseminado, em que indivíduos sejam capazes de agregar poder simbólico de representação política, social, educacional, cultural, histórica e epistemológica acerca da Educação Musical brasileira. Isso se manifesta no mundo de significações coletivas, em movimento social-histórico e no imaginário social onde “as significações imaginárias sociais são aquilo através do que tais visões subjetivas concretas ou “médias” tornam-se possíveis” (CASTORIADIS, 1982, p. 412).

Percebo que a busca de reconhecimento da educação musical⁷ como importante aos processos formativos que potencializam o desenvolvimento humano também passa pelo reconhecimento da organização de uma área, que apresenta seu campo de conhecimentos, suas especificidades, demandas e necessidades. Essas fazem parte de um imaginário de representação coletiva dos sujeitos, na medida em que esses indivíduos estabelecem e organizam uma associação, atribuindo

⁶ Para Diniz-Pereira (2008), a “formação acadêmico-profissional” ultrapassa a ideia de uma “formação inicial”, pois abrange uma etapa de formação que ocorre em Instituições de Ensino Superior, considerada pelo autor a “preparação que *se inicia* a partir da entrada do futuro professor em um programa de formação docente” (DINIZ-PEREIRA, 2008, p. 255). Diferencia-se da formação inicial no sentido de que “o termo formação inicial, como se sabe, é criticado, mesmo em países onde as condições do trabalho docente são significativamente melhores, pelo fato de essa formação *iniciar-se* muito antes da entrada em um curso ou programa que se desenvolve em uma instituição de ensino superior” (Ibid., p. 255).

⁷ Cabe aqui destacar a diferença entre a utilização dos termos educação musical (iniciais minúsculas) – compreendida como processo educacional – e de Educação Musical (iniciais maiúsculas), referente ao campo de conhecimento.

importância e validando-a respectivamente. Essa instituição então, se torna dotada de sentidos, expectativas, possibilidades, perspectivas, anseios e ambições, que não existem apenas de modo individual, mas também e, principalmente, de modo coletivo: os associados representados pela diretoria, atribuem um sentido de pertencimento à Associação, para que essa os represente. Significa dizer que, em tese, os indivíduos creditam à Associação sua representação, no caso, representação de Educação Musical. Esse movimento em si, já configura uma relação de pertencimento a um espaço, que deixa de ser espaço quando são explicitadas as relações de significado que conferem a esse espaço uma nova condição. A condição que o torna um Lugar, a Instituição, Associação.

Pensando na ABEM enquanto Instituição, que se organizou e consolidou por meio de uma associação, portanto de representação coletiva de indivíduos com interesses comuns, emergiram questionamentos: Como a ABEM se organizou e se estruturou? Quais os desafios na manutenção da Associação? Quais suas implicações para a estruturação de políticas públicas educacionais, para o avanço da pesquisa em educação musical no país e para o avanço da Música na Educação Básica? Quais as especificidades da ABEM no contexto da Educação Musical brasileira? Quais as implicações da produção e divulgação científica da Associação para a consolidação da pós-graduação em Música e Educação Musical no país? Como impactam suas políticas de internacionalização? De que forma a ABEM agrega pesquisadores, professores e estudantes?

Tais perguntas remetem a outras anteriores que questionam por que a Educação Musical necessitou se institucionalizar pelo viés de uma associação, a ABEM? Que condições levaram a ABEM a se instaurar representativamente no cenário nacional? Por que a Educação Musical foi a primeira, dentro das subáreas da Música, que se organizou e institucionalizou nos moldes de numa Associação, a qual se fortaleceu e se consolidou nacionalmente? Por que essa institucionalização tomou os rumos da Educação Básica e da pesquisa científica para a organização do contexto da Educação Musical? Como a ABEM vem potencializando movimentos em relação à Educação Musical? Estas são questões que podem ser observadas nas discussões da Associação, em seus Fóruns, Encontros, e na produção de pesquisas. Contudo, nem sempre encontram respostas na literatura científica produzida nacionalmente.

Esta pesquisa remete aos movimentos da Associação, considerando-se suas dimensões instituídas e instituintes: Instituição que abarca a instância do que foi

instituído, vigente, aceito, projetado e estabelecido por meio de suas convenções sociais e normativas, ou seja, aquilo de comum acordo na instituição; mas também à instância e suas relações com o que foi ou é instituinte, ou seja, aquilo que é pensado, problematizado, proposto ou gerado como construção e produção que coloca em questão determinadas esferas da instituição, para que o movimento da Associação se efetive enquanto movimento entre instituído e instituinte.

Castoriadis (1982) delinea o imaginário instituinte enquanto processo de ruptura e criação, no sentido que confere ao sujeito “a capacidade de dar-se àquilo que não é (o que não é dado na percepção ou o que não é dado nos encadeamentos simbólicos do pensamento racional já constituído)” (CASTORIADIS, 1982, p.161). A dimensão instituinte estabelece em seu interior formas de ação que proporcionam a organização de novos condicionamentos institucionais. As diversas relações, continuidades, rupturas e encadeamentos entre as dimensões instituídas e instituintes, atribuem o sentido de movimento à ABEM.

Nesse sentido, esta tese pretendeu aproximar-se e apropriar-se da história e da memória da Instituição ABEM, este, um lugar coletivo que é instituído através de uma Associação e que toma significado nas relações entre o instituído e o instituinte, considerando como objeto de estudo as narrativas de seus presidentes na compreensão dos movimentos da ABEM sobre a Educação Musical no Brasil.

Assim, o problema que motivou esta pesquisa delineou-se na análise de movimentos, memórias e histórias narradas por presidentes da ABEM, uma Instituição propulsora da Educação Musical brasileira. Foi definido na compreensão dos presidentes acerca do movimento de construção da ABEM enquanto instituição instituída e instituinte.

Teve como objetivo geral compreender movimentos, memórias e histórias, instituídas e instituintes da ABEM como Instituição potencializadora da Educação Musical brasileira, através das significações imaginárias construídas nas narrativas dos seus presidentes. Seus objetivos específicos foram (a) conhecer a memória da Associação para a construção de uma história de sua trajetória, através do imaginário presente nas narrativas, lembranças e recordações dos presidentes; (b) entender como a ABEM tem potencializado e constituído movimentos e proposições, com relação a Educação Musical brasileira, destacando-se a consolidação da pós-graduação, a educação musical na educação básica e nas escolas especializadas de música, a produção e circulação da divulgação científica e a construção de uma

identidade coletiva sobre a Educação Musical brasileira; (c) analisar o que os presidentes consideram como aspectos de representatividade política da Associação, fatores promotores de organização das linhas de pensamento, planejamento, implementação de propostas institucionais.

CAPÍTULO 2 – CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A lição de quem viveu a experiência é certamente diferente daquela que outros extraem ao tomarem conhecimento da história (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015, p. 36).

Considerando o objetivo da presente pesquisa que buscou compreender movimentos, memórias e histórias, instituídas e instituintes da ABEM como Instituição potencializadora da Educação Musical brasileira, através das significações imaginárias construídas nas narrativas dos seus presidentes, foram realizados caminhos de pesquisa em dois movimentos conjuntos. Movimentos que se complementaram na produção de dados para a pesquisa. As significações imaginárias sociais e as dimensões do simbólico, as quais constituem processos instituídos e instituintes, corroboram na compreensão desses movimentos.

Um dos caminhos empreendidos neste trabalho, como parte da investigação, refere-se à pesquisa bibliográfica sobre os processos de construção da ABEM enquanto organização instituída, a partir das publicações já produzidas sobre a Associação. Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível olhar para processos que levaram a constituição da ABEM como Instituição, propostas instituídas por suas diretorias ao longo das gestões e relações estabelecidas no contexto da dimensão social-histórica.

O outro caminho produziu conhecimentos através de entrevistas narrativas com os presidentes, tendo como foco suas memórias sobre os movimentos e a história da ABEM em relação aos seus períodos de gestão, tomando como orientação a investigação biográfico-narrativa. Este caminho contribuiu para analisar dimensões instituídas que, sob vários aspectos, também se apresentam na pesquisa bibliográfica, e movimentos instituintes em cada gestão, rememorados e contados nas histórias dos presidentes em relação a Associação. Tais narrativas representam um complexo de significações do imaginário social referente a ABEM, seus contextos instituídos e instituintes, as proposições de cada diretoria na perspectiva de seus presidentes, suas continuidades, rupturas e outras projeções.

A narrativa é uma forma de construir história e de construir realidades.

Assim, há que se praticar na investigação narrativa uma espécie de visão binocular, uma "dupla descrição". Por um lado, é necessário um retrato da realidade interna do informante; de outro, deve estar inscrito em um contexto externo que dê sentido e significado à realidade vivida pelo informante. As experiências narradas no discurso devem ser situadas dentro de um conjunto

de regularidades e padrões explicativos sócio-historicamente, pensando que a história de vida responde a uma realidade socialmente construída, porém, não se pode deixar de notar que é completamente única e singular (BOLIVAR BOTIA, 2002, p. 17).

Há então a necessidade de considerar a subjetividade no processo de produção e compreensão das narrativas. Não existem estruturas de significado independentemente de sua interpretação (BOLIVAR BOTIA, 2002), tanto por parte de quem narra, ao rememorar e, portanto, produzir uma narrativa que é significada no seu discurso em e sobre uma dimensão social-histórica, quanto por parte de quem a interpreta, considerando as diferentes dimensões que é capaz de mobilizar nessa interpretação.

A investigação biográfico-narrativa considera que as vivências são (re)significadas através dos sentidos que são atribuídos ao longo do processo narrativo de (re)construção das experiências. Nessa perspectiva, envolve a natureza contextual específica e complexa dos processos de construção de significados,

[...] prioriza um eu dialógico, sua natureza relacional e comunitária, onde a subjetividade é uma construção social, intersubjetivamente conformado pelo discurso comunicativo. O jogo de subjetividades, em um processo dialógico, se converte em um modo privilegiado de construir conhecimento (BOLIVAR BOTIA, 2002, p. 4).

A narrativa apresenta a organização estruturada de experiências e vivências que tomam forma através da oralidade. Sentidos e significados são produzidos mediante processos reflexivos nas inter-relações da subjetividade com a rememoração dos fatos e vivências pessoais e coletivas, localizadas em dimensões temporais históricas e sociais.

No ato de narrar sobre a ABEM, os presidentes parecem conferir sentidos à sua experiência humana na liderança de uma Instituição, na medida em que externalizam processos de construção de significados, “focando nos sentimentos, vivências e ações dependentes de contextos específicos” (BOLIVAR BOTIA, 2002, p. 6), que relacionam momentos e conjunturas temporais à história e à memória da ABEM.

2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL: MEMÓRIAS INSTITUÍDAS DA ABEM

Para se compreender memórias e histórias da ABEM, há que se considerar os elementos produzidos e instituídos na dimensão social-histórica. Nesse sentido, o material bibliográfico e documental organizado nesta tese, produzido pela e sobre a ABEM, contribui na compreensão de contextos, que estiveram presentes, ao longo do tempo na sua construção como Instituição. A análise do material bibliográfico e documental atuou como um sistema de mediações entre o objeto de investigação e as reflexões produzidas, as significações do imaginário social e a dimensão social-histórica, entendendo-se que na caminhada de pesquisa “o processo é reflexivo, pois a razão reconstrói o movimento do real para depois realizar o caminho de volta até o objeto, caminho este muito mais rico porque traz consigo novas e múltiplas mediações” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

A aproximação com o objeto de estudo se iniciou a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental para a compreensão inicial do processo de construção da ABEM como Instituição, relacionando o contexto social e histórico e aspectos instituídos em cada gestão da Associação. Considerou-se que “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Na organização da pesquisa bibliográfica e documental a leitura apresentou-se como a principal técnica⁸.

Para Lima e Mito (2007, p. 40) a pesquisa bibliográfica e documental, “enquanto estudo teórico elaborado a partir da reflexão pessoal e da análise de documentos escritos, originais primários denominados fontes, segue uma sequência ordenada de procedimentos”. Assim, as fontes bibliográficas e documentos produzidos pela ABEM e sobre a ABEM são utilizados para uma aproximação no sentido da investigação de movimentos, memórias e histórias já registradas, instituídas. Essas estão presentes nos processos, nas concepções, nas representações e nas propostas construídas pela Associação, que também podem

⁸ Tomando como referência as orientações de Salvador (1986), Lima e Mito (2007) sugerem diferentes fases de leitura dos materiais bibliográficos: leitura de reconhecimento do material bibliográfico, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva ou crítica, leitura interpretativa.

ser reunidas e contextualizadas através da pesquisa bibliográfica e documental. Nesse viés

[...] a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

Ao considerar as inúmeras publicações que abrangem contextos da ABEM, foram encontrados diferentes documentos: anais de eventos, periódicos, artigos científicos, boletins informativos entre outros, os quais auxiliaram na aproximação do objeto de estudo. Assim, foi possível identificar informações e dados apresentados pelo material bibliográfico selecionado, analisando relações que estes estabelecem entre si e com a Associação em seu conjunto. A reflexão sobre o material bibliográfico e documental possibilitou uma aproximação e análise mais abrangente do tema investigado, permitindo “voltar ao objeto de estudo à medida que forem obtidos os dados, de modo a defini-lo mais claramente ou reformulá-lo” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

Para a pesquisa bibliográfica e documental foi organizado um acervo de material que envolveu o levantamento e a seleção de publicações e documentos da ABEM. A constituição desse acervo adotou como critérios o *parâmetro temático* abrangendo “as obras relacionadas ao objeto de estudo, de acordo com os temas que lhe são correlatos” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41) e o *parâmetro cronológico* de publicação considerando “o universo a ser pesquisado, definindo o período a ser pesquisado” (Ibid., p. 41), correspondente aos períodos de cada gestão da ABEM e a totalidade de publicações entre os anos de 1991 a 2020 que fazem referência ao tema.

As fontes de pesquisa abrangeram publicações da ABEM em cada uma das gestões, incluindo a Revista da ABEM, os Anais dos Encontros Nacionais e Regionais da ABEM, os Relatórios de Gestão, a Revista Música na Educação Básica, os Boletins Informativos da ABEM, publicações sobre os Fóruns da ABEM, documentos referentes às Audiências Públicas⁹. Em complemento também foram materialidades, outras publicações como a Série Teses e a Série Fundamentos da Educação Musical. Nesse intuito, buscou-se identificar produções que tratassem de temáticas direta e

⁹ Parecer CNE/CEB Nº 12/2013; Resolução CNE/CEB Nº 2/2016.

indiretamente relacionadas ao objeto de estudo, presentes na produção bibliográfica que tem sido pesquisada e publicada sobre a ABEM.

Por meio do levantamento bibliográfico e documental, foi realizada uma leitura de reconhecimento do material visando localizar, selecionar as bibliografias que poderiam apresentar informações ou dados referentes ao tema. Nesta leitura foram considerados os editoriais, sumários, títulos, resumos e palavras-chave, observando-se os indicadores “Associação Brasileira de Educação Musical”, “ABEM”, “Educação Musical”, “Produção Científica em Educação Musical”, “Políticas-Públicas para Educação Musical” “Educação Musical e Educação Básica”.

A partir dessa organização, foi realizada a leitura seletiva dos materiais, procurando identificar aqueles diretamente relacionados aos objetivos de pesquisa, as informações e dados relevantes e pertinentes para a definição de fontes primárias e secundárias de pesquisa. A seguir, empreendeu-se a uma leitura reflexiva e interpretativa do material bibliográfico selecionado. Esta

Implica na interpretação das ideias do autor, acompanhada de uma inter-relação destas com o propósito do pesquisador. Requer um exercício de associação de ideias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41).

Nesta análise, foram considerados diversos aspectos como os focos temáticos que se apresentaram recorrentes na bibliografia, os temas dos Encontros Anuais e Regionais da ABEM, os movimentos da produção científica e da pesquisa em Educação Musical, as propostas organizacionais de cada gestão da ABEM, relações entre a ABEM e as políticas de Educação Musical para os diversos níveis de ensino, o relacionamento com órgãos governamentais, o fomento, consultoria e proposição de políticas públicas para a Educação Musical, o contexto social-histórico em que cada gestão da Associação esteve imerso.

Além de oferecer princípios de orientação para esta investigação, a pesquisa bibliográfica e documental serviu de inventário para potencializar a produção das narrativas dos presidentes, fomentando a memória sobre os movimentos instituídos e instituintes ao longo da história da ABEM. Justifica-se sua importância em função do tempo decorrido entre os diversos acontecimentos relacionados a ABEM e o interesse da presente investigação. Como consideram Lima; Geraldi; Geraldi (2015, p. 34) “o inventário é peça fundamental de apoio à memória na reescrita da narrativa”, considerando que “até mesmo a cronologia dos acontecimentos que os dados

explicitam ajuda posteriormente na análise. Espaços e tempos se articulam e se explicitam a partir dessa bússola que os dados fornecem” (Ibid.).

Nesse intento, a pesquisa bibliográfica e documental circunscreveu uma perspectiva histórica desta tese, reunindo publicações e documentos da ABEM para compreender seus movimentos, memórias e histórias como Associação instituída e instituinte.

2.2 A INVESTIGAÇÃO BIOGRÁFICO NARRATIVA: MEMÓRIAS DE UMA COLETIVIDADE NARRADAS PELOS PRESIDENTES DA ABEM

Os movimentos, memórias e histórias da ABEM, sob a perspectiva dos presidentes em relação à Instituição, instituída e instituinte, tomaram forma nesta pesquisa, fundamentalmente através das narrativas. Nesse sentido, a potência da investigação biográfico-narrativa corroborou para a compreensão de processos pelos quais sujeitos constroem significados. Para (SOUZA, 2014)

[...] processos de mediação biográfica dialogam sobre o lugar da oralidade e da escrita como dispositivos que possibilitam reflexões sobre a vida, a formação, as trajetórias individuais e coletivas, bem como sobre o respeito à liberdade, autonomia e democracia individual e social (SOUZA, 2014, p. 40).

Existe uma relação dinâmica entre as vivências dos sujeitos, seus contextos de atuação, sua vida profissional e os diferentes papéis que assumem ao longo de sua trajetória. A abordagem biográfica considera assim um universo de significações imaginárias, crenças, concepções e formas de o sujeito estar no mundo, “implica o desenvolvimento de uma relação de compromisso ético entre os envolvidos em prol da construção de conhecimentos sobre o vivido” (SOUZA, 2018, p. 69).

A investigação biográfica possibilitou que as narrativas fossem analisadas em suas particularidades, relacionadas ao contexto social-histórico, às dimensões do simbólico e do imaginário, à constituição de processos instituídos e instituintes, às circunstâncias envolvidas com os movimentos, memórias e histórias, permitindo aproximações e interpretações de diferentes perspectivas dos presidentes. A investigação biográfico-narrativa pode considerar a

[...] constituição dos indivíduos e suas implicações socioculturais, linguísticas, históricas, econômicas e políticas, ao explicitar marcas como os indivíduos representam-se a si mesmos e aos outros numa perspectiva temporal de sua existencialidade e das experiências construídas ao longo da vida. Assim, a

pesquisa (auto) biográfica nasce do indivíduo, em sua inserção social, mediante modos próprios de biografização e de seus domínios social e singular. Da mesma forma, a temporalidade biográfica configura-se como outra vertente estruturante da experiência humana e das narrativas num tempo biográfico, ao explicitar territórios da vida individual e social, através das experiências vividas e narradas pelos sujeitos, implicando-se com princípios hermenêuticos e fenomenológicos que caracterizam a vida, o humano e suas diferentes formas de expressão e manifestação (SOUZA, 2014, p. 41).

Na construção das narrativas, essa abordagem estabelece íntimas relações com as significações imaginárias e a memória. “Esta, é o componente essencial na característica do(a) narrador(a) com que o pesquisador trabalha para poder (re)construir elementos de análise que possam auxiliá-lo na compreensão de determinado objeto de estudo” (ABRAHÃO, 2003, p. 80).

Na abordagem biográfico-narrativa considera-se que existem potencialidades de diálogo entre os âmbitos individuais e coletivos, as representações simbólicas dos sujeitos e a dimensão das significações imaginárias sociais. Nessa pesquisa, as potencialidades são percebidas nas relações entre os presidentes, seu imaginário e a ABEM.

Através de suas narrativas, os presidentes (re)lembram o que aconteceu, estabelecem sequências, encadeamentos, sentidos e implicações sobre os objetos e ações rememorados. Nesse sentido “a biografia se vincula a memória por implicar um processo de rememoração de fatos vividos” (SOUZA, 2018, p. 68). Isso possibilitou olhar para movimentos que foram instituídos ao longo das gestões e também para movimentos instituintes, concretizados ou não, em cada diretoria, na medida em que as memórias estabelecem aproximações com as dimensões do simbólico e das significações imaginárias sociais que estiveram/estão presentes na Associação.

Nas pesquisas que envolvem a abordagem biográfica, a narrativa atua como mecanismo de acesso à memória, para assumir formas de se ver o tempo e significar na condição de presidente da Associação e, ao rememorar, representar interpretações instituintes e instituídas sobre aquela realidade. Os múltiplos lugares pelos quais a memória consegue transitar,

os (guar)dados, os trechos diversos, enfim, os registros dispersos em velhas pastas precisam ser reconhecidos como dados e ser “desmisturados”. Iluminam-se outros fatos, outros documentos, outras memórias que se tornam visíveis como dados, porque reconhecidos como tais ganham contorno no conjunto da história (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015, p. 33).

O desenvolvimento da narrativa é relevante para esta pesquisa, considerando que manifesta o quanto é significativo o espaço para reflexão, sob o ponto de vista dos presidentes da ABEM, para se atribuir novas leituras e significações imaginárias acerca desse lugar coletivo de representação da Educação Musical,

[...] porque a palavra é arena de luta, lugar de embate de múltiplas percepções sobre o trabalho, sobre a natureza, sobre o modo de viver, de dizer o mundo e de se dizer nele. Trata-se de um eu aberto e inconcluso, susceptível aos discursos compartilhados (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015, p. 31).

As narrativas não são neutras, apontam um imaginário social de ideias, sentidos, significados, representações e concepções assumidos pelos presidentes. As intencionalidades inerentes às narrativas recriam a Instituição simbolicamente, fornecendo suportes que compõem a história, as memórias e a compreensão das vivências frente a ABEM. Desse modo, as narrativas são práticas incessantes e continuamente (re)significadas, visto que se estabelecem em uma intensa inter-relação de significados entre os âmbitos pessoais e os papéis institucionais e profissionais assumidos pelos sujeitos. Essa possibilidade assinala aspectos de suas narrativas em que os presidentes analisam outros pontos de vista a partir de suas memórias e reflexões, dispendo-se a considerar diferentes perspectivas na construção de movimentos instituídos e instituintes da ABEM.

Pensar a ABEM, no centro das narrativas dos presidentes, traz o desenvolvimento de memórias frente ao social instituído da Associação, ao mesmo tempo em que faz vir à tona os caminhos por eles traçados, suas formas organizacionais, proposições, objetivos e metas instituintes em suas gestões.

O exercício da narrativa, nesse sentido, possibilita espaços para suas lembranças e recordações sobre esse movimento no tempo, entre o que estava instituído, social e historicamente com relação a ABEM e o que foi instituinte e protagonizado ao longo dos processos de construção da Associação para a Educação Musical brasileira.


Nas narrativas de experiências, os sujeitos se fazem autores e assinam as compreensões que produzem sobre as suas vidas. Apor sua assinatura decorre da não existência de alibi no mundo para um sujeito evadir-se de sua responsabilidade histórica. Cada sujeito, como ser único, vive e experimenta situações reais que o implicam no ato vivido, na experiência corrida. Nessa unicidade é que ocorrem o ato e o dever concreto de dizer (responder), de responsabilizar-se pelo que se diz. (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015, p. 30-31).

Considerando que perguntar sobre uma história faz parte do seu processo de compreensão, outras “perguntas e caminhos são indiciados à medida que a história vai ganhando forma de narrativa” (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015, p. 33). As memórias ao se constituírem, não emergem apenas do âmbito individual, especialmente em se tratando de uma Associação. É na coletividade, na dimensão imaginária social que adquirem sentidos e potencializam movimentos instituintes, para ganhar força e expressão e se materializarem em movimentos instituídos, significativos para serem representados por meio de narrativas dignas de rememoração.

2.3 AS DIRETORIAS DA ABEM

Ao longo dos seus trinta anos de existência, a ABEM teve oito (8) presidentes e quinze (15) diretorias. Cada diretoria é apresentada, desde a fundação da Associação até a atual gestão, nos quadros a seguir:

Tabela 1 – Diretorias da ABEM

Diretoria da ABEM – 1991 a 1993	
<p>PRESIDENTE: Alda de Jesus Oliveira I SECRETARIA: Ana Margarida L. e Lima II SECRETARIA: Elena Escariz TESOUREIRA: Ana Cristina Tourinho</p> <p>DIRETORES REGIONAIS Região Norte: Anamaria N. Peixoto Região Nordeste: Ilma Lira Região Centro-Oeste: Clacy Antunes Oliveira Região Sudeste: Carlos Kater Região Sul: Leda Maffioletti</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Editor: Raimundo Martins Vera Regina Pilla Cauduro; Jusamara Souza; Rosa Fuks; Diana Santiago.</p>	 <p>Dr.ª Alda de Jesus Oliveira Professora na Universidade Federal da Bahia - UFBA</p>

Diretoria da ABEM – 1993 a 1994

PRESIDENTE: Alda de Jesus Oliveira
 I SECRETARIA: Liane Hentschke
 II SECRETARIA: Diana Santiago
 TESOUREIRA: Ana Cristina Tourinho

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Anamaria N. Peixoto
 Região Nordeste: Ilma Lira
 Região Centro-Oeste: Ana Guiomar Souza
 Região Sudeste: Marisa Foterrada
 Região Sul: Leda Maffioletti

CONSELHO EDITORIAL

Editor: Raimundo Martins
 Rosa Fuks; Ilza Nogueira; Irene Tourinho; Esther Beyer.



Dr.ª Alda de Jesus Oliveira
 Professora na Universidade Federal
 da Bahia - UFBA

Diretoria da ABEM – 1995 a 1996

PRESIDENTE: Raimundo Martins
 I SECRETARIA: Esther Beyer
 II SECRETARIA: Liane Hentschke
 TESOUREIRA: Leda Maffioletti

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Luiz Oliveira Maia
 Região Nordeste: Christiane Maria Almeida
 Região Centro-Oeste: Ana Guiomar Souza
 Região Sudeste: Marisa Fonterrada
 Região Sul: Magali Kleber

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Oscar Dourado
 Alda Oliveira; Glacy Antunes; Rosa Fuks; Irene Tourinho.



Dr. Raimundo Martins da Silva Filho
 Professor na Universidade Federal
 do Rio Grande do Sul - UFRGS

Diretoria da ABEM – 1997 a 1999

PRESIDENTE: Vanda Lima Bellard Freire
 VICE-PRESIDENTE: Carlos Kater
 SECRETARIA: Leda Maffioletti
 TESOUREIRA: Bernadete Zagonel

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Anamaria Nobre Peixoto
 Região Nordeste: Christiane Maria Almeida
 Região Centro-Oeste: Ana Guiomar Souza
 Região Sudeste: Marisa Fonterrada
 Região Sul: Magali Kleber

CONSELHO EDITORIAL

Editor: Joel Luis Barbosa
 Liane Hentschke; Jusamara Souza; Glacy Antunes.



Dr.ª Vanda Lima Bellard Freire
 Professora na Universidade Federal
 do Rio de Janeiro - UFRJ

Diretoria da ABEM – 1999 a 2000

PRESIDENTE: Vanda Lima Bellard Freire
 VICE-PRESIDENTE: Carlos Kater
 SECRETARIA: Esther Beyer
 TESOUREIRA: Jusamara Souza

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Anamaria Nobre Peixoto
 Região Nordeste: Cristina Tourinho
 Região Centro-Oeste: Fernanda Albernaz
 Região Sudeste: Carlos Alberto Storti
 Região Sul: Sérgio Luiz Ferreira Figueiredo

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Liane Hentschke
 Joel Barbosa; Bernadete Zagonel; Maura Penna;
 Regina Márcia Santos.



Dr.ª Vanda Lima Bellard Freire
 Professora na Universidade Federal do
 Rio de Janeiro - UFRJ

Diretoria da ABEM – 2001 a 2003

PRESIDENTE: Jusamara Vieira Souza
 VICE-PRESIDENTE: Alda de Jesus Oliveira
 SECRETARIA: Margarete Arroyo
 TESOUREIRA: Maria Isabel Montandon

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Celson Sousa Gomes
 Região Nordeste: Cristina Tourinho
 Região Centro-Oeste: Maria Cristina de Carvalho
 Região Sudeste: Sônia Teresa da Silva Ribeiro
 Região Sul: Teresa Mateiro

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Liane Hentschke
 Editora: Luciana Del Ben
 Maura Penna; Regina Márcia S. dos Santos; Cristina Grossi.



Dr.ª Jusamara Vieira Souza
 Professora na Universidade Federal
 do Rio Grande do Sul - UFRGS

Diretoria da ABEM – 2003 a 2005

PRESIDENTE: Jusamara Vieira Souza
 VICE-PRESIDENTE: Alda de Jesus Oliveira
 SECRETARIA: Beatriz Ilari
 TESOUREIRA: Teresa Mateiro

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Celson Sousa Gomes
 Região Nordeste: Cristina Tourinho
 Região Centro-Oeste: Cássia Virgínia Coelho de Souza
 Região Sudeste: Sérgio Alvares
 Região Sul: Magali Kleber

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Cláudia Ribeiro Bellochio
 Editora: Luciana Del Ben
 Cristina Grossi; Lia Braga Vieira; Maria Isabel Montandon.



Dr.ª Jusamara Vieira Souza
 Professora na Universidade Federal
 do Rio Grande do Sul - UFRGS

Diretoria da ABEM – 2005 a 2007

PRESIDENTE: Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo

VICE-PRESIDENTE: Cristina Grossi

SECRETARIA: José Nunes Fernandes

TESOUREIRA: Regina Cajazeira

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Sônia Blanco

Região Nordeste: Luis Ricardo Silva Queiroz

Região Centro-Oeste: Cássia Virgínia Coelho de Souza

Região Sudeste: Ilza Zenker Joly

Região Sul: Rosane Cardoso de Araújo

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Cláudia Ribeiro Bellochio

Editora: Cecília Torres

Isabel Mantandon; Lia Braga Vieira; Maura Penna.



Dr. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo
Professor na Universidade do Estado
de Santa Catarina - UDESC

Diretoria da ABEM – 2007 a 2009

PRESIDENTE: Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo

VICE-PRESIDENTE: Cristina Grossi

SECRETARIA: José Nunes Fernandes

TESOUREIRA: Regina Cajazeira

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: José Ruy Henderson Filho

Região Nordeste: Luis Ricardo Silva Queiroz

Região Centro-Oeste: Manoel Câmara Rasslan

Região Sudeste: Sônia Albano de Lima

Região Sul: Rosane Cardoso de Araújo

CONSELHO FISCAL

Presidente: Vanildo Marinho

Magali Kleber; Ana Lúcia Louro; Ilza Zenkner Joly.

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Maria Cecília Torres

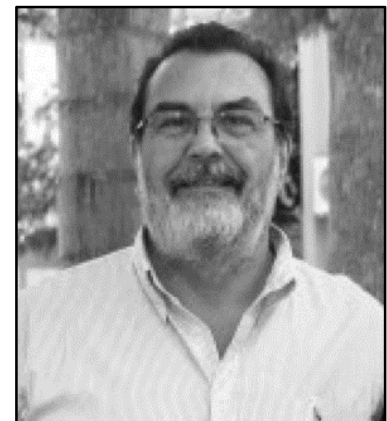
Editora: Cláudia Ribeiro Bellochio

Editora Convidada da Revista MEB (2009): Luciane W.

F. Garbosa

Maura Penna; Cássia Virgínia Coelho de Souza; Lília

Neves.



Dr. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo
Professor na Universidade do Estado
de Santa Catarina - UDESC

Diretoria da ABEM – 2009 a 2011

PRESIDENTE: Magali Oliveira Kleber
 VICE-PRESIDENTE: Jusamara Souza
 SECRETARIA: Luis Ricardo Silva Queiroz
 TESOUREIRA: Cristiane Almeida

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: José Ruy Henderson Filho
 Região Nordeste: Vanildo Marinho
 Região Centro-Oeste: Flavia Maria Cruvinel
 Região Sudeste: Ilza Zenker Joly
 Região Sul: Cláudia Ribeiro Bellochio

CONSELHO FISCAL

Presidente: Luciana Del Ben
 Heloisa Feichas; Ana Lúcia Louro; Leda Maffioletti.

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Luciane Wilke Freitas Garbosa
 Editora: Maria Cecília Torres
 Carlos Kater; Cássia Virgínia Coelho de Souza; Lilia Neves.



Dr.ª Magali Oliveira Kleber
 Professora na Universidade Estadual
 de Londrina - UEL

Diretoria da ABEM – 2011 a 2013

PRESIDENTE: Magali Oliveira Kleber
 VICE-PRESIDENTE: Jusamara Souza
 SECRETÁRIO: Luis Ricardo Silva Queiroz
 TESOUREIRA: Cristiane Almeida

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Rosemara Staub de Barros
 Região Nordeste: Vanildo Mousinho Marinho
 Região Centro-Oeste: Flavia Maria Cruvinel
 Região Sudeste: José Nunes Fernandez
 Região Sul: Cláudia Ribeiro Bellochio

CONSELHO FISCAL

Presidente: Luciana Del Ben
 Valéria Carvalho; Ana Lúcia Louro; Inês Rocha.

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Maria Cecília Torres
 Editora: Cássia Virginia Coelho de Souza
 Carlos Kater; Lilia Neves; Nilceia Protásio.



Dr.ª Magali Oliveira Kleber
 Professora na Universidade Estadual
 de Londrina - UEL

Diretoria da ABEM – 2013 a 2015

PRESIDENTE: Luis Ricardo Silva Queiroz

VICE-PRESIDENTE: Cristiane Almeida

SECRETÁRIO: Marcus Vinicius Medeiros

TESOUREIRA: Inês Rocha

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Lia Braga

Região Nordeste: Jean Joubert Freitas Mendes

Região Centro-Oeste: Manoel Rasslan

Região Sudeste: Ademir Adeodato

Região Sul: Cleusa Cacione

CONSELHO FISCAL

Presidente: Valéria Carvalho

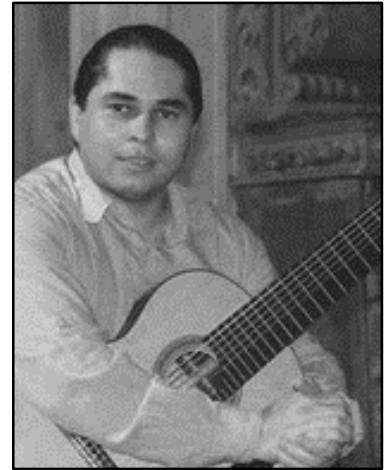
Cristina Tourinho; Rosemara Staub; Eduardo Luedy.

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Cláudia Ribeiro Bellochio

Editora: Luciane Wilke Garbosa

Carlos Kater; Luciana Del Ben; Viviane Beineke.



Dr. Luis Ricardo Silva Queiroz
Professor na Universidade Federal da
Paraíba - UFPB

Diretoria da ABEM – 2015 a 2017

PRESIDENTE: Luis Ricardo Silva Queiroz

VICE-PRESIDENTE: Cristiane Almeida

SECRETÁRIO: Marcus Vinicius Medeiros Pereira

TESOUREIRO: Manoel Rasslan

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Rosângela Duarte

Região Nordeste: Jean Joubert Freitas Mendes

Região Centro-Oeste: Delmary Vasconcelos de Abreu

Região Sudeste: Inês Rocha

Região Sul: Vânia Malagutti Fialho

CONSELHO FISCAL

Presidente: Valéria Carvalho

Carlos Kater; Rosemara Staub; Ademir Adeodato.

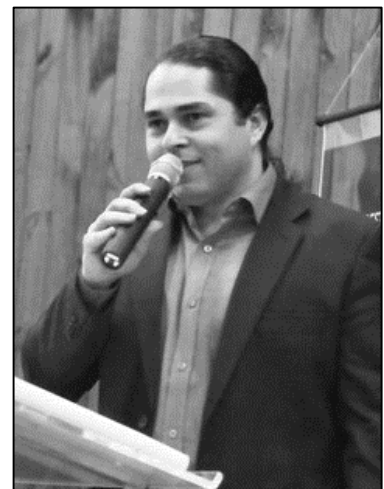
CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Regina A. Teixeira dos Santos

Editora da Revista da ABEM: Luciana Del Ben

Editora da Revista MEB: Viviane Beineke

Cláudia Bellochio; José Soares; Sérgio Figueiredo.



Dr. Luis Ricardo Silva Queiroz
Professor na Universidade Federal da
Paraíba - UFPB

Diretoria da ABEM – 2017 a 2019

PRESIDENTE: Marcus Vinícius Medeiros Pereira

VICE-PRESIDENTE: Vanildo Marinho

SECRETARIA: Mário André Wanderley

TESOUREIRA: Edineiram Maciel

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Maíra Andriani Scarpellini

Região Nordeste: Flávia Candusso

Região Centro-Oeste: Evandro Rodrigues Higa

Região Sudeste: Fernando Galizia

Região Sul: Luciane Wilke Freitas Garbosa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Jean Joubert Freitas Mendes

Francine Kemmer Cernev; Solange Maranhão Gomes;

Leonardo Moraes.

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo

Editora da Revista da ABEM: Regina Finck Schambeck

Editora da Revista MEB: Viviane Beineke

Nair Pires; Manoel Rasslan; Delmary Abreu.



Dr. Marcus Vinícius Medeiros Pereira
Professor na Universidade Federal de
Juiz de Fora - UFJF

Diretoria da ABEM – 2019 a 2021

PRESIDENTE: Marcus Vinícius Medeiros Pereira

VICE-PRESIDENTE: Vanildo Marinho

SECRETÁRIO: Mário André Wanderley

TESOUREIRA: Edineiram Maciel

DIRETORES REGIONAIS

Região Norte: Jéssica de Almeida

Região Nordeste: João Emanuel Benvenuto

Região Centro-Oeste: Paulo Affonso Marins

Região Sudeste: Helena Lopes

Região Sul: Cristina Rolim Wolffenbüttel

CONSELHO FISCAL

Presidente: Jean Joubert

Flávia Candusso; Solange Maranhão Gomes; Fernando

Galizia.

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Nair Aparecida Rodrigues Pires

Editora da Revista da ABEM: Cristiane Galdino

Editora da Revista MEB: Cecília Cavalieri França

Cláudia Bellochio; Luciana Del Ben; Delmary Abreu.



Dr. Marcus Vinícius Medeiros Pereira
Professor na Universidade Federal de
Juiz de Fora - UFJF

2.4 ENTREVISTAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS

Entende-se que as entrevistas narrativas biográficas são fundamentais para a compreensão dos movimentos, memórias e histórias, instituídas e instituintes da ABEM como Instituição potencializadora da Educação Musical brasileira. Para Souza (2014),

As disposições construídas num processo de entrevista abrem muitas possibilidades de sentido, formação, compreensão e marcas biográficas da vida entre entrevistador e entrevistado, frente a partilha de experiências de vida e de percursos biográficos vinculados a projetos de pesquisa ou à práticas de formação (SOUZA, 2014, p. 42).

Os sujeitos da pesquisa ao tomarem como objeto de reflexão as experiências das quais foram/são protagonistas em relação a ABEM, constroem novos sentidos sobre as experiências vividas nesse lugar coletivo, (re)significando seu imaginário social sobre a Associação.

Assim, em relação ao que aconteceu, o instituído, e ao que foi potência de acontecer, o instituinte, tem-se a memória, que toda vez que é acessada é susceptível de novas significações. Estas expressas por meio das narrativas, que convocam as “complexas relações que o indivíduo estabelece com representações, crenças e valores que circulam em seu entorno, mediante uma infinidade de narrativas, que lhes são transmitidas e as que ele próprio elabora sobre o que acontece e o que lhe acontece” (PASSEGGI; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016, p. 114).

Assim, considera-se que a narrativa está

relacionada com o impacto gerado sobre quem viveu tal experiência, seja em termos de transformação produzida no lugar ou nos sujeitos envolvidos ou porque ela surge como ensinamento acerca de uma situação-problema que outros membros do grupo trazem para os espaços (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015, p. 36).

A compreensão dessa história passa pela reconstrução do narrado, do movimento instituinte e do que foi instituído em cada período na Associação, no encontro com o referencial teórico e com a história instituída da ABEM, presente nas diversas formas de registro bibliográfico desde sua fundação.

Para a análise da materialidade da pesquisa na investigação biográfico-narrativa, Abrahão (2003) propõe três planos de compreensão do contexto:

o contexto vivido no passado, que comporta a totalidade de referenciais biográficos e sociais dos sujeitos entrevistados; o contexto do presente dos

sujeitos, que supõe as redes de relações sociais do presente dos sujeitos, desde as que se elaboram mediante a concreta situação de entrevista estabelecendo seu sentido para o presente; o contexto da entrevista, que supõe as formas de acordo e cooperação para a efetivação da própria entrevista, como a relação de escuta e transmissão em reciprocidade como condição para a reflexão (ABRAHÃO, 2003, p. 82-83).

No momento de interpretação das narrativas biográficas, a compreensão do contexto levou em consideração narrativas de processos pelos quais os presidentes rememoraram aspirações, sentidos, intenções, ideais e realizações coletivas acerca da Associação. Trata-se da interpretação das histórias narradas na dimensão das relações estabelecidas entre os processos plurais e individuais mediatizados pela memória. Memória que é ao mesmo tempo individual e coletiva, pois se estabelece na perspectiva de cada presidente, mas também é acessada com a intencionalidade de narrar sobre o coletivo ABEM.

Essa forma de narrativa constitui um meio peculiar de investigação, permeado por uma “consciência histórica, em que o presente, o passado e a expectativa do futuro se imbricam numa perspectiva tridimensional” (ABRAHÃO, 2003, p. 84). É produzida na relação entre pesquisador e entrevistado, com a intencionalidade de construir memórias sobre assuntos, objetos, fatos ou contextos, a qual leva a considerar que “esse resignificar os fatos narrados nos indica que, ao trabalharmos com memória, o estamos fazendo conscientes de que tentamos capturar o fato sabendo-o reconstruído por uma memória seletiva, intencional ou não” (Ibid., p. 86). Há que se levar em conta ainda que “os sentidos são inacabáveis, e deles só temos memória. A compreensão que construímos é sempre mutável”. (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015, p. 39).

As narrativas biográficas dos presidentes, tomadas por essa ótica, representam sentidos sobre os movimentos coletivos da ABEM, tomados por sua memória reconstrutiva (ABRAHÃO, 2003), que se constitui pela materialidade acessível ao conjunto do que é representado pela consciência. Assim, a reconstrução dos sentidos daquilo que é narrado se apresenta na análise dos elementos e seu conjunto em relação ao contexto histórico e social, na constituição de movimentos instituídos e instituintes. Para Abrahão (2003)

o fato de reconhecermos e aceitarmos a reconstrutividade da memória como percepções pessoais da "realidade", que é resignificada ao longo das trajetórias de vida, em virtude de novas vivências e, mesmo, da perspectiva tridimensional do tempo narrativo, a que já nos referimos, não elide que, na interpretação das informações, também lhes imprimamos sentido, fundamentadas no todo dos elementos de que dispomos, pela triangulação

do conteúdo das narrativas com o de outras fontes: documentos, narrativas de outras pessoas, etc (ABRAHÃO, 2003, p. 93).

As significações imaginárias (re)construídas na memória através das narrativas dos presidentes, compreendem a produção da memória individual disparada na lembrança de uma memória coletiva da história da ABEM. O exercício da memória, que ocorre em um tempo narrativo presente, vem carregado de experiências e de percepções que se diferenciam daqueles fatos vivenciados no passado e, por isso, (re)significados. Esse caráter dinâmico da memória corrobora com a perspectiva de que “as fronteiras sempre móveis, que separam a memória do esquecimento, dependem do resultado transitório de um conflito entre forças que levam o passado à consciência e forças que o condenam ao esquecimento” (BUENO, 2002, p. 304).

Podemos pensar essas forças em relação aos movimentos instituídos e instituintes da Associação, que foram trazidos nas narrativas dos presidentes, através das significações imaginárias presentes na materialidade do que foi rememorado. Assim também, “memórias mexem com nosso imaginário, nosso subjetivo, nossas lembranças, de modo que vamos tecendo uma relação entre passado e presente quando recorremos a elas” (LIMA, 2013, p. 38), considerando que as memórias dos presidentes estão conectadas ao contexto social-histórico. Elas adquirem sentidos e são subjetivadas no magma das significações imaginárias, levando-se em conta que

[...] a memória de um indivíduo vem carregada de significados sociais dos quais faz parte. Assim, no momento em que trabalhamos com essas lembranças, não podemos deixar de considerar aspectos sociais vinculados a um contexto mais amplo, no qual se insere esse indivíduo e ao qual se refere quando busca no passado suas lembranças vividas (LIMA, 2013, p. 38).

Nessa pesquisa, os contextos da ABEM em seus movimentos com relação à Educação Musical brasileira são rememorados nas histórias vividas pelos presidentes em contextos sócio históricos específicos.

2.5 A PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DOS PRESIDENTES DA ABEM

O processo que levou à produção das narrativas dos presidentes iniciou com o contato realizado através do envio de um e-mail, convidando-os a participar de uma entrevista narrativa. Os contatos iniciaram-se no mês de outubro de 2019 e mantiveram-se em diferentes momentos durante o ano de 2020. Por meio de um

documento denominado Carta Convite, foi elucidado a cada presidente o contexto de construção da pesquisa, sua temática, objetivos e procedimentos metodológicos.

Após a confirmação inicial de participação na pesquisa, foram agendadas as datas de realização das entrevistas narrativas, de acordo com as possibilidades e a disponibilidade de cada presidente. A totalidade da produção das entrevistas perdurou o período de outubro de 2019 a setembro de 2020. Para a construção dessa materialidade, considerei importante que as narrativas pudessem ser registradas presencialmente. Contudo, duas das entrevistas foram realizadas em forma de *web conferência*, uma pela plataforma *Skype* e outra pela plataforma *Google Meet*, em função do esgotamento dos recursos financeiros para a realização das viagens e também da pandemia de COVID-19.

Todas as entrevistas foram registradas em áudio por meio de um gravador e transcritas na íntegra. Após essa fase, disponibilizadas aos presidentes para leitura e revisão, a fim de que pudessem autorizar, vetar ou realizar os ajustes que julgassem necessários à transcrição.

A primeira entrevista foi em 28 de outubro de 2019, com a professora Dr.^a Jusamara Vieira Souza, quarta presidenta da ABEM, na sede do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS. Esta entrevista durou duas horas e vinte e três minutos, e gerou um documento de transcrição de trinta páginas.

A segunda entrevista, ocorreu em 15 de janeiro de 2020, com a professora Dr.^a Magali Oliveira Kleber, sexta presidenta da ABEM, realizada em sua residência, na cidade de Londrina/PR. Teve a duração de quatro horas e quarenta e cinco minutos, e originou um documento de transcrição de trinta e oito páginas.

A terceira entrevista foi por meio de *web conferência*, com o professor Dr. Luis Ricardo Silva Queiroz, sétimo presidente da ABEM, na data de 16 de janeiro de 2020. Teve a duração de uma hora e trinta e sete minutos, e foi transcrita em um documento de vinte páginas.

A quarta entrevista, ocorreu no dia 20 de janeiro de 2020, com o professor Dr. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, quinto presidente da ABEM, em sua residência, em Florianópolis/SC. Esta entrevista teve a duração de três horas e quatro minutos, e sua transcrição gerou um documento de trinta e sete páginas.

A quinta entrevista foi realizada na data de 28 de janeiro de 2020, com o professor Dr. Marcus Vinícius Medeiros Pereira, oitavo presidente da ABEM, no

Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Teve a duração de duas horas e sete minutos, originando em sua transcrição um documento de vinte e cinco páginas.

A sexta entrevista foi realizada na data de 05 de fevereiro de 2020, com a professora Dr.^a Alda de Jesus Oliveira, primeira presidenta da ABEM, em sua residência, na cidade de Salvador/BA. Esta entrevista durou duas horas e dois minutos, gerando um documento de vinte e quatro páginas de transcrição.

A sétima entrevista, foi realizada já em um contexto de pandemia da COVID-19, na data de 17 de setembro de 2020, por meio de *web conferência* com o professor Dr. Raimundo Martins da Silva Filho, segundo presidente da ABEM. Esta entrevista teve uma hora e três minutos de duração e originou um documento de transcrição de quatorze páginas.

Dessa maneira, foi possível entrevistar todos os presidentes vivos da ABEM atualmente, com exceção da professora Dr.^a Vanda Lima Bellard Freire, que foi a terceira presidenta da ABEM.

Após a transcrição das entrevistas, as mesmas foram enviadas por *e-mail* para os respectivos presidentes, para sua revisão e autorização. De posse da versão final autorizada das transcrições, precedeu-se ao processo de análise das entrevistas.

2.6 ANÁLISE DE DADOS

Ao rememorarem sua história com a Instituição, os presidentes construíram, pelas narrativas, imaginário social instituído e instituinte, possibilidades para a organização de indicativos e pistas, as quais geraram eixos temáticos, que foram organizados para a análise dos dados. Considerando tais elementos, optou-se pela análise interpretativa-compreensiva como uma possibilidade de leitura das narrativas:

A análise compreensiva-interpretativa das narrativas busca evidenciar a relação entre o objeto e/ou as práticas de formação numa perspectiva colaborativa, seus objetivos e o processo de investigação-formação, tendo em vista apreender regularidades e irregularidades de um conjunto de narrativas orais ou escritas, partem sempre da singularidade das histórias e das experiências contidas nas narrativas individuais e coletivas dos sujeitos implicados em processos de pesquisa e formação (SOUZA, 2014, p. 43).

Através das narrativas buscou-se uma perspectiva de análise que pudesse considerar elementos singulares e coletivos a fim de possibilitar interpretações sobre a história, a memória e as significações imaginárias sociais dos presidentes na

construção da Instituição ABEM. Nessa perspectiva, tomei a orientação de que “a análise requer que o investigador desenvolva um enredo ou argumento que lhe permita unir temporal ou tematicamente os elementos, dando uma resposta compreensiva sobre porque algo aconteceu” (BOLIVAR BOTIA, 2002, p. 13-14). Isso demandou-me estudos sobre os tempos históricos vividos pelos presidentes junto com a análise de materiais bibliográficos que foram produzidos a cada gestão. Além disso, as linhas conectivas entre um período e outro das gestões da ABEM também potencializaram análises mais profundas pela via do imaginário social.

A organização da transcrição das narrativas para a análise foi realizada dentro do programa *Microsoft Word*, tendo como orientação a análise compreensivo-interpretativa. Retomando a análise compreensivo-interpretativa, Souza (2014) propõe a organização da análise das narrativas em três tempos, definidos como: 1- *Pré-análise/leitura cruzada*; 2- *Leitura temática/unidades de análise descritiva*; 3- *Leitura interpretativa-compreensiva*.

Os três tempos de análise estabelecem relações entre si, mantendo nessa dinâmica, aproximações e singularidades, intercâmbios entre as unidades de análise e o contexto mais amplo.

A leitura cruzada ou pré-análise, em processo de pesquisa, de formação ou de investigação-formação remete ao pesquisador para uma escuta sensível e atenta, bem como para a leitura sucessiva das fontes, implicando no cruzamento individual e coletivo das histórias dos colaboradores e do mapeamento inicial de significações e unidades temáticas de análise, por considerar os eventos narrados ou descritos sobre o objeto específico de pesquisa ou de formação, sempre centrado nos percursos, trajetórias e experiências de vida dos sujeitos e das singularidades de cada história de vida (SOUZA, 2014, p. 43).

Na leitura cruzada ou pré-análise importa levar em conta as singularidades das narrativas dos sujeitos, a partir do que é particular ou subjetivo para considerar deslocamentos de tempo e espaço em direção ao contexto da narrativa, abrangendo aspectos particulares e gerais.

Considerando a transcrição das narrativas, inicialmente foram organizados três macro eixos de análise com base nos objetivos desta pesquisa: Eixo 1 – História e Memória da ABEM; Eixo 2 – Organização e Divulgação Científica; Eixo 3 – Luta pela Representatividade Política.

O segundo tempo da análise consistiu na organização de unidades de análise temática:

[...] a análise temática visibiliza a complexidade, a singularidade e a subjetividade das narrativas, exigindo um olhar e uma leitura atentos do pesquisador, uma vez que as regularidades, as irregularidades e as particularidades apresentam-se na oralidade e na escrita, através dos sentidos e significados expressos e/ou não, no universo particular das experiências de cada sujeito. A leitura analítica e a interpretação temática têm o objetivo de reconstituir o conjunto das narrativas, no que se refere à representação e agrupamento, através das unidades temáticas de análise, a fim de apreender sutilezas, o indizível, as subjetividades, as diferenças e as regularidades históricas que comportam e contém as fontes (auto)biográficas (SOUZA, 2014, p. 44).

Nessa fase foram consideradas questões referentes à pertinência, homogeneidade e heterogeneidade, que funcionam no sentido de conhecer as narrativas, compreender e descrever acontecimentos vivenciados. Assim, as unidades de análise temática remetem para a “complexidade e a totalidade de cada experiência narrada, seja através da pertinência e recorrência dos episódios ou das suas irregularidades e particularidades da vida em suas diferentes formas de manifestação ou de expressão” (SOUZA, 2014, p. 45).

A organização dessas unidades de significação¹⁰ vincula-se aos processos de leitura cruzada (pré-análise), abrangendo as formas como cada sujeito constrói sua narrativa, às possíveis referências e implicações com o contexto social e histórico e à subjetividade de cada narrativa.

No segundo tempo de análise das narrativas foram identificadas as Unidades de Análise Temática (UAT), organizadas dentro de cada um dos macro eixos que compreenderam inicialmente a leitura cruzada ou pré-análise. Nessa fase, as UATs foram agrupadas em índices temáticos, referenciados por seus respectivos números de página, para melhor organização e desenvolvimento da análise, os quais são apresentados na tabela a seguir:

¹⁰ [...] faz-se necessário explicitar duas questões, a primeira diz respeito ao exercício constante de escuta e leitura para a construção de unidades de análise temática em articulação com a totalidade da história narrada, contrapondo-se a ideia de categoria. A segunda refere-se às questões postas entre pesquisa (auto)biográfica e o trabalho com as narrativas, exigindo uma posição ética no processo da pesquisa ou das práticas de formação, em função da totalidade dos conteúdos das histórias. Mesmo que a pesquisa utilize de fragmentos, aqui entendidos como unidades de análise temática, para agrupar as experiências contempladas nas narrativas e nos excertos biográficos dos sujeitos envolvidos num projeto de pesquisa ou num processo experiencial de formação inicial ou continuada (SOUZA, 2014, p. 45).

Tabela 2 - Índices Organizacionais das Unidades de Análises Temáticas

Macro Eixo - História e Memória da ABEM
<ul style="list-style-type: none"> · Contexto anterior à fundação da ABEM: SINAPEM, ANPPOM · Construção do comitê da área de Artes no CNPq · Contexto relacionado ao início da pós graduação em Educação Musical no país · Criação da ANPPOM · Contexto da educação musical brasileira no período de fundação da ABEM · Contexto de nascimento e fundação da ABEM · Objetivos que fundamentaram a fundação da ABEM · Linhas de organização da ABEM · Organização do primeiro encontro da ABEM · Organização do estatuto · Primeiros anos da ABEM · Financiamento das ações da ABEM: encontros e publicações · Necessidade de desenvolver as publicações, fomentar a pesquisa e as pós-graduações em Educação Musical no país · Relações com a pós-graduação e as universidades · Necessidade de ampliação do número de membros da ABEM · Relações ABEM e ISME · Continuidade às linhas de pensamento, organização e ações instituídas · Realização dos eventos · Aproximações com as universidades · Necessidade de ampliação e profissionalização da Associação · A ampliação e a profissionalização: novas demandas de cada gestão · ABEM como gestão coletiva e seu sentido voluntário · Ampliação da ABEM para vários segmentos de associados · O engajamento com a construção de um campo de conhecimento · Organização e consolidação das Diretorias Regionais · Realização dos eventos · Criação dos encontros regionais da ABEM · Relação com as políticas públicas de cada período · Contexto relacionado à LDBEN/96 · Organização, comunicação e incorporação dos avanços tecnológicos de cada período · Temas que a ABEM foi instituindo ao longo de sua história · Ampliação da participação de associados provenientes do contexto da Educação Básica · Questões financeiras da ABEM em cada período · Site da ABEM · Contexto relacionado à Lei 11.769/08 · Continuidade e manutenção de publicações · Descontinuidade de publicações · Instituição de novas publicações · Esforço pela representatividade de todos os segmentos de associados, incorporação da diversidade de categorias e atores sociais · Questões burocráticas e de regularização institucional da ABEM · Conhecimento, discernimento e percepção sobre o valor simbólico da instituição · Movimentos pela música na educação básica · Novas propostas instituídas a cada gestão · Parcerias interinstitucionais · Movimentos de internacionalização · Permanece no âmbito instituinte o desejo de uma Sede física para a ABEM · Ampliação da profissionalização da Instituição · Mudanças de foco nos temas e debates da Associação · Criação dos Fóruns Permanentes de Discussão · Organização financeira da ABEM

- Contexto das Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino da Música na Educação Básica
- Contexto da BNCC
- Diálogos e rupturas com instâncias políticas
- Impactos na ABEM relacionados ao corte de financiamentos e retrocesso de políticas públicas
- Manutenção das conquistas históricas
- Atualização da ABEM para o contexto digital

Macro Eixo - Organização e Divulgação Científica

- Publicação científica relacionada aos objetivos de fundação da ABEM
- Organização das primeiras publicações da ABEM
- Carência de recursos financeiros para a produção das publicações
- Revista da ABEM
- Publicação dos Anais dos Eventos
- Série Fundamentos da Educação Musical
- Série Teses
- Revista Música na Educação Básica
- Boletins Informativos
- Criação de espaços para a publicação do conhecimento científico produzido
- Investimento na produção e divulgação científica das publicações
- Relações e repercussões nos cursos superiores e pós-graduação
- Dificuldades para a sistematização do conhecimento acadêmico produzido
- Análise da qualidade da produção acadêmica
- Diálogo com diferentes cenários de produção de pesquisa científica em educação musical
- Necessidade de construção de perspectivas coletivas para a produção da pesquisa em educação musical no Brasil
- Ênfase na manutenção, continuidade e ampliação das publicações da ABEM
- Processos de reestruturação das publicações
- Luta por representatividade científica e acadêmica
- Eventos da ABEM e a divulgação científica, Encontros Anuais e Regionais da ABEM como movimentos de organização e divulgação científica
- Necessidade contínua pela busca de financiamentos para as publicações
- Ligações com o desenvolvimento das pós-graduações e estabelecimento de redes de pesquisadores
- Relações de internacionalização e diálogos entre pesquisadores
- Necessidade de ampliação do corpo de pesquisadores da Educação Musical
- Incentivo à criação de revistas locais e regionais vinculadas às universidades
- Construção da representatividade política embasada pela representatividade científica
- Necessidade de produzir e fomentar a pesquisa em Educação Musical no Brasil
- Necessidade de fortalecimentos e avanço da ABEM como campo científico
- Relações entre organização científica e contexto sócio-político de cada período
- Atualização para os meios digitais de publicação e divulgação científica
- Necessidades de maior aproximação e impacto das publicações da ABEM com o contexto da Educação Básica
- Aprofundamento do estado da arte da educação musical
- Reconhecimento nacional dos pesquisadores e um corpo de conhecimentos em Educação Musical produzido no Brasil
- Profissionalização das publicações
- Consolidação e atualizações da plataforma digital da ABEM
- Organização e realinhamento dos principais temas para o debate coletivo
- Interação com o debate científico internacional
- Em âmbito instituinte existem perspectivas de internacionalização da Revista da ABEM
- Impactos dos cortes orçamentários governamentais para a circulação científica e de pesquisadores
- Perspectivas de realização de eventos totalmente *on-line*
- Manutenção de um corpo científico permanente de pesquisadores

Macro Eixo - Luta pela Representatividade Política

- As articulações entre ABEM e ISME
- Encontros ISME no Brasil
- ABEM representante da ISME na América Latina
- Aproximações e representatividade política junto ao MEC
- Comissão de Especialistas CEEARTES e Comissão de Especialistas CEEMÚSICA
- Necessidade de ampliar a participação da ABEM no cenário político
- A dimensão científica da ABEM contribuiu para sua representatividade política em diversos setores da sociedade civil e instâncias públicas, órgãos governamentais
- Construção de representatividade política através dos Encontros da ABEM
- Diálogos com o CNPq e CAPES para o desenvolvimento da Educação Musical
- Representatividade política da ABEM apoiada pela ANPPOM
- Relações interinstitucionais com as universidades
- Relações com os programas de pós-graduação
- Luta pela superação da polivalência em Artes na Educação Básica
- Ampliação da participação política da ABEM no cenário nacional
- Reconhecimento da ABEM pelos órgãos governamentais, MEC, MinC
- Contexto da LDB/1996
- Contexto das Diretrizes para a Formação dos Cursos Superiores/2004
- As articulações que levaram à proposição da Lei 11.769
- Intensificação do diálogo com a sociedade e da atuação política em relação às Secretarias de Educação
- Contexto da Lei 11.769/2008
- ABEM incorpora o papel de fomentar a consciência ao processo político em educação Musical
- Ampliação da participação política da ABEM no cenário nacional a partir da lei 11.769
- Necessidade de desenvolvimento de maior consciência do processo político envolvendo diversos atores da sociedade civil e órgãos do poder público
- Relações de pertencimento à ABEM
- Construção de um imaginário de pertencimento ao coletivo da Educação Musical que a ABEM representa
- Necessidade de representação política em instâncias mais amplas ao contexto das Políticas Públicas em Educação
- Organização de processos de ampliação e consolidação da representatividade nacional e internacional da ABEM
- Relações entre a representatividade nacional e as representações regionais da ABEM
- Gestão colaborativa e a construção da representatividade política
- Formação de lideranças
- Capacidade de mobilização da Associação
- Intensificação do sentido coletivo da ABEM
- Organização interna da Associação e nos seus processos de comunicação
- Participação efetiva na construção de documentos que regem a educação nacional
- Diálogo interinstitucional
- Contexto BNCC
- Resistência aos retrocessos pós golpe de 2016
- Diálogo com outras associações de área
- Movimentos de internacionalização

O terceiro tempo, compreendido como a

[...] análise interpretativa-compreensiva – vincula-se ao processo de análise, desde o seu início, visto que exige leituras e releituras individuais e em seu conjunto do *corpus* das narrativas, recorrendo aos agrupamentos das unidades de análise temática e/ou ao conjunto das narrativas e das fontes utilizadas (SOUZA, 2014, p. 46).

Assim, foi realizada uma análise interpretativa-compreensiva das entrevistas (SOUZA, 2014), articulada aos planos de compreensão do contexto propostos por Abrahão (2003).

Após a leitura cruzada e a organização de unidades de análise temática, foram definidos agrupamentos dessas unidades, considerando nessa organização, suas relações com a totalidade das narrativas, orientadas pelo referencial teórico-metodológico e pela produção desenvolvida no contexto da pesquisa bibliográfica. Foram organizados, dessa forma, três grandes eixos, nos quais os agrupamentos das unidades de análise temática relacionam-se aos contextos de compreensão orientados pelos objetivos que regem a realização desta pesquisa, produzindo sentidos e significados com relação às narrativas dos presidentes. Esses macro eixos são: História e Memória da ABEM; Organização e Divulgação Científica; Luta pela Representatividade Política.

Assim, os elementos elaborados na polifonia desse lugar coletivo de significados e representações que constitui a ABEM, (re)construídos na memória dos presidentes e materializados através de suas narrativas, passam a dizer sobre uma história que é de muitas pessoas, de movimentos instituídos e instituintes que compõem a Instituição.

CAPITULO 3 – A CONSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO, O IMAGINÁRIO SOCIAL INSTITUÍDO E INSTITUINTE: MOVIMENTOS DA ABEM

Para compreender movimentos, memórias e histórias, instituídas e instituintes da ABEM como Instituição potencializadora da Educação Musical brasileira, através das significações imaginárias construídas nas narrativas dos seus presidentes, discutem-se os conceitos que balizam a organização de reflexões propostas na presente pesquisa. Tais conceitos podem corroborar na busca por compreensões sobre a constituição de processos históricos e sociais dos movimentos da Associação, através das memórias narradas e das significações imaginárias que conferem sentidos a esses movimentos.

Enquanto Instituição, a ABEM simboliza os significados e representações instituídas social e historicamente pelas diretorias, para representar imaginários que foram instituintes entre o coletivo de sujeitos que fazem parte da Associação, ou seja, os associados. Nesse sentido, a diretoria, representada pela figura do presidente, tanto é propositiva, quanto responde a anseios desse imaginário coletivo instituinte, em movimentos entre as dimensões instituídas e instituintes abarcadas em uma linha histórica, não necessariamente progressiva, mas capaz de se deslocar através de continuidades e tensionamentos.

Ao se considerar a ABEM como uma Instituição que se constitui, de modo instituído e instituinte, leva-se em conta a existência de formas de manifestação do simbólico que permeiam modos de criação das significações individuais e sociais, apresentando implicações em processos de formação, manutenção e reorganização das instituições. Por considerar que os movimentos, memórias e histórias da ABEM, como Instituição potencializadora da Educação Musical brasileira, são permeados por dimensões simbólicas, significações e representações, ideais, aspirações e sentidos que são coletivos mas também individuais, buscou-se para a construção da pesquisa, aproximações com as dimensões do simbólico e do imaginário, da construção de significados, da autonomia e da dimensão social-histórica, das significações imaginárias sociais, da constituição das instituições e de processos instituídos e instituintes.

3.1 O SIMBÓLICO, O IMAGINÁRIO E A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS

Nas dimensões do simbólico emergem e se organizam as formas de existência e significação do sujeito com o mundo.

Figura 1 – Formas de existência e significação do sujeito com o mundo



Fonte: elaborado pelo pesquisador.

A constituição do indivíduo como ser repleto de significações somente tem sua existência atrelada à sociedade como elemento social-histórico (CASTORIADIS, 1982). Essa existência é permeada de significações, as quais constituem o universo do simbólico.

Adentrar no simbólico é produzir aproximação com sentidos e significados produzidos social e individualmente. Mesmo sabendo que não conhecemos o imaginário, aproximamo-nos do que se mostra, do que nos mostram, do que elegem mostrar (OLIVEIRA; FACCO; DEUS, 2019, p. 382).

Considerando que a origem das representações e dos significados ocorre no imaginário e é materializada na constituição do símbolo (CASTORIADIS, 1982), também os indivíduos constituem significações sobre as instituições, ao passo que “instituímos formas de viver nas instituições, (res) significando-as à medida que não fazem mais sentido e vão sendo pensadas outras formas (eidos) (OLIVEIRA et al 2019, p. 382). Através desses processos, se produzem sentidos de reconhecimento da ABEM como Instituição, presentes na dimensão simbólica de seus associados, perpassando todos os níveis e funções abarcados pela Associação.

Castoriadis (1982) mostra que faz parte do simbólico o processo de compreensão que o indivíduo social-histórico realiza ao se entender como pertencente a determinado grupo ou sociedade, no qual também cria, constitui e mantém instituições. Na dimensão simbólica os sujeitos creditam à ABEM sua representação, a significam como lugar de reconhecimento aos anseios e a subjetividade, perpassados por um plano coletivo. Esse processo ocorre no âmbito do imaginário.

Ao analisar como ocorre a constituição da subjetividade¹¹, Carvalho (2002, p. 9) considera que “em Cornelius Castoriadis a imaginação é a capacidade última do modo de ser da subjetividade. Nela e por ela se dá a constituição subjetiva. Ela não é mera faculdade, mas sim a condição de possibilidade das faculdades”. Nesse sentido, o elemento imaginário se coloca como possibilidade da existência humana em que, através da imaginação, é possível estabelecer as significações, o conhecimento e as relações sociais. Para Carvalho (2002)

Castoriadis coloca a imaginação como constitutivo fundante de todo o conhecimento, de toda a capacidade criativa do homem, quer refira-se ao campo dos saberes humanos quer à presença do homem na sociedade enquanto ser de relações sociais, ou mesmo enquanto ser transcendental na relação com a divindade (CARVALHO, 2002, p. 16-17).

Nesse viés, a imaginação está na base de tudo, é a condição e a possibilidade para a criação e para a alteração, “a imaginação é fundante da existência do indivíduo social-histórico” (Ibid.). Assim, os processos de significação não ocorrem diretamente entre o indivíduo e a sociedade, mas sim entre o imaginário do indivíduo e a sociedade. Porquanto,

Já não é dada ao homem a condição de enfrentar a realidade de forma direta, desprestigiando as instâncias intermediárias. Passou a envolver-se em formas linguísticas, em imagens artísticas, em símbolos, em mitos, em ritos, e constituem os seus interditos (OLIVEIRA; FACCO; DEUS, 2019, p. 384).

Nos significados, constituídos através da imaginação, o sujeito estabelece suas relações com o mundo. No entanto, a imaginação extrapola os limites para além do determinado. Castoriadis (1982) analisa a natureza individual pela qual os indivíduos vão designando, nomeando, escolhendo e selecionando as coisas que se tornam válidas. Considera que a individualidade é a faculdade do indivíduo pela qual a

¹¹ CARVALHO, Flávio José De. **A Constituição da Subjetividade em Cornelius Castoriadis: A Relação Psique e Sociedade**. 2002. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [s. l.], 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6332/1/arquivo6765_1.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

representação a designa, a nomeia, a identifica e, uma vez que as reconhece, as usa e vai construindo, fabricando coisas novas e produtos sociais. A individualidade representa assim uma forma de “signo individual” pelo qual o sujeito vai reconhecendo e nominando as coisas. Nesse sentido,

As significações não são, evidentemente, o que os indivíduos se representam consciente ou inconscientemente, ou aquilo que eles pensam. Elas são aquilo, mediante e a partir do que os indivíduos são formados como indivíduos sociais, podendo participar do fazer e do representar/dizer social, podendo representar, agir e pensar de maneira compatível, coerente, convergente mesmo se ela é conflitual (CASTORIADIS, 1982, p. 411).

Contudo, essas formas de relação do sujeito com seu universo se constituem também através da linguagem e expressam aspectos de sua subjetividade, tem a ver com os sentidos nos quais múltiplos indivíduos chegam a um ponto em comum, o coletivo, a sociedade, e se materializam através do simbólico. Tais sentidos, analisados nas perspectivas pelas quais os sujeitos estabelecem significados e relações simbólicas com a ABEM, conferem à Associação um poder de legitimidade coletiva. Carvalho (2002) considera:

[...] temos que toda constituição imaginária é também simbólica, e este simbolismo formará o que Castoriadis chama “sistema simbólico” ou “rede simbólica”. Nesta perspectiva os atos reais, coletivos e individuais, podem não ser símbolos, mas não são possíveis fora de uma rede simbólica; os sistemas simbólicos por sua vez ligam os símbolos a significados e fazem eles valer como tais para a sociedade, ou para o grupo (CARVALHO, 2002, p.36).

A rede simbólica é estabelecida, assim, na dinâmica da subjetividade entre indivíduos e o coletivo. A subjetividade constitui condição para a criação e esta não se submete aos limites do que está estabelecido ou a alguma funcionalidade já posta. Enquanto criações sociais-históricas a sociedade e o indivíduo, produzem e são produzidos em suas relações de subjetividade.

Mais uma vez, não se pode avançar sem a noção de criação, que, como imaginação, implica que o humano é capaz de “...investir ‘objetos’ imperceptíveis, socialmente instituídos, que não têm outra existência senão a social” encontrando aí prazer (no sentido psíquico) e sentido; e que, como imaginário, nos obriga a considerar que esses sentidos sociais são, antes de mais nada, instituídos pelos sujeitos (VALLE, 2009, p. 480).

O simbólico é o substrato para a criação, movimenta sentidos e significados instituídos pelos sujeitos, mas também apresenta a possibilidade, o instituinte, a imaginação criadora. Desse modo, a imaginação é possibilidade. Além disso,

[...] a imaginação é uma atividade de reconstrução do real, a partir dos significados que atribuímos aos acontecimentos ou das repercussões que estes causam em nós. O imaginário estaria povoado de representações simbólicas do real. Etimologicamente, ressalta que a imaginação é solidária de imago, de representação, de imitação e de reprodução. À imaginação caberia imitar modelos exemplares – as imagens; ela as reproduziria, reatualizaria-as (OLIVEIRA; FACCO; DEUS, 2019, p. 385).

A imaginação pode assim apresentar-se na relação com um plano racional, mas não se limita a ele, apresentando aspectos autônomos de constituição. A imaginação apresenta a possibilidade incessante de gerar novas imagens, significados e símbolos, sem, contudo, que estes permaneçam como definitivos ou imutáveis.

3.2 A AUTONOMIA E A DIMENSÃO SOCIAL-HISTÓRICA

Na perspectiva castoriadiana, o processo de autonomia da subjetividade se delinea à medida que o indivíduo social compreende-se como esse ser criador, cuja atividade institui e mantém o todo social instituído; por conseguinte, este indivíduo pode contestar e forjar o todo social de uma outra maneira. Neste processo, a subjetividade assume-se como criadora e autônoma, respaldada pela sua imaginação (CARVALHO, 2002, p.10).

A autonomia do indivíduo está relacionada com suas capacidades reflexivas e deliberativas, tem como essência e condição o imaginário¹² e está atrelada ao condicionamento histórico-social. Entretanto, a imaginação não se submete a análises determinantes, pois como possibilidade, apresenta-se inesgotável e extrapola limites daquilo que está instituído, abrindo possibilidades para o movimento instituinte, no qual a imaginação articula-se com a autonomia. Tais aspectos relacionam-se com as disposições dos indivíduos de questionarem as instituições sociais e seus componentes instituídos.

Nessa perspectiva, pode-se analisar as projeções de continuidade ou propostas de mudanças que cada diretoria da ABEM organizou e buscou implementar em sua gestão, seus processos autônomos, suas necessidades e relações com o contexto sócio histórico. Castoriadis (1982) considera a autonomia como concepção

¹² “Castoriadis usa o termo “*imaginação segunda*”, a qual tem caráter de subordinada e não de fundante; será sempre produto e não produtora, não está no nível originário da constituição humana. Ora, se falamos numa imaginação segunda supõe-se que haja uma anterior (ontologicamente falando) e que Castoriadis chamará “*imaginação primeira*”. Foi dela que Aristóteles tratou na continuidade do seu livro “*De Anima*”. O caráter desta imaginação primeira é radical, é originário, indeterminável, não pode ser esgotado por conceitos ou definições da lógica conídica. Ela tem caráter fundante e não de subordinada, além de ser sempre produtora e não produto, constantemente criadora do novo” (CARVALHO, 2002, p.18).

social e política, no sentido de que não é possível concebê-la sem que a desejemos para todos, enquanto dimensão coletiva. Essas características, em que o indivíduo encontra sentidos e significados que não são seus, os quais são transformados, apropriados e utilizados, demandam relações sociais. Por meio das relações sociais, se estabelece a legitimação dos significados coletivos da instituição. Assim, os encontros da ABEM, as redes de relações estabelecidas entre professores, pesquisadores, estudantes, músicos e outros profissionais, contribuem para a produção de significados coletivos, que extrapolam os anseios individuais. A autonomia individual só consegue existir no âmbito da autonomia social e no processo de socialização. Contudo, como considera Castoriadis (1986),

[...] esta existência de muitos, que se apresenta assim como inter-subjetividade prolongada, não permanece, e a bem dizer não é, desde sua origem, simples inter-subjetividade. Ela é existência social e histórica e é essa para nós a dimensão essencial do problema. A inter-subjetividade é, de certo modo, a matéria da qual é feita o social, mas esta matéria só existe como parte e momento desse social que ela compõe e que também pressupõe (CASTORIADIS, 1986, p. 130).

Castoriadis se encarrega de analisar o histórico e o social, mostrando que o histórico está compenetrado com o social, não sendo possível compreender um sem o outro. O dinamismo interindividual é a constante individual pela qual os sujeitos interatuam, estabelecem trocas, transações e se dirigem num fluxo ininterrupto ao longo da história, o qual não se analisa fora da história (CASTORIADIS, 1982).

Assim, foi possível olhar para o contexto da ABEM ao longo de suas gestões, considerando as dimensões histórica e social de cada período, as implicações que essas dimensões tiveram do desdobramento ou na projeção de outras ações. Tomam importância nessa reflexão, os momentos políticos e suas propostas, o contexto das políticas públicas para a Educação Musical, as articulações da Associação frente aos órgãos do poder público, outras associações e entidades, entre outros aspectos. Esses movimentos estão imbricados e localizados na dimensão social-histórica ao longo dos períodos de existência da ABEM, protagonizados pelos sujeitos que a significam como Instituição.

Nessa dinâmica, os sujeitos então são seres temporais. Contudo, para Castoriadis (1982) o tempo não existe como tal. O tempo institui a história e a sociedade, mas não é uma categoria que exista efetivamente. O que existe são “presentes acumulados sucessivos” que dão um sentido a um imaginário da realidade. Castoriadis (1982) diz, quanto ao tempo e ao espaço, o que existe é uma imagem,

uma figura ou uma representação imaginária. O tempo presente é uma acumulação de espaço, uma acumulação de mudanças constantes, em que os sujeitos conferem a esse passado a ideia de tempo.

Quando Castoriadis aborda o social refere que é “isso que somos todos e que não é nada”. Assim, ele quer dizer que o social é o existente que surge em um imaginário que não é assinado por um só indivíduo, mas que se origina no coletivo, na massa das imaginações sociais que o sentido vai representando. Nesse sentido, a ABEM só adquire significações enquanto associação, na medida em que sua origem e movimentos residem nas imaginações sociais coletivas. Essas imaginações, como a própria palavra sugere, são imagens que possuem um valor simbólico. A ideia de lei, a ideia de família, a ideia de estado tem um valor simbólico, porque representam uma ideia, um esquema, uma imagem que o indivíduo apreende e que a institui (CASTORIADIS, 1982).

A dimensão social-histórica¹³ é apresentada por Castoriadis (1986):

O *social-histórico* não é nem a adição indefinida dos entrelaçamentos inter-subjetivos (ainda que seja *também* isso), nem, certamente, seu simples “produto”. O social-histórico é o coletivo anônimo, o humano-impessoal que preenche toda formação social dada, mas também a engloba, que insere cada sociedade entre as outras e as inscreve toda numa continuidade, onde de uma certa maneira estão presentes os que não existem mais, os que estão alhures e mesmo os que estão por nascer. É por um lado, estruturas dadas, instituições e obras “materializadas”, sejam elas materiais ou não; e por outro lado, o *que* estrutura, institui, materializa. Em uma palavra, é a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo (CASTORIADIS, 1982, p. 130-131).

É na dimensão social-histórica que as significações imaginárias sociais adquirem sentido. Essa dimensão que constitui a realidade social, constitui também ao indivíduo, por isso o indivíduo é um produto social, um indivíduo social, não a pura individualidade, mas um indivíduo que está conectado com todos. Assim, os indivíduos sempre se relacionam com os demais em processos de autonomia ou heteronomia (CASTORIADIS, 1982). Os sujeitos não são totalmente autônomos,

¹³ O termo “social-histórico” em Castoriadis apresenta relações com o processo de socialização e se estabelece numa via de mão dupla: “Procuramos com esta expressão a unidade da dupla multiplicidade de dimensões, na “simultaneidade” (sincronia) e na “sucessão” (diacronia) que habitualmente denotam os termos sociedade e história. Diremos às vezes o social ou o histórico, sem precisar, conforme quisermos enfatizar um ou outro desses aspectos” (CASTORIADIS, 1982, p. 130). Sobre isso, Carvalho (2002) observa: “isto indica inicialmente que pensar o sujeito social-histórico requer que se compreenda o contexto no qual ele se perfaz, de natureza social. Ele não permanece um ser monádico; após a ruptura monádica, estará sempre em um processo contínuo de socialização. Em segundo lugar, tal processo somente se dá de forma histórica, submetido sempre ao processo circuito do imaginário social e suas significações imaginárias, encarnadas nas instituições. Por isso, não falamos em social “e” histórico, mas *social-histórico*” (CARVALHO, 2002, p.39-40).

embora queiram a autonomia, sempre estão subordinados ou unidos aos demais, através do universo de suas significações, sempre carregam consigo uma identidade social, imaginário, ou uma comunidade de interação coletiva.

Em oposição à autonomia, Castoriadis (1982) introduz o conceito de heteronomia, que ocorre quando

o sujeito não se diz, mas é dito por alguém, existe pois como parte do mundo de um outro (certamente, por sua vez, travestido). O sujeito é dominado por um imaginário vivido como mais real que o real, ainda que não sabido como tal. O essencial da heteronomia – ou da alienação, no sentido mais amplo do termo – no nível individual, é o domínio por um imaginário autonomizado que se arrojou a função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto seu desejo (CASTORIADIS, 1982, p. 124).

Os conceitos de autonomia e alienação são apresentados por Castoriadis como uma crítica ao que denomina de autonomização. Conforme a instituição se estabelece e vai se tornando instituída, inicia seu processo de autonomização. Ao se autonomizar, como consequência vai produzindo uma alienação, a heteronomia. A instituição autônoma torna-se alienada, estabelecendo relações desarticuladas da sociedade em que está imersa e funcionando como se não fizesse parte do contexto histórico. Nesse momento, ocorre um movimento de distanciamento da dimensão do social, de seus códigos e valores.

As instituições são criações organizadas em redes simbólicas, nas quais os sujeitos se significam como sujeitos e as significam como instituições através da subjetividade que permeia suas relações. É no âmbito das instituições que são produzidos significantes e significados, presentes na rede de símbolos considerados válidos pela sociedade.

Carvalho (2002) identifica algumas características das significações, considerando que elas não são absolutas e somente se dão na e pela história. Sendo históricas, as significações estão submetidas às variações das épocas e das sociedades, não sendo possível qualquer tipo de universalização, unificação ou conjuntização. Ainda, deve ser considerado o “remetimento recíproco que há entre elas, isto é, a cada vez uma significação remete a uma infinidade de outras significações, como também a uma infinidade de aspectos daquilo de que ela mesma se constitui” (CARVALHO, 2002, p. 44).

O universo das significações imaginárias está imbricado e atende a representações no social-histórico. O indivíduo se produz ou se constitui como um produto e um processo social-histórico, pois está alinhado, unido ou em discordância

com seus semelhantes, pelos diferentes aspectos que perfazem a subjetividade. Para Carvalho (2002, p. 10) “falamos da constituição social e histórica, isto é, o modo de ser da subjetividade enquanto pertencente a uma dada sociedade, de uma específica época, constituída segundo os respectivos modos de pensar-comunicar (*legein*) e do seu fazer (*teukhein*)¹⁴”.

No processo de construção das relações dos sujeitos com os elementos que perfazem a instituição, nesse caso a ABEM, são subjetivados aspectos coletivos que implicam a Associação. Em contrapartida, a ABEM também envolve os sujeitos. Essas relações entre a Associação e seus membros estão imersas na dimensão social-histórica.

Assim, considerando a dimensão social-histórica de Castoriadis (1986), o ser humano é o único sujeito que pode pensar-se a si mesmo como parte da história. Ele é história em si mesmo. É capaz de analisar as faculdades pelas quais os indivíduos se realizam na história, porque são seres históricos e têm elementos que os constituem historicamente (Ibid.). Esse imaginário corrobora no processo de reconhecimento de um pertencimento do sujeito à ABEM, pois como um ser histórico e social, “se pergunta e se responde” e nesse processo descobre a si mesmo, valida, justifica e cria um imaginário, uma representação do que pensa que existe e do que é o existente que é respeitado.

3.3 SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS

O imaginário social vem a ser a força construtiva, dimensão de relação e de criação. Para Carvalho (2002),

o que temos é que o imaginário se efetiva nas redes simbólicas, que por sua vez constituem as significações imaginárias sociais nas instituições. Desta forma, aumentamos o nosso círculo de relações recíprocas, uma vez que qualquer um destes fatores somente é definido em relação a e por meio dos outros, ou seja, tanto o imaginário quanto as redes simbólicas, sejam as significações ou as instituições, só podem ser mediante a relação com os outros fatores constitutivos da existência social-histórica (CARVALHO, 2002, p. 36).

Essas redes simbólicas dos sujeitos parecem constituir as significações imaginárias sociais da ABEM. Elas adquirem sentidos na coletividade, onde se

¹⁴ Em Castoriadis (1986) o *legein* apresenta o “modo discursivo” a “designação” (Ibid., p. 284) e o *teukhein*, o “fazer técnico”, “juntar-ajustar-fabricar-construir” (Ibid., p.301).

justificam, se validam ou se contrapõem, estabelecendo movimentos em relação à Educação Musical brasileira.

Figura 2 – A construção das significações imaginárias sociais sobre a ABEM



Fonte: elaborado pelo pesquisador.

As redes simbólicas do imaginário constituem esse magma¹⁵ que permite aos indivíduos a possibilidade de criar conceitos, designar, diferenciar, imaginar, avaliar as coisas como coisas que existem para além do indivíduo e que tem uma natureza própria: a lei, a família, a religião, o estado e as associações como a ABEM, entre outros. Esta autonomia é o que vai provocar a imaginação nos sujeitos e seu conhecimento. Valle (2009) considerou que

Na obra de Cornelius Castoriadis, o imaginário ganha a acepção de poder radical de criação da sociedade, realizada por um coletivo sempre anônimo; quanto à imaginação, o termo é reservado para o poder igualmente radical, que designa a atividade de auto constituição do sujeito (VALLE, 2009, p. 473).

Cabe observar que a imaginação não é uma faculdade limitada e condicionada pela razão. É provocada e provocadora pelo imaginário radical, pela capacidade de criar. A autonomia da imaginação possibilita a criação de um imaginário singular, mas

¹⁵ Nas palavras de Carvalho (2002) “Usamos o termo magma para caracterizar o aspecto sui generis das significações imaginárias sociais no âmbito social-histórico, sua “não con-forma-ção” ou sua “não en-forma-ção” a uma figura determinada. Magma remete a algo informe, no qual não há possibilidade de se delimitar precisamente as fronteiras, as divisões internas; e é essa a primeira característica que o termo visa transmitir. Magma é o complexo das significações imaginárias sociais, em que não há sobrepujança de uma significação sobre as outras; antes, há o permanente remeter recíproco” (CARVALHO, 2002, p. 45).

também de um social-histórico anônimo e, ao mesmo tempo de uma sociedade instituinte, relacionada ao simbólico. Dessa forma, o social-histórico anônimo é representado pela Instituição, a ABEM, e o imaginário singular pelos associados que, de diferentes formas, dela fazem parte. Os presidentes e suas diretorias constituem imaginários que representam o coletivo anônimo da Associação, mas também subjetividades singulares expressas nos elementos e ações específicas que marcaram sua gestão. Seus imaginários sociais representam o movimento do instituído entre o social anônimo da ABEM como coletividade, mas também os aspectos impressos na Associação como singularidade.

Para Silva (2014) o “imaginário social pode ser entendido como os sentidos construídos por uma sociedade – aquilo que está instituído -, estes sentidos que, além de comporem as ideias dos indivíduos de maneira singular e coletiva, impulsionam os mesmos à ação” (SILVA, 2014, p. 150). A construção dos sentidos de uma sociedade se apresenta como um organismo vivo, em constante movimento que, em sua dinâmica é instituído, mas é também possibilidade de criação, como potência do imaginário social instituinte.

Nesse viés, as significações imaginárias sociais são os instrumentos para pensar a criação humana.

O imaginário é poder radical de criação que faz ser cada sociedade, e que não pode ser imputado a nenhuma instância supra-humana nem extra-social, a nenhum Ser, Ideia, Lei, acontecimento, indivíduo ou grupo, senão ao “coletivo anônimo” que, a cada vez, é a própria sociedade. Quanto à imaginação, ela é poder igualmente radical, mas que designa a atividade de auto constituição do sujeito, que não pode tampouco ser reduzida a nenhuma determinação imposta pela natureza ou pelas leis sociais (VALLE, 2009, p. 475).

Enquanto poder de criação, o imaginário é o que mobiliza a construção dos significados de uma sociedade. O substrato das significações imaginárias sociais e suas redes simbólicas configuram o que Castoriadis (1986) denomina como Magma:

Nossa colocação é de que tudo o que pode efetivamente ser dado - representação, natureza, significação – é segundo o modo de ser do *magma*; que a instituição social-histórica do mundo, das coisas e dos indivíduos, enquanto instituição do *legein* e do *teukhein*, é sempre também instituição da lógica identitária e portanto imposição de uma organização conjuntista num primeiro estrato do dado que a isso se presta interminavelmente; mas que também ela nunca é e nunca pode ser somente isso – que ela é sempre também, e necessariamente, instituição de um magma de significações imaginárias sociais; enfim, que a relação entre o *legein* e o *teukhein* e o magma das significações imaginárias sociais não é pensável dentro do referencial identitário e conjuntista - assim como não o são as relações entre *legein* e representação, *legein* e natureza ou entre representação e

significação, ou representação e mundo, ou "consciente" e "inconsciente" (CASTORIADIS, 1986, p. 389-390).

Nesse sentido, o complexo das significações imaginárias sociais são possibilidades e condição de perpetuação e mudança, de manutenção e ruptura e do surgimento do novo e da (re)significação, fundamentalmente indeterminados, o magma. As perspectivas de continuidade e de novas proposições no âmbito da ABEM se estabelecem nesse magma, entre as fronteiras das significações.

Nele se entrelaçam as dimensões social e histórica indissociavelmente; aí se relacionam sociedade instituída e instituinte; é, por um lado, estruturas dadas, e por outro lado, é o que estrutura. É a história feita e a história se fazendo, é a emergência do novo decorrente do trabalho do imaginário, isto é, criação do imaginário social-histórico, a sociedade instituinte, cuja base é a imaginação ou imaginário radical, que é também raiz do simbólico (CARVALHO, 2002, p. 39).

É nas redes de significações imaginárias sociais que existem e são constituídas as instituições. Ao constituir-se a instituição se estabelece em meios distintos e ao mesmo tempo semelhantes àquelas já instituídas.

Enquanto instituinte e enquanto instituída, a sociedade é intrinsecamente histórica – ou seja, auto-alteração. A sociedade instituída não se opõe à sociedade instituinte como um produto morto a uma atividade que o originou; ela representa a fixidez/estabilidade relativa e transitória das formas-figuras instituídas em e pelas quais somente o imaginário radical pode ser e se fazer ser como social histórico (CASTORIADIS, 1982, p. 416).

As instituições existem a partir de uma dimensão simbólica, situadas social e historicamente, na qual significações e imaginários sociais contribuem com o papel de oferecer o estabelecimento da norma e das convenções. São estabelecidos sentidos que encontram em significados imaginários sociais um estado de validade coletiva. Tais sentidos são constituídos nos processos que Castoriadis (1982) denomina de separação, sublimação e socialização do imaginário. Esses processos nunca se completam somente através da linguagem, pois o imaginário sempre estará presente nos sujeitos com a tendência de auto investimento, no qual representar abrange significados individuais. Há também o momento em que se estabelece a separação ou ruptura desses significados, ou seja, como esse esquema de significação vai ser (re)significado pelo outro. Finalmente, a instituição social impõe ao indivíduo o imaginário, para que exista na coletividade. Conforme Carvalho (2002, p. 43) “a noção de instituição, permite compreender que as diversas sociedades tenham pontos em comum, e ao mesmo tempo em que a significação e a função dos elementos instituídos variam enormemente no tempo e no espaço”. Os elementos coletivos que

identificam a ABEM como uma instituição com suas próprias características e especificidades se sobrepõem às aspirações individuais. Nesse momento, elementos individuais são (re)significados em uma coletividade, a qual passa a compor a esfera da ABEM Associação, Instituição.

3.4 A CONSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Para pensar a ABEM como instituição, considero Castoriadis (1982) sobre a análise de uma “teoria da instituição”. Segundo ele não podemos nos colocar diante da instituição de maneira determinista, porque os meios para fazer isso são parte da instituição. O sujeito é assim um fragmento da instituição (social). Nessa perspectiva, o questionamento da instituição através da elucidação da instituição só é possível em um momento da história, que seria caracterizado como a constituição da “sociedade autônoma”. Nesse sentido, não podemos ter uma teoria da instituição, pois os elementos, a partir dos quais poderíamos construir essa teoria, são parte da própria instituição.

A lógica-ontologia herdada está solidamente ancorada na própria instituição da vida social-histórica; ela se enraíza nas necessidades inelimináveis desta instituição, ela é, em certo sentido, elaboração e arborescência dessas necessidades. Seu núcleo é a lógica identitária ou conjuntista, e esta lógica que impera soberanamente e inevitavelmente em duas instituições sem as quais não há vida social; a instituição do *legein*, componente ineliminável da linguagem e do representar social, a instituição do *teukhein*, componente ineliminável do fazer social. O fato de que uma vida social tenha podido existir mostra que esta lógica identitária ou conjuntista tem apoio no que existe - não somente no mundo natural no qual a sociedade surge, mas na própria sociedade que não pode representar e se representar, dizer e se dizer, fazer e se fazer sem colocar em ação também esta lógica identitária ou conjuntista, que só pode instituir e se instituir instituindo também o *legein* e o *teukhein* (CASTORIADIS, 1982, p. 210).

O autor assinala que a possibilidade de construir uma teoria da instituição e de criticar a instituição não é uma possibilidade universal, o que significa dizer que está ligada a um projeto social-histórico. Haveria então uma sociedade, a sociedade autônoma ao projeto, que seria capaz de olhar criticamente sua instituição e, portanto, estabelecer alguns princípios e parâmetros que tornam possível teorizar e analisar a instituição. Existe assim, uma crítica ao pensamento herdado ou pensamento conservador tradicional, na medida em que toda realidade merece ser reavaliada e revisada sobre seus conceitos.

Nesse sentido, a possibilidade de fazer uma “teoria da instituição” tem a ver com uma ruptura histórica: construir os meios para problematizar sobre a instituição. Quer dizer, aqueles sujeitos que são capazes de realizar uma teoria da instituição e fazer uma crítica dessa instituição, são os sujeitos que foram fabricados pela instituição, por uma sociedade historicamente, na qual olhar criticamente a instituição que está em sua própria origem é possível. Castoriadis (1982) assinala que isso não é uma característica universal das sociedades.

A possibilidade de uma reflexão sobre a instituição não existe, até o momento em que a instituição é posta em questão. Para Castoriadis (1982), esse é o momento no qual nasce a filosofia e nasce a democracia. A possibilidade de criar uma teoria da instituição, de posicionar-se ante a instituição está ligada a um projeto social, o qual surge com o nascimento, simultaneamente ao momento no qual nasce a possibilidade de questionar-se sobre o estado das coisas. Não apenas de questionar, mas de deliberar e colocar em ação aquela sociedade que mais convém aos indivíduos, que é precisamente o momento em que nasce a democracia no sentido original. A democracia aqui se relaciona com o sentido de tomada de decisão, pelos sujeitos, sobre os assuntos coletivos, que são de alguma maneira comum a todos, os quais existem no imaginário social.

Assim, Castoriadis (1982) considera que é plausível realizar uma teoria da instituição relativa e estabelecer certos aspectos a respeito da instituição na medida em que social e historicamente é possível posicionar-se ante a instituição. No momento que se estabelecem convenções, normas ou uma ordem, se estabelecem também sentidos e fronteiras de sentido, em um magma de significações sociais, no qual nasce a instituição. Essas fronteiras de sentido serão as significações imaginárias sociais que irão constituir a instituição, propriamente, para cada sociedade da qual se trata. “Em geral, as sociedades criam as instituições como maneiras de responder às suas necessidades, instituições essas que, não se reduzem ao simbólico, mas só podem existir num” (SILVA, 2014, p. 151).

Figura 3 – O estabelecimento de fronteiras de sentido



Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Refletir sobre a constituição da ABEM enquanto associação, como um lugar de pessoas que estabelecem movimentos em relação à Educação Musical brasileira, requer pensar sobre o magma de significações sociais que a constituem como Instituição. Seu estatuto, regimento interno, normas e formas organizacionais fazem parte do aparato de um conjunto de significações sociais-históricas que vêm sendo produzidas desde seu nascimento como Associação.

O imaginário social está relacionado àqueles que fazem parte da instituição social, seus contextos e convenções, os modos coletivos nos quais se estabelecem as relações. Um de seus aspectos considera que “a instituição da sociedade é toda vez instituição de um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um *mundo* de significações” (CASTORIADIS, 1992, p. 404).

A instituição vai surgindo na medida em que componentes muito próprios dos indivíduos a produzem. Os indivíduos instituem à sociedade e a mesma sociedade institui aos indivíduos. Assim, na mesma dinâmica em que os membros da ABEM a significam e a dinamizam enquanto instituição, a Associação também estabelece, organiza e designa aos indivíduos enquanto membros com diferentes responsabilidades e funções. Existe aí um fluxo dinâmico, uma reciprocidade constante entre o instituinte e o instituído. Para Castoriadis (1982), as instituições são criações imaginárias, há um imaginário social e uma instância na qual o imaginário é a causa e provoca o surgimento das instituições. De outra forma, as instituições são

sempre imaginárias, são criadas pela imaginação, pelo imaginário social e pelo imaginário radical.

3.5 DIMENSÕES INSTITUÍDAS E INSTITUINTES

Ao longo dos processos de construção das significações, as instituições sociais se sobrepõem aos indivíduos, os “fabricam” e os “formam”, e nesse movimento, o ponto decisivo é a interiorização ao sujeito das significações imaginárias sociais.

E só correlativamente a este mundo de significações cada vez instituído, é que podemos refletir sobre a questão colocada mais acima: o que é a "unidade" e a "identidade", isto é, a sociedade de uma sociedade, e o que é que unifica uma sociedade. O que unifica uma sociedade é a unidade de seu mundo de significações (CASTORIADIS, 1982, p. 404).

Na significação de sentidos da esfera individual para a esfera coletiva, a instituição retira do indivíduo o significado de seu universo singular e o coloca em uma realidade social compartilhada, que lhe oferece outros sentidos,

porque a sociedade se institui instituindo um mundo de significações, porque a emergência do social-histórico é a emergência da significação e da significação como instituída [...], constatamos que a sociedade só é como instituinte e instituída e que a instituição é inconcebível sem a significação (CASTORIADIS, 1982, p. 405).

O que subjaz a essa substituição de sentido de “auto-investimento” até a significação imaginária social que tem valor social-histórico, é precisamente a mudança do sentido de prazer individual pelo prazer da representação coletiva.

O estabelecimento da norma interrompe um processo por meio do qual a repetição havia sido a condição da sociedade de primeira ordem, num mundo de repetição que abrange a conservação. A interrupção desse estado de repetição ocorre com o estabelecimento da norma, ou seja, as fronteiras de sentido que referendam, cristalizam, balizam e avaliam a aceitação e estima por parte de um coletivo de indivíduos de uma sociedade. No caso da ABEM, a estima por parte de seus associados pode derivar de um desejo de construir, produzir ou reivindicar algo. São significações imaginárias sociais que podem estar na origem da constituição da ABEM como Instituição, nas quais o sentido individual é substituído pelo sentido de representatividade coletiva. Para Castoriadis (1982),

A instituição da sociedade é instituição do fazer social e do representar/dizer social. Nesses dois aspectos, ela comporta, ineliminavelmente, uma

dimensão identitária-conjuntista, que se manifesta no *legein* e no *teukhein*. O *teukhein* é a dimensão identitária (que podemos também denominar funcional ou instrumental) do fazer social; o *legein* é a dimensão identitária do representar/dizer social que se apresenta especialmente na linguagem na medida em que a linguagem é também sempre, necessariamente, código (CASTORIADIS, 1982, p. 405).

É nesse momento que a instituição social irá se constituir, se formular, como uma instância de identificação ou de contraposição do sujeito, seu imaginário e a dimensão social-histórica. Assim, a ABEM emergiu de perspectivas que abarcavam dimensões de uma identidade coletiva em um processo instituinte, que num determinado momento sentiu a necessidade de se organizar como Instituição para pensar a Educação Musical brasileira.

Uma vez criadas, as instituições da coletividade são produto de sua própria criação e representam-se como dadas de uma vez por todas, o que as faz parecer como sagradas. Esse processo contribui para refletir sobre a constituição da ABEM como Instituição. A partir da dimensão do que é instituído, existe sempre um elemento central, potente e eficaz de autopropetuação da instituição, o que Castoriadis denomina como repetição. A repetição está relacionada à significação imaginária social fundante, que a sustenta como instituição e está presente no imaginário coletivo.

Mesmo enquanto instituída, a sociedade só pode ser como auto-alteração perpétua. Porque ela só pode ser instituída como instituição de um mundo de significações, que excluem a identidade a si e só são por sua possibilidade essencial de ser outras; e mediante a constituição de indivíduos sociais, que só são tais e só podem funcionar como tais, na medida em que sua socialização informa as manifestações de sua imaginação radical, mas não a destrói. É verdade que, enquanto tal, a instituição cada vez estabelecida só pode ser como norma de identidade a si, inércia e mecanismos de autopropetuação [...] (CASTORIADIS, 1982, p. 417).

Castoriadis (1982) ainda elucida que existem instituições primeiras e instituições segundas. A instituição primeira é a instituição em que a sociedade cria a si mesma, que se funda a partir da resposta às perguntas fundamentais, ou seja, os momentos nos quais a sociedade responde a si mesma: quem somos? para que estamos aqui? quem somos nós e quem são os outros? Onde e em que somos os outros? O que queremos, o que desejamos e o que nos faz falta? É o momento em que a sociedade, através de uma resposta a essas perguntas, se autocria, cria um mundo no magma das significações sociais-históricas. As instituições segundas se organizam de duas formas: a “*instituição trans-histórica*”, comum a todas as sociedades, como a linguagem, o indivíduo, a família; a “*instituição específica*” de cada

sociedade em particular e que, de alguma maneira, lhe confere sentido. São consideradas

[...] secundárias não porque sejam menores ou simplesmente derivadas, mas porque todas formam uma unidade pela instituição das significações centrais da sociedade considerada. Estas não podem existir sem aquelas; não há entre elas relação de prioridade, e em geral tais relações não têm sentido no nível aqui considerado. A empresa é uma instituição secundária do capitalismo – sem a qual não há capitalismo (CASTORIADIS, 1982, p. 416).

Nessa perspectiva, a ABEM pode ser compreendida como uma instituição vinculada ao campo da Educação Musical, o qual confere sentido a existência da Associação. A instituição ocorre como verdadeira e ao mesmo tempo como manifestação do social, na medida em que o instituinte propõe rompimentos a partir dos momentos de transformação ou revolução, e aponta para devolver uma instituição separada do social instituinte. Essa nova instituição será instituída em outra ordem, com outras significações. Assim, embora articulada com outras instituições, como a ANPPOM, a ABEM se diferencia de seu processo instituinte no momento de sua instituição como associação voltada à Educação Musical.

O estabelecimento da instituição, em certo grau de estabilidade, está atrelado ao que Castoriadis (1982) considera como a vitória da burocracia, ou de outra forma, a derrota da espontaneidade. Castoriadis (1982) critica a burocracia como um estado institucional de repetição, baseado precisamente na “onipotência da técnica”. Está relacionada à alienação e à autonomização das instituições com respeito à sociedade. Assim, a instituição é o momento no qual a sociedade se aliena a si mesma.

Referimo-nos ao fato, mais importante, de que a instituição uma vez estabelecida parece autonomizar-se, que ela possui sua inércia e sua lógica própria, ultrapassa, em sua sobrevivência e nos seus efeitos, sua função, suas “finalidades” e suas “razões de ser” (CASTORIADIS, 1982, p. 133).

O destino de todo o movimento de auto instituição é esse momento de auto alienação, que responde a constituição da instituição como uma instância mais ou menos estável, que apresenta mecanismos de resistência à mudança ou alteração.

Contudo, há um movimento a respeito da união e da tensão entre sociedade instituinte e sociedade instituída. Em relação à análise institucional de Castoriadis (1982), não há um momento final ao qual a instituição tenha que chegar de alguma forma. Isso significa que o destino do instituinte é a instituição. Metaforicamente, o destino da vida é a morte, a destruição. A destruição, por sua vez é fonte de nova vida, de criação. Dessa forma, dentro da ABEM, determinados processos se perpetuam à

medida que outros findam e que surgem outros novos, também relacionados à aspectos do social-histórico.

No imaginário social-histórico, para grande parte da sociedade, a instituição é parte do que é dado, algo que transcende a própria condição mortal da sociedade como sujeito e do que será dos sujeitos concretos. Para Castoriadis (1982)

A instituição da sociedade pela sociedade instituinte apóia-se no primeiro estrato natural do dado e encontra-se sempre (até um ponto de origem insondável) numa relação de recepção/alteração com o que já tinha sido instituído (CASTORIADIS, 1982, p. 414).

Há uma diferença entre o que se perpetua e aquilo que, dentro da sociedade se autocria, se materializa como uma convenção, uma norma, se auto constitui através do estabelecimento de uma significação social e, finalmente, através do estabelecimento de uma instituição, que em um dado momento irá converter-se em uma ordem da morte, da destruição, daquilo que já não serve mais. Esses aspectos podem ser pensados tanto no momento da instituição da ABEM como Associação, quanto nas continuidades e rupturas que se apresentam dentro de sua dinâmica de existência ao longo do tempo. Essa relação é explicitada por Castoriadis (1982):

A criação da sociedade instituinte, como sociedade instituída, é cada vez mundo comum - *kosmos koinos*: posição dos indivíduos, de seus tipos, de suas relações, de suas atividades, mas também posição de coisas, de seus tipos, suas relações, sua significação - uns e outros cada vez tomados em receptáculos e referenciais instituídos como comuns, que lhes dão unidade. Esta instituição é instituição de um mundo no sentido de que ela deve e pode cobrir tudo, que tudo, em e por ela, deve, em princípio, ser dizível e representável, e que tudo deve absolutamente ser incluído na rede de significações, tudo deve fazer sentido. A maneira pela qual, de cada vez, tudo faz sentido, e o sentido que faz, provém do núcleo de significações imaginárias da sociedade considerada. Mas essa cobertura nunca é segura: o que lhe escapa, às vezes quase indiferente, pode ser e é de uma gravidade decisiva. O que lhe escapa, é o enigma do mundo simplesmente, que está por trás do mundo comum social, como por-vir-a-ser, isto é, provisão inesgotável de alteridade, e como desafio irreduzível a toda significação estabelecida. O que também lhe escapa é o próprio ser da sociedade enquanto sociedade instituinte, ou seja, finalmente enquanto fonte e origem de alteridade, ou auto-alteração perpétua (CASTORIADIS, 1982, p. 415).

A teoria de uma instituição e a crítica de uma instituição estão ligadas a uma auto alteração, ou seja, não é algo que toda sociedade está em condições de realizar. Como exemplifica o autor, na grande maioria dos casos as sociedades se auto constituem graças à negação do outro, na construção de seu processo identitário. De certo modo, uma instituição também é aquilo que não são as outras. Entretanto, as sociedades produzem seu imaginário, não apenas através da exclusão da alteridade

do outro, em uma lógica conjuntivista-identitária, mas também por meio da inclusão, tencionando e construindo pensamentos e ações outras em seus processos de perpetuação da instituição.

A negação do outro remete à “repetição institucional”, à perpetuação da instituição. Para que ocorra essa perpetuação, por exemplo, um líder desse grupo é substituído por um par institucional de mesmo patamar. Para refletir sobre como tais movimentos ocorrem no âmbito da ABEM, pode-se considerar também que muitos desses processos estão presentes e são explicitados por meio do estatuto e do regimento interno da Associação.

Quando isso não ocorre, emerge o instituinte, que ao produzir essa ruptura, interrompe esse processo institucional repetitivo. No ato de estabelecimento de outras normas e no ato de explicitação dessas novas normas, ocorre a auto alteração do processo de repetição institucional. Toda norma supõe de antemão uma exclusão interna, no sentido da organização da instituição, e uma exclusão externa, no sentido daqueles que não pertencem ou não podem pertencer à instituição.

Em relação a ABEM, o movimento de criação, discussões e produção de estatuto e regimento interno se traduz como a instituição da representatividade por meio de seus associados. A Associação, aquela que os representa, da qual advém um sentido de reconhecimento como Instituição. Isso não ocorre apenas no momento de fundação da Associação, mas incide sobre todo e qualquer regulamento, objetivo, política institucional, demanda ou regra. Nesse sentido, toda sociedade produz seu regime de verdade, seu imaginário. Também contribuem para esse movimento de reconhecimento da ABEM como Instituição, as relações que a Associação estabelece frente a outras instituições: o governo, outras áreas de conhecimento, a Educação Básica, a Pesquisa, entre outros. Tais relações atuam num âmbito mais amplo do imaginário social, a própria sociedade em sua dimensão social-histórica.

Para Losada (2006),

O imaginário radical é o fio condutor do pensamento de Castoriadis. Esse conceito lhe permite pensar a dimensão criadora do sujeito e do social-histórico. As categorias do pensamento moderno não servem para postular a dimensão criadora: foram elaboradas para pensar a identidade e a permanência; o imaginário radical foi elaborado para pensar a alteridade e a criação (LOSADA, 2006, p. 23-24).

Um aspecto importante a se considerar em relação à instituição em Castoriadis (1982) é o modo como esta se posicionará frente à alteridade. O que estabelece

alguns parâmetros para a definição da instituição, do instituinte e do instituído é o modo como essas instâncias se posicionam em relação à alteridade.

No caso da instituição, Castoriadis (1982) considera que é a negação da alteridade e o caráter impessoal de algumas instituições sociais que a circunscrevem como tal. Assim, instituição social é algo que se posiciona como se situando além do tempo, da emergência, do indivíduo, processo que envolve a ocultação da alteridade que supõe a história, o ser e o movimento capaz de criar, transformar e modificar. A omissão a respeito do sentido que pode ter a supressão do outro, que não pertence ao grupo, também demonstra a tendência a negar a alteridade. Suprimir ao outro que não faz parte do grupo, tem a ver, precisamente, com essa tendência a recorrer a um “estado perdido”. Esse é o estado de auto investimento (CASTORIADIS, 1982).

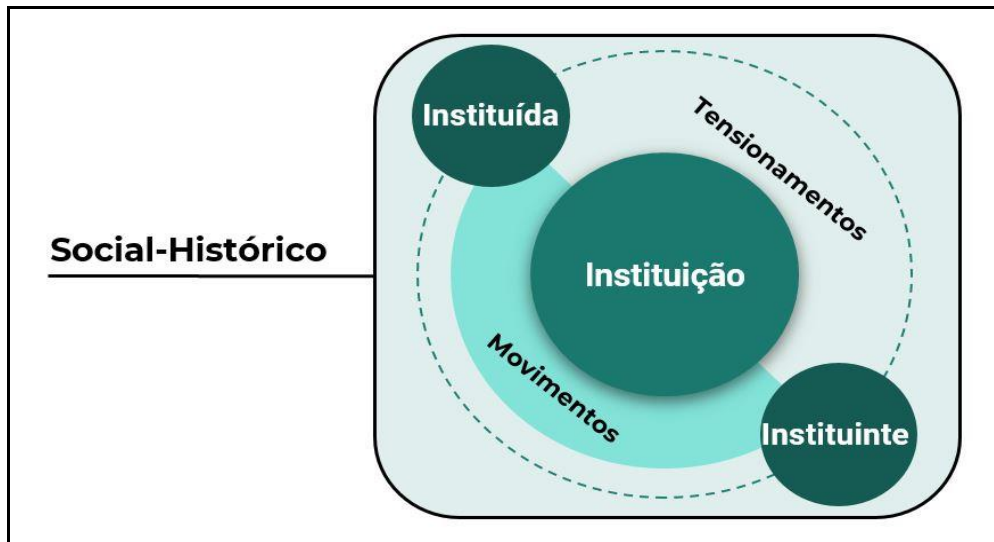
Essa forma de expressão pela qual, instituído, instituinte e instituição são definidos, a respeito da alteridade, é uma fórmula que está na origem do nascimento da instituição no sentido geral. Nesse viés, toda a instituição, num primeiro momento, irá se posicionar a respeito da alteridade do outro. Na grande maioria dos casos, essa alteridade será assimilada e negada, onde a lógica do que é válido ou verdadeiro está localizada na instituição vigente, de um determinado ponto de vista.

É importante a consideração que Castoriadis (1982) estabelece quanto à relação instituída e instituinte da sociedade, como auto alteração:

Enquanto instituinte e enquanto instituída, a sociedade é intrinsecamente história – ou seja, auto-alteração. A sociedade instituída não se opõe à sociedade instituinte como um produto morto a uma atividade que o originou; ela representa a fixidez/estabilidade relativa e transitória das formas-figuras instituídas em e pelas quais somente o imaginário radical pode ser e se fazer ser como social-histórico (CASTORIADIS, 1982, p. 416).

A instituição se apresenta nas formas pelas quais essa designação se materializa, estabelecendo-se mecanismos de burocratização como a ordenação, as leis, os limites e os sentidos. Porquanto, a instituição é um sistema em que a sociedade é entendida, imaginada e justificada nos termos pelos quais existe.

Figura 4 – A dimensão social-história e a constituição da instituição



Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Na relação instituído-instituinte, também na instituição, as palavras têm um significado, que é um significado muito particular, ou seja, um significado instituído, que se estabelece através da linguagem. Esta forma instituída institui ao indivíduo também, porque o indivíduo deve entender que “aquele” é o significado (já) estabelecido pela linguagem. Nesse sentido, a “Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM” se constitui como uma dessas expressões, carregando, nela mesma, significados instituídos que permeiam o imaginário das significações sociais.

Por meio dos significados, a sociedade é instituída e o sujeito se institui nesse movimento de transformação e modificação. Entretanto, coexiste uma atividade pragmática de questionamento através da ação de mudança, ou seja, uma manifestação de revolução em relação aos sentidos de instituição estabelecidos.

Assim, é possível dizer que as sociedades veem em outras sociedades algo que é diferente de si, que é menos ou que é mais. Muito raramente algo que é igual, pois o que é igual não é o outro, por isso o outro é diferente. Para Castoriadis (1982), somente em casos muito excepcionais, o outro é visto como o outro, o que caracterizaria uma sociedade autônoma. Sob esse aspecto, o autor também trata da relação entre consciente e inconsciente. Essa é uma relação que supõe que existe outro, no sentido do “outro que habita em mim” de alguma forma. Nesse sentido, o elo condutor ou o elemento comum se refere à existência do outro.

Com relação ao movimento instituinte, há um paralelismo entre o que ocorre no interior do grupo da instituição nascente em relação a uma ruptura da repetição institucional. Ocorre nesse momento o nascimento de uma sociedade autônoma ao projeto de sociedade anterior. Esse movimento supõe a existência de um estado das coisas que deve ser mudado, um espaço no qual a sociedade se auto institui e transforma suas próprias instituições, é o sistema pelo qual o indivíduo cria novos elementos e novas formas de interação. Existe uma dimensão institucional do grupo que recria esse estado, esta é o imaginário coletivo, é a indução de que a instituição é parte dos indivíduos, não havendo diferenciação entre os indivíduos e a instituição.

Oliveira (2014) entende

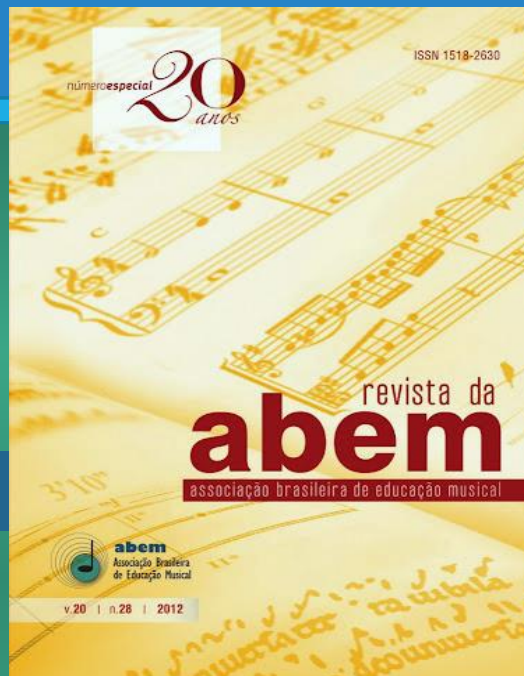
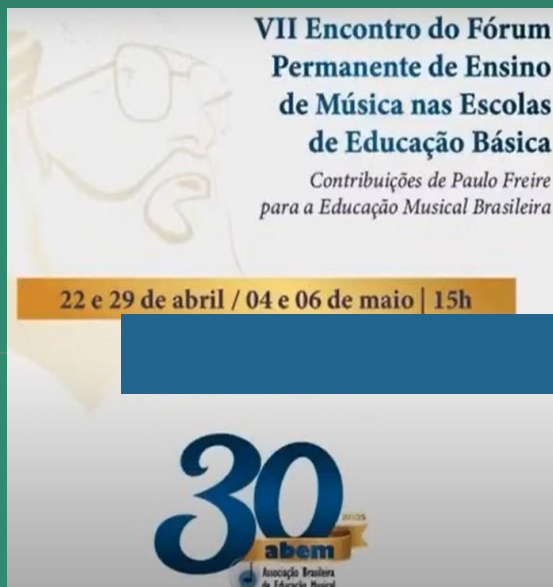
o instituído como sendo a representação posta, compartilhada e que se reproduz em diferentes instituições, como ainda o instituinte, a condição pela qual o homem, em sociedade, a partir do imaginário radical, é capaz de pôr outra imagem para povoar as significações cotidianas, a ponto de substituir seu sentido atual ou modificar em parte a composição dos símbolos e sua identidade (OLIVEIRA, 2014, p. 72).

A respeito dos significados subentendidos que antecedem ao surgimento do social, o primeiro objeto, aquele que permite efetivamente o contato e o estabelecimento de relações comunitárias, não pode ser mais que uma conspiração contra o outro, contra um poder vivido. Portanto simultaneamente, a alteridade e reconhecimento mútuo procedem de um movimento contra o outro enquanto potência e são, ao mesmo tempo, um efeito do outro compartilhado. De outra forma, para Castoriadis (1982) uma sociedade que não negue a existência do outro é a sociedade autônoma e o sujeito autônomo, que podem se auto constituir sem que para existirem tenham que negar a alteridade do outro.

Castoriadis (1982) destaca que o movimento da sociedade instituinte é um movimento perpétuo. Esse movimento pode, a qualquer momento, burocratizar-se e converter-se em instituição, impondo a repetição. O social instituinte é uma força que rompe com a repetição e, portanto, com a instituição mas, em algum momento, pode converter-se também em uma força conservadora, que trata de estabelecer parâmetros que negam o movimento de transformar e modificar e a própria alteridade. São estas formas de se conceber a realidade pelas quais os indivíduos instituem as coisas, e como as coisas instituídas também são instituintes para esses indivíduos. Também, os indivíduos são instituintes na sua capacidade de criar ou estão na inércia, sob a égide do instituído, numa relação mais heterônoma com a instituição.

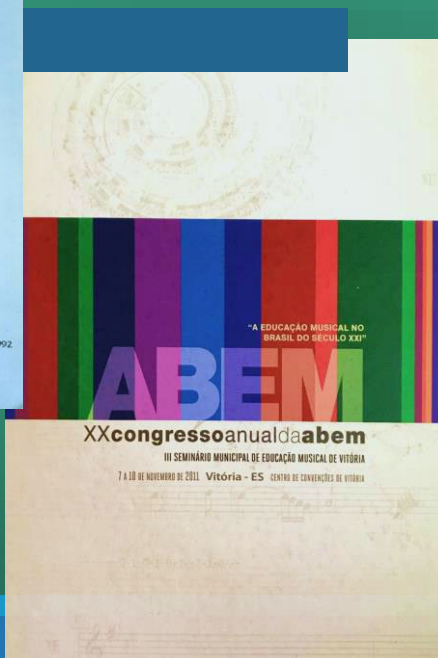
Por fim, nesta pesquisa, o diálogo com a teoria do Imaginário Social, a partir dos conceitos que envolvem as dimensões do simbólico e do imaginário, a construção de significados, a autonomia e heteronomia, a dimensão social-histórica, as significações imaginárias sociais e a constituição das instituições foram relevantes, pois mobilizaram uma orientação analítica para a compreensão de movimentos, memórias e histórias, instituídas e instituintes da ABEM como Instituição potencializadora da Educação Musical brasileira, através das significações imaginárias construídas nas narrativas dos presidentes.

No próximo capítulo, discuto a ABEM em seus movimentos instituídos e instituintes para a Educação Musical brasileira, sob a perspectiva do imaginário social presente nas narrativas biográficas dos presidentes. Abordo interpretações sobre aspectos e condições de institucionalização frente aos panoramas sociais e históricos, seu fortalecimento e consolidação no cenário nacional.



A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL:

Memória, História e Movimento

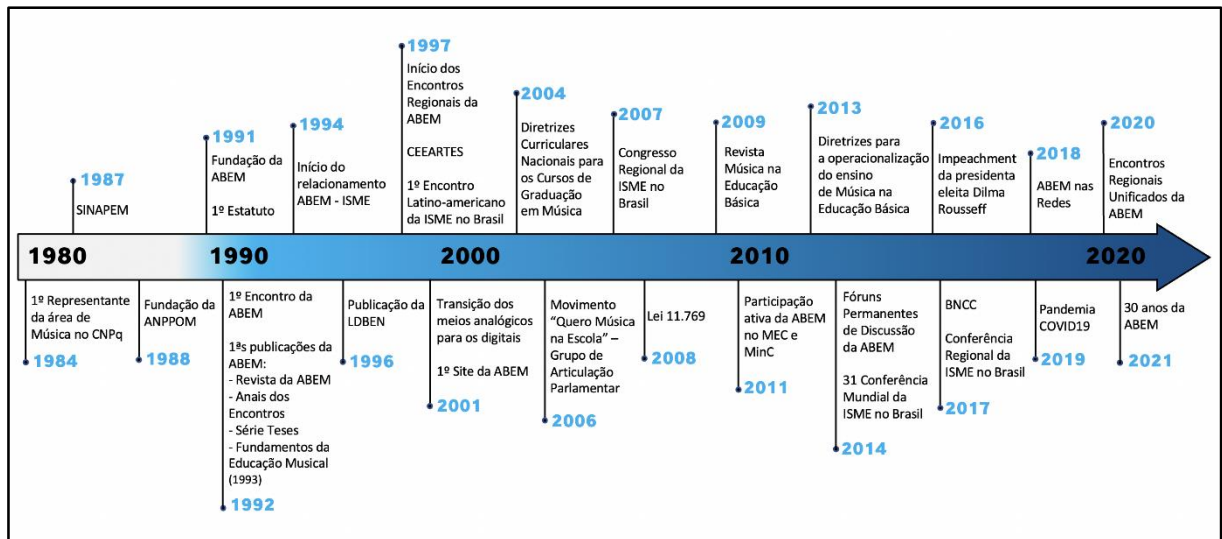


CAPÍTULO 4 – A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E MOVIMENTO

Esta pesquisa é uma, dentre as múltiplas escritas possíveis, acerca da memória constituída a partir das narrativas dos presidentes da ABEM. Não pretende representar a totalidade de uma história narrada da Associação, mas busca se concentrar na perspectiva de que a narrativa biográfica dos presidentes, tendo como foco a sua atuação na ABEM, talvez seja um caminho possível para a interpretação em perspectiva histórica.

Para dar uma visão geral acerca dos acontecimentos marcantes da ABEM e que representam a sua existência ao longo de trinta anos, organizo um gráfico que apresenta uma linha do tempo, com os principais movimentos da Associação, visando a sua organização e consolidação:

Figura 5 – Linha do tempo



Fonte: elaborado pelo pesquisador.

4.1. A INSTITUIÇÃO DE UM CENÁRIO NACIONAL PARA A ÁREA DE MÚSICA NO BRASIL: PRIMEIRAS INICIATIVAS QUE LEVARAM A FUNDAÇÃO DA ABEM

Pensar em uma perspectiva temporal que busca considerar trinta anos de existência da ABEM, remete a pensar suas origens, seu contexto de criação e o contexto social-histórico de sua genealogia. Implica valorizar e respeitar o passado, a história, a memória do trabalho e os esforços das pessoas que planejaram, criaram e desenvolveram uma instituição que se fortaleceu ao longo de sua existência. Uma memória coletiva constituída por diferentes trajetórias, muitas delas que se iniciaram anteriormente a fundação da instituição. Conhecer, entender e respeitar essas histórias e memórias implica valorizar trajetórias que remetem a pessoas e ações importantes para o delineamento, a introdução e a consolidação da área de Música como área de pesquisa e produção de conhecimentos, dando origem à organização de linhas de pesquisa em Música e em Educação Musical nas Instituições de Ensino Superior brasileiras e ao processo de luta pela representatividade política em diferentes âmbitos.

O contexto social e histórico que antecede a fundação da ABEM, remete ao início da década de 1980, durante os últimos anos do processo de abertura política e democrática do regime militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985 e aponta seu final em 1988, com a promulgação de uma nova Constituição.

Nesse período aconteceram os primeiros doutoramentos na área de Música realizados no exterior, com fomentos do CNPq/CAPES, retornaram ao Brasil, como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 3 – Primeiros Doutoramentos na Área de Música no Brasil

Doutores	Local de Formação	Área de concentração
José Maria Neves (UNIRIO)	1976 - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne)	Doutorado: Musicologia. Subsídio do governo francês.
Jorge Antunes (UNB)	1977, Université de Paris VIII (Vincennes)	Doutorado: Estética Musical. Subsídio do governo francês e da UNB.
Ryoko Katena Veiga (UFBA)	1980, University of Southern California	<i>Doctor of Musical Arts:</i> Performance. Subsídio CAPES

Manuel Vicente Ribeiro da Veiga Jr. (UFBA)	1981, University of California at Los Angeles	<i>Philosophy</i> <i>Doctor:</i> Etnomusicologia. Subsídio CAPES
Estércio Marquez Cunha (UFG)	1982, University of Oklahoma	<i>Doctor of Musical Arts:</i> Composição. Subsídio CAPES
Raimundo Martins (UFSM- UFRGS)	1982, Southern Illinois University	<i>Philosophy</i> <i>Doctor:</i> Educação/Artes. Subsídio CNPq
Cristina Gerling (UFRGS)	1985, Boston University	<i>Doctor of Musical Arts:</i> Performance. Subsídio Fulbright-CAPES
Ilza Nogueira (UFPB)	1985, State University of New York at Buffalo	<i>Doctor of Musical Arts:</i> Composição. Subsídio Fulbright- CAPES
Marisa Rezende (UFRJ)	1985, University of California	<i>Doctor of Musical Arts:</i> Composição. Subsídio Fulbright- CAPES
Alda Oliveira (UFBA)	1986, University of Texas at Austin	Philosophy <i>Doctor:</i> Educação Musical. Subsídio Fulbright- CAPES
Jamary Oliveira (UFBA)	1986, University of Texas at Austin	<i>Doctor of Musical Arts:</i> Composição. Subsídio Fulbright- CAPES
Celso Loureiro Chaves (UFRGS)	1988, University of Illinois	<i>Doctor of Musical Arts:</i> Composição. Subsídio Fulbright- CAPES

Fonte: elaborada pelo autor, com base na organização exposta pela Dr.^a Ilza Nogueira (2020)¹⁶

No ano de 1982, o Dr. Manoel Vicente Ribeiro da Veiga Jr. assume a presidência da área de Artes na CAPES com mandato até 1985 e, também em 1984, torna-se o primeiro representante da Música no Comitê Assessor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Diretoria Executiva do CNPq, função que prossegue até 1988. Nesse período ocorrem incentivos a doutoramentos em Música no exterior, pois não havia cursos de pós-graduação a nível de doutorado em Música no Brasil. A partir de 1988, os investimentos da CAPES/CNPq em doutoramentos no exterior

¹⁶ Organização apresentada pela Dr.^a Ilza Nogueira em mesa virtual do “Encontro 30+30 - Mesa Perspectivas históricas e projeções futuras para a pesquisa em música: 30+30”, realizada na data de 16/10/2020, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X178r67UrE4&ab_channel=ProgramadeP%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3oemM%C3%BAsicadaUFBA.

sinalizaram o retorno dos primeiros doutores em Música, período em que foram concedidas as primeiras bolsas de pesquisa na área. Pode-se considerar que estas foram umas das primeiras iniciativas para o desenvolvimento da pesquisa em Música no âmbito da universidade brasileira, “até então a área de Música se fazia reconhecer nos âmbitos do ensino e da extensão, muito embora já tivesse a sua primeira associação científica, que foi a Sociedade Brasileira de Musicologia, fundada em 1981” (NOGUEIRA, 2020)¹⁷.

Vinculadas à dimensão da pesquisa, são fundadas a partir desse contexto, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM) e, posteriormente, a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM). Oliveira (2018) contextualiza o cenário e os desdobramentos do período anterior à constituição da ANPPOM e da ABEM, relacionando o movimento musical¹⁸ ocorrido na Universidade Federal da Bahia – UFBA e a Escola de Música da UFBA¹⁹, como potencializador de ideias²⁰ e articulações entre os profissionais que seriam os responsáveis pela

¹⁷ Videoconferência: “Encontro 30+30 - Mesa Perspectivas históricas e projeções futuras para a pesquisa em música: 30+30”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X178r67UrE4&ab_channel=ProgramadeP%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3oemM%C3%B3sicaUFBA.

¹⁸ Relacionado a esse movimento musical também estava a APEMBA: “Associação dos Professores de Educação Musical da Bahia (APEMBA) foi fundada no dia 26 de setembro de 1972, no auditório da Faculdade de Educação da Bahia, à rua da Mangueira, 33, durante o Curso de Educação Musical ministrados pelos professores Edgar Willems e Ernst Widmer” (ESCARIZ, 1992, p. 51). Seus principais objetivos eram “1- Estudar os problemas referentes a Educação Musical, procurando solucionar da melhor maneira as dificuldades apresentadas; 2- Conscientizar a comunidade do valor da música como meio de comunicação; 3- Favorecer intercâmbio entre professores de Educação Musical da Bahia, como também, com outras associações estaduais; 4- Promover cursos de extensão e atualização; 5- Promover atividades artísticas, demonstrando o trabalho realizado nas escolas; 6- Planejamento e realização de círculo de estudos, visando o aperfeiçoamento do processo educativo; 7- Incentivar a pesquisa no campo de educação musical” (ESCARIZ, 1992, p. 51). Helena Pereira Carrera Escariz foi II secretária da ABEM no período de 1991 a 1992.

¹⁹ Atitudes ortodoxas e anacrônicas eram questionadas e postas à prova diante dos desafios que eram colocados nas propostas pedagógico-musicais que Ernst Widmer e seus colegas propunham naquele contexto sociomusical brasileiro/baiano desenvolvido entre os anos 1950 e 1980. Porém muitos dos seus efeitos e conquistas perduram até a atualidade. Focalizo especialmente em Widmer porque ele soube não somente criar músicas a partir de elementos da cultura brasileira, mas também foi capaz de criar ambientes e situações de ensino-aprendizagem que formaram uma geração de competentes e inovadores profissionais na área de Música e Educação. Porém louvo esse mágico tempo de desenvolvimento e de novas reflexões e ações, interagindo com profissionais de alto gabarito, verdadeiros rizomas humanos que transbordavam saberes e que inspiram gestos, posturas e ações até hoje naqueles que se contagiaram com esses espíritos de sopros, luzes e desafios (OLIVEIRA, 2018, p. 115).

²⁰ O convívio entre mestres e músicos no contexto da escola da Bahia (EMUS/UFBA), enquanto transitei por lá, foi sempre cheio de aprendizagens, desafios e de crescimento pessoal, especialmente quando fui aluna de Jarmy Oliveira, Ernst Widmer, Manuel Veiga, Fernando Lopes, Sergio Magnani e outros, quando convivi artisticamente com o Grupo de Compositores da Bahia (E. Widmer, Jarmy Oliveira, Milton Gomes, Rinaldo Rossi, Tomzé, Fernando Cerqueira, Nikolau Kokron, Walter Smetak, Ilza Nogueira, Agnaldo Ribeiro) e também quando assumi funções administrativas colegiadas (com Paulo Costa Lima) e funções como diretora (1992-1996) [da ABEM], convivendo administrativamente com os

fundação da ANPPOM e, posteriormente, também teria implicações para a constituição da ABEM.

Nas palavras de Oliveira (2018, p. 115) “várias articulações pedagógicas foram construídas nesse momento mágico, interligando experiências dos alunos com o conhecimento de vanguarda desenvolvido no mundo”. Assim, a autora ressalta a influência das ideias e propostas pedagógico-musicais vigentes entre professores, estudantes e músicos ligados a UFBA, que se materializam no ano de 1987:

A partir do evento intitulado Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical (SINAPEM), organizado por Ilza Nogueira na Paraíba, em 1987, um grupo de pós-graduados em música, liderados por participantes que tiveram experiências criativas na Bahia, iniciou o movimento inicial de consolidação da área de Música, culminando com a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM), em Brasília, no ano de 1988. Como se pode observar, o movimento criativo da escola da Bahia deixou rastros e marcas que se estendem até a atualidade (OLIVEIRA, 2018, p. 116).

O Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical – SINAPEM, foi um importante marco para a Educação Musical brasileira, pois congregou interesses comuns relacionados à formação musical, à pesquisa e à pós-graduação em Música, formalizando e instituindo a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música – ANPPOM, também registrado no site²¹ da associação.

Nogueira (2020) contextualiza os primeiros movimentos da década de 1980, relacionados à organização da área de Música no Brasil, através da concepção do SINAPEM.

Até o final da década de 80, nós tínhamos apenas, eu creio que dois programas de pós-graduação strictu sensu em Música a nível de Mestrado. O da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 1980... falava-se de um mestrado também do Conservatório Brasileiro de Música, criado em 82, mas não sei até que ponto isso era subsidiado pela CAPES... e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi criado em 87. Os dois docentes da região Centro-Oeste, que era o Jorge Antunes e Estércio, os quatro de Salvador e o da UNIRIO, que era o José Maria Neves, eu na Paraíba, enfim, nós que éramos 66% do investimento do governo brasileiro em capacitação de recursos humanos, nós estávamos fora daquele precário sistema de pós-graduação em Música. Então, essa foi a motivação que me levou a pensar em reunir aquele pequeno grupo de doutores num evento que pudesse articular nossa rápida inclusão em forças de trabalho que fossem compatíveis com nossa formação, agilizando o crescimento da pós-graduação em Música do país, com oportunidades para debates, formação de grupos de estudo, formulação de políticas institucionais e abertura de um canal de negociações legítimo com as agências de fomento. Então, assim em 1986 eu concebi um evento duplo, num simpósio e um curso, que pudesse

membros dos grupos artísticos da escola (Madrilgal e Orquestra Sinfônica), departamentos do CLEM e de Música Aplicada e colegiados dos cursos (OLIVEIRA, 2018, p. 115).

²¹ <https://anppom.com.br/historico-da-anppom/>

então não só captar recursos de vários órgãos do governo federal, como também envolvê-los em termos de responsabilidade. E foi com subsídios e responsabilidades da SESU, da CAPES e do CNPq, que nós realizamos, na Universidade Federal da Paraíba, o Curso de Especialização em Música do Século XX da UFPB, acoplado ao Simpósio Nacional Sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical no Brasil, o SINAPEM, ambos em duas fases executadas em janeiro e julho de 87 (NOGUEIRA, 2020)²².

Naquele período havia necessidade de criação e de organização da área de Música no país, incorporando estratégias de diálogo, ação e suporte entre os profissionais que estavam ligados ao contexto formativo para a Música nas universidades brasileiras e os órgãos governamentais responsáveis pela administração e desenvolvimento do ensino, pesquisa e cultura.

Aquele foi o primeiro evento que objetivava discutir o eixo Ensino-Pesquisa em Música no país de uma forma ampla, integrando a pesquisa e a pós-graduação em Música, o ensino da música a nível de 1º, 2º e 3º Graus e também o 2º Grau Profissionalizante. Como vocês vêem aí, nós conseguimos reunir representantes de doze Instituições de Ensino Superior, de quatro Instituições de Ensino Musical a Nível Médio, da Paraíba, do Rio Grande do Sul, do Distrito Federal e de Minas Gerais e, praticamente, todos os órgãos federais da administração do ensino, da pesquisa e da cultura, que era o CNPq, a CAPES, a SESU, a Secretaria de Ensino em 2º Grau, o Instituto Nacional de Música da Funarte e a Secretaria de Apoio à Produção Cultural, que era a SEAP, do então novo Ministério da Cultura. Como resultados, nós propusemos ao CNPq gestões para a criação da ANPPOM, à SESU a criação de uma comissão de especialistas em Música, inclusive incluindo uma proposta de trabalho para ela, e a celebração de um convênio interinstitucional para intercâmbio didático, artístico e editorial na área de Música a nível de pós-graduação e também de graduação. Então, nós concretizamos documentos de recomendações curriculares para o ensino musical de nível fundamental, de 2º grau profissionalizante e para o 3º grau, onde um anteprojeto de reestruturação do antigo currículo mínimo incluía as licenciaturas que, ainda na época eram inexistentes. No SINAPEM, Manoel Veiga e Jamary, Alda Oliveira e Raimundo Martins e eu, nós formávamos aquele quinteto de liderança e políticas da área, esboçando os documentos a serem enviados aos órgãos administrativos do ensino e da pesquisa do governo federal. E, dentre esses documentos, esteve o primeiro estatuto da ANPPOM. Nós éramos idealistas e encaminhávamos pessoalmente os projetos aos respectivos destinos administrativos em Brasília” (NOGUEIRA, 2020)²³.

A realização do SINAPEM em 1987, seria o pontapé inicial para a fundação da ANPPOM em 1988, com auxílio do CNPq, numa reunião que congregou alguns dos pesquisadores que participaram do SINAPEM.

²² Videoconferência: “Encontro 30+30 - Mesa Perspectivas históricas e projeções futuras para a pesquisa em música: 30+30”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X178r67UrE4&ab_channel=ProgramadeP%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3oemM%C3%B3duloB%C3%A1sicoUFBA.

²³ Videoconferência: “Encontro 30+30 - Mesa Perspectivas históricas e projeções futuras para a pesquisa em música: 30+30”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X178r67UrE4&ab_channel=ProgramadeP%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3oemM%C3%B3duloB%C3%A1sicoUFBA.

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) foi fundada, em 1988, como sociedade civil sem fins lucrativos, com o intuito de promover e consolidar a pesquisa e a pós-graduação em música no país. A ideia da criação do que viria a ser a ANPPOM foi consolidada durante o Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e o Ensino Musical (SINAPEM), realizado em 1987, na Universidade Federal da Paraíba, com o propósito de discutir a formação musical no país, em todos os seus níveis. O Simpósio contou com a participação de diversas instituições de ensino superior e instituições de ensino de música, além de representantes do CNPq, da CAPES e de secretarias dos Ministérios da Educação e da Cultura. Dentre as propostas resultantes do SINAPEM estava a criação de uma Sociedade Brasileira de Educação e Pesquisa Musical. A proposta foi encaminhada ao CNPq, em setembro de 1987, e, em abril de 1988, foi realizada, em Brasília/DF, a reunião de fundação da ANPPOM, sob os auspícios da Direção de Ciências Humanas e Sociais do CNPq. Assinaram a ata dessa reunião os seguintes associados fundadores: Alda Oliveira, Cristina Magaldi, Estércio Marques Cunha, Ilza Nogueira, Jarmy Oliveira, Jorge Antunes, Manuel Veiga, Marisa Rezende e Raimundo Martins. A primeira presidente da ANPPOM, eleita pelos associados fundadores, foi a Prof.^a Dr.^a Ilza Nogueira, da UFPB (HISTÓRICO - ANPPOM, [s.d.])²⁴.

A criação da ANPPOM estimulou diversas articulações entre pesquisadores, músicos e professores, potencializando a organização da área de Música e das subáreas a ela vinculadas.

As apresentações dos primeiros trabalhos escritos tinham como foco discutir os valores e problemas abordados, sua relevância nos contextos brasileiro e internacional, os métodos usados, assim como, principalmente, tinham a intenção de gerar questões desafiantes e formadoras para aqueles que estavam apresentando os trabalhos (OLIVEIRA, 2018, p. 116).

Com a fundação da ANPPOM, a dimensão da pesquisa começa a se desenvolver e a articulação entre profissionais e pesquisadores impulsiona a área de Música a alcançar representatividade frente a órgãos governamentais²⁵, a outros pares da área de Artes e as instituições como um todo. Cabe destacar que a criação da ANPPOM e, posteriormente, da ABEM, juntamente com a proeminência da Música na representação da área de Artes junto ao CNPq, como podemos observar na tabela abaixo, influenciaram no sentido do respeito das agências governamentais e da representatividade conquistada pela área ao longo dos anos.

²⁴ Junto com Ilza Nogueira, a primeira presidenta da ANPPOM, Alda Oliveira atuou como “primeira secretária da primeira diretoria da ANPPOM” (OLIVEIRA, 2018, p. 116).

²⁵ Eu [Alda Oliveira] (UFBA), Liane Hentschke (UFRGS), José Adolfo Moura (Minas Gerais) e, depois, Maria Lúcia Pascoal (UNICAMP) estivemos muito envolvidos, nesta época difícil, com os trabalhos de reconhecimento das áreas de artes como especialidades, desenvolvidos no âmbito da Comissão de Especialistas da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (CEE-ARTES e depois CEE-Música). Esse trabalho de base foi fundamental para que as instituições de ensino fizessem oferta de cursos na especialidade musical, em vez de cursos de educação artística (OLIVEIRA, 2018, p. 118).

Tabela 4 - Representantes de Música no CA/Artes do CNPq

Período	Representantes
1984-1988	Manoel Vicente Ribeiro da Veiga Jr.
1989-1991	Jamary Oliveira
1993-1995	Raimundo Martins
1995-1997	Ilza Nogueira
1997-1999	José Maria Neves
1999-2002	Não tivemos representante da área de Música
2002-2004	Cristina Gerling
2004-2007	Maurício Loureiro
2007-2010	Celso Loureiro Chaves
2010-2013	Fernando Lazzetta
2013-2016	Didier Guigue
2016-2019	Luciana Marta Del Ben
2019-2022	Maurício Alves Loureiro

Fonte: Elaborada pelo autor.

Inicia-se um processo de crescimento da produção científica da área de Música, no qual se ampliam as discussões e estudos entre os profissionais. Esse crescimento fez emergir novas demandas de trabalho, levando a necessidade de especialização em determinados campos de acordo com as propostas levantadas. Assim, “houve realmente a necessidade da subdivisão associativa para aprofundar os assuntos, para consolidar cada subárea em nível governamental e para haver um contato mais especializado entre os seus associados, adequando interesses e soluções de problemas às pesquisas” (OLIVEIRA, 2018, p. 117).

Para além do fortalecimento da pesquisa e da representatividade junto aos órgãos governamentais, a ampliação das discussões e a especificidade de campos do conhecimento levou a necessidade de organização da área da Música em subáreas. A primeira foi a da Educação Musical.

Em 1991, os principais articuladores da subárea de Educação Musical fundaram, em Salvador, a ABEM (Associação Brasileira de Educação Musical) para focalizar os diversos assuntos pertinentes ao ensino musical nos vários níveis de ensino e contextos socioculturais, sem deixar, no entanto, de estar sempre associada à ANPPOM. Mais tarde foram também criadas a ABET (Associação Brasileira de Etnomusicologia)²⁶, a TEMA

²⁶ Associação Brasileira de Etnomusicologia/ ABET – Criada durante o 36º Congresso do International Council for Traditional Music (ICTM), realizado no Rio de Janeiro em julho de 2001, a ABET tem como objetivos a promoção da etnomusicologia, o estímulo à pesquisa, o encorajamento à organização e

(Associação Brasileira de Teoria e Análise Musical)²⁷ e a ABRAPEM (Associação Brasileira de Performance Musical)²⁸. A existência das demais associações das subáreas (educação musical, etnomusicologia, práticas interpretativas e teoria da música) tem estimulado trabalhos nessas especialidades e conexões com a ANPPOM (OLIVEIRA, 2018, p. 116-117).

De modo mais específico, o período inicial de constituição da ABEM, é acompanhado de reflexões e aspirações coletivas dos profissionais ligados à área da Música, especialmente em relação à pesquisa e ao ensino. Oliveira (1992) destaca que a ABEM como associação é oriunda de perspectivas para a Educação Musical que vinham sendo discutidas por um grupo de educadores no âmbito da ANPPOM.

Tais perspectivas foram formalizadas por meio de diversos documentos, elaborados no SINAPEM²⁹ de 1987, os quais apontam alguns anseios comuns na área de Música:

[...] proposta curricular para a educação musical no ensino de I e II graus, recomendações curriculares para o ensino musical profissionalizante de II grau, e proposta de reestruturação para o currículo mínimo dos cursos de graduação em Música. Desde então, tem-se recomendado aos órgãos de suporte e estruturação do ensino, que sejam efetivadas estas propostas, o que refletiu positivas perspectivas entre os educadores, mas ainda se apresenta sem efetivas cristalizações (OLIVEIRA, 1992, p. 38).

Dentre os interesses formalizados por esse grupo, havia a preocupação com a definição de uma proposta curricular³⁰ mínima de Educação Musical para os cursos de graduação em Música e para o ensino de 1º e 2º graus³¹ e ensino profissionalizante

preservação de documentos etnomusicológicos, o intercâmbio com associações congêneres no Brasil e no exterior e a organização de uma reunião bianual para divulgação de trabalhos e pesquisas na área. Pesquisadores, professores universitários, estudantes de Pós-graduação e Graduação constituem as principais categorias de participantes dos Encontros da ABET - <http://www.abet.mus.br> - (ABET - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ETNOMUSICOLOGIA, [s.d.]).

²⁷ Associação Brasileira de Teoria e Análise Musical/ TEMA – A Associação Brasileira de Teoria e Análise Musical (TEMA) concretiza as aspirações e a determinação de pesquisadores do campo de estudos teórico analíticos, que veem nessa organização um meio eficaz de fortalecer o entrosamento de pares, dinamizar os estudos teórico-musicais e desenvolver a literatura específica no país. Projetada lenta e conseqüentemente a partir de julho de 2012 (fórum do IV Encontro de Musicologia de Ribeirão Preto, USP/RP), oficializou-se em 10 de Novembro de 2014, durante seu I Congresso, realizado pela Escola de Música da Universidade Federal da Bahia, com a colaboração parceira do Laboratório de Composição COMPOMUS da Universidade Federal da Paraíba e da Associação OCA de compositores baianos. A partir de então, definem-se ações políticas e atividades intelectuais que irão orientar os rumos da pesquisa em Teoria e Análise Musical no Brasil - <https://tema.mus.br/institucional> - (TEMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TEORIA E ANÁLISE, [s.d.]).

²⁸ <https://abrapem.org/sobre> - (ABRAPEM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PERFORMANCE MUSICAL, [s.d.]).

²⁹ O Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical no Brasil – SINAPEM foi realizado em 1987 na Paraíba, sob a coordenação da professora Ilza Nogueira (OLIVEIRA, 1992, p. 37).

³⁰ Cabe destacar que nesse período estava em vigência a Lei nº 5.692 de 1971, que em seu texto fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

³¹ O 1º grau atualmente corresponde ao Ensino Fundamental, e o 2º grau, ao Ensino Médio.

de 2º grau, hoje correspondendo ao ensino fundamental e ensino médio, da Educação Básica. São destacadas também, propostas de atuação da ANPPOM junto aos órgãos governamentais de regulamentação do ensino nacional.

Em 1991, na Escola de Música da UFBA, ocorre a “VII Semana de Educação Musical”, que “embora pouco ambiciosa em termos de abrangência nacional, a “Semana” pode ser considerada a semente geradora da ABEM” (OLIVEIRA, 2012, p. 18). A organização da “*Semana*” congregou vários profissionais, associações, como a ANPPOM, setores políticos e outros setores da sociedade. Naquele momento, o foco principal de ações esteve ligado às discussões em torno da problemática do ensino de música no país.

Em meio a um cenário que acolhia, sob os auspícios do CNPq, da CAPES, da UFBA/EMUS, muitos convidados de várias regiões do país e do exterior, foi realizada a Assembleia Geral que tinha como um dos objetivos fundar uma associação nacional composta por professores de música, cujo nome seria Associação Brasileira de Educação Musical. A movimentação política para conseguir esse objetivo foi intensa e contou desde o início, com a participação de pessoas de várias especialidades, várias instituições e de várias regiões do país e do exterior. Ou seja, houve um movimento convergente sócio-político em que profissionais, embora de saberes e ofícios distintos, conseguiram chegar a uma concordância no que se referia ao ensino e à formação de professores e da população brasileira em todos os níveis de educação, além de reconhecerem que havia chegado um momento no qual teriam de organizar-se para tornar a luta pela educação musical vitoriosa (OLIVEIRA, 2012, p. 19).

Nesse contexto organizacional, com aspirações e interesses comuns de um grupo de educadores constituído nesse cenário de intercâmbio entre profissionais ligados a Instituições de Ensino Superior, Secretarias de Educação, ANPPOM e outros setores da sociedade, é criada a ABEM enquanto Associação. Oliveira (1992) contextualiza sobre este fato:

Em 22 de agosto de 1991, durante o IX Seminários Internacionais de Música, o I Simpósio Brasileiro de Música e a VII Semana de Educação Musical foi criada a Associação Brasileira de Educação Musical, filiada à ANPPOM, que pretende promover a educação musical no país através da implantação gradativa de encontros para atualização dos profissionais, documentar e divulgar trabalhos na área e estimular a integração e o desenvolvimento das iniciativas regionais, aliada aos objetivos de consolidação da área de Música como um todo (OLIVEIRA, 1992, p. 39).

Para compreender os movimentos que a ABEM, enquanto instituição que é ao mesmo tempo instituída e instituinte vêm estabelecendo em relação à Educação Musical, busca-se compreender também o seu processo de constituição enquanto Associação.

O Código Civil, Lei nº 10.406 de 2002, em seu artigo nº 53, define que “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Dessa forma, as associações se estabelecem através de objetivos comuns em busca da defesa de determinados interesses, sem possuir finalidades lucrativas, ainda que a renda proveniente de suas atividades seja revertida para o cumprimento dos seus objetivos estatutários (Art. 54 do Código Civil). Como destacado por Gonçalves (2011, p. 194) são “pessoas jurídicas de direito privado constituídas de pessoas que reúnem os seus esforços para a realização de fins não econômicos”. Buscam, portanto, ideais comuns, formando um grupo que se organiza em torno de linhas coletivas de pensamento. As associações contam com um estatuto que estabelece normas jurídicas e que regulamenta as relações do direito privado, previstas no artigo nº 54 do Código Civil.

Para defender os interesses comuns de seus associados, a ABEM tem se proposto a atuar em diversas frentes de trabalho, que ficam evidentes na caracterização de suas finalidades:

Art. 2º – A Associação tem por finalidades: a) Contribuir para o fortalecimento da Educação Musical no Brasil, nos diversos níveis e contextos de ensino e aprendizagem; b) Possibilitar o encontro e a partilha de experiências entre educadores musicais a partir da organização de eventos científicos e pedagógicos, internacionais, nacionais, regionais e locais. c) Incentivar, divulgar e promover a produção de conhecimento na área de educação musical; d) Apoiar pesquisas, ações, eventos e demais atividades relacionadas à educação musical promovidas por instituições locais, regionais, nacionais e internacionais; e) Defender a inserção da música nas escolas brasileiras e fortalecer a profissionalização e valorização do educador musical; f) Acompanhar e participar do processo de definição e implementação das políticas educacionais do Brasil, a fim de fortalecer o campo da educação musical nos cenários da educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação brasileiros. Parágrafo Único: Para alcançar os objetivos enumerados neste capítulo, a ABEM poderá firmar contratos, acordos, ajustes, convênios e representações com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras (ESTATUTO – ABEM, 2019).

Nesse sentido, a constituição de uma associação³² está articulada à organização de um conjunto de associados que reúne interesses comuns, promovendo suas causas, propostas e políticas. No processo de institucionalização de uma associação da sociedade civil, são construídos mecanismos instituídos de comum acordo e que representam ideias de uma coletividade. A história da

³² Varanda (2014, p. 59) destaca que “por regra, estas organizações são organizações sem fins lucrativos, uma vez que o seu objetivo não é o de obterem lucro com a(s) atividade(s) que desenvolvem; quando há o objetivo de criar lucro com a organização, cria-se uma sociedade ao invés de uma associação. Contudo para ser possível à associação desenvolver-se e manter-se no ativo, os sócios poderão ter que pagar quotas, que são tidas como uma ajuda e não um lucro”.

Associação Brasileira de Educação Musical como Instituição, vem produzindo lugares coletivos na complexa dinâmica entre movimentos instituintes e instituídos. “Essa associação de caráter diversificado, polifônico e contrapontístico, tem gerado produtos e tendências em vários estilos e gêneros educacionais que podem ser considerados harmônicos para o contexto brasileiro” (OLIVEIRA, 2007, p. 56).

A ABEM tem como objetivo principal

[...] promover a educação musical no Brasil, contribuindo para que o ensino da música esteja presente de forma sistemática e com qualidade nos diversos sistemas educacionais brasileiros, contemplando, de maneira especial, a educação básica; por essa razão tem estado atenta às múltiplas formas de desenvolvimento do ensino e aprendizagem da música no país, o que inclui a formação do educador musical e a observação dos processos de concurso público e de contratação de profissionais para o exercício da docência em música, nos diferenciados níveis escolares (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 2019).

Considerando o estatuto, o regimento interno³³ e o objetivo da Associação Brasileira de Educação Musical, percebe-se a configuração de uma relação de pertencimento de seus membros à associação como um lugar coletivo, na medida em que esses a referendam para representá-los. O coletivo constituído por educadores musicais, pesquisadores, estudantes e músicos legitima a associação, promovendo e fortalecendo seus interesses, escolhas e decisões tomadas no âmbito de assembleias e de uma diretoria eleita e composta por vários membros, assim instituída de representatividade acadêmica, científica, econômica, cultural e social.

4.2 – “VOCÊ NÃO NARRA PORQUE TEM HISTÓRIA. VOCÊ TEM UMA HISTÓRIA PORQUE VOCÊ NARRA”: A CONSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ABEM ATRAVÉS DO IMAGINÁRIO SOCIAL DOS PRESIDENTES

Os processos que levaram à criação da ABEM, são decorrentes de uma série de fatores, conjunturas e cenários que começaram a ser delineados e articulados pelos protagonistas dessa história da instituição, muito antes de sua fundação. O cenário que se apresentava, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980, foi crucial para o nascimento da ABEM.

Como podemos observar, na **Tabela 3** (p. 89), os primeiros doutoramentos da área de Música retornaram ao Brasil. Nesse período, a primeira representação de

³³ Disponíveis em <http://abemeducacaomusical.com.br/abem.asp>.

Música no CA/Artes do CNPq foi de Manoel Vicente Ribeiro da Veiga Jr., entre 1984 e 1988, que contribuiu para o incentivo e fomento à formação dos primeiros pesquisadores em Música do país. Raimundo Martins (2020), sobre a criação do comitê da área de Artes no CNPq, contextualiza:

Então eu estava na UFRGS e, eu acho que daí a um ano e pouco, assumi, fui eleito para a coordenação do Departamento de Música. Estou tentando contextualizar as coisas para você. Nesse período recebemos no Instituto de Artes da UFRGS a visita do Sílvio Zamboni. O Sílvio Zamboni era um funcionário do CNPq e desenvolvia atividades artísticas na área de pintura. Ele assessorava um comitê no CNPQ. Não havia comitê da área de Artes, mas o CNPq estava preocupado, as outras áreas de conhecimento já tinham comitê de área, mas as áreas de Música, de Artes Visuais e de Cênicas, ou seja, a área de Artes, de maneira geral, não tinha comitê e não esboçava esse tipo de interesse. Eram poucos doutores no país. Não tenho certeza, mas acho que eu fui o segundo ou o terceiro doutor na área de Artes no país. Em termos de formação, na área de Artes ainda não havia preocupação ou interesse pela pesquisa. Na reunião promovida pelo CNPq e realizada no Instituto de Artes da UFRGS participaram representantes da área de Artes Visuais, do Teatro e da Música. Eu participei daquela reunião como representante da área de Música. Compreendi, de imediato, a importância da reunião. Mas havia resistência, havia desinteresse. A formação artística naquela época nos cursos de graduação tinha uma ênfase quase que exclusiva na prática. A formação teórica era algo complementar, periférico, e a pesquisa era algo inexistente (MARTINS, E.N., 2020, p. 1-2)³⁴.

Em 1987, quando foi realizado o SINAPEM, havia onze doutores em música no país. Nessa conjuntura, ocorre a organização de um grupo de pesquisadores pós-graduados na área de Música, dando início a um processo instituinte que, dentre outros frutos, conduziria posteriormente, em uma das linhas de possível interpretação, à fundação da ABEM. Entendo isso, porque percebo que, desde o primeiro estatuto da ABEM, importantes lideranças que estiveram presentes no SINAPEM, também constituíram a primeira diretoria da ABEM, que tinha em sua presidência Alda Oliveira, Liane Hentschke como 1ª Secretária, Diana Santiago como 2ª Secretária, Raimundo Martins como Editor, Ilza Nogueira, Rosa Fuks, Irene Tourinho e Esther Beyer como Conselho Editorial.

Sobre esse contexto inicial Alda Oliveira (2020) relata:

A ABEM, eu considero ela a minha filhinha querida... (risos)... minha filhinha realmente querida. Por quê? Deixa eu lhe contar o iníciozinho de tudo. Nós lutamos muito para a construção de um grupo de pesquisadores pós-graduados que trabalhassem não só academicamente, mas politicamente para o fortalecimento da área de Música em geral. Para isso Ilza Nogueira organizou o SINAPEM contando com a participação de alguns pós-graduados no exterior... Todos esses que eu vou citando estavam envolvidos. Eu e Jamary estávamos bastante envolvidos, especialmente Jamary com sua

³⁴ Por sugestão da banca examinadora, foi utilizada fonte em itálico para as narrativas dos presidentes, a fim de diferenciá-las de outras citações.

experiência político-administrativa. Então um grupo pequeno de pós-graduados, estava unido nesse propósito. Não foi mérito de um, de dois, de três. Foi de um grupo na época. Mas Ilza liderou a questão de organizar o SINAPEM na Paraíba, conseguiu financiamento, conseguiu tudo. Então desde aí começaram as raízes das conexões para a construção de caminhos institucionalizados para consolidação da área de Música, porque nós não tínhamos nada no CNPq. Não existia a Música no CNPq. Só existia a Música, em termos acadêmicos, no nível da graduação. Então, no SINAPEM o grupo começou a conversar sobre essa questão de que não tínhamos associação, não tínhamos nada. Mas não foi nada organizado nesse sentido no SINAPEM (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 1).

Com o desejo da criação de uma área reconhecida no CNPq, o SINAPEM foi fundamental para a constituição de um espaço de diálogo entre os primeiros pesquisadores pós-graduados e para a mobilização e organização de diversas frentes de trabalho.

Como resultado dessa reunião, o CNPq planejou e convocou vários representantes das diferentes áreas, doutores e mestres que eram poucos. Na área de música foram convocados representantes do sudeste, do sul, do nordeste e do centro-oeste. Na região norte não havia mestres nem doutores. Eu fui representando a região Sul. Acho que eu era o único representante do Sul. Quem liderou essa organização foi a professora Ilza Nogueira, da Federal da Paraíba. O grupo da Bahia era muito forte com a participação de Manuel da Veiga, Jamary de Oliveira e a Alda. Em Porto Alegre, na UFRGS, estávamos começando, tentando organizar a proposta de um curso de mestrado em música. Então, o CNPq financiou esse encontro (MARTINS, E.N., 2020, p. 2).

Em decorrência do SINAPEM, no ano seguinte, em 1988, foi fundada a ANPPOM³⁵.

Então, depois do SINAPEM, Ilza organizou outro grupo, que era o mesmo grupo, basicamente, para construir a ANPPOM - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. Onde íamos realizar o evento? Tinha que realizar num lugar que tivesse efeito político. Então a intenção foi voltada para Brasília. Brasília receberia. Lá foi organizado o evento que resultou na ANPPOM: eu fui a primeira secretária, Ilza era a presidente. Então eu trabalhei como primeira secretária, escrevia as Atas e participava de todas as reuniões. Eu vi tudo desde o comecinho, registrava tudo. Então eu fui

³⁵ A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) foi fundada, em 1988, como sociedade civil sem fins lucrativos, com o intuito de promover e consolidar a pesquisa e a pós-graduação em música no país. A ideia da criação do que viria a ser a ANPPOM foi consolidada durante o Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e o Ensino Musical (SINAPEM), realizado em 1987, na Universidade Federal da Paraíba, com o propósito de discutir a formação musical no país, em todos os seus níveis. O Simpósio contou com a participação de diversas instituições de ensino superior e instituições de ensino de música, além de representantes do CNPq, da CAPES e de secretarias dos Ministérios da Educação e da Cultura. Dentre as propostas resultantes do SINAPEM estava a criação de uma Sociedade Brasileira de Educação e Pesquisa Musical. A proposta foi encaminhada ao CNPq, em setembro de 1987, e, em abril de 1988, foi realizada, em Brasília/DF, a reunião de fundação da ANPPOM, sob os auspícios da Direção de Ciências Humanas e Sociais do CNPq. Assinaram a ata dessa reunião os seguintes associados fundadores: Alda Oliveira, Cristina Magaldi, Estércio Marques Cunha, Ilza Nogueira, Jamary Oliveira, Jorge Antunes, Manuel Veiga, Marisa Rezende e Raimundo Martins. A primeira presidente da ANPPOM, eleita pelos associados fundadores, foi a Prof^a. Dr^a. Ilza Nogueira, da UFPB (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA)-disponível em <https://anppom.org.br/sobre/>.

pegando esse gosto por institucionalizar nossas ações e políticas. Eu já estava aprendendo, porque a gente aprende em todos os lugares (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 1).

Raimundo Martins (2020) narra:

Ficamos três ou quatro dias em Brasília, na sede do CNPq com todo assessoramento, inclusive com o apoio e a ajuda do Sílvio Zamboni. Nessa reunião foi esboçada a ideia de uma associação profissional na área de música que se chamaria ANPPOM. Foi a primeira associação, digamos, profissional na área de Artes, com o apoio do CNPq. Ainda nessa reunião, Alda e eu começamos a conversar sobre a possibilidade de criar uma Associação Brasileira de Educação Musical que seria fruto, resultado dessa iniciativa do CNPq, com a expectativa de que o CNPq também apoiasse [...] Então a ideia vem desse encontro que foi fomentado e financiado pelo CNPq. Nós ficamos quatro dias trancados lá discutindo, aí criou-se uma agenda para preparar o estatuto da ANPPOM. Foram criadas várias comissões. Daí a mais ou menos seis ou oito meses, o material estava pronto. Com o material pronto, houve mais um encontro do CNPq para mostrar tudo o que tinha sido feito. A agência fez algumas sugestões e confirmou/aprovou a proposta de criação da ANPPOM como associação representante para fomentar o desenvolvimento em pesquisa na área de Música. Assim foi criada a ANPPOM, com apoio do CNPq, no segundo encontro. A partir daí, começamos a conversar sobre a questão da ABEM (MARTINS, E.N., 2020, p. 2).

O contexto de criação da área de Música no Brasil esteve relacionado com a institucionalização dos cursos de pós-graduação, a exemplo dos primeiros mestrados³⁶ ainda na década de 1980. Nessa conjuntura de nascimento da pós-graduação em música no país, emergiram perspectivas que se relacionam à gênese de criação da ABEM. Para Raimundo Martins (2020),

Então, nesse momento havia o mestrado em Educação Musical do Conservatório Brasileiro de Música, que foi o primeiro mestrado em educação musical do país. Durante alguns anos ele foi não só o primeiro, mas o único mestrado. O grupo da Bahia estava se organizando, e nós lá no Sul também

³⁶ O primeiro mestrado na área de Música foi o "Mestrado em Musicologia, Etnomusicologia e Educação Musical (1983)" do Conservatório Brasileiro de Música (CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA – CBM) – disponível em <http://www.cbmmusica.edu.br/instituicao.php>.

"O Programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes da UFRGS foi criado em 1986, sendo o primeiro Programa de Pós-Graduação em Música da região Sul do Brasil. As atividades do curso de Mestrado em Música tiveram início em 1987 com duas áreas de concentração: Práticas Interpretativas e Educação Musical" (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – PPGMUS/UFRGS)- disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgmusica/>.

O Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia UFBA (PPGMUS) foi criado em 1990, com o curso de Mestrado em 1990 e, posteriormente de Doutorado em 1997: "Esse movimento resultou da visão do Reitor Edgard Santos e da criação das escolas de arte da Universidade Federal da Bahia na década de 50, com forte acento vanguardista. Em música, coube a Hans Joachim Koellreutter e posteriormente Ernst Widmer, a liderança nesses primeiros anos. Responde, assim, ao entrelaçamento de linhas que nortearam a própria criação e consolidação dos antigos Seminários de Música da UFBA (1954), tais como: a qualidade da execução, o desafio da criação e memória musical no Brasil, o compromisso com os processos de educação e a consciência da diversidade cultural baiana e brasileira" (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - PPGMUS/UFBA, [s.d.]). Disponível em: <http://www.ppgmus.ufba.br/historico>.

começamos a nos organizar. Quando a ABEM foi criada... Depois disso houve um encontro, o Primeiro Encontro da ANPPOM, foi lá na Federal da Paraíba. A professora Ilza localizou os convidados de fora do país. Nós conversamos mais um pouco sobre a questão da criação da ABEM e, um pouco mais para frente... eu não tenho essas datas assim com clareza... havia três mestrados no país. Era o do Conservatório Brasileiro de Música, que foi o primeiro, havia o mestrado da Bahia e havia o mestrado da Federal do Rio Grande do Sul, que tinha sido recém criado, eram três mestrados. Então, no ano seguinte, provavelmente dois ou três anos depois da criação da ANPPOM... O primeiro encontro da ANPPOM foi na Federal da Paraíba, o segundo foi na Bahia³⁷, eu acho que dois anos depois, alguma coisa assim, e nesse encontro nós criamos a ABEM (MARTINS, E.N., 2020, p. 2-3).

Além do contexto de nascimento dos cursos de pós-graduação, no âmbito da academia surgiram discussões sobre mudanças de paradigmas educacionais que transitavam de um ensino mais tradicional para outras perspectivas contemporâneas. Como narra Alda Oliveira (2020)

Quando eu comecei a trabalhar com Educação Musical, existia uma coisa de divisão entre as opções entre o canto orfeônico e a iniciação musical. Quando eu fiz o curso de Licenciatura em Música na Escola de Música da UFBA eu já era pianista formada pelo Instituto de Música da Universidade Católica de Salvador, eu tocava bastante e tinha sido aluna de ótimos professores. Ganhei o primeiro lugar em concurso de piano em Salvador e fui contratada como pianista em tempo integral pela Universidade Federal da Bahia para ser pianista na Escola de Dança. Apesar do desafio de tocar para aulas de técnica de dança, coreografia, improvisação, dança de caráter, ballet, eu decidi continuar estudando Música. Me encantei com a área de Educação Musical e meu primeiro professor foi Ernst Widmer. O professor Widmer, que era suíço, conheceu Edgar Willems na Suíça e trouxe a metodologia para cá para o Brasil. Então eu, Carmen, Ida, Maria da Graça Santos, Amália, Ada, Aída e outras pessoas que estudavam na escola como Margarida Mascarenhas, todos começaram a praticar o Método Willems. Líamos também sobre Dalcroze, Kodály, mas praticávamos o método Willems. Eu achava maravilhoso isso, para mim foi novidade, porque eu era pianista. [...]Mas quando eu fiz o curso com o Widmer, vivenciei um contexto da novidade, da contemporaneidade juntamente com o contexto da tradicionalidade. No contexto da tradicionalidade era assim: “se vai ensinar canção para criança tem que ser dó, ré, mi, fá, sol...sol fá mi ré dó... tonalidade”, coisas assim bem simples e previsíveis. Já Widmer, era uma cabeça mutante, e o ambiente da Escola de Música aqui da Bahia era ultra moderno, ultra contemporâneo... hoje, nem se fala... Mas na época que eu comecei fazer Educação Musical e cursar com Widmer, era assim, “experimente o que for possível”... Eu fazia assim, “eu posso fazer o que?” Widmer disse: “faça... o que você quiser”. Ao tempo em que ele como professor nos dava as ferramentas e os meios, ele nos dava a liberdade de fazer inovações. Ao mesmo tempo que eu me senti perdida algumas vezes, eu me senti estimulada, porque eu já tinha vivenciado uma tradição de música forte: Bach, Czerny, Debussy, Ravel, Kabalevsky, Beethoven, etc. e tal, mas no contexto da Escola de Música, que era ultra moderno, eu tinha Stockhausen, tinha música experimental, tinha gravações, já tinha até estúdio na Escola... Smetak construindo instrumentos modernistas com cabaça... Aí, quando eu comecei a dar aula de educação musical, eu comecei a inovar, a envolver esses dois mundos na didática... usava canções tradicionais,

³⁷ Os documentos sinalizam que o encontro realizado na Universidade Federal da Paraíba em 1987, foi o SINAPEM e que o primeiro encontro da ANPPOM ocorreu em Salvador-BA, no ano de 1988.

porque eu gosto de folclore, músicas da tradição brasileira e baiana e também gostava de explorar os estilos ultra contemporâneos... (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 7-8).

Ao mesmo tempo em que novas perspectivas de ensino foram ganhando espaço no ambiente acadêmico, no país “já existia um movimento de educação musical forte, da FUNARTE, que é importante que se saiba” [...] “não deixa de ser uma esteira que trouxe as pessoas que se agregaram à ABEM” (KLEBER, E.N., 2020, p. 2). Ao longo da década de 1980, a Fundação Nacional de Artes – FUNARTE promoveu seminários de educação musical em várias regiões do país. “Então a FUNARTE, na década de 80, inicia os Seminários de Educação Musical no Brasil todo e Londrina é escolhida como polo, justamente por ter essa efervescência de pessoas que tinham e queriam uma nova visão” (KLEBER, E.N., 2020, p. 3). Os “Seminários de Educação Musical”, naquele período, eram promovidos pela Coordenadoria de Educação Musical da FUNARTE.

A Coordenadora de Educação Musical, criada em 1982, desenvolve um programa de trabalho tendo como meta prioritária a formação de recursos humanos, especificamente no que se refere ao ensino da música, seja no âmbito das escolas específicas, seja no campo da arte-educação. A Coordenadoria atua através da realização sistemática de seminários, orientando a reflexão e o debate acerca da realidade local, propiciando a identificação das carências imediatas que passam a ser atendidas através de cursos específicos. Tendo em vista a pertinência da ampliação das discussões estaduais para a esfera regional, promove também simpósios regionais, painéis das ações desenvolvidas na área da pesquisa, dos projetos experimentais e dos trabalhos direta ou indiretamente relacionados ao ensino de música. Cabe também a Coordenadoria promover cursos nacionais, editar material de apoio (livros e apostilas) e viabilizar o Programa Nacional de Doação de Instrumentos Musicais a Escolas de Música. Ações desenvolvidas em 1988: assessoramento técnico a 6 instituições nos estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, São Paulo, Bahia e Paraná, 4 seminários de educação musical realizados na Bahia, Acre, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, Simpósio Regional de Educação Musical em Porto Alegre/RS; 14 cursos de educação musical em Alagoas, Sergipe, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo e Goiás e participações na II Reciclagem Funarte de Regência Coral, Uberlândia/MG, I e II Encontro da Mulher com Música, em Curitiba e Londrina (FUNDAÇÃO NACIONAL DA ARTE, 1989, p. 8).

Assim como em outros estados

Londrina foi um polo desses Seminários de Educação Musical da FUNARTE na década de 80 e foi muito importante porque esses seminários foram as primeiras oportunidades que abriram para pianistas para uma educação libertadora, como Paulo Freire já pregava naquele tempo. Então o que começou a mudar na perspectiva? Começamos a questionar o jeito de a gente estudar piano todo dia, a partir do repertório do século XVI, sempre mediante a repetição de modelos, sem utilizar a voz, e eu não sabia o que é que vinha antes do século XVI, porque a gente começava em Bach. Isso começou a gerar uma inquietação danada em todo mundo aqui. E na década

de 80 tivemos a vinda de Koellreutter em Londrina, uma vez por mês e por dois anos tivemos a oportunidade de trabalhar tanto a estruturação como a educação musical a partir de uma perspectiva questionadora. Isso fez toda a diferença para o que nos tornaríamos futuramente (KLEBER, E.N., 2020, p. 2-3).

Em meio a contextos de mudanças de paradigmas educacionais, nos quais outras perspectivas de ensino ganhavam espaço frente ao ensino tradicional de música, no caso narrado, de aprendizado de instrumento, os Seminários de Educação Musical da FUNARTE contribuíram para um novo cenário no país. Outros espaços de discussões e, sobretudo concepções de educação musical, favoreciam intercâmbios e diálogos entre professores de música, pesquisadores e educadores musicais, colaborando também para o surgimento das futuras associações na área da Música ao final da década de 80 e início dos anos 90. Alda Oliveira (2020) relata

Quando a gente criou a ANPPOM, a gente quis que no evento da ANPPOM várias pessoas estivessem, etnomusicólogos, compositores, pianistas, para discutir assuntos importantes da área de música. Porque música é uma coisa tão disciplinada, é uma carreira em que você tem que estar tanto ciente do valor estético, como do social, como da teoria que envolve a música e da parte pedagógica: é um conjunto de coisas. Claro que você tem suas especialidades, as especialidades existem a séculos e séculos e você não vai desconhecer. Você não é capaz de fazer tudo ao mesmo tempo, mas você tem que estar ciente de que existem esses terrenos multifacetados que você vai ter que, pelo menos, compreender e respeitar, porque se não, a área não sobrevive (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 11).

Nesse sentido, havia uma preocupação em integrar a multiplicidade das especificidades da área da Música. Esse ambiente de mudanças, embora fomentado em algumas esferas culturais e educacionais, nem sempre fora acompanhado pelos espaços acadêmicos e pela sociedade de modo mais abrangente, pois existiam entendimentos limitados sobre Educação Musical:

Quando a gente começou a fazer o primeiro encontro da ANPPOM, fazer as coisas práticas, eu vi durante os encontros que a ANPPOM era um berço que recebia todas as subáreas de Música, e percebi também que a Educação Musical ficava um pouquinho.... E você sabe que na área acadêmica existem algumas hierarquias mudas, hierarquias fechadas, preconceitos, incompreensões... as vezes não são nem preconceitos, são olhares, olhares... Eu olho um etnomusicólogo e digo que a área só se preocupa com isso... o etnomusicólogo olha a área de Educação Musical e diz "ah, mas a Educação Musical devia se preocupar com isso e isso mas não se preocupa", o compositor olha o instrumentista e diz "ah, mas ele só toca isso, só toca aquilo", essas coisas que existem... a gente não pode fechar o olho, a gente tem que ver. Quando eu comecei a observar esses detalhes, que eu acho até bom que exista isso, porque a discussão acontece: na área acadêmica é importante discutir. Tudo na nossa área acadêmica deve ser discutido para chegar a uma conclusão, ou várias conclusões. Eu acho que a divergência é uma das melhores coisas que acontecem, porque você aí analisa as várias possibilidades. Então quando eu comecei a observar essas coisas, e também

o tempo para apresentação de trabalhos... percebi esses detalhes. Educação Musical é uma coisa muito ampla... e numa época em que o conceito de Educação Musical era ensino primário de música, ensino elementar de música, era assim que era vista a Educação Musical, era considerada quase sempre apenas o nível da iniciação musical. Então, todo mundo olhava para gente como se a gente fosse professor do nível infantil.... Entendeu?! E eu estudei fora, eu vi, eu sabia o que era a área de Educação Musical. A Educação Musical compreende o ensino de música em vários níveis de conhecimento, chegando até a pesquisa e tudo. Então não pode ser fechada, tem que se abrir... assim como as outras áreas também. Então a dimensão era maior do que a dimensão que o pessoal enxergava. Os colegas das demais áreas tendiam a enxergar essa dimensão da iniciação à música. Diferente de nós que tínhamos ido para a pós-graduação, que tínhamos ido para o exterior. Nós aqui não tínhamos ainda esse conhecimento (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 1-2).

Em diversos níveis, a educação musical era vista apenas como ensino elementar de música ou como prática esporádica nos contextos educacionais, com pouca ou nenhuma inserção no ensino básico³⁸. Nesse período, ainda estava em vigência a Lei nº 5.692³⁹ de 1971. A formação predominante era a polivalência em Artes, e a música, quando presente em algum contexto escolar, apresentava funções relacionadas ao lazer ou recreação, não alcançando lugar na educação com objetivos educacionais próprios. De acordo com Figueiredo e Oliveira (2007)

O contexto do período da criação da ABEM foi de extremos desafios. Como talvez houvesse acontecido em outras partes do país, em Salvador, já haviam sido organizados encontros com professores que se dedicavam ao ensino de música na escolas pela Associação de Professores de Educação Musical da Bahia – APEMBA, uma iniciativa das professoras Carmem Mettig Rocha e Elena Escariz, assim como também foram organizadas várias Semanas de Educação Musical pelo Colegiado de Licenciatura em Música da Universidade Federal da Bahia, coordenadas por Alda Oliveira. Estes encontros contavam com suporte de alguns professores da Escola da Música da UFBA, onde eram apresentados trabalhos práticos e ocorriam várias discussões sobre o ensino de música nas escolas e sobre a formação do educador musical, que na época, a sociedade relacionava o professor de música com as funções de recreador, animador, professor de teoria musical elementar, professor de criatividade, professor polivalente de todas as artes, professor de música somente para crianças usando métodos estrangeiros e outras funções que, em geral, eram tidas como inferiores às desempenhadas por pedagogos da área de educação, músicos profissionais ou professores universitários de música e de outras artes (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2007, p. 53-54).

³⁸ Para Oliveira (1995): “Um dos preconceitos quebrados pela ABEM foi o de que a área de educação musical somente estaria ligada a problemas relacionados com o ensino de Música na escola elementar [Educação Básica]. Desde os primeiros encontros estes tabus começaram a ser demolidos. Instrumentistas, compositores, cantores, etnomusicólogos têm participado ativamente das propostas da ABEM, pois reconhecem que trabalham na área de Música, antes de tudo, como docentes” (OLIVEIRA, 1995, p. 105).

³⁹ Cabe destacar que a Lei nº 5692 de 1971 não é uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, mas que a referida Lei ao ser publicada fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

Com a fundação da ANPPOM, a área de Música e o cenário da pesquisa em Música no país começou a ser delineado. Foram organizados os primeiros eventos científicos e periódicos especializados⁴⁰. Os profissionais que estavam se articulando nesses espaços, ainda instituintes, tinham sua atuação profissional principalmente na esfera das universidades. Os movimentos e aproximações entre os profissionais também foram sendo construídos e vinculados no âmbito das Instituições de Ensino Superior.

Raimundo era professor aqui no Rio Grande do Sul e Alda era professora na Bahia. Eu acho que essa aproximação se deu, primeiro por pessoas, porque Raimundo Martins estava na UFRGS e Alda na UFBA e, também, historicamente, foram as universidades que tiveram suas primeiras Pós-Graduações nas Universidades Federais e doutorado também. Então eu acho que essas aproximações se deram por meio de pessoas e o contato dessas pessoas demandou convites e aproximações. Alda e Jamary, seu esposo, vinham muito aqui em Porto Alegre, os professores daqui da UFRGS também iam muito na UFBA (SOUZA, E.N., 2019, p. 25).

Diversas ações e articulações vinham ocorrendo dentro dos espaços acadêmicos e as associações nasceram apoiadas por esses movimentos.

A ABEM nasceu e se fortaleceu com uma gênese muito ligada à universidade, à academia, porque foi quando, na época, os primeiros doutores voltaram do exterior. Havia um movimento já no Brasil e como exemplo posso citar a professora Alda de Oliveira que fazia seminários de Educação Musical em Salvador, eu até fui em alguns, eram muito bons. Ela trazia pessoas importantes do Brasil e também da América Latina como a Violeta Gainza, professor Raimundo Martins, a Jusamara, depois a Liane... Então, isso a Alda vai te dizer com mais propriedade, mas eu também participei ainda muito jovem e foi um mundo se descortinando para mim: a educação musical como campo de conhecimento e não tão somente uma prática instrumental. Nesse seminário que aconteceu em Salvador em 1990, se não me engano, deflagrou-se uma discussão com os professores da área e Alda sentiu que havia a condição para fundar a Associação Brasileira de Educação Musical. Então foi um momento muito importante, porque congregou pessoas em um movimento que já acontecia na área (KLEBER, E.N., 2020, p. 1).

Naquele momento, em que diálogos e articulações para a organização de uma área de conhecimento foram sendo construídos, deflagraram-se movimentos instituintes entre os profissionais que almejavam a criação de uma instituição voltada à Educação Musical.

A partir do movimento em direção à pesquisa científica e à criação dos programas de mestrado e doutorado no país e com a conscientização da importância da formação de professores de música em todos os níveis de ensino, formou-se uma consciência de que apesar da ANPPOM ser um fórum de discussão eficaz, o escopo dos problemas relacionados à educação musical precisava de mais espaço e atenção. A partir daí surgiu a

⁴⁰ Em 1989 é publicado o Volume 1 da revista OPUS, tendo Raimundo Martins como seu editor.

necessidade de criar-se uma associação específica em educação musical, a ABEM (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2007, p. 55).

Processos de compreensão sobre a importância da fundação de uma associação foram sendo constituídos entre os indivíduos que sentiam-se simbolicamente pertencentes a esse grupo. As articulações que levaram a explicitação dos argumentos, razões e propósitos para a fundação da ABEM são relatadas por Alda Oliveira (2020):

Então decidi conversar com Ilza, conversei com alguns colegas meus, principalmente Jamary. Falei para Ilza, Jamary, Raimundo e outros colegas: “olha, eu estou pensando em fundar uma associação de Educação Musical”. Muita gente foi contra, mas os colegas que importavam para mim foram a favor: Ilza, Jamary, Manoel Veiga, Raimundo e as pessoas que entendiam a importância da institucionalização. Eles disseram “é, tem razão”. Foi difícil para mim também explicar, porque eu tinha que fundamentar o que eu queria dizer, o que eu queria expressar. O primeiro argumento a ser apresentado era para a crítica que em geral faziam: “Ah, mas a área de Educação Musical vai ter pesquisa? Vai ser uma associação ligada ao CNPq?” Eu disse: “olha, pesquisa é pesquisa em qualquer área, ainda não temos as coisas alinhadas nessa subárea, mas eu sei que nós vamos construir isso”, porque eu sempre tive essa visão de que a nossa área iria crescer. Aí, quando a gente começou a discutir mais profundamente, uma das pessoas que realmente me deu um suporte para começar a discutir e construir força política, foi Raimundo Martins, pois ele era da área. Ele foi muito legal, porque ele trabalhava no Rio Grande do Sul, eu trabalhava aqui na Bahia e a gente começou a pensar como seria isso (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 2-3).

Frente ao desafio da criação da ABEM e, reconhecendo a importância da institucionalização para a Educação Musical, houve um entendimento por parte desse grupo, da necessidade de construção de força política e desenvolvimento acadêmico e científico. Assim, no ano de 1991 seria realizado o I Simpósio Brasileiro de Música, organizado por Manoel Veiga, juntamente com o IX Seminários Internacionais de Música e a VII Semana de Educação Musical da UFBA.

Aí eu combinei com Manoel Veiga, pois ele ia organizar um Simpósio Nacional financiado pelo CNPq aqui, em Salvador. Nessa época Manoel Veiga tinha muita força no CNPq. Acho que eu já fazia pesquisa, já era bolsista pelo CNPq. Paulo Lima, que era meu amigo, compositor, era diretor da Escola de Música da UFBA. Então houve uma conjunção de forças políticas na época, nesse contexto da Escola de Música, que me possibilitaram a organizar a “Semana de Educação Musical”, que eu já organizava há muitos anos, localmente. Eu já organizava aqui em Salvador essa “Semana de Educação Musical”, que na verdade, funcionou como um projeto piloto da ABEM. A “Semana de Educação Musical” era mais abrangente do que os eventos comuns que eram realizados, incluía teoria da música, dança, apresentações artísticas, seminários, discussões sobre os relatos didáticos e outros assuntos. Mesmo na EMUS a educação musical ainda era considerada uma área que deveria apenas se dedicar à iniciação musical. Aí eu comecei, aos poucos, a chamar compositor, teórico, pessoas fortes da área de Música para fazer palestras, para fazer a inserção dos assuntos da área de Cultura... Eu me lembro que eu convidei o diretor do

Olodum, uma vez para “Semana de Educação Musical”. Foi um choque quando ele entrou, porque não existia esse negócio de pensar ou refletir sobre Cultura na educação musical. Era bem separado. Cultura local não existia... não era considerada. Quando muito, o folclore era usado nas aulas, mas apenas as canções mais “fáceis”. Era uma coisa assim... meio que ignorada. Apenas o Grupo de Compositores da Bahia, integrado por Ernst Widmer, Jamary Oliveira, Lindembergue Cardoso, Fernando Cerqueira, Nikolau Kokron, Milton Gomes, Rinaldo Rossi, Tom Zé usavam e se interessavam por esses elementos da cultura baiana e brasileira. Como eu tinha muita relação com o Widmer e esses compositores, para mim isso era comum e era parte das minhas ações (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 3-4).

Embora os primeiros encontros entre os pesquisadores pós-graduados sinalizassem alguns movimentos para a organização de uma área que viria a ser nacionalmente reconhecida, ainda havia a necessidade do estabelecimento de estratégias de suporte de produção científica nacional que potencializasse e contribuísse para a organização que estava em curso nos contextos formativos das universidades brasileiras.

A necessidade de incorporação e reconhecimento de elementos contextuais da cultura brasileira se fazia sentir, pois a formação, os referenciais teórico-metodológicos e estéticos, as práticas e muitos discursos sobre música ainda reverberavam contextos distantes e internacionais. Como narra Alda Oliveira (2020), em relação às Semanas de Educação Musical

[...] eu convidei o diretor do grupo de percussão baiana Olodum, que estava começando a se firmar no meio artístico, e ele veio, fez uma palestra durante a Semana de Educação Musical. Mas eu vi que, quando ele entrou e começou falar, o pessoal ficou... foi chocante... porque o pessoal não tinha nunca admitido uma coisa assim. Quando eu comecei a usar atabaque nas aulas de educação musical, o pessoal pensava que eu ia fazer candomblé. Não ia fazer candomblé, eu estava usando um instrumento regional na educação musical, o que hoje é super comum não é? Mas na época foi chocante... enfim... O que quero ressaltar é que nessas Semanas de Educação Musical, já pontuávamos e estudávamos esses aspectos todos: teoria, prática, cultura, visão de educação musical em várias idades, o que também era chocante. O pessoal achava, “não, quem ensina adulto não faz educação musical... quem ensina adulto é professor de música”... Você vê, percebe as diferenças?! Não consideram uma área. Se você trabalha com Educação Superior, não é área de Educação Musical, é tudo separado (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 4-5).

Na conjuntura que antecede a fundação da ABEM, a Educação Musical nem sempre era reconhecida como campo de conhecimentos. Havia poucos profissionais no país e a necessidade de concentrar forças políticas, pela legitimação e reconhecimento da educação musical no âmbito acadêmico. “Aí eu conversei com

Carmen Mettig, conversei com a Helena Escariz⁴¹, conversei com as forças antigas e as forças novas. Todo mundo achou bom... Todo mundo achou bom. Quer dizer, não foi uma coisa que foi assim, forçada...” (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 3).

Nesse contexto, o evento realizado em 1991 contou com a presença de diversos profissionais, congregando também os pós-graduandos da época, que viriam a fazer parte da fundação da ABEM, participando ativamente ao longo de sua história. Jusamara Souza (2019) narra:

Na época, em 1991, eu ainda cursava minha pós-graduação, na Alemanha, e a professora Alda soube que eu estava fazendo meu doutorado. Naquela época éramos muito poucos fazendo doutorado e ela convidou-me para participar de um evento que iria acontecer na Bahia, em Salvador. Nesse evento, em 1991, um dos objetivos seria, justamente, a fundação de uma associação. E, então, quando ela foi me buscar no aeroporto de Salvador, para participar do evento, já durante o trajeto do aeroporto para o hotel, ela veio anunciando a tarefa, porque se não me engano, não estava tão explícita na programação, mas ela já foi convidando colegas e reunindo as pessoas que poderiam colaborar e poderiam reforçar essa ideia da fundação de uma associação nacional. Naquela época eu participei do evento ministrando um curso e participando de uma mesa-redonda, para depois participar, oficialmente, da fundação dessa associação. Portanto, eu sou membro fundador da Associação graças a esse convite da professora Alda (SOUZA, E.N., 2019, p. 1).

Assim, dentro do I Simpósio Brasileiro de Música, no dia 22 de agosto de 1991, foi constituída a assembleia de criação da Associação Brasileira de Educação Musical:

Aí a gente começou a conversar e, nesse simpósio que o Manoel Veiga coordenou dentro da Escola de Música, eu preparei um regimento, baseado no regimento da ANPPOM, que a gente já sabia de cor e salteado e fiz, dentro do simpósio, uma assembleia, contando com todo apoio da coordenação do Simpósio e da direção da Escola. Foi ótimo! Porque já vinham para o Simpósio pessoas convidadas de teoria, de instrumento, de etnomusicologia, de educação musical, instrumentistas bons do Brasil, então, a presença das pessoas foi fundamental. Então veio gente do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro... uma coisa assim... foi ótimo! Quando a gente fez a assembleia e explicou tudo, todo mundo aprovou, todo mundo aprovou a fundação da ABEM. Me elegeram presidente... a primeira diretoria foi composta de meu nome, Ana Margarida Lima que era esposa de Paulo Lima, diretor da EMUS. Ana Margarida era coordenadora do colegiado, Helena Escariz, que era da associação local APEMBA, a instituição que eu lhe falei anteriormente, e Ana Cristina Tourinho, da subárea de violão, que foi minha primeira aluna de educação musical na pós-graduação (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 5).

Logo, na fundação da ABEM e, considerando o contexto ainda escasso e insipiente de uma literatura nacional na área, pois na pesquisa e na pós-graduação

⁴¹ “Já tínhamos uma associação de educação musical (Associação do Professores de Educação Musical da Bahia - APEMBA), bem a nível Salvador, que foi fundada por Carmen Mettig Rocha e Helena Escariz. Essa associação era bem simples, mas era muito eficiente” (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 3).

predominavam textos estrangeiros, um dos principais objetivos da Associação era fomentar a produção científica nacional em Educação Musical.

Então esse objetivo era um dos mais importantes que nós tínhamos em mente quando fundamos a ABEM: construir uma literatura boa, baseada em pesquisa, baseada em fatos, em textos importantes para a área... porque não existia, o que tínhamos disponível ainda era muito insuficiente... Não vou dizer que não existia. Existia, mas os livros que existiam era de didática da iniciação musical, livros de canções infantis, livros de currículo/ensino elementar de música, livros de teoria da música, mas eram todos assim, muito básicos. Então a gente tinha em mente, que esse era um dos principais propósitos da ABEM. Além desse propósito de construir textos para área, a gente tinha o objetivo de influenciar politicamente o CNPq e o MEC. O CNPq, porque era o CNPq que podia financiar nossos encontros. Então esse ponto foi um outro choque para os que se dedicavam à educação musical, e até mesmo para os músicos práticos (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 5).

A partir da fundação da ABEM, começou a ser organizado o primeiro encontro da Associação, sendo escolhida a cidade do Rio de Janeiro para sua realização, um ano depois.

Quando eu tive que organizar o primeiro encontro da ABEM, eu pensei... isso aí foi ideia minha mesmo... eu disse: “eu vou realizar no Rio”, porque o Rio era um centro importantíssimo para gente conquistar... histórica e musicalmente, a cidade do Rio é muito importante... Já tinha grandes figuras Cecília Conde, José Maria Neves, o Conservatório Brasileiro de Música, a Escola da UFRJ... uma história muito bonita... e aí eu disse “nós temos que ir para lá”. Então eu perguntei quem é que queria organizar o congresso. A educadora dedicada a história da música, Rosa Fuks, se prontificou, porque ela gostava muito do movimento que estava sendo desenrolado... já tínhamos conhecimento do trabalho dela. Rosa foi orientada por José Maria Neves e publicou seu livro⁴² sobre o silêncio na Educação Musical, resultado da sua dissertação de Mestrado. Formamos um grupo para estruturar o primeiro encontro da ABEM no Rio de Janeiro, no espaço da UFRJ (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 6).

Naquele contexto, emergiram outras possibilidades para se pensar e propor avanços para a Educação Musical em âmbito nacional. Iniciava-se assim a organização do “I Encontro Anual da ABEM”, que propunha uma forma diferente de ação, na medida em que “o evento deveria inaugurar o seu foco na apresentação de trabalhos de pesquisa, diferente do que se vinha realizando em educação musical no país, na época” (OLIVEIRA, 2012, p. 20), mantendo “o foco do evento no tripé pesquisa em formação pedagógica do educador musical, pesquisa em extensão cultural e musical na escola e pesquisa na formação musical do educador musical” (Ibid., p.20).

⁴² FUKS, Rosa. O Discurso do Silêncio. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

Relacionada aos objetivos da Associação, a organização do primeiro encontro da ABEM abarcaria uma estrita relação com o desenvolvimento da pesquisa científica. Contudo a concepção desta estrutura organizacional não foi consenso entre todas as pessoas que organizariam o encontro.

A estrutura do primeiro encontro, ao meu ver, tinha que ser tão boa e tão associada à pesquisa, que o CNPq⁴³ tivesse condições de dar apoio total. Esse era o propósito. Se a estrutura do evento não demonstrasse que estava diretamente associado à pesquisa, não teríamos apoio federal. Se o CNPq não apoiasse e não desse o suporte financeiro, nossa área ia voltar a ser como era antes... a educação musical é um campo considerado menor, a educação musical é somente ensino infantil, a educação musical é só ensino de canções... entendeu?!... não ia ter o respeito e um peso acadêmico forte. Aí, quando eu falei tudo isso na reunião, três ou quatro pessoas se retiraram, não aceitaram ficar no grupo... mas aí eu bati o martelo, “o esquema do encontro vai ser esse... vai ter conferência, vai ter apresentação de trabalhos, vai ter apresentações artísticas da área de música, e vai ter falas, relatos, avaliações críticas dos trabalhos que vão sendo propostos, etc...” ... Retrucaram: “Ah, mas a gente já sabe que isso não dá certo...” ... - Eu disse, “então quem não tiver satisfeito, saia do grupo”. Eu tive que fazer isso, porque se não, o evento não era realizado a contento. Finalmente, chegamos a um acordo de realizar o que eu tinha programado. Convidamos um pesquisador inglês, que foi o David Hargreaves, que é um pesquisador bastante conhecido, da Inglaterra... assim como outras pessoas importantes para fazer palestras, como a professora Cecília Conde... convidamos os principais profissionais que a gente acreditava serem pessoas que iam dar suporte. Graças a Deus, todos deram o maior apoio. Então, quem não dava apoio é quem não compreendia, não conseguia visualizar os benefícios dessa mudança. Eu compreendia isso, não era má vontade não, quem não conseguia visualizar o progresso da área naquele momento ou demorou de entender ou ficou mesmo para trás. Deu certo, o primeiro encontro foi um sucesso total... com exceção da tradutora para a conferência de Hargreaves, que era um pouquinho assim, atrapalhada... (risos)... mas o resto funcionou muito bem. A realização desse primeiro encontro da ABEM na UFRJ, que tem uma Escola de Música bastante respeitada e forte, deu muita credibilidade à ABEM. Depois desse encontro, só foi sucesso. Só foi sucesso... Muitos

⁴³ Conforme dados publicados no Centro de Memória da plataforma digital do CNPQ, no ano de 1991 foram concedidas 33.041 bolsas de fomento à pesquisa no Brasil e no exterior. Os dados informam que as bolsas foram concedidas de acordo com a seguinte organização: 9.117 para Iniciação à Pesquisa; 14.178 para Formação e Qualificação; 6.498 para Estímulo a Pesquisa; 793 para Desenvolvimento Tecnológico e Empresarial, com um total de 30.586 bolsas/ano no país e 2.455 bolsas/ano no exterior – Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/fomento91.html>. Nos primeiros anos da década de 1990, o fomento para o desenvolvimento das associações de área vinculava-se ao “atendimento da demanda espontânea”, destinado especialmente para a realização de eventos, publicação e divulgação científica. Conforme Oliveira (2003) “a partir de 1991, o CNPq passou por uma nova reestruturação organizacional. Foram criadas: a Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DCT), responsável por todas as áreas de conhecimento; a Diretoria de Programas Especiais (DPE), responsável por vários projetos de cunho tecnológico como: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT); Programa de Formação de RH para Atividades Estratégicas (RHAE); Rede Nacional de Pesquisa (RNP); Programa de Apoio à Competitividade e Difusão Tecnológica (PCDT); Programa de Revitalização dos Institutos Tecnológicos Estaduais (REVITE); Programa Temático-Institucional em Ciência da Computação (PROTEM CC); Programa Nacional do Software para Exportação (SOFTEX 2000); Programa de Biotecnologia à Competitividade Agrícola (BIOEX); Programa Trópico Úmido (PTU) e Programa de Tecnologias Apropriadas (PTA)” (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

profissionais de norte a sul do país participaram da Assembleia de fundação da ABEM, graças a Deus (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 6-7).

Naquele contexto, há que se destacar que a organização da pós-graduação e da pesquisa em Educação Musical brasileira estava sendo instituída de diferentes maneiras nas instituições. Havia concepções divergentes quanto à estruturação de linhas de pensamento entre as instituições.

Nós precisávamos de interlocutores. Era pouca gente. E aí, claro, começaram a surgir uma série de problemas. Nós tentamos nos aproximar muito do Conservatório Brasileiro de Música, que havia aprovado o primeiro mestrado em educação musical do país. Nós tentamos nos aproximar, mas não havia muita afinidade porque o grupo de Porto Alegre, o grupo do Sul, o grupo da Bahia e depois, o grupo da Paraíba, eram pessoas com formação pós-graduada. Já havia vários mestres e alguns doutores. O grupo do Rio de Janeiro, da UFRJ e do Conservatório Brasileiro de Música era composto por livres-docentes, pessoas com notório saber (!!!) e alguns doutores de áreas afins, como gente da literatura, que não conheciam as especificidades da área de artes/música. No CBM o nome forte era a Cecília Conde, que tinha uma prática muito forte e eficaz, produzia muitas coisas. Mas ela não registrava, organizava, sistematizava a produção, embora tivesse uma prática intensa e diversificada. Então, aí começam esses problemas... A afinidade que havia, realmente, era entre o grupo do Sul (UFRGS), da Bahia e da Paraíba. Os outros grupos, a gente os convidava para participar dos eventos que realizávamos, mas nem sempre eles aceitavam... Eram visões de pós-graduação muito diferentes, a cultura da pós-graduação e da pesquisa no caso da Educação Musical, estava sendo construída e esses outros grupos não tinham essa visão... entende?!... (MARTINS, E.N., 2020, p. 7).

Porque a UFRJ tinha um mestrado, mas eles não tinham educação musical, eles tinham uma resistência muito grande a essa área, eles tinham uma espécie de preconceito, uma visão com ênfase na performance e na composição, mas o mestrado da UFRJ [na época] não estava bem estruturado, enfrentava muitos problemas. Eles não tinham uma referência, um modelo de pós-graduação. Eles criaram alguma coisa, digamos, eram muitos livre docentes, você sabe!!! Não sei se você tem essa informação. A livre docência no Brasil, no meu modo de ver, foi um atraso para a área de Artes (MARTINS, E.N., 2020, p. 4).

Logo no primeiro encontro da ABEM, que ocorreu de 3 a 7 de agosto de 1992, muitas pessoas que se tornariam referência ao longo da história da instituição, nos últimos 30 anos, e fariam parte da construção da história da Associação estiveram presentes. Este fato referenda a seriedade e compromisso dos pioneiros da educação musical que se reuniram para tornar o movimento fortalecido em várias bases, dentre elas as que constituem representatividade junto a órgãos de fomento federal e estadual.

O contexto social-histórico dos movimentos de educação musical presentes em vários lugares do país, contribuiu para fomentar processos instituintes que levaram à fundação da ABEM. Como relata Magali Kleber (2020),

Comecei a participar da ABEM no primeiro encontro que foi no Rio de Janeiro, eu estava lá com a Cristina Grossi, uma grande companheira, me ajudou a pensar na profundidade da área de educação musical. Tivemos contatos e nos aproximamos de profissionais que líamos nos anais e livros como Irene Tourinho, Raimundo Martins, professora Alda de Oliveira, Rosa Fuks, pessoas emblemáticas. Foi um grande aprendizado e, que coisa maravilhosa o que a gente estava aprendendo ali. Então tivemos bons exemplos também, pessoas muito comprometidas. Essa geração da Ermelinda Paz, Rosa Fuks, Vanda Freire, Marisa Fonterrada, o próprio Koellreutter, Carlos Kater, essa geração já veio antes da ABEM, e essas pessoas foram o alicerce da entidade, mas eles já tinham terreno, já realizavam pesquisa, já tinham um trabalho muito importante. Então isso foi como um ímã e a ABEM, enquanto entidade de classe profissional, conseguiu imantar todo esse contexto de pessoas e já nasceu forte (KLEBER, E.N., 2020, p. 5).

Os processos de institucionalização da ABEM, são permeados de significações imaginárias sociais, nas quais os sentidos coletivos estão acima dos sentidos individuais. Se estabelecem assim redes sociais de significação que são compartilhadas, instituindo certas unidades de sentido coletivas. Estas unidades dependem de articulações e diálogos entre os sujeitos que tomam a liderança das ações, e estão implicados em processos de decisão. Alda Oliveira (2020) narra que

O que me levou a ser presidente, eu acho que foi a ideia da criação... desde a ideia geradora, até a assembleia geral teve um caminho percorrido, não é?! Então, éramos principalmente, eu e Raimundo. O mais orgânico era isso, ou seria eu, ou Raimundo. Como fui eu que gerei a ideia e falei com ele, realmente... parece que eu fui o motor propulsor, entendeu? Eu ligava para ele querendo saber se ele indicava alguém... mas fui eu mesmo que busquei essa afinidade. Eu fazia as pontes entre as pessoas. Aí, na hora da assembleia, as pessoas me indicaram, entendeu? Não fui eu que disse "eu quero ser presidente", não. Se outra pessoa quisesse ser, eu teria dado o lugar, mas pela primeira vez eu achei que eu devia estar ali, aí eu aceitei (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 7).

Foi organizada então a primeira diretoria da ABEM, reunindo um coletivo de sujeitos com diferentes funções. Como primeira presidenta da ABEM, Alda Oliveira, nas gestões de 1991-1992 e 1993-1995, apresenta o relatório de ações dos quatro primeiros anos (OLIVEIRA, 1995), destacando que ocorreu um crescimento da área de Música no Brasil a partir da criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música - ANPPOM⁴⁴ e da ABEM. De modo especial destaca que

Particularmente na área de Educação Musical, houve um aumento decisivo de organização e produção sistemática, um maior entrosamento entre os pesquisadores, professores e músicos, e um melhor posicionamento político

⁴⁴ O Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical no Brasil - SINAPEM (NOGUEIRA, 1988) - realizado em 1987 na Paraíba sob a coordenação da professora Ilza Nogueira, formalizou documentos importantes para a projeção de uma política educacional em Música, do primeiro ao terceiro grau, e criou um corpo de associados que: desde então, vem articulando mecanismos para acompanhamento, suporte e estimulação das graduações e pós-graduações em Música: a ANPPOM (OLIVEIRA, 1992, p.37-38).

dos profissionais. Estes dados são expressos no aumento do número de contribuições de artigos e comunicações sobre problemas específicos da área, na criação de núcleos de educação musical em algumas cidades brasileiras e no aumento da participação de associados na entidade e nos encontros anuais (OLIVEIRA, 1995, p. 104).

Após a fundação, já nos primeiros anos, a Associação começou a agregar mais protagonistas, ampliando o campo de pesquisadores, professores e educadores musicais. Jusamara Souza (2019) narra que

Logo nessa primeira gestão, de 1991 a 1993, ela [Alda Oliveira] me convidou para participar do Conselho Editorial. Naquela época éramos três pessoas que iriam constituir o Conselho Editorial. Essa foi a minha primeira inserção na direção da ABEM colaborando nessa área editorial. Na época eu estava cursando o doutorado, e já tinha o mestrado concluído. Era uma época em que tínhamos que contar com os poucos doutores, que eram a professora Alda de Oliveira e o professor Raimundo Martins... e depois tivemos, em 1992, as professoras Vanda Freire e Irene Tourinho. E depois, da minha geração, que éramos eu, as professoras Liane Hentschke e Esther Beyer, que tivemos a conclusão do nosso doutorado no mesmo ano, em 1993, ou seja, dois anos depois da fundação da ABEM. Mas dessa geração, nem a professora Liane, nem a professora Esther participaram da fundação da ABEM, em 1991. Elas começaram a participar da ABEM depois... Então, foi desde 1991 que eu comecei a frequentar e acompanhar o trabalho da ABEM. Concluí a minha tese na Alemanha, em 1993, como mencionado e voltei para o Brasil. Por isso, eu não assisti aos primeiros eventos da ABEM que foram realizados em 1992, 1993 e 1994, mas, já em 1995, e a partir daí, eu pude participar praticamente de todos os eventos nacionais promovidos pela ABEM (SOUZA, E.N., 2019, p. 1-2).

Dessa forma, através da Associação, foi sendo organizado um coletivo de sujeitos que começavam a compartilhar de significações imaginárias sociais e a se sentirem pertencentes à ABEM. A dedicação e o comprometimento desse grupo está presente na narrativa de Magali Kleber (2020), quando considera

Eu acho que a ABEM começa com um grupo muito comprometido e ela tem uma característica artesanal no início, mas é aquele artesanal muito dedicado, ponto por ponto. Então eu me lembro da Leda Maffioletti cuidando da tesouraria, do dinheirinho que entrava, cuidando dos pôsteres, das publicações que a gente vendia. Então ela fazia banquinha, vendia... depois a Cláudia Bellochio também entrou. Então, essa característica de um esforço pessoal e uma competência profissional também. Cada um deu o melhor de si pessoalmente e profissionalmente também. Você vê uma profissional da categoria e do calibre da Leda Maffioletti, ela emprestou tudo isso para ABEM naquela época, toda a experiência e tudo mais... A própria Alda também, que tinha muita experiência e soube agregar... Então eu sinto isso, que essa gênese muito especial, muito própria da ABEM, ela tem essa mistura de competência profissional, de dedicação pessoal... que isso aí é uma coisa notável. Se você perguntar para as pessoas que começaram... a Esther Beyer também como secretária, muito séria... no fim ela já faleceu, mas rendemos aqui nosso tributo a ela... Todas essas pessoas tinham esse carinho e esse comprometimento, que era realmente uma esperança de ver a Educação Musical ter seu campo de conhecimento reconhecido e ter seu espaço na escola. Isso foi uma bandeira que foi levantada por todos e eu acho que hoje, ainda isso marca a identidade da ABEM, é muito forte. Cada um foi dando o

exemplo para o outro. Então todo mundo que foi assumindo tinha, além da parceria e de toda assistência, bons exemplos de práticas muito saudáveis, muito solidárias. Então acho que isso marca muito a nossa entidade. É um tesouro.... Bons tempos... (KLEBER, E.N., 2020, p. 21).

A partir da segunda metade da década de 1980, com o III Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (1986-1989) e, especialmente no início dos anos 90, quando entrou em vigor o IV PNPG, que estabeleceu um conjunto de medidas para o avanço da pós-graduação no Brasil o incentivo e fomento ao desenvolvimento de pesquisas passou a ser maior (BELLOCHIO, et al., 2012). Hostins (2006) destacou que, entre as décadas de 80 e 90, as políticas de pós-graduação visavam a formação de docentes para atuar nas universidades e o desenvolvimento da atividade científica junto com o avanço da importância estratégica no contexto do ensino superior e da pesquisa nas universidades, além da avaliação de desempenho do sistema.

Neste período, vivenciamos em todos os níveis de ensino, mas principalmente no nível superior, e neste caso na pós-graduação, a expansão significativa da matrícula, a diversificação da oferta, as propostas de mestrados profissionalizantes, diversificação das fontes de financiamento, as alianças estratégicas entre agências internacionais, governos e corporações, a diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade, a internacionalização e globalização do conhecimento, o predomínio de Tecnologias da Informação e da Comunicação e de alternativas de aprendizagem a distância, a redefinição das estruturas que regulam a produção e circulação do conhecimento em âmbito global (HOSTINS, 2006, p. 142-143).

Com o movimento de expansão e organização científica nas universidades brasileiras, a CAPES também estabeleceu a necessidade de criação e vinculação de periódicos aos programas de pós-graduação, além de outras políticas como:

o apoio à criação de Associações Nacionais por área de conhecimento; a implantação do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD), que concedia bolsas de estudos e liberação com salário integral para professores universitários cumprirem programas de pós-graduação nos principais centros do país e do exterior, a aprovação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) (HOSTINS, 2006, p. 137).

A expansão da pós-graduação no país foi acompanhada pelo movimento das associações em direção ao avanço e organização científica. Com o estabelecimento de algumas linhas que instituíram organizacionalmente a ABEM, a produção acadêmica e a publicação científica ganharam destaque e foram sendo estruturadas.

A principal foi essa linha de publicação. Essa foi a mais difícil. Por quê? As pessoas apresentavam os trabalhos e a gente não tinha muita experiência, eu só tinha experiência com a ANPPOM, de lidar com conselho editorial, pegar os textos, enxugar, fazer as correções, porque as pessoas não tinham muita experiência de redação, de organização para publicação acadêmica.

Então, isso aí foi difícil, porque tínhamos que ter gente que apoiasse... e não era muito fácil, porque as pessoas se dedicam muito mais à prática da música e algumas pessoas não tinham muita noção de pesquisa... Começamos a querer separar textos de pesquisa e textos de relatos de experiência, dividir para servir de exemplos para informar aos profissionais, não é?! Porque no começo a gente publicou de uma forma geral, quem apresentou e quem não apresentou. Mas depois a gente começou a ver as diferenças entre pesquisa, resultados de teses defendidas e relatos de experiências didáticas, que também são relevantes. Tanto a pesquisa como o relato são importantes. Nesse ponto foi fundamental a criação da ABEM, porque antes a ANPPOM, o foco da ANPPOM, que eu acho válido, só era para a pós-graduação, daí o seu nome: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação. Quando eu criei a ABEM, eu inseri os educadores musicais de escola básica, ampliando o foco do ensino de música. Esse que foi o diferencial, que foi fundamental para que houvesse um relacionamento através da associação entre os pós-graduados e os professores das redes de ensino. Então, os relatos de experiência, que são válidos por expressarem a prática dos professores, e a teoria, expressa pelos resultados das pesquisas que se complementam: são diferentes mas se complementam. Deu certo... (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 13-14).

Havia assim a necessidade de qualificação da produção científica nacional, que pudesse fortalecer e trazer representatividade à Educação Musical. Nesse processo, tomaram forma as relações estabelecidas entre pesquisadores ligados à pós-graduação e o movimento de organização científica na ABEM. Tem-se então a proposição de uma recorrência de Encontros/Congressos que congregam educadores musicais, pesquisadores, professores e estudantes.

Inicialmente, já na fundação da ABEM, foi organizado o primeiro estatuto da Associação.

Neste estatuto está previsto que a ABEM será dirigida por uma Diretoria constituída de um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário, além do presidente da gestão anterior. Neste mesmo estatuto da ABEM está prevista a existência de um Conselho Editorial cujo objetivo principal é o de organizar as publicações da Associação de maneira ampla, abrangendo desde a normatização para as publicações até a distribuição para os sócios e pontos de venda, passando pelo processo de revisão, editoração e impressão do material bibliográfico. Este Conselho Editorial é formado por um presidente, um editor e três membros. Além da diretoria e do Conselho Editorial, o estatuto da ABEM define a existência de um Conselho Deliberativo, e esta função tem sido ocupada por Diretores Regionais, que representam todo o território brasileiro. Os Diretores Regionais atuam de forma mais localizada em diversas regiões brasileiras, ampliando a rede de contatos e a conseqüente difusão da Associação (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2007, p. 56).

O estatuto definiu a estrutura de organização e funcionamento da ABEM, a partir dos moldes que haviam sido estabelecidos na ANPPOM, buscando delinear um processo democrático de administração.

O primeiro estatuto da ABEM, basicamente, quem fez fui eu, no computador. Redigi tudo, me baseando no modelo construído para a ANPPOM. No

primeiro estatuto a gente ligou a ABEM à ANPPOM: a ABEM era uma associação ligada à ANPPOM, daí o seu vínculo com a pesquisa. Eu acho que depois isso foi retirado (não tenho certeza...) ⁴⁵, mas quando eu escrevi foi assim. Essa eu considero que foi uma das minhas grandes contribuições, foi criar a ABEM nos moldes da ANPPOM e os encontros da ABEM serem também nos moldes da ANPPOM, com apresentação de trabalhos de pesquisas, discussões após as apresentações, incluindo apresentações artísticas durante os encontros anuais, e também venda de livros e de materiais didáticos para ajudar os professores da rede escolar. Porque então a gente fez uma associação especializada na área, mas com uma dimensão de pesquisa e ensino e inserindo os professores da rede básica, o que eu acho interessante (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 31).

A estrutura organizacional dos primeiros encontros da ABEM foi marcada, especialmente, pela ênfase na produção acadêmica e na publicação científica, fomentadas pelos temas dos encontros, pela intencionalidade de articulação entre profissionais atuantes na Educação Básica, no Ensino Superior e Pós-Graduação.

Além do foco na pesquisa e no ensino, houve a intenção de agregar nos encontros da ABEM a multiplicidade de manifestações da música brasileira, abrindo-se espaços à diversidade e ao diálogo entre os diferentes profissionais da Educação Musical.

No que se refere às apresentações musicais, houve também uma complementaridade, uma articulação importante: as apresentações práticas dos grupos que se apresentavam nos encontros anuais da ABEM mostravam aos professores participantes, todos os diferentes gêneros musicais que se inscreviam ou que eram convidados pelos organizadores do evento. Houve uma maior aceitação tanto do clássico como do popular e das tradições da cultura. Foi importante que os participantes pudessem assistir tudo aquilo que funciona bem em termos musicais para o ensino musical (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 14).

Do período de sua fundação, em 1991, até 1995, a ABEM realizou quatro encontros Anuais. Esses encontros ocorreram, respectivamente, no Rio de Janeiro (1992), Porto Alegre (1993), Salvador (1994) e Goiânia (1995). As discussões do primeiro encontro, em 1992, e do segundo encontro, em 1993, estiveram voltadas à temática “Música e Consciência” (OLIVEIRA, 1995, p. 107). No encontro de 1994, ao tema “Educação Musical no Brasil: Tradição e Inovação” e, em 1995, “Cultura e Educação Musical” (Ibid., p. 107).

Nesses primeiros Encontros Anuais da ABEM foram promovidos cursos e oficinas, conferências, mesas redondas de debate, envolvendo profissionais brasileiros e estrangeiros apresentações de trabalhos de pesquisa científica,

⁴⁵ Até a atualidade “a ABEM está vinculada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM)” (ABEM, 2019, s.p.).

socialização de dados sobre as Assembleias Gerais. Destaca-se ainda nesse período a criação de “Núcleos de Educação Musical⁴⁶ nas cidades de: Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Belém, Londrina, Uberlândia e Goiânia” (OLIVEIRA, 1995, p.109).

É importante destacar que todos os encontros da ABEM têm sido organizados por comissões que se formam voluntariamente a partir da disponibilidade de realização dos eventos por parte de várias instituições. A Diretoria da ABEM oferece orientações gerais para a realização do evento, podendo intermediar processos de solicitação de apoio de órgãos de fomento. Cabe ressaltar que diversos encontros anuais da ABEM foram realizados em conjunto com outros eventos relacionados à área de educação musical propostos pelas instituições promotoras dos eventos (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2007, p. 56).

Nessa perspectiva, a ABEM começou a expandir seu campo de abrangência, em decorrência da atuação de pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação e contando com o fomento de órgãos governamentais como a CAPES e o CNPq, em busca de uma representatividade nacional para a Educação Musical.

Como instituição, organizamos a ABEM para funcionar no nível nacional, como a ANPPOM, porém nós inovamos no sentido de inserir os professores da rede escolar do ensino Básico e até os que trabalhavam na Musicalização Infantil como membros da ABEM. Essa articulação de profissionais dos vários níveis de ensino de Música durante os Encontros Nacionais, e depois nos Encontros Regionais, acelerou a divulgação das propostas, do pensamento da ABEM, dos resultados das pesquisas e mobilizou muito as pessoas para participar desse processo. A ABEM sempre primou por apresentar todos os estilos musicais, aumentando as informações sobre a diversidade musical que existe no país e no globo. Quando a ABEM foi fundada ainda não era comum o uso da Internet, assim, nos comunicávamos por telefone ou Correio. Os Diretores Regionais contribuía com ideias de convites, seleção de trabalhos, recrutamento de novos sócios e organizando eventos regionais ou cursos e palestras interessantes para a região, visando não apenas informar mas também angariar recursos financeiros para cobrir gastos ocasionais. Porém, o que manteve a ABEM com um alto padrão foram os congressos anuais com financiamento do CNPq ou CAPES (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 28).

Nesse período inicial, os focos destacados abarcavam, principalmente, a organização da Diretoria da Associação, o registro, o desenvolvimento e a difusão do conhecimento científico em Educação Musical, o surgimento da “Revista da ABEM”, no ano de 1992, da série “Fundamentos da Educação Musical”⁴⁷, a integração e a

⁴⁶ Os Núcleos de Educação Musical que foram criados no período da década de 1990 no país, geralmente estavam vinculados a Instituições de Ensino Superior.

⁴⁷ Foram publicados quatro números da série *Fundamentos da Educação Musical*: dois volumes na gestão de Alda Oliveira (1993-1995), um volume na gestão de Raimundo Martins (1995-1997) e um volume na gestão de Vanda Freire (1997-1999): Fundamentos 1 em maio/1993, Fundamentos 2 em junho/1994, Fundamentos 3 em junho/1996, Fundamentos 4 em outubro/1998.

atualização dos profissionais envolvidos com a Associação e a busca por afirmação e reconhecimento da área em um ponto de vista mais abrangente.

Ao mesmo tempo em que a “ABEM tem conseguido ressaltar aspectos relevantes para a sociedade brasileira e um maior respeito ao trabalho desenvolvido pelo professor de Música, seja ele do nível elementar, seja ele do nível universitário” (OLIVEIRA, 1995, p. 105), problemas que se assemelhavam e que ocorriam em diversos âmbitos eram pauta das discussões da ABEM. Esses se referiam, naquele momento, à falta de profissionais e recursos materiais, à carência de uma formação mais aprofundada e específica do educador musical e de formação pedagógica para outras áreas profissionais em Música no Ensino Superior, frente a formação polivalente em Educação Artística, ao desgaste e desvalorização da realidade educacional brasileira, a “entraves econômicos, acadêmicos e sócio-políticos” (Ibid., 1995, p.106).

Frente aos desafios que a Educação Musical vinha enfrentando no panorama nacional, especialmente com relação à carência de políticas educacionais voltadas a esse campo, a criação da ABEM representou um marco significativo. Oliveira (1992) reporta-se a este início da ABEM, destacando a “união de forças educacionais e políticas, através da consolidação pela competência” (OLIVEIRA, 1992, p. 40), a fim de que a área de Música pudesse se ampliar e “pensar na evolução da educação musical” (Ibid., p. 40).

Percebe-se, nesse sentido, um movimento coletivo de organização e estruturação de um campo de conhecimentos que começou a produzir os primeiros resultados, especialmente na conquista e na captação de incentivos de fomento à pesquisa, à divulgação científica, ao desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação, por meio de articulações envolvendo a Associação e os profissionais que faziam parte, em sua maioria, das Instituições de Ensino Superior. Como considera Oliveira (2018),

A criação das associações da área de Música não apenas contribuiu para consolidar as subáreas de música no País, como ajudou a formar novas lideranças para desenvolver estudos e promover seminários reflexivos sobre a produção teórica e prática na área musical. Nesse sentido, a educação em música foi bastante beneficiada com a existência da ANPPOM e da ABEM, não somente por receber aportes financeiros governamentais para pesquisas, publicações e eventos, mas também pela criação, reconhecimento e suporte de cursos de pós-graduação nas instituições de ensino superior, facilitando a ampliação de uma rede de contatos internacionais para fomento de trocas de saberes e informações (OLIVEIRA, 2018, p. 117).

A criação da ABEM expressou, inicialmente, também a demanda pela continuidade e desenvolvimento de linhas de pensamento que eram vigentes na ANNPOM. Contudo, as aspirações, objetivos e focos de trabalho da Associação fomentaram outras relações e alternativas para se refletir sobre os rumos da Educação Musical. Outras esferas de pensamento e organização começaram a ser instituídas, ampliando-se a representatividade da Educação Musical nacionalmente.

A partir desse cenário, começaram a ser estabelecidas as primeiras relações de internacionalização da ABEM. Alda Oliveira (2020) narra: “Durante minha gestão levei a ABEM para ser a instituição latino-americana como representante na Sociedade Internacional de Educação Musical – ISME” (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 14).

Solicitei passagens ao CNPq, comprei passagens para ir ao congresso mundial da ISME... Na época estava uma dificuldade de fazer visto, aí eu fui para o Rio e fiquei hospedada no apartamento da minha madrinha Zaira, em Copacabana. Fiquei nesse local uma semana, para tentar conseguir o visto, já com a passagem comprada... olha que perigo. Eu ia todos os dias ao consulado, no centro da cidade e sempre estava cheio de gente, mas realmente cheio de gente, filas e mais filas rodeando o quarteirão. Acho que tinha umas quinhentas pessoas para tentar entrar para conseguir visto. Não consegui. Cada dia que eu ia estava pior, não conseguia entrar. Aí eu me lembrei que eu tinha um cartão na bolsa, do Cônsul Americano, que tinham me dado em uma festa na casa de Dulce Cardoso, artista plástica baiana. Liguei para Brasília e falei com alguém de lá, disse que eu queria participar do congresso da ISME, eu ia votar, mas não estava conseguindo entrar para pegar o visto. Insisti muito dizendo que eu não conseguia nem entrar no consulado. Só foi isso que eu fiz, aí fiquei esperando resposta. Ninguém respondeu, ninguém fez nada. Quando chegou no último dia do embarque, na véspera de eu pegar o voo, eu fui para lá pro Consulado tentar de novo entrar... Não consegui... Aí eu disse, “eu desisto!” Saí andando na rua assim... desisti mesmo, estava andando assim, cabisbaixa... Foi então que avistei ao longe, em uma esquina, perto do Consulado, um homem loiro, alto, comprando rosas. Então pensei comigo mesma: “será que aquele homem trabalha no consulado?” Atravessei a rua e fui lá. Eu perguntei: “o senhor trabalha no consulado?” ... ele disse: “sim” ... aí eu expliquei para ele que eu queria votar por uma associação nos Estados Unidos representando uma entidade de música e que não estava nem conseguindo entrar no consulado. Disse também que meu voo já era no outro dia e estava muito frustrada por causa disso, que já tinha ligado para embaixada em Brasília, mas não tinha conseguido retorno, nada. Aí ele fez “segura” ... ele estava comprando um buquê de rosas. Aí me botou na mão e eu recebi aquele pacote de rosas! Ele fez um gesto e disse “me siga” ... aí ele foi andando na frente com uns passos enormes e eu andando atrás carregando as rosas, parecia que eu era uma secretária carregando aquele monte de rosas... Aí quando ele chegou perto daquela multidão que estava ali, ao redor do consulado, o guarda foi abrindo assim caminho entre as pessoas e ele foi entrando... e eu atrás, ligeiro. Aí pegou um elevador e subiu. Quando chegou lá em cima ele disse “me dá o seu passaporte”, aí eu dei o passaporte. Ele foi lá dentro, carimbou, me deu o visto com dez anos de validade... o homem era o Cônsul, o homem era o próprio Consul !!... Depois disso, ele ainda desceu e foi me levar até a porta, se despediu com muita gentileza... eu fiquei assim, eu não sabia como é que tinha acontecido aquilo... foi sorte, foi muita, muita sorte... Ai pronto, no outro dia viajei (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 15-16).

Nessa primeira vez que eu fui a um Encontro da ISME (em Tampa, USA) observei que tinha um grupo grande de participantes Argentinos composto de umas sessenta pessoas. Do Brasil só tinham duas, eu e uma outra moça. A gente parecia uma formiga, comparado com os Argentinos. Eu reconheço, foi difícil, foi difícil, foi pior do que criar a ABEM. Aí eu comecei a ver como é que eu iria inserir a ABEM dentro da ISME, mas o destino sempre me protegeu. Eu digo assim, acho que talvez existam uns “anjos” que ficam assim me rondando e lançam as ideias, uns negócios assim, então eu aproveito essas ideias (risos)...Metáforas a parte, bom, eu fiz a proposta para a ABEM ser a representante da ISME durante o encontro de Tampa mas eles disseram que iriam pensar... Por incrível que pareça, no dia da Assembleia eu recebi o convite para participar como representante do Brasil naquela assembleia da ISME. Fiquei feliz. Então, se eu vou participar representando a ABEM, é porque eles já estão considerando a ABEM ser representante do Brasil, não era só do Brasil não, era representando a América Latina, porque antes não tinha. Aí deu certo (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 17).

Outros acontecimentos que também foram ocasionais e que resultaram em pontos positivos para a ABEM. Durante o Congresso da ISME eu estava assim, conversando no saguão do local e vi que estava a secretária da ISME, Judy Thonell. Eu também não a conhecia. Então me aproximei e conversamos, me apresentei e ela parece que gostou de mim (foi recíproco) e eu gostei dela. Judy falou: “ah, hoje a gente vai dar um passeio com o Sir Frank Callaway”...Explico: Sir Frank Callaway era um australiano que tinha o título de Sir, riquíssimo e que fez muito pela ISME, durante a sua criação... São essas figuras tradicionais que tem o título de Sir... ele deve ter sido um Inglês que foi para Austrália ou Australiano que caiu nas boas graças da Inglaterra... eu não sei, nunca estudei a biografia de Sir Frank. Eu sei que ele era um dos suportes principais, eu também não o conhecia. Aí Judy disse assim, “a gente vai passear hoje com o Sir Frank, quer vir junto?”... eu disse “quero, eu não estou fazendo nada”... por acaso, Judy, outro dia, nesse ano de 2020 mencionou esse fato, ela se lembrou disso, me escreveu... Aí a gente entrou no carro com Sir Frank, aquela figura que a gente nem pensava em chegar perto. Pois eu fiquei junto dele, conversando o tempo todo na viagem, eles me levaram para conhecer o museu de Salvador Dalí, que tem lá, um museu lindo. Depois a gente foi jantar e ele me deu várias dicas de coisas e me presenteou com publicações, pediu que eu me relacionasse com eles... eu acho que eles perceberam, eu acho... que eles tinham muito o que ganhar fazendo uma relação importante com a América Latina e com o Brasil, que é um país grande. Aí deu certo... (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 17-18).

Observa-se, a partir da segunda gestão de Alda Oliveira (1993-1995), que o relacionamento internacional entre pesquisadores e docentes da Educação Musical aumentou.

Com as publicações da ABEM, iniciou-se uma maior divulgação do que tem sido feito no Brasil, através do "International Society for Music Education"- ISME. Através desta abertura, pessoas da comunidade internacional começaram a comunicar-se com profissionais brasileiros e dividir informações e projetos. Neste setor, a ABEM foi convidada a servir de comissão selecionadora de trabalhos para participação das Conferências do ISME, a participar do Conselho Editorial do “British Music Educators Journal”, do Centro Callaway de Educação Musical na Austrália, e do Fórum Latino Americano de Educação Musical com sede na Costa Rica (OLIVEIRA, 1995, p. 105).

Nesse contexto, contribuíram para o fortalecimento e representatividade da ABEM, internacionalmente, as apresentações, debates, preocupações, publicações científicas, discussões, críticas e reflexões sobre os problemas que a Educação Musical vinha enfrentando.

Ao final da segunda gestão de Alda Oliveira, no cenário das políticas públicas educacionais brasileiras, ocorreram grandes debates em torno da aprovação da então Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que viria a ser promulgada em 1996. As discussões sobre os projetos em torno da constituição da LDBEN 9394/96 vinham ocorrendo desde 1988, com duas propostas distintas. Uma delas, apresentada na Câmara dos Deputados, ficou conhecida como “Projeto Jorge Hage” e era oriunda de debates com a sociedade civil, organizados através do “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública”:

O Fórum funcionou como um catalisador de instituições e agentes, entre elas, fortemente, os sindicatos relacionados à educação e as representações políticas, principalmente partidos com bases populares e ligados às pautas educacionais, incisivamente durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e do Plano Nacional de Educação (PNE) posteriormente (MARTINS; ALMEIDA, 2016, p. 7).

Esta proposta, como cerne principal, problematizava o papel do Estado e a relação dos mecanismos de controle social nos sistemas de ensino. A outra proposta, foi articulada com amparo do MEC, centralizando maior controle e poder no governo, além de reduzir drasticamente o orçamento que inicialmente estava previsto. Esta, que foi apresentada pelos então senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa, prevaleceu no texto promulgado em 1996, pois obteve grande apoio do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em uma análise do contexto das políticas educacionais desse período, Bellochio (2000) considerou que

As amarras pretendidas pelo governo, embora sinalizem o potencial escolar na construção da cidadania dos alunos, não apontam, em suas entrelinhas, para uma educação mais democrática e plural e muito menos para o reconhecimento da profissão de professor, segundo a ótica dos movimentos da sociedade organizados pela construção de propostas para a formação de professores. Pelo contrário, busca homogeneizar através de Diretrizes educacionais e, como resultado, visa a realizar o “ranqueamento” do ensino entre as escolas, faculdades e universidades (BELLOCHIO, 2000, 97).

Além das discussões sobre as propostas para a LDBEN de 96, esse cenário também era composto pelo processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, com sua versão preliminar publicada em 1995:

Formulou-se, então, uma proposta inicial que, apresentada em versão preliminar, passou por um processo de discussão em âmbito nacional, em 1995 e 1996, do qual participaram docentes de universidades públicas e particulares, técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação, de instituições representativas de diferentes áreas de conhecimento, especialistas e educadores. Desses interlocutores foram recebidos aproximadamente setecentos pareceres sobre a proposta inicial, que serviram de referência para a sua reelaboração (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p. 15).

Nesse panorama de macro discussões sobre as políticas públicas educacionais, ainda na primeira metade dos anos 90, mais pós-graduados em música retornaram ao Brasil.

Então tu imaginas que o meu envolvimento com a Educação Musical no Brasil se dá mais a partir de 1994, quando eu já havia terminado o doutorado. Eu terminei em 1993, participei de eventos no Brasil em 1994, 1995 e 1996 e essa época foi a época em que eu vim, definitivamente, para o Brasil, foi no final de 1995. E naquele final de 1995, a grande discussão era a reforma educacional, a nova LDB, promulgada em 1996 (Lei 9394). Então, eu cheguei bem naquele momento em que, no final do ano de 1995, já haviam sido publicados os Parâmetros Curriculares⁴⁸, que era uma novidade na época. Assim, teve toda uma discussão anterior sobre esses documentos, mas esses anos, 1995 e 1996, é o que marca essa discussão da inserção das Artes na escola, o famoso Artigo 26 da Lei 9394. De 1996 até o ano que eu assumi a direção da ABEM, em 2001, uma das grandes preocupações era a reinserção das Artes no currículo escolar e, especialmente, essa disciplina Artes que não era mais a Educação Artística. Porque se passaram então os vinte e cinco anos da Lei de 1971, a 5692 que definiu a Educação Artística nos currículos, e nós ficamos vinte e cinco anos trabalhando com essa ideia de um professor polivalente. Só em 1996, com a nova Lei e também com as novas Diretrizes para os Cursos Superiores⁴⁹, é que veio a ideia da separação das Artes por áreas específicas. Nós tínhamos o ensino de Artes entendido como conteúdos específicos de cada área: música, teatro, dança e artes visuais. Isso era uma grande mudança de paradigma, não é?! (SOUZA, E.N., 2019, p. 7-8).

Em 1995, ocorreu em Goiânia o “IV Encontro Anual da ABEM”, no qual Raimundo Martins foi eleito presidente

A ABEM teve esse primeiro encontro, depois teve o segundo encontro... eu não me recordo... eu sei que no encontro de Goiânia, depois que a Alda já era presidente há dois anos⁵⁰, eles voltaram a cogitar o meu nome, a falar,

⁴⁸ Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram publicados no ano de 1997, com o Parecer CNE/CEB Nº 3, aprovado em 12 de março de 1997. Cabe destacar que o referido parecer não confere aos PCNs caráter obrigatório, destacando em seu texto (ibid, p.280) que: “Os PCN resultam de uma ação legítima, de competência privativa do MEC e se constituem, em uma proposição pedagógica, sem caráter obrigatório, que visa à melhoria da qualidade do ensino fundamental e o desenvolvimento profissional do professor. É nesta perspectiva que devem ser apresentados às Secretarias Estaduais, Municipais e às Escolas”.

⁴⁹ As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música foram apresentadas em sua versão preliminar no ano de 1999. Contudo, se tornaram norma, apenas, com a publicação da Resolução CNE/CES nº 2, de 8 de março de 2004, em uma versão diferenciada àquela de 1999.

⁵⁰ No período de 1991 a 1994, Alda de Oliveira esteve à frente da presidência da ABEM por duas gestões.

insistir e eu acabei aceitando. Então, eu entendia que as associações profissionais são importantes no sentido de fomentar a pesquisa. Elas criam um diálogo com as instituições, com as agências de fomento, dão credibilidade à área. Porque tudo ainda era muito incipiente. Naquela época, se você for olhar, poucas pessoas escreviam, publicavam trabalhos como resultado de pesquisa. As publicações não tinham ISBN, ISSN, os registros formais eram precários. Quando eu fui eleito, no encontro de Goiânia, deixei explícito que a minha ênfase seria em publicações. Ia ser em publicação. Isso foi facilitado porque naquele momento eu estava como diretor do Instituto de Artes da UFRGS e nós tínhamos um programa de publicação, financiamento para área de Artes.... eu não sei se foi a primeira ou a segunda... porque, quando a Alda assumiu, não lembro muito bem, mas me propuseram que eu ficasse como editor da Revista da ABEM. Mas no primeiro ano foi tudo muito precário, muito difícil. Veja, havia dificuldade para conseguir gente para publicar. As pessoas mandavam as vezes propostas, mas os textos não tinham um caráter acadêmico, a coisa era realmente muito incipiente. Então, quando assumi a presidência, foi aí que realmente se intensificou esse fomento. Nós publicamos, se não me engano, a primeira revista da ANPPOM, lá no Sul. Depois publicamos a primeira Revista da ABEM. Eu não me lembro quantos números eu publiquei, não sei se foram dois ou três e teve uma outra publicação. Mas, a minha compreensão era que, para ter visibilidade profissional as publicações seriam extremamente importantes. Essa foi a ênfase que eu dei durante o período que eu estive na presidência da ABEM (MARTINS, E.N., 2020, p. 3-4).

Naquele contexto, em que os debates sobre a música na Educação Básica e a preocupação com a participação no cenário macro das políticas públicas educacionais começava a tomar forma, também a participação dos associados, a expansão da ABEM, as publicações científicas e a formação profissional estavam na pauta das discussões:

Primeiro a preocupação era ampliar a participação, ter mais estados participando. Outra coisa, o grande dilema era: só é membro da ABEM quem tiver mestrado ou quem for mestrando, ou graduando pode ser? Até porque, digamos, nós não tínhamos gente suficiente... o número de pessoas era muito pequeno. Então, isso aí foi uma grande discussão. Havia colegas que eram um pouco mais radicais: Não, tem que ser pelo menos mestrando, estar envolvido com pesquisa e não sei o que... Mas naquele momento estava começando o movimento de alocação de bolsas de iniciação científica para os cursos de graduação, aí pouco a pouco tudo foi sendo flexibilizado. Passamos a incentivar os alunos de graduação a irem, a participarem dos eventos, até para ter mais volume de participantes. Lembro bem a reunião em que foi criada a ANPPOM no CNPq, não sei se nós éramos dez pessoas, uma coisa assim, dez, doze pessoas. A ANPPOM era o guarda-chuva. A ANPPOM, em princípio era maior. Então, no caso da ABEM, passamos a definir algumas metas a alcançadas: motivar alunos de graduação a participar, além dos mestrandos. Não havia financiamento, mas a gente tentava criar projetos financiados pelas universidades do Rio Grande do Sul, a da Bahia, a da Paraíba, criando vínculos, aproximando, tentando assim criar redes, mas ao mesmo tempo tentando ampliar, para não dar a impressão de que éramos sempre os mesmos, sempre o mesmo grupo. Convivemos durante muito tempo com essas questões, com esses problemas... Nós éramos poucos, éramos os mesmos e foi muito difícil romper com esse tipo de situação, contexto, com essa circunstância, a ponto de criar uma cultura de pesquisa, uma cultura de pós-graduação. A pós-graduação estava nascendo, éramos obrigados a trabalhar em muitas diferentes. Não tínhamos financiamento. Quer dizer, tínhamos essas propostas, essas metas. A gente

conversava muito, discutia, se ajudava. Foi mais ou menos isso. É diferente agora, por exemplo, eu fico pensando, o primeiro projeto que eu tive aprovado pelo CNPq, foi mais ou menos nessa época, ao mesmo tempo eu me sentia constrangido, porque eu era presidente da ABEM, aí eu tinha projeto no CNPq... Para você ver, era um constrangimento totalmente inadequado, porque nós éramos muito poucos e as circunstâncias eram muito difíceis, muito precárias (MARTINS, E.N., 2020, p. 8-9).

Inicialmente, voltada ao meio acadêmico e, apesar de esta ser uma visão hegemônica dentro da ABEM e compor o que constituía a ideia de uma associação nacional, já nos primeiros anos de existência, expressava-se o desejo de maior amplitude para a diversidade de membros que poderiam integrar a Associação. Contudo, o financiamento que a ABEM demandava para a realização dos Encontros Anuais, para a publicação dos Anais dos encontros e da Revista, além da anuidade dos sócios, contava por vezes com algum apoio da CAPES ou CNPq e também com parcerias de universidades copromotoras que sediavam os eventos e estavam instituindo e desenvolvendo suas pós-graduações.

Eu diria, acho que a minha principal contribuição foi a ênfase nas publicações, eu vejo assim. Briguei muito por isso, tive que costurar muita coisa e buscar ajuda, buscar apoio. Claro, a Alda e o pessoal da Bahia sempre apoiou muito, mas eu acho que o foco era conseguir fazer um bom evento anual, conseguir publicar as revistas e conseguir publicar os Anais. Era isso, conseguir isso, era uma vitória imensa (MARTINS, E.N., 2020, p. 11).

Raimundo Martins assumiu a presidência da ABEM, contando com sua experiência como primeiro editor da Revista OPUS que até 1995 publicara três volumes, v.1-1989, v.2-1990 e v.3-1991, e da Revista da ABEM, com dois volumes, v1-1992 e v.2-1995. Como destaca Alda Oliveira (2012)

Após a nossa atuação foi eleito Raimundo Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), que já era editor no conselho editorial da primeira Diretoria da ABEM. A importante parceria desenvolvida entre Raimundo Martins, como editor do PPGMUS⁵¹ da UFRGS e a Diretoria da ABEM instalada na Bahia, possibilitou um grande apoio institucional para várias publicações da ABEM, dando visibilidade à produção da subárea (OLIVEIRA, 2012, p. 21).

A gestão de Raimundo Martins frente a ABEM, circunscreve o período de 1995 a 1996. As principais ações estavam projetadas ao âmbito da qualificação, destaque, evidência e apoio institucional às publicações científicas da ABEM.

Nós tínhamos muita afinidade com o grupo da Bahia, porque a Alda tinha feito doutorado fora, Jamary fez doutorado fora, Manoel Veiga também. Eles tinham um grupo lá muito interessante. Enquanto eu estava na UFRGS, eu

⁵¹ Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGMUS/UFRGS – <https://www.ufrgs.br/ppgmusical/>.

fui atraindo gente com doutorado. Quando havia edital para concurso eu avisava todo mundo, divulgava no boletim do CNPQ, da CAPES e assim por diante. Vivíamos essas circunstâncias, esse tipo de contexto, daí o porquê da minha preocupação com pesquisa e publicação. Fizemos os encontros da ABEM, mas sempre estimulando as pessoas para fazer pós-graduação, estimulando as pessoas para fazer o mestrado. Naquela época não havia doutorado em arte/música no Brasil, éramos poucos doutores (MARTINS, E.N., 2020, p. 5).

Com a criação dos primeiros mestrados e a preocupação com o desenvolvimento da pós-graduação, havia também a necessidade de instituir e consolidar espaços cada vez mais reconhecidos para a publicação das produções científicas em educação musical, considerando que a pós-graduação nacional na área da Música estava nos seus primeiros anos de desenvolvimento.

Trabalhos de pesquisas não tinham divulgação, não existia o pensamento de pesquisar. Mesmo o nosso trabalho de teses de mestrado e doutorado, dos pós-graduados, não eram divulgados. Quando a gente falava em pesquisa em Educação Musical, o povo dizia “besteira, bobagem” [...] Então, o contexto era esse. Não tínhamos trabalhos publicados com validade acadêmica para usar na formação de novos professores. Não tinha uma visão ampla de uso dos saberes da nossa cultura para o ensino de música. Não tinha uma visão integrada de profissional: você poder ser um instrumentista famoso, bom e competente, e você também dar aula para crianças... essa mentalidade não existia, isso não cabia na cabeça de algumas pessoas... “ah, se você vai ensinar criança, você é menos...você sabe menos”. O texto teórico era visto como apenas teoria, não tinha muito crédito... “isso é bolodoro, isso é enchimento de linguça”. A mesma coisa a prática. Se você se dedica a uma prática intensa, aí “você não pensa”, porque você só está praticando. Então, essas visões bipolarizadas eram muito comuns, existia isso. Os campos eram muito divididos e isso prejudicava muito no trabalho de formação de novos profissionais (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 10-11).

Além da Revista da ABEM, como publicações da Associação, tiveram destaque, até 1996, os três volumes já publicados da série “Fundamentos da Educação Musical”⁵², v.1-1993, v.2-1994 e v.3-1996, atendendo a demandas que buscavam fomentar reflexões e discussões acerca do campo de conhecimentos da Educação Musical.

O desenvolvimento da pós-graduação e a necessidade de estimular o terreno das publicações e da divulgação científica carecia de maiores discussões e incentivos, sendo colocado em destaque no encontro da ABEM de 1996. Assim, em julho daquele ano, com apoio de diversos órgãos, entre eles a CAPES e o CNPq, ocorreu o “V Encontro Anual da ABEM” em conjunto com “V Simpósio Paranaense de Educação Musical” e com o “16º Festival de Música de Londrina”, focalizando o tema “A pesquisa em Educação Musical”. Os esforços conjuntos de educadores musicais,

⁵² O Volume 4 da Série Fundamentos da Educação Musical foi publicado no ano de 1998.

pesquisadores e Instituições de Ensino Superior estiveram voltados especialmente à pesquisa, com novos delineamentos em relação às modalidades de apresentação de trabalhos e às publicações da Associação. Kleber (1996, p. 10) registra que “a ABEM, pela primeira vez, entrega no início do Encontro os anais contendo as conferências, exposições, comunicações e relatos de pesquisa a serem apresentados e que constituem o próprio encontro”.

Nesse mesmo ano, em 20 de dezembro, ocorreu a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), nº. 9394/96⁵³, trazendo novas perspectivas para a o ensino de Arte na Educação Básica, por meio de seu artigo 26⁵⁴, § 2º.⁵⁵ O mesmo artigo, trata da base nacional comum de conteúdos obrigatórios que devem compor o currículo de todas as escolas de educação básica.

Como registra Jusamara Souza no Painel 1: “ABEM: 30 anos de lutas, conquistas e problematizações”⁵⁶, dos Encontros Regionais Unificados da ABEM, realizados em 2020

A partir de meados dos anos 90, com a implantação da Lei 9394 e a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e depois, mais fortemente na década de 2000, as políticas públicas para ensino de música passaram a demandar da ABEM uma agenda voltada para o atendimento de necessidades dos educadores musicais em relação à especificidade da área nos concursos públicos. Esse movimento estampou a dificuldade de secretarias estaduais e municipais de ensino para compreenderem que a lei 5692 de 71, que tratava da Educação Artística, já havia sido extinta e que não se tratava mais da contratação de profissionais polivalentes para o ensino de arte nas escolas. A ampliação da área de Artes que a Lei 9394 trouxe, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, não reverberava na contratação de professores, considerando suas áreas específicas de formação. É neste contexto que o envolvimento da ABEM nas questões das políticas educacionais públicas, realizando mesas redondas, discussões em seus encontros e fortalecendo seus vínculos com as universidades teve um considerável peso e importância, especialmente, a partir de 96 (SOUZA, 2020).

⁵³ Lei 9394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada no DOU de 20 de dezembro de 1996.

⁵⁴ Alterado através da Lei nº. 12.796/2013, o Art. 26 estabelece: “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” - Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.

⁵⁵ “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1996), alterado na redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017: “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica” (BRASIL, 2017).

⁵⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kU4cGllp3Ts&t=1s>.

Principalmente a partir da publicação da Lei 9394/96, com as propostas de reestruturação das políticas públicas educacionais estabelecidas pelo MEC para os níveis básico e superior decorre uma série de novos documentos, referenciais, parâmetros e orientações. Nesse sentido, a Educação Musical volta seu olhar para a Educação Básica e para a formação de professores nos cursos de Ensino Superior, ocorrendo a abertura de novos cursos superiores em Música e a ampliação e reestruturação de cursos já existentes⁵⁷.

Ainda no ano de 1995, começaram a ser discutidas outras perspectivas de descentralização das ações da ABEM, quando foi proposta a ideia de realização de encontros regionais:

Os encontros regionais foram sugeridos pelo professor Carlos Kater, no V Encontro Nacional da ABEM em 1995 que ocorreu aqui em Londrina, junto com a programação do Festival de Música, tivemos a presença da professora Lucy Green, Raimundo Martins, Liane Hentschke, Alda Oliveira, entre tantos outros nomes da área. Temos os anais publicados. Então nesse Encontro, nós fizemos uma discussão bastante intensa sobre a própria natureza e objetivos da ABEM, sobre os caminhos que ela deveria tomar. Revisamos o Estatuto o que foi muito importante (KLEBER, E.N., 2020, p. 1).

A proposta dos Encontros Regionais viria a ser efetivada na gestão de Vanda Freire, como resultado das discussões que vinham ocorrendo anteriormente, acerca das perspectivas de regionalização da ABEM. O “I Encontro Regional Sul da ABEM” aconteceu junto com o “6º Simpósio Paranaense de Educação Musical” e o “17º Festival de Música de Londrina”, abordando o tema “O Ensino da Música diante de Novos Paradigmas”, de 30 de junho a 04 de julho de 1997, em Londrina – PR. No ano seguinte, ocorreu o “I Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM” foi realizado em Cuiabá-MT, de 25 a 29 de maio de 1998 e o “I Encontro Regional da ABEM Sudeste”, realizado em Uberlândia – MG, de 6 a 7 de agosto de 1998, com o tema “Política educacional e educação musical na região sudeste”. O “I Encontro Regional Norte da ABEM” ocorreu em Belém – PA, junto com o IX Encontro Anual da ABEM, de 04 a 08 de setembro de 2000, com o tema Currículo de Música e Cultura brasileira. O “I Encontro Regional Nordeste da ABEM”, com o tema “Pesquisa e formação em educação musical”, ocorreu em Salvador – BA, de 28 a 30 de agosto de 2002.

Figueiredo e Oliveira (2007) registram que

⁵⁷ Esse movimento pode ser observado no artigo publicado por Fernandes (2000), ao mapear a situação das dissertações e teses produzidas no Brasil até 2000, com relação ao campo da Educação Musical. Também o artigo de Pires (2003) que focaliza a identidade das licenciaturas na área de Música, no período pós-LDB.

Além dos encontros anuais, encontros regionais têm sido realizados com o objetivo de aproximar diversos educadores musicais de cada região brasileira. É importante ressaltar que tais encontros regionais não possuem necessariamente periodicidade anual, como os encontros nacionais. A organização dos eventos depende de diversos fatores, ficando a critério de cada região a proposta e realização dos encontros regionais da ABEM (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2007, p. 58).

A implementação de algumas propostas de ação se inicia com

[...] a gestão da presidente Vanda Bellard Freire (Universidade Federal do Rio de Janeiro), da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi durante um fértil período de quatro anos, onde se destaca o trabalho de consolidação dos eventos regionais da ABEM. Esses encontros regionais foram prestigiados pela diretoria e assim, aconteceu um positivo processo de criação de grupos de estudo, de democratização das decisões e divulgação nacional dos temas em discussão na área para os encontros anuais realizados em cidades estratégicas no país. Até os dias atuais, os encontros regionais têm sido fundamentais para discussões sobre os temas de maior interesse entre as regiões do país (OLIVEIRA, 2012, p. 21).

Em função das especificidades e dos movimentos relacionados à Educação Musical em cada região, os primeiros encontros regionais ocorreram em períodos diferentes, a exemplo da região Nordeste, que já realizava as “Semanas de Educação Musical da UFBA”:

Estas “Semanas” têm acontecido desde 1980 até a atualidade, por vezes até com títulos diferentes, mas com concepções semelhantes. Por esse motivo pode-se observar que a região nordeste é uma das regiões que têm um número menor de encontros regionais da ABEM realizados, pois estes encontros, de certa forma, já vinham sendo realizados mesmo antes da criação da ABEM e continuam sendo realizados depois, mas sem mudar de nome, sem assumir que estes eventos representavam a região nordeste. Somente em 2002, Cristina Tourinho, como Diretora Regional da ABEM, implanta a mudança e coordena o I Encontro Regional Nordeste da ABEM (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2007, p. 55).

Integrando-se com os eventos que já ocorriam nas diferentes regiões, esses encontros contribuíram para fomentar a integração e os debates regionais para a Educação Musical. O I Encontro Regional Sul da ABEM ocorreu conjuntamente com o Simpósio Paranaense de Educação Musical. Como narra Magali Kleber (2020),

Eu já estava te falando do Simpósio Paranaense de Educação Musical, tem aqui o cartaz, então olha... nós começamos esse Simpósio junto com os congressos da ABEM. Na época, o SPÉM e os Encontros da ABEM eram os dois encontros de Educação Musical de muita projeção e peso, com participação de convidados de fora e tal, já ligado à universidade (UEL) e à ABEM. O I Simpósio Paranaense de Educação Musical aconteceu dentro do X Festival de Música de Londrina, começou em 1991 e em 97 já era o sexto, então foi uma trajetória muito importante. Veja só, tivemos como convidados nomes como: Marisa Fonterrada, Vanda Freire, Leda Maffioletti, Luís Otávio Braga da UNIRIO, Lucas Ciavatta. Depois nós tivemos outra conferência com a Ilza Nogueira, embora ela fosse da Composição, ela também transitava pela Educação Musical. Aqui nesse folder também, olha só que bacana, o Victor Flusser, que é um professor que vivia na França e que o Carlos Kater indicou

e uma professora da Argentina, eu não me lembro quem era... a Luciana Del Ben ainda estava fazendo o mestrado; depois tivemos uma mesa redonda com o Sérgio Figueiredo, eu que coordenei, com a participação da Solange Maranhão, a Suzane Krieger, a Esther Beyer, Jamary de Oliveira. Olha só, foi uma coisa bem bacana, porque a gente teve bastante gente de peso (KLEBER, E.N., 2020, p. 1).

Ainda no ano de 1997, no mês de setembro seria realizado o “I Encontro Latino-Americano de Educação Musical e VI Encontro Anual da ABEM – ISME–ABEM”.

Vanda Freire assumiu presidir a ABEM e fez um bom trabalho de regionalização da associação durante a sua gestão. Foi com Vanda Freire (ABEM) e Ana Lucia Frega (ISME) que eu tratei sobre todos os assuntos para organizar o primeiro evento latino-americano (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 18).

Quando eu estive em Tampa... eu lhe falei que eu estive em Tampa, que eu encontrei com o Sir Frank Callaway, com Ana Lucía Frega, com Judy Thönnell que eram pessoas bem ativas na ISME. Eu já tinha feito contato com eles para realização de um encontro regional latino-americano, aqui em Salvador... e ficou certo. Ficou acertado isso. Então, quando eu voltei, eu comecei a fazer os contatos com o governo do Estado, porque o irmão de Jamary e eu própria já tínhamos ótimos contatos no governo do Estado e eles estavam prontos para ajudar. Ana Lucía Frega veio da Argentina aqui e nós fomos visitar o irmão de Jamary, que trabalhava na Secretaria de Cultura, fomos visitar o Centro de Convenções, que era dirigido também por um grande amigo nosso... Então já era um contato muito forte. Nós acertamos que eles iriam fazer todo o material de divulgação da Bahia, não é... como potencial receptor do evento... porque isso influencia muito na ISME, nós que queremos realizar o evento temos que comprovar que o espaço é bom para a realização do evento... e eles aceitaram fazer tudo por conta deles... então fizeram de acordo com a organização de eventos da Secretaria de Cultura (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 22).

Nos anais do “I Encontro Latino-Americano de Educação Musical e VI Encontro Anual da ABEM – ISME-ABEM”, Freire (1997) destacou temas referentes às relações música e sociedade, a pluralidade de significados e temporalidades, a discussões sobre concepções de currículos para o ensino superior de música, a democratização e acesso ao ensino de música na Educação Básica. Para além das temáticas que vinham ganhando espaço nas discussões, Alda Oliveira narra,

E eu fiquei muito feliz, porque depois que Vanda assumiu, os conselhos regionais cresceram, a ABEM tomou um desenvolvimento político muito bom e a realização do I Encontro Latino-Americano foi um sucesso aqui em Salvador. Veio gente de todas as partes, veio gente da América Latina e a ISME ficou super feliz. Tanto é que, até hoje, os encontros regionais latino-americanos existem, graças a essa vontade que a gente teve de trazer a ISME para América Latina (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 24).

Algumas propostas e discussões desse Encontro Anual (1997) reverberaram junto aos profissionais da Educação Musical na Associação sendo que, no ano seguinte, foram criados Grupos de Trabalho nos Encontros Anuais:

Os Grupos de Trabalho (GTs)⁵⁸ foram inseridos na programação dos Encontros Nacionais da ABEM, em 1998, e têm por objetivo discutir sobre um campo específico da Educação Musical. Resulta dessas discussões documentos que seguem uma trajetória específica, dependendo da ênfase assinalada. Já foram discutidas questões relativas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96), com encaminhamento de documentos saídos dos GTs para o MEC; outros documentos estão disponíveis no sítio eletrônico da ABEM na internet e nos Anais do IX Encontro Anual da ABEM (ARROYO, 2001, p. 93).

A organização dos Encontros Regionais e dos Encontros Nacionais contribuiu para a ampliação de debates sobre a implementação da LDBEN de 1996 reunindo diversos profissionais da Educação Musical. Dentre os temas que se destacaram ao longo dos Encontros são recorrentes a música no ensino básico escolar, a formação do professor de música, currículo e conteúdos para o ensino de música, discussões sobre os diversos espaços de atuação do professor de música, a função social da música e a pesquisa em Educação Musical.

Com os Encontros promovidos, principalmente a partir de 1998, a ABEM coordenou processos de discussão acerca do momento de transição causado pelas modificações no sistema educacional promovidas pelo MEC, através da LDB/96 e suas legislações complementares. O VII Encontro Anual da ABEM, de 1998, debateu o tema “Educação musical e políticas educacionais”. Essas discussões se intensificaram por meio das reuniões locais, regionais e nacionais, em diversos pontos do país, culminando em proposições da Associação geradas nos debates dos quais emergiram temas como o Ensino Superior de música, a formação de professores nas licenciaturas e as dimensões para a formação de educadores musicais, a pesquisa na formação de professores, políticas e ações para o ensino de música nas escolas de Ensino Fundamental, Médio e Educação Infantil, os referenciais nacionais para o ensino de música.

No ano de 2001, ocorreu uma nova eleição para a presidência da ABEM, na qual Jusamara Souza, que participou da diretoria na segunda gestão de Vanda Freire, foi eleita.

E na época da gestão da professora Vanda, por uma sugestão da Alda, ela achava que fosse importante que eu ficasse também mais próxima à diretoria central, e sugeriu à professora Vanda, que eu ficasse como tesoureira, naquele período (1999-2001). Durante a segunda gestão da professora Vanda eu fiquei como tesoureira. Naquela época era bem importante a tesouraria, no sentido de coordenar a vida financeira e contábil da associação, que ainda era uma associação pequena... Nós tínhamos tido, na

⁵⁸ Educação Musical Informal; Educação Superior; Ensino Profissionalizante; Ensino Fundamental e Médio; Educação Infantil; Pós-Graduação; Performance e Pedagogia do Instrumento.

gestão anterior, de 1997 a 1999, a professora Leda Maffioletti, como tesoureira. Como Leda Maffioletti tinha sido a tesoureira anterior, então todos os documentos e pastas que tinham a ver com esse setor, ela me passou. Aí na época eu fiquei então como tesoureira, e a professora Esther Beyer como secretária. Eu trabalhei nessa gestão, por dois anos com a professora Esther Beyer e tendo como presidente a professora Vanda Freire, de 1999 a 2001. Em 2001 seria o período de uma nova eleição. [...] Alguns colegas da época, como Alda de Oliveira, a professora Liane Hentschke e outros sugeriram o meu nome e acreditaram que eu podia me candidatar à presidência, devido ao meu engajamento, à experiência que eu já tinha desde a fundação da ABEM. [...] Então já eram dez anos de Associação, e aí eu me candidatei à presidência. Segundo o estatuto da Associação, essas presidências sempre foram eleitas. Até hoje funciona assim, e, geralmente, não tem mais de uma chapa concorrendo. Até hoje, foi um consenso ter uma chapa única, o que não significa que isso se manterá nos próximos anos. Então eu concorri, naquela época, fui eleita como presidente, e permaneci por duas gestões, de 2001 até 2005. Não é que seja uma regra, mas, até hoje tem se mantido uma tradição dos presidentes permanecerem por dois períodos. Ou seja, depois de dois anos, se o presidente quer se candidatar, ele tem a chance de atuar por mais uma gestão. Mas aí, não mais, não pode ter mais de uma reeleição... E eu fiquei de 2001 a 2003 como presidente, e contei com a parceria da professora Alda de Oliveira como vice-presidente nas duas gestões. Na minha primeira gestão a professora Margarete Arroyo, de São Paulo, atuou como secretária e a professora Maria Isabel Montandon, de Brasília, como tesoureira. Na minha segunda gestão Alda permaneceu como vice-presidente, a professora Teresa Mateiro, da UDESC, atuou como tesoureira e Beatriz Ilari, na época da UFPR, atuou como secretária (SOUZA, E.N., 2019, p. 2-3).

No ano de 2001, durante a gestão de Jusamara Souza, a ABEM completou dez anos de existência, tendo consolidado várias conquistas, como a ampliação da divulgação da produção científica da Educação Musical, a articulação inicial com órgãos governamentais acerca das políticas públicas para o ensino de música, a ampliação do número de associados e a recorrência da realização dos encontros da Associação. No editorial da Revista da ABEM daquele ano, Hentschke (2001, p. 5) escreve: “podemos afirmar que a ABEM é hoje uma das maiores associações nacionais de Educação Musical da América Latina e, sem dúvida, a que produz um maior número e diversidade de publicações”. Cabe destacar a participação da ABEM nas discussões para “o aperfeiçoamento das Diretrizes Curriculares elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministério da Educação e Cultura para Educação Básica” (SOUZA, 2005, p. 26). Os temas dos encontros regionais focalizaram a Educação Profissional em Nível Superior, a produção científica local, a educação musical e cidadania, a articulação entre pesquisa e formação em educação musical, as novas propostas curriculares para o ensino de música no Brasil, a educação musical nas ações socioculturais e as políticas públicas em educação musical.

Ao passo que a ABEM foi ampliando seu número de membros, sua área de abrangência e crescendo, outras perspectivas administrativas em busca da profissionalização da Associação foram sendo instituídas. Jusamara Souza (2019) considera,

Eu acho que eu consegui também definir melhor quais eram as tarefas de cada um e cada um cuidar mais do que tinha a fazer, do ponto de vista administrativo... e isso apareceu também como resultados, apareceu, por exemplo, o controle de quem pagou ou não a anuidade, se saiu ou não da Associação, quais eram as reclamações, porque nós tínhamos canais diretos. Para a época, eu acho que nós avançamos bastante nessa parte de organização (SOUZA, E.N., 2019, p. 11-12).

Assim, na primeira gestão de Jusamara Souza, é realizado o levantamento de documentos da memória institucional da ABEM, a implantação do “Sistema de Administração de Sócios” (SOUZA, 2005) através de cadastros e da criação de um banco de dados para gerenciamento das informações da Associação.

Na minha gestão, eu me inspirei muito em associações de outras áreas, que já se encontravam mais organizadas. Então, muito das ideias que eu tive para fazer, para organizar, tinha a ver com essa busca por um modelo que já tinha dado certo, que já estava mais avançado. Tem muitas áreas que são mais antigas e que já tinham mais experiências. Eu me lembro que as primeiras fases, quando eu assumi a presidência, a tarefa era limpar aqueles arquivos, reorganizar listas, fazer coisas que são muito simples, mas que tentavam responder a uma pergunta muito clara naquela época: Quantos sócios tem a ABEM? Naquela época ninguém sabia quantos sócios e nem quem eram essas pessoas. Tratávamos de organizar no sentido de criar listas confiáveis, de tratar cada um dos sócios como pessoas que eram importantes. Não que a outra gestão não tivesse tido esse cuidado, mas quando tu não tens muito controle dessas informações, tu não sabes quem é quem, quem faz parte da associação (SOUZA, E.N., 2019, p. 20).

A necessidade de aprimorar a organização e as funções administrativas da Associação, também decorreu de demandas pela profissionalização de suas dinâmicas de funcionamento e pela necessidade de planejamento de políticas institucionais internas que fortalecessem os pertencimentos dos associados na ABEM.

Então, tu não tens como desenhar políticas para essas pessoas, porque tu não sabes bem, qual é o perfil desses associados. Eu me lembro de uma das primeiras tarefas, junto com a secretária da primeira gestão, Margarete Arroyo, que era a gente tentar descobrir quem faz parte dessa associação, e isso numa época em que a internet, o e-mail não eram ainda tão difundidos, em 2001 estávamos muito longe ainda disso, e as tecnologias foram se aprimorando depois, não é?!... Eu acho que isso foi um grande avanço de pensar na estrutura da Associação, eu acho que isso avançou... (SOUZA, E.N., 2019, p. 20).

A organização interna também buscava reverberar no sentido de pertencimento e de uma representatividade da Associação entre seus membros, a fim consolidar e

fortalecer a consciência coletiva entre pares, como exemplifica Jusamara Souza (2019),

Porque já na minha época, uma pergunta que sempre os sócios faziam, era: “Ah, o que é que eu ganho em ser sócio da ABEM? Qual é o benefício de ser sócio da ABEM?”. Naquela época eu sempre dizia: “Primeiro nós temos que ter uma comunidade forte, um número significativo de associados”. E, realmente, quando eu assumi a presidência da associação, ela devia ter cento e poucos sócios, dos quais cerca de cinquenta eram pagantes assíduos, então o número de sócios era pequeno. E eu me lembro que no final da nossa gestão, em 2005, o número já tinha se elevado para cerca de quinhentos associados, e isso, depois, foi aumentando progressivamente. Mas eu me lembro, que esse argumento de fortalecer, ter mais sócios, foi uma coisa que nós cumprimos também nessa gestão (SOUZA, E.N., 2019, p. 8).

No Relatório de Atividades da ABEM de 2001, consta que o número de sócios com anuidade em dia naquele ano era de cento e quarenta e oito (148). Em 2002, o número ampliou-se para duzentos e dezesseis (216) e em 2005 a Associação contava com quatrocentos e sessenta e um (461) (SOUZA, 2005).

Quando eu falei numa reunião no Rio de Janeiro, que nós tínhamos quase quinhentos sócios, eu sabia exatamente quais eram e as pessoas que a gente estava representando. Essas dimensões dos papéis e das tarefas, eu também me empenhei bastante para desenhar, afinal de contas, o que nós fazemos? O que nós somos? Isso era tanto com os pares mais próximos, era com os eventos, era tentar responder essas perguntas bem simples, do tipo “o que eu ganho com isso?”, e a gente tentar mostrar o que poderíamos ganhar, como fortalecer uma associação. Então, não é tanto pelo número, porque, às vezes, tu tens um número grande de associados, porém, não tem isso materializado. De que adianta ter um grande número de pessoas, se essas pessoas não estão envolvidas com a causa?! Então acho que, durante os dois períodos, com as pessoas com quem eu trabalhei, a gente sempre mostrava muito isso: o entusiasmo, que valia a pena, que valia a pena fazer pela Associação. Surgiram algumas críticas principalmente nas assembleias, mas acredito que elas foram muito pequenas perto dos avanços e do reconhecimento que a Associação foi adquirindo (SOUZA, E.N., 2019, p. 20).

Nesse período, como registrado no Relatório de Gestão (SOUZA, 2005), ocorreu a implantação de sistema de boleto bancário para pagamento da anuidade da ABEM, além do registro dos atos financeiros contábeis e acompanhamento de um contador.

Outro projeto foi o de organizar os documentos da ABEM, que começou na minha gestão. Tem coisas que foram resolvidas depois da minha gestão como a própria questão contábil da ABEM, que aí é uma parte mais administrativa. Na minha gestão eu me empenhei muito com a questão dos documentos, depois eu sei que as gestões posteriores continuaram esse trabalho. Porque nesse meio tempo também mudaram as regras do que é uma associação, do que ela precisa. Na minha gestão eu contratei um contador que foi bem importante para nos orientar e cuidar da parte burocrática como devia ser feito. Isso eu sei que andou depois nas outras gestões, mas sei também que tem algumas coisas ainda pendentes no que

diz respeito a essas questões mais burocráticas. Até porque como são gestões que vão mudando de lugar e vão mudando de cidade isso dificulta um pouco essa organização contábil. Então, o que era fácil naquela época, por exemplo, abrir uma conta em banco, hoje não é fácil tu chegares lá como associação e abrir uma conta em banco. Então, quando alguma regra muda e a Associação precisa modificar algo, eu sei que hoje é bem mais complexo do que naquela época. A ABEM possuía poucos recursos financeiros, mas de qualquer forma, tinha toda a prestação de contas, as questões contábeis, se declarava ou não imposto de renda, todo esse tipo de coisa que está por trás dessa administração, que é o presidente que é responsável junto com a diretoria central (SOUZA, E.N., 2019, p. 14).

Percebe-se ainda, por meio das publicações da ABEM e do Relatório de Atividades – 2001-2005, que se inicia a transição dos meios físicos e analógicos para os meios digitais, incluindo publicações e plataformas organizacionais utilizadas pela instituição (Disquetes, CDs, e-mails, sistemas digitais de organização de banco de dados da ABEM).

Por exemplo, o primeiro site da ABEM é da nossa época ou a possibilidade de ter os Anais no evento. O primeiro evento que eu coordenei foi realizado em Natal, em 2002, e na abertura do evento os anais eletrônicos estavam prontos. Tudo isso, na época, era muita novidade, já chegar ao evento e receber o material com as comunicações impressas. Mas é o que eu digo, tem mérito meu e da equipe, mas eu acho que tem mérito também das condições do tempo, do momento histórico, o que a gente tinha e o que a gente precisava fazer naquela época... O site depois, claro, foi sendo renovado, ganhou outros designs, foi se atualizando, foi se modernizando (SOUZA, E.N., 2019, p. 15-16).

Na segunda gestão de Jusamara Souza, a partir de 2003, iniciou-se a publicação semestral da Revista da ABEM, que até então era publicada anualmente, mantendo-se como política de publicações, além da Revista, também os Anais dos Encontros da ABEM. A Série Teses e a Série Fundamentos da Educação Musical deixaram de ser publicadas em função da escassez de recursos financeiros para sua manutenção (SOUZA, 2005) e que a produção de um periódico não implica somente em imprimir, mas tem todo um investimento na produção dos originais que envolve revisão, diagramação e outras necessidades.

Ainda nesse período, acho que fruto desse trabalho, claro que é sempre um trabalho construtivo e coletivo, não é? Óbvio, eu não peguei a Associação do zero. Mas eu acho que teve alguns passos na gestão que foram importantes, como esse da Revista, a comunicação com os sócios, porque já existia nessa época o e-mail. Então, trabalhamos em uma permanente busca de atualização de cadastros, atualização de pagamentos, porque há quinze anos, também não era tão simples como hoje... e também incrementamos uma discussão dessa representatividade política da ABEM (SOUZA, E.N., 2019, p. 9).

Ao mesmo tempo em que a produção científica dentro da Associação começou a se consolidar, surgiram questionamentos sobre a abrangência da educação musical em relação à multiplicidade de espaços possíveis para a atuação dos educadores musicais, bem como sobre uma formação profissional voltada aos diversos contextos.

Assim, a partir do X Encontro Anual da ABEM - 2001⁵⁹ tomou maior abrangência o diálogo entre a formação de profissionais do ensino de música, a pesquisa, as políticas para a formação de professores e as reformas curriculares, no contexto em que vinha sendo discutida a implementação das Diretrizes Curriculares nos Cursos de Graduação em Música. Com a multiplicidade de mercados de trabalho e atuação profissional, também emergiram discussões sobre concepções de formação, identidades profissionais, saberes e competências dos educadores musicais.

A partir de 2003, também foram implementados como forma de organizar a dinâmica interna dos Encontros da ABEM, os Fóruns de Discussão, que organizaram por temas as principais questões a serem discutidas nos encontros. Pensando nesse modo de organização, Souza (2003) apresentou o tema da “Pesquisa e formação em educação musical”, abordando essa dinâmica organizacional para o XI Encontro Anual da ABEM, de 2002. Nesse encontro foi abordada a importância da pesquisa para a formação de profissionais que trabalham com o ensino de música, com enfoque em perspectivas da ABEM para a discussão sobre a articulação da formação profissional com as políticas públicas para a formação de professores e para a Educação Básica, a atuação docente e o mercado de trabalho, evidenciando que os debates sobre as políticas públicas com relação à música na educação básica vinham sendo expandidos⁶⁰.

Na minha época os eventos regionais e o nacional ainda aconteciam o que permitia um maior contato presencial entre os sócios, já que por ano a ABEM realizava seis eventos. Então faz as contas, 2002, 2003, 2004, 2005, seis vezes quatro, durante a minha gestão nós realizamos 24 eventos, nos quais eu sempre participei na organização como presidente. Como esses eventos eram organizados? A cada encontro perguntávamos: “Quem pode organizar o próximo evento?” E aí quando terminava um evento, já saíamos dali conversando com a equipe que iria administrar o próximo (SOUZA, E.N., 2019, p. 23).

⁵⁹ Em 2001, o livro com os Anais do Encontro Anual da ABEM, pela primeira vez, vem acompanhado de um *Compact Disc* (CD), contendo o resumo das comunicações e índice de autores.

⁶⁰ Bellochio (2003), Grossi (2003), Ribeiro (2003) e Santos (2003).

A construção de um campo de conhecimentos e a construção de pertencimento à ABEM como lugar de representatividade para a Educação Musical brasileira, levou seus membros a assumirem papéis e protagonismos para o fortalecimento da Associação. A participação coletiva na organização de ações da Associação impulsionou e potencializou a constituição de solidez e movimentos transformadores decorrentes de políticas e propulsores de outras ideias, à Instituição.

Nos Encontros Anuais aconteceu a ampliação e diversificação dos temas e focos de pesquisa com discussões acerca de enfoques e tendências pedagógicas para a educação musical brasileira. O XII Encontro Anual da ABEM (2003) trouxe como proposta o tema “Políticas públicas e ações sociais em Educação Musical”, o XIII Encontro (2004) abordou “A realidade nas escolas e a formação do professor de música: políticas públicas, soluções construídas e em construção” e o XIV Encontro discutiu a “Educação Musical e diversidade: espaços e ações profissionais”.

Esse movimento reflete também a ampliação do campo da Educação Musical e seus espaços de atuação, do aumento do número de associados e o fortalecimento da ABEM nos âmbitos da pesquisa⁶¹, da representação institucional frente aos órgãos governamentais, das proposições acerca das políticas públicas, da educação musical nos diversos níveis de ensino, especialmente na Educação Básica.

Avançamos também na parte de representatividade, de ter os coordenadores regionais da ABEM e, também, de termos representantes por estado. Essa representação estadual foi proposta no período final da gestão da professora Vanda, mas pudemos consolidar essa ideia que ainda é mantida. Existe um representante por estado e coordenadores regionais. Eu acho que na minha época avançamos no fortalecimento da coordenação regional, pois, naquela época, apareceram também as dificuldades da Associação de ser muito centralizada só no nacional. A gente precisava também pensar nos assuntos que fossem mais locais e nas dificuldades mais regionais (SOUZA, E.N., 2019, p. 12).

Para Oliveira (2012) a gestão de

[...] Jusamara Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), levou à frente o trabalho de apoio ao crescimento e consolidação das ações democráticas, tanto no âmbito acadêmico, como no político. O grande destaque é o trabalho editorial desenvolvido. Além disso, essa diretoria estimulou os encontros regionais, com a inovação de implantar o foco da ABEM na formação de professores de música. Os eventos ampliaram o leque

⁶¹ A exemplo da Revista da ABEM, que em 2004 “foi avaliada pela CAPES como periódico de circulação nacional – conceito A” (SOUZA, 2005). Também o aumento do número de associados foi destacado por Souza (2005, p. 15-16) que iniciou as ações de cadastro eletrônico e atualização dos sócios contribuintes e não contribuintes, registrando um aumento de um número de 774 associados (dos quais apenas 148 estavam em dia com a anuidade) para um total de 806 (tendo 216 regularmente adimplentes).

de opções de grupos de trabalho e de mesas de discussões e debates em várias especialidades dentro da subárea, além do que, o prestígio político da associação cresceu no âmbito dos Fóruns de Cultura do Ministério da Cultura, realizados em nível nacional, onde a educação musical passou a ter voz e acento político (OLIVEIRA, 2012, p. 21-22).

Em relatório do Grupo de Trabalho 2 do XIII Encontro Anual da Associação, Kleber e Álvares (2004) consideraram que a ABEM estava contribuindo de forma significativa para a fundamentação do “estatuto epistemológico” do campo da Educação Musical. O movimento pelas políticas públicas para o ensino de música passou a ter repercussões em outros setores da sociedade e, em outubro de 2004, a Ordem dos Músicos do Brasil do Rio de Janeiro⁶² realizou, em São Paulo, o “I Fórum Permanente de Música” (ALVARES, 2005). No mesmo ano, ocorreu o “Fórum de Mobilização Musical”, no qual a ABEM atuou intensamente:

No dia 20 de dezembro de 2004, o governo federal, através do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), sediou uma videoconferência entre dez estados que reuniu artistas, músicos, educadores, produtores, compositores e pessoas envolvidas com a música e a cultura em debates para a convergência de ideias na construção de uma grande política nacional voltada para a música brasileira, resultando na criação do Fórum de Mobilização Musical, onde o item “inclusão da música no currículo escolar” ocupa o primeiro lugar em prioridade de mobilização. Em 16 de janeiro aconteceu o I Encontro do Fórum Permanente de Música de Brasília, como parte do Curso Internacional de Brasília (ÁLVARES, 2005, p. 60).

Esse período foi marcado pela inserção da ABEM na luta por políticas públicas para a área de Música, no qual a Associação participou como membro da Câmara Setorial de Música do Ministério da Cultura. Ao mesmo tempo, Jusamara Souza (2019) destaca que vinha ocorrendo a ampliação da representatividade no cenário das políticas públicas educacionais:

Eu acho que essa questão da representatividade é uma questão que avançou bastante nesse período, pelos assentos, pelos diálogos que nós tivemos vamos dizer assim, entre aspas, pelas “influências” que a ABEM teve na participação de elaboração de documentos. Isso foi caminhando nas outras gestões até chegar, ainda na gestão da Magali que eu era vice-presidente, quando a ABEM participou da elaboração das Diretrizes para o Ensino de Música que saiu em 2013. Dessa Comissão participaram Magali Kleber, Luis Queiroz e eu, representando a ABEM e outras pessoas representantes das áreas da Educação e Música... Chegar nesse nível de participar da elaboração de um documento, como foi aquele, a organização das audiências públicas que antecederam também àquele documento, que não são da minha gestão, mas que eu participei... Isso é o ideal de uma associação, eu acho que a ABEM chegou no máximo onde poderíamos querer chegar, de estar realmente contribuindo para a elaboração de documentos (SOUZA, E.N., 2019, p. 18).

⁶² Ordem dos Músicos do Brasil do Rio de Janeiro: <http://ombrj.org.br/>.

No ano de 2005, durante o “XIV Encontro Anual da ABEM”, que ocorreu em Belo Horizonte, Sérgio Figueiredo foi eleito para a presidência da ABEM:

Bom, eu não faço parte da ABEM desde o seu início, mas eu acabei conhecendo a professora Vanda Freire, aqui em Florianópolis, numa banca que ela veio participar [...] Eu sabia que existia uma associação brasileira, mas não tinha me aproximado. Aí ela quem me falou algumas coisas, falou “ah, a gente precisa expandir a associação, então eu queria que você colaborasse aqui em Santa Catarina e tal”, e foi assim que eu comecei. Depois aí, na outra gestão dela, eu fui Diretor Regional Sul e assim acabei me envolvendo com as atividades da Associação. Chegou um determinado momento em que eu fui, vamos dizer, eu fui sugerido, “ah, você deveria ser presidente da ABEM, você poderia ser presidente da ABEM”, porque eu já participava de um movimento grande para Educação Musical aqui em Santa Catarina. Eu sou de São Paulo né, mas desde que eu vim para Santa Catarina, eu assumi muita coisa aqui em Florianópolis e batalhei por essas questões políticas. Então, existia todo um movimento em torno da Educação Musical em outros lugares do estado e aí, por tabela, em outros lugares do país. Eu acabei indo para um lugar, indo para outro, passei a participar ativamente dos encontros, participar dos debates e etc... e assim eu acabei sendo sugerido, “ah, você devia ser... você devia ser... você devia ser...”, e eu achei que podia ser presidente da ABEM. Então acabei concorrendo. Mas dentro da história da ABEM não tem concorrência, sempre foi uma chapa e essa chapa acabou sendo endossada pela assembleia. [...] Acabei então sendo eleito em 2005, depois de uma trajetória. Eu não consigo precisar quantos anos antes eu estive na ABEM, não me lembro exatamente, mas já fazia bastante tempo. Nesse meio do caminho eu já tinha saído para fazer doutorado, mas nesse tempo todo eu já tinha uma participação bastante ativa nas questões da ABEM. Então isso acabou me conduzindo para essa possibilidade e eu achei que eu tinha a aceitação de muita gente. Muita gente falava isso para mim, “você deveria ser presidente da ABEM”, e eu acabei então entendendo que eu podia fazer esse papel. Em 2005 então, eu fui eleito em Belo Horizonte, como presidente para primeira gestão e aí depois teve mais uma segunda gestão, o que também é quase uma tradição na ABEM, que todo mundo fique em duas gestões (FIGUEIREDO, E. N., 2020, p. 2).

No contexto das políticas públicas, ainda no ano de 2004 havia sido homologada na Câmara de Educação Superior/CNE a Resolução Nº 2 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Música, contando com a participação ativa de Alda Oliveira, Liane Hentschke e Magali Kleber, membros da ABEM, na reformulação dos currículos nacionais de graduação. Ainda,

Recentemente a ABEM foi também incluída como instituição consultora para indicação de representantes para diversas atividades do Ministério da Educação, mais especificamente através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Esta inclusão da ABEM no INEP representa, também, a credibilidade na Associação a partir de suas ações pontuais no âmbito da educação musical brasileira (FIGUEIREDO, 2006, p. 24).

A temática da formação específica e qualificada de educadores musicais sempre esteve na pauta das discussões da Associação:

A ABEM não atua diretamente na formação de profissionais da educação musical, mas tem contribuído para a formação de educadores musicais na medida em que nos encontros e nas publicações da Associação são desenvolvidos diversos debates referentes a esta questão. A formação de profissionais que atuam na área de ensino de música congrega uma diversidade de tópicos, que têm sido discutidos nas conferências, palestras, comunicações e pôsteres nos encontros da ABEM (FIGUEIREDO, 2006, p. 22).

Na ABEM, diversas discussões acerca da formação de professores, do papel das políticas públicas para a Música na Educação Básica, das ações sociais em Educação Musical e da incorporação das discussões sobre cultura nos currículos formativos ganharam destaque e foram pauta nos encontros nacionais e regionais anteriores.

Por exemplo, quais eram as discussões nessa época, para pensar no papel da ABEM. Então eu acho que já tinham sido incorporadas, de alguma forma, as discussões sobre currículo. Por exemplo, currículo e cultura, que era um tema que a Vanda gostava bastante de tratar, que era repensar mesmo esse currículo, sair da tradição do conservatório, entender a Educação Musical para além dessa prática da formação instrumental, para alguém tocar numa orquestra, essa coisa da música erudita. Então, essa discussão era uma discussão, vamos dizer, estabelecida. Acho que ela foi ganhando força ao longo do tempo, era uma discussão. Quer dizer, pensar numa Educação Musical plural, numa Educação Musical mais larga. Eu acho que já existia isso (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 3).

Especialmente nesse período, como continuidade dos movimentos que vinham acontecendo dentro da ABEM, a Associação também focaliza a Educação Básica. Sérgio Figueiredo (2020) argumenta que

A ABEM sempre teve congressos plurais, quer dizer, você sempre tinha gente de todos os tipos, você tinha muita gente do curso superior, muita gente da universidade e eu achava que isso era uma coisa que tinha que mudar um pouquinho... Eu tinha um pouco dessa ideia. Se a ABEM é a Associação Brasileira de Educação Musical, quando a gente olha lá, a gente tem muitos sócios relacionados com às universidades né, e a gente tem pouca participação na Educação Básica, por exemplo. Essa era uma preocupação que eu tinha, porque eu tinha participado desde 1998, com toda a instalação do ensino de música nas escolas de Florianópolis. Então eu vivi vários períodos desse processo e entendia que sim, era possível a gente fazer uma discussão, mas que passava por um convencimento de muita gente, dentro da própria universidade, dos estágios, de como a gente podia contribuir com isso etc. Então, para mim, a impressão que eu tinha era isso, que a ABEM estava sempre crescendo. Acho que na história da ABEM sempre tem essa trajetória de que ela começou pequena, ampliou, ampliou, ampliou e continua ampliando, porque cada vez tem mais gente entendendo o papel da Associação. Então, a minha ideia era um pouco assim, a ABEM está cumprindo um papel, ela já faz há alguma coisa, ela já tem publicação, ela faz os congressos ela junta pessoas e tal. Mas eu acho que tinha que ter um pouco mais de Educação Básica na história, tinha que ter mais participação de professores de música que não são necessariamente ligados com a universidade (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 3).

Naquela época, essa era a minha impressão, que a ABEM podia olhar um pouco mais para as questões da Educação Básica, acolhendo outros tipos de sócio, que não necessariamente aqueles que obrigatoriamente eram sócios porque estavam nas universidades (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 4).

Uma das questões apontadas, ainda era a da dificuldade em ampliar e manter um número de sócios participando da ABEM longitudinalmente. Havia a necessidade de instituir políticas que contribuíssem para a construção de uma consciência coletiva institucional de consolidação da Associação em todo o país, que colaborasse para a representatividade e o desenvolvimento da Educação Musical nas diversas regiões.

A ABEM solicita aos sócios uma contribuição financeira anual, cuja arrecadação se destina às despesas operacionais e publicações periódicas mantidas pela Associação. A cada ano, novos sócios integram a Associação, enquanto outros deixam de participar ativamente, o que ocasiona a perda de contato com diversos educadores musicais brasileiros. Esta situação também tem sido notada pelas diversas diretorias da ABEM em diferentes momentos, e uma das metas da Associação é, sem dúvida, ampliar este número de sócios que participem ativamente das ações propostas, contribuindo para a consolidação de uma educação musical significativa no contexto brasileiro (FIGUEIREDO, 2006, p. 13).

Com a focalização, nesse período, direcionada à Educação Básica, destaca-se a preocupação com

Aspectos curriculares dos cursos formadores de educadores musicais, questões didático-pedagógicas da educação musical, formação inicial e continuada de professores, campos de atuação do educador musical, são exemplos de tópicos presentes nos debates promovidos nos GTs em cada encontro da Associação, assim como, nas publicações da ABEM (FIGUEIREDO, 2006, p. 22).

Algumas discussões nesse sentido, que também foram pauta da ABEM em vários outros momentos, receberam maior atenção, também por conta do contexto social e histórico, que já contava com a homologação de documentos importantes voltados à Educação Básica, como a LDBEN (1996) e os PCNs (1997), e, também aqueles relativos à formação de professores, como as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música (2004).

Eu tinha uma lembrança de que a Alda e a Liane já tinham trabalhado, por exemplo, com relação aos currículos no Ministério da Educação... toda aquela história das licenciaturas polivalentes. Quer dizer, então a ABEM teve, de alguma maneira, uma aproximação com isso. Teve um pouco de discussão na gestão da Jusamara, que isso também está documentado, de alguns encontros com pessoas da área da cultura e vinha à tona essa discussão da educação musical escolar e etc. Então, quer dizer, já existiam muitas frentes abertas né. Então eu acho que era um pouco esse o cenário (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 4).

Oliveira (2007) também destacou a ABEM como conquista política relevante à Educação Musical, agregando profissionais de diferentes espaços e níveis de atuação e atuando junto às secretarias de educação para a contratação de professores especializados em música por meio de concursos públicos. Sérgio Figueiredo (2020) ressaltou que a intensificação e regionalização dos eventos da ABEM, vinha produzindo impactos em diversos contextos no país,

Eu lembro assim de coisas muito pontuais, lembro de quatro anos super atribulados, muitas viagens, participar de todos os eventos regionais. Naquela época os encontros nacionais ainda eram anuais, e aí tinha ainda os regionais, era tudo no mesmo ano. Se intensificou, cada vez mais, essa ideia de os regionais também ter todos os anos. Tinha encontro regional que acontecia uma vez, depois dali há quatro anos acontecia o outro, porque não tinha quem fizesse, não tinha quem produzisse. Então, eu me lembro desses eventos, que de alguma maneira, também contribuíram para essa ideia. Poxa, tem um impacto, a Associação presente... Teve uma mesa com alguém da Secretaria Estadual de Educação... Então, essas coisas vão compondo esse grande quebra-cabeças que a gente foi montando como ABEM ao longo do tempo (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 28).

Igualmente acerca desse período, Oliveira (2007) trouxe reflexões sobre as ações de formação musical no Brasil e suas relações com a cultura. Também as discussões promovidas pela Associação no que se refere aos currículos de graduação, a aceitação e reconhecimento da entidade pela sociedade e a reciprocidade estabelecida pela ABEM com entidades como a ANPPOM e a ISME.

Em 2006, no Fórum I do XV Encontro Anual da ABEM, de João Pessoa-PB, foi debatido o tema “Os 15 (quinze) anos da ABEM: conquistas, lutas e perspectivas”. O artigo de Figueiredo (2007) apresentou as principais ações da gestão 2005-2007, as quais tratam da diretoria central, diretorias regionais e conselho editorial da ABEM. Como narra acerca desse período,

Como eu dei continuidade àquilo que já vinha vindo, eu acho que isso já é uma contribuição para a organização, porque eu não senti nenhuma necessidade de mudança radical e nenhum presidente fez nenhuma mudança radical. O que aconteceu na minha gestão? Eu já herdei uma situação de início do processo de profissionalização da administração. Eu acho que a minha gestão contribuiu, de alguma maneira, com algum outro pedaço desse processo, que depois foi dado continuidade no próximo processo, na próxima gestão e assim por diante (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 23).

O relatório de Figueiredo (2007) destacou a consolidação da ABEM como associação em seus 15 anos de existência, reconhecida perante órgãos governamentais e a consolidação dos Fóruns de discussão temática, além da contribuição da Associação para a pós-graduação em Música no Brasil. Ainda,

apontou a necessidade de encontrar alternativas financeiras para a continuidade das ações da associação, estabelecendo novas proposições frente a essas questões.

Então, acho que era isso, dar continuidade ao que já existia e, não me lembro se eu já mencionava alguma coisa nesse sentido, de ampliar o número de sócios. Eu acho que sim, porque a questão financeira da ABEM era absolutamente necessária. Quer dizer, a gente precisa de dinheiro para dar continuidade ao que a gente faz. A CAPES e o CNPq davam algum dinheiro, às vezes sim, às vezes mais, às vezes menos, às vezes não davam... e pras publicações ficava naquela catação de dinheiro das universidades. Às vezes alguém conseguia do seu projeto ajudar numa determinada produção ou da realização de um evento... Então, dar continuidade e talvez investir um pouco mais nessa história de mais sócios que ajudariam a fortalecer a Associação. Do ponto de vista financeiro, a gente ainda era bastante doméstico, tudo era feito domesticamente, a gente prestava contas... a Jusamara começou isso na gestão anterior, contratando um contador profissional, que então cuidou das contas da ABEM na gestão dela. Então, tinha essa vontade assim, de continuar profissionalizando a Associação, que precisa de dinheiro. Precisa pagar um contador. Todo mês tem que ter uma entrada de dinheiro. Para você manter as revistas com qualidade, você tem que ter. Não é só a impressão gráfica, mas tem que ter revisor, tem que ter um editor, tem que ter todo um processo que exige dinheiro. Mas eu acho que isso já estava bem claro, que era necessário que a gente crescesse, que a gente desse uma ampliada nesse quadro de sócios (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 6).

Os processos de ampliação e de profissionalização da Instituição acarretaram por instituir demandas para a regularização quanto aos aspectos legais da Associação. Nessa perspectiva, é preciso considerar que a ABEM, enquanto instituição, foi criada como maneira de responder às necessidades da Educação Musical, na qual os sentidos construídos pela sociedade que constitui a Associação, também respondem aos diferentes contextos históricos, políticos e sociais que se apresentam ao longo do tempo para a sua manutenção. Este processo remonta a Castoriadis (1982) ao destacar que

[...] uma sociedade só pode existir se uma série de funções são constantemente preenchidas (produção, gestão e educação, gestão da coletividade, resolução dos litígios, etc.), mas ela não se reduz só a isso, nem suas maneiras de encarar seus problemas são ditadas uma vez por todas por sua “natureza”; ela inventa e define para si mesma tanto novas maneiras de responder às suas necessidades, como novas necessidades (CASTORIADIS, 1982, p. 141).

Enquanto sociedade instituída em um plano de significações coletivas, com força e representatividade institucional, na ABEM vinha, e sempre está sendo, construído um processo instituinte em direção a profissionalização, produzindo maneiras de se relacionar com as necessidades demandadas socialmente, seja em decorrências de políticas públicas ou de movimentos necessários da própria Educação Musical. Sérgio Figueiredo (2020) sinaliza a preocupação de que

[...] tinha também a outra coisa, que até hoje não está resolvida que é a questão burocrática de uma associação com essa característica. A questão legal, o registro de ata em cartório onde está a Associação, aí tem o estatuto que foi sendo modificado em alguns pontos para agilizar um pouco esse processo e, até hoje, ele continua assim... Se não está resolvido, não tem como ter acesso a conta bancária, então mesmo que tenha dinheiro lá, você não pode usar. Então, desde o meu tempo já tinha alguns limites desses (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 7).

Claro que teve outras coisas menores, a gente refez todo o cadastro. O José Nunes Fernandes, que foi secretário, ele foi assim muito cuidadoso com essa coisa do cadastro, atualizou, foi pegar material que estava lá na gestão da Vanda, na gestão da Jusamara, um monte de papel com ata, juntou tudo isso... Então, a gente começou a mudança legal lá junto com o cartório da Bahia. Para todos os efeitos, a professora Alda Oliveira era ainda a presidente da ABEM. Cada presidente ainda tem muito trabalho com esse processo, porque é um processo burocrático mesmo e ninguém entende direito. Cada estado tem a sua legislação sobre esses registros, então o cartório daqui não reconhece o que o outro fez, você tem que ir lá naquele cartório para fazer... Então, isso na segunda gestão a gente começou fazer, mas não deu para encerrar. A Alda foi na Receita Federal fazer uma determinada coisa que precisava para poder tirar o nome dela. Sem isso eu não podia mexer aqui. Então, eu acho que foram pequenas outras coisas, mas foram grandes, porque a Associação continuava numa caseirice. A Jusamara que começou essa história de profissionalizar a Associação com um contador, mas a gente tinha uma movimentação financeira tão minguada que isso só não resolveu (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 15).

Juntamente com as ações que buscavam aperfeiçoar e profissionalizar ainda mais a ABEM, iniciavam-se processos de diálogos e articulações com outros segmentos da sociedade. Um dos focos principais visava contribuir na proposição e elaboração de políticas públicas educacionais para a educação musical.

Em diversos momentos a ABEM tem se manifestado como associação que representa a área de educação musical no Brasil. Documentos têm sido encaminhados pela ABEM para órgãos públicos como secretarias de educação de estados e municípios brasileiros. Tais documentos apresentam a posição da ABEM como associação que deseja que a educação musical esteja presente nas escolas brasileiras, e que os educadores musicais cada vez mais ocupem seus espaços nos diversos níveis educacionais (FIGUEIREDO, 2006, p. 23-24).

Um dos pontos destacados no relatório de Figueiredo (2007) se refere às ações da ABEM junto à Frente Parlamentar Pró-Música, que no ano de 2008 levaria a aprovação da Lei 11.769/2008.

Claro, o grande foco da segunda gestão foi a Lei 11.769, porque já começou em 2005... em 2005, praticamente não conta, porque outubro e novembro... então, na verdade em 2006, começaram os primeiros encontros sobre a mudança na lei a respeito do movimento político sobre a música de um modo geral. Aí em 2007, ela ganhou essa dimensão do ensino de música na escola. Então, é fundamental para que a gente possa resolver vários outros problemas da cadeia produtiva da música. Então, aí o grande foco acabou sendo a questão política. Todos os eventos passaram a discutir isso, antes

de 2008, para poder contar o que vinha acontecendo, trazer gente contando como era a realidade nos seus lugares (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 13).

Este processo foi descrito e analisado na dissertação de Radicetti Pereira (2010), que discorreu sobre as articulações entre ABEM com um grupo constituído por parlamentares que apoiaram o ensino de música nas escolas e o Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música–GAP. O principal objetivo do Grupo de Trabalho, formado por músicos membros do GAP e por professores vinculados a ABEM, foi apontado por Figueiredo (2010, s/p), visando o “aprimoramento da legislação vigente para a educação musical”, que levou a sanção da Lei nº. 11.769/08. Magali Kleber (2020) relata,

Um momento em que nós tivemos a questão da Lei 11.769. O processo começou com o Grupo de Articulação Parlamentar GAP, eles tinham esse grupo que estava fazendo esse seminário na Câmara dos Deputados com a presença de Ivan Lins, Felipe Radicetti, vários artistas conhecidos... aí eles estavam tratando de direitos autorais, estavam tratando de pautas que a FUNARTE já tinha feito nas câmaras. A ABEM foi convidada para participar nas Câmaras Setoriais, as quais a FUNARTE promoveu. O GAP, que é esse grupo, tinha força política para propor uma coisa dessa natureza, a volta da música na escola. Eles compraram esse slogan “Eu quero música na escola”, o Felipe fez o site e começamos um movimento a partir deste grupo, e a ABEM entrou também. Mas quem encabeçou foi o GAP, porque eles tinham essa inserção no senado e tudo mais, artistas... isso anteriormente a minha gestão, eu participei de tudo isso... Aí eu e o Felipe fomos trocando muitos informes. O Felipe foi o condutor político desse processo, porque ele era uma pessoa neutra. Então, mesmo nós acadêmicos, a gente ia discutindo aqui, mas não tinha competição. Então o Felipe soube conduzir isso muito bem. No começo ninguém acreditou muito, ficou meio assim, mas eu falei “vamos fazer, vamos fazer porque a gente tem que ficar em pauta, a gente tem que ser notícia”. No fim, foi isso mesmo que aconteceu. Teve muita discussão se a gente ia conseguir, se tinha professores, se não tinha... Aí nós pensamos “bom, se a gente não começar por algum caminho, nunca vai ter professor, então se não tem professor agora, a gente vai ter que achar uma solução para ter professores suficientes” (KLEBER, E.N., 2020, p. 13-14).

Ao mesmo tempo que vinham ocorrendo movimentos em prol da implementação da música na escola, também ocorria o gradual aumento do número de membros da ABEM. No ano de 2007 ocorreu, em Campo Grande–MS, o “XVI Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) e o Congresso Regional da ISME na América Latina”, de 8 a 11 de outubro, com o tema “Educação Musical na América Latina: concepções, funções e ações”.

O evento de Campo Grande deu uma levantada e mais todo o movimento em torno da Lei, que trouxe um monte de gente nova para os eventos. Então isso aumentou significativamente o pagamento de anuidades, novos sócios e etc., então isso foi um alívio. Já não tinha mais problema para pagar as revistas, não tinha mais problema para completar às vezes um pagamento de algum evento. Eu estou falando do Manoel, especificamente, mas todo mundo foi muito importante. Em João Pessoa, no evento de 2006, a Universidade

Federal da Paraíba pagou tudo. Lá não sobrou dinheiro, mas a ABEM não tinha que se preocupar com nada, o que foi um alívio, porque a ABEM não tinha dinheiro para pagar as pessoas. A ABEM entrava lá como proponente para CAPES e para o CNPq para conseguir algum dinheiro. Acho que da CAPES a gente conseguiu e do CNPq não, eu não me lembro mais. Então João Pessoa foi um evento super importante. Campo Grande foi o que deu todo esse fôlego e, depois foi São Paulo, que também foi alguma coisa assim, não sobrou muito dinheiro, mas deu para administrar muito bem. Na UNESP as coisas funcionaram muito bem. Aí em 2009 foi em Londrina e já tinha uma estrutura. Teve um momento bom da CAPES financeiramente, que não falhou. Eles pagavam sempre atrasado, mas não falhava. Mas enfim, eu acho que essas coisas foram sanadas e, outra vez vou repetir, é essa história do conjunto (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 15).

Com a aprovação da Lei 11.769/2008, além da manutenção das principais ações que a ABEM já desenvolvia anteriormente, o foco da Associação na Educação Básica intensificou-se. No ano de 2009 a ABEM passou a fomentar relações entre suas publicações e a Educação Básica, criando a Revista Música na Educação Básica.

Eu pensei na Educação Básica, isso sim, para mim sempre foi uma coisa grande. Eu ouvia isso, porque estava com professores e o tempo todo eu ouvia essa reclamação, que a ABEM não era para todo mundo, que a Revista da ABEM não é para todo mundo e isso me incomodava. Eu acho que se a gente tem uma Associação Brasileira de Educação Musical, todos os educadores musicais teriam que se sentir acolhidos nela. Mas não sei se isso ficou como legado. Acho que fica porque a revista MEB é legal, todo mundo gosta dela e fica por aí... (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 24).

Assim, com projeto e editoria de Luciane Wilke Freitas Garbosa, membro do Conselho Editorial da ABEM, lançou-se a revista “Música na Educação Básica – MEB”⁶³, com o propósito de

[...] oferecer um material bibliográfico acessível para aqueles que atuam na educação básica, incluindo professores especialistas em música e pedagogos. A publicação também é dirigida para estudantes, futuros professores, que encontrarão reflexões e sugestões de trabalhos práticos que irão ampliar sua formação e possibilidades de ação em educação musical, atingindo um público leitor da máxima relevância para a área (GARBOSA, 2009, p. 10).

A produção da Revista MEB abriu um novo espaço coletivo para se pensar a música nos currículos escolares e a educação musical no intercâmbio das reflexões entre professores, pesquisadores e estudantes.

⁶³ A Revista Música na Educação Básica possui periodicidade anual, tendo publicado dez (10) volumes até o momento, com a última publicação no ano de 2020, v. 10 nº. 12. Cabe destacar que a denominação “MEB” foi oficializada apenas na revista de 2017, v. 8, nº. 9, tendo Viviane Beineke como editora. Ainda em 2017, a Revista MEB passou a ser publicada eletronicamente, pois anteriormente, era disponibilizada *on-line*, reproduzindo a versão impressa. Disponível em http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas_meb/index.php/meb/issue/current.

Como eu falei antes, também já existia essa discussão anteriormente na ABEM, de que os educadores musicais estão em muitas frentes diferentes. Essa aproximação aconteceu via MEB, como depois isso foi acentuado com a mudança do pagamento das taxas dos eventos, para as pessoas pelo menos se sentirem mais possibilitadas de participar. Então, acho que essa aproximação com a Educação Básica, de uma forma específica via Revista (MEB) e a questão política, acho que foram duas marcas que eu não me esqueço (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 15).

Para Garbosa (2009, p. 10) “podemos afirmar que esses trabalhos apontam para formas de pensar a educação musical na educação básica a partir de vários lugares, tempos, espaços, experiências docentes e níveis de escolarização”. Nesse sentido, Oliveira (2012) ressalta a perspectiva de continuidade das ações da Associação com relação à Educação Básica, especialmente à produção de materiais didáticos voltados aos professores das redes de ensino do país.

A ampliação do número de sócios da ABEM e o contexto da captação de recursos através das agências de fomento contribuiu para a manutenção das ações que já vinham sendo desenvolvidas e a proposição e ampliação de outras.

Quando eu entrei, a gente tinha um site, ainda muito precário, mas eu não pude dar continuidade no site, porque eu não tinha dinheiro para pagar a pessoa, aí fiz um outro site, mas uma coisa caseira demais, que era difícil de alimentar, ficava desatualizado era mal formulado, porque não tinha dinheiro (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 7).

Então, nos dois primeiros anos isso foi um pouco frustrante, porque não tinha dinheiro para colocar nada em prática, a não ser administrar, da melhor forma possível, aquilo que estava em andamento. A Revista não podia perder a sua continuidade. Então, quando melhorou a situação econômica da ABEM, então a gente conseguiu dar outros passos. A gente pôde ter um site, ainda não era o site ideal, porque a gente nem sabia como que fazia isso. A gente conseguiu promover então uma nova publicação, que foi a MEB (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 13).

A partir da captação de recursos que viabilizaram a manutenção de várias frentes adotadas pela ABEM, foi sendo possível a gradual ampliação de suas ações ao longo dos anos, integrando, mobilizando e representando os educadores musicais nas dimensões políticas, científicas e acadêmicas. Processos instituintes tornavam-se instituídos, a partir das diversas propostas e ações desenvolvidas pela Associação. A utilização gradativa da tecnologia, o uso do e-mail e do *Compact Disc* – CD, dentre outras ferramentas, também possibilitaram o desenvolvimento progressivo de outras formas de comunicação e ação dentro na ABEM, contribuindo para debater sob um cenário nacional a educação musical brasileira em perspectivas cada vez mais ampliadas e diversificadas. Sérgio Figueiredo (2020) narra:

Mas terminei minha gestão muito satisfeito, principalmente com a questão financeira. Eu achava assim, puxa vida, o próximo presidente começa e pode ter planos. Quer dizer, nada estaria comprometido... a continuação da Revista da ABEM, a continuação da MEB, que tinha sido recém criada. Então, tudo isso estava, de uma certa maneira, garantido porque tinha o dinheiro. A parte legal da Associação também tinha avançado de alguma maneira. Então acho que essas coisas foram extremamente positivas (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 17).

Na trajetória da ABEM, o desenvolvimento e consolidação das produções científicas, os debates sobre a formação profissional, a inserção nas políticas públicas para o ensino de música no país, começavam a produzir impactos sociais, contribuindo para potencialização de dimensões cada vez mais significativas da música na sociedade.

No “XVIII Congresso Nacional da ABEM” (2009), que teve como tema central “O ensino de música na escola: compromissos e responsabilidades” foram discutidas possibilidades de agendas, ações e propostas da Associação para a educação musical na Educação Básica. Nesse congresso, Magali Kleber foi eleita para a presidência da ABEM, tendo sua primeira gestão marcada pela atuação intensa na articulação da Associação com diversos órgãos do poder público.

Quando ingressei no doutorado em 2006, aí eu falei “eu vou me preparar para ser presidente da ABEM”. Eu me preparei, eu quis ser presidente, ninguém me pediu, eu quis, eu anunciei. Em 2006 o Sérgio foi presidente, ele já era doutor, terminou o doutorado antes de mim, então eu nem concorri com ele. Ele foi ótimo, uma excelente gestão. Aí quando ele terminou os dois mandatos dele, porque normalmente a gente fazia dois mandatos, eu organizei o Encontro em 2009 aqui em Londrina, e aqui e já anunciei que eu ia propor a minha candidatura. Aí, eu fiquei um ano estudando a situação da ABEM, já tinha bastante experiência com gestão de entidades como a ABEM, pois eu tinha sido já presidente da Associação de Amigos do Festival de Londrina e sabia de todas as responsabilidades institucionais e jurídicas que se assume quando é presidente de uma entidade, você assume com o seu CPF a total responsabilidade da entidade juridicamente, contabilmente, financeiramente, tudo. Então naturalmente, eu sabia disso, e havia poucas pendências da ABEM no sentido de resolver questões de cartório sobre a fundação da entidade e que todos os ex-presidentes trabalharam no sentido de alinhar. Você tem que saber em que pé que está a entidade. Então o Sérgio foi muito bacana, me passou todas as informações, algumas coisas eu fui levantando mediante cadastro e eu pude adiantar eu o fiz, juntamente com o Sérgio. Então eu entrei, nesse sentido, bastante consciente de trazer a minha experiência de gestão também para ABEM. Eu tinha no meu projeto de gestão para ABEM: consolidar as parcerias interinstitucionais. Fortalecer a entidade no âmbito do MEC, CNE e também no diálogo com as universidades e com o contexto informal da educação musical (KLEBER, E.N., 2020, p. 11).

Como uma das ações potencializadas a partir dos debates desse Congresso, ocorreu por solicitação da ABEM, uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 23 de março de 2010. Com o intuito de discutir políticas de

implantação da Lei Federal nº 11.769/08, se reuniram representantes da ABEM, professores de Instituições de Ensino Superior, gestores das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, das Secretarias de Cultura, estudantes e profissionais ligados à música.

Dentre os principais encaminhamentos decorrentes da Audiência Pública para a discussão das políticas de implementação da música na Educação Básica foram destacadas: a criação de um grupo técnico de trabalho para pensar políticas públicas para a Educação Musical; a importância de formar professores de música e desenvolver estratégias e ações normativas para o ensino de música nas escolas; a urgência da criação de cargos de professor de música, amparados na realização de concursos públicos; a relevância da realização de levantamentos e pesquisas sobre as necessidades dos municípios; a importância de instaurar uma agenda de parcerias entre as Secretarias Municipais e Estaduais para pensar formas de implementação da Lei (SOUZA, 2011).

A luta por processos de implementação da música na Educação Básica também chamou atenção para a diversidade de segmentos e para necessidades de incorporação de diferentes realidades e atores sociais. Como continuidade das gestões anteriores, a ABEM buscou ampliar a participação de seus membros e reestruturar os Grupos de Trabalho dentro dos seus encontros:

Se você traz o graduando, ele vai fazer o mestrado, vai fazer o doutorado e vai continuar vindo. Outra coisa, quando o graduando vem, ele vê lá o mestrando, vê o doutorando apresentando trabalho. É onde ele tem perspectiva. Então isso também foi uma meta, ampliar esse corpo de participantes, valorizar o campo informal, que eram os conservatórios, que sempre estavam pedindo, isso a gente também buscou. Aí fizemos um GT, desde 2009 nós reestruturamos todos os GTs, porque foi aqui em Londrina, a equipe toda que estava na organização do evento em 2009 reestruturou, e contemplamos essa diversidade de categorias e de atores sociais. Então, se você olha lá na ISME, você tem vários lugares para você apresentar seu trabalho. Você vai lá onde você se identificar e se inscreve. Então, eu acho que a ABEM hoje tem essa coisa bem estruturada, aberta inclusive para outros GTs... como foi o nosso esse ano [2018], nós propusemos um GT de música e cidadania por causa da Bienal, foi aceito, e a gente apresentou ano passado lá com a Maya, a Flávia Cruvinel, a Adriana Rodrigues do Conservatório e do FLADEM e eu. Bom, então, a partir de 2009, foi pensado também em se ampliar e agregar consistentemente essa diversidade de categorias. Nós implementamos e eu acho que a gente conseguiu muito, porque hoje a gente tem todas as categorias participando e com uma qualidade que as vezes me surpreende. É difícil você ver um trabalho mal apresentado e tal, as pessoas vão com seriedade, mostram um referencial teórico, se colocam na posição de ouvinte, de escutar sugestões e etc.... então isso é um motivo de orgulho, tanto para nós que trabalhamos nessas gestões todas continuadas, quanto para quem participa. Então eu acho que isso não acontece por acaso. Foi realmente uma visão que já privilegiou, desde a primeira gestão, toda a categoria de educador musical e isso foi se

consolidando. A partir do momento em que a gente percebia que precisava estimular uma categoria, a gente ia fazendo isso e sempre de uma forma agregada (KLEBER, E.N., 2020, p. 16).

A Lei 11.769/08 consolidou a representação do desejo de que a música estivesse presente na Educação Básica. Com o tema “Políticas Públicas em Educação Musical: dimensões culturais, educacionais e formativas”, foi realizado no ano de 2010, em Goiânia-GO, o “XIX Congresso Anual da Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM”. As reflexões focalizaram os campos de atuação e as múltiplas realidades do ensino de música em diversas regiões brasileiras, as dimensões formativas do educador musical e seus papéis na sociedade, enfatizando a Educação Musical como campo de conhecimento essencial para a formação humana na sociedade. Cabe destacar sobre os Encontros Anuais da ABEM que, “seguiram-se encontros anuais em diversas cidades brasileiras até 2011, quando se tornaram bienais. Em 2009, houve a mudança da nomenclatura Encontro Anual da ABEM para Congresso Anual da ABEM” (AQUINO, 2016, p. 78) e no ano de 2011, ocorreu o “XX Congresso Anual da ABEM”, em Vitória – ES, com o tema “A Educação Musical no Brasil do Século XXI”.

Foi na gestão da Magali, que veio essa ideia dos eventos serem alternados. Até 2011, a ABEM realizava o evento anual e os regionais no mesmo ano. A partir de 2011 é que veio a ideia de fazermos o evento nacional nos anos ímpares e os regionais nos anos pares. A decisão de fazer o evento nacional nos anos ímpares, justificava-se pelo fato de a ISME fazer os seus encontros internacionais, nos anos pares. Dessa forma o Congresso da ISME não coincide com os nossos eventos nacionais. Por exemplo, nesse ano [2019] a gente tem a ABEM, a ISME realizar-se-á no próximo ano, em 2020 (SOUZA, E.N., 2019, p. 10-11).

A ideia de alternância entre Congressos Anuais e Encontros Regionais decorreu da necessidade de organização temporal para o fortalecimento das pesquisas que são apresentadas nesses eventos, considerando-se a longitudinalidade das produções científicas. Dessa forma, em um ano são focalizadas as produções regionais e, no outro, as discussões macro do campo da Educação Musical, contribuindo para a qualificação das pesquisas.

A perspectiva de implementação do ensino de música na Educação Básica demandava a organização, articulação e diálogo com diversas instituições, associações, instâncias acadêmicas, governamentais, educacionais e culturais, além da construção de representatividade política em outras instâncias. “Eu tinha no meu projeto de gestão para ABEM: consolidar as parcerias interinstitucionais. Fortalecer a

entidade no âmbito do MEC, CNE e também no diálogo com as universidades e com o contexto informal da educação musical” (KLEBER, E.N., 2020, p. 12). As ações da ABEM, nesse período, foram marcadas pelo diálogo interinstitucional, pela ocupação de lugares de representatividade política e pela necessidade de elucidar o papel do professor de música dentro dos currículos da Educação Básica. Magali Kleber (2020) considera,

Eu acho que a ABEM já nasceu forte, justamente por causa dessa gana que a gente tinha de, logicamente, fortalecer a área de conhecimento e nós tínhamos também sempre o objetivo de ter música na escola. Ter música na escola era uma coisa pontual para nós e alinhada com o pensamento de todos. Foi sempre um desejo muito grande. Tanto que assim, na minha gestão, foi quando nós conduzimos o processo da Lei 11.769, que foi uma vitória. As pessoas podem falar assim “ah, não teve música, não conseguimos”, mas muita coisa mudou a partir dessa lei. Nós conseguimos visibilidade e hoje a gente já percebe aí as áreas reconhecendo a importância da Música na formação do indivíduo, porque essa é a nossa bandeira: a Música na formação do ser humano. Isso é muito amplo e muito profundo (KLEBER, E.N., 2020, p. 5).

O tema da música nas escolas de Educação Básica tomou a tônica central das discussões, nas quais os principais movimentos realizados denotam ações da ABEM junto ao MEC, ao Conselho Nacional de Educação, às secretarias estaduais de educação e suas repercussões. Nesse sentido, “a ABEM vem participando dos movimentos em torno dessa temática em cooperação com outras associações, instituições e redes sociais” (SOUZA, 2011, p. 153). Nos encontros e produções da Associação, cada vez mais, vieram sendo destacadas a proposição de estratégias e de investimentos em programas de formação de professores, a articulação de parcerias público/privadas, Secretarias e órgãos governamentais.

Souza (2011) considerou que,

Como uma entidade que representa os professores de música, a ABEM tem como tarefa discutir e promover articulações para que sua participação no campo das políticas públicas se opere através do diálogo e ocupação dos espaços democráticos. Assim, a ABEM deve ser capaz de captar os movimentos, as processualidades na produção de uma área que ora se constrói (SOUZA, 2011, p. 153).

Como principais necessidades, foram apontadas as dificuldades e inconsistências da legislação, a promoção da ampliação do diálogo com a sociedade em espaços públicos para as discussões sobre políticas públicas para a educação e o ensino de música nas escolas, as discussões sobre experiências curriculares e não curriculares e a ampliação da produção e circulação de materiais didáticos para a

educação musical no âmbito das escolas de Educação Básica. Nesse momento, os “encontros virtuais e presenciais desempenham, nessa fase da implantação da Lei 11.769/2008, um papel fundamental” (SOUZA, 2011, p. 154). Magali Kleber (2020) relata:

Aí a Lei foi promulgada na minha gestão. Aí nós tivemos uma parceria com o Conselho Nacional de Educação, porque eu comecei também a fazer duas coisas. Eu escrevia toda semana para o Conselho Nacional de Educação. Mandava e-mail, quando eu era presidente da ABEM, porque antes eu não podia falar pela presidência. Aí eu era representante e eu falava “olha, eu gostaria muito de participar de uma sessão para colocar esse assunto da música na escola”, até que um dia eles me chamaram para uma sessão. Eu tive voz, falei, coloquei a questão e conheci a Malvina Tuttmann, que era da Câmara de Educação Básica. Então nós ficamos muito próximas e ela muito alinhada com a causa. Foi ela quem nos ajudou. Inclusive ela veio para Londrina num fórum que a gente teve. Ela veio em 2015, e a gente discutiu como a gente poderia implementar essa Lei. A Lei foi promulgada em 2011, mas o documento, o parecer que dá as diretrizes, foi bem posterior, em 2016, quando o Temer assinou. Foi quando na verdade se tornou obrigatório, porque enquanto não tivesse o parecer do CNE aprovando... Aí eu já não era mais presidente, mas era o Luis. O Luis, ele foi uma continuação de tudo isso que a gente começou em 2009. Quer dizer, já vinha com a Jusamara, mas a efervescência foi justamente na minha gestão e depois na gestão do Luis. Então a Malvina foi uma grande parceira e esteve presente também na ISME de 2014, foi uma convidada... sempre nos ajudando muito no sentido assim, de dar as diretrizes políticas, os caminhos políticos. Então, a minha gestão teve essa característica, de eu me preparar e de eu querer ser presidente, eu quis ser presidente, eu me preparei para ser presidente, eu disponibilizei o meu tempo para atuar como presidente (KLEBER, E.N., 2020, p. 13-14).

Em dezembro de 2012 foi promovido, no Rio de Janeiro, o “Simpósio Sobre Ensino de Música na Educação Básica”, com o intuito de subsidiar os trabalhos da comissão, instituída pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que desenvolveu estudos sobre o ensino de música nos currículos da Educação Básica⁶⁴. Esse simpósio contou com a participação de associações, entidades, professores e pesquisadores, sendo definida a realização de Audiências públicas para debater o ensino de música nos currículos da Educação Básica, que viriam a ocorrer no ano de 2013.

Nesse período, Magali Kleber (2020) destaca o processo de continuidade das ações de consolidação e profissionalização da ABEM:

Então, na minha gestão eu me preparei para que a ABEM se consolidasse... em termos de tudo o que tivesse que ser feito do ponto de vista institucional, jurídico, contábil, político. Eu sabia que eu estava assumindo. Contratei uma contadora que me ajudou muito, pela competência e comprometimento pois

⁶⁴ “Simpósio Sobre Ensino de Música na Educação Básica: Elementos para a Regulamentação”. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12128-simpósio-nsino-musica-programacao-pdf&Itemid=30192.

foi uma parceira da ABEM, a Gislaine. E contratei uma webdesinger, a Solange Lorenzo – que já trabalhava comigo no Festival de Música - que está nessa função até hoje. Ambas foram determinantes para o sucesso da minha gestão, pois eram dois pontos que necessitavam ser atualizados, de acordo com o diagnóstico que eu fiz anteriormente à minha posse, eram prioridades (KLEBER, E.N., 2020, p. 13).

O aprimoramento da plataforma digital contribuiu na difusão e organização de informações, na dinamização de ações, de processos de tomada de decisão coletivos, na divulgação científica, materializado através de “um site sustentável que abrigasse tudo o que precisávamos em termos de organização dos eventos, comunicação com os associados e a plataforma editorial” (KLEBER, E.N., 2020, p. 26).

Então foram coisas que precisavam ser feitas, que era ter um site que funcionasse, que pudesse agregar as informações, que pudesse agregar os Encontros Regionais. Porque antigamente cada encontro tinha um site. Hoje não! Nós conseguimos fazer um site da ABEM, onde tudo está dentro do nosso site. Isso foi uma grande conquista e, logicamente, começou na minha gestão e na gestão do Luís Ricardo isso se consolidou. Foi uma das minhas metas da primeira e segunda gestão e que foi, aos pouquinhos sendo implementada, porque precisava de recurso e também foi uma coisa realizada, que foi customizada, foi para nós, para nossa dinâmica. Então se hoje a gente entrar lá e você precisar de um certificado de 2012, você clica lá e ele sai. Veja bem, é uma coisa que não é simples, precisa ter um projeto. Então a gente fez o projeto, eu tive essa grande ajuda da minha amiga, da minha web designer e hoje a gente tem um site que roda muito bem (KLEBER, E.N., 2020, p. 25).

O aniversário de 20 anos da ABEM⁶⁵ foi um momento de importantes reflexões sobre a trajetória da Associação. Kleber (2012), em Painel Temático que congregou a ABEM, FAEB, FLADEM e ISME, destacou o estabelecimento de redes interinstitucionais comprometidas com a educação musical e com o reconhecimento do compromisso social para com a problematização do acesso aos bens culturais como produções significativas de conhecimento.

A ABEM vem sendo reconhecida por sua atuação política e acadêmica, mediante sua inserção na condução de encaminhamentos e atividades educacionais e científicas ligadas ao ensino e aprendizagem de música em instituições públicas e privadas do país, contemplando escolas de ensino especializado da área, escolas da Educação Básica e instituições de ensino superior. Trata-se de promover uma relação política enredando os educadores musicais dos mais diversos contextos com as instâncias institucionais que deliberam sobre as políticas públicas, além de se envolver com a produção de conhecimentos musicais nos contextos informais (KLEBER, 2012, p. 32).

⁶⁵ No ano de 2012 a ABEM publicou uma edição comemorativa da *Revista da ABEM*, em homenagem aos seus 20 anos de existência.

Oliveira (2012) apresentou uma retrospectiva sobre a história da ABEM, discorrendo sobre o período inicial de sua constituição, elencando conquistas e perspectivas futuras para a Educação Musical. Dentre os principais destaques estão o reconhecimento e respeito à Associação frente aos órgãos governamentais e a diversas instituições por todo o país, também internacionalmente pela representatividade latino-americana na ISME, a potencialização de diversas ações direcionadas à Educação Básica, a inovação de temas nos encontros nacionais e regionais, a contribuição das publicações científicas para o desenvolvimento sistemático do conhecimento sobre o ensino de música, formação pedagógica, extensão artística e cultural e para a pesquisa em Educação Musical.

Essas três últimas diretorias dedicaram-se especialmente à articulação política com todos os níveis e tipos de organizações públicas e privadas da sociedade brasileira, visando elaborar planos, realizar, manter, avaliar e aprimorar os planejamentos e realizações relacionados à educação em música, inclusive da educação de professores à distância (OLIVEIRA, 2012, p. 22).

A continuidade de perspectivas de organização, discussão e desenvolvimento de ações que foram sendo instituídas ao longo da história da ABEM, favoreceram o diálogo com as políticas educacionais, a difusão do conhecimento científico e a representatividade da Associação para a potencialização e o fortalecimento da Educação Musical nas mais diversas realidades educacionais e culturais.

Após um período de cinco anos da publicação da Lei 11.769/08, outros paradigmas de mobilização e debate tornaram-se necessários. Por meio da atuação e solicitação da ABEM, em 2013 o Conselho Nacional de Educação – CNE, no âmbito da Câmara de Educação Básica (CEB), em parceria com a Associação promoveu quatro (4) audiências públicas para debater o ensino de música nos currículos da Educação Básica. Estas ocorreram na região Nordeste, no dia 07 de junho de 2013, em Natal – RN, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte; na região Norte no dia 24 de junho de 2013, em Belém – PA; na região Sul nos dias 14 e 15 de julho de 2013, em Londrina – PR, juntamente com o 18º Simpósio Paranaense de Educação Musical/UEL e o 33º Festival de Música de Londrina; na região Centro-Oeste no dia 1 de julho de 2013, no Distrito Federal, na Universidade de Brasília.

A realização das audiências públicas levou, posteriormente, a proposição de Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de música. Assim, a Câmara de Educação Básica – CEB/CNE, no dia 04 de dezembro de 2013, aprovou o Parecer

e o Projeto de Resolução que definiu “Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica”, com homologação a partir da Resolução CEB/CNE nº. 2/2016:

Esta Resolução tem por finalidade orientar as escolas, as Secretarias de Educação, as instituições formadoras de profissionais e docentes de Música, o Ministério da Educação e os Conselhos de Educação para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica, conforme definido pela Lei nº 11.769/2008, em suas diversas etapas e modalidades (BRASIL, 2016, p. 1).

No período de 04 a 08 de novembro de 2013, foi realizado o “XXI Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical”, em Pirenópolis - GO, abordando o tema “Ciência, Tecnologia e Inovação: perspectivas para pesquisas e ações em educação musical”. Evidenciando um crescimento significativo da Associação, Magali Kleber (2020) narra, sobre seu período de gestão, que “tive o melhor retorno possível, realizamos quatro Congressos com muito sucesso de participação ultrapassando mil inscritos” (KLEBER, E.N., 2020, p. 10). Nesse mesmo congresso, Luis Ricardo Silva Queiroz foi eleito para a presidência da ABEM.

Eu assumo nessa cena positiva construída ao longo de muitas gestões, mas já nesse momento dialogando com todo cenário positivo que a gente tinha no Brasil em 2013. Inclusive, a gente pôde fazer um evento bastante grande, em 2013 em Pirenópolis quando eu fui eleito, nós fizemos um dos maiores eventos da Associação. Foi numa pousada lá em Pirenópolis, pousada dos pireneus, que é um centro de convenções, um espaço onde as pessoas puderam ficar muito juntas ali e conversar... foi um evento muito positivo, um dos melhores eventos da história da ABEM, na minha opinião... pela quantidade de pessoas, pela diversidade de pessoas, por essa possibilidade de ficar todo mundo muito reunido numa cidade pequena, as pessoas se encontravam, saíam juntas depois do evento, voltavam juntas, iam tomar café juntas, isso foi muito positivo (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 3-4).

Ações e propostas instituintes, que vinham sendo delineadas em outros momentos da história da Associação, foram tomaram forma e tornando-se instituídas nesse período:

Bom, eu articulei com alguns estudantes aqui do nosso Grupo de Pesquisa em Educação Musical e bolsistas que trabalhavam comigo, uma série de coisas que a gente precisava resolver na Associação. Ela tinha um site muito primário, ela usava um provedor que era um provedor emprestado, ela tinha uma série de problemas com os documentos, vários documentos não estavam escaneados, as revistas não estavam disponíveis on-line... Então, a gente fez aqui, eu ainda diretor regional, uma série de trabalhos nesse sentido... Então eu sinto que foi também, quase que natural, eu ser o secretário da gestão da Magali, porque eu vinha fazendo já alguns trabalhos mais vinculados à secretaria na gestão do Sérgio, trabalhos extras, digamos assim. A secretaria funcionava muito bem com o José Nunes, mas tinha toda essa demanda que teria que ser feita para além do trabalho que a secretaria tem que fazer e que já era muito naquele momento. Então, eu diria que a

minha chegada à presidência da ABEM é o resultado dessa trajetória de inserção e compromissos com a Associação, que foi se delineando ali a partir de 2005 (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 1).

Luis Ricardo Queiroz (2020) narra sobre o processo que levou à proposição de sua candidatura

Então, é nessa cena política, que foi como eu comentei com você anteriormente, que eu me senti na obrigação de assumir a Associação para dar continuidade a essa série de ações e de conquistas que a gente vinha efetivando naquele momento e que, junto com a Magali, eu participei muito de perto. Ou seja, no nosso entendimento, no meu, no da Magali e das pessoas que estavam próximas ali, eu estava muito conectado a essa cena política, eu tinha uma experiência grande no trabalho das políticas públicas. Fui assessor do Inep muitos anos, fiz várias consultorias no MEC, na CAPES, e com isso tudo a gente entendeu que era o que a Associação naquele momento precisava. Ela precisava continuar um trabalho forte de inserção no cenário das políticas públicas brasileiras, sem perder a mobilização para discutir ações de ensino, pesquisa, práxis educacional como um todo, mas ganhando fôlego também como esse coletivo vinculado à construção política do Brasil e garantindo nessa construção um lugar consistente para a área. Então é nessa cena, que é uma cena muito positiva, que eu assumo a ABEM (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 2-3).

Ao longo dos anos que antecedem seu período de gestão frente à presidência da ABEM, vinham se consolidando processos instituintes de conscientização e ampliação da Associação frente aos diversos debates relacionados às políticas educacionais brasileiras, a discussão e elaboração das diretrizes para a implementação do ensino de música nas escolas, além do cenário nacional favorável de implementação de políticas e financiamentos para a educação superior, cultura, ciência e tecnologia.

Porque a gente tinha as políticas públicas florescendo, a gente tinha financiamentos, a gente tinha um crescimento grande de cursos de graduação e foi um momento em que as licenciaturas se espalharam por todo o Brasil. Então eu assumo num momento muito positivo assim, de ascensão das políticas públicas e dos financiamentos e, eu diria também, num momento acadêmico muito saudável para a Educação Musical brasileira. A gente vinha aí de toda essa trajetória de construção, desde lá de 1991... Eu penso que quando eu assumo a Associação, eu já assumo a Associação madura. Resultado de toda essa construção histórica, de presidentes experientes, de pessoas... A Jusa costuma dizer isso, que quando se cria a Associação, havia a necessidade de construir uma área que não existia antes... ela comentou isso lá no evento⁶⁶ – quando eu assumo a Associação eu sinto que é um momento de consolidar uma área que, de alguma forma, já estava consolidada, mas que poderia galgar lugares ainda mais abrangentes. Então a cena que eu assumo, é uma cena muito diferente da cena que eu deixo, porque eu assumi ali, no meio da gestão da Dilma Rousseff, onde o estado brasileiro andava muito bem. Inclusive nesse período em relação às pesquisas, a popularidade dela era imensa na época, porque a situação financeira ia muito bem. A gente tinha uma série de investimentos positivos,

⁶⁶ XXIV Congresso Nacional da ABEM, realizado em Campo Grande – MS, em 2019.

tinha um clima muito favorável. Quando eu saio da Associação em 2017, já era um ano... eu passei quase dois anos, um ano e nove meses na gestão do Temer, que foi aquela gestão dos cortes, a gestão de sucateamento das políticas educacionais... Então, eu diria que eu pude vivenciar nas duas gestões, dois momentos muito diferentes do Brasil, o que para o meu exercício pessoal como profissional foi muito positivo, muito desafiador, mas eu penso também que foi importante para gente botar em xeque a maturidade da Associação. Em um momento a gente estava ali em diálogo, sendo recebido, conversando, participando de reuniões e, no outro momento, a gente estava ali como oposição, brigando pelos direitos... e penso que ela [ABEM] assumiu muito bem os dois papéis. Eu penso que na dinâmica do mundo, vai ser sempre essa dinâmica coletiva, horas você vai estar numa situação... nunca é uma situação tranquila porque a gente tá sempre em embate, mas é onde você tem uma situação positiva e favorável e, em outro momento, em que há o contrário (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 3).

As perspectivas de desenvolvimento social, econômico, político e educacional que vinham sendo implementados no Brasil, com avanços nas políticas públicas e com a expansão dos sistemas educacionais, especialmente a partir da primeira década do século XXI até metade da segunda, foram interrompidas em “2015, quando se instalou a crise que, como vimos, resultou no golpe civil parlamentar que destituiu a Presidenta eleita, Dilma Rousseff, da Presidência da República” (FREITAS; FILHO, 2017, p. 349). A chamada “crise” teve o apoio da grande mídia, da imprensa e de setores produtores de opinião, que

Proclamam o fim dos efeitos sedutores daqueles que advogam a presença do Estado na articulação de políticas sociais e que ostentam promessas republicanas como as que defendem a educação pública, laica, universal e gratuita ao lado do sistema público, universal e gratuito de acesso à saúde (FREITAS; FILHO, 2017, p. 350).

Com a ascensão, então cada vez mais crescente, do projeto de governo de setores conservadores da sociedade brasileira e a adesão a valores políticos, econômicos e jurídicos opostos à “luta de classes” e a “democracia representativa” (FREITAS; FILHO, 2017), foi instaurado um processo de *impeachment* que interrompeu o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, “desembocando no golpe parlamentar-jurídico-midiático desencadeado em 17 de abril na Câmara dos Deputados e consumado no Senado em 31 de agosto de 2016” (SAVIANI, 2018, p. 41)⁶⁷. Nessa data, o até então vice-presidente Michel Temer foi empossado para a presidência, rompendo com o projeto político, social, econômico e educacional e iniciando um outro governo marcado pelo esvaziamento de direitos sociais.

⁶⁷ Ver KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). O golpe de 2016 e a educação no Brasil. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, p. 27-46. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=105859&opt=4>.

Na ABEM, as gestões de Luis Ricardo Silva Queiroz deram continuidade às proposições levantadas nas Audiências Públicas de 2013, para discussão da música na Educação Básica. A partir da proposição de Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música, a Educação Básica, as Secretarias de Educação e órgãos gestores tomaram centralidade ainda maior nas discussões da ABEM. Dentre as ações que demarcaram o engajamento da Associação naquele período, destacou-se

[...] a parceria da ABEM com o Conselho Nacional de Educação, para elaborar diretrizes para a implementação do ensino de música nas escolas, isso quer dizer detalhando melhor para a definição que já estava na Lei 11.769. Essas diretrizes foram aprovadas, demorou muito para serem homologadas, mas foram em 2016 e elas estão disponíveis. Nós participamos das audiências públicas promovidas pelo CNE, na gestão de Magali, ela deve ter te falado sobre isso, e participamos de uma série de reuniões no CNE, debatendo com eles quais deveriam ser os termos, que tipo de abordagem... Especificamente, participou mais diretamente desse momento a professora Magali como presidente, a professora Jusamara e eu. Designado pela Magali, eu fui uma espécie de mediador das audiências. Fiquei responsável por fazer uma relatoria das definições de cada audiência, das demandas da comunidade e assim por diante... e esse documento foi todo entregue para o CNE, que usou muito dele na elaboração das Diretrizes. Dessas nossas reuniões também surgiram demandas em que a gente trabalhou para eles, por exemplo, traçar um histórico da Educação Musical no Brasil e colocar isso numa espécie de um quadro sintético que pudesse aparecer no parecer, coisas desse tipo que estão todas lá no parecer e que quando você ler, você vai identificar muito do que você vai ver no debate da própria Associação naquele momento. Então essa foi uma demanda muito importante (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 2).

Paralelamente a todo o movimento de diálogo da ABEM com o cenário das políticas públicas para a educação, cultura, desenvolvimento da produção científica, nesse período, sentiu-se a necessidade de mudanças de foco nos temas e debates da Associação.

Uma outra questão importante era transcender debates que a gente vinha fazendo ao longo dos anos 2000, da primeira década dos anos 2000, que a gente continuou na gestão da Magali até 2013, mas que nós entendíamos, era hora de transcender um pouco esses debates. Então se você olhar ali entre 2005 e 2013, os eventos da ABEM vão estar muito preocupados com, pelo menos no tema geral... os nossos eventos sempre são muito grandes, apesar de terem um tema, sempre discutem um conjunto muito grande de questões, mas o tema representa aquilo que a gente quer colocar no foco... a gente parou para discutir políticas públicas, a gente parou para discutir inserção social, projetos sociais, educação básica, políticas para ciência e tecnologia. Eram discussões muito centradas no fazer, em assumir lugares, um fazer fundamentado, um fazer reflexivo, mas são discussões que nos temas, elas vão aparecer de maneira mais pragmática, eu diria. Como é que a gente pode participar melhor da cena das políticas públicas? Como é que a gente pode entender melhor isso? Como é que a gente pode pensar o ensino de música na Educação Básica? Como é que a gente pode propor ações para fortalecer isso? Como é que a gente pode ter uma inserção social maior? Que

conjunto de ações?... Na minha gestão então a gente levantou a ideia de que era hora de mudar um pouco esse debate de foco, sem deixá-lo de lado, sem deixá-lo em segundo plano, mas colocar o foco numa reflexão mais abrangente sobre qual é o papel da Educação Musical na sociedade... O que é que nós pensamos e entendemos como Educação Musical, de que maneira a gente pode conectar a nossa Educação Musical com os dilemas éticos, humanos que a gente vem vivendo no mundo. Então os temas das minhas duas gestões, eles vão nessa direção, mas sobretudo o primeiro, o foco do tema é formação humana, ética e responsabilidade social, uma coisa assim... Mas é um tema que coloca formação humana e ética no foco e com a ideia de: o que é Educação Musical? Porque fazer Educação Musical? A gente entendeu naquele momento que, de repente, nós estávamos promovendo discussões fundamentais, mas perdendo um pouco esse questionamento de foco. E aí todo mundo muito preocupado em participar de políticas públicas, todo mundo muito preocupado em trabalhar as metodologias, as melhores estratégias de ensino, mas a questão era: Para quê? Para ensinar o que? Que Educação Musical nós queremos e nós precisamos? Então a gente voltou o debate para aquilo que a gente tem que voltar sempre: Quais eram os objetivos da Educação Musical? Qual o lugar dela no mundo? De que maneira, eticamente, a gente podia avançar? (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 4-5).

Nessa perspectiva, de redirecionamento do foco das discussões e debates da Associação, o tema do “XXII Congresso Nacional da ABEM” realizado em Natal–RN entre os dias 5 e 9 de outubro de 2015, foi “Educação musical: formação humana, ética e produção de conhecimento”. O “XXIII Congresso Nacional da ABEM”, ocorreu em Manaus–AM, com o tema “Diversidade humana, responsabilidade social e currículos: interações na educação musical”, entre 16 e 20 de Outubro de 2017.

Ainda no ano de 2014, entre os dias 20 e 25 de julho, o Brasil sediou a “31ª Conferência Mundial da ISME”⁶⁸, que ocorreu em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em parceria com a ABEM. Essa foi a primeira Conferência Mundial realizada América Latina, embora outros Congressos Regionais da ISME tenham sido realizados no Brasil⁶⁹. Magali Kleber (2020) narra que as tratativas e ações que possibilitaram a realização da Conferência Mundial em 2014 iniciaram anteriormente, ainda no ano de 2012, com a organização do Concerto de Encerramento da 30ª Conferência Mundial da ISME, em Thessaloníki na Grécia:

Agora, nós também aqui no Brasil, na minha gestão, ao organizar a sessão de encerramento que apresentaria o Brasil para comunidade internacional lá na Grécia, levamos o Antônio Nobrega, o Mawaca e o Yamandu Costa. O concerto foi um sucesso como eu já descrevi aqui nessa entrevista, com o fundamental apoio da FUNARTE e MinC. A FUNARTE apresentou o concerto de encerramento. Então isso para nós foi uma honra. Era uma instituição governamental brasileira presente neste evento, dizendo “venham pro Brasil,

⁶⁸ Disponível em <https://www.isme.org/events/31st-isme-world-conference-brazil-2014>.

⁶⁹ Entre os dias 15 e 21 de setembro de 1997, foi realizado em Salvador – BA o “I Encontro Latino-Americano de Educação Musical da ISME”. De 08 a 11 de outubro de 2007 ocorreu em Campo Grande – MS, o “Congresso Regional da ISME na América Latina”. Natal – RN sediou, entre os dias 08 e 11 de agosto de 2017 a “XI Conferência Regional Latino-Americana de Educação Musical da ISME”.

que nós faremos o evento lá, estamos aguardando vocês, aqui está nossa cultura musical". A Flávia Cruvinel foi uma parceira extraordinária, uma grande e profissional produtora do Concerto na Grécia. Flávia e eu temos experiência em produção cultural e artística. Se não tivéssemos experiência, ia ser um horror. Então, a Flávia foi uma semana antes, viu o hotel, viu os restaurantes, aí negociamos com os gregos. Os gregos estavam numa fase de muita dificuldade financeira, então a gente conseguiu a refeição lá por dez euros... e eu falando com o dono do restaurante "eu vou pagar à vista, vai ser bom porque no final você vai ter tanto, porque vão ir tantas pessoas comer aqui todos os dias". Então essa coisa de você saber negociar, não está no script de um presidente da ABEM, mas naquele momento, para fazer aquilo, eu e a Flávia tínhamos que ter aquela competência. Então, naturalmente, nós só chegamos ali porque sabíamos onde estávamos entrando. Foi mais difícil do que a gente esperava, mas a gente se virou. Nossa apresentação na ISME em Thessaloníki foi memorável, foi maravilhosa, foi uma coisa apoteótica, porque... a música do Yamandu, depois a música do Mawaca, aí o Antônio Nóbrega entra, o pessoal não respirava, o teatro cheio, não saiu ninguém... aí termina com uma ciranda, a gente saindo do teatro todo mundo se abraçando e tal... Aquilo foi tão lindo e mostrou o que é a música brasileira, mostrou a nossa natureza musical agregadora, porque era essa ideia mesmo... aí todo mundo quis vir pro Brasil. Até hoje no próprio Board da ISME, o conselho, eles falam do Brasil, que o Brasil foi um sucesso em termos de inscrição, de tudo. Então no fim das contas aquilo que a gente queria, fazer um evento em que o Brasil fosse lembrado com a sua natureza... e também o fato dos seminários... assim, o Congresso acontece naquela semana, mas antes tem os seminários das comissões. Tem a comissão de pesquisa, comissão de música e comunidade, tem a comissão de música na escola, de música, saúde e bem estar... Então cada universidade assumiu, desde lá do Nordeste... Natal, Bahia, Rio de Janeiro, Curitiba, a UDESC, o Rio Grande do Sul, todo mundo assumiu uma comissão e foi um sucesso... porque isso também é um handicap da ABEM. A ABEM sabe fazer evento, nós sabemos fazer evento, nós sabemos organizar um evento. Então juntamos força, todo mundo ajudou... a Luciana Del Ben, no Rio Grande do Sul, teve uma equipe extraordinária, todo mundo trabalhando e dando o seu máximo. Hoje nós temos então essa colheita, realmente o Brasil hoje é considerado um grande nicho da Educação Musical... (KLEBER, E.N., 2020, p. 17-18).

A realização do evento mundial da ISME no Brasil, que ocorreu em Porto Alegre – RS, foi um importante marco para a educação musical e para representatividade da ABEM no contexto internacional. Com o tema "Ouvindo a diversidade musical do mundo", buscou estimular a colaboração global e fortalecer relações entre educadores musicais, compartilhar ideias e discutir temas para uma promoção ampla da educação musical mundial (ABEM, 2014). No endereço eletrônico do evento está registrado que:

A 31ª Conferência ISME sobre Educação Musical teve o objetivo de promover o intercâmbio cultural, científico e artístico entre mais de 2.000 pessoas de diferentes países; promover a socialização e o debate de pesquisas e práticas nos diversos campos da educação musical; fomentar a interação de pesquisadores que trabalham com temas semelhantes; contribuir com a formação de professores de música, de artistas e de pesquisadores da área de educação musical; trazer ao Brasil um amplo espectro de culturas musicais internacionais vivenciadas por meio dos 80 shows que serão realizados durante a semana do evento, contando com a participação de mais de 50 grupos musicais das diversas culturas do mundo; contribuir para o fortalecimento da educação musical nas escolas brasileiras;

apresentar a diversidade musical e cultural do Brasil aos participantes de várias partes do mundo (ISME, 2014, s/p).

No mesmo ano, como continuidade das propostas de ampliação, democratização e aprofundamento dos debates da ABEM para a Educação Musical, foram criados os “Fóruns Permanentes de Discussão”.

Eles passam a existir a partir de 2014, no primeiro ano dessa nossa gestão. O objetivo dos Fóruns era promover, é ainda, eles continuam funcionando, mas promover debates de forma mais intensa e com a participação mais abrangente do que aquela que podia acontecer nos Congressos mesmo, nos Encontros Regionais. Isso quer dizer, quando você tem uma mesa discutindo Educação Básica, você tem uma mesa, tem pessoas que vão lá fazer a discussão, mas quando encerra você abre para três ou quatro perguntas. Algumas pessoas se sentem até constrangidas de fazer perguntas, porque eles sentem que de repente eles não estão ali informados devidamente, contextualizados devidamente com o debate e tem aquela coisa de falar na frente de um monte de gente... Então os Fóruns foram criados dizendo assim, nós vamos discutir Educação Básica aqui, mas nós vamos ter um Fórum permanente de debates e ações sobre isso, e o Fórum tem muito essa ideia do diálogo. Então você vai para um lugar, a gente fez o de Educação Básica agora em Campina Grande, em dezembro (2019) ... a Claudinha até participou on-line... você vai para lá e passa dois dias debatendo. Você coloca alguém numa mesa, três estudiosos, por exemplo, numa mesa e a mesa acontece durante uma hora, mas você tem duas horas de debate e o debate é aberto para todo mundo. Quando o espaço possibilita, a gente até costuma fazer isso em círculo... Então você tem uma participação da comunidade, como um todo, muito mais abrangente, de estudantes e assim por diante. Então a criação dos Fóruns foi o segundo grande investimento e nós escolhemos, naquele momento, três eixos fundamentais... que eles estão aí na sua lista. Um era um Fórum de Educação Básica, um campo que precisa de suporte no Brasil, o outro o Fórum de Formação de Professores, que tem relação com a Educação Básica, mas esse pensa a formação de professores num sentido mais amplo, e o terceiro tem a ver com a produção de conhecimento, era o Fórum de Pesquisa em Educação Musical. Na segunda gestão a gente criou mais um, que foi o Fórum de Ensino de Instrumentos e Escolas Especializadas de Música. Então são os quatro que estão em andamento e a atual diretoria... estuda criar um quinto agora, que seria um Fórum de currículo. Foi até uma proposição minha lá no evento (XXIV Congresso Nacional da ABEM) e isso deve acontecer. Eles também devem ganhar uma característica mais on-line. Devido à escassez de recursos hoje para fazer os encontros presenciais, hoje a gente já tem tecnologia para fazer esses encontros on-line. Mas é isso, o segundo grande eixo é a criação desses espaços para o aprofundamento e a democratização do debate coletivo e os Fóruns foram as principais estratégias para isso (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 5-6).

Conforme exposto, ainda na primeira gestão de Luis Ricardo Silva Queiroz foram criados o “Fórum Permanente de Ensino de Música nas Escolas de Educação Básica” (2014), o “Fórum Permanente de Pesquisa em Educação Musical” (2014) e o “Fórum Permanente de Formação de Professores de Música” (2014). Em sua segunda gestão, também foi criado o “Fórum Permanente de Ensino de Instrumentos e Escolas

Especializadas de Música” (2016)⁷⁰. Os Fóruns trouxeram perspectivas de ampliação e descentralização das políticas da ABEM, sendo realizados em diferentes regiões e localidades, o que permitiu a participação de professores, pesquisadores, educadores musicais, estudantes e demais profissionais que até então tinham pouca inserção nos eventos nacionais e regionais promovidos pela ABEM.

Tabela 5 – Fórum Permanente de Ensino de Música na Educação Básica

N.	Realização	Datas
1º	Realizado em Recife – PE, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	De 07 a 08 de agosto de 2014
2º	Realizado em Macapá – AP, em conjunto com a Universidade do Estado do Amapá – UEAP	De 14 a 15 de maio de 2015
3º	Realizado em Salvador – BA, com o apoio do Fórum de Educação Musical da Bahia – FEMBA e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA	De 08 a 09 de setembro de 2016
4º	Realizado em Guanambi – BA, em parceria com o FEMBA	De 02 a 03 de outubro de 2017
5º	Realizado em Petrolina – PE, no Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF SERTÃO PE	De 19 a 21 de novembro de 2018
6º	Realizado em Campina Grande – PB, em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e com a Universidade Federal da Paraíba – UFPB	De 05 a 06 de dezembro de 2019

Fonte: Elaborada pelo pesquisador

O “Fórum Permanente de Ensino de Música na Educação Básica”, em seus encontros contou com a participação de representações do Ministério de Educação (MEC), representantes da ABEM, professores de música da Educação Básica, professores e estudantes de cursos de licenciatura, profissionais e gestores de redes de ensino municipais e estaduais. Mantendo a Educação Básica como foco e consolidando-se como um importante espaço de discussão, problematização e trocas de experiências, nos primeiros encontros foram debatidas perspectivas para o ensino de música no panorama das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Também fizeram parte das pautas dos encontros reflexões e proposições de concepções, objetivos, conteúdos e metodologias para a educação musical escolar,

⁷⁰ As informações completas sobre os Fóruns Permanentes estão disponíveis no endereço eletrônico: http://abemeducacaomusical.com.br/foruns_realizados.asp.

aspectos da legislação nacional para o ensino de música e políticas educacionais para a Educação Básica, sobretudo em relação à Base Nacional Comum Curricular – BNCC⁷¹.

Tabela 6 – Fórum Permanente de Pesquisa em Educação Musical

N.	Realização	Datas
1º	Realizado em Brasília – DF, em parceria com a Universidade Federal de Brasília – UNB	De 23 a 24 de maio de 2014
2º	Realizado em Brasília – DF, em parceria com a Universidade Federal de Brasília – UNB	De 29 a 30 de maio de 2015
3º	Realizado em Florianópolis – SC, em conjunto com a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC	De 03 a 04 de junho de 2016
4º	Realizado no Rio de Janeiro – RJ, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	De 25 a 26 de maio de 2017
5º	Realizado na UNB em Brasília – DF * Como uma das proposições do V Fórum de Pesquisa em Educação Musical, decidiu-se realizar uma pesquisa coletiva para mapear a situação do ensino de música nas escolas, através de um questionário para as secretarias estaduais e municipais de educação. No ano de 2019 foi organizada a operacionalização e continuidade desse estudo, que se encontra em andamento, tendo sido interrompido pela pandemia do corona vírus, sendo assim reconhecido este processo como o VI Fórum de Pesquisa em Educação Musical.	De 25 a 26 de maio de 2018
7º	A sétima edição foi realizada em formato totalmente on-line, transmitido pelo canal da ABEM na plataforma Youtube ⁷² . No dia 07 de maio de 2020 ocorreu em parceria com o movimento “Marcha Virtual Pela Ciência”, que reuniu várias entidades brasileiras	Nos dias 07, 21 e 28 de maio e 04 de junho de 2020

Fonte – Elaborada pelo pesquisador.

Cabe destacar aqui que uma das ações que foi definida como iniciativa coletiva no V Fórum Permanente de Pesquisa em Educação Musical, promovido pela ABEM no ano de 2018, em Brasília, refere-se à realização de uma macro pesquisa para mapear a situação do ensino de música no país. Como relata Marcus Pereira (2020),

⁷¹ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

⁷² <https://www.youtube.com/channel/UC0DzhkOvExkQN9-b4ugckIA/videos>

Uma outra coisa que a gente fez foi tentar nos Fóruns de Pesquisa, fazer uma pesquisa conjunta, mobilizar os pesquisadores do país em torno de um objetivo. A gente discutiu bastante num dos Fóruns, optou-se por fazer um mapeamento da situação do ensino de música no país. Muito da experiência que eu tive, que o Luis já vinha tendo, a Magali, junto ao Ministério da Educação, dessa necessidade que o Ministério tem de dados. Então quando você fala “não está tendo muita aula de música no país”, o Ministério da Educação quer saber quantos professores temos, quantas disciplinas Música tem... esses dados a gente não tinha. Então, a gente resolveu fazer esse mapeamento. Foi um primeiro exercício, ele ainda está em processo... Construímos um questionário, lá no Fórum foi tudo decidido quem ia ficar responsável pelo o que, várias pessoas mandaram modelos de questionário, eu e a Luciana Del Ben formatamos um formulário online do google forms para mandar. A gente também optou em mandar para a UNDIME, que é dos dirigentes municipais de educação e para o Consed, que é o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação, para que a UNDIME mandasse para os secretários municipais e o Consed, para que os secretários estaduais pudessem responder. A participação foi muito baixa, só três secretários estaduais responderam e três estados, acho que sessenta e quatro municípios responderam. Já nos deu alguns dados que a gente apresentou lá no congresso em Campo Grande, mas como eu disse, é um primeiro movimento que a gente está fazendo, tentando discutir com vários pesquisadores envolvidos (PEREIRA, E.N., 2020, p. 8-9).

Os encontros do “Fórum Permanente de Pesquisa em Educação Musical” acontecem anualmente e têm como objetivo principal “refletir e analisar o cenário da produção de conhecimento científico em educação musical no Brasil, identificando tendências, lacunas e perspectivas para o avanço e inovações nas pesquisas da área” (ABEM, 2016, s/p). São momentos de discussões de pesquisa com pesquisadores, professores que atuam na pós-graduação do campo da Educação Musical, estudantes, demais professores e outros profissionais relacionados à pesquisa em educação musical. Além do cenário nacional, os focos temáticos dos encontros circunscrevem

[...] o avanço na discussão de temas fundamentais para a pesquisa em educação musical, abrangendo questões como: o estado da arte dos debates epistemológicos da área; as tendências e características das metodologias de pesquisa utilizadas; a inserção da educação musical na pós-graduação brasileira; os problemas e desafios que caracterizam a prática e a formação do pesquisador profissional em educação musical; e a realidade e perspectivas de atuação dos grupos de pesquisa na área (ABEM, 2014, s/p).

Os aportes desses fóruns promovem discussões de relevância acadêmica e social, contribuindo para a formação de pesquisadores e para a produção de conhecimentos em Educação Musical.

Tabela 7 – Fórum Permanente de Formação de Professores de Música

N.	Realização	Datas
1º	Realizado em Londrina – PR, em parceria com a Universidade de Londrina – UEL e o 34º, 35º e 36º Festival de Música de Londrina	De 30 a 31 de maio de 2014
2º	Realizado em Londrina – PR, em parceria com a Universidade de Londrina – UEL e o 34º, 35º e 36º Festival de Música de Londrina	De 10 a 12 de julho de 2015
3º	Realizado em Londrina – PR, em parceria com a Universidade de Londrina – UEL e o 34º, 35º e 36º Festival de Música de Londrina	De 07 a 09 de julho de 2016
4º	A quarta edição ocorreu em conjunto com o IV Fórum Permanente de Ensino de Música na Educação Básica, em Guanambi – BA, em parceria com o FEMBA	De 02 a 03 de outubro de 2017
5º	Realizado em Campo Grande – MS, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	De 13 a 14 de agosto de 2018
6º	Realizado em Sobral – CE, junto com o V Fórum Regional de Educação Musical e a 4ª Conferência Internacional de Educação Musical de Sobral - IV CIEMS, em parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC	De 23 a 26 de junho de 2019
7º	A sétima edição foi realizada em formato e transmissão totalmente on-line pelo canal da ABEM no Youtube ⁷³	Nos dias 24 de setembro, 01 e 08 de outubro de 2020

Fonte – Elaborada pelo pesquisador.

O “Fórum Permanente de Formação de Professores de Música”, em todas as suas edições, foi realizado juntamente com os Encontros Nacionais do PIBID Música e esteve voltado aos professores das Instituições de Ensino Superior em Música, coordenadores dos cursos de Licenciatura e estudantes. A centralidade dos temas circunscreve às políticas públicas para a formação de professores no Brasil, especialmente as licenciaturas em Música, ações de formação inicial e continuada nos diferentes contextos de formação, propostas de ações desenvolvidas no PIBID⁷⁴, aspectos e problematizações envolvendo a música na Educação Básica.

⁷³ <https://www.youtube.com/channel/UC0DzhkOvExkQN9-b4uqckIA/featured>

⁷⁴ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Para maiores informações, acessar o endereço eletrônico: <http://portal.mec.gov.br/pibid>.

Tabela 8 – Fórum Permanente de Ensino de Instrumentos e Escolas Especializadas de Música

N.	Realização	Datas
1º	Realizado em Macapá – AP, em conjunto com a Universidade do Estado do Amapá – UEAP	De 03 a 04 de novembro de 2016
2º	Realizado em Juiz de Fora – MG, na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	De 20 a 21 de novembro de 2017
3º	Realizado em Natal – RN, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	De 22 a 23 de outubro de 2018
4º	A quarta edição ocorreu em formato e transmissão totalmente on-line, em parceria com a Universidade Federal de Goiás – UFG.	De 15 a 18 de dezembro de 2020

Fonte – Elaborada pelo pesquisador.

Com o primeiro encontro em 2016, o “Fórum Permanente de Ensino de Instrumentos e Escolas Especializadas de Música”

[...] tem como objetivo discutir perspectivas para o ensino de instrumento musical na atualidade, refletindo sobre experiências, desafios, estudos e pesquisas realizadas nos mais diversos contextos de ensino, como projetos sociais, educação básica, ensino superior, conservatórios e escolas especializadas da área (ABEM, 2018, s/p).

O foco dos eventos esteve voltado aos “professores, estudantes e gestores de escolas especializadas no ensino de música nos níveis básico, intermediário e técnico-profissional” (ABEM, 2016, s/p), buscando debater experiências, estudos e reflexões entre esses profissionais.

No ano de 2015, ocorreu o “Fórum da ABEM Sobre o Ensino de Música na Proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, realizado nos dias 04 e 05 de dezembro, em Brasília – DF, promovendo um fórum específico para a discussão, análise e encaminhamentos relativos à proposta. Posteriormente foram organizados outros encontros e debates sobre a BNCC.

Ainda em 2015, o então Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, através da portaria nº. 592, publicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2015, instituiu uma comissão de especialistas para a elaboração de proposta da Base Nacional Comum Curricular. No ano de 2016, foi publicada a Lei 13.278/16, que veio

alterar o artigo 26 da LDBEN⁷⁵ e, em 2017 foi sancionada a Lei Nº. 13.415/17, que alterou diversos artigos da Lei Nº. 9.394/96⁷⁶, determinando que o ensino de arte no Ensino Médio passasse a ser optativo a partir do ano de 2018. Em 20 de dezembro de 2017, o então Ministro da Educação Mendonça Filho homologou a Base Nacional Comum Curricular, para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. E no ano de 2018, em 14 de dezembro, o então Ministro da Educação, Rossieli Soares, publicou a homologação do documento da BNCC para o Ensino Médio – BNCCEM.

Paralelamente, como propostas e projetos instituídos na ABEM nesse período, Luis Ricardo Queiroz (2020) destacou a “organização financeira e coletiva”, a ampliação do número de participantes, sendo que “hoje a ABEM tem mais de dois mil sócios”, a “organização de uma plataforma especializada para disponibilizar as informações e os produtos da Associação”, a mobilização e fortalecimento do “coletivo intelectual, acadêmico, pedagógico preparado para atuar na cena das políticas públicas” e a “capacidade de mobilização” (ibid, p. 8-9).

Então eu diria esses três aspectos: esse investimento na estrutura interna, que foi o primeiro eixo que eu destaquei, ele tem muito a ver com o segundo, que foi a organização financeira e a busca de recursos públicos, e os dois eixos dão suporte ao terceiro. Então, um foi interno da própria Associação, o segundo, do diálogo da Associação com essa cena de financiamento e gestão pública e, o terceiro, dessa mobilização epistemológica e intelectual da produção de conhecimento da área (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 15).

A ampliação do número de pesquisadores, de profissionais da Educação Musical e de acadêmicos, acompanhou o crescimento dos Programas de Pós-Graduação em Música e Educação, potencializando a produção científica no país. No contexto da Associação, destacou-se um crescimento do alcance das publicações e da divulgação científica, especialmente da Revista da ABEM.

Tomando a produção científica, o impacto nas políticas públicas para a educação musical na Educação Básica, as relações com os órgãos governamentais e a ampla rede de educadores musicais, músicos e profissionais articulados com a ABEM, Souza (2014) problematizou sobre a pluralidade de olhares e as várias formas de construção de uma história da educação musical no Brasil. A autora evidenciou as possibilidades de construção de uma história do ensino de música a partir das

⁷⁵ § 6º - as artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo” - [Redação dada pela Lei nº 13.278, de 2016.](#)

⁷⁶ Diário Oficial da União, 17-02-2017, p. 1-3.

associações científicas, ou de uma história das instituições, destacando a trajetória da ABEM.

Em 2017 Marcus Vinícius Medeiros Pereira foi eleito presidente da ABEM e assumiu a gestão com a experiência de ter atuado como secretário nas duas gestões anteriores da Associação.

Em geral foi o contexto que eu estava envolvido, porque eu já tinha sido secretário da ABEM, da diretoria, por quatro anos. Tudo aquilo que eu assumi nesse tempo da secretaria... O Luis sofreu um acidente no final do mandato dele, então eu tive que assumir algumas frentes e foi mais essa conjuntura. É uma questão interessante, porque eu nunca me imaginei presidente da ABEM. Eu sempre falo que, quando eu participava dos congressos, eu tinha vontade de participar de uma mesa, porque eu achava que participar da mesa de um congresso era um lugar privilegiado e era um momento de fala e de escuta das pessoas. Significava que você tinha feito um trabalho que merecia ser ouvido pelas outras pessoas. Então, essa vontade eu tinha, não é... uma vontade de fazer um trabalho que merecesse ter um lugar para conversar com as pessoas. Mas ser presidente nunca passou, nunca passou pela minha cabeça... A gente estava numa... O Luis me convidou para ser da secretaria, eu também não fazia ideia do que significava participar mesmo como secretário. Eu participava da ABEM dessa forma, de ir nos congressos, de apresentar os meus trabalhos, de encontrar com as pessoas, de assistir as palestras. Participei das audiências... Aí o Luis foi montar uma chapa logo depois da Magali, ele já era secretário, e ele me convidou para ser o secretário. Isso já me assustou bastante, porque eu não fazia ideia do que me aguardava, mas foi um período muito tranquilo. A gente fez bastante coisas, eu pude ter um diálogo muito forte com o Ministério da Educação, porque como eu pesquisava currículo, estava na época da Base Nacional Comum Curricular ser discutida, eu representei a Associação junto ao Ministério da Educação, então eu fui a várias reuniões lá no MEC e isso foi me fazendo interagir bastante com essas frentes políticas da Associação. Quando foi chegando no final da gestão do Luis, em que eu era secretário, as pessoas começaram a fazer um movimento para que eu me candidatasse. Num primeiro momento, como de fato eu nunca tinha pensado nisso, eu tive um momento de negação de que não queria, porque eu me achava e me acho ainda muito novo, tanto na área... para poder assumir uma posição que é tão importante para área de Educação Musical. Então, eu achava que não era o momento ainda, mas foi um convencimento que as pessoas foram me fazendo e aí eu resolvi tomar coragem, formar uma chapa e aí eu virei presidente assim, de uma hora para outra. Mas então foi uma construção mesmo, não foi uma busca, não era uma coisa que eu tinha como meta, mas foi uma construção, um caminho que a minha carreira como professor, como pesquisador e como atuante na área, acabou acontecendo por conta dessa construção e desses movimentos dos quais eu me tornei parte (PEREIRA, E.N., 2020, p. 1-2).

O processo de elaboração da BNCC, que iniciou a partir da comissão de especialistas instituída pela portaria nº. 592/2015, em sua segunda versão, contou com a participação de Marcus Vinícius Medeiros Pereira e de Luciana Del Ben representando a ABEM. Até sua publicação, a BNCC apresentou três versões:

a primeira, um documento preliminar lançado em setembro de 2015 e disponibilizado para consulta pública; a segunda, uma versão revisada

lançada em maio de 2016, posteriormente posta em debate nos Seminários Estaduais promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) em todas as unidades da federação; e a versão final, homologada em dezembro de 2017, referente somente à educação infantil e ao ensino fundamental (DEL BEN e PEREIRA, 2019, p. 191-192).

Em 4 de dezembro de 2018, foi aprovado o Parecer CNE/CP nº 15/2018, levando à publicação da Resolução CNE/CP nº 4 em 17 de dezembro de 2018, que instituiu a BNCC na etapa do Ensino Médio.

Apesar do diálogo e da participação da ABEM no processo de elaboração da segunda versão da BNCC,

A versão final da BNCC apresenta uma forte ruptura com o trabalho que vinha sendo realizado até então. Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, houve uma substituição da equipe que conduzia os trabalhos da BNCC, que resultou no encerramento dos diálogos que vinham sendo feitos com as associações de área e na adoção de uma orientação completamente diferente das versões anteriores. A mudança foi assumir a organização curricular a partir de competências, levando à substituição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por habilidades (DEL BEN e PEREIRA, 2019, p. 200).

Para o processo democrático de construção de políticas públicas educacionais que vinha sendo empreendido junto às associações de área, essa foi uma das consequências do afastamento da presidenta reeleita e da posse de Michel Temer para a Presidência da República, no segundo semestre de 2016. Para Saviani (2018)

Mas o que é preciso considerar é que não foi simplesmente um golpe episódico, ou seja, um ato anticonstitucional que substituiu o chefe de Estado que, a partir daí, passou a governar conforme as regras democráticas então vigentes. Não. Com o afastamento de Dilma Rousseff quebrou-se a institucionalidade democrática deixando de existir o Estado Democrático de Direito (SAVIANI, 2018, p. 42).

Em continuidade, desenhava-se um cenário de cortes orçamentários para a educação e de oposição à expansão sobretudo no campo das Ciências Humanas e Artes CSHALA, acesso e oferta de oportunidades educacionais vista nos anos anteriores. Tais efeitos impactaram também para a Educação Musical e levaram à ruptura de possibilidades de diálogos, avanços e interlocuções que vinham sendo construídas no cenário das políticas públicas.

Em 2016, com o impeachment da Dilma, toda a interlocução que a gente vinha tendo com o Ministério da Educação sofre uma ruptura muito grande. Eu era secretário, estava representando a ABEM nessa época, e quando o presidente sucessor assume a Base passa a ser uma proposição centrada no governo e a gente para de dialogar. A segunda versão da Base. Eu estou falando da Base, porque ela é o que melhor representa esse diálogo nosso com a situação da Educação Musical, principalmente escolar. A gente que

tinha um diálogo bastante intenso, eu e a Luciana, a gente ajudou bastante na discussão para escrita da segunda versão da Base. Depois, quando o Temer entra, esse diálogo é interrompido. Então, ali já se mostrava aquilo que eu enfrento hoje como presidente. Eu noto que, quando eu assumo a presidência, a gente já tem uma história constituída, a gente tem uma instituição como associação bastante sólida, que foi construída ao longo dos anos pelos presidentes anteriores. Então, é uma história que vai dando um respeito para Associação e esse respeito a gente pode ver pelos convites que o Ministério da Educação e que a CAPES fazem. Então, mesmo havendo essa ruptura, a ABEM ainda é chamada para alguns diálogos dentro do governo, embora não seja um diálogo tão forte e tão intenso como tinha sido em épocas passadas. Mas eu vejo esse diálogo, ainda que mais restrito, ele me mostra essa história sólida que foi construída pela Associação ao longo dos seus quase trinta anos. Porque, mesmo nessa situação, a gente ainda é chamado para conversar. Então, depois que eu assumi, tem essa dificuldade. É uma dificuldade, porque é um diálogo realmente mais restrito e a gente tem os problemas sérios que a gente vêm enfrentando, de financiamento, os ataques às Artes (PEREIRA, E.N., 2020, p. 3).

Nos dias 8 e 9 de julho de 2018, em Natal – RN, ocorreu o “Fórum da ABEM sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio (BNCC)”⁷⁷. Nesse “foram abordadas questões de cunho histórico, político e sociológico que perpassam a discussão sobre a formulação e implantação do documento” (MOTA et al., 2018, s/p), sendo discutidos diversos problemas e dificuldades em relação à operacionalização da BNCC, especialmente sobre a formação inicial e a Educação Básica.

Para Dourado (2019) o cenário político-social que precede e perpassa as eleições de 2018, considerado sob a ótica da educação, Estado e democracia, só se torna compreensível por meio de uma análise histórica contextualizada com as peculiaridades locais e as forças sociais no contexto de disputas em curso no Brasil nas relações entre os âmbitos locais, nacional e mundial. Para o autor, o processo de formação social brasileiro decorre da combinação histórica entre os interesses das classes dominantes numa lógica de modernização conservadora e de uma burguesia capitalista corporativa dependente, em oposição às lutas sociais pela democratização do estado de direito.

Essa burguesia corporativa, sem projeto político para a sociedade nacional, não tem compromisso com a democracia, com o Estado Democrático de Direito e suas decorrências. Na esteira de sua visão restrita de classe, tem se forjado, historicamente, por meio de processos de reformas pelo alto, pautados, em muitos casos, por golpes de Estado e diversificados movimentos autoritários, conservadores, sem efetivo compromisso sequer com a democracia liberal. Nessa direção, o Estado no Brasil é patrimonial e, portanto, trata-se de um estado excludente e de classe, a despeito das lutas históricas em prol do Estado Democrático de Direito (DOURADO, 2019, p.5).

⁷⁷ Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/foruns/foruns.asp?id=107>.

Os avanços após a aprovação da Constituição Federal de 1988, que possibilitaram um período de construção democrática do estado de direito, foram conquistados por meio das lutas empreendidas por movimentos sociais e partidos políticos, na busca por maior participação política e democrática no país. Esse processo, que perdurou por menos de três décadas, foi interrompido por meio da instauração de um processo de *impeachment*, contra a presidenta Dilma Rousseff, resultando em um golpe de estado que colocou Michel Temer na presidência da república.

As implicações que resultaram para as políticas públicas educacionais, podem ser exemplificadas pelo drástico congelamento do Plano Nacional de Educação, por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016⁷⁸, e pela controversa versão aprovada para a Base Nacional Comum Curricular.

Na área educacional, a reforma do ensino médio (aprovada pela Lei nº 13.415/2017) e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, a partir de dicotomia da educação básica, apresentam-se como importantes retrocessos na agenda educacional, inclusive na materialização do PNE (DOURADO, 2019, p. 11).

Com o governo de Michel Temer iniciou-se e intensificou-se um cenário de cortes e congelamentos de investimentos em políticas sociais, com sérios impactos para as políticas públicas educacionais. Este quadro se agravou com o processo que levou à eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência da república, em 2018. Como sintetiza Dourado (2019)

Esse processo complexifica-se com a eleição do presidente Bolsonaro, por meio do reforço da agenda neoliberal e ultraconservadora, cujas sinalizações e políticas caminham para o aprofundamento das políticas de ajustes neoliberais, incluindo a retomada e aprofundamento da proposta de reforma previdenciária⁷⁹, intensificação do processo de privatização do público, retrocessos nas agendas das políticas públicas e, no campo educacional, por redirecionamento conservador das políticas para a área, pela secundarização do PNE e por expressivos cortes nos orçamentos, com especial destaque para as instituições de educação superior federais e para a educação básica pública, entre outras (DOURADO, 2019, p. 11).

O contexto político contribuiu para o distanciamento do diálogo entre o governo, as associações representativas de área e outras entidades, especialmente para a educação, cultura, ciência e tecnologia, bem como para a trajetória de trabalho e

⁷⁸ Emenda Constitucional nº 95/2016, “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências” (BRASIL, 2016).

⁷⁹ A Reforma Previdenciária foi concretizada em 2019, no governo de Bolsonaro, por meio da PEC nº 6/2019, transformada na Emenda Constitucional 103 de 13 de novembro de 2019.

articulações que vinham sendo desenvolvidas anteriormente pelas associações junto ao MEC.

No cenário de produção dessas rupturas, destacam-se diversos impactos, especialmente em relação às políticas de desenvolvimento, fomento e financiamento da educação. Como exemplifica Marcus Pereira (2020), sobre o “XXIV Congresso Nacional da ABEM”, realizado de 11 a 14 de novembro de 2019 com o tema “Educação Musical em tempos de crise: percepções, impactos e enfrentamentos”, uma série de cortes financeiros e contingenciamentos atingem diversos âmbitos, impactando também no fomento aos congressos tanto da Educação Musical como da área de Música:

A gente vive um contexto de ataque à ciência no país. Esse congresso nacional que foi feito na minha gestão, que foi o Congresso Nacional de Campo Grande, ele tem uma drástica redução financeira. O CNPq, pela primeira vez depois de muitas edições do congresso, a gente não recebeu financiamento do CNPq. O CNPq deu financiamento para as associações de área no edital, a nossa associação de área é a ANPPOM, e mesmo a ANPPOM não recebeu dinheiro do CNPq. A gente foi aprovado, com mérito e tudo, mas não tinha o recurso. O dinheiro da CAPES que a gente recebeu foi muito menor do que de toda a história. Então, esse é o contexto que a gente vive hoje, que é um contingenciamento (PEREIRA, E.N., 2020, p. 4-5).

A partir de 2016, o contexto educacional foi atingido por diversas reformas, a exemplo da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os investimentos em educação no país, da reforma do Ensino Médio (2017), da aprovação da BNCC (2017) sem o diálogo necessário com a comunidade científica, acadêmica e educacional, da homologação das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica” e da “Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica” (2019).

Além das reformas educacionais, também foi sancionada a Reforma Trabalhista, através da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 e a Reforma Previdenciária, concretizada em 2019 no governo de Bolsonaro, por meio da PEC nº 6/2019, transformada na Emenda Constitucional 103 de 13 de novembro de 2019. Essa série de reformas acarretou “uma grave perda de direitos historicamente conquistados, além da desprofissionalização do professor, a censura no campo das artes e as severas (e a partir de então crescentes) restrições orçamentárias” (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 246).

O momento que eu assumo é um momento interessante do ponto de vista de que, se você for pensar, várias pessoas que participaram da construção da área estão se aposentando. Então, é um momento de transição, onde a gente

assiste pessoas importantes se aposentando... Esse aposentar, não necessariamente significa um afastamento da produção. Porque as pessoas se aposentam das suas instituições, mas podem continuar nos seus programas, podem continuar produzindo. A gente tem vários exemplos disso, a própria Alda continua bastante ativa numa organização que ela tem lá, que é o Instituto SONARE. Mas a gente vê uma mudança de cenários, uma mudança de gerações, de pessoas que vão se aposentando e novas que vão surgindo. É um momento muito interessante, nesse sentido, de você buscar pessoas que já são fruto de todo esforço que essas primeiras gerações fizeram de construção da área, que pegam uma área de uma maneira completamente diferente daqueles que foram os primeiros e que a gente precisa e a gente vê cada vez mais essas pessoas assumirem posições, assumirem papéis de destaque. A gente precisa que isso aconteça, porque é um movimento natural de caminho da nossa área. É uma área nova, é uma área muito jovem, principalmente no Brasil. Se você ver a criação dos programas de doutorado, dos programas de mestrado, é muito recente. A ABEM vai ter trinta anos, a ANPPOM já fez trinta anos, é pouco tempo. Então, a gente começa a ver agora uma mescla de gerações que a gente já via, e a gente vê agora a necessidade de novas pessoas assumirem novos papéis. Esse é um momento muito interessante nesse sentido mesmo, de mudanças. Se a gente pensar isso daqui há dez anos, isso vai ser ainda mais forte. Porque a gente teve agora um movimento, também relacionado à política brasileira, que teve ataques à previdência que resultaram na reforma da previdência. Então, a gente vê muitas pessoas se aposentando para salvar os seus direitos. Isso impacta de uma forma muito direta a nossa área e daqui há dez anos a gente vai ver um pouco de que caminhos a gente tomou. A gente tem ataques a universidades e tudo mais, mas é um momento interessante esse mesmo de transição. E tem sido muito interessante. Inclusive na construção do último congresso, numa das mesas, que o tema foi a crise... não uma crise necessariamente econômica e política do Brasil, mas pensar a crise de uma maneira positiva dentro da própria área. A primeira mesa a gente pensou em representar essas gerações, uma pessoa da primeira geração, que foi a Jusamara, uma geração intermediária que estava representada pela Cristiane, e uma pessoa da nova geração, com um doutorado recente que é a Delmary. Então, a gente já consegue ver isso por conta da história da área, a gente já tem gerações que podem conversar entre si e uma nova geração que desponta. Esse é um contexto muito rico, muito interessante, em que a gente conta com a experiência daqueles que nos antecederam, que é fundamental, e a necessidade de você incentivar cada vez mais as pessoas para que participem e para que assumam papéis dentro da área, para que ela possa então continuar crescendo para os próximos dez anos (PEREIRA, E.N., 2020, p. 22-23).

Em meio a esse panorama, a ABEM buscou manter e desenvolver os principais movimentos instituídos ao longo de sua história, intensificando ainda mais suas lutas e fortalecendo suas conquistas.

Sempre atenta ao contexto sociopolítico em que se situa, a diretoria da ABEM propôs, para o biênio 2018-2019, o seguinte tema orientador dos debates para seus eventos no período: “Educação Musical em tempos de crise: percepções, impactos e enfrentamentos”. Àquela altura, o Brasil já atravessava um período de turbulências políticas, econômicas e sociais, quando o governo de Michel Temer implementava uma série de reformas incongruentes com o programa de governo aprovado pela maioria da população nas eleições de 2014. O tema para o biênio 2018-2019, buscou, assim, provocar a área a produzir reflexões sobre aquele momento e a propor estratégias para enfrentamentos naquele período de crise (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 246).

Acerca dos Congressos da Associação, têm sido discutidas perspectivas de reestruturação da proposta e da função dos Grupos de Trabalho. Recentemente, foi instituído um comitê para debater sobre as perspectivas de avaliação e reorganização dos debates e da produção científica publicada nos Anais dos eventos e na Revista da ABEM⁸⁰.

Eu lembrei de outra coisa, que foi um comitê para discutir o processo de avaliação dos trabalhos do congresso. Então, isso tinha sido uma das nossas pautas da primeira proposta de chapa, chamamos algumas pessoas com bastante experiência nesse processo avaliativo, fizemos uma série de perguntas sobre o processo de avaliação que precisava ser melhorado, o que a gente precisava reconstruir tanto para os congressos quanto para Revista. Esse é outro documento que só eu tenho, que as pessoas não tem acesso e que precisariam ter. Algumas decisões foram tomadas, decidimos que aquele momento ainda era o momento de manter algumas questões, mas percebemos, por exemplo, que os critérios de avaliação não estavam presentes na chamada de trabalhos. Então, as pessoas não tinham acesso às “regras do jogo”. Então, a gente passou a inserir. A gente aumentou a pontuação mínima. Então, essa discussão sobre o processo de avaliação, porque se não as coisas vão entrando numa rotina e você não pensa sobre elas. Então, foi um momento interessante de pensar sobre aquilo e esse pensamento precisa ser contínuo. Uma das questões foi essa dos Grupos de Trabalho, que a gente resolveu ainda, que naquela época não estava maduro para colocar em ação. O que a gente pensa em fazer é articular os Grupos de Trabalho para que eles aconteçam no congresso como reunião das pessoas, não só a apresentação dos trabalhos, mas um momento no congresso em que as pessoas se reúnam para debater sobre aquele tema. A gente pensa em atrelar isso aos Fóruns [de Discussão Permanente] (PEREIRA, E.N., 2020, p. 13).

Na época em que foi realizada a entrevista, a reorganização dos Grupos de Trabalho dentro dos Congressos da ABEM ainda estava sendo debatida no âmbito da diretoria e do comitê científico. Essa proposta veio a ser efetivada na chamada de trabalhos para o “XXV Congresso Nacional da ABEM”, publicada em 1º de julho de 2021 no site da ABEM, que apresentou vinte e quatro (24) Grupos Temáticos Especiais – GTEs. Considerando a composição dos GTEs, muitos deles trouxeram demandas das sessões de trabalhos dos Encontros Regionais Unificados⁸¹, realizados no ano de 2020, como é o caso do “GTE 04 - Canto Coral: ensino, pesquisas e práticas em diferentes concepções e contextos” e do “GTE 10 – Educação Musical na Infância”. O caráter de Grupo de Trabalho Especial remete a seu status provisório, uma vez que esses GTEs podem vir a se tornar GTs. Sua mudança de

⁸⁰ Na época da entrevista a organização desse comitê ainda estava em âmbito instituinte.

⁸¹ Os Encontros Regionais Unificados foram realizados de forma totalmente *on-line*, permitindo a interação síncrona dos participantes, nos cursos e mesas de debate, e assíncrona, pois apresentações dos trabalhos foram gravadas e disponibilizadas previamente. Também os principais debates, que foram transmitidos e gravados pela plataforma do *Youtube*, permanecem disponíveis.

status e efetivação dependerá de uma continuidade dos trabalhos, pois existe a possibilidade de muitos grupos permanecerem, outros deixarem de existir e, ainda, outros novos surgirem.

Em sua trajetória a continuidade e manutenção daquilo que foi instituído toma sempre outras dimensões instituintes, a cada gestão, período e contexto histórico, social e político.

Se você for ver, tem um avanço muito grande das nossas conquistas. Na abertura do congresso de Campo Grande, eu até usei “O Mito de Sísifo” para refletir um pouco sobre isso. É aquela ideia de que você empurra uma pedra morro acima e, quando você está quase chegando, a pedra rola para baixo. A gente às vezes tem essa sensação, de que a luta é a mesma, de que a gente tem falado a mesma coisa há trinta anos, de que a gente tem lutado pelas mesmas coisas há trinta anos. Quando eu falei sobre “O Mito de Sísifo”, é a ideia de que cada vez que a pedra rola para baixo, ela não rola para o mesmo lugar e nós não somos as mesmas pessoas empurrando. A gente tem outras experiências, a gente tem outras ideias (PEREIRA, E.N., 2020, p. 20).

A instituição ABEM vai se constituindo nessa dinâmica de movimentos instituídos e instituintes. Castoriadis (1982) considera que

Toda sociedade existe instituindo o mundo como seu mundo, ou seu mundo como o mundo, e instituindo-se como parte deste mundo. Desta instituição, do mundo e da sociedade, pela sociedade, a instituição do tempo é sempre essencial (CASTORIADIS, 1982, p. 222).

Movimentos que são transformados, ressignificados e dinamizados nesse lugar coletivo, Instituição, e na imensa gama de relações com contextos, tempos e épocas diferentes, que perpassam sua história e respondem às necessidades de cada período.

Eu acho que isso é muito positivo, e não só as coisas novas que a gente cria, mas a luta que a gente tem para manter as conquistas que foram feitas até agora. Então, manter a qualidade da Revista, manter a qualidade dos congressos, a representatividade dos congressos, a continuidade dos nossos encontros. A gente fez agora uma mudança no estatuto, que já mostra um pouco das mudanças da própria Associação. Eu acho que é muito importante esse esforço que a gente tem feito, que já começou antes, mas de organizar o histórico da Associação, os documentos da Associação, eu acho que isso é uma contribuição importante para ainda o que virá. É uma luta mesmo. Eu acho que a contribuição é manter a credibilidade da Associação, manter as conquistas, manter aquilo que foi construído ao longo de tantos anos e tentar, ainda assim, mobilizar cada vez mais, atingir um número maior de pessoas para fazer a Associação funcionar como uma associação, como pessoas que estão juntas por um objetivo em comum. Não é o presidente sozinho, são as pessoas que travam suas lutas nos seus lugares, fazem os seus movimentos, que podem contar com o apoio da instituição e essa nossa instituição conta com o apoio dessas pessoas. Acho que as contribuições são essas, de manutenção das conquistas e de tentar agregar pontos positivos, como participação das pessoas, a construção desse arquivo. Agora, como a gente comemora trinta anos, tentar também... é inclusive um momento super

propício para isso que você está fazendo... de olhar para trás, ver essa história, pensar nas metas e nas estratégias para o futuro. Acho que, de fato, participar da SBPC é um avanço importante, interessante. Inserir a ABEM cada vez mais nos organismos internacionais também, são avanços importantes. É isso, acho que tudo o que a gente faz, com a ajuda de todo mundo, acaba contribuindo de certa forma para essa grande construção coletiva que é a ABEM (PEREIRA, E.N., 2020, p. 18-19).

Uma das perspectivas instituídas na história mais recente da ABEM foi a criação dos Fóruns de Discussão Permanente⁸², que teve continuidade e vem sendo consolidada nas últimas duas gestões. Destaca-se também a criação dos Fóruns de Temas Emergentes, realizados a partir de 2020.

Quando eu assumi, na primeira gestão, a gente tinha mais ou menos acabado de instituir os Fóruns. Os Fóruns permanentes de discussão sobre aquelas temáticas específicas, especialmente, o de Ensino de Instrumentos que havia acontecido apenas em uma edição. Então, nessa primeira gestão a gente se preocupou bastante em consolidar essas criações que tinham sido feitas mais recentemente, em especial os Fóruns. Foi uma gestão, basicamente, de continuidades, de procurar intensificar aquilo que já tinha se iniciado, de levar a Associação pro interior do país, para lugares onde a Associação ainda não tinha ido. Então, a gente deu continuidade a isso, a gente procurou fortalecer os Fóruns... (PEREIRA, E.N., 2020, p. 7).

No ano de 2019, nos dias 05 e 06 de dezembro, ocorreu em Campina Grande-PB o “VI Encontro do Fórum Permanente de Ensino de Música nas Escolas de Educação Básica”, contando além da participação presencial com transmissão e participação *on-line*.

Uma coisa que intensificou, que tem a ver com isso, a gente passou a fazer a transmissão online dos Fóruns para que as pessoas pudessem participar. Essa transmissão ainda não é profissional, a gente faz dos nossos próprios celulares, do Facebook, então dá uma série de problemas, mas tem permitido a participação das pessoas. A Cláudia Bellochio é uma das que sempre faz um esforço muito grande para participar... Então, é um esforço de tentar fazer com que esses Fóruns sejam de discussão permanente. Isso a gente tinha pensado, inicialmente, de criar Fóruns online, que precisa de um moderador, as pessoas vão discutindo, mas alguém precisa moderar para que a discussão não vá para qualquer lado. A gente ainda não conseguiu fazer isso por várias dificuldades, de encontrar uma pessoa que tenha tempo para acompanhar a discussão online e encontrar mesmo um formato eletrônico que permita tudo isso. Então, essa é uma das coisas que a gente está pensando em fazer para atrelar os grupos de trabalho ao Fórum, para que sejam discussões permanentes e que no congresso seja o resultado de uma discussão que foi feita ao longo do ano (PEREIRA, E.N., 2020, p. 13).

⁸² A partir de 2013, na gestão do professor Dr. Luis Ricardo Silva Queiroz, a ABEM passou também a realizar fóruns temáticos. Inicialmente, foram criados os fóruns dedicados à Pesquisa em Educação Musical, ao Ensino de Música nas Escolas de Educação Básica e à Formação de Professores de Música. Posteriormente, foi criado o Fórum de Ensino de Instrumentos Musicais e Escolas Especializadas de Música. Com encontros presenciais realizados anualmente e com formato compacto, os fóruns, desde sua criação, têm permitido que o debate entre pessoas engajadas em campos temáticos específicos da área aconteça continuamente (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 244- 245).

Nesse sentido, a ABEM vem promovendo a continuidade das políticas de descentralização dos Encontros e dos Fóruns, com maior aproximação virtual aos associados e à sociedade em geral. Além da promoção dos principais eventos da ABEM, os mesmos passam a ser transmitidos de forma *on-line* e com interações através de chats, ampliando-se a divulgação das ações da Associação e a participação para as pessoas que não conseguem estar presencialmente nos eventos.

O que foi instituído, na verdade já existia, estava abandonado e a gente fez acontecer de verdade, foi a “ABEM nas Redes” ... que era uma forma de fazer com que aquilo que a Associação estava fazendo, as nossas frentes de ação, chegassem de uma maneira mais direta para as pessoas, que é aquilo que o boletim não estava dando conta de fazer. Então, existia já uma página no Facebook da ABEM que a gente não consegue acessar, porque pede uma autenticação de usuário e vai para um e-mail que a gente não sabe de quem é. A gente já procurou saber, mas a gente não sabe quem é o dono dessa página. Então, a gente criou um outro perfil, que é o “ABEM nas Redes” e nele a gente conseguiu, de uma forma muito interessante, fazer com que a Associação se tornasse parte da vida das pessoas. Porque as pessoas acessam muito as redes sociais e, com as constantes atualizações pela secretaria principalmente, que é quem cuida da “ABEM nas Redes”, tudo aquilo, todas as ações que a gente estava tendo, a gente passou a ver que as pessoas passaram a acompanhar mais a vida que a ABEM tem fora dos congressos, fora dos encontros, fora dos eventos científicos (PEREIRA, E.N., 2020, p. 8).

Através da “ABEM nas Redes”, grandes plataformas *on-line* têm sido utilizadas como meio de aproximação, acesso e ampliação da ABEM a diversas pessoas e contextos. Considerando que as redes sociais são estruturas que possibilitam a conexão de pessoas e organizações a partir de interesses comuns e, cada vez mais, fazem parte do cotidiano de muitos sujeitos, essas têm potencializado a divulgação e alcance das ações da Associação, especialmente a partir de 2018.

É fato que, antes da pandemia, a ABEM já ensaiava realizar eventos e ações totalmente *on-line*. A comunidade virtual em torno da Associação já vinha crescendo desde 2018, quando as conferências e mesas-redondas de todos os eventos da Entidade passaram a ser, sistematicamente, transmitidos pela “ABEM nas Redes” no *Facebook*. A despeito da qualidade técnica das primeiras transmissões, muitas vezes realizadas por meio de smartphones, essa iniciativa permitiu que os eventos da ABEM começassem acontecer de forma híbrida. Isso porque o público, não apenas presente nos eventos, já podia participar, de suas casas, dos congressos, encontros e fóruns promovidos pela Associação. A realização de um evento 100% *on-line* já era, nesse período, uma possibilidade (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 247).

Segundo Pereira e Oliveira (2020), o número de associados à ABEM, em 2020 era de aproximadamente 2.500 pessoas, considerando pessoas adimplentes e inadimplentes. Contudo, a quantidade de pessoas que acessam as redes sociais e relacionam-se virtualmente com os perfis e páginas da ABEM nessas redes tem

extrapolado o contexto somente dos associados. Nas contagens realizadas pelos autores em 23 de novembro de 2020 consta como: “Número de seguidores/as no Perfil da ABEM no Facebook: 4.996; número de seguidores/as na Página da ABEM no Facebook: 3.066; número de inscritos/as no Youtube: 2.550; número de seguidores/as do perfil do Instagram: 3.066” (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 246). Ressalta-se a ampliação do número de associados ao longo da história da ABEM, que atualmente (2021), segundo informações da Secretaria da Associação, registra em torno de 3.000 associados. Se trouxermos os números de pessoas que acompanham a ABEM nas redes sociais, temos 5.000 no Facebook, 3.296 no Instagram, 2.910 no Youtube e 218 no Twitter (informações da data de 19 de julho de 2021). Pode-se comparar longitudinalmente este crescimento se observando os registros de Souza (2005, p. 15), acerca da última gestão da década de 1990, gestão de Vanda Freire, nos quais “os dados passados pela tesouraria da gestão anterior registravam que dos 774 sócios, apenas 148 estavam em dia com suas anuidades”. Contudo, percebe-se uma flutuação em relação aos associados em dia e aos inadimplentes a cada ano, já registrada nos anos 1990. Tal característica ainda se mantém atualmente, demonstrando um aspecto ainda instituinte da Associação.

Para além das interações virtuais nos congressos e fóruns da ABEM, uma das propostas que se tornou instituída através da comunicação nas redes sociais, foi a divulgação das ações cotidianas da Associação, permitindo e potencializando outras discussões. Marcus Pereira (2020) narra:

Então, eu fui às audiências públicas da Base no Ensino Médio e a gente postava foto dos crachás, postava foto da audiência e dizia “olha, o presidente está em tal lugar, discutindo tal coisa”. Isso fez com que as pessoas notassem esse outro lado da Associação, porque a Associação acontece para além dos congressos, para além da Revista, que há uma mobilização política. A “ABEM Nas Redes” também passou a compartilhar as notícias que nos afetam diretamente, principalmente relacionadas à Educação. Foi-se promovendo inclusive pequenos debates debaixo delas. As pessoas passaram a comentar aquelas notícias que eram compartilhadas. As nossas notas de repúdio foram então colocadas nas redes sociais, mais intensamente no Facebook, mas também tem um Instagram. Então, isso foi uma conquista bastante interessante, uma movimentação muito maior nas redes sociais e fazer com que as pessoas vissem aquilo que a ABEM tem feito. Então, tem sido muito interessante inclusive o retorno das pessoas sobre isso. Elas falando “olha, agora a ABEM está fazendo um tanto de coisa”, mas na verdade não é que agora a ABEM está fazendo um tanto de coisa, agora as pessoas estão podendo ver aquilo que a gente faz para além dos congressos. Então, isso tem sido muito interessante, foi uma coisa que aconteceu na primeira gestão e que a gente tem dado continuidade (PEREIRA, E.N., 2020, p. 8).

Vale lembrar que o processo que culminou com a aprovação da Lei 11.769 em 2008, e que foi realizado através da ação de vários atores sociais, especialmente do grupo GAP, também contou com ampla divulgação do *slogan* do movimento “Quero Música na Escola” nas redes sociais disponíveis naquele período. Nesse sentido, os significados que as pessoas estabelecem com a instituição ABEM e com os diferentes espaços de discussão, dentre eles os meios virtuais das redes sociais, são perpassados por outras formas de interação e capazes de produzir novos sentidos sobre o lugar e a representatividade da Associação.

Especialmente, desde 2018 a ABEM intensificou sua presença nas redes sociais, buscando atualizar e modernizar suas ações de comunicação e divulgação⁸³. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, plataformas e aplicativos, cada vez mais, determinadas ações que antes só eram possíveis de serem realizadas presencialmente entre as pessoas, tornam-se viáveis através das interações digitais. Assim, as redes sociais e as possibilidades de interação por meio das plataformas digitais tem se configurado ferramentas de ação da ABEM.

Ao final do ano de 2019, a doença causada pelo vírus Sars-Cov-2, denominada COVID-19 - Coronavirus Disease 2019, começou a se espalhar pelo planeta atingindo todos os continentes e sendo reconhecida, no dia 11 de março de 2020, oficialmente como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesse período, diversos países adotaram medidas sanitárias e restritivas, numa tentativa de conter a disseminação da nova doença e minimizar a exposição ao vírus.

Com a pandemia, a utilização das plataformas digitais se tornou ferramenta essencial para a realização das atividades e eventos da ABEM. Embora a Instituição já viesse desenvolvendo ações em diversas plataformas, a exemplo do *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Youtube*, a partir de 2020 os meios digitais tornaram-se o principal canal de comunicação, divulgação e realização das atividades da Associação.

Frente a novos desafios impostos pela pandemia e a ampliação de desigualdades (de recursos, condições, tempo, entre várias outras) de toda ordem,

⁸³ A modernização do setor de divulgação e comunicação da Associação foi uma das propostas das Diretorias eleitas em 2017 e em 2019 para as gestões nos biênios 2018-2019 e 2020-2021 respectivamente. A proposta inicial foi dar visibilidade às ações da associação não somente entre associados/as, mas para o público em geral. O propósito dessa modernização foi possibilitar 1) a divulgação de informes da Entidade, como documentos elaborados pela diretoria com comentários e análises de questões pertinentes à área; 2) a realização de coleta de informações para subsidiar ações da Associação; 3) a divulgação de notícias diretamente relacionadas à educação musical e, de forma mais abrangente, a políticas públicas em educação, ciências e cultura. Tais objetivos foram ampliados no decorrer dos últimos (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 247).

que modificaram hábitos de vida e impuseram o trabalho remoto a diversos setores e profissionais, muitas vezes sem a infraestrutura e conhecimentos necessários, novas configurações e vivências tornaram-se rotina. As pessoas e instituições precisaram se reorganizar, se reinventar e propor alternativas que viabilizassem minimamente a continuidade das diversas atividades. A partir de então, grande parte dessas alternativas vem sendo realizada no contexto digital, no qual o formato *on-line* se tornou essencial para o cotidiano de muitas pessoas. Na ABEM, a organização tradicional dos Encontros Regionais, Congressos Nacionais e Fóruns Permanentes de Discussão, que eram marcados pela intensidade dos diálogos e atividades presenciais, passou a ocorrer totalmente num contexto virtual de interações.

Junto a todo esse novo cenário, Pereira e Oliveira (2020) contextualizam:

Com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente do país no final de 2018, não seria incoerente a manutenção do tema do biênio 2018-2019 no biênio 2020-2021. Com o novo governo federal, certamente, as crises políticas, econômicas e sociais se intensificaram no Brasil, impactando, de modo ainda mais severo do que no período anterior, a educação, as ciências, a cultura, as artes, o meio ambiente e demais setores no país. Considerando, todavia, a demanda por proposições frente a essas crises diversas e, também, aos 30 anos da Entidade em 2021, o tema escolhido, no início de 2020, para o biênio 2020-2021 foi “A Educação Musical Brasileira e a construção de um outro mundo: proposições e ações a partir dos 30 anos de lutas, conquistas e problematizações da ABEM” (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 246).

Nesse viés e, com a perspectiva das atividades em formatos totalmente digitais, no ano de 2020 a ABEM realizou todos os seus eventos de forma *on-line*. Assim, foi criado o “Fórum de Temas Emergentes da Educação Musical Brasileira”, realizado em três edições totalmente *on-line*, nas datas de 02 de abril, 09 de abril e 23 de abril de 2020, que estão disponíveis na página da ABEM.

O tema do I Fórum foi “Ações e reações para enfrentar as crises a partir de movimentos coletivos da educação musical brasileira”. O II Fórum abordou as “Possibilidades online de Ensino/Aprendizagem Musical” e o III trouxe o tema “Aulas de instrumento online: compartilhando boas práticas”.

Esses fóruns de temas emergentes, como comentado anteriormente, tiveram como objetivo, além de promover uma aproximação com a comunidade e possibilitar o debate sobre questões que passaram a povoar as vidas pessoais e profissionais de todos/as, compor testes preliminares para a realização de eventos *on-line* – característica que marcaria os eventos acadêmicos não só da ABEM no ano de 2020. Os fóruns de temas emergentes tiveram ampla participação, com seu alcance ampliado sobremaneira por ter suas mesas geradoras do debate transmitidas no canal do *YouTube* da Associação (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 249).

Além dos “Fóruns de Temas Emergentes da Educação Musical Brasileira”, o VII Encontro do Fórum Permanente de Pesquisa em Educação Musical, o VII Fórum Permanente de Formação de Professores de Música e o IV Encontro do Fórum Permanente de Ensino de Instrumentos e Escolas Especializadas de Música foram realizados também em formato totalmente *on-line*⁸⁴.

Também no ano de 2020, com formato totalmente digital, foram realizados os “Encontros Regionais Unificados da ABEM”, contemplando diversas atividades que tradicionalmente vinham sendo realizadas presencialmente nas edições dos Encontros Regionais dos anos anteriores.

Com a pandemia ainda não controlada no Brasil, a realização dos cinco encontros regionais da ABEM precisaram ser realizados integralmente em ambiente virtual. Como as mesas-redondas seriam transmitidas pelo YouTube para todos o país, propusemos a realização dos encontros regionais de forma unificada: duas semanas de programação intensa envolvendo as cinco regiões do país. E, para preservar o caráter regional dos encontros e de seus debates, cada dia da primeira semana seria dedicado a uma das regiões, com mesas promovendo o debate de questões ligadas aos seus respectivos estados, sem deixar de permitir também o debate mais amplo e o diálogo com os participantes de todo o Brasil. Como já havíamos realizado mesas-redondas durante os três fóruns 100% *on-line* em 2020, nossos maiores desafios no planejamento e realização dos Encontros Regionais Unificados foram atinentes às atividades que ainda não havíamos concretizado em formato exclusivamente *on-line*: 1) minicursos; 2) apresentações musicais; e, principalmente, 3) sessões destinadas aos/às autores/as das comunicações, pôsteres e simpósios (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 250).

Os Encontros Regionais Unificados da ABEM permitiram interações síncronas e assíncronas entre os participantes, por meio dos ambientes virtuais disponibilizados para o evento. Dentro da programação dos Encontros, também ocorreu o Fórum de Coordenadores dos Cursos de Licenciatura em Música.

Com a realização de diversas ações da ABEM viabilizadas por meio das plataformas e dos meios digitais de comunicação, também vem ocorrendo iniciativas de levantamento, organização e disponibilização digital de todas as publicações da Associação.

Então, a gente precisa fazer uma... essa é uma coisa, não é nem uma instituição, mas é uma iniciativa, principalmente de agora... a gente deu início na primeira gestão e a gente vai continuar agora, que é fazer um grande

⁸⁴ O formato *on-line* permitiu não somente a ampliação do alcance do evento, inclusive pelo fato dos encontros permanecerem gravados e disponíveis no YouTube (há vídeos com duas mil visualizações), mas a participação de convidados internacionais, como a professora portuguesa Dra. Maria do Céu Roldão. As discussões, antes bastante ligadas às características dos locais que recebiam os encontros dos fóruns, tornaram-se mais amplas, e o chat ao vivo, enquanto os/as expositores/as apresentam suas contribuições, permitiu um debate entre a audiência (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 250).

levantamento de todas as publicações e de todos os Anais, porque durante muito tempo eles foram Anais impressos. A Série Fundamentos, por exemplo, ela só existe impressa e as pessoas tem dificuldade de ter acesso a esse material. Então, a gente iniciou um movimento, uma campanha, porque esse material está pulverizado na casa das pessoas. A gente ainda tem esse problema de muitos dos documentos da Associação estarem com cada um dos presidentes. Isso nos dificulta a formar um grande histórico, um arquivo mesmo da Associação. Então, o movimento que a gente iniciou primeiro foi com chamadas no Facebook. A gente fez um levantamento do que nós temos disponível no site, marcamos aquilo que nós não tínhamos, para que quem tivesse simplesmente sinalizasse “eu tenho esses Anais”, e a gente dava um jeito de ir até a pessoa, escanear aqueles Anais, para poder colocar à disposição das pessoas. Esse foi um pedido reiterado das pessoas, desde quando eu era secretário, em que a gente se preocupou nessa diretoria de fazer esse levantamento dos Anais, da Série Fundamentos, de colocar a Série Fundamentos no site para que as pessoas tenham acesso. Muitas pessoas nem sabem que essa série existe. Então, essa coleta de materiais ainda está em andamento. A gente já conseguiu várias coisas, tem algumas coisas que estão encaixotadas na sede da ABEM, mas não são todas. O que a gente vai dar início nesse ano e nesse mandato é tentar fazer a recolha dos documentos que estão com cada presidente, para que a gente possa digitalizar esses documentos e manter. A nossa intenção é comprar um espaço na nuvem, para que todo esse material fique num arquivo on-line (PEREIRA, E.N., 2020, p. 10).

Os meios tecnológicos, cada vez mais, tem implicado na forma como as instituições se relacionam com as pessoas, acarretando novas possibilidades, construções e reorganizações. Na ABEM, outros encadeamentos vêm sendo estabelecidos e a mediação da tecnologia em diversas relações que constituem a instituição vem desenhando novos contornos em sua história. São processos instituintes que demandam variadas possibilidades e acarretam reflexões sobre os direcionamentos que a instituição, que neste ano de 2021, completa trinta anos de existência, irá tomar. Esse movimento de instituição ocorre quando “a sociedade cria, institui, suas formas de ser, agir e pensar para nelas habitar. Lembrando sempre que todas estas instituições são compostas de elementos subjetivos e objetivos – funcionais e imaginários” (SILVA, 2014, p. 159). Nesse sentido, a reflexão de Marcus Pereira (2020) considera que

Uma das coisas que é interessante, inclusive do processo da entrevista narrativa e disso que você chamou aqui no roteiro de significações imaginárias, é a gente parar para pensar no que nos levou a ocupar os espaços que a gente ocupa hoje. Então, quando você me pergunta, o que te leva a ser presidente, isso é uma coisa que a gente não para pra pensar todo dia, não é?! Então, você tem que de fato, como eu tenho visto muito nos escritos sobre as narrativas, era até uma coisa que eu implicava muito no início, mas que cada vez mais eu tenho entendido melhor que é: Você não narra porque tem história. Você tem uma história porque você narra. Então, a gente precisa organizar essas nossas memórias, que são intensas, que são difusas e que a gente vai vivendo... a gente vai fazendo documentos, encontros e tudo isso, e quando você tem a oportunidade de parar para tentar ver que caminho isso vem tomando, você tem oportunidade de ver aquilo que

ficou na sua cabeça... Eu estou falando aqui tudo da minha cabeça, eu não estou com nenhuma das minhas propostas... Porque a gente tem, para você apresentar a sua chapa, você apresenta uma série de propostas. Eu não estou com as minhas propostas aqui para poder me ajudar. Então, de fato é aquilo que fica na nossa cabeça e isso permite a gente mesmo, que participa da entrevista, a tentar pensar um pouco sobre todo esse caminho (PEREIRA, E.N., 2020, p. 24).

Em meio ao atual panorama sócio-político brasileiro a ABEM vem buscando se reinventar, instituindo modos de dar continuidade aos principais movimentos estabelecidos ao longo de sua história. Estes são dinamizados através da produção científica do campo da Educação Musical, da promoção dos Encontros Regionais e Nacionais, dos Fóruns, da elaboração de documentos que subsidiem as discussões frente às políticas públicas para a Educação Musical, da articulação com diversas associações, instituições e órgãos públicos, além do amplo acesso, interação e divulgação eletrônica das ações desenvolvidas.

Interpretar a Instituição ABEM em perspectiva história, através das narrativas dos presidentes que, ao se utilizarem de suas memórias de certa forma reconstroem essa história, significa reconhecer movimentos que foram instituintes e que em algum momento tornaram-se instituídos. Significa também reconhecer que esses movimentos foram construídos coletivamente, com o protagonismo de muitos sujeitos que, a seu tempo e aos elementos de seus contextos, foram autores dessa história.

Então, realmente, é uma história construída coletivamente no Brasil. Cada um fez uma parte, tu vais ver, cada um fez seu pedaço. Talvez, por a gente ter participado das primeiras gestões, é que é óbvio, tinham mais coisas a serem construídas. Então, é difícil medir quem fez mais, porque é cada um no seu tempo, cada um no seu contexto, com as necessidades, que o período demandava (SOUZA, E.N., 2019, p. 10).

A dinâmica de existência da ABEM, na construção de sua instituição, vem ao longo de sua história articulando uma diversidade de pessoas com interesses comuns. É uma instituição cujo sentido se produz em significações imaginárias sociais que objetivam a constituição de uma identificação coletiva. Na construção dessas significações, a importância da dimensão institucional e política da associação delinea o valor simbólico que os sujeitos estabelecem com a instituição. Magali Kleber (2020), frente ao papel de gestão da ABEM, exemplifica ao considerar a consciência e a responsabilidade sobre o que significa representar uma instituição:

Ao longo da minha atuação profissional, sempre que ocupei um cargo ou uma representação institucional, foi com a postura responsável de saber o que é o valor simbólico que transcende a sua carreira pessoal. Essa primeira fase da minha vida profissional já me ensinou esse lugar e toda a responsabilidade

que isso traz. Quando você fala em nome de uma instituição a qual está representando, as portas se abrem ou não para essa dimensão institucional. Trata-se de um processo político. Nessa trajetória aprendi a planejar, e esse planejamento também sempre coletivo, ou seja, se você está numa instituição, você tem a pessoa que representa a instituição, depois você tem seus colegas, aí você aprende muito a lidar com essa coisa de divisão de tarefas, relações pessoais, como organizar uma equipe. Então, fui muito bem sucedida nesse contexto durante minha vida, aprendendo em formar equipe, em ter pessoas me ajudando pelo compromisso... até hoje eu usufruo disso né... então foi uma coisa que também veio de um exercício na profissão nesses mais diversos contextos. Esse exercício profissional me deu essa dimensão de gestão, essa dimensão política e eu tinha muito conhecimento da minha área, sempre fui muito estudiosa, então eu tinha argumento do conhecimento da minha área. Isso foi fundamental para me estruturar profissionalmente (KLEBER, E.N., 2020, p. 4).

A dimensão instituída de uma associação, e sua dimensão instituinte também decorrem de ou ambas são processos políticos que movimentam as relações na sociedade. Suas formas de funcionamento, organização e relacionamento com outras instituições, esferas ou contextos, bem como os dispositivos que motivam diferentes pessoas a tomar parte da instituição, fomentam a partilha de significações imaginárias sociais. Assim,

o mundo social é cada vez constituído e articulado em função de um sistema de tais significações, e essas significações existem, uma vez constituídas, na forma do que chamamos o imaginário efetivo (ou o imaginário). É só relativamente a essas significações que podemos compreender, tanto a “escolha” que cada sociedade faz de seu simbolismo, e principalmente de seu simbolismo institucional, como os fins aos quais ela subordina a “funcionalidade (CASTORIADIS, 2004, p. 177).

As significações imaginárias coletivas construídas na ABEM, seus simbolismos e funcionalidades na dinâmica das relações com as dimensões sociais e históricas, lhe conferem um caráter de associação científica.

O gesto de se associar a uma organização científica é, por norma, voluntário, não constituindo necessariamente um requisito absoluto da atividade profissional do cientista. Em todo o caso, a adesão a uma associação sugere a criação de laços entre pares, uma espécie de movimento para o coletivo que, mesmo antes de poder ser reconhecido como uma inclinação para um sentir-em-conjunto, pode ser visto como uma necessidade de pensar-em-conjunto (OLIVEIRA, 2017, p. 235).

Essa necessidade não só de pensar em conjunto, mas também de participar, agir e propor, é expressa na narrativa de Sérgio Figueiredo (2020), ao considerar que as conquistas e avanços são resultados de processos históricos coletivos:

A minha gestão não sou eu, a minha gestão é uma diretoria, a minha gestão é um momento histórico com aqueles sócios que participaram, votaram, propuseram coisas que foram ou não assumidas imediatamente, a partir das assembleias, por exemplo... Então é sempre esse conjunto que se confunde

com a ação de um ou a ação de outro. Tem o presidente que acaba sendo o porta voz, que acaba assinando os documentos e ele passa para história... Mas o presidente não está sozinho fazendo as coisas. Para mim isso sempre esteve muito claro. Mas isso não é muito claro não, as pessoas adoram dar nome “fulano fez isso”... Eu acho que eu fiz alguma coisa, quando isso foi possível, diante das circunstâncias, a partir de uma série de considerações a respeito. Então tem uma história que conta que isso é uma continuidade, que isso é um processo (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 13-14).

Nesse processo que é responsável por produzir a instituição, o que permanece é o que foi construído, mantido e continuado, em outro sentido, o que foi instituído. Nessa dinâmica, desde seu início, a ABEM vem potencializando movimentos que se relacionam com diferentes contextos, momentos históricos e sociais. Jusamara Souza (2019) considera:

Então acho que várias dessas ações que eu participei, tanto como presidente e depois não sendo presidente, mas que eu também coordenei, tiveram esse sentido maior da construção de uma área que não está dada, que não vem pronta. Hoje nós temos no Brasil vários programas de pós-graduação que oferecem doutorado, mas também não é uma coisa dada, pronta, porque se a gente não cuidar, essa área também não “evolui” sozinha, os agentes de dentro da área também precisam lutar e continuar trabalhando, porque, às vezes, passa essa impressão: “Bom, a ABEM hoje cresceu, tem não sei quantos mil sócios, tem uma revista super qualificada”, parece que está tudo bem, tudo funcionando não é?!... Eu penso assim, por mais pronto, por mais trabalho que tenha sido feito pelas Diretorias, a Associação sempre vai estar em movimento, com inovações que atendam às demandas daquele período (SOUZA, E.N., 2019, p. 17).

Os desafios e possibilidades de cada momento na história da ABEM necessitaram de respostas e ações específicas aos seus contextos, as quais permitiram uma trajetória que delineou os contornos que hoje se apresentam na instituição. Novas demandas exigiram novas reflexões, planejamentos e ações. Movimentos instituintes que permearam a construção de significações imaginárias sociais. Nesses movimentos a constituição do sentido de representatividade coletiva, ao mesmo tempo que é instituída, é também a todo momento instituinte. Sobre a construção do que significa representatividade coletiva na ABEM, Luis Ricardo Queiroz (2020) narra

A gente promoveu uma série de debates falando sobre isso. Porque ser sócio? Quando você se associa, não é um clube de vantagens em que você está se associando e, “poxa o que é que eu ganho?”, mas é a gente dizendo: nós temos que fortalecer um coletivo para que esse coletivo nos represente de maneira consistente. Eu acho que isso ainda precisa avançar muito, mas isso foi algo que aconteceu. Acho que a Associação ganhou mais sócios, se organizou melhor coletivamente. Com isso, você tem mais condições de trabalhar (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 8).

A narrativa dos presidentes evidencia que, em toda a sua história, a ABEM tem apresentado compromissos com as questões que envolvem a construção de um campo de conhecimentos. Esses compromissos transcorrem do engajamento de cada gestão e do protagonismo dos sujeitos implicados no processo histórico, político e social da Associação.

Hoje a ABEM é bastante conhecida internacionalmente, tanto é que a gente tem colegas, como Sérgio Figueiredo, Magali Kleber, que ocuparam e ocupam lugares de destaque na ISME. Mas tem a ver com essa experiência de base, que é o dever de casa. O que nós já conseguimos fazer aqui no Brasil, com os estudos, enfim, como pensadores da área. Não é só o bônus de ser presidente, tem as coisas boas, mas também esse ônus de estar sempre pensando e sempre estar envolvido com as questões da área. Acho que é um ponto em comum, talvez que tu vais encontrar em todos os presidentes, é a questão desse envolvimento e que não foi só durante a ABEM. Todos os presidentes são pessoas envolvidas antes, durante e depois. Não é que assumiram o cargo só por assumir e depois saíram. Todos os colegas que foram presidentes ou que passaram pela presidência, mostram muito esse engajamento, essa vontade de fazer... Talvez a professora Cláudia Bellochio deva ter comentado, a professora Alda de Oliveira e eu, recebemos um título que tem no estatuto, de Sócio Benemérito, que para mim foi um presente esse reconhecimento da carreira, obviamente, como mencionei, graças à visão da Alda, porque foi ela quem capitaneou todo esse movimento. E também de eu perceber, quais são as possibilidades que tu tens e quais são as possibilidades coletivas de fazer uma coisa que sirva a mais pessoas, a mais interessados, quando estamos nesses lugares (SOUZA, E.N., 2019, p. 19).

Um dos eixos que fundamentou a fundação e o desenvolvimento da ABEM em sua trajetória histórica foi a organização e divulgação da produção científica em educação musical. Essa é também uma dimensão que a caracteriza como uma associação científica, “ela tem como definição ser uma associação científica [...] é uma associação plural dentro da cientificidade, que tem várias linhas.” (SOUZA, E.N., 2019, p. 21).

Ao se constituir como associação científica a ABEM, por um lado fomenta discussões e debates, atuando na difusão e compartilhamento de conhecimentos. Por outro, ao definir a especificidade de seu objeto científico, que é a Educação Musical, também cumpre com a função de estabelecer suas fronteiras epistemológicas.

Para Oliveira (2017)

Baseadas, portanto, na força própria do coletivo, as associações científicas constituem-se como núcleos legitimadores quer de problemas formulados como objeto de determinadas ciências quer dos métodos prescritos para a sua abordagem. A constituição de associações científicas, sejam elas nacionais ou internacionais, disciplinares ou interdisciplinares, está, por isso, ligada à consolidação de determinados campos científicos e suas comunidades” (OLIVEIRA, 2017, p. 236).

Desde seu nascimento, a ABEM vem congregando pesquisadores, professores, músicos, estudantes. Atores que desempenham diversas funções para o exercício do crescimento do campo de conhecimentos da Educação Musical. Raimundo Martins (2020) narra:

Fazíamos muitas coisas ao mesmo tempo. Tínhamos que dar aula (em geral carga horária semanal muito alta), tínhamos que fazer pesquisa, produzir/editar revistas, publicar. Além disso tínhamos que fazer política, negociar com o pessoal das agências de fomento, negociar com o pró-reitor, estimular alunos de graduação a fazer pós-graduação. Quer dizer, a gente fazia de tudo um pouco, digamos assim, era uma espécie de varejo. Hoje as associações estão bem estabelecidas, tem perfil bem definido, tem um corpo de sócios, de pesquisadores, dispõem de revistas, inclusive revistas digitais, que barateiam muito o custo ao mesmo tempo em que facilitam a publicação e a divulgação da produção. Tudo isso mudou, vivemos em outro tempo!!! Naquela época, éramos obrigados a trabalhar e produzir no atacado e no varejo!!! Tínhamos que fazer um pouco de tudo (MARTINS, E.N., 2020, p. 14).

Em meio às diversas funções exigidas e desempenhadas no exercício da gestão, Magali Kleber (2020) narra que permanece na memória e na história aquilo que foi significativo para os presidentes, destacando a organização da produção do conhecimento científico como eixo instituído pela ABEM,

Ontem eu viajei de ônibus e fui pensando, fui lembrando... é tão vivo na minha memória e as coisas que eu compartilho com você, são as significativas. Elas vêm naturalmente. Lógico, tem um pano de fundo, mas isso talvez não seja tão importante. Eu gosto desse bate papo, porque vem de uma estruturação que é comandada pelo que foi significativo. Eu acho que essa é a minha contribuição, que eu posso dar e aí trazer também uma coisa da questão do conhecimento, que é a questão epistemológica, que eu acho que talvez eu possa falar um pouco mais, porque eu contei mais fatos e o alinhamento institucional... Agora, realmente, o que a produção do conhecimento que a ABEM conseguiu congrega, conseguiu organizar nesse tempo é, digamos assim, talvez um dos eixos mais importantes, porque é onde bebem muitos. Quase todos os doutorandos e mestrandos da área de Educação Musical buscam isso. Então, eu acho que essa forma de bater papo e trazer a memória, eu gosto muito, porque eu também fico à vontade (KLEBER, E.N., 2020, p. 21).

Para que a ABEM se tornasse uma instituição capaz de representar a Educação Musical em todas as regiões do Brasil, foi necessária a mobilização de muitas pessoas, a articulação com variadas instituições, inúmeras ações e movimentos no campo político, o incentivo à divulgação e organização científica, a adesão de um *corpus* de pesquisadores comprometidos com a constituição e manutenção de um campo de conhecimentos, a construção de força política capaz de produzir resultados em políticas públicas para educação e cultura, dentre diversos outros fatores. Assim, os processos instituintes da ABEM em busca de representatividade nacional, ao longo

dos anos, se constituíram na interlocução com esferas nacionais, regionais e locais. No que tange o papel da gestão em todos esses processos, Jusamara Souza (2019) destaca que,

Uma coisa também importante a mencionar sobre o que é ser presidente, um primeiro aspecto é ter uma grande disponibilidade de ouvir pessoas do Brasil todo. Isso foi o que eu mais aprendi desse convívio, desde o Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste... A gente acabava viajando muito para todos os eventos realizados nas regiões e outros nos quais nós representávamos a ABEM. Então essa é uma das maiores aprendizagens de estar nesse papel: é você também conseguir ouvir muito mais pessoas do que aquelas que estavam ao seu redor, ver as diferenças, as dificuldades, as demandas de cada espaço (SOUZA, E.N., 2019, p. 12). Na minha opinião, a Associação serve para isso, tu tens que responder a um coletivo [...] Para mim é a área que está no foco, nós temos que construir uma área (SOUZA, E.N., 2019, p. 16).

Como uma instituição coletiva nacional que se propõe a representar uma comunidade ampla e diversificada, a ABEM em toda sua história, constitui-se num organismo vivo, dinâmico e atento às diversas mudanças e contextos políticos e sociais de cada período. Nessa trajetória uma das marcas é a continuidade das políticas internas que foram implementadas e instituídas ao longo das gestões. Sérgio Figueiredo (2020) entende que

[...] isso também é uma característica de todas as gestões da ABEM. Até onde eu me lembro, sempre o primeiro ponto é dar continuidade ao que vinha sendo feito. Não houve nunca uma diretoria que fez uma ruptura e falou “a partir de agora, a ABEM não anda mais nessa direção e anda naquela... a partir de agora a ABEM não faz mais isso e faz aquilo”, não. Eu acho que sempre foi um grande respeito àquilo que já vinha sendo feito (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 4).

Nesse viés, Jusamara Souza (2019) compreende que existe um sistema de organização incorporado, que orienta as formas pelas quais as gestões significam e desenvolvem suas ações, um modo instituído na trajetória de condução da ABEM.

Claro, cada um tem a sua personalidade, o seu jeito... mas na ABEM tu vais encontrar isso na fala de muitos... Tem coisas que são implícitas, são tácitas, mas elas são mantidas, não existe uma regra de como ser presidente da ABEM, mas existe um habitus, tem um jeito de trabalhar que isso foi muito impregnado pela primeira presidente, Alda de Oliveira e isso foi se mantendo ao longo desse período (SOUZA, E.N., 2019, p. 29).

O princípio de uma associação científica plural de Educação Musical, “de cunho eminentemente social, voltada para o ensino e o aprendizado da música” (ABEM, 2006, s/p) marca a identidade da ABEM. Desde sua criação, os objetivos presentes no estatuto e o regimento que regulamenta as atividades de seus membros, definem

os papéis da Associação. Ao refletir sobre o recente contexto político, social e histórico brasileiro, Jusamara Souza (2019) considera,

Olhando um pouco mais de longe, hoje eu vejo que, de novo, a gente está num momento muito crucial para esse entendimento: Qual é o papel da Associação, o que nós vamos fazer nesses novos tempos... tantas coisas que melhoraram, tantas coisas que avançaram, mas como é que a gente pode garantir essas conquistas e estar preparado para outros desafios? (SOUZA, E.N., 2019, p. 26-27).

Tais questionamentos demonstram o caráter de movimento entre as dimensões que já estão instituídas na Associação e aquelas que são instituintes, decorrência de seu período e contexto social, histórico, cultural e político. Remetem a dimensões fundamentais que balizam a própria constituição interna da ABEM, suas linhas de ação e planejamento, e o relacionamento da instituição com as instâncias externas, delimitando e representando, nessa relação, os anseios presentes nas significações imaginárias sociais de seu coletivo.

Como um dos anseios presentes em vários momentos da trajetória da ABEM, discutiu-se constituir um lugar para a preservação da memória e da história da Associação, bem como possibilitar o acesso de seus associados ao acervo documental da instituição. Jusamara Souza (2019) narra:

Talvez os outros colegas possam dizer sobre esse tema, mas a professora Alda e eu tentamos, quando eu era presidente e ela vice, na nossa primeira gestão (2001-2003) tentamos ter um espaço em Salvador, na Bahia, que ela tinha conseguido e que seria uma doação do uso deste espaço para a ABEM. A gente não teria que pagar aluguel e seria um espaço, onde poderíamos disponibilizar a produção e os documentos que compõem a memória da ABEM. E aí, pensando que este espaço seria em Salvador, nós poderíamos inclusive ter ali, como é uma cidade visitada por muitos turistas, pensar nessa divulgação do trabalho da ABEM para o mundo, para outros países, para outros interessados. Mas foi um projeto que, na época, não foi aprovado, digamos assim. Muitos sócios acharam que seria difícil manter esse espaço, por questão de custos ou dificuldades que poderiam advir. Então a gente acabou não tendo condições de levar esse projeto adiante. Depois, em outras reuniões, eu acho que foi na gestão do Luis Queiroz, o assunto da necessidade de uma sede física da ABEM voltou à pauta. Tu deves encontrar isso registrado talvez em alguma ata... que era o desejo, uma demanda antiga de se ter um espaço físico, uma salinha pequena, pelo menos para guardar esses documentos. Que se tivesse a contratação de uma pessoa, meio período, por alguns dias na semana, para preservar esse lugar. Eu não sei o que a atual gestão pensa sobre isso... mas eu, particularmente, quando vejo o teu projeto de pesquisa, penso que, em se tratando de memória, os documentos são muito importantes (SOUZA, E.N., 2019, p. 4-5).

Assim, do que eu tenho lembrança, a não ser isso que eu te falei, que eu tinha vontade de deixar a Associação com uma sede, um lugar físico... o que a gente não conseguiu, até por eu acho que envolvia o amadurecimento, na época, de colegas que tinham receio que nós assumíssemos uma dívida, um problema, que depois iria nos trazer mais dificuldades e que, aí, a ABEM não

teria capital para isso, enfim... Eu era mais arrojada no sentido de que eu achava que a gente tinha que apostar num projeto mais ousado para a ABEM. Mas eu entendi, até porque, como presidente não é só prevalecer a tua ideia, é você gerenciando os diferentes, as várias ideias... (SOUZA, E.N., 2019, p. 11).

Como eu te falei, tirando essa questão da sede, que a ABEM teve uma possibilidade concreta, ficou um pouco essa frustração ao longo dos anos e, principalmente, como eu te falei, depois dessa responsabilidade da herança que está comigo e esse material não poder estar em algum lugar físico da associação. Mesmo que eu deixe aqui na universidade, por um tempo, mas não é um espaço da Associação. Esse tema, de alguma forma, foi retomado antes de 2014, acho que na gestão antes do Professor Luis Queiroz... a professora Vania Malagutti, uma colega que trabalha na UEM, também estava presente. Nós chegamos a formar uma comissão para tratar desta questão e nessa comissão, estaria eu, a professora Vania e mais uma pessoa, que não me recordo agora, para pensar numa solução. Em alguma ata deve ter o registro desse assunto. Como iria acontecer a ISME, em 2014, em Porto Alegre, nós pensamos que talvez seria um momento bem importante para se ter uma sala ou um escritório e disponibilizar esse lugar para as pessoas que viriam ao Brasil. Era uma forma de divulgar o nosso trabalho, mostrar que a ABEM existe, que ela possui uma sala, que tem tais publicações, que já fizemos isso, aquilo... Vania e eu, chegamos a olhar, nem que fosse um pequeno espaço para alugar, mas depois essa ideia também se dissolveu. Eu entendo. É uma tomada de decisão importante que, inclusive compromete outras gestões. A professora Magali Kleber chegou a olhar também em Londrina, se havia alguma doação, algum terreno onde fosse possível construir uma sede para a ABEM. Mas, às vezes, eu tenho a impressão que é mais um desejo meu e o de poucas pessoas... ainda não é uma coisa tão desejada ou coletivamente pensada, por isso que ainda não aconteceu e não encontramos uma solução (SOUZA, E.N., 2019, p. 13).

Acho que tem, realmente, coisas bem bacanas que nós conseguimos, além desse projeto de deixar a memória organizada, de deixar um material para futuras consultas, um projeto que eu já vislumbrava que seria importante, porque uma associação que já durava 15 anos no Brasil, o que não era pouco. No próximo ano a Associação completa vinte e nove anos e, no outro ano, em 2021, trinta anos! Acho que são marcos importantes da Associação. Pelas publicações, você já deve ter visto, houve uma mesa-redonda comemorativa dos 15 anos da ABEM, que foi realizada em João Pessoa, em 2006. Existe também um artigo que eu escrevi, quando coordenei aqui no Rio Grande do Sul o GT - Música na Escola. Trata-se de um relato da participação da ABEM nas políticas de inserção da música na escola. Esse GT só foi possível com o apoio da ABEM. Eu organizei e coordenei o GT- Música na Escola, mas o fiz como representante da ABEM (SOUZA, E.N., 2019, p. 13-14).

Esse movimento instituinte demarca a posição dos presidentes em relação à necessidade de que a ABEM pudesse ter um espaço físico adequado para acondicionar os materiais e documentos institucionais, proposta discutida e retomada ao longo de muitas gestões, que também foi pautada em diversas assembleias. Dado o caráter de abrangência nacional da ABEM, os presidentes que estiveram à frente das gestões residem e atuam em regiões diferentes do país. Assim a sede operacional da Associação esteve vinculada aos municípios de residência dos presidentes. Magali Kleber (2020) relata:

Então, uma das coisas que eu dei início, que foi alugar uma sala que fosse a sede da ABEM. O nosso objetivo com essa sala era, justamente, congregar e ajuntar todo o material da ABEM para fazer uma catalogação, para fazer os arquivos e a memória da nossa entidade. Então essa sala está alugada até hoje para ABEM, inclusive, até a recente assembleia que mudou o endereço da sede para o endereço do presidente, como era antes. Mas de qualquer forma, tem um espaço para gente lá, para gente ainda desenvolver essa ideia, que é necessária e que diz respeito um pouco a o que você está fazendo. Você está fazendo um trabalho acadêmico de juntar, a partir das falas das entrevistas dos presidentes, essa história da ABEM. Mas ela é contada também através dos documentos, através de toda a expedição e recepção de correspondências, através das atas, de toda a documentação que diz respeito à entidade. Então a ideia é, e isso ainda está em pauta, o que precisa ser feito é juntar todo esse material que está um pouco na casa de cada presidente. Aí, se a gente precisa da memória documental, ela está fragmentada nas casas das pessoas. Nós estamos envelhecendo, então nós precisamos dar uma centralizada para que as novas gerações que vem tenham acesso a esse material. Então isso é uma coisa que ficou pendente na minha gestão. Eu disse que tinha feito tudo... mas eu consegui alugar a sala, então o espaço físico nós temos, mas faltou realmente esse movimento no sentido de juntar tudo. A ideia era juntar tudo, fazer um trabalho profissional de catalogação, para gente saber o que a gente tem em termos de publicações e disponibilizar também para pesquisas como as que você está fazendo... pesquisas históricas, que também requerem documentação etc. Então ficou esse brinco pendente. Esperamos que nós consigamos futuramente dar corporeidade a essa ideia, que é muito importante. Tirar da casa das pessoas que não são mais presidentes e centralizar, desde que a gente tenha uma sede. Já estamos aí perto dos trinta anos, então a gente tem que também ter uma sede onde a gente junte todo esse material. Precisamos realmente catalogar esse material, reunir, catalogar e disponibilizar, porque não é pouca coisa (KLEBER, E.N., 2020, p. 20).

Com a instituição de um espaço, “a sede física da ABEM se localiza em Londrina/PR desde 2014. Anteriormente, as residências dos/as presidentes eram consideradas as sedes provisórias da Associação” (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 244). Sobre os anseios em concretizar a constituição de um lugar dedicado à memória e da história documental da Associação, Luis Ricardo Queiroz (2020) também narra:

Eu gostaria muito de ter comprado uma sede para a Associação e isso quase aconteceu na primeira gestão. Eu fui atrás de uma série de deputados para ver se a gente conseguia uma verba de bancada, mas tem toda a dificuldade dessa coisa de você comprar imóvel, doar o imóvel. Mas a gente vinha trabalhando em estratégias para que a gente conseguisse comprar uma sede para a ABEM. Na primeira gestão isso quase aconteceu, isso amadureceu e na segunda, de novo, veio a queda financeira do país, não é... aquela série de cortes etc., mas isso também foi um desejo que ficou no ar. Não era uma promessa, não era uma proposição inicial da gestão, mas foi algo que a gente perseguiu e esbarrou nessa dificuldade, de conseguir articular a cena política, que é quem poderia propiciar isso e, efetivamente, fazer com que a gente comprasse uma sede para ter uma base de Associação mais consistente e, digamos assim, mais sustentável. Eu nem pontuei isso a priori, porque era uma espécie de um objetivo paralelo, não estava no plano definido de ações (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 7).

A preocupação em reunir e disponibilizar a documentação da entidade, que encontra-se em variados lugares sob a guarda de diversos protagonistas da história da ABEM justifica-se, pois

A história da ABEM está dispersa em alguns textos. Algum texto conta um determinado período, outro conta outro.... Eu acho que é uma história importante para contar. É uma temática muito relevante para que as próximas gerações conheçam o que aconteceu. Digamos que hoje a gente ainda consegue viver um tempo em que a gente consegue, as pessoas da minha geração conseguem lembrar mais ou menos da criação da ABEM, de toda a sua história até os dias de hoje (FIGUEIREDO, E. N., 2020, p. 1).

A questão da sede da ABEM continua sendo campo de discussões e debates, uma dimensão instituinte que também decorre do movimento dos sujeitos que, coletivamente, constituem a Associação. A proposta que está em implementação atualmente visa contemplar a reunião, organização, catalogação e disponibilização da documentação da Instituição de forma digital, através do aprimoramento do *site* institucional e de uma série de iniciativas que vem sendo organizadas nesse intuito. Marcus Pereira (2020) narra:

Então essa é uma iniciativa que é uma das principais iniciativas nossas, que tem a ver com a reformulação do site, que já está num formato bastante antigo. Eu acho o site um pouco confuso, difícil de acessar as informações. A gente já conversou com a webmaster e a gente está iniciando esse processo de repensar o site de maneira a colocar todos esses documentos que a gente quer reunir na nuvem, para deixar inclusive para pesquisas como a sua. Porque a gente nota que muitos trabalhos, quando você vê um trabalho de revisão bibliográfica de teses e dissertações, ou mesmo de exercícios de revisão bibliográfica, eles estão nos Anais da ABEM, eles estão nas revistas da ABEM, e nós não temos os Anais de todos os regionais, por exemplo. Então, é muito importante fazer essa organização desse material histórico. As primeiras atas, por exemplo, eu tenho a ata da assembleia que eu presidi agora e das que eu fui secretário, mas eu não tenho as atas anteriores. Então, você não tem uma organização desses papéis, justamente porque está pulverizado. Então, essa é uma ação que a gente deu início na gestão passada e que agora a gente vai concentrar bastante, porque uma das nossas intenções, nessa minha gestão agora a ABEM completa trinta anos, no ano que vem, 2021, ela faz trinta anos de existência e um dos nossos intentos é fazer uma publicação online, ou pelo menos lançar online o acesso a esses documentos [...]. Então para esse material ficar como história da Associação, história da instituição, importante como é. Então, essa tem sido uma das nossas preocupações de agora, recolher. Porque isso tudo, falando desse jeito parece que isso não foi uma preocupação de ninguém, mas não é isso. Tudo existe, só que está tudo pulverizado em cada lugar. Como a gente tem hoje a oportunidade de juntar isso num arquivo na nuvem, é o que a gente vai tentar fazer (PEREIRA, E.N., 2020, p. 11).

Os movimentos instituídos, que a ABEM vem realizando ao longo de sua história, se misturam com a Educação Musical no Brasil. Embora todas gestões da Associação tenham se organizado pela manutenção e pela continuidades desses

movimentos, também apresentaram movimentos instituintes, com perspectivas plurais e diversas, as quais contribuíram na definição dos rumos que a Instituição tomou.

Alda Oliveira (2020) considera que diversas perspectivas ainda estarão presentes nessa construção coletiva:

Eu vejo a ABEM como uma associação super vencedora, que vai inserir não só essas questões do ensino para as várias idades, mas também o ensino de música para melhoria das relações sociais no mundo. Porque a música é muito poderosa. [...] Então, vai incorporar também essa parte, junto com Neurociência, o estudo do cérebro e dos nervos... e vai inserir também aquilo que eu falei das subáreas de Música em relação à Pedagogia. Então, as bandas, os corais, as fanfarras, as orquestras jovens, que está todo mundo separado...tomara que fiquem também com a ABEM. Tudo bem, todo mundo tem que trabalhar separado mesmo, cada um com sua autonomia, sua especialidade, mas a discussão sobre o ensino e a proteção desse material tem que estar dentro da ABEM. É essa a diferença que eu acho que as pessoas não viram ainda. Uma coisa é o trabalho: eu trabalho na orquestra, eu trabalho com piano, eu trabalho com voz, eu trabalho com música na cultura... mas tem que ter uma associação brasileira que veja como isso está acontecendo e que discuta, que proteja esse arsenal de conhecimento pedagógico. Porque é um conhecimento precioso, precioso! [...] ou seja, esse conhecimento do professor tem de ser valorizado também! Alguns lugares tem um know-how sobre assuntos que ainda não são curriculares, mas a gente nem vê isso... [...] Os corais que existem por aí... são muito bons, se apresentam, têm um repertório especializado, mas ainda hoje é assim meio que informal, embora tenhamos associação de corais e festivais. É muito bom ter os grupos especializados, mas no que se refere aos processos de transmissão, produção, divulgação precisamos conhecer mais, documentar e divulgar em cursos para os educadores musicais. [...] Então, as bandas, as fanfarras, as filarmônicas, os conjuntos de sanfona, eu acho que tudo isso precisam também estar dentro da ABEM, no que se refere à relação pedagógica, à análise de procedimentos e ao repertório. Como é que esses grupos são mantidos? Através da educação. É através da educação. É a educação que faz com que esses conjuntos todos estejam aí presentes na nossa cultura e nas instituições... Por que separar isso? [...] Claro que você tem a sua especialização, "eu sou pianista, eu sou violinista, eu sou cantor", mas uma vez que você vai se profissionalizando para que aquilo tenha continuidade na cultura ou na sociedade, você está ensinando, você está fazendo, você está tendo uma noção de continuidade. Para ter essa continuidade você precisa deixar frutos. Como é que você deixa fruto? Educando! Então, isso tem que estar dentro da ABEM... essa é minha visão de futuro, além da parte política, porque isso é sempre importante. Mas eu acho que agora a ABEM já se firmou, já é consolidada na sociedade brasileira. Essa prioridade eu acho importante, mas você sabe que hoje em dia, eu acho que você não pode pensar muito em política. Se você pensar muito em política, você vai ficar atrás de político, você vai ficar querendo que as instituições lhe apoiem... E eu acho que a ABEM tem que ser mais independente. É uma associação que já criou uma cultura interna, que já tem valores, que já tem o seu papel na sociedade... e que tem que criar, cada vez mais, uma independência da política adotada pelo governo... entendeu?!... Porque o governo... eu entendo e você entende também... porque o governo é um sistema duro, um sistema pouco flexível. Claro que a gente tem que lidar com ele, é um dos elementos que a ABEM tem que lidar, mas não é só esse elemento. A ABEM tem que lidar com empresa privada, com os conjuntos da cultura, com as escolas, com o MEC, com tudo isso que tem aí nos contextos, mas não é só... e a gente vê que, cada vez mais, a gente está ficando consciente de que nós temos que criar essa independência de pensamento, porque se não as políticas vão tomar conta do povo... e as

vezes não são eles que detêm o conhecimento. Eles detêm o poder, mas não o conhecimento! A mesma coisa eu digo em relação ao MEC, à essas diretrizes que vêm de cima. Quem conhece a área são os doutores, os mestres, os músicos, os professores, os mestres da cultura. Os técnicos que estão no MEC e no governo, os políticos, eles são pessoas que pretendem facilitar o nosso trabalho, mas não são eles que sabem, eles tem que ouvir a gente... Não é isso? Então, a gente é que tem que se fazer ouvir, a gente tem que se fazer importante, a gente tem que se fazer presente. Então é essa a visão de futuro que eu tenho para ABEM (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 38-40).

Em uma análise longitudinal, as percepções de Alda Oliveira exemplificam o envolvimento e preocupação das diretorias da ABEM com grandes temas sociais, educacionais e culturais. No dia 22 de agosto deste ano de 2021, a ABEM completará seus trinta anos de existência, tendo se consolidado em sua trajetória como instituição que representa a Educação Musical no Brasil e como uma das mais importantes instituições na América Latina, ocupando também posição de destaque na ISME. Com uma cultura interna, um corpo de sócios e de pesquisadores, seus valores e papéis estabelecidos na sociedade, a Associação sinaliza para a manutenção e continuidade dos movimentos instituídos, com perspectivas de ampliação e ainda maior consolidação e participação social. Analisando a forma como a instituição se projeta longitudinalmente, Luis Ricardo Queiroz (2020) considera que

certamente será uma Associação maior, mais organizada... sendo pragmático, ela vai seguir esse curso, a gente já consolidou um coletivo suficiente para isso... então eu vejo uma Associação maior, uma Associação mais consolidada, uma Associação com uma participação social grande... Mas eu sinto que, para gente poder responder essa pergunta plenamente, a gente precisa pensar em como a gente tem lidado com a formação de lideranças e como essas pessoas que estão sendo formadas tem assumido essa responsabilidade. A impressão que eu tenho é a de que pode estar aí um ponto frágil... pela dificuldade dos tempos, pelo envolvimento nosso num conjunto de atividades, eu tenho sentido as pessoas hoje mais dispersas para assumir compromissos efetivos com a Associação... Como, por exemplo, como eu te contei, eu tive quando assumi como diretor regional e olhei e falei "poxa, nós estamos precisando melhorar o site, então nós vamos fazer isso". Tem gente assim, mas eu acho que é algo que a gente precisa parar pra pensar... Então acho que a Associação cresce, a Associação continua, continua forte, continua fazendo o seu papel, mas para a gente andar mais como a gente gostaria, para a gente continuar avançando, nós precisamos olhar para essa formação de lideranças mais comprometidas com o coletivo (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 17-18).

Sob esse ângulo, a constituição e formação de lideranças na ABEM, comprometidas com a continuidade dos movimentos instituídos, sinaliza um processo instituinte que busca conscientizar para o entendimento de uma responsabilidade e participação que se concretiza na representatividade de uma instituição coletiva.

Esse processo de formação de lideranças faz parte de um desafio maior, sempre presente em toda a história da ABEM, que é o processo de ampliação e de

consolidação de significações imaginárias sociais sobre o sentido de comunidade que perpassa a percepção coletiva de Instituição. Marcus Pereira (2020) destaca a atualidade desse movimento como um enfrentamento coletivo em várias dimensões:

Eu vejo um aumento cada vez maior do número de pessoas que participam... A gente tem tentado, isso já é pensando nesses próximos dez anos, conscientizar as pessoas que participar da Associação não é participar do congresso apenas. A gente observa isso muito no que se refere ao pagamento da anuidade. As pessoas só efetuam o pagamento da anuidade próximo do momento de submeter artigos para os encontros regionais ou pros congressos. Isso nos indica que esse pagamento da anuidade é feito para participação no congresso e não ainda como um entendimento de participação de um órgão coletivo. Então, essa é uma ação que já tem sido feita há algum tempo, a gente tem intensificado, agora a gente fez essa campanha que gerou bastante discussão na assembleia, de dar um desconto para que as pessoas paguem as suas anuidades no início do ano, para entender que o pagamento da anuidade é uma forma de contribuição para a Associação, que não necessariamente está atrelada à participação no congresso. Então, daqui há dez anos eu vejo, eu imagino que as pessoas vão estar cada vez mais conscientes da necessidade dessa união, de formar esse coletivo, que já existe, mas que precisa ser consolidado e tornado cada vez mais forte. Acho que daqui há dez anos, tenho a esperança, pode ser até infantil, de que a situação econômica do país, a situação política do país, vai ter passado por essas trevas que passamos por agora. Com toda a solidez que a ABEM já tem hoje, passando esses problemas iniciais sérios, de ataque à ciência, de ataque à educação, eu acho que a gente vai ter uma voz muito importante... a gente já tem uma voz muito importante... mas uma voz cada vez mais importante e cada vez mais aceita pelo governo, que é uma coisa que a gente já tem. Então, daqui há dez anos, eu espero que haja um fortalecimento disso. A nossa área tem crescido em número de pessoas, em número de pesquisadores, em número de produção de teses, em número de programas de pós-graduação. Então, daqui há dez anos, a gente vai ver cada vez mais um crescimento. A gente faz força para que haja, cada vez mais, a produção de uma massa crítica sobre Educação Musical e que a gente consiga consolidar essa área que é a Educação Musical, com teorias próprias, com autores que nos sejam clássicos, próprios da área de Educação Musical. Isso é uma coisa que vem sendo muito trabalhada pela Jusamara, a Luciana também falou bastante disso, que a Educação Musical tem funcionado como uma área de aplicação. Muitas vezes a gente pega autores de outras áreas e traz para a Educação Musical. Então, daqui há dez anos, a expectativa é de que esse exercício produza já um conhecimento próprio do campo, próprio da área. A construção de uma epistemologia dentro da Educação Musical. Isso faz parte mesmo do processo de autonomização desse campo que a gente faz dentro do campo científico maior. Espero que daqui há dez anos haja um reconhecimento da importância dessa área, da área de Arte, da área de Música, da área de Educação Musical para a formação humana. Apesar da gente estar num momento absolutamente atípico de volta em relação a isso, você vê que as pessoas já estão começando a observar que a gente trabalha com áreas do cérebro que o avanço da informática, que o avanço dos meios de comunicação e automatização do processo por computadores e por máquinas não dá conta. O computador nunca vai fazer aquilo que a gente faz como ser humano. Acho que isso já começa a ser visto hoje, de como que nós temos um papel fundamental nesse processo, que é o de tomada de decisões, de formação crítica e de criatividade, mexer com esse relacionamento interpessoal que a música provoca. Eu espero que daqui há dez anos a gente tenha o fortalecimento dessa ideia, que acaba por fortalecer a área e acaba por fortalecer essa área dentro da escola, dentro da formação humana como um

todo. Em termos de Associação, espera-se uma organização cada vez mais sólida, com um número cada vez maior de pessoas engajadas (PEREIRA, E.N., 2020, p. 21-22).

O processo de compreensão e significação dos sujeitos em relação a ABEM se estabelece no simbólico, no entendimento do pertencimento à Instituição. O sentido coletivo desse processo constitui e mantém a Associação, na medida que também se estabelece a significação desse espaço como lugar de reconhecimento aos anseios coletivos e à subjetividade dos sujeitos.

A materialização do sentido coletivo de instituição ocorre através de significações imaginárias sociais. Significações que se tornam instituídas na ABEM, ao materializarem desejos e aspirações comuns ao grupo que constitui sua comunidade.

Definindo-se como organismos que articulam pessoas com interesses comuns, as associações científicas são, antes de mais, instituições cujo sentido se realiza num ideal de identificação que visa, como fim último, a construção de uma identidade de grupo. Fazer parte de uma associação significa, por este prisma, identificar-se com um grupo, seja por razões de natureza teórica seja por questões de ordem pragmática ou metodológica. Significa, por outras palavras, sentir aproximações a uma comunidade cujo *modus operandi* e/ou ideário parecem oferecer coincidências com iniciativas pessoais (OLIVEIRA, 2017, p. 235).

Nesse viés, a ABEM se constitui como uma instituição vinculada ao campo da Educação Musical, com diversos papéis, funções e proatividade que impulsionam sua atuação no cenário nacional. Ao mesmo tempo, caracteriza-se como representatividade da manifestação do social – seu sentido coletivo –, quer em suas dimensões instituídas de manutenção e continuidade, quer nas dimensões instituintes de transformação e mudança. Pensando na Instituição como produtora de sentidos, que no contexto da coletividade se tornam significações imaginárias sociais, essas

decorrem dessa matéria transformada, ou seja, das ações, das atitudes decorrentes de nossos sentidos, elas são realizadas em um espaço e tempo que chamamos de realidade. Essa realidade é compreendida como uma criação, uma elaboração que resulta de diversas ações e que gera imagens variadas, sentidos diversos que são a base material para sanar as necessidades (OLIVEIRA, 2014, p. 66).

Ao constituir e consolidar novos modos de existência, a instituição se concretiza instituída em outro tempo e configuração, diferente do social instituinte que motivou suas transformações. Essa dinâmica de movimento entre as dimensões instituídas e instituintes perpassa a trajetória da ABEM, na qual o que foi instituído como sendo aquilo que está disposto, e o que se tornou instituinte em vários tempos e contextos,

como outras significações que substituem os sentidos primeiros ou originais, representa a dinâmica de constituição da Instituição.

Uma vez criadas, tanto as significações imaginárias sociais quanto as instituições se cristalizam ou se solidificam, e é isso que eu chamo de imaginário social instituído, a qual assegura a continuidade da sociedade, a reprodução e a repetição das mesmas formas que a partir daí regulam a vida dos homens e que permanecem o tempo necessário para que uma mudança histórica lenta ou uma nova criação maciça venha transformá-las ou substituí-las radicalmente por outras (CASTORIADIS, 2004, p. 130).

No processo de construção das significações imaginárias sociais que compõem a trajetória da ABEM, a construção do sentido voluntário e de colaboração entre seus membros foi destacada na narrativa dos presidentes como fator representativo sobre a memória e a história da Instituição. Alda Oliveira (2020) narra:

Olhe, a meu ver... eu fiquei duas gestões, dois e mais dois anos, quatro anos no total, depois eu fui vice-presidente de Jusamara Souza. A gente trabalhou com uma dinâmica muito boa, eu me dou muito bem com Jusa... aliás eu me dou muito bem com todo mundo da ABEM, eu não tenho queixa das pessoas que trabalharam para a ABEM, sabia? As divergências que houveram, que existem, se existem até hoje, eu acho que são positivas, porque servem para consolidar alguns elementos, algumas coisas. Mas assim, não tenho queixas. Eu acho que a ABEM teve uma sorte de ser gerada num clima de paz, não existem muitas rupturas (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 15).

As relações que se materializaram no decorrer da constituição da ABEM, vão além da dimensão acadêmica, científica e política. Perpassam o estabelecimento de relações interpessoais que atuam coletivamente no âmbito profissional.

Agora, quer ver outra consequência boa da ABEM? Os grandes amigos que você faz na profissão, ligados à Música e Educação Musical. Eu tenho amigos no Rio, Recife, Rio Grande do Sul nem se fala... eu tenho um carinho enorme pelo Rio Grande do Sul... Paraná, Santa Catarina, todos os estados... Belém... Olhe, quando a gente criou a ABEM, eu já tinha ido lá em Belém com Cecília Conde, eu tinha uma colega, Ana Maria Peixoto, aí eu escrevi para ela, porque antigamente não tinha nada, não tinha zap, não tinha nada. Eu escrevi para ela, ou liguei e eu disse "Ana Maria, você me ajuda a angariar sócios para a ABEM?", porque não tinha quase ninguém, só tinha o grupo que foi criado aqui. Ela disse "pode contar comigo". Menino, ela conseguiu associados, ela me mandava pelo correio um envelope com dinheiro dos associados. Leda Maffioletti, sabe o que é que ela fazia lá no Rio Grande do Sul? Ela, "pode deixar Alda, eu vou fazer umas palestras, cada um paga um real"... (risos)... aí ela fazia as palestras, ela cobrava na porta um real, depois o dinheiro ia para a ABEM... é tudo assim, as pessoas sempre se doaram para a ABEM. Eu me doei o tempo todo, botei dinheiro, botei energia, botei tudo... e é assim, vai assim, as coisas vão acontecendo por causa disso. Nídia Kiefer também, lá do Rio Grande do Sul, o pessoal de Pernambuco, Ilma Lira, várias pessoas conceituadíssimas... Cecília Conde me deu todo o apoio... Ricardo Tacuchian, me ajudou tanto no Rio... muita gente... porque também eu tenho Jamary. Jamary, meu marido, ele também já tinha uma estrada de compositor, de líder na área, ele foi representante no CNPq [...]. Aí Jamary incentiva, e vai atrás também, ele gosta de estar sempre envolvido

com problemas e soluções, e acha bom, ele sempre me deu força para crescer e desenvolver (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 37).

Cabe destacar que o trabalho desenvolvido na ABEM, em toda a sua trajetória, é um trabalho voluntário, movido pelo desejo de construção e consolidação de um campo de conhecimento no cenário nacional. Decorre da atuação, compromisso e responsabilidade de vários protagonistas, que produziram/produzem significações imaginárias sociais com o campo da Educação Musical. Sobre o trabalho na gestão da Associação, Jusamara Souza (2019) destaca

Então, eu acho que para o período de dois anos cada gestão, considerando que é um trabalho absolutamente voluntário, isto é, a dedicação à ABEM sempre foi durante o nosso período de férias, de lazer ou depois de fazer todas as nossas obrigações, ou junto com todas as nossas obrigações. Então eu acho que a gente conseguia... eu fiquei muito feliz, eu acho que esse trabalho não é feito sozinho... principalmente essa diretoria central, que é a vice-presidência, secretaria e tesouraria (SOUZA, E.N., 2019, p. 11).

Em relação à gestão eu nunca senti um peso, um cansaço, ou alguma coisa parecida. De maneira geral, o público da ABEM, o público que é sócio, os colegas de gestão sempre foram muito colaborativos e cooperativos. Se no início da gestão existia uma cobrança do tipo, “eu paguei a anuidade e não recebo nada em troca”, eu acho que isso foi diluído, porque nós fomos mostrando que era possível organizar, existiam outras formas de organizar e com as precariedades financeiras da época, eu acho que nós conseguimos administrar bem. Durante as duas gestões, com todas as pessoas com quem eu trabalhei, não tenho nenhum grande problema ou alguma dificuldade a relatar. E como te falei, lembrando que todo mundo sempre trabalhou de forma voluntária. Até mesmo os cursos que a ABEM oferecia, já nessa época, não se pagava mais os professores. Antigamente os professores recebiam um pequeno pró-labore para as oficinas que ministravam. Mas eu me lembro que, principalmente, na segunda gestão, nós convidávamos professores para ministrarem cursos nos eventos, mas eles já não recebiam nenhum pró-labore por essa atividade e muitos de nós da diretoria também oferecíamos cursos. O trabalho na ABEM sempre foi de muita doação, muito voluntariado para fazer essa associação ficar de pé (SOUZA, E.N., 2019, p. 12).

Como eu te disse, acho que talvez mais tarde esse reconhecimento, o título de sócias beneméritas, tanto à Alda quanto a mim, pelo trabalho feito na ABEM, acho que também ajudou a traduzir isso, até porque vão vir outras gerações e pessoas que não nos conheceram e que talvez não vão nos conhecer e outras que, talvez, não se lembrem disso: o que temos hoje é um trabalho feito a longo prazo, e que esse respeito ou essa consideração, de receber convites, está relacionado a estas trajetórias. Daí a ABEM ser lembrada como uma associação organizada e séria (SOUZA, E.N., 2019, p. 20).

Com esse cenário, construído por meio do trabalho conjunto longitudinal de diversos atores, em esforços que visam a promoção e manutenção de redes de cooperação coletiva, a ABEM vem instituindo suas políticas internas, modos, práticas, maneiras e formas de manter a instituição como um organismo dinâmico e ativo. A medida que processos instituintes se corporificam e tomam a dimensão instituída,

novos contextos emergem e novos sujeitos assumem o papel de protagonistas. Sérgio Figueiredo (2020) destaca a dimensão coletiva de dedicação e esforço que perpassa as políticas de gestão da ABEM,

Então, eu acho que foi uma experiência positiva de um modo geral, do ponto de vista pessoal, do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista da própria Associação. Eu acho que foi um momento importante para a Associação e que a gente teve respaldo de um conjunto de pessoas, da diretoria, dos sócios e tal, que carregaram tudo isso junto... que ajudaram a manter esse movimento vivo (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 22).

Na ABEM, a perspectiva de gestão coletiva e de continuidades de políticas, ações e modos de condução que perpassam a gênese entre as gestões, resulta de investimentos em tempo, esforço, constituição de um corpo de pesquisadores, intelectuais e gestores, além de diversos elementos essenciais para a mobilização dos interesses de seus associados. Nesse sentido, o protagonismo do trabalho e esforço voluntários é representativo na memória dos presidentes, assim como a promoção de espaços abertos a participação de diferentes segmentos, como exemplifica Magali Kleber (2020),

Bom, eu fui sempre muito participativa, sempre dei minhas opiniões, eu sempre falava muito nas assembleias, trazia muito as minhas experiências, as minhas inquietações e era um ambiente muito aberto. A ABEM me ajudou muito, porque eu me sentia muito em casa, muito à vontade, por causa dessa trajetória, de estar na construção da instituição. Eu acho que a ABEM tem esse mérito, tanto dos presidentes que fizeram, porque eu acho que é tudo uma questão de condução... então sempre aberta, é uma entidade que acolhe professores de música, se ele é particular, não precisa ser de universidade... então isso faz uma diferença brutal, ter uma participação muito aberta e tudo mais e isso foi fundamental para a gente poder entender um pouco dos diferentes contextos (KLEBER, E.N., 2020, p. 13).

Outro fator se refere à promoção dos múltiplos diálogos nas relações interpessoais dentro da ABEM e nas relações com as diferentes instituições, no sentido de agregar pessoas e afirmar o princípio da abertura da Instituição à diversidade de ideias. Luis Ricardo Queiroz (2020) narra:

Eu sinto que, uma coisa importante que eu busquei praticar na minha gestão e acho que funcionou, quando eu assumi a ABEM, o resultado de construções históricas a gente tinha, e acho que todo presidente passou por esse desafio e resolveu muitos deles, porque os desafios vão mudando [...] e eu me lembro de ter levantado essa bandeira, eu falei “olha, eu entrei aqui para promover paz e diálogo, assim como é o princípio da Associação, assim como todos os presidentes fizeram” [...] E assim eu diria que, eu e toda a nossa diretoria, buscamos promover muito esse diálogo e agregar pessoas que estavam distantes. Por exemplo, convidar uma pessoa que já não ia há muito tempo, para ir pro evento e para trabalhar no evento, oferecendo um curso, participar de uma mesa redonda, sempre pensando que se essa pessoa tem alguma coisa para contribuir, ela deve ser chamada, ela deve fazer parte do todo [...]

e também organizar esses grupos. [...] Onde tinham esses coletivos reunidos a ideia foi: vamos trabalhar juntos com a ABEM e não pensar isso como oposição [...] eu acho que isso foi muito positivo como um todo para a Associação. Eu destacaria essa abertura para os muitos diálogos e uma perspectiva completa de evitar conflitos e de evitar qualquer tipo de ruptura, a não ser no âmbito acadêmico e no âmbito político. O que é que eu quero dizer: a gente só vai discutir e marcar posição para defender ideias, para defender ações políticas, mas não contra pessoas, contra grupos e assim por diante. Isso foi muito positivo, eu penso (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 18-19).

Como destacou Magali Kleber (2020), permanece na memória da Instituição e na memória dos presidentes os elementos que se tornaram representativos na construção da área. Elementos que impactam na vida da Associação e nos direcionamentos que ela toma. Um desses elementos é a construção das relações interpessoais que acontece para além do âmbito acadêmico, científico, político, profissional.

Em suas narrativas, os presidentes trouxeram elementos que remetem a significações voltadas à construção de redes de relações humanas, como um fator que conecta os associados da ABEM a este lugar de pertencimento institucional. Destaca-se que durante toda a história da Associação, o trabalho das diretorias e dos associados sempre foi realizado de forma voluntária. Alda Oliveira (2020) destaca as relações de amizade, apoio, profissionalismo e engajamento de diversos protagonistas em favor da ABEM.

Agora, quer ver outra consequência boa da ABEM? Os grandes amigos que você faz na profissão, ligados à Música e Educação Musical. Eu tenho amigos no Rio, Recife, Rio Grande do Sul nem se fala... eu tenho um carinho enorme pelo Rio Grande do Sul... Paraná, Santa Catarina, todos os estados... Belém... Olhe, quando a gente criou a ABEM, eu já tinha ido lá em Belém com Cecília Conde, eu tinha uma colega, Ana Maria Peixoto, aí eu escrevi para ela, porque antigamente não tinha nada, não tinha WhatsApp, não tinha nada. Eu escrevi para ela, ou liguei e eu disse "Ana Maria, você me ajuda a angariar sócios pra ABEM?", porque não tinha quase ninguém, só tinha o grupo que foi criado aqui. Ela disse "pode contar comigo". Menino, ela conseguiu associados, ela me mandava pelo correio um envelope com dinheiro dos associados. Leda Maffioletti, sabe o que é que ela fazia lá no Rio Grande do Sul? Ela, "pode deixar Alda, eu vou fazer umas palestras, cada um paga um real"... (risos)... aí ela fazia as palestras, ela cobrava na porta um real, depois o dinheiro ia para a ABEM... é tudo assim, as pessoas sempre se doaram para a ABEM. Eu me doe o tempo todo, botei dinheiro, botei energia, botei tudo... e é assim, vai assim, as coisas vão acontecendo por causa disso. Nídia Kiefer também, lá do Rio Grande do Sul, o pessoal de Pernambuco, Ilma Lira, várias pessoas conceituadíssimas... Cecília Conde me deu todo o apoio... Ricardo Tacuchian, me ajudou tanto no Rio... muita gente... porque também eu tenho Jamary. Jamary, meu marido, ele também já tinha uma estrada de compositor, de líder na área, ele foi representante no CNPq (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 37).

Como evidenciam os presidentes em suas narrativas, a Associação foi construída e vem se desenvolvendo em sua existência através do trabalho voluntário de muitas mãos. Ressalta-se que todos os presidentes, concomitantemente à sua gestão na ABEM, sempre estiveram vinculados às Instituições de Ensino Superior, envolvidos com o ensino na graduação e pós-graduação e com diversas funções em suas instituições, como narrou Raimundo Martins (2020) na página 188, acerca dos múltiplos papéis desempenhados de forma simultânea pelos membros das diretorias da Associação.

Percebe-se, nas narrativas dos presidentes, a tônica do engajamento e da dedicação à ABEM. Jusamara Souza (2019) destaca a história de envolvimento dos presidentes com a Associação como aspecto relevante desde sua fundação e essencial para a sua manutenção e continuidade.

É uma associação pela qual eu tenho muito carinho pela sua história, porque eu acho que também fez muito parte da minha vida, eu dediquei muitos anos a ela. Porque não foi só período de presidência, parece que é pouco quatro anos, mas como eu falei... eu acho que todos nós temos essa história na ABEM, de ter um engajamento muito forte. Certamente os outros presidentes também tiveram e têm engajamento, organizaram eventos nas suas regiões... Então é uma história de muito envolvimento, que significa muitas horas de dedicação da nossa vida. E não é só o sonho de fundar uma associação, mas também esse sonho de ela se manter (SOUZA, E.N., 2019, p. 26).

Esse engajamento de pessoas que trouxeram sua experiência e conhecimento para a construção da Associação é perceptível nos diversos âmbitos e frentes que a ABEM vem assumindo ao longo de sua história. É um envolvimento que abrange representações e redes de profissionais nas diversas regiões do país e fortalece as ações das diretorias. O trabalho voluntário e colaborativo também foi destacado por Sérgio Figueiredo (2020), como uma dimensão simultânea à atuação profissional dos presidentes em suas instituições de origem:

Então eu acho que eu terminei o meu mandato bastante realizado. Eu acho que aquilo que não foi feito, não deu tempo de fazer, mas não tinha nada assim "poxa isso não podia ter deixado de fora, isso tinha que ter acontecido". Eu acho que de uma maneira ou de outra, todos os presidentes podem se incluir nessa fala, ela podia estar na boca de todos os presidentes, todo mundo se esforçou, todo mundo deu um pedaço da sua vida. É importante isso ficar no seu trabalho. Ninguém recebe um centavo para fazer isso, muitas e muitas vezes a gente paga as nossas idas, porque as universidades não tinham dinheiro ou porque... Assim um monte de gente fez esse investimento e aí, porque você é da diretoria, você tem que chegar dias antes para poder discutir as coisas ou então ficar alguns dias depois. Então tem todo esse voluntarismo que é fundamental até para entender porque a Associação não resolve definitivamente algumas coisas. Porque você é professor 40 horas Dedicção Exclusiva numa universidade, tem que dar aula, orientar, fazer

administração e não sei o que e tal e, além disso, cuidar de uma associação de mil ou de dois mil sócios, pensar num evento, conseguir falar com a CAPES, então é uma coisa assim que é meio caótica né. Nenhuma universidade dispensa você porque você se tornou presidente de uma entidade nacional ou internacional (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 21-22).

A constituição de redes de profissionais que assumem papéis de liderança na Instituição sugere dar continuidade às ações e políticas que a ABEM vem propondo e desenvolvendo ao longo das gestões. Nessa perspectiva, Magali Kleber (2020) também narrou sobre a importância do papel de líder que o presidente representa, sendo responsável por gerir uma série de processos e dinâmicas na formação e condução das equipes de trabalho. Esses processos se perpetuam numa perspectiva de continuidade para gestões futuras, muitas das quais, mantêm membros que fizeram parte da diretoria de uma gestão anterior.

Em suas narrativas os presidentes destacam a ABEM como um lugar que busca agregar pessoas, um lugar de estabelecimento de relações humanas, de representatividade de segmentos e de diálogos entre os associados e com outras instituições. O investimento da ABEM para o fortalecimento da representatividade do coletivo de seus associados e das relações externas com outras instâncias políticas e instituições é salientado por Luis Ricardo Queiroz (2020):

Eu destacaria essa abertura para os muitos diálogos e uma perspectiva completa de evitar conflitos e de evitar qualquer tipo de ruptura, a não ser no âmbito acadêmico e no âmbito político. O que é que eu quero dizer: a gente só vai discutir e marcar posição para defender ideias, para defender ações políticas, mas não contra pessoas, contra grupos e assim por diante. Isso foi muito positivo, eu penso (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 18).

As perspectivas de gestão dos presidentes frente à ABEM congregam valores tácitos que fundamentam o trabalho das diretorias, incorporando nessa representatividade o relacionamento, a integração, o diálogo, o compartilhamento e a reciprocidade entre os diversos segmentos de associados. Nesse viés, Marcus Pereira (2020) sintetiza o papel das relações interpessoais para a formação ética e humana estabelecidas na ABEM como um caminho para a manutenção e continuidade das conquistas e da solidez da Associação:

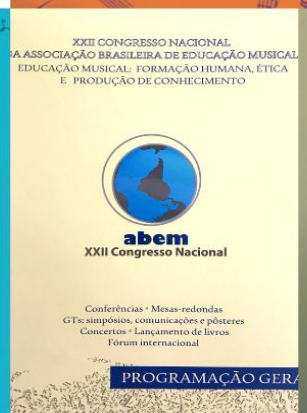
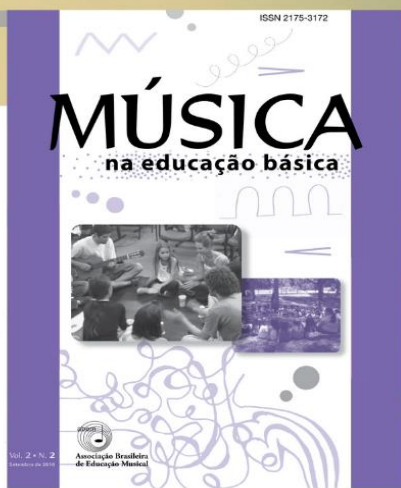
O que é mais interessante da ABEM é que a gente tenta formar uma comunidade de pesquisadores, uma comunidade que muitas vezes ultrapassa os limites científicos e nós nos tornamos amigos. Então, você vê os amigos te incentivando, os amigos mostrando confiança. Amigos de grande experiência, de grande atuação na área, olhando para você com confiança, com esperança. Então, esse é um outro lado também da Associação, para além de uma representatividade política, para além de uma representatividade científica. Tem essa formação humana que se dá, dessas

relações humanas de confiabilidade, dessas relações de respeito com todos aqueles que construíram essa associação antes da gente. A gente vê isso de uma maneira muito interessante. O carinho que as pessoas tem pela Associação, pelas ações da Associação. Isso tudo é muito interessante e muito importante de ser registrado. Trabalhos como esse nos fazem inclusive analisar todo esse movimento para tornar as metas e os caminhos que vão vir cada vez melhores e mais consistentes (PEREIRA, E.N., 2020, p. 24).

Ao longo de sua história, a ABEM se constituiu como Instituição que vem potencializando e estabelecendo diversos movimentos para a Educação Musical brasileira. Através das significações imaginárias sociais dos presidentes, fica evidente que essa história é produzida e se relaciona através dos muitos cenários e contextos que compõem sua trajetória. Como um organismo socialmente vivo, a Associação institui e é instituída no âmbito de sua coletividade, trazendo as marcas e a impressão de muitas mãos, dos que protagonizam sua representação no decorrer dos tempos.

No capítulo 5, discuto movimentos da ABEM na produção científica em educação musical, considerados sob a ótica das narrativas biográficas dos presidentes. Apresento proposições e direcionamentos organizados como políticas da Associação para a organização e divulgação científica.

MOVIMENTOS DA ABEM NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO MUSICAL



CAPÍTULO 5: MOVIMENTOS DA ABEM NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO MUSICAL

Um dos movimentos que apresenta considerável representatividade dentro da ABEM, ao longo de todo o seu período de existência, é divulgação e circulação da produção científica em Educação Musical no contexto brasileiro.

Estou compreendendo como ocorrem os movimentos da ABEM para a organização e divulgação científica a ideia de produção organizada da Associação para a construção de conhecimentos do campo específico da Educação Musical. Para isso, estarei tomando num primeiro plano os periódicos da ABEM, Revista da ABEM e Revista Música da Educação Básica, mas também trarei em muitos momentos, a referência aos Anais dos Congressos Nacionais e Encontros Regionais da ABEM, que ainda se constituem em um amplo material, trazido como referência nas construções científicas da área. Neste contexto, também considero importante o estudo que realizei acerca dos temas dos congressos, que foram indutores, muitas vezes, da produção científica da própria área.

A produção acadêmica dos profissionais, a comunicação através dos encontros da Associação e a divulgação da produção de conhecimentos são fatores que contribuíram para expansão e organização do campo da Educação Musical no país e também da área de Música, os quais são mediatizados pela ABEM desde os seus primeiros anos de existência.

Para Severino (2019), a produção científica abrange a produção de conhecimento, balizado pela construção e organização sistemática e constante. Nesse sentido, considera-se que produção científica da ABEM compreende a produção da ciência numa perspectiva epistemológica para o campo da Educação Musical. É uma dimensão que vem incorporando, também, a função e o sentido ciência para a Associação, que potencializa a Educação Musical a avançar enquanto campo de conhecimento.

A produção científica abrange o envolvimento com a comunidade científica e sua participação no debate da Educação Musical. Esta dimensão é também uma das vias de inserção dos associados em eventos de diferentes naturezas – congressos, encontros, fóruns, entre outros – onde as produções são apresentadas e submetidas ao diálogo abrangente entre os pares. A realização dos eventos científicos permite ainda o acesso aos debates da comunidade nacional e internacional, o diálogo com

as discussões contemporâneas e a interação com a produção do campo da Educação Musical, suas referências epistemológicas, acadêmicas, profissionais, culturais e políticas. “Afinal, a construção do conhecimento é uma obra coletiva, feita por um sujeito coletivo, representado historicamente por comunidades científicas de cada área” (SEVERINO, 2009, p. 23).

A dimensão da produção científica está relacionada ainda com processos de avaliação interna e qualificação dos trabalhos, além da construção e sistematização de conhecimento, participação e interlocução com a comunidade nacional e internacional de pesquisadores do campo da Educação Musical. Uma das funções que decorre da produção científica é sua divulgação e disseminação, com a perspectiva de democratização e acessibilidade à produção e circulação de conhecimentos.

Com este horizonte, as associações investem na constituição de grupos de trabalho delimitados por subáreas de conhecimento, que favorecem a realização de investigação cada vez mais específica e a aplicação de grandes províncias do saber a realidades emergentes. Por outro lado, é também da iniciativa destas associações que se viabiliza a realização de encontros e reuniões científicas tanto de âmbito regional e nacional como de âmbito internacional (OLIVEIRA, 2017 p. 237).

Nesse viés, ao longo de toda a história da Associação, vem ocorrendo direcionamentos e realinhamentos dos principais debates da ABEM, que se somam aos eventos, processos políticos e ações empreendidas pela Instituição nos mais diversos âmbitos. É um lugar de participação de pesquisadores, professores, educadores musicais e estudantes, aberto às publicações que derivam tanto de induções temáticas da própria Associação, quanto oriundas de pesquisas dos programas de pós-graduação.

A produção científica fornece base ao debate e vincula-se ao compromisso com a legitimidade ética da Instituição. Tem a função de promover o avanço do conhecimento, sua organização e difusão para a comunidade científica.

Entendidas como extensão do processo de identificação com os interesses e eventuais esquemas intelectuais de um coletivo, as arenas de debate constituídas nestes contextos cumprem, então, uma dupla missão: a) por um lado, o conhecimento mútuo, a discussão “dentro de portas”, que é o mesmo que dizer imanente ao próprio grupo científico; b) por outro, a afirmação “para fora”, junto de outros grupos científicos, diante dos quais é necessário declarar a especificidade de um objeto científico ou de metodologias particulares (OLIVEIRA, 2017 p. 235).

Se, por um lado, as associações científicas têm a função de um lugar de discussão específico do campo de conhecimento, por outro visa constituir a representatividade de um pensamento coletivo que demarque a delimitação de suas fronteiras epistemológicas. Seu estabelecimento e consolidação está ligado a determinados campos científicos e seus coletivos, no caso da ABEM, o campo da Educação Musical.

A sistematização e a divulgação científica através das publicações está relacionada aos objetivos de fundação da ABEM. Alda Oliveira (2020) narra:

Quando a gente fez o primeiro encontro, pensei “temos que fazer a publicação da ABEM”. Raimundo Martins tinha a gráfica da UFRGS à sua disposição, pois ele ocupava função diretiva. Então ele sabia como conseguir articular as ações administrativas para a ABEM fazer a publicação. Nesse momento inicial, a colaboração do Raimundo Martins foi muito importante. Aqui na Bahia a gente contava com o apoio de Paulo Lima, que também gostava de publicar. A gráfica da universidade era administrada por gente conhecida, pessoas que valorizavam nosso trabalho. Manoel Veiga também sempre apoiou. Então o contexto político para saírem as primeiras publicações foi positivo, só precisamos nos esforçar para ter os textos, corrigir, organizar (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 12-13).

A partir da narrativa de Alda Oliveira (2020), pode-se perceber que as primeiras publicações foram apoiadas por outros setores da universidade aos quais, especialmente pessoas que tinham experiência e conhecimento sobre a produção de periódicos. Dessa forma, coube à ABEM o financiamento dos periódicos e a organização dos textos.

Inicialmente, os primeiros programas de pós-graduação em Música foram criados na UFRGS (1986) e na UFBA (1990). Com a fundação da ABEM, o intercâmbio entre profissionais da Educação Musical de diferentes regiões do país, favoreceu a colaboração entre as universidades e entre os programas de pós-graduação. Raimundo Martins (2020) narra,

Olha, nós publicamos a Revista. Era um esforço muito grande para publicar duas por ano. Era muito difícil, porque nós não podíamos ficar publicando a nós mesmos, isso não fazia sentido. As contribuições eram poucas ainda, porque tinha pouca gente, digamos, gente qualificada, com mestrado, ou pessoas que publicassem a partir de um padrão minimamente acadêmico. Era muito difícil, era necessário um esforço muito grande para reunir seis, sete artigos para publicar. Nós não tínhamos um financiamento, as instituições (universidades) ajudavam como podiam. Eu conseguia o apoio da UFRGS, lá o Instituto de Artes, eu tinha uma boa relação com o pró-reitor de pesquisa, ele nos apoiou muito. A mesma coisa aconteceu com o grupo da Bahia. O grupo da Bahia tinha uma condição um pouco melhor. O Manoel Veiga foi o primeiro representante da área de Artes no CNPq. Então, é claro, ele tentou difundir e fomentar isso tudo. Mas quando nós criamos a ABEM, se não me engano, o Jmary já tinha sido ou era, não me lembro direito, Pró-

Reitor de Graduação da Federal da Bahia. Essas posições que alguns de nós fomos ocupando nos ajudaram a buscar recursos e a publicar. A gente ia publicando, se revezando. Publica a Revista, publica os Anais. A época dos boletins eu não peguei, eu peguei a discussão, mas depois aí eu já não acompanhei. Claro, a ABEM cresceu, hoje são muitos doutores, o que é uma coisa muito boa. Mas isso aí foi uma fase, digamos assim, um trabalho muito artesanal, um trabalho de muita teimosia, muita insistência, muita perseverança (MARTINS, E.N., 2020, p. 5-6).

A Revista da ABEM começou a circular em 1992. No mesmo ano, iniciou-se a circulação dos Anais dos Encontros Anuais da Associação. A Revista da ABEM estabeleceu um marco para a produção e divulgação científica nacional em Educação Musical. Ressalta-se que tanto a Revista da ABEM quanto os Anais são as publicações que se mantiveram ao longo de toda a existência da ABEM. Logo, em 2009, com a MEB, este periódico passa a compor esta produção científica periódica da Educação Musical que decorre das publicações mencionadas.

Alda Oliveira (2020) destaca que o apoio financeiro das agências de fomento era pequeno, mas que o esforço e o trabalho voluntários foram fatores fundamentais para a publicação das produções científicas.

As verbas do CNPq eram como sempre foram, baixas, mas a gente fazia milagre com aquele pouquinho que a gente recebia. Às vezes chegava o pagamento para o evento anual somente depois que acabava o evento, mas a gente “segurava as pontas” e realizava, sempre realizou a contento. Tudo com muito pouco financiamento federal. Então, contávamos com as ajudas que as universidades davam para as publicações. Cada um dava um tipo de apoio, todo mundo trabalhava sempre de graça, sempre de forma voluntária e deu certo. Aí as primeiras publicações começaram a sair, um pouquinho simples, não é... Você vê que a Revista da ABEM agora é grande... As primeiras foram pequenas, mas tinha conteúdo... tinha conteúdo (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 13).

A busca inicial pela representatividade científica e acadêmica da Educação Musical acompanhou o movimento de estímulo e fomento das primeiras pós-graduações, bem como o esforço realizado pelos primeiros representantes da área de Artes junto ao CNPq. Cabe destacar que a partir dos Planos Nacionais de Pós-Graduação⁸⁵, no contexto do final da década de 1980 e início dos anos 1990, a CAPES tinha como prioridade o apoio à formação de pesquisadores, no contexto nacional ou no exterior, para a atuação no Ensino Superior e na Pós-Graduação, especialmente nas universidades públicas (BIANCHETTI; VALLE, 2014).

Esta [CAPES] passou a participar da elaboração das políticas, por meio das Associações Nacionais de Pós-Graduação – criadas, em sua maioria, de maneira induzida pela CAPES –, as quais passaram a indicar membros para

⁸⁵ O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação é de 1975.

formar os Comitês de apoio à elaboração de políticas educacionais e científico-tecnológicas para as áreas, à distribuição de bolsas e, principalmente, visando a compor comissões de avaliação desses Programas (BIANCHETTI; VALLE, 2014, p. 90).

O contexto de nascimento das associações nacionais de Pós-graduação influenciou suas políticas para o incentivo e desenvolvimento da produção científica. Esse contexto sugere o direcionamento que foi atribuído às associações, também como um espaço que potencializava a criação de publicações.

Com a fundação da ABEM, logo no início da década de 1990, que é posterior à fundação da ANPPOM, o foco na produção científica manteve grande importância para a Instituição. Entretanto, a dinâmica de construção, organização e divulgação da produção científica da ABEM, também estava ligada ao incentivo e constituição de um corpo de sócios da Associação. Raimundo Martins (2020) contextualiza acerca do nascimento das primeiras revistas científicas, do esforço para a publicação, da criação dos primeiros eventos e sobre as preocupações com a ampliação do corpo de associados da ABEM.

Olha, o que eu posso te dizer... uma das ênfases, além das publicações era, digamos assim, angariar sócios, motivar as pessoas a se associarem. Nós éramos pouquíssimos... e, você sabe... os critérios do CNPq, hoje eles já são muito mais rígidos, mas um dos critérios sempre foi a relação número de pesquisadores da área, isso tinha a ver com as bolsas... Aí nós conseguimos uma brecha, um representante no Comitê de Artes.... Porque durante algum tempo no CNPq nós ficamos vinculados ao Comitê da área de Letras, Literatura e Linguística. Posteriormente passou a ser Artes e Letras, com predominância de pesquisadores da área de Letras e Literatura. Aí nós conseguimos nos deslocar e criar um comitê próprio, mas a nossa representatividade era muito pequena. A gente tinha que estimular as pessoas a enviarem projeto, as pessoas não sabiam fazer projeto, elas tinham dificuldade. Era uma situação muito difícil realmente. A gente, claro, conversava, tentava atrair, tentava motivar, tentava articular apoio com as universidades onde nós estávamos. O grupo da Paraíba também foi ganhando corpo, foi crescendo, foi ganhando espaço. Mas a dificuldade era muito grande. Por exemplo, as nossas publicações, elas não tinham ISBN, ISSN, não tinha nada, era uma dificuldade muito grande. Se você observar... eu não tenho mais... mas se você observar, a primeira Revista da ABEM, até a qualidade da impressão é precária. Assim como a Revista da ANPPOM também, a primeira... entende?!... A qualidade da impressão, porque a gente não tinha muito recurso. A gente ia para a gráfica mais barata, ainda com a ajuda das universidades. O esforço era muito grande e o grupo muito pequeno, muito pequeno. Foi necessário muita insistência. A outra coisa que a gente insistia muito, era para ver se a gente tinha mais pessoas da área com bolsa do CNPq, porque isso dava força, dava representatividade. A gente estimulava as pessoas a mandarem projetos. No CNPq, hoje a gente continua insistindo, mas numa dimensão bem diferente. Porque antes, as vezes tinha duas bolsas, aí tinha digamos quatro projetos que podiam ser aprovados. Aí vinha aquela resposta: o projeto tem qualidade, mas pela escassez de recursos.... Mas a gente está falando assim de duas, três bolsas, quando muito... entende?!.... (MARTINS, E.N., 2020, p. 6).

Na verdade, o que nutria a ABEM eram os contatos externos que as pessoas com doutorado fora do país tinham. Eram, digamos, essas redes. Mas eram redes muito pequenas. O financiamento era escasso. Aí a gente conversava com as pessoas, no sentido de que eles financiassem a passagem deles até o Brasil, até São Paulo ou Rio. Aí de lá a gente conseguia dar conta de pagar. Então, era uma coisa assim, realmente muito precária. O grupo era pequeno... Como eu falei, a ênfase era em publicação, o foco era fazer crescer os eventos anuais, o esforço era conseguir publicar os Anais, simultaneamente motivando pessoas a mandar projetos para o CNPq, porque lá o número de bolsas tomava como referência a demanda. Ainda é assim hoje. Então, por exemplo, a área que recebe mais projetos, proporcionalmente vai receber mais bolsas. Assim passamos a fazer uma espécie de proselitismo acadêmico, para ver se a gente atraía mais pessoas, mais projetos para criar essas condições, criar essa cultura da pesquisa, a maneira de pensar a pesquisa, a maneira de pensar a música/arte como um modo de educar (MARTINS, E.N., 2020, p. 7-8).

Nas gestões de Alda Oliveira (1991-1995) foram publicadas duas Revistas da ABEM, vol. 1, nº. 1 em 1992 e o vol. 2, nº. 2 em 1995. De 1991 a 2002 a revista era publicada anualmente.

Em 2003, o periódico passou a ter regularidade semestral, com duas edições por ano, com exceção dos anos de 2007 e de 2012 quando foram publicadas três revistas. A edição especial (v. 15, n. 18) de 2007, trouxe os textos dos convidados do XVI Encontro Nacional da ABEM e Congresso da ISME na América Latina⁸⁶ e apresenta textos em inglês, espanhol e português. A Revista (v. 20, n. 28) de 2012 foi a edição comemorativa dos 20 anos de existência da ABEM. Atualmente, a Revista da ABEM está em seu 28º volume, publicado em 2020, quando “passou a ser editada em forma contínua em volume único com, aproximadamente, 18 artigos por ano” (ABEM, 2020).

Ainda nas duas primeiras gestões, a ABEM publicou quatro livros dos Anais dos Encontros Anuais da ABEM⁸⁷ (1992, 1993, 1994 e 1995) e dois volumes do livro Fundamentos da Educação Musical. Consta no editorial do primeiro volume, série fundamentos 1:

Ao lançar a série FUNDAMENTOS, a ABEM cumpre seus objetivos: conceder aos pesquisadores – através da comunicação escrita – o reconhecimento da relevância de seus trabalhos; consolidar – através de literatura especializada – o processo de circulação da informação científica. [...] Com esta ação editorial esperamos aumentar a afluência de pesquisadores, aumentar a

⁸⁶ No editorial da Revista está registrado que: “Esta edição especial da Revista da ABEM, que recebe o número 18, foi possível graças ao patrocínio da NAMM – *International Music Products Association* especialmente para a realização deste evento ABEM - ISME. Desta forma, este número especial da Revista da ABEM disponibiliza para a área de educação musical os textos de convidados do XVI Encontro Nacional da ABEM e Congresso da ISME na América Latina – 2007, tornando-se um registro importante para a comunidade educacional” (TORRES; FIGUEIREDO, 2007, p. 5).

⁸⁷ A última publicação dos Anais do Congresso Nacional da ABEM ocorreu em 2017.

concorrência pelo espaço de divulgação científica e elevar a qualidade das pesquisas dos trabalhos da área (ABEM, 1993, p. 4).

Além desses, foram publicados, até 1995, sete informativos da ABEM, “contendo dados sobre as Assembleias Gerais, sobre encontros, sobre regiões brasileiras e textos informativos sobre assuntos importantes para a área” (OLIVEIRA, 1995, p. 109).

Ainda, em 1992, a ABEM publicou o primeiro volume da Série Teses. “O objetivo da Série Teses é a divulgação de trabalhos acadêmicos de pós-graduação que tratam de tópicos relevantes da área de educação musical” (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2007, p. 61). Foram publicados dois volumes da Série Teses. O primeiro, Série Teses 1, em 1992, intitulado “Música e Sociedade: uma perspectiva histórica e uma reflexão aplicada ao ensino superior de música” (FREIRE, 1992), sendo publicada a segunda edição revisada e ampliada em 2010 (FREIRE, 2010). O segundo, Série Teses 2, intitulada “Musica na escola brasileira: frequência de elementos musicais em canções vernáculas da Bahia utilizando análise manual e por computador: sugestões para aplicação na educação musical” (OLIVEIRA, 2001).

A estrutura organizacional da ABEM sugere uma forte ligação com a produção, divulgação e circulação científica. De acordo com Oliveira (2012):

[...] a primeira presidente foi esta autora, Alda de Jesus Oliveira (Universidade Federal da Bahia), que ficou no cargo por quatro anos. O trabalho inicial dessa diretoria foi de instalação da estrutura da organização e da visão político-acadêmica dos principais programas, produtos e eventos. O perfil dos encontros foi instalado, visando apoio do CNPq para publicações e eventos. O Informativo da ABEM manteve o contato personalizado com os associados e ajudou a fazer as pontes entre a ABEM, os associados e as várias instituições. Os Anais e a série Fundamentos da Educação Musical foram produzidos através de um sistema de colaboração entre universidades (OLIVEIRA, 2012, p. 21).

Nos primeiros anos de existência da Associação, a ênfase nas publicações tornou-se um dos principais focos, evidenciando a necessidade de ampliação e diversificação do corpo de pesquisadores da Educação Musical e repercutindo também no incentivo aos cursos de nível superior e de pós-graduação. Raimundo Martins (2020) descreve

Eu insistia, falava, pedia, perguntava, convidava. Outra coisa importante na minha gestão foi colocar pessoas na roda. Eu estava sempre atento. Ouvia falar que alguém fez doutorado ou que chegou no Brasil com doutorado, procurava me informar, ia atrás e achava uma maneira de convidar/colocar numa das mesas do encontro anual. Creio que essa foi uma ênfase muito forte da minha gestão. Às vezes eu brincava: não chegou um doutor por aí? Aparecia alguém com doutorado, as vezes com doutorado em uma área

próxima, área afim... Encontrávamos um jeito de pôr na roda! Era flagrante a necessidade de ampliar, não somente ampliar, mas diversificar a discussão, a interlocução e ter um corpo de pesquisadores mais consolidado, com pessoas para pensar a área, pensar a pesquisa, pensar a Educação Musical no Brasil (MARTINS, E.N., 2020, p. 11-12).

Os primeiros anos após a fundação da ABEM foram marcados pelo intercâmbio entre pesquisadores ligados à instituições de ensino superior, pelo grande foco inicial e investimento dos profissionais na produção e divulgação científica das publicações. O contexto que começava a ser desenhado já produzia algumas mudanças e repercussões nos cursos de nível superior e na pós-graduação dentro das universidades.

Conseguimos que o pessoal começasse a ler, antes não lia... o educador musical não lia muito, ele se preocupava muito em selecionar música, escolher a canção, fazer o plano de aula, ter a metodologia, somente se interessava em ler o que é que funcionava para aquilo, para aquilo outro... depois da ABEM os profissionais começaram a ler, a registrar seus trabalhos e a discutir e refletir mais. A gente observou nitidamente um crescimento na concepção de educação musical para as várias faixas etárias no Brasil. A questão cultural também, muito importante (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 13).

Os primeiros Encontros Anuais da ABEM contribuíram para esse cenário, pois viabilizaram e concretizaram espaços para a apresentação e circulação dos trabalhos, possibilitando que “diversos educadores apresentassem seus trabalhos publicamente, externando as suas preocupações e dúvidas, abrindo debates e discussões sobre detalhes e problemas específicos” (OLIVEIRA, 1995, p. 105).

A partir de 1994, os Encontros Anuais da ABEM passaram a discutir um tema principal. O III Encontro Anual da ABEM, realizado naquele ano, em Salvador – BA, teve como tema “Educação Musical no Brasil: Tradição e Inovação”. No ano de 1995 foi realizado, em Goiânia - GO, o IV Encontro Anual da ABEM, que teve como tema “Pluralismo Cultural e Educação Musical”, trazendo para os debates os subtemas “Influências culturais na formação do professor”; “Cultura e educação musical formal”; “Cultura e educação musical informal” e “Avaliação da graduação de Música no Brasil”.

O desenvolvimento das pós-graduações, a participação de novos estudantes e pesquisadores nos encontros da Associação e as pequenas redes que foram sendo estabelecidas mostraram a necessidade da elaboração de orientações e diretrizes para as publicações.

Nós criamos uma espécie de orientação para as publicações, para divulgar, nós fizemos isso, mas a força da ABEM estava claramente vinculada aos Encontros Anuais, quando ainda participavam poucas pessoas. Naquela época poucos alunos conseguiam participar, eram poucos alunos, poucos

mestrandos... Claro, depois nós passamos a ter um financiamento adequado, a área ganhou corpo, ganhou representatividade, ganhou força, ganhou potência, mas naquela época era tudo muito difícil. No período em que eu estava como presidente, eu tinha sido eleito Diretor do Instituto de Artes da UFRGS. Isso me deu condição de planejar, tomar algumas iniciativas. A nossa expectativa era realizar bons Encontros Anuais. Nós brigamos muito com o CNPq e, acho que pela primeira vez, conseguimos trazer pesquisadores de fora do país⁸⁸ (MARTINS, E.N., 2020, p. 7).

Havia assim um esforço para a divulgação e sistematização do conhecimento acadêmico em educação musical produzido no Brasil, considerando que, inicialmente, grande parte da literatura era estrangeira. Sobre esse contexto, Raimundo Martins (2020) reflete,

Claro que hoje as circunstâncias são outras, não é?! Você publica com muito mais facilidade, há uma diversidade de revistas e possibilidades. Naquela época, uma coisa que eu não posso esquecer, é que nós não tínhamos internet. Então, digamos assim, a situação dos periódicos nas universidades era um horror. Com frequência a compra de periódicos era interrompida por falta de dinheiro nas universidades. A preferência em termos de manutenção das assinaturas, era das áreas duras, hard, que tinham tradição de pesquisa e estavam bem estabelecidas. O acesso a publicações estrangeiras era difícil. Infelizmente, essa era a situação. Para me manter informado, durante muitos anos paguei do meu próprio bolso a assinatura de periódicos de outros países para acompanhar as pesquisas e me manter informado. Vários colegas agiram da mesma forma. Eu assinei durante muitos anos duas ou três revistas que considerava importantes, em sintonia com as pesquisas que eu estava desenvolvendo porque queria me manter atualizado. A gente trocava essas informações, mandava cópia para os colegas, recebia cópias, fazia xerox para os alunos e assim por diante. A coisa funcionava assim. Quando retornei ao Brasil eu trouxe muitos livros, mas os alunos tinham dificuldade, não dominavam outra língua, nem mesmo o inglês. Como sabemos, 95% do conhecimento produzido no mundo é publicado em inglês. Então, isso aí era outro problema. Claro, depois com a internet, as coisas mudaram muito, ficaram facilitadas. As universidades, a gente pressionava, elas começavam a pagar a assinatura de um periódico, mas, depois de algum tempo, a gente descobria que elas tinham parado de pagar a assinatura e, conseqüentemente, a assinatura era descontinuada. O argumento era sempre o mesmo, “há, faltou dinheiro”, e as primeiras revistas que eram cortadas eram da área de Artes. Então, era um problema, uma dificuldade. Daí o porquê da minha ênfase, digamos, produzir pesquisa e conhecimento que discutisse, abordasse a nossa realidade no Brasil. O país é imenso, um continente... as condições do Sul são diferentes do Sudeste, do Nordeste, do Norte. Então, a minha preocupação, quer dizer, não dá para ficar só traduzindo... Claro, eu tinha contatos, mantinha os contatos, lia, recebia revistas, mas a gente tinha que começar a produzir algo aqui, atendendo as nossas demandas, as nossas características culturais e assim por diante (MARTINS, E.N., 2020, p. 13-14).

Naquele contexto, que marcou o início dos cursos de pós-graduação no Brasil, os espaços para a publicação da produção nacional estavam sendo criados, quer pela

⁸⁸ De acordo com Oliveira (1995, p. 106), nos quatro primeiros Encontros Anuais da ABEM, realizados de 1992 a 1995, participaram como convidados internacionais: David Hargreaves – Inglaterra; Keith Swanwick – Inglaterra; Clittor Madsen - Estados Unidos; Ana Lucia Frega – Argentina.

necessidade de uma produção científica voltada ao contexto brasileiro e também pelas dificuldades de aproximação com a literatura estrangeira. Contudo, Alda Oliveira (2020), referindo-se aquele contexto em que foi Presidenta da ABEM e fazendo uma leitura mais macro da situação vivida pelos PPGs em Música em seu início, destaca dificuldades com relação a sistematização do conhecimento produzido. Sua narrativa sugere preocupação com três pontos: a língua estrangeira, o apoio as publicações e as interligações entre níveis locais, regionais, nacionais e internacionais:

A sistematização sempre deixou a desejar, porque a sistematização... o ensino acadêmico brasileiro é muito baseado na prática. Desde o começo a gente teve dificuldade de colocar de forma adequada as pesquisas na área, principalmente as pesquisas internacionais. A dificuldade principal? A língua! A língua inglesa, alemã... só mesmo quem foi para a Alemanha, como Jusamara ou eu que fui pros Estados Unidos, ou outras pessoas que viajaram, puderam ter essa chance de ter fluência em outras línguas. Porque você sabe: no mestrado, doutorado, pós-graduação, a pesquisa a ser analisada e avaliada não é só a brasileira. Quando você faz uma pesquisa, você faz o seu trabalho aqui e você está contribuindo para o conhecimento da área no mundo, não é?! Então, tem que ter essa noção. E acho que o mundo acadêmico brasileiro não pensa muito nisso, ele quer o aqui e o agora, "então pouco me importa se eu não sou fluente em espanhol, inglês, francês e alemão"... eu quero fazer o meu trabalho aqui... mas todo mundo está interessado em saber o que você fez, não é?!... Então essa dificuldade, eu acho que a gente teve dificuldade em sistematizar esse conhecimento não só pela dificuldade financeira de publicar... não é?! Porque nossas editoras tem alguns probleminhas para publicar... parcerias com universidades também tem dificuldade. O Rio Grande do Sul teve uma facilidade, Jusamara foi diretora da gráfica, da editora, isso facilitou muito o Rio Grande do Sul, porque lá ela conseguiu ter esse poder de estar dentro da editora. Aqui nós não tivemos essa chance. Lidamos, de uma certa forma, bem com isso, mas acho que não foi o suficiente. Eu acho que em nível nacional nós temos essa dificuldade, a sistematização do conhecimento. Outra dificuldade, o brasileiro quando faz a coisa, ele tem uma dificuldade de reconhecer que aquilo que ele está fazendo se relaciona com o todo e que ele precisa ver o todo para poder ver a relevância daquilo que ele está fazendo. Não é desconhecer o que ele está fazendo, ao contrário, é aquela questão do nacional, do regional e do local. Tem o regional, tem o local, o nacional e tem o internacional, tudo está interligado. Então, se você faz o trabalho, você tem que buscar o que está acontecendo nacionalmente, o que está acontecendo internacionalmente, fazer uma ponte entre essas coisas e chegar a uma certa conclusão. Isso aí tem uma certa dificuldade. Tanto é que na hora de organizar as revistas, os textos as pesquisas e os projetos... eu dei muito parecer no CNPq e observava muito, a pessoa propõe um tópico aí faz assim, isso já está sendo estudado não sei onde, "ah, mas eu não sei, não vi"... então, nas próprias pós-graduações existe um desconhecimento do que tem. Eu acho que a gente tem que se esforçar para conhecer tudo. O que é que faz o Rio Grande do Sul, o que é que o Rio faz, o que é que Belém faz... Mas as distâncias são enormes, as comunicações, graças a Deus, tem facilitado na atualidade pela Internet, mas nem sempre foi assim... aí, fica difícil. Isso aí eu acho que é uma dificuldade que nós tivemos desde o começo e continua até hoje (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 34-35).

Alda Oliveira (2020) expressa em sua narrativa a necessidade de que o contexto nacional tivesse maior possibilidade de acesso à produção internacional, o

que poderia facilitar a leitura e a compreensão de literaturas para além da literatura brasileira, mas reconhece as dificuldades de aproximação com a produção em língua estrangeira. Outro ponto trazido em sua narrativa é a necessidade de que a ABEM pudesse realizar pesquisas coletivas, para discutir macro contextos da Educação Musical nacional, de tempos em tempo, como

por exemplo, esse livro⁸⁹ aqui ó, eu propus a ANPPOM e a ABEM continuar essa série, esse aí foi 2007. Não era bom que tivesse isso atualizado de dez em dez anos?! Um grupo... Tanto é que esse ano passado, 2019, eu falei com Magali Kleber, com Flávia Cruvinel e outros colegas, falei com o grupo que queria organizar um desse livro em formato eletrônico, chamando os mesmos ou outros colegas... porque aqui tem o Brasil todo... você viu como é que é organizado?!... por região... aqui ó, todas as regiões do país... Então a gente seguia essa metodologia e aí abria inscrições para textos analisando a educação musical naquela região e ia documentando. Então era bom que tivesse de dez em dez anos uma outra série... Mas as pessoas não visualizam a importância disso... Isso aqui mesmo foi feito com dinheiro nosso. Eu investi nisso aqui... (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 35).

Apesar das dificuldades iniciais enfrentadas pelas primeiras gestões da ABEM, nacionalmente, a área de Música e a Educação Musical se estruturaram a nível de pós-graduação,

[...] adequando-se ao sistema único de acompanhamento e avaliação de cursos de pós-graduação da CAPES, e aos critérios únicos do CNPq para o fomento à pesquisa e à capacitação de recursos humanos, a área de Música chegou a estabelecer critérios que definem os padrões de qualidade da sua pós-graduação, assim como uma política de orientação da produção científica (NOGUEIRA, 1997, p. 21).

Cabe ressaltar que o cenário da pós-graduação em Música no Brasil está relacionado com as associações da ANPPOM e da ABEM, as quais desempenharam um papel de extrema relevância com relação às articulações referentes ao incentivo para desenvolvimento da pesquisa em Música e Educação Musical. A criação de periódicos teve um papel fundamental para o fomento e divulgação das produções desenvolvidas nos programas de pós-graduação, a exemplo do destaque de Raimundo Martins (2020),

Eu tinha e ainda tenho a convicção de que, naquela época, essa era a maneira adequada para alavancar a área em termos de produção de conhecimento. Estávamos fazendo pesquisa, mas ainda não havia uma produção de conhecimento consolidada. Eram poucos projetos, dificuldade para publicar, pouquíssimas revistas. No início, quando retornei ao Brasil após a conclusão do doutorado, não havia revistas científicas na área. Era necessário fomentar as condições mínimas para conseguir avançar. Por esta razão a minha ênfase em publicação. A publicação se transformou um braço

⁸⁹ Referência realizada ao livro: OLIVEIRA, Alda; CAJAZEIRAS, Regina (Org.). **Educação Musical no Brasil**. Salvador: P&A, 2007.

forte, em termos locais, cada instituição e programa, em termos regionais e nacionais, através da ANPPOM. Se não me engano, fui o primeiro editor da revista da ANPPOM, não lembro muito bem! Não sei se fui o primeiro ou o segundo editor, mas lembro de ter editado dois ou três números da revista da ANPPOM. Aí eu passei a editar a da ABEM, em seguida criamos a Em Pauta⁹⁰. O grupo da Bahia também criou uma revista⁹¹ e, em seguida, criamos a Porto Arte⁹², revista das Artes Visuais da UFRGS (MARTINS, E.N., 2020, p. 13).

Os periódicos de divulgação científica da área - a Revista OPUS⁹³, criada em 1989 e a Revista da ABEM⁹⁴, criada em 1992 - desempenham um papel fundamental para a publicação das pesquisas, amplamente relacionados à produção científica na pós-graduação.

No contexto dos primeiros anos de existência das associações, ANPPOM e ABEM, havia a compreensão de que para constituir e desenvolver a área de Música e o campo da Educação Musical no Brasil, seria necessário o diálogo com os cursos de pós-graduação nas universidades, a criação de espaços para a publicação e difusão do conhecimento científico produzido, através de periódicos especializados com perspectivas futuras de projeção nacional, bem como a publicação regular dos anais dos encontros anuais das associações, além de iniciativas voltadas a outros periódicos locais e regionais. Para Raimundo Martins (2020),

Talvez uma última coisa, que realmente, talvez eu estou me repetindo, mas é a convicção de que a gente só avançaria, só ganharia credibilidade via pós-graduação. Essa era uma convicção muito forte. Porque as outras áreas tinham financiamento. Na época em que eu estava na UFRGS, a UFRGS tinha verba, para pesquisa, para os pesquisadores. Eu consegui ter um ou dois projetos aprovados na UFRGS, com financiamento próprio. Hoje as universidades não tem mais essa condição, esse recurso. Claro, o recurso das agências é muito maior e muito melhor. Também nessa época estava começando a iniciação científica, eu também tive alguns alunos bolsistas. Mas é um momento que eu diria assim, a pós-graduação na área de Artes estava nascendo de maneira muito precária. Até conseguir reconhecimento,

⁹⁰ Raimundo Martins foi editor da Revista OPUS nos anos de 1989, 1990 e 1991. Foi editor da Revista da ABEM no período de 1992 a 1995. A Revista Em Pauta foi criada em 1989, e teve sua publicação contínua de modo impresso até o ano de 2008 (v. 19, n. 32/33). Foi descontinuada até 2012, quando teve seu último volume impresso (v. 20, n. 34/35), – Informações disponíveis em <https://seer.ufrgs.br/EmPauta> e <https://www.ufrgs.br/ppgmusica/programa-editorial/revista-em-pauta/>.

⁹¹ “A Revista ART — Universidade Federal da Bahia, Escola de Música — surgiu em 1981, numa época em que as opções de publicação da produção acadêmica da área de música no Brasil eram muito limitadas. Funcionou de maneira ininterrupta até 1996 e colocou 23 números em circulação, com artigos de importantes pesquisadores brasileiros, desempenhando um papel relevante no contexto brasileiro. Retorna em 2013 quando o cenário de produtividade acadêmica em música já é outro, com opções diversificadas de publicação, mas ainda poucos canais de projeção das temáticas e autores brasileiros para um público internacional. Daí a modulação de seu raio de ação, tornando-se uma Revista Eletrônica em inglês” (UFBA, 2013). A revista pode ser acessada em: <http://www.revista-art.com/>.

⁹² A Revista Porto Arte foi criada em 1990, tendo Raimundo Martins como diretor no período de 1990 a 1993. Até o momento publicou 45 números, com seu volume 26 no ano de 2021.

⁹³ <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus>.

⁹⁴ <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/index>.

credibilidade, visibilidade, ter um corpo de pesquisadores, publicações, revistas, financiamentos, dar continuidade aos encontros foi necessário muito trabalho, esforço e perseverança. Então, hoje há um arsenal de recursos acadêmicos que teve que ser construído do zero. A minha, creio que a nossa convicção à época, é que, se construíssemos isso via pós-graduação, o caminho poderia ser menos complexo, talvez menos íngreme ou mais curto. Parece que foi isso que aconteceu (MARTINS, E.N., 2020, p. 14-15).

Juntamente com outros periódicos da área da Música, faz parte desse processo de busca pela produção e divulgação científica do campo da Educação Musical, a construção e qualificação cada vez maior da Revista da ABEM, que desde seu primeiro número demonstrou compromisso e seriedade nas publicações do conhecimento científico produzido. Souza (2005, p. 36) registrou que “em 2004 a Revista da ABEM foi avaliada pela CAPES como periódico de circulação nacional – conceito A; mantendo o conceito de avaliações anteriores”. A exemplo do que já registrava Fernandes (2000), no artigo que analisa a situação das dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em Educação:

No Brasil, a subárea da área Música chamada de Educação Musical apresenta-se em pleno estágio de evolução, devido ao aumento do número de pesquisadores (muitos com cursos de pós-graduação no exterior), de cursos de pós-graduação (CPG) em música – incluindo o aumento do número de cursos/vagas de pós-graduação em várias outras áreas, que possibilitam o acesso de pesquisadores da música e da educação musical - e de periódicos especializados da área da música e da educação musical, especificamente. Além disso, a fundação da ABEM (Associação Brasileira de Educação Musical) e da ANPPOM (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música) veio sistematizar e proporcionar maior intercâmbio na área, da música (FERNANDES, 2000, p. 46).

Reservado o contexto histórico, é necessário levar em conta a época em que o texto de Fernandes (2000) foi escrito, considerando que no movimento relacionado às publicações na Revista da ABEM naquele período, muitas contribuições advinham de trabalhos de mestrado e alguns de doutorado. Outro ponto destacado pelo autor se referia ao aumento gradual de citações de autores brasileiros nas bibliografias da área, o que evidenciava o crescimento da pós-graduação nacionalmente. Contudo, em relação à Educação Musical, nesse período, apesar de existirem linhas de pesquisa específicas nos programas de pós-graduação em Música e Educação, o conhecimento produzido ainda não permitia a consolidação de uma tradição científica, pois poucos são os grupos de pesquisa⁹⁵ que estão organizados nesse momento, sendo a maioria das pesquisas decorrente de “*iniciativas individuais na pós-graduação*” (SOUZA, 1997). Assim, não é de se estranhar que, no Brasil, em relação

⁹⁵ Disponível em http://plsq11.cnpq.br/censo2004/inf_gerais/index_que_eh.htm.

à Educação Musical não havia muitos grupos de pesquisa ainda que por iniciativas locais, regionais e nacionais de agregação de pesquisadores. A CAPES criou o Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil no ano de 1992, instaurando ações de fomento a grupos de pesquisa apenas no final da década de 90 e início dos anos 2000. Foi então que o que conhecemos, atualmente, como grupo de pesquisa entra em evidência e se consolida outros modos de operar em relação à grupo.

Antecedendo o fomento aos grupos de pesquisa, na área de Arte é importante destacar que no ano de 1997 foi realizado o “I Seminário Sobre o Ensino Superior de Artes e Design no Brasil/CEEARTES”, entre os dias 04 e 06 de agosto, em Salvador - BA. No discurso de abertura desse seminário, Oliveira (1997) explica como foi criada, pela Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, a Comissão de Especialistas do Ensino Superior de Artes e Design-CEEARTES:

Partindo do documento elaborado pela comissão anterior nos três Fóruns de Artes e Design realizados em 1994-5, a atual Comissão de Especialistas do Ensino Superior de Artes e Design – CEEARTES iniciou os seus trabalhos em 1996, tentando mapear os cursos e compreender melhor a grande área de Artes e Design. Diante da diversidade de cursos e problemas encontrados, esta comissão considera hoje importante, não somente avaliar a situação global do ensino superior em Artes, mas também repensar a estrutura da própria comissão em termos de subsidiar o MEC para ter como resultado um trabalho efetivo e entrosado com a realidade atual dos cursos à luz da nova legislação do ensino brasileiro (OLIVEIRA, 1997, p. 1).

Nesse período, a ABEM⁹⁶ participou ativamente da elaboração dos documentos que organizam e orientam ensino de Música como órgão consultivo do MEC, através da Comissão de Especialistas no Ensino Superior de Artes – CEE/Artes de 1996 a 1997⁹⁷ e da Comissão de Especialistas no Ensino Superior em Música – CEE/Música de 1998 a 2000⁹⁸ (OLIVEIRA, 1999, p. 24).

Com a aprovação da LDBEN 9394/1996, a comissão observou que as estruturas dos cursos superiores vinha apresentando problemas e falta de suporte para a formação profissional (OLIVEIRA, 1997), decorrência que não era somente da área de Música e da Educação Musical. Em sua análise a autora destacou:

Em vários artigos produzidos por profissionais e pesquisadores da área de Música, por exemplo, pode-se verificar que a grande maioria discordou da

⁹⁶ Comissão composta em 1996, por Alda Oliveira – presidente, Liane Hentschke – secretária, José Adolfo Moura, Ingrid Koudela, Gustavo Amarante Bonfim.

⁹⁷ Integrante da CEE/ARTES/SESU/MEC: Alda Oliveira 1995-1999 (OLIVEIRA, 1999, p. 30).

⁹⁸ Integrante da CEE/MÚSICA (1998-2000): Alda Oliveira (UFBA), Liane Hentschke (UFRGS), Maria Lúcia Pascoal (UNICAMP). Consultores da CEE/MÚSICA para as Diretrizes Curriculares: Celso Loureiro Chaves (UFRGS), Elizabeth Rangel (UNICAMP), Jamily Oliveira (UFBA), Jusamara Souza (UFRGS) (OLIVEIRA, 2000, p. 30).

orientação da Lei 5692/71 que introduziu a polivalência e a formação em educação artística, pois esta formação é por demais generalista e não tem atendido a demanda da sociedade, que prefere uma orientação mais direcionada para as áreas de conhecimento: Música (Musicoterapia), Artes Cênicas (Teatro, Dança), Artes Visuais (Belas Artes, Plásticas, Desenho, Práticas), Design (Desenho Industrial, Composição Paisagística, Moda, Decoração, etc.). Em texto publicado em 1992 sobre educação musical no Brasil (p. 104-111), esta autora chama a atenção para o aspecto reformista da Educação Musical no país, cujo caráter tem-se modificado ao sabor dos propósitos políticos e filosofias de época, movimentos educacionais e estéticos: catequista no período colonial, ornamental no período imperial, elitista no período republicano, nacionalista no período da ditadura de Vargas, criativa e improvisativa nos anos 60 e difusa após a implantação da Lei 5692/71, por causa das múltiplas facetas de interpretação desta legislação. A FAEB, em documento enviado à CEEARTES (1996) solicitando encaminhamento ao Congresso, defendeu a inserção das artes na educação brasileira, o que foi feito por esta comissão e positivamente atendida pela nova LDB (OLIVEIRA, 1997, p. 2)

Com a promulgação da LDBEN de 1996 e a publicação dos PCNs em 1997, tomam foco nas discussões e publicações da ABEM temas como o ensino de Arte nos níveis fundamental e médio, bem como a formação profissional em nível superior, a ampliação e reestruturação dos cursos existentes. Como decorrência das políticas públicas educacionais, a produção científica do campo da Educação Musical também se volta às macro discussões, nas quais tomam corpo outras temáticas e possibilidades de investigação, perceptíveis nos temas e focos de trabalhos discutidos em Encontros Anuais da ABEM e nas publicações da Revista da ABEM.

O ano de 1997, na gestão de Vanda Freire, marca o início dos Encontros Regionais da ABEM⁹⁹, possibilitando a realização de discussões mais específicas e direcionadas aos contextos das diferentes regiões brasileiras. O primeiro dos encontros regionais, foi o Encontro Regional Sul da ABEM, sobre o qual Kleber (1997) destacou:

A partir do encaminhamento indicado na plenária final do V Encontro [Anual da ABEM – Londrina 1996], no sentido de se indicar um representante de cada Estado das respectivas regiões, os professores Sergio Figueiredo da UDESC e a Professora Leda Maffioletti, da UFRGS, após consulta, aceitaram ser os representantes de seus estados. Desta forma, planejou-se o 1º. Encontro Regional Sul da ABEM, em julho de 1997, Londrina, com o propósito de se estabelecer estratégias para promover, de fato, uma maior integração entre estes Estados. Os encaminhamentos foram sempre discutidos com a Presidente da ABEM, Professora Vanda Freire, e o Encontro aconteceu, dentro da programação do 6º. Simpósio Paranaense de Educação Musical, realizado de 30 de junho a 04 de julho de 1997 em Londrina, com a temática “O Ensino da Música diante de Novos Paradigmas” (KLEBER, 1997, p. 1).

⁹⁹ Sobre as datas dos primeiros Encontros Regionais da ABEM, ver p. 129.

A promoção dos Encontros Regionais sempre ocorreu em locais estratégicos, emergentes para discussões da área, possibilitando a troca de conhecimentos científicos, experiências e maior diálogo e comunicação entre os sócios e demais participantes de cada região. Em consonância com as temáticas discutidas nos Encontros Anuais, os Encontros Regionais também se relacionam, fomentam e desenvolvem a produção e divulgação científica em educação musical, repercutindo na formação de grupos de pesquisa, no estabelecimento de parcerias interinstitucionais e na circulação de conhecimento.

Ainda no ano de 1997, juntamente com o “VI Encontro Anual da ABEM”, ocorreu o “I Encontro Latino-Americano de Educação Musical” ISME-ABEM, em Salvador – BA. Nesse encontro, foram organizados eixos de apresentação e discussão dos trabalhos, nos quais as principais temáticas focalizaram o panorama da música latino-americana, a música na escola regular e os diferentes níveis de ensino, a ação e pesquisa em educação musical, a educação musical e interdisciplinaridade, a educação musical e multiculturalismo, a formação do músico profissional, a educação musical e educação de adultos, a educação musical à distância, o currículo na escola pública, o conceito de cotidiano como perspectiva para a pesquisa e a ação em educação musical, a educação musical e educação especial, a educação musical informal.

Percebe-se, naquele período, que o diálogo da Música e da Educação Musical com outras áreas de conhecimento se ampliou, bem como as relações com a produção científica nos programas de pós-graduação no país. Também, a discussão sobre as políticas públicas educacionais passou a ser tema recorrente nos periódicos e nos encontros realizados naquele momento. O VII Encontro Anual da ABEM, realizado em Pernambuco, no ano de 1998, discutiu principalmente o ensino superior de música, os Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino de música na Educação Infantil, a formação de professores nas licenciaturas, o ensino de música e a educação musical na escola regular e o Referencial Nacional para a Educação Infantil. Naquele ano, foram criados os Grupos de Trabalho (GTs) nos Encontros Anuais da ABEM, para discussão de temáticas específicas da Educação Musical.

Nos anos de 1999 e 2000¹⁰⁰ as proposições e debates nos Encontros da ABEM se expandem, através da ampliação das temáticas propostas nos Grupos de Trabalho,

¹⁰⁰ Nesse ano a ABEM passa a publicar os Anais dos Encontros em meios físico e digital, por meio de Disquetes com capacidade de 1,44MB.

e tomam um espaço significativo, além das políticas públicas educacionais e dos documentos pós-LDB/96¹⁰¹, também os temas sobre a formação do professor de música, as discussões sobre qual o profissional responsável pelo ensino de música nas escolas de Educação Básica, as reformas curriculares dos cursos superiores de Música, incluindo Bacharelados e Licenciaturas, a educação musical no contexto das relações com a sociedade e a cultura brasileira. Grande parte da produção científica da área se volta para a educação musical no contexto das escolas de Educação Básica, para questões relacionadas aos currículos em todos os níveis de ensino e para o papel das universidades na formação de professores tendo em vista o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

A ampliação do campo de atuação da ABEM trouxe também a necessidade de fortalecimento de suas políticas institucionais e de avanços na área científica. A gradual ampliação e consolidação dos programas de pós-graduação no país, a organização de grupos de pesquisa e de redes de pesquisadores trouxe implicações para o desenvolvimento da Associação como comunidade científica. Estes fatores impactaram na reestruturação do seu principal periódico, a Revista da ABEM, e dos materiais bibliográficos que vinham sendo produzidos, o que também implicou na organização e divulgação do conhecimento em educação musical. Para Jusamara Souza (2019),

Cumprimos também uma coisa bem importante que era responder afinal de contas, qual era mesmo o papel da ABEM? O que a gente queria mesmo para além daquilo que já estava no estatuto? Porque, a ABEM, como mencionei, desde o seu início teve um estatuto. O que a gente precisava era avançar como área científica. Então dessa gestão, além desse envolvimento político com contatos, com demandas em termos de concurso, demandas práticas que as pessoas queriam, nós pensamos também no fortalecimento da associação, como uma comunidade científica. Daí o fortalecimento, por exemplo, da Revista da ABEM, que já tinha recebido um novo layout na gestão anterior. A Revista começou em um formato pequeno, não sei se tu conhece? O formato A5, com poucos artigos. Aí ela passou para o formato A4, com publicações anuais, e, na minha gestão, ela passou a ser semestral para ser considerada uma revista científica, pela avaliação da CAPES e CNPQ na época, tendo duas publicações por ano e mantendo um número maior de artigos. Naquela época isso parecia uma loucura, assim do tipo: “Onde é que nós vamos arrumar pessoas para escrever para dois números da revista?” Porém, eu vislumbrei que os programas de pós-graduação iriam aumentar, que o número de alunos ia crescer e que a gente teria público para

¹⁰¹ Especialmente o Decreto Federal 2208/1997, que regulamenta a Educação Profissional; O processo de elaboração das Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior de Música (1998), dos Indicadores e Padrões de Qualidade para Cursos de Graduação na área de Música, das Diretrizes Curriculares Gerais para as Licenciaturas, das Diretrizes Curriculares para o Ensino Profissionalizante de Nível Técnico; os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil de 0 a 6 anos; os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries (OLIVEIRA, 1999).

escrever para duas revistas a cada ano. O primeiro número da Revista da ABEM que saiu na minha gestão reuniu as discussões feitas durante o Congresso Nacional realizado em 2002, em Natal, que foi o primeiro evento que eu organizei, depois de eleita, em 2001. Esse número da revista reúne o tema da formação, que tinha sido o tema do evento e a segunda revista, publicada no segundo semestre de 2002, incluiu os artigos de demanda contínua, e assim foi. A Revista da ABEM conseguiu e até hoje ela consegue se manter como uma revista semestral. Depois a Revista ganhou outros projetos visuais e, por fim, ela se tornou online, hoje ela existe só na versão online. Mas na nossa época ainda a publicação impressa no papel era importante, não é? (SOUZA, E.N., 2019, p. 8-9).

O contexto político e social, as necessidades traçadas pelas políticas públicas educacionais e culturais, a produção e diversificação do conhecimento em educação musical estabeleceram relações diretas com os processos de organização e divulgação científica na ABEM.

Então, para tu veres que cada demanda das políticas públicas reverberava na escolha dos temas, nos cursos, na escolha das pessoas que íamos convidar para participarem dos eventos ... reverberava inclusive nessa ideia dos eventos regionais... como é que a iríamos fazer os eventos regionais... (SOUZA, E.N., 2019, p. 10).

Então era assim, acabava um evento e nós já estávamos começando o próximo... Era muito trabalho, e tinha que tinha que dar certo. Eu fui a quase todos os eventos, acho que foram raríssimos aqueles em que eu não fui nessa época, mesmo trabalhando na editora, orientando, porque eu já era orientadora no PPG-Música da UFRGS. Dentro da divulgação científica, os eventos também contribuíram muito. Mesmo que tenha sido um excesso, vamos dizer assim, por ano, mas os eventos ajudavam na divulgação do que era produzido nas revistas. Nessa época era tudo manual ainda, a gente carregando as revistas, carregando o material, porque não existia a divulgação online ainda, não é?!... Era um trabalho mesmo de formiguinha, de nós sairmos com malas de livros e revistas e depois prestar conta dessas vendas à ABEM (SOUZA, E.N., 2019, p. 23).

Naquele período, o Encontro Anual e os Encontros Regionais da ABEM ocorriam no mesmo ano, considerando que todas as regiões já haviam realizado seus primeiros encontros regionais após 2002. Assim como a quantidade de encontros realizados, também o número de sócios e de pessoas que passaram a participar dos encontros foi se ampliando. Nessa dinâmica, os eventos da Associação e as relações que neles foram sendo estabelecidas, também contribuíram para a divulgação científica.

Na gestão de Jusamara Souza, as publicações da ABEM passaram a ser produzidas em Porto Alegre. Jusamara Souza (2019) destaca que foi necessário planejar e implementar outras soluções para divulgação e distribuição de publicações,

Na minha gestão também eu acabei contratando uma pessoa que era minha secretária na editora, para ela poder ir aos eventos e ela acabou assumindo

esse papel de divulgadora das publicações. As publicações ficavam com ela, e se os sócios ou alguém queria alguma coisa, entrava em contato direto com ela. Era essa secretária que organizava o pedido, e levava no correio, e depois ela fazia o acerto dos gastos de correios com a ABEM. Em contrapartida a ABEM pagava para ela uma pequena gratificação, a título mesmo de reconhecer a colaboração dela. O que fizemos, na minha gestão, foi organizar as vendas de revista, centralizar a produção bibliográfica da ABEM [...] foi um esforço de pensar em soluções da distribuição de publicações: “Como é que tu fazes para pegar uma revista? Com quem tu vai buscar essa revista?” Às vezes se produzia e essas publicações eram divididas entre os sócios. Por exemplo, perguntávamos para nossos alunos: “Tu podes levar para o Pará, tu podes levar para tal lugar?” Daí as pessoas levavam X revistas, então se anotava num papel ou não anotavam, aí prestavam conta do que vendiam, era uma coisa bem informal. Então eu pensei: “Como é que a gente pode profissionalizar a distribuição com as condições que a gente tem?” Como a revista era produzida em Porto Alegre, ela ficava aí e já deixávamos uma quantidade com a secretária contratada para que ela pudesse fazer essa distribuição. E como era uma pessoa confiável, de responsabilidade, nunca tivemos problema com a prestação de conta. [...] Das coisas boas que eu deixei, uma delas foi isso, organizar melhor a distribuição da produção da ABEM [...] Mas eu pensava: “Como é que o livro vai chegar às pessoas?”, “Se a ABEM vai publicar, como fazer circular essa produção?” Uma coisa boa também que eu fiz, advinda das aprendizagens na editora, foi reduzir o número de exemplares da tiragem de cada revista. Porque, no início, nós publicávamos sempre quinhentos exemplares de qualquer obra, só que o nosso público, naquela época, era muito pequeno, para quinhentos exemplares... e, daí, eu descobri que a gente podia publicar duzentos ou trezentos exemplares das revistas, e que ainda assim era um montão de revistas. Nós vendíamos as publicações mais nos eventos, e para se vender nos eventos a gente precisava distribuir... Então, se o evento é no Pará: “Quem é que vai no Pará? Ou quem vai para Campo Grande?” ... Então distribuíamos entre os alunos e cada um levava uma quantidade de material. Cláudia Bellochio deve te contar muitas dessas histórias, porque a professora Cláudia sempre participou muito da ABEM como editora. Uma questão crucial na produção de livros, é tu fazeres o livro chegar até o leitores. Então, na verdade nessa parte de divulgação científica entra, não só o que produzir, como produzir, já que a gente tinha pouco dinheiro, mas também o como divulgar (SOUZA, E.N., 2019, p. 23-24).

Ao longo dos processos de ampliação e profissionalização da divulgação científica que vinham sendo implementados na ABEM, cabe destacar que, no ano de 2004, a Revista da ABEM foi avaliada como periódico de circulação nacional de conceito A pela CAPES.

No ano de 2001, ocorreu o X Encontro Anual da ABEM, realizado em Uberlândia – MG, que discutiu o tema “Educação Musical hoje: múltiplos espaços, novas demandas profissionais”. Os Anais do Encontro foram publicados em livro físico, acompanhados de um Compact Disc (CD), com índice de autores e resumo das comunicações apresentadas no encontro.

O XI Encontro Anual da ABEM ocorreu em 2002, em Natal – RN, e teve como temática a “Pesquisa e Formação em Educação Musical”. No ano seguinte, foi realizado o XII Encontro Anual da ABEM, em Florianópolis – SC, com o tema “Políticas

Públicas e Ações Sociais em Educação Musical”. A partir do ano de 2003, os anais dos eventos deixaram de ser impressos e passaram a ser publicados apenas de forma digital.

O que eu acho que eu avancei na gestão da ABEM foi otimizar nossas publicações nas Revistas e nos Anais dos eventos nacionais, que eram publicados em CDs. Dessa forma nós podíamos economizar. Estes eram distribuídos gratuitamente para os sócios. Em parte, os sócios viam respondida a questão, “o que é que eu ganho?”... “Tá, se tu és sócio, tu vais ganhar os Anais e já tem alguma coisa que a instituição produz”. Acho que a divulgação científica passou a ser um pouco mais ágil, como eu já disse, com aquelas tecnologias da época (SOUZA, E.N., 2019, p. 22).

Com o objetivo de dar maior celeridade a algumas demandas da ABEM, a fim de permitir melhor divulgação entre os sócios e uma comunicação mais ágil, houve uma reestruturação do Boletim Informativo da ABEM. Como narra Jusamara Souza (2019),

Eu cheguei a fazer também um boletim, que sobreviveu também algumas gestões. E esses boletins também foram bem importantes, para marcar um pouco essa cara de uma associação científica que se mostrasse mais... no qual a gente trazia não só notícias, mas pequenas reportagens ... E como o boletim era mais ágil do que a revista, ele previa um pouco essa comunicação também com os sócios. Coisas práticas, do tipo, implementar o boleto, como pagar no banco, coisas que já na época eram demandas dos sócios, enfim, como tornar uma associação mais atualizada e até poder se comparar com outras instituições? (SOUZA, E.N., 2019, p. 9).

Acho que teve, como eu te disse, a questão da divulgação da associação entre os sócios, eu acho que esse boletim que foi remodelado é um exemplo. Existia outro, mas na minha gestão nós criamos um formato mais estético, mais completo em relação a este primeiro (SOUZA, E.N., 2019, p. 22).

Já existia um boletim informativo antes, mas, na minha gestão, ele recebeu um design gráfico diferente, tinha uma proposta de uma identidade visual, eu o considero primoroso, até hoje (SOUZA, E.N., 2019, p. 14).

Como o exemplificado por Jusamara Souza (2019), desde as primeiras gestões houve um cuidado com a identidade visual da ABEM, que foi se modificando e se reestruturando de acordo com os diferentes períodos, contextos e tecnologias disponíveis em cada época. Esse cuidado também se estendeu às revistas da ABEM (Revista da ABEM e Revista MEB), às publicações dos anais dos encontros, às séries dedicadas a temáticas específicas e demais publicações.

Naquele momento, também foram tomadas outras decisões em relação aos direcionamentos da produção bibliográfica que a ABEM vinha realizando, quando analisou-se a inviabilidade de continuidade da publicação da Série Teses e da Série Fundamentos da Educação Musical.

Além da publicação da Revista da ABEM, existiam algumas iniciativas anteriores como a publicação de teses defendidas na área de Educação Musical, uma iniciativa da gestão da professora Vanda Freire. A primeira tese publicada foi a de Vanda Freire, intitulada “Música e Sociedade”. Esse projeto de publicação de teses justificava-se nesse período, porque ainda existiam poucas teses defendidas, então era possível pensar nesse tipo de publicação. Só que à medida em que foi aumentando o número de doutores, isso ficava inviável do ponto de vista financeiro. Como é que a ABEM podia publicar as teses de todos? Qual seria o critério, não é?!... E aí coincidiu também nesse período, entre 2001 e 2005, eu assumi a direção da Editora da UFRGS, em 2002. Fui diretora da Editora de 2002 a 2008. Então, concomitante à gestão da ABEM eu assumi a direção da Editora e junto com isso eu tinha também a editoria da Revista Em Pauta, do PPG-Música da UFRGS. Como editora da Revista Em Pauta eu fiquei de 2000 a 2006. Então todas essas tarefas tinham a ver com administrar. Uma era a revista, a Revista Em Pauta, outra era a editora, que era publicar livros em todas as áreas da universidade e outra era a ABEM, com suas várias demandas, não é?!... Mas essas experiências concomitantes também foram me ajudando a entender mais de administração e também o pensar sobre a divulgação. Por exemplo, sobre a publicação de teses: como a gente não publicava esse tipo de material na Editora, porque achávamos que a divulgação no portal da Biblioteca da UFRGS, no Lume, já dava uma boa ajuda, só valeria a pena publicar uma tese se ela fosse readaptada, se os autores pudessem transformá-la em um livro. Essa aprendizagem no âmbito da Editora ajudou-me a argumentar para a ABEM que não era possível publicarmos teses, era muito dinheiro e que seria mais adequado publicarmos duas revistas e que nelas haveria possibilidade dos doutores publicarem seus artigos. Existia também uma série que chamava Fundamentos da Educação Musical. Ela foi até o número 4 e também o projeto não é da minha gestão, o número 4 ainda foi na gestão da professora Vanda (SOUZA, E.N., 2019, p. 22).

Para Sérgio Figueiredo (2020, E.N., 2020, p. 24), “a Série Teses podia ter continuado, mas nós tivemos uma dificuldade muito grande de pensar qual seria o critério de seleção”. Também, o custo das publicações tomava outras dimensões, uma vez que a Revista da ABEM estava crescendo e necessitaria de maiores investimentos.

O crescimento dos cursos de pós-graduação no país fomentou a formação de mais pesquisadores em Educação Musical, ampliando não somente o número de trabalhos, mas também a diversidade das temáticas abordadas nas pesquisas acadêmicas.

Em 2004 foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música. Nesse ano, foi realizado, no Rio de Janeiro – RJ, o XIII Encontro Anual da ABEM, discutindo o tema “A realidade nas escolas e a formação do professor de música: políticas públicas, soluções construídas e em construção”. O olhar da produção científica se volta sobre a formação profissional do professor de música e sobre as políticas públicas educacionais. Contudo, apesar do desenvolvimento da pós-graduação e da produção de pesquisas do campo de conhecimento da Educação Musical, estes avanços ainda não apresentavam reflexos

no ensino básico e nas secretarias municipais e estaduais de educação, onde a produção científica e as políticas públicas para a área eram desconhecidas pela maior parte dos profissionais.

Com o tema “Educação Musical e Diversidade: Espaços e Ações Profissionais”, a ABEM realizou, em Belo Horizonte, seu XIV Encontro Anual, em 2005. O Encontro reuniu diferentes instituições de ensino superior e pós-graduação, professores, educadores musicais, estudantes, pesquisadores e músicos, para discutir acerca dos movimentos da Educação Musical brasileira na sociedade civil organizada, em âmbito municipal, estadual e federal (SAMPAIO, 2005). Naquele momento, a ABEM já havia ampliado seu número de associados, num cenário de significativo aumento do número de cursos de licenciatura em Música no país, além da diversidade de atores sociais que participavam dos Encontros. Essa diversidade se fazia sentir na apresentação de trabalhos e na variedade de temáticas discutidas nos eventos. Os principais debates estavam voltados à necessidade de formulações de políticas públicas para a educação musical no contexto da educação básica, ao ensino formal e não-formal de música, aos movimentos da cultura popular e folclórica, à educação musical em projetos sociais e culturais, às reformas curriculares no ensino superior, aos programas de ensino, pesquisa e extensão, à produção de materiais didáticos, à formação inicial e continuada para educação musical.

Em meados de 2006, o Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música (GAP), com a Frente Parlamentar Pró-Música no Congresso Nacional e com participação da ABEM, começou a articular um amplo movimento que resultou no “Quero Música na Escola”. A decorrência de todo este movimento culminou com a publicação da Lei 11.769 no ano de 2008 (SOBREIRA, 2008), que teve a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º: A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” Art. 2º - (VETADO). Art. 3º - Os sistemas de ensino terão 3 (três) anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas nos arts. 1º e 2º desta Lei. Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, na gestão de Sérgio Figueiredo, ocorreu em Joao Pessoa – PB, o XV Encontro Anual da ABEM que,

Ao abordar o tema “Educação Musical: produção científica, formação profissional, políticas públicas e impactos na sociedade”, centramos os objetivos do Evento na discussão e compreensão dos múltiplos caminhos da área, refletindo sobre as conquistas, as buscas e as perspectivas do trabalho que a ABEM vem desenvolvendo ao longo dos seus quinze anos. O Encontro tem como foco dos seus debates os diversificados sistemas de educação musical, concebidos como redes de conhecimentos, de divulgação e de estratégias metodológicas. [...] Os trabalhos, de autores das diferentes regiões do país, retratam a diversidade de questões, os múltiplos espaços e demandas profissionais, e os diferentes perfis que caracterizam a formação do professor de música na contemporaneidade. A abrangência da programação contempla, nos quatro dias do Evento, a produção científica, a realidade da formação profissional no campo da educação musical, as políticas públicas que têm norteado o ensino de música e os impactos sociais que tem sido gerados a partir das distintas propostas e ações desenvolvidas e estabelecidas pela área (QUEIROZ, 2006, p. 5).

Com as redefinições político-educacionais daquele período nas universidades brasileiras, muitos cursos de Música passavam por reestruturações curriculares, discutindo perspectivas de formação de professores para atuar em diferentes contextos educacionais. Esses movimentos também impactaram nas temáticas e pesquisas das diferentes pós-graduações e na produção científica no contexto da ABEM, especialmente nos periódicos e nos eventos realizados.

Após 15 anos de existência da Associação, Del Ben (2007) referenciou a ABEM como a grande responsável pela divulgação e circulação da produção científica brasileira em educação musical:

A ABEM tem sido a grande responsável pela divulgação e circulação da produção científica brasileira em educação musical, tanto por meio dos encontros nacional e regionais – onde pesquisadores, formadores, professores e futuros professores de diversos lugares do país podem partilhar conhecimentos e experiências de ensino e pesquisa – quanto por suas publicações. Desde a sua fundação, a ABEM tem se comprometido com a difusão do conhecimento em educação musical por meio de diferentes tipos de publicações (DEL BEN, 2007, p. 58).

Seu artigo discutiu os impactos da produção científica em educação musical, impulsionados pela associação, para os programas de Pós-graduação em Música e Educação, para as políticas públicas e para as práticas educacionais. Nesse sentido, destaca-se que a produção científica em educação musical foi potencializada pela ABEM, ao longo de seu período de existência, consolidando-se, nacionalmente, como associação fundamental na luta pela representatividade política em diversos âmbitos.

Sérgio Figueiredo (2020) destaca que, apesar das dificuldades financeiras, a Revista da ABEM conseguiu se aprimorar e manter a qualidade da produção publicada.

Porque com a Revista da ABEM eu não acho que tinha problema, a Revista da ABEM tinha o seu formato, acho que foram aprimorados alguns processos da seleção, da submissão também. Quando começou a ser eletrônico você tinha outros caminhos e tal, na minha gestão não mudou tanta coisa assim... e a qualidade da Revista da ABEM estava assegurada por um conselho editorial que já tinha uma tradição, que eram professores universitários, doutores. Então isso, na verdade eu não tinha preocupação para dizer assim "estou preocupado com a Revista da ABEM", não. A Revista da ABEM não me preocupa. O que me preocupa é o dinheiro para produzir a Revista da ABEM, mas a produção científica que está nela, eu acho que ela tem seu valor. Naquela época a gente discutia um pouquinho a qualidade e tal, mas acho que hoje tem uma discussão um pouco mais acirrada sobre isso. Naquela época a minha preocupação foi sempre com o dinheiro, minha grande preocupação foi o dinheiro e, claro, com a Lei e esse processo da Lei, porque eu tinha uma responsabilidade enorme nas costas. Eu tinha que falar por um coletivo e eu não tinha como conversar com esse coletivo. Eu conversava com algumas pessoas, mas tinha que tomar decisões muito rápidas às vezes, sobre o próximo passo, tem mais uma reunião, quem que a gente chama para ajudar nisso... Isso não foi uma tarefa tranquila, digamos assim. Mas, academicamente, a Revista da ABEM manteve seu papel, a gente conseguiu aí com essas vaquinhas e com dinheiro pessoal produzir os dois números... um meio atrasado talvez... ficamos devendo pro cara lá que fez a edição da Revista, mas isso se ajustou. Mas não ficamos devendo em termos da qualidade da produção, a produção acadêmica era aquela (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 24-25).

Nesse viés, Del Ben (2007) salientou o comprometimento da ABEM com a difusão do conhecimento em educação musical, especialmente sobre os Anais dos Encontros e a Revista da ABEM, refletindo o investimento da Associação ao longo de toda sua história na qualidade das publicações científicas.

A revista, há alguns anos, vem atendendo aos critérios de qualificação da produção científica (como linha e editorial, periodicidade, semestralidade, indexação, entre outros) e, por isso, está classificada como Qualis Nacional A (mais alto nível de periódicos de circulação nacional) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) não só na área de Artes/Música, mas também na área de Educação e na área de História. O número de submissões e de artigos publicados, além da representatividade nacional e institucional de seus autores, sinaliza que, dentre os periódicos científicos brasileiros na área de música, a Revista da ABEM é o veículo privilegiado de divulgação da produção científica em educação musical no nosso país (DEL BEN, 2007, p. 58).

A Revista da ABEM, através do trabalho de todos os seus conselhos editoriais ao longo do tempo, vem potencializando o campo da Educação Musical e sendo referenciada nos cursos de graduação e pós-graduação no país, tanto no sentido de circulação quanto no sentido de produção de conhecimento e material bibliográfico de referência e pesquisa. Como destaca Figueiredo (2007),

O Conselho Editorial da ABEM é responsável pelas publicações da associação. Com muito orgulho apresentamos, neste ano de 2006, as edições 14 e 15 da *Revista da ABEM*, mantendo a periodicidade semestral e a qualidade do processo editorial, que se confirma na avaliação desta

publicação pela Capes como Qualis A. Esse processo tem sido bem sucedido em função do trabalho rigoroso e primoroso que vem realizando o Conselho Editorial da ABEM. O Conselho, atualmente, é presidido pela professora Cláudia Bellochio, da UFSM, tem como editora a professora Cecília Torres, da UERGS, e conta, ainda, com a participação das professoras Maura Penna, da UEPB, Isabel Montandon, da UNB, e Lia Braga, a UFPA (FIGUEIREDO, 2007, p. 33).

Dentre os principais papéis desempenhados pelo Conselho Editorial da ABEM, destaca-se a manutenção e aprimoramento da qualidade da produção científica publicada. Considerando o trabalho desempenhado pelo Conselho Editorial, em relação à manutenção da qualidade da Revista da ABEM, Sérgio Figueiredo (2020) narra,

Acho que é uma coisa que está muito na hora da gente pensar, a qualidade da produção acadêmica que a gente está fazendo. Na época eu não tinha nenhuma preocupação. Eu tinha a Cláudia como presidente do Conselho... era gente experiente que estava no conselho. Porque tem essa coisa, hoje tem doutor sobrando, mas na época não tinha, então era sempre os mesmos que ficavam em torno da análise dos trabalhos, dos pareceres. Então, realmente eu não tive nenhuma preocupação com a qualidade acadêmica. Tinha a preocupação da aproximação da produção acadêmica com outros setores, como até do setor político (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 26).

Cabe destacar que, naquele período, que a ABEM havia ampliado sua área de abrangência em relação à produção bibliográfica, atendendo a uma diversidade de demandas e temáticas da educação musical brasileira. A ampliação das pesquisas e temáticas nas publicações da ABEM se relaciona com a criação de novos cursos de pós-graduação e com o aumento das produções desenvolvidas nesses cursos. Para Fernandes (2007)

No Brasil houve um aumento do número de cursos de pós-graduação em música e, conseqüentemente, um aumento na produção discente, em relação aos levantamentos anteriores. Mas existe uma grande produção de trabalhos em outros cursos que não são de música, artes e educação. Isso é verificado na produção por ano, mas devemos levar em consideração que houve também aumento da produção de pesquisas em educação musical em cursos que não são de música, artes e educação, o que gera pesquisas com os mais diversificados fundamentos teóricos e abordagens metodológicas. Isso torna o campo ainda mais rico, e faz com que os pesquisadores da educação musical obrigatoriamente conheçam tal produção (FERNANDES, 2007, p. 98).

A notoriedade das publicações científicas, especialmente a Revista da ABEM e os Anais dos Encontros, se fez cada vez mais presente nas relações com a pesquisa desenvolvida nos programas de pós-graduação do Brasil, fomentando e contribuindo para a circulação do conhecimento do campo da Educação Musical e atualização dos profissionais acerca das mais diversas demandas e contextos. Nesse viés, o artigo de

Souza (2007) discutiu como a ABEM tem contribuído para pensar a educação musical como ciência ou área do conhecimento. A pesquisadora produziu reflexões no sentido de considerar que os objetos científicos de uma área são construídos socialmente e que cada ciência produz o seu próprio objeto. Com relação à Educação Musical, Souza (2007) considerou:

Esse interesse está voltado para a construção de teorias explicativas na área de educação musical que partam de instrumentos e práticas metodológicas próprias. Por isso as discussões sobre o objeto de estudo da área, a natureza do conhecimento pedagógico-musical e suas inter-relações com outras áreas do conhecimento são tão relevantes (SOUZA, 2007, p. 30).

Ao mesmo tempo que a Educação Musical observou a necessidade de se constituir como ciência e como campo de conhecimento, na ABEM analisavam-se alguns distanciamentos com determinados setores da sociedade e contextos de desenvolvimento da educação musical. Figueiredo (2007) indicou a necessidade de maior aproximação das publicações da ABEM com a Educação Básica e com outros segmentos de educadores musicais.

A partir dessa experiência tão importante das publicações da ABEM, penso que devemos ampliar nossa linha editorial, abrangendo outros segmentos da população que lidam com a educação musical. A ABEM precisa se aproximar da educação básica, e uma proposta seria a produção de publicações dedicadas a esse universo educacional. Muitos professores nas escolas precisam de apoio pedagógico, de referencial teórico, de atualização bibliográfica, e publicações especificamente voltadas para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio poderiam contribuir para a ampliação da rede de atuações da nossa associação, além do que essa poderia ser uma forma de se atrair mais sócios para a ABEM. Além do professor da educação básica, a ABEM poderia ampliar as redes de discussão com profissionais das escolas de música, dos conservatórios, incluindo o segmento dos professores particulares de música. Questões educacionais que envolvem o professor de instrumento também precisam ser aprofundadas. Não basta manter a crítica que se faz regularmente aos músicos que ensinam e que, na visão de muitos, não poderiam ser considerados educadores musicais. A aproximação da ABEM com esses profissionais que também ensinam música poderia favorecer e enriquecer o debate sobre o ensino de música de forma ampla, contribuindo para a qualidade da educação musical no Brasil (FIGUEIREDO, 2007, p. 35).

A partir do que Figueiredo (2007) expõe, o tema focalizado no XVI Encontro Anual da ABEM junto com o Congresso Regional da ISME na América Latina, foi "Educação Musical na América Latina: concepções, funções e ações", discutindo sobre o ensino significativo de música nos diversos contextos educacionais e suas relações com a multiplicidade cultural brasileira e latino-americana, evento que aconteceu no ano de 2007, em Campo Grande – MS.

Em 2008, mesmo ano de publicação da Lei 11.769, no XVII Encontro Anual da ABEM, que ocorreu em São Paulo - SP, o tema foi “Diversidade Musical e Compromisso Social: o papel da educação musical”, possibilitando reflexões sobre a complexidade étnica brasileira e suas diversas manifestações culturais e práticas musicais, problematizando acerca do compromisso social da Educação Musical.

Com a pluralidade de discussões sobre a educação musical no ensino básico, surgidas, principalmente a partir de 2008, um dos principais movimentos instituintes da ABEM refere-se ao delineamento de uma nova linha de produção bibliográfica, voltada ao contexto da Educação Básica, evidenciando o compromisso político da Associação e o fomento de discussões sobre o ensino de música nas escolas. Assim, começou a ser organizado o projeto da revista Música na Educação Básica – MEB, que foi discutido em assembleia, no XVII Encontro Anual da ABEM. Sérgio Figueiredo (2020) narra:

Bom, instituído, a Revista MEB, acho que isso foi realmente uma coisa importante. Era um desejo inicial, eu não sabia exatamente qual seria o formato ou como ela seria, mas era uma revista com outra linguagem, era uma revista para um outro público. A Revista da ABEM ganhou essa notoriedade como uma revista acadêmica, muitos textos de pós-graduação, de pesquisas de profissionais e a Revista MEB é um outro espaço, que está aberto para todo mundo, mas que dá voz ou ajuda as pessoas de lá a fazerem mais (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 16).

Então, não acho que tenha alguma coisa nova, de falar assim “não, quando eu entrei, eu quis fazer”. Eu quis dar continuidade ao que existia. A Revista MEB, no meu entender, era uma continuidade ao que já existia, de você alargar as frentes da Associação (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 6).

Os grandes feitos, as grandes novidades na minha gestão foram a criação de uma nova revista voltada para Educação Básica, pensando em atingir esse público dos professores que atuam na Educação Básica, para que eles se sintam cada vez mais próximos. Então a revista era praticamente de graça, custava cinco reais, era uma coisa muito barata e tinha lá, obrigatoriamente, o formato de uma atividade prática, mas essa atividade tem que estar fundamentada. Então essa era a ideia, de ir dando ferramentas para essas pessoas poderem fortalecer o que elas já faziam na escola e se motivarem a fazerem outras coisas a partir de novos exemplos. Então essa foi uma coisa assim, que era uma questão de honra mesmo. A Cláudia era presidente do Conselho Editorial (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 13).

Claro, minha marca, talvez foi a Revista MEB. Ok, essa eu não quis deixar passar porque achava que isso era uma coisa, a ABEM tem que falar com a Educação Básica mais proximamente. Não é falar sobre a Educação Básica, mas é falar com a Educação Básica. A Educação Básica tem que falar junto com a ABEM... (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 14).

O projeto da revista Música na Educação Básica foi realizado pela prof.^a Dr.^a Luciane Wilke Freitas Garbosa, que esteve como editora dessa Revista até o seu terceiro volume, em 2011. Até o momento a revista MEB está em seu volume 10, n.

12, de 2020. Com seu primeiro volume lançado em 2009, em um momento distinto ano após a publicação da Lei 11.769/08, a revista MEB buscou atender a outras demandas da Educação Musical que se mostravam necessárias e vinham sendo delineadas anteriormente na ABEM. Como registram em seu editorial,

Neste ano de 2009, em que a Associação Brasileira de Educação Musical completa 18 anos, temos o prazer de lançar a revista Música na Educação Básica, cujo propósito é oferecer um material bibliográfico acessível para aqueles que atuam na educação básica, incluindo professores especialistas em música e pedagogos. A publicação também é dirigida para estudantes, futuros professores, que encontrarão reflexões e sugestões de trabalhos práticos que irão ampliar sua formação e possibilidades de ação em educação musical, atingindo um público leitor da máxima relevância para a área. A ideia de produzirmos uma nova revista, que atendesse a demanda da escola de educação básica, é um projeto que vem sendo elaborado há alguns anos e que agora, em 2009, se concretiza. Durante o XVII Encontro Nacional da ABEM, em 2008, foi possível discutir e delinear esta nova publicação. Assim, pautada pelo compromisso político da Associação Brasileira de Educação Musical com a educação básica brasileira e pelo desejo de fomentar diálogos que reflitam as práticas plurais da educação musical, Música na Educação Básica chega ao seu primeiro número (GARBOSA; FIGUEIREDO, 2009, p. 10).

Nos Encontros Anuais da ABEM que ocorreram após 2006, houve um crescimento significativo do número de associados. Esta dinâmica já vinha sendo observada em gestões anteriores e ganhou novo impulso, com o movimento “Quero Música na Escola” e a posterior publicação da Lei 11.769/08. Buscando abranger a diversidade cada vez mais crescente de educadores musicais, a revista MEB consolidou um movimento, até então instituinte, com a criação de uma publicação direcionada aos profissionais da Educação Básica. Como reflete Sérgio Figueiredo (2020):

É, eu acho que vou insistir nessa história de uma divulgação do conhecimento científico que possa ser compreensível por outras pessoas. Isso é o que estava por trás da ideia da MEB, que não tinha nem nome e tal. Mas uma revista em que o material que fosse destinado a professores da Educação Básica ou à Educação Básica, ele tinha essa frente e essa ideia de uma coisa consistente. Não é só “olha o que eu faço como é bonitinho”. Quer dizer, eu estou mostrando o resultado de produções acadêmicas, mostrando que tem uma validade a produção acadêmica. Ela não é uma coisa que fica só fechada dentro da universidade, mas ela se transporta para a Educação Básica a partir de textos que são convidativos e que são possíveis de serem entendidos pelos profissionais da Educação Musical de um modo geral. Então acho que isso, para ser bem sincero, foi o que eu pensei na época em termos de divulgação (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 24).

Eu me preocupei é com a aproximação das coisas que a ABEM fazia com o público da Educação Musical e com o público em geral. Então a Revista MEB era um ponto de honra meio assim. Eu entrei com essa perspectiva... acho que isso deve estar lá na minha proposta... encontrar formas de aproximação, de a ABEM conseguir mais participação de profissionais da

Educação Básica e da Educação Musical de um modo geral, porque isso era uma tônica. Então, a MEB é um sonho que se concretizou e acho que ele não deu conta dessa produção acadêmica. Ela tem algum embasamento teórico, mas é mais leve, então por isso ela não tem valor para a academia... Isso para mim é um grande absurdo. Mas enfim, ela não nasceu para ter Qualis, ela não nasceu para competir com outras revistas da área de Música... o Qualis é um fenômeno posterior, mas até hoje ela continua sem Qualis, porque ela não atende os requisitos da pesquisa acadêmica e tal... Mas isso é parte do nosso dia-a-dia (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 27).

A produção de uma publicação consistente e direcionada à Educação Básica ampliou as possibilidades de divulgação e circulação de conhecimentos relativos ao ensino de música e à Educação Musical. Contudo, em uma análise longitudinal sobre o alcance da revista MEB, Sérgio Figueiredo (2020) considera

O meu sonho, que não foi contemplado e que continua não contemplado até hoje, é que fosse muito mais contínua a Revista MEB. Que ela não fosse uma publicação semestral ou anual, como está acontecendo às vezes. Eu imaginava que isso ia trazer um monte de colaborações, que um monte de gente ia querer... Mas a gente foi se decepcionando um pouco com a qualidade dos envios, com a falta de material... Então, acho que essa foi uma questão que ficou em aberta. A minha ideia foi, vamos lançar a Revista “tá, vai ter que lançar um, mas quando vai ser o próximo?”, - “O mais rápido possível”, mas esse mais rápido possível tem ido dinheiro... no fim da gestão a gente tinha dinheiro para fazer mais duas, mais três, mas não tinha material, não dava tempo de processar tudo isso por falta. Então isso foi um pouco de frustração. Talvez eu ainda assim, olhando de longe, eu acho que a Revista MEB ainda tem um nível de sofisticação que inibe a participação de outras pessoas no processo, sabe. São coisas bem bacanas que estão lá, são trabalhos primorosos que valem muito a pena a gente ver, mas que para muita gente ainda é alguma coisa assim meio sofisticada demais... “no meu dia-a-dia da escola não cabe isso”, tem professores da rede aqui que falam isso para mim, “olha, respeito pra caramba toda essa discussão de criatividade, da ação e da criação na escola, mas eu desafio qualquer uma dessas pessoas a virem para a minha turma de sexto ano com quarenta alunos dentro da sala fazer o trabalho que está proposto na Revista MEB”... “então acho que é bacana, a gente pode se inspirar, mas essa é uma parte ainda frágil no processo, porque eu não consigo colocar em prática aquilo que muita gente diz que é o ideal, que é bacana e que é válido”. Então, fica um pouco dessa distância ainda, voltam a reclamar dessa história, “isso está longe da realidade” (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 16).

Ao longo da história da ABEM é perceptível que muitas questões em relação à Educação Musical brasileira avançaram em várias direções. Se por um lado a presença da música na Educação Básica nem sempre tem conseguido seu reconhecimento como elemento importante para formação e desenvolvimento cultural humano nos processos formais de escolarização, também este esperado reconhecimento reflete o macro contexto da educação pública brasileira que, em todos os tempos vem enfrentando dificuldades, descasos e desvalorização das mais diversas ordens.

Do ponto de vista da produção científica que sustenta e dá embasamento ao movimento em favor da implementação das políticas públicas para a educação musical, naquele momento, a ABEM vinha se consolidando, cada vez mais, como um lugar de produção e circulação de conhecimentos, que é expresso por meio das suas publicações, incluindo as revistas periódicas, os anais dos encontros anuais e nacionais, boletins informativos, mas também pelas participações em comissões mistas, realização de eventos e pelos diálogos com outras instituições.

Sobreira, no ano de 2008, registrou que “a intensidade do debate não se encontra refletida nos periódicos e nos anais dos encontros”, pois “dos textos que se referem ao assunto - Andraus (2008), Grossi (2007), Penna (2007b, 2008), Figueiredo (2007) e Fonterrada (2007)¹⁰², apenas os de Maura Penna tem a questão como foco central” (SOBREIRA, 2008. p. 46). No entanto, o movimento “Quero Música na Escola” em conjunto com o Grupo de Apoio Parlamentar conseguiu, por meio de intensas discussões e articulações, conquistar a aprovação da Lei 11.769/08. Até a publicação da Lei 11.769/08, a produção bibliográfica da ABEM sobre as políticas públicas para a educação musical escolar e o tema da música na Educação Básica refletia esse contexto instituinte. Contudo, após a publicação da referida Lei, o tema, gradualmente, deixou de ser instituinte e se tornou instituído nos anos posteriores. Além de um aumento significativo das discussões e apresentações de trabalhos nos GTs dos Encontros da Associação, também as publicações nos Anais dos Congressos da ABEM, na Revista da ABEM e a publicação da revista MEB contribuíram para ampliar a produção, divulgação e circulação de conhecimentos.

No ano de 2009, a ABEM realizou em Londrina - PR, seu XVIII Congresso Nacional¹⁰³, discutindo o tema “O ensino de música na escola: compromissos e possibilidades”. Na apresentação dos Anais do Congresso, Queiroz (2009) registrou,

¹⁰² ANDRAUS, G. C. **Um olhar sobre o ensino de música em Uberlândia (MG)**. Revista da Abem, Porto Alegre, n.19, p. 65-75, mar. 2008. / GROSSI, C. **A educação musical na perspectiva de um concurso público para professor da disciplina Arte**. Revista da Abem, Porto Alegre, n.16, p. 39-48, mar. 2007. / PENNA, M. **Conquistando espaços para a música nas escolas: a solução é a obrigatoriedade?** In: ENCONTRO ANUAL DA ABEM, 16., 2007, Campo Grande. Anais... Campo Grande: Abem, 2007b. 1 CD-ROM. / PENNA, M. **Caminhos para a conquista de espaços para a música na escola: uma discussão em aberto**. Revista da Abem, Porto Alegre, n. 19, p. 57-64, mar. 2008. / FIGUEIREDO, S. L. F. **Educação musical nos anos iniciais da escola: identidade e políticas educacionais**. Revista da Abem, Porto Alegre, n. 12, p. 21-32, mar. 2005. / FONTEIRADA, M. T. de O. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: Unesp, 2003.

¹⁰³ Em 2009 o “Encontro Anual da ABEM” passou por uma mudança em sua nomenclatura para “Congresso Nacional da ABEM”, que permanece atualmente.

O XVIII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical acontece em um momento político de grande importância para a educação musical no Brasil, tendo em vista a aprovação da Lei 11.796/08 e os distintos desdobramentos, ações e discussões que vêm marcando a inserção da música nas escolas de educação básica do país. Contemplando essa realidade, mas também abrangendo as demais demandas de educação musical existentes, este Congresso retrata um panorama de consolidação e de fortalecimento da área, que conta na atualidade com professores, pesquisadores e estudantes de música engajados nas conquistas políticas, educativas e sociais que marcam o ensino e aprendizagem da música. Os trabalhos apresentados nestes Anais demonstram a diversidade que caracteriza a área de educação musical no Brasil e evidenciam a amplitude das pesquisas e das experiências de ensino que vêm sendo realizadas no país. Assim, as 186 comunicações e os 20 pôsteres apresentados trazem reflexões e debates acerca de múltiplas realidades de ensino musical de diversos estados brasileiros, evidenciando aspectos fundamentais que caracterizam esse campo de abordagem e atuação. Os textos aqui publicados são sem dúvidas importantes documentos da educação musical brasileira e poderão promover o debate e a troca de experiências entre profissionais e estudantes de diferentes contextos educacionais, fortalecendo, ainda mais, as dimensões práticas e reflexivas relacionadas à educação musical no cenário nacional na contemporaneidade (QUEIROZ, 2009, p. 5).

Cabe destacar que os focos de produção científica relacionados ao momento político que a Educação Musical protagonizou, após a aprovação da Lei 11.769/08, voltaram-se aos currículos de música, à legislação acerca do ensino de música na educação básica, suas trajetórias e interpretações, aos aspectos legais, estrutura e organização do ensino da música nas escolas e às diferentes funções que a música assume na escola.

Além dos avanços decorrentes da publicação da Lei 11.769/08, a partir de 2007, ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu significativa expansão universitária no contexto brasileiro, viabilizada através do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI¹⁰⁴. Naquele período, várias universidades passaram a diversificar e a implementar outras e novas modalidades de graduação já existentes, impactando também na ampliação da oferta dos cursos de Licenciatura em Música. O movimento de expansão universitária foi um dos fatores

¹⁰⁴ Para ilustrar alguns pontos, de acordo com o Relatório do Primeiro Ano do Reuni (2008), 533 das 542 universidades federais existentes ao final de 2007, aderiram ao programa na primeira fase, totalizando um aumento de 11% no número de vagas (cerca de 15 mil) em cursos presenciais de graduação; o percentual de cursos de graduação também aumentou para 9,7%; também foram realizados concursos públicos para provimento de 7.668 novas vagas para docentes e 4.717 novas vagas para técnicos administrativos. Na terceira etapa da expansão da educação superior, foram criadas quatro universidades federais nos estados do Pará, Ceará e Bahia, além da abertura de 47 campus universitários até 2014. Já a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possibilitou a criação de 208 novas unidades, distribuídas por todo o território brasileiro. Maiores informações estão disponíveis em: <http://reuni.mec.gov.br/>.

que também impactou no contexto da ABEM, refletindo no aumento do número de associados, na ampliação da quantidade de trabalhos apresentados nos Encontros Anuais e Regionais e na publicação dos periódicos da Associação.

A temática das políticas públicas para a educação musical brasileira manteve continuidade no XIX Congresso Anual da ABEM, realizado no ano de 2010, em Goiânia - GO. O tema do evento, “Políticas Públicas em Educação Musical: dimensões culturais, educacionais e formativas” buscou

[...] contribuir para as reflexões acerca dos campos de atuação e o papel do educador na sociedade, entendendo que a Educação Musical deve ser vista não apenas como mais um item na trama das dinâmicas da cultura no fragmentado cenário contemporâneo, mas como um campo de conhecimento de fundamental para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade (CRUVINEL, 2010, p. 10).

Além da relevância dos trabalhos, das discussões e da divulgação científica sobre a temática que o Congresso possibilitou, cada vez mais, a ABEM constituía-se como entidade representativa na luta para a inclusão da educação musical nos cenários educacionais, políticos, e culturais.

A partir de 2009, com o avanço das tecnologias digitais, e como continuidade dos movimentos das gestões anteriores, intensificou-se um processo instituinte que visava tornar a Revista da ABEM totalmente *on-line*. Magali Kleber (2020) conta,

Isso foi também uma das metas nossas, organizarmos a Revista e produzirmos a condição de ser on-line, até a logomarca da ABEM foi pensada, nós fizemos a logomarca da ABEM, pensamos na programação visual da Revista, então foi todo um trabalho de equipe. A Luciane e a Cláudia realizaram um trabalho impecável na produção da Revista da ABEM e foi um ponto alto da gestão, por conta delas (KLEBER, E.N., 2020, p. 27).

Então, a divulgação científica estava diretamente ligada a disponibilização da revista. Logicamente, nós tínhamos um corpo editorial super qualificado, então houve um trabalho no sentido de qualificar os artigos e por isso que a MEB foi criada também. A MEB veio para dar visão àquelas experiências práticas que, muitas vezes, não são contempladas como um artigo científico ou como é pensado um artigo científico, mas elas são de muita importância na nossa área. Então, eu acho assim, que criar a MEB e qualificar o patamar dos artigos da revista, buscar uma qualificação e uma pontuação na CAPES, foi uma das nossas metas. Isso levou um tempo, naturalmente, então exigia certas demandas que nós tínhamos que alcançar. Uma delas foi exatamente essa: disponibilizar todos os volumes on-line e gratuitos. Acho que isso começou na minha gestão e aí eu atribuo, dou crédito às professoras Dras. Luciane Garbosa e Cláudia Bellochio, que realmente fizeram um trabalho impecável na condução da editoria da Revista, sendo muito elogiado e reconhecido. A partir daí deslançou no sentido de a gente chegar ao patamar que a gente está atualmente (KLEBER, E.N., 2020, p. 21-22).

Os investimentos na qualificação da Revista da ABEM como periódico de circulação nacional, contribuíram para a ampliação da divulgação científica de forma *on-line* e gratuita¹⁰⁵, atingindo um número maior de leitores, otimizando e dinamizando os processos de submissão, avaliação, editoração e publicação. Oliveira (2012, p. 22) destacou que, naquele período, “a gestão tem dado apoio e continuidade à produção de materiais editados, conseguindo elevar a classificação da Revista da ABEM no sistema federal de classificação das publicações científicas das áreas de conhecimento da CAPES”. Além da Revista da ABEM, a revista Música na Educação Básica também se tornou *on-line* e passou por uma reestruturação de sua apresentação visual no ano de 2013. A Revista da ABEM passou a ser produzida pelo Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas – SEER, através do *Open Journal Systems* – OJS, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT¹⁰⁶.

Com o passar do tempo, a utilização de plataformas digitais¹⁰⁷ passou a ser uma necessidade na ABEM. Gradualmente, as plataformas foram substituindo a utilização do papel, a exemplo dos periódicos que passaram a ter circulação eletrônica. No Brasil, a utilização de plataformas digitais vem se tornando realidade e se intensificando desde períodos anteriores, sendo que ainda “nos anos 2000 as plataformas digitais se consolidaram integrando globalmente práticas cotidianas de comunicação e interatividade que definiram uma cultura universal” BERRÍO-ZAPATA, RODRIGUES E GOMES (2019, p. 362).

¹⁰⁵ A Revista da ABEM recebeu nova apresentação visual a partir do ano de 2011 e passou a ser publicada totalmente *on-line* no ano de 2014.

¹⁰⁶ Na apresentação do SEER consta que: O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é um software desenvolvido para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica. Esta ferramenta contempla ações essenciais à automação das atividades de editoração de periódicos científicos. Recomendado pela CAPES, o processo editorial no SEER permite uma melhoria na avaliação da qualidade dos periódicos e uma maior rapidez no fluxo das informações. A aceitação do SEER pela comunidade brasileira de editores científicos vem do desempenho do sistema e de sua fácil adaptação aos processos de editoração em uso. Também o SEER permite que a disseminação, divulgação e preservação dos conteúdos das revistas brasileiras apresentem uma melhoria na adoção dos padrões editoriais internacionais para periódicos *on-line* 100% eletrônicos (IBICT, 2018, s/p). Disponível em: <https://ibict.br/tecnologias-para-informacao/seer>.

¹⁰⁷ Para Berrío-Zapata, Rodrigues e Gomes (2019, p. 361), “As plataformas digitais são arquiteturas de informação que conectam fornecedores e consumidores em um ambiente que busca criar valor agregado para ambos. Atualmente são mediadas pela internet e, assim, a Sociedade da Informação se tornou uma sociedade de plataformas”. Os autores discutem que “com o advento da Internet, os SI [Sistemas de Informação] ingressaram no ambiente das redes e sofreram mudanças no seu projeto arquitetural, desenvolvendo ubiquidade global e acesso massivo. A indústria passou a reutilizar esses softwares, usando-os como plataformas para que outros aplicativos operassem neles e, assim, ampliar sua oferta centralizada de software (BERRÍO-ZAPATA, RODRIGUES E GOMES, 2019, p. 362).

Ainda na gestão de Magali Kleber, ocorreram processos de reorganização e remodelamento da plataforma digital da ABEM, sendo pensadas e criadas diversas funcionalidades que ainda não estavam disponíveis naquele momento. Magali Kleber (2020) narra:

Por exemplo, o aperfeiçoamento do site, que foi na gestão do Luis Ricardo, a questão da editoria das revistas, que precisava também ser consignado numa base de dados específica para poder ser considerado pela CAPES, isso também foi uma coisa que teve que aos poucos ir sendo colocada e hoje nós estamos, se não me engano com Qualis A1. Isso foi uma conquista também de várias gestões e, um dos requisitos para isso, era que a revista fosse on-line e gratuita, por isso então a importância do nosso site. Porque hoje o nosso site é muito visitado e todos os nossos artigos são muito requisitados. Mas precisava ter essa condição de ferramenta dentro do site para poder atender a esse requisito. Isso também foi uma coisa que ficou, mas eu considero que é um processo... que começou na minha gestão e o objetivo era realmente atualizar e deixar o site como uma coisa mais funcional. Parece só uma coisa funcional, mas não é! O site é uma base de consulta hoje, é uma base onde também você agrega as pessoas, você faz as inscrições, as pessoas pagam a mensalidade por ali... Antigamente tinha que chegar, pagar no evento e tudo mais, era outro esquema. Hoje a gente tem paypal, é bem mais século XXI (KLEBER, E.N., 2020, p. 26).

A instituição de um planejamento e de uma reestruturação gradual da plataforma digital da ABEM, trouxe outras possibilidades para a divulgação científica e circulação de conhecimento sobre educação musical, buscando tornar mais ágil também a comunicação com os sócios. O aprimoramento do *site* da ABEM possibilitou à plataforma constituir-se como uma das mais importantes bases de consulta bibliográfica para a Educação Musical, trazendo novas ferramentas e funcionalidades, vinculadas à manutenção financeira das diversas ações da ABEM, como o pagamento de anuidades e a inscrição em eventos da Associação, à submissão de trabalhos para os periódicos publicados e para os Encontros Nacionais e Regionais.

Em 2011, quando a ABEM completou seus vinte anos de existência, foi realizado em Vitória – ES, o XX Congresso Nacional da ABEM, que abordou o tema “A Educação Musical no Brasil do Século XXI”. No *site* do evento consta:

Nos seus ininterruptos 20 anos de atividades, a ABEM promoveu Encontros e Congressos nacionais e regionais, publicações importantes e dinamizou ações em prol da Educação Musical no Brasil. E, sobretudo, a ABEM contribuiu para a construção da identidade profissional da área ligada à academia e aos mais diversos contextos educacionais. O tema desse Congresso remete-se para as políticas educacionais estruturantes do sistema educacional brasileiro e propõe alçar profícuas discussões vislumbrando contribuir para o futuro que se anuncia no Plano Nacional de Educação. O evento oportunizará debates, reflexões, encontros esperados e inusitados que estimularão outras novas interfaces, bem como articulações que indicarão um direcionamento voltado para uma ação renovadora e conectora

das práticas educacionais e artísticas na área de música, questão essencial para a implementação da Lei 11.769/2008 (ABEM, 2011, s/p).

A partir de 2011, os eventos da ABEM passaram a ocorrer de forma alternada, com o Congresso Nacional sendo realizado em um ano e os Encontros Regionais, em outro. Assim, em 2012 foram realizados apenas os Encontros Regionais da ABEM. A bianualidade de Congressos Nacionais de área estava sendo realidade em outras Associações e visava fortalecer movimentos regionais em torno de produção de pesquisas mais consistentes e desenvolvidas em tempo maior. Além dos Congressos Nacionais, os Encontros Regionais também se consolidaram e são parte de uma dimensão científica da ABEM, envolvem a produção de conhecimentos e assumem induções de demanda nas diferentes regiões do país.

Ao analisar o movimento da produção de conhecimentos sobre educação musical, Magali Kleber (2020) considera que

A outra coisa também que eu acho que a gente estimulou foi o aprofundamento do estado da arte da educação musical. O conhecimento, a gente que estuda a natureza dos conhecimentos... então na época de 2002 até agora, muito se discutiu sobre a natureza dos conhecimentos e dos saberes e, sobretudo, uma hierarquia... nós que lidamos com música, arte e cultura, a minha defesa sempre foi de que não existe hierarquia. Existe hierarquia estética? Não existe. Porque? Porque na verdade, se você pensa na música como prática social, se você pensa naquela manifestação estética como um valor daquela comunidade, esse valor tem o mesmo valor... vamos pensar numa comunidade de periferia, ou numa comunidade ancestral, mas aquilo pertence àquela comunidade, tem raízes de identidades naquela comunidade, estrutura aquela comunidade. Como os autores que eu uso falam, que a música estrutura a sociedade. Então a música como prática social, ela estrutura a sociedade. Então se você tem um grupo lá no Teatro Municipal, que toca uma sinfonia de Shostakovich e um grupo aqui que faz um samba de rua, uma embolada... você não vai pesar. Do ponto de vista de valor cultural, eles são iguais. Então eu acho que nesse tempo da ABEM, ela trouxe isso, ela fez um trabalho de compreensão, buscou um trabalho de compreensão, de maneira que um trabalho de educação musical contemplasse esses diferentes contextos sem hierarquizar, mas sobretudo, entendendo quais eram os valores que estão ali. Por exemplo, você vê uma comunidade quilombola que traz aquilo pela ancestralidade e pela oralidade. Então a oralidade e a notação musical podem ser pesadas na mesma balança? Não podem ser pesadas. Cada prática, cada vez que existe uma prática musical, ela é única, porque ela interage com a plateia, tem sua identidade e valores simbólicos. Então interagindo com a plateia, como Christopher Small fala, sobre "to music", o que é musicar? O Meki Nzewi chama de artes musicais... ele é um educador musical e um pesquisador muito reconhecido na África do Sul, tem muitos livros produzidos, editados e tal, é muito interessante ler os livros dele... então ele fala exatamente isso, que não dá para você entender ou então qualificar aquela performance e entender aquela performance a partir do ponto de vista da música europeia e da música com notação. Então, quer dizer, hoje isso já é quase que um consenso na área de educação musical, mas nós tivemos que trabalhar isso bastante (KLEBER, E.N., 2020, p. 28).

Junto com o aprofundamento do estado da arte da Educação Musical, o movimento da organização e divulgação científica se ampliou no âmbito da ABEM. A produção científica da Educação Musical, com destaque para a Revista da ABEM, vem “crescendo concomitantemente aos Programas de Pós-Graduação em Música e ao aumento significativo no número de acadêmicos, pesquisadores e de profissionais em Educação Musical” (GARBOSA; BELLOCHIO, 2014, 2014b, p. 7).

Pires e Dalben (2013) trazem uma revisão da produção científica da Revista da ABEM, entre os anos de 1992 a 2011, abordando a perspectiva do periódico sobre a música nas escolas de Educação Básica. Ainda no ano de 2012, além das duas publicações anuais regulares, foi publicada uma edição comemorativa da Revista da ABEM, “Número Especial 20 Anos”, com artigos destacando, entre outras temáticas, a trajetória da ABEM e suas diversas relações no contexto da Educação Musical brasileira.

Cabe ressaltar pesquisas de mapeamento com outros focos temáticos que também destacam esse movimento, como as de Del Ben (2010) sobre o campo da pesquisa em educação musical, Del Ben (2013) acerca dos modos de pensar a educação musical escolar, Del-Ben e Souza (2007) que realizaram um balanço da produção científica da Revista da ABEM e Macedo (2015) que analisou imagens da docência em música através da produção científica da ABEM.

No ano de 2014, como resultado do processo instituinte que vinha sendo desenvolvido nas gestões anteriores, a Revista da ABEM passou efetivamente a ter circulação eletrônica, deixando de ser impressa:

Outra transformação nas práticas da Associação diz respeito à produção e circulação do periódico Revista da ABEM, o qual passou a ser totalmente editorado eletronicamente. Assim, a Revista da ABEM encerra um ano de expressivas mudanças envolvendo a circulação eletrônica, com submissões pelo Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas - SEER. Comemoramos nossa inserção no mundo digital, com acesso aberto a todos os que desejarem aprofundar conhecimentos no campo da Educação Musical (GARBOSA; BELLOCHIO, 2014b, p. 7).

Os novos modos de divulgação científica da Revista da ABEM buscaram ampliar o acesso ao periódico, atingindo maior impacto na circulação dos conhecimentos produzidos. Luis Ricardo Queiroz (2020) narra sobre o percurso instituinte das várias gestões até a profissionalização da produção científica da ABEM:

Um terceiro eixo foi a profissionalização da Revista e da produção científica da área. Então a gente passou a usar essas plataformas para os Congressos,

essas plataformas hoje bastante conhecidas, mas isso é a partir de 2010 que entra com mais evidência, onde você tem esses sistemas eletrônicos, essa plataforma onde você faz a submissão e as pessoas avaliam de maneira muito mais profissional¹⁰⁸. Então isso foi algo importante, a gente começou a fazer isso já na gestão da Magali, mas efetivamente a gente conseguiu implementar bem a partir de 2013, é uma continuidade de uma política que já vinha sendo feita (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 6).

Tanto a Revista ganhou um sistema novo, ela foi toda disponibilizada on-line, com aquela outra plataforma a gente investiu um monte de recursos ali para digitalizar todas as revistas e hoje elas estão disponíveis. Isso tudo foi nessa primeira gestão [de Luis Ricardo Queiroz]. A gente começou a desenhar a plataforma já na gestão da Magali, foi quando o site da ABEM, de fato, virou um site, foi na gestão da Magali. Essa era uma grande meta... ela deve ter te falado sobre isso... mas as revistas a gente ainda não tinha conseguido colocar como um sistema on-line, sistema eletrônico de submissão. A gente tinha a revista on-line, mas ela não era uma revista digital. Isso quer dizer, você fazia um PDF e botava on-line, mas a submissão, o processo de avaliação era todo fora disso. A gente tornou ela então uma revista digital de fato, aí nessa primeira gestão... (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 6-7).

A Plataforma da ABEM¹⁰⁹ passou a centralizar e a congregar uma série de demandas e ferramentas, permitindo mais acessibilidade e interação dos sócios com a Instituição. Assim, funcionalidades como o cadastro do associado, atualização, pagamento e manutenção da anuidade, a inscrição nos eventos da Associação, a submissão de trabalhos para os periódicos, sua avaliação, o acesso aos boletins eletrônicos, a divulgação de notícias de interesse para a Educação Musical, o acesso digital e gratuito às publicações contínuas, documentos, regimento interno, estatuto, emissão de certificados dos eventos e os principais “produtos” da ABEM, foram incorporados nesse ambiente virtual.

[...] essa coisa de estarem todos os Anais e todas as revistas on-line... Eu acho que esse é outro aspecto, a gente também democratizou completamente esse acesso. A Revista da ABEM, tinha uma parcela dela on-line, mas não estava toda, agora está toda. A Revista MEB a gente botava no ar com algum atraso. Na nossa gestão, a gente decidiu acabar com isso e hoje a revista sai direto no site. Outras decisões também em relação à questão financeira, a gente acabou com a revista em papel, a Revista da ABEM. Foi uma decisão difícil, tinha certa resistência, mas a gente chegou à conclusão de que era melhor para Associação, as pessoas estão usando pouco papel e a gente vai conseguir fazer uma revista que circula mais, com menor investimento e etc., vamos investir o recurso numa coisa diferente. Por exemplo, a ideia de se tornar bilíngue. Então, apesar de não ter feito isso, a gente modernizou o sistema da Revista... (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 14).

O volume 22, n.º 32 da Revista da ABEM, de 2014, marcou o encerramento da produção impressa do periódico, quando se tornou totalmente digital. Com circulação ininterrupta desde sua criação, em 1992, no ano de 2014 a revista alcançou o Qualis

¹⁰⁸ OJS/SEER.

¹⁰⁹ <http://www.abemeducacaomusical.com.br/>

A2 na área de Música e B1 na área de Educação. Contudo, o impacto e relevância do periódico vinha sendo observado anteriormente, como consideram, “sobretudo a partir dos anos 2000 que a Revista da ABEM consolidou-se como uma das principais publicações da área de Música, marcando o cenário da produção científica brasileira” (GARBOSA; BELLOCHIO, 2014a, p. 7). O processo eletrônico de submissão, editoria, avaliação e publicação da revista contribuiu para conferir maior agilidade à divulgação científica e circulação ampla do periódico. Em uma análise longitudinal sobre a produção e divulgação científica de Educação Musical, Garbosa e Bellochio (2014a) consideraram:

Das temáticas aos referenciais teórico-metodológicos que circularam na década de 90 para atualidade, transformações aconteceram decorrentes dos diferentes momentos vividos pela educação musical, espelhando tradição, protagonizando inovações e discussões problematizadoras, marcadas por aproximações e diálogos entre diferentes áreas e campos teóricos, práticos e metodológicos. Assim, no ano de 2014, com mais de mil sócios na ABEM, chegamos ao 32º número da Revista, em um esforço permanente pela qualidade de conteúdo e forma, tendo como princípios a ética, o respeito, o compromisso e a qualidade na difusão da produção em Educação Musical (GARBOSA; BELLOCHIO, 2014a, p.7).

A democratização e acesso à produção de conhecimento na ABEM consolidou a instituição de novos direcionamentos para a ampliação e desenvolvimento da organização e divulgação científica. A ampliação do número de associados e de pessoas participando dos eventos contribuiu para o aumento da quantidade de trabalhos e para a diversificação ainda maior das temáticas discutidas nos Encontros.

Nessa perspectiva de democratização e acessibilidade à produção e circulação de conhecimentos, para além da ampliação da plataforma digital, do redirecionamento dos periódicos, da promoção dos Encontros Anuais e Regionais, cabe destacar como um outro movimento a instituição dos Fóruns Permanentes de Discussão promovidos pela ABEM.

Acho que outro ponto importante foi essa democratização do acesso ao próprio conhecimento produzido pela Associação. As pessoas chegaram mais fácil às revistas, com isso nós criamos mais diálogos, mais interação etc.... e penso que essa abertura de plataformas para que as pessoas pudessem apresentar os seus trabalhos. O evento nacional da ABEM nunca limitou quantidade de trabalhos a serem apresentados. Todos os trabalhos aprovados a gente dá um jeito e coloca lá para serem apresentados, a gente manteve isso na gestão e motivamos muito as pessoas a mandarem trabalhos para o Congresso Nacional, para os Encontros Regionais, para os Fóruns. A gente fez três Fóruns sobre o Pibid, recebia trabalhos também. Inclusive esse do Pibid, sem avaliação. Se o trabalho já foi feito lá no Pibid e já passou pela câmara local, a gente recebe... Então, eu penso que essa ideia de lançar temas novos, colocar e disponibilizar conhecimento e fazer

aberturas, criar brechas para que as pessoas possam levar aquilo que estão fazendo, gerou resultados muito positivos (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 16).

Buscando ampliar a área de abrangência e a representatividade nacional da ABEM, foram instituídas também perspectivas de interiorização dos eventos realizados pela Associação, para além dos grandes centros. Cabe destacar a realização dos maiores Congressos Nacionais da ABEM em número de participantes, como o XXI, realizado em Pirenópolis – GO, em 2013, o XXII que ocorreu em Natal – RN, em 2015, e o XXIII, realizado em Manaus – AM, no ano de 2017, além de vários dos Encontros Regionais e dos Fóruns de Discussão Permanentes. Luis Ricardo Queiroz (2020) considera que

Foi também uma gestão de muita construção acadêmica, os eventos todos foram realizados, com todos os dilemas aí dessa cena, foram realizados todos os fóruns, foram realizados todos os eventos regionais e foi realizado um grande evento nacional em Manaus – o primeiro evento nacional na Região Norte depois de vinte anos. Nós só tivemos dois, com a realização do de Manaus, um que tinha sido realizado em Belém, se não me falha a memória, em 1998 (de 04 a 08 de setembro de 2000 - IX Encontro Anual da ABEM) ... A gente faz o de Manaus em 2017. Então assim, desde a primeira gestão, tinha esse compromisso também de levar mais coisas pro norte do país. Isso eu acho importante destacar. A gente fez um Fórum em Macapá, que nunca tinha recebido evento da ABEM. A gente fez um regional no Acre, que nunca tinha recebido um evento da ABEM. O Regional-II foi em Boa Vista, em Roraima, que nunca tinha recebido um evento da ABEM, e o Nacional da última gestão também foi feito na Região Norte. Então a Associação, dentro daquela perspectiva de ampliar o número de associados e ir em lugares que a gente precisava ainda construir mais esse coletivo, ela teve uma preocupação muito diferenciada com o Norte e isso funcionou de maneira bastante positiva (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 12).

Na perspectiva de uma Instituição que se propõe à construção de uma representatividade nacional para a Educação Musical brasileira, a ABEM também perseguiu o objetivo de conseguir chegar a lugares mais distantes dos grandes centros e daqueles tradicionalmente utilizados para a realização de seus eventos.

Como reflexo do crescimento das pós-graduações brasileiras em Música, Educação e Educação Musical, do investimento em produção acadêmica, organização, divulgação científica, democratização do conhecimento, na ABEM Luis Ricardo Queiroz (2020) destaca a constituição de um conjunto de intelectuais e pesquisadores para assumir papéis importantes no protagonismo de discussão e construção das políticas públicas para a Educação Musical.

A segunda grande organização da gestão eu penso que foi ter uma estrutura, uma plataforma digital que congregasse todos os nossos eventos e produtos, que foi o fortalecimento do site, criado na gestão da Magali e a constituição de um conjunto preparado de intelectuais e pesquisadores para lidar com a

cena pública das políticas nacionais. Isso foi algo que a gente conseguiu se organizar bastante. Por exemplo, se tem uma reunião para discutir políticas públicas para a Educação Básica, é muito importante que a Associação esteja preparada, com pessoas que tenham o conhecimento das leis, das diretrizes, dos planos políticos, das ações, da fundamentação e da construção epistemológica em torno do tema. Então eu acho que isso também foi algo que amadureceu nesse coletivo, também por conta de toda a trajetória histórica, mas a gente chegou nesse momento. Como eu te falo, eu recebi a Associação num momento muito positivo, em que a gente também já contava com esse conjunto de pessoas preparadas para assumir esses muitos debates para além da presidência (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 9).

Cabe destacar, naquele período, o papel da ABEM no processo das discussões e debates sobre a proposição das Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica. Os debates promovidos pelo MEC, com grande protagonismo da ABEM, iniciaram com o “Simpósio sobre o ensino de Música na Educação Básica: elementos para a regulamentação”, realizado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, nas datas de 17 e 18 de dezembro de 2012. No ano de 2013, ocorreram quatro Audiências Públicas para discutir o tema, realizadas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no dia 7 de junho, na Universidade Federal do Pará – UFPA, em 24 de junho, na Universidade de Brasília – UnB, no dia 1º de julho, na Universidade Estadual de Londrina – UEL, nos dias 14 e 15 de julho, todas com a participação da ABEM. Para além dos debates, também foram realizadas reuniões técnicas para discussão e construção de textos e documentos que subsidiaram e fundamentaram a elaboração do Parecer CNE/CEB nº 12/2013 (BRASIL, 2013), que teve como objetivo “apresentar orientações que ajudem os sistemas de ensino a implementar o que determina a Lei, à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e das Diretrizes específicas para suas etapas e modalidades” (BRASIL, 2013, p. 8). Esse parecer, que propôs as Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica, foi homologado pela Resolução Nº 2, de 10 de maio de 2016.

Como outra perspectiva de direcionamento das discussões para a educação musical, Luis Ricardo Queiroz (2020) destaca a

[...] organização e realinhamento do debate coletivo. A gente trouxe pro debate uma série de temas que vinham sendo discutidos de alguma forma, mas que não estavam no centro das nossas reflexões: formação humana, ética, compromisso social, diversidade humana, feito a partir de um debate contemporâneo né... – “Ah, mas nós já discutimos diversidade em 2001” ..., o que se discutiu de diversidade em 2001 não é o que serve para discutir diversidade em 2018. Então isso foi uma conquista que eu cito, uma organização também importante, mobilizar questões e temas que vinham tendo pouca projeção na cena coletiva e colocá-los no foco, sem colocar em segundo plano os outros. Acho que esse é um exercício constante, você pode

trazer outras coisas para frente, sem ter que afastar aquelas que são importantes e que estão lá (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 15).

Eu diria que o primeiro eixo importante para isso foi lançar outras questões, a gente deu uma mexida com essa cena. Por exemplo, o Fórum de Pesquisa levantou debates como o “produtivismo x produtividade”, “reprodução x produção de conhecimento”, “autonomia x cópia”, coisas desse tipo. Essa mudança em eixos, trazendo pro nosso debate eixos que não vinham entrando com tanta recorrência, eixos construídos a partir de outras bases teóricas... eu acho que isso deu uma mexida forte na Associação. Eu destacaria que esse foi um ponto importante. Se a gente olhar para diversidade de temas que sempre constituíram a trajetória da ABEM, ela ainda é mais diversa e ela ganha uma diversidade ainda maior, motivada por esses temas que a gente foi lançando como motes... (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 16).

No sentido das temáticas que fomentaram os debates dos Congressos Anuais da ABEM, estiveram na pauta “Ciência, Tecnologia e Inovação: perspectivas para pesquisas e ações em educação musical” (2013); “Educação musical: formação humana, ética e produção de conhecimento” (2015); “Diversidade humana, responsabilidade social e currículos: interações na educação musical” (2017). Além do estímulo e reorganização das temáticas dos principais debates, outro movimento ressaltado por Luis Ricardo Queiroz (2020) diz respeito aos diálogos estabelecidos pela ABEM no cenário internacional da Educação Musical.

Eu penso que o que a Associação tem feito de bastante interessante nesse caminho, que também tem a ver com o segundo eixo de promover diálogos e disponibilizar conhecimento, é essa interação com o debate internacional da Educação Musical. A ABEM permite isso, quer dizer, você vai num evento em que você está muito dentro da cena nacional, que é a cena que a gente tem que trabalhar, tem que priorizar, mas volta e meia você tem flashes de pessoas que estão produzindo e que têm representações importantes em outros países no mundo. Por exemplo, (2019) é o segundo ano seguido que a presidente eleita da ISME vem ao evento, são quatro anos, o segundo evento seguido. A gente teve em Manaus a presença da Susan O'Neill, que esteve com a gente em Manaus em novembro e em julho assumiu a presidência oficial... e agora esteve com a gente a Emily Akuno, que em julho também assume a presidência da ISME. Isso é muito importante, porque essas pessoas que vem, não só levam aquilo que a gente está discutindo e fazendo aqui, como trazem para gente também essas perspectivas internacionais. Isso estimula muito, sobretudo, os estudantes a dizer “poxa eu vou atrás de ler coisas desse autor, eu me interessei por esse tema, eu vou trabalhar com isso”... (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 17).

Desde a fundação da ABEM, diversas ações tem sido estabelecidas com o contexto internacional da Educação Musical. Ainda nos primeiros anos de existência a ABEM se tornou a instituição latino-americana representante da Sociedade Internacional de Educação Musical – ISME e, em 2014, ocorreu em Porto Alegre – RS, a “31ª Conferência Mundial da ISME”, em parceria com a ABEM. Cabe ressaltar ainda, que outros eventos regionais da ISME foram realizados no Brasil por intermédio

da ABEM: o “I Encontro Latino-Americano de Educação Musical da ISME”, realizado em Salvador – BA, no ano de 1997, o “Congresso Regional da ISME na América Latina”, que ocorreu em Campo Grande – MS, em 2007, e a “XI Conferência Regional Latino-Americana de Educação Musical da ISME”, realizada em Natal, no ano de 2017.

A representatividade científica e política da Educação Musical no país e em contextos internacionais está ligada à dimensão da análise e organização do pensamento coletivo. Para Marcus Pereira (2020),

Ser presidente acaba te colocando em contato com vários órgãos, acaba te inserindo em lutas políticas, no cenário internacional você acaba representando o seu país na área de Educação Musical. Então, essa responsabilidade que você assume te obriga a um estudo muito intenso, para que você exerça essa representatividade de maneira adequada, que você honre a confiança que as pessoas te depositaram... (PEREIRA, E.N., 2020, p. 7).

Então, você precisa ter esse conhecimento do coletivo. Você começa a fazer exercícios muito fortes para organização dos congressos, para escolha de temas... você tem que fazer um mapeamento de toda essa área para você ver o que vai ser interessante de acontecer no congresso, pessoas para serem convidadas para falar, pesquisas que estão despontando, que podem provocar uma reflexão para o coletivo de maneira profícua. Então, é um exercício muito grande mesmo de representação e de exercício da democracia (PEREIRA, E.N., 2020, p. 6).

Nesse sentido, o papel da diretoria para a representatividade da Instituição passa pelo estudo e sistematização da produção científica e pela incorporação dessa produção aos principais debates que a ABEM busca promover. Marcus Pereira (2020) narra que no âmbito instituinte, estava em implementação a reorganização dos Grupos de Trabalho (GTs) que ocorrem nos Congressos da ABEM.

Eu lembrei de mais uma coisa que a gente tentou fazer e não conseguiu, mas que vamos tentar fazer com que aconteça agora, que é fazer com que os grupos de trabalho da ABEM sejam de fato grupos de trabalho. A gente tem GTs, a chamada de trabalho tem lá os GTs, são doze ou treze GTs, que são reunidos em GTs maiores, mais amplos, mas eles não funcionam como GTs no congresso. Eles funcionam como sessões de apresentação de trabalho. Um GT é um grupo de pessoas que se reúne para pensar, questionar, trazer suas pesquisas, discutir sobre aquilo. Então, esse grupo de trabalho não tem funcionado mesmo como um grupo de trabalho. A gente fez uma série de esforços coletivos para pensar como isso poderia funcionar no Congresso, mas acabou que a gente tinha outros problemas para resolver e a gente achou que não estava madura ainda a ideia para colocar em prática no Congresso (PEREIRA, E.N., 2020, p. 12).

Como destacado na p. 175, esta proposta se efetivou através dos Grupos Temáticos Especiais – GTEs, no ano de 2021.

O cuidado e a preocupação com a manutenção da produção científica está atrelada aos processos de avaliação interna e qualificação dos trabalhos. Além do Conselho Editorial da Associação, há um corpo científico permanente de pesquisadores e avaliadores, constituído por doutores das diversas regiões do país. Nessa perspectiva, a comunidade científica que foi construída na Instituição, também contribui para pensar, organizar e avaliar as linhas relacionadas aos temas emergentes que vem sendo discutidos e publicados ao longo da história da ABEM. Para Marcus Pereira (2020)

Esse reagrupamento de todos os Anais, essa pesquisa, isso também é muito importante para a história científica da Associação. Acho que, nesse sentido, entra também aquilo que eu falei, que é da ativação dos Grupos de Trabalho, que é manter um corpo permanente de pessoas debruçadas sobre temas emergentes que tem a ver com esses principais pontos dos Grupos de Trabalho, que estão expressos na nossa chamada de trabalhos. Acho que isso é uma questão importante que precisa ser feita para que o Congresso não seja só um lugar onde as pessoas vão lá, apresentam seus trabalhos e saem. Para que a gente faça, de fato uma comunidade de pessoas que está debruçada sobre aquela área de conhecimento, sobre aquela área temática e que a gente possa fazer debates, fazer trocas, impulsionar essas discussões. Acho que isso faz parte da organização da produção científica (PEREIRA, E.N., 2020, p. 20).

A produção, publicação e divulgação do conhecimento, juntamente com os debates estabelecidos pela comunidade científica, contribuem nos sentidos de pertencimento à Associação. Percebe-se um grande esforço de todas as gestões para a manutenção da qualidade dos periódicos da ABEM e a compreensão implícita do impacto de divulgação científica que esses periódicos proporcionam. Contudo, ao mesmo tempo em que existe a necessidade da manutenção das conquistas, ações e políticas instituídas na ABEM, também há movimentos instituintes que demonstram a necessidade de reorganizações e de ampliação de algumas ações. Como narra Marcus Pereira (2020),

Então, isso tem a ver também com a manutenção das conquistas, com a manutenção da qualidade da Revista, da sua indexação, da avaliação que a CAPES faz no Qualis Periódicos. A gente vai agora também lutar para indexar a Revista em outros indexadores, para poder manter as exigências. As exigências vão mudando, o sistema do Qualis mudou, por exemplo. Mas o que a gente observa é que a Revista da ABEM, se não for o principal, é um dos principais periódicos para divulgação do conhecimento científico na nossa área. As teses e as dissertações, quando vão fazer as suas revisões de literatura, elas vão à Revista da ABEM e isso é muito interessante. Eu lembro quando eu defendi a minha tese, dois anos depois eu publiquei na Revista da ABEM. Eu fui ver o impacto depois que eu publiquei na Revista da ABEM. Foi quando, de fato, as pessoas tiveram acesso ao trabalho que eu tinha feito. Isso mostra esse alcance que a revista tem. Não só a Revista da ABEM, tem revista Música na Educação Básica. Um dos planos que a gente

tem é agora tentar entender na MEB quem tem utilizado a MEB, quem tem acessado essa revista, como que essa revista tem sido apropriada pelas pessoas nos diversos lugares... será que ela está chegando à Educação Básica, como é a sua proposta? ... A gente vai tentar fazer um movimento nesse sentido, de tentar entender melhor quem a gente está atingindo. Se a gente não está atingindo a escola de Educação Básica como a gente gostaria, o que a gente pode fazer para que essa revista chegue também a esses lugares? ... Então, isso é uma ação sobre a organização científica da Associação (PEREIRA, E.N., 2020, p. 19).

Nesse viés, Marcus Pereira (2020) aponta a necessidade de compreensão do campo da Educação Musical sobre o alcance da produção acadêmica e, no âmbito da ABEM, também em relação aos seus periódicos. Sérgio Figueiredo (2020) corrobora no sentido de pensar e problematizar o impacto e a qualidade da produção científica para a Educação Básica, para o Ensino Superior, para a formação de professores e para as políticas públicas de educação musical em vários âmbitos:

Aí a visão da Revista MEB, que eu já falei um tanto antes, é que vinha num sentido de que hoje né... está no Lattes, hoje a CAPES quer isso nas avaliações, para avaliar o impacto da pesquisa. Então o que a gente faz na universidade e de que forma o que a gente faz impacta de fato na Educação Básica. Nós temos um curso que forma professor para a Educação Básica. Está tendo algum impacto lá? Qual é o impacto? Nós não temos nem a Música na Educação Básica, porque nós temos licenciatura? Quer dizer então, tem um monte de discussão que não vem sendo feita com o rigor necessário. A gente tem um monte de licenciados que vão trabalhar com outra coisa e que nem desejam ser professores de escola básica. Então, acho que essas coisas precisavam ser discutidas mais. Os cursos de licenciatura podiam ser repensados, mas não esses repensados aí "põe mais trezentas horas, aumenta a carga horária de três disciplinas e está tudo resolvido", não... É discutir na essência como é que a gente faz essa formação ser mais eficiente para um profissional que vai atuar na Educação Básica. Como ele pode ser mais convencido de ir para a Educação Básica? Como ele pode trabalhar com mais consistência? Então, qual é a consistência acadêmica? Que qualidade acadêmica é essa que a gente está outorgando a essas pessoas para que o que elas fazem possa impactar efetivamente na vida de quem está na Educação Básica. Então, acho que não era muito claro não. Mas isso está na minha cabeça faz muito tempo, esse sentido do impacto... sem essa palavra, mas qual é a função, qual é a finalidade. Quando a gente fez aquela pesquisa, de 2010 até 2014, em que a gente tem lá, menos de trinta por cento dos estudantes de licenciatura do país querem ser professores de Educação Básica, para mim isso é um recado fabuloso para as instituições. Como assim? Eu mantenho uma baita estrutura para um curso de Música, que é caro, que tem um monte de instrumentos, de equipamentos, professores de várias áreas e tal, para formar essas pessoas para elas não serem professores. É como você ter um curso de Medicina onde trinta por cento quer ser médico, os outros não querem. Então, eu acho que é um recado muito bem dado, mas isso nunca foi muito ouvido. [...] A Revista da ABEM podia estar tratando um pouco mais de implicações das pesquisas para a Educação Musical. "Essa é a minha pesquisa de doutorado"... Tá bom, você conta tudo o que você fez, mostra os resultados, fundamenta e tal... Quais são as implicações? O que eu vou fazer depois que eu fiz esse trabalho? Qual é a minha responsabilidade a partir disso? Qual é o efeito do trabalho que eu fiz? Isso que a CAPES quer ver agora, o impacto né... Acho que é uma coisa que está muito na hora da gente pensar, a qualidade da produção acadêmica que a gente está fazendo (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 25-26).

Essa problematização aponta o movimento da ABEM com relação ao cuidado da organização e divulgação científica para a Educação Musical brasileira e a necessidade constante de avaliação do impacto e da qualidade da produção acadêmica. Como considera Sérgio Figueiredo (2020),

Acho que isso é uma coisa mais atual. Acho que hoje já tem tanta produção que a gente consegue ter um panorama bem mais largo do que o que tinha naquela época... Já faz quinze anos... Quinze anos é uma mudança significativa na universidade brasileira, na produção brasileira... Eu acho que a gente avançou em muitos pontos... a gente perdeu muitas coisas com esse avanço, porque quando você aumenta a quantidade, um pouco da qualidade vai ficando de fora. A CAPES quer saber se você produz semestralmente a Revista com oito ou dez artigos, ela não quer saber exatamente qual é a qualidade. A qualidade é o conselho editorial que diz, além de outras exigências muitas vezes burocratizantes. Quando a gente é pequeno, a gente se conhece, a gente troca informações, a gente se reúne e repara alguns desses problemas. Quando a gente é muitos, como eu te disse, nem todo mundo vai para o evento, nem todo mundo lê o informativo, nem todo mundo está interessado, só está interessado na publicação porque tem que contar ponto... Então esse é um ônus que a gente paga pelo crescimento. Então, crescer é importante, mas crescer traz um monte de penduricalhos que a gente não gostaria que trouxesse. É mais fácil discutir quando tem vinte... quando tem quatrocentos, vai ser difícil... dar uma resposta satisfatória, fazer um diálogo satisfatório... Acho que é isso, temos que rever o tempo todo nossa produção acadêmica (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 26-27).

Para que possa ocorrer a consolidação de um corpo de conhecimentos científicos próprios no contexto nacional, como narrou Marcus Pereira (2020) na página 196-197, existe a necessidade de potencializar a autonomia do campo de conhecimentos da Educação Musical e a qualificação de pesquisadores. Nessa direção, Luis Ricardo Queiroz (2020) sinaliza, no âmbito instituinte, a necessidade e perspectiva de internacionalização da Revista da ABEM, considerando como ponto fundamental a qualidade da produção científica publicada.

A gente trabalhou bastante para internacionalizar a Revista... eu já vou adiantar uma pergunta lá que você faz: o que é que você gostaria de ter feito e não conseguiu? ... Eu gostaria de ter tornado a revista bilíngue e isso eu não consegui fazer. Era um processo que demandava muito investimento, a gente sentiu também que, como área, a gente precisava ainda amadurecer a produção, para jogar essa produção no mundo etc., isso na primeira gestão. Na segunda, em que a gente se sentiu um pouco mais pronto, a gente já esbarrou mais na dificuldade financeira. Mas esse é um projeto que eu penso que vai ser fundamental para a Educação Musical brasileira, a gente ter pelo menos uma revista com a produção especializada do Brasil, e essa revista tem que ser a Revista da ABEM, com a publicação em inglês também. Se fosse trilingue, melhor, em português, espanhol e inglês. [...] Eu entendia que iria fazer muito bem para a Educação Musical brasileira se a gente tivesse conseguido tornar a Revista bilíngue, acho que essa é uma perspectiva que deve ser perseguida (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 6-7).

Ao longo da trajetória da ABEM, diversas ações e direcionamentos têm sido realizados com relação ao alcance e impacto da produção e divulgação científica. Especialmente com as possibilidades eletrônicas de divulgação, a Associação tem se engajado para a democratização cada vez maior do acesso de sua produção. Marcus Pereira (2020) explica que

Essa é uma coisa, não é nem uma instituição, mas é uma iniciativa, principalmente de agora... a gente deu início na primeira gestão e a gente vai continuar agora, que é fazer um grande levantamento de todas as publicações e de todos os Anais, porque durante muito tempo eles foram Anais impressos. A Série Fundamentos, por exemplo, ela só existe impressa e as pessoas tem dificuldade de ter acesso a esse material. Então, a gente iniciou um movimento, uma campanha, porque esse material está pulverizado na casa das pessoas. A gente ainda tem esse problema de muitos dos documentos da Associação estarem com cada um dos presidentes. Isso nos dificulta a formar um grande histórico, um arquivo mesmo da Associação. Então, o movimento que a gente iniciou primeiro foi com chamadas no Facebook. A gente fez um levantamento do que nós temos disponível no site, marcamos aquilo que nós não tínhamos, para que quem tivesse simplesmente sinalizasse "eu tenho esses Anais", e a gente dava um jeito de ir até a pessoa, escanear aqueles Anais, para poder colocar à disposição das pessoas. Esse foi um pedido reiterado das pessoas, desde quando eu era secretário, em que a gente se preocupou nessa diretoria de fazer esse levantamento dos Anais, da Série Fundamentos, de colocar a Série Fundamentos no site para que as pessoas tenham acesso. Muitas pessoas nem sabem que essa série existe. Então, essa coleta de materiais ainda está em andamento. A gente já conseguiu várias coisas, tem algumas coisas que estão encaixotadas na sede da ABEM, mas não são todas. O que a gente vai dar início nesse ano e nesse mandato é tentar fazer a recolha dos documentos que estão com cada presidente, para que a gente possa digitalizar esses documentos e manter. A nossa intenção é comprar um espaço na nuvem, para que todo esse material fique num arquivo online (PEREIRA, E.N., 2020, p. 10).

Além do processo de implementação do levantamento, organização e disponibilização digital de todas as publicações científicas da ABEM, outro processo instituinte está relacionado à reestruturação da plataforma eletrônica.

Então, essa é uma iniciativa que é uma das principais iniciativas nossas, que tem a ver com a reformulação do site, que já está num formato bastante antigo. Eu acho o site um pouco confuso, difícil de acessar as informações. A gente já conversou com a webmaster e a gente está iniciando esse processo de repensar o site de maneira a colocar todos esses documentos que a gente quer reunir na nuvem, para deixar inclusive para pesquisas como a sua. Porque a gente nota que muitos trabalhos, quando você vê um trabalho de revisão bibliográfica de teses e dissertações, ou mesmo de exercícios de revisão bibliográfica, eles estão nos Anais da ABEM, eles estão nas revistas da ABEM, e nós não temos os Anais de todos os regionais, por exemplo. Então, é muito importante fazer essa organização desse material histórico. As primeiras atas, por exemplo, eu tenho a ata da assembleia que eu presidi agora e das que eu fui secretário, mas eu não tenho as atas anteriores. Então, você não tem uma organização desses papéis, justamente porque está pulverizado. Então, essa é uma ação que a gente deu início na gestão passada e que agora a gente vai concentrar bastante, porque uma das

nossas intenções, nessa minha gestão agora a ABEM completa trinta anos, no ano que vem, 2021, ela faz trinta anos de existência e um dos nossos intentos é fazer uma publicação online, ou pelo menos lançar online o acesso a esses documentos. Porque a gente fala “a ABEM mandou uma carta sobre a BNCC”, que eu e Luciana fizemos. Por exemplo, quem tem acesso a esse documento? Só eu e a Luciana, que fizemos a carta. Então para esse material ficar como história da Associação, história da instituição, importante como é. Então, essa tem sido uma das nossas preocupações de agora, recolher. Porque isso tudo, falando desse jeito parece que isso não foi uma preocupação de ninguém, mas não é isso. Tudo existe, só que está tudo pulverizado em cada lugar. Como a gente tem hoje a oportunidade de juntar isso num arquivo na nuvem, é o que a gente vai tentar fazer (PEREIRA, E.N., 2020, p. 11).

Nessa perspectiva, várias publicações que eram impressas já estão disponíveis digitalmente. Outras publicações que anteriormente eram impressas e se tornaram eletrônicas, mas tinham um alcance reduzido, também foram redirecionadas para atingir maior público e impacto. Como, por exemplo, com relação ao Boletim Eletrônico da ABEM

A gente fez algumas mudanças, porque a gente sentia que era hora de fazer isso. Os boletins, quando eu era secretário... é o secretário que é o responsável por escrever os boletins... Os boletins eram enviados pelo e-mail da Associação, era a webmaster que disparava esses e-mails e vinha um link onde as pessoas clicavam para baixar o boletim. O boletim dava muito trabalho, porque de fato você tem que criar como se fosse um jornalzinho eletrônico e a gente observou que não haviam muitos acessos... eram assim dezessete pessoas que clicavam no link no Brasil inteiro e que baixavam o boletim para ler. Então, já desde aquela época, conversando com o Luis Ricardo que era o presidente, a gente optou por mandar e-mails com um assunto. Então, a chance de atingir as pessoas sobre esse assunto era maior, porque eles não precisavam clicar em nada, não vinha um jornalzinho cheio de coisas para ler, era aquele assunto que ia nos e-mails (PEREIRA, E.N., 2020, p. 6-7).

Outra proposta que foi instituída foi a “ABEM nas Redes”, como uma perspectiva de ampliar o acesso de um número maior de pessoas às frentes de ação da Associação. Além de proporcionar maior acessibilidade à plataforma eletrônica da ABEM, essa iniciativa buscou contribuir de forma ágil com a divulgação e circulação das principais ações desenvolvidas pela Instituição. Marcus Pereira (2020) exemplifica, que “todas as ações que a gente estava tendo, a gente passou a ver que as pessoas passaram a acompanhar mais a vida que a ABEM tem fora dos congressos, fora dos encontros, fora dos eventos científicos” (PEREIRA, E.N., 2020, p. 8).

No ano de 2020, as plataformas digitais tornaram-se ferramentas de uma importância ainda maior. Com a pandemia causada pela COVID-19, os Encontros Regionais, que antes ocorriam presencialmente, em 2020 foram realizados em

formato totalmente digital. Além dos Encontros Regionais Unificados da ABEM, foram realizados nesse formato o “Fórum de Temas Emergentes da Educação Musical Brasileira”, o “VII Encontro do Fórum Permanente de Pesquisa em Educação Musical”, o “VII Fórum Permanente de Formação de Professores de Música” e o “IV Encontro do Fórum Permanente de Ensino de Instrumentos e Escolas Especializadas de Música”.

A perspectiva de realização totalmente *online* de alguns eventos da ABEM, que se tornou necessidade em 2020, já vinha sendo projetada anteriormente.

Então, a gente tem discutido e amadurecido a ideia de fazer os Fóruns totalmente online. A gente está estudando programas para pagar, porque para você ter várias pessoas online discutindo com uma qualidade que chegue para as pessoas, tem que pagar um programa. A gente está fazendo um estudo desses programas [...]. Então, transformar um evento, num evento online... não todos, só os Fóruns, porque a presença das pessoas, o encontro das pessoas, aquilo que acontece fora das mesas, fora das apresentações, os nossos encontros num café no congresso, eles são muito importantes. Então a gente não pode transformar tudo online, mas os Fóruns podem ser uma coisa interessante. Como a gente já tem tido esse retorno na transmissão online, a gente vai tentar fazer com que a participação dos nossos convidados, por exemplo, seja online. Isso faz com que a gente possa ter convidados internacionais sem precisar pagar uma passagem para essa pessoa participar. Então, essa é uma das coisas que a gente está estudando para começar a fazer. Um Fórum que a gente fez já, em Campina Grande, depois do Congresso Nacional de Campo Grande, a gente já levou convidados online. A Luciana Del Ben participou de casa, a Cláudia Bellochio participou de casa, a Cristiane Galdino participou do lugar de onde ela estava. A gente enfrenta problemas de internet do lugar, problemas de equipamento. Então, essas são as coisas que a gente está em estudo para tentar fazer. Tudo isso dentro dessa grande ideia de fazer com que a discussão seja permanente, de que a gente tenha grupos de trabalho constantemente pensando e debatendo sobre esses assuntos, para que eles não sejam pontuais no evento. São muitas coisas para fazer, muitas coisas que a gente tenta fazer e às vezes não dá certo porque não tem os meios materiais possíveis, ou porque a gente não tem o tempo de todas as pessoas envolvidas disponível para fazer. Essas são algumas das ações que eu me lembro agora que a gente deu continuidade, algumas que a gente instituiu e outras que a gente está na luta para tentar fazer. São experiências, a gente vai tentar fazer esse Fórum totalmente online, ver como ele funciona, ver como é a receptividade das pessoas, ver o que as pessoas acharam sobre isso, para ir construindo esse caminho. São experimentações para tornar cada vez mais acessível, para possibilitar a participação do maior número de pessoas nessas discussões, para levar essas discussões a lugares cada vez mais difíceis da gente chegar, mas de ter isso disponível e de cumprir com esse que é um dos objetivos da Associação, que é suscitar o debate, suscitar a reflexão e que ela seja contínua (PEREIRA, E.N., 2020, p. 14).

Com a perspectiva de uma reorganização e reestruturação dos eventos promovidos pela ABEM, para além da ampliação do acesso, da democratização da produção científica e dos debates que vêm sendo realizados, algumas iniciativas encontram-se na dimensão instituída da Associação. Uma delas impacta na dinâmica

de pensar o redirecionamento dos Grupos de Trabalho nos encontros anuais e regionais. Marcus Pereira (2020) manifesta que há necessidade de uma análise abrangente de toda a produção científica, na qual seja possível uma sistematização coletiva do conhecimento produzido ao longo da existência da ABEM.

Tem uma coisa que a gente pensou em fazer, mas que, mais uma vez, a gente precisa contar com os pesquisadores da área para fazer, e a gente sabe que cada um tem a sua vida, tem a sua própria pesquisa, tem as suas próprias ações. Uma das coisas que a gente pensou em fazer, não sei se vamos dar conta, é um exercício de muito fôlego e precisa de muita gente, que é fazer uma análise de toda a produção, de todos os Anais de todos os congressos por grupos de trabalho. A gente tem vários professores que fizeram índices temáticos. Mas a gente não está pensando em fazer índices temáticos. É uma análise da produção. Quais eram as preocupações iniciais? Como que isso foi se direcionando? Que movimento isso foi tendo ao longo desses trinta anos da Associação. A gente precisaria, de fato, de um número grande de pesquisadores e seus grupos de pesquisa debruçados sobre cada um dos grupos de trabalho, cada um dos GTs da chamada, mas não só sobre os grandes GTs. Sobre cada área. Então, sobre a formação de professores, sobre a formação emergencial, sobre a formação nos outros setores, sobre música na Educação Básica, sobre cada subdivisão daquelas, ter um grupo de pesquisadores que observe a produção. Esse é um trabalho de muito fôlego, que eu não tenho tanta esperança de que a gente vá conseguir fazer, mas pelo menos iniciar. Esse é um processo de sistematização e organização do conhecimento em Educação Musical importante, para a gente ter uma ideia de quais eram as nossas lutas em 1991, por exemplo, e quais são as nossas lutas hoje. [...] Então, fazer esse exercício de ver como foram as nossas lutas, quais foram os nossos resultados, em que a gente avançou, em que os nossos interesses mudaram. Essa é uma ação interessante. A gente vai tentar pensar sobre isso no Fórum de Pesquisa e ver se as pessoas aceitam participar, porque isso de fato é um empreendimento muito grande, muito intenso. São trinta anos de produção de conhecimento. Os anais, o de Campo Grande, se não me engano, teve trezentas a quatrocentas submissões. A gente teve congresso que teve quase seiscentas submissões em um só ano. Então, é muita produção, se você pensar em trinta anos, é muita produção. Uma coisa absurda de produção. Mas é muito importante, para esse conhecimento da área. Essa é uma coisa que a gente vai propor, mas que precisa contar com a adesão das pessoas. Mesmo que não seja uma coisa que a gente consiga vencer tudo, que a gente consiga com alguns pontos nevrálgicos que a gente possa eleger coletivamente, alguns pontos de interesse principais. Que podem ser os pontos atrelados às temáticas dos Fóruns, Ensino de Instrumentos, Música na Educação Básica, Formação de Professores, Pesquisa em Educação Musical. A gente inclusive tem recebido vários pedidos para novos Fóruns, para novos GTs, e isso são coisas que a diretoria precisa deliberar. A gente tem pedidos para um Fórum e para um GT sobre Música e Inclusão, a gente tem pedidos para Música e Neurociência, a gente tem pedidos para Fóruns que discutam Currículos, porque as universidades estão sempre reformulando seus currículos, as secretarias estão sempre reformulando seus currículos. Então, ter Fóruns que discutam permanentemente isso. Então, são pedidos constantes que vão aparecendo e que a gente precisa deliberar sobre isso, e precisa mesmo da adesão das pessoas. Então, a gente vai tentar atrelar aos pontos principais dos Fóruns que são esses, para que pelo menos nesses pilares a gente consiga fazer um estudo, uma sistematização, uma organização de tudo aquilo que foi produzido. É um empreendimento de muito fôlego, mas sonhar... A gente precisa ter esse horizonte utópico para a gente se mover. Se você não tiver esses grandes planos, a gente anda pouco. A gente precisa ter esses grandes horizontes para ver o avanço que a gente é capaz de dar naquele momento.

Então, a gente tem vários horizontes utópicos. Vamos ver como é a adesão, a disponibilidade das pessoas, porque a gente sabe que é uma vida intensa de produção, de trabalho e a gente precisa ver como as coisas podem funcionar (PEREIRA, E.N., 2020, p. 20-21).

A possibilidade de realização de uma sistematização dos conhecimentos em Educação Musical produzidos pela ABEM ao longo de toda sua história, enquanto proposta instituinte, demanda um grande envolvimento de pesquisadores e associados de diferentes níveis de atuação profissional. Também, está relacionada à construção de uma conscientização coletiva sobre a produção científica, em que os associados sejam, cada vez mais, capazes de assumir papéis de protagonismo e representatividade dentro da Associação. Para Luis Ricardo Queiroz (2020),

A gente ainda precisa de uma maturidade maior, de uma profissionalização maior de pesquisadores. Eu faço essa crítica à nossa área no Brasil, mas a Associação tem feito esse papel de fazer as pessoas se encontrarem, de criar meios de circulação e divulgação e de acessibilidade à produção do conhecimento gerada no contexto nacional. Então, acho que cabe a gente agora, e é um caminho natural também, você não resolve isso da noite pro dia, mas é um caminho que a gente vem trilhando... e acredito que a gente tem muito mais pesquisadores hoje, do que a gente tinha há um tempo atrás e, no futuro, acho que a gente ainda vai ser mais profissional para lidar com isso, eu acho importante. O que falta? Por exemplo, a Revista da ABEM ainda sofre com uma falta de demanda de textos. [...] É uma revista muito aberta a lidar com novos formatos, com novas ideias, com novas maneiras de apresentar, mas ela precisa que, independentemente do caminho que a pessoa escolha, seja um caminho consistente. Então, por exemplo, na segunda gestão, a Revista teve alguns atrasos, saiu com regularidade, mas com certo atraso, porque a gente teve dificuldade de juntar o número necessário de textos que a gente precisava para publicar. Então acho que isso é algo importante a ser destacado, porque é uma lacuna que depende do coletivo. A Revista representa o que a área é. Com isso, a gente tem detectado que muitas pessoas trabalham com pesquisas nos mestrados, nos cursos de doutorado, mas não dão continuidade, o que faz com que a gente esteja sempre tendo uma certa carência em relação a pesquisadores profissionais, pessoas que de fato estão em constante processo de produção... Agora, é bastante diferente a situação de hoje para a situação que a gente já teve no passado. É sempre importante olhar para os dois pontos, o que a gente ainda precisa para construir o futuro, mas também o que a gente já construiu vindo de um passado não tão distante assim, o que mostra avanços bastante expressivos [...]. A gente tem uma área de pesquisa em Educação Musical, a área que mais mobiliza, que mais publica, a que mais junta pessoas para conversar e, de fato, isso definiu uma certa identidade para a produção de conhecimento em Educação Musical no Brasil (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 16-17).

No ano de 2019, foi realizado em Campo Grande o XXIV Congresso Nacional da ABEM, discutindo o tema “Educação Musical em tempos de crise: percepções, impactos e enfrentamentos”, já num cenário de muitos cortes orçamentários para a educação, ciência e tecnologia, desencadeados especialmente pelo governo federal.

Em meio ao contexto gerado pelo congelamento do Plano Nacional de Educação¹¹⁰ e, como continuidade das políticas de ataque às instituições e à ciência, de redução orçamentária para as instituições públicas de ensino, de corte de bolsas relacionadas à pesquisa, também a circulação de pesquisadores e estudantes passou a ser afetada.

Junto com o fortalecimento de uma consciência coletiva da Educação Musical, Marcus Pereira (2020) narra sobre a necessidade da união de forças para o enfrentamento do cenário instaurado a partir de cortes orçamentários, decretos e medidas governamentais que tem dificultando a circulação científica no país. Também destaca que os congressos da ABEM sempre foram lugar de debate e divulgação da produção científica brasileira em Educação Musical:

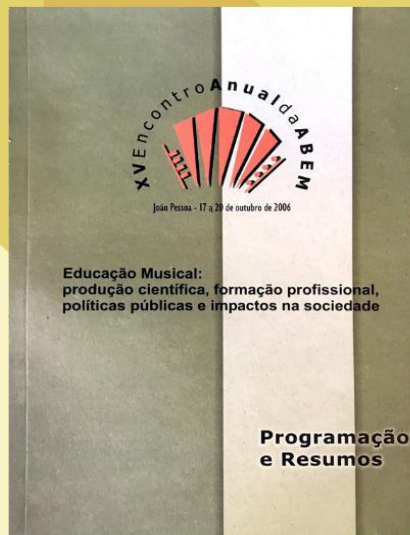
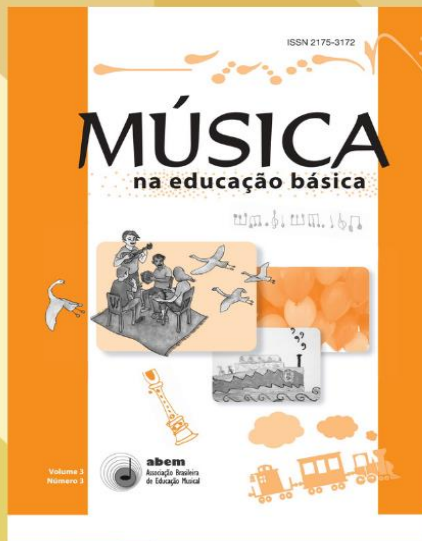
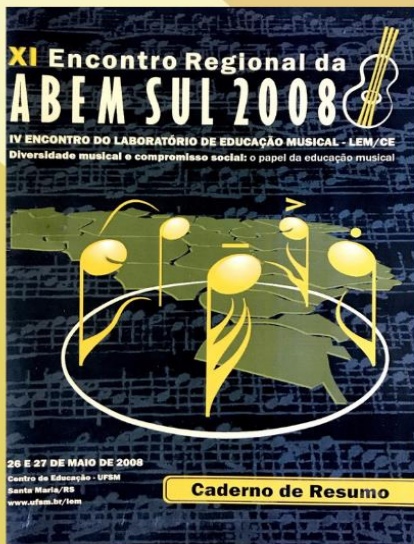
A gente vive um contexto de ataque à ciência no país. Esse congresso nacional que foi feito na minha gestão, que foi o Congresso Nacional de Campo Grande, ele tem uma drástica redução financeira. O CNPq, pela primeira vez depois de muitas edições do congresso, a gente não recebeu financiamento do CNPq. O CNPq deu financiamento para as associações de área no edital, a nossa associação de área é a ANPPOM, e mesmo a ANPPOM não recebeu dinheiro do CNPq. A gente foi aprovado, com mérito e tudo, mas não tinha o recurso. O dinheiro da CAPES que a gente recebeu foi muito menor do que de toda a história. Então esse é o contexto que a gente vive hoje, que é um contingenciamento. Hoje está sendo debatido um outro decreto do governo, que impede, que dificulta a saída dos pesquisadores para os congressos, que limita a saída à congresso para no máximo dois pesquisadores por instituição. Isso é seríssimo para nossa circulação, para os nossos encontros científicos. Então, esse momento agora é um momento de muita atenção, é um momento de redução financeira, é um momento da gente reinventar um pouco as nossas práticas, reinventar a maneira como a gente faz o congresso, como a gente faz os encontros regionais, como a gente faz os fóruns, porque a ciência está sob ataque, as Artes estão sob ataque. E a gente vê um fortalecimento de um pensamento antigo e conservador, de que as Artes são menos importantes do que as outras disciplinas, a gente vê isso. No Pibid, que agora tem áreas prioritárias, e a Arte não é uma área prioritária... a gente vê agora com bastante preocupação a CAPES com seu edital de bolsas, que não é mais por programa, vai ter um edital geral de bolsas e vai focar em áreas prioritárias, e a Arte não é uma área prioritária (PEREIRA, E.N., 2020, p. 5).

A busca pela organização e divulgação da produção científica em educação musical é um dos eixos que alicerçou a fundação da ABEM e baliza seu desenvolvimento como Instituição. Em sua existência social e histórica, a Associação tem se envolvido e potencializado aspectos relacionados à construção do conhecimento. Suas ações nessa perspectiva lhe atribuem a condição e qualidade de

¹¹⁰ Emenda Constitucional nº. 95/2016.

associação científica. Dimensão esta, que compõe o imaginário social dos presidentes e se destaca nas narrativas biográficas.

No capítulo 6, discuto o que os presidentes consideram como elementos de representatividade política da ABEM, decorrentes de suas narrativas biográficas. Analiso aspectos que organizam linhas de pensamento, planejamento e proposição de ações institucionais, bem como a construção de uma identidade coletiva para a Educação Musical brasileira, sua representatividade frente a outras instâncias, instituições e organismos.



MOVIMENTOS DE LUTA PARA A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DA ABEM

CAPÍTULO 6: MOVIMENTOS DE LUTA PARA A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DA ABEM

Como vimos tecendo na tese a ABEM, como instituição que constrói sua história, também é constituída por poderes simbólicos e é uma das protagonistas na construção da trajetória da Educação Musical brasileira que se consolidou politicamente, em representatividade da educação musical no país, nos últimos 30 anos. Como Associação atuante e potencializadora de um discurso nacionalmente construído e difundido, vem buscando a consolidação da Educação Musical no cenário nacional, especialmente em relação ao desenvolvimento do campo da pesquisa, da divulgação científica e de ações voltadas à proposição de políticas.

A luta pela construção de representatividade política para a Educação Musical tem perpassado a história da ABEM e se iniciou ainda no período que antecedeu a sua fundação como Associação. Anteriormente à fundação da ABEM (1991) e da ANPPOM (1988), especialmente na segunda metade da década de 1980, com o retorno dos primeiros doutores em Música, formados no exterior do país, iniciaram-se nas universidades as articulações para a criação dos primeiros programas brasileiros de pós-graduação em Música, nos quais as linhas de pesquisa em educação musical começaram a ser instituídas. Naquele cenário, destacou-se o protagonismo dos primeiros representantes de Música no Comitê de Assessoramento de Artes do CNPq. Como podemos observar na **Tabela 4 - Representantes de Música no CA/Artes do CNPq** (p. 95), entre os anos de 1984 a 1988, esteve Manoel Vicente Ribeiro da Veiga Jr., seguido de Jamary Oliveira, no período de 1989 a 1991, de Raimundo Martins, entre 1993 a 1995 e de Ilza Nogueira, de 1995 a 1997.

Dentro daquele contexto, Raimundo Martins (2020) contextualiza sobre a necessidade inicial da construção de espaços de representatividade junto aos órgãos governamentais, a partir dos primeiros encontros realizados pelas associações:

Olha, nós éramos muito aguerridos. Por exemplo, o Manoel Veiga, embora não seja da Educação Musical, ele nos apoiava muito. Acho que ficou dois mandatos no CNPq. Depois que o Manoel Veiga saiu, quem entrou foi o Jamary. Jamary, marido da Alda, também é uma figura extremamente capaz, uma figura que tinha essa visão. Depois do Jamary, eu acho que eu fui o representante da área no CNPq, não me lembro direito. Nós éramos muito aguerridos, a gente enfrentava, por exemplo, os comitês, a gente agia, insistia, pedia, falava. Naquela época a gente sempre chamava os representantes do CNPq e CAPES para os nossos encontros, mas a gente tinha muito medo, porque, nós éramos poucos, tínhamos pouca representatividade. Nem sempre eles vinham, mas nos preocupávamos com

o que eles iriam ver em termos de produção, não é?! Mas a gente tinha que se expor, então a gente insistia. Muitas vezes eles não vinham, as vezes vinham, as vezes mandavam um representante, um substituto, uma coisa assim. Mas nós éramos muito aguerridos, nós brigamos muito. A gente enfrentava, digamos, a coordenação de área do CNPq. Lembro-me que uma vez eu tive uma reunião com eles e insisti, reivindiquei, era necessário fazer todo um trabalho de convencimento (MARTINS, E.N., 2020, p. 9).

Esse processo inicial esteve vinculado também à luta nas universidades e influenciou a criação dos primeiros programas de pós-graduação em Música do país. Com a realização do SINAPEM (1987) e com a fundação da ANPPOM, alguns diálogos foram estabelecidos, especialmente, entre os profissionais da área de Música atuantes nas universidades, contribuindo para a constituição das articulações interinstitucionais.

A partir da década de 1990, com os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a política econômica brasileira passou por processos de ajustes às exigências da reestruturação global da economia, no qual a educação e o desenvolvimento científico-tecnológico foram considerados meios e ferramentas que corroborariam para a inserção do Brasil na economia mundial (OLIVEIRA, 2003). Sobre aquele período, Oliveira (2003) contextualizou que

[...] o CNPq, como um dos principais órgãos de fomento do governo, está [estava na época] passando por um processo de rearticulação de suas ações de maneira a induzir o desenvolvimento de pesquisas voltadas para as necessidades do setor produtivo e em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país. Embora continue investindo no fomento por meio do atendimento da demanda espontânea, parte desses recursos tem sido redirecionada para os programas considerados estratégicos. Essa tendência é expressa no Relatório de Gestão Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2001a)¹¹¹ (OLIVEIRA, 2003, p. 49).

No âmbito da criação dos primeiros programas de pós-graduação, Raimundo Martins (2020) descreve uma conjuntura de construção de representatividade para o desenvolvimento da área de Artes e de Música junto ao Conselho Deliberativo do CNPq, naquele período, composto majoritariamente por membros da área de Física.

Uma situação nos ajudou muito, quando eu estava como representante da área no CNPq. O professor Hélgio Trindade, que foi reitor da UFRGS, foi

¹¹¹ Consta no Relatório de Gestão institucional do CNPq: “De um modelo voltado quase exclusivamente para o atendimento da demanda espontânea, o sistema de apoio à pesquisa evolui, fazendo com que o CNPq passe a operar também segundo um modelo que, apoiado nos programas como fortes instrumentos de ação, enfatiza questões cujas soluções são cruciais para que o país logre alcançar seu desenvolvimento com justiça e equidade social e produtividade brasileira” (CNPq, 2001, p. 4). - https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/2001-relatorio_gestao_2001.pdf.

escolhido, depois de muita discussão e enfrentamento, representante da área de Ciências Sociais no Conselho Deliberativo do CNPq. O professor Héglio Trindade tinha uma sensibilidade em relação às Artes. Quando criamos o mestrado em música na UFRGS, ele era o pró-reitor e nos ajudou de maneira incrível. Ele lutou com a administração da UFRGS para alugar uma casa para instalar o mestrado porque no Instituto de Artes não havia espaço. O CNPq exigia que cursos de pós-graduação tivessem uma sede, um espaço minimamente adequado. Ele conseguiu que o pró-reitor de administração alugasse uma casa próxima a rua Senhor dos Passos, onde está o prédio do Instituto de Artes. Durante três ou quatro anos essa casa, que foi reformada e adaptada, foi a sede do mestrado em música da UFRGS. Lembro que ele doou uma escrivaninha, duas cadeiras e uma máquina de datilografar... Ele deslocou esses móveis/equipamentos da pró-reitoria para a coordenação e secretaria do mestrado. E assim nós fomos tentando fazer as coisas!!! Como membro do Conselho Deliberativo do CNPq, ele ajudou muito a área de Artes em geral. Houve uma situação em que, digamos, eu pedi para falar como representante da Área, fui lá, falei, e ele me apoiou. Para você ter uma ideia, quando eu estava como representante da Área no CNPq, conseguimos eleger para o Conselho Deliberativo do CNPq, pela primeira vez, um membro que não era físico. Até então, todos os membros do Conselho Deliberativo do CNPq eram e tinham sido físicos. A Física e os físicos dominavam o CNPq. Então, pela primeira vez, conseguimos eleger um professor da área de Biologia, doutor, pesquisador que era professor da UNB. Fizemos uma verdadeira campanha, fizemos um forte movimento para eleger, pela primeira vez, um membro do Conselho Deliberativo do CNPq que não fosse físico. Esse exemplo dá uma dimensão dos problemas e circunstâncias que enfrentamos e vivemos. Não havia espaço para as artes. Eles não concebiam, não conseguiam imaginar, visualizar a possibilidade de fazer pesquisa na área de Artes. Tinham uma visão romântica da área, algo que funcionava com adereço, como complemento. Eles consideravam a Música, as Artes Visuais, as Artes Cênicas corpos estranhos numa agência de fomento à pesquisa. Era algo que não cabia na cabeça deles. Havia uma outra exceção (MARTINS, E.N., 2020, p. 9-10).

Este movimento narrado sugere que, a partir do SINAPEM e dos diálogos entre os profissionais, logo percebeu-se a importância da fundação das associações da área de Música. A fundação da ANPPOM deu suporte para o entrosamento dos pesquisadores, para o diálogo entre as instituições, para a criação e incentivo aos programas de pós-graduação e para as primeiras iniciativas de publicação e divulgação científica em Música. Também contribuiu para o fortalecimento inicial da ABEM. Raimundo Martins (2020) narra:

Nós íamos sempre na carona da ANPPOM. O que a ANPPOM adquiriu, digamos, havia um preconceito muito grande com a Educação Musical. E a ANPPOM tinha os compositores, o pessoal da Musicologia, os artistas da performance. Nós tínhamos o Comitê/Grupo da Educação Musical. Mas a ANPPOM cresceu relativamente rápida e tronou-se o grande guarda-chuva da área. Como era de se esperar, a ANPPOM tinha um financiamento muito maior. Eles nos ajudaram... e nós fomos muito na carona da ANPPOM. Lembro de um Encontro da ANPPOM que foi marcante, o encontro realizado na UFMG. A UFMG, naquela época, não tinha mestrado ainda, eles estavam tentando aprovar. Uma das estratégias que utilizávamos era realizar encontros nas universidades que estavam planejando ou tentando criar o mestrado, a gente os apoiava. Essas instituições tinham dificuldade para financiar os encontros, mas a ANPPOM, como já estava mais forte, estava

crecendo e com mais credibilidade, conseguia apoio e financiamento. No encontro da ANPPOM na UFMG nós conseguimos reunir um grupo maior de pessoas. Tentamos várias vezes fazer no Rio o Encontro da ANPPOM, mas havia uma certa resistência. Essa resistência envolvia questões políticas, questões de financiamento, diferenças sobre concepções de pós-graduação, ou seja, como criar uma cultura de pós-graduação e, ao mesmo tempo, como criar uma cultura de pesquisa em Educação Musical. Esses temas/questões/problemas se entrecruzavam, estavam sempre presentes. Como já falei, a ANPPOM era o nosso grande guarda-chuva. Fomos muito amparados pelo Manoel Veiga, pela Ilza Nogueira e pelo Jmary de Oliveira. A Ilza também foi uma pessoa que nos ajudou muito. Assim, fomos avançando, com a ajuda e apoio da ANPPOM, pegando carona, aproveitando, tentando crescer, vendo o que e como eles faziam porque a ANPPOM era um grupo muito maior. A ANPPOM congregava compositores, regentes, musicólogos, etnomusicólogos, muito embora os compositores naquela época não estivessem tão envolvidos com pesquisa. Por essas razões, óbvias, a ANPPOM ganhou corpo e cresceu muito mais rápido (MARTINS, E.N., 2020, p. 10-11).

No contexto de criação das primeiras associações da área de Música e dos primeiros programas de pós-graduação, tornaram-se evidentes os diferentes modos de concepção sobre a pesquisa e a pós-graduação em cada instituição. O reflexo dessa heterogeneidade de compreensões também se fez presente nas diferentes relações estabelecidas entre as associações e as universidades.

Um exemplo de resistência a ANPPOM e especialmente a ABEM, é o caso da USP que não participava, ignorava os encontros da ANPPOM e não dava notícia da existência da ABEM. Naquela época a USP não reconhecia a avaliação da CAPES. Os seus programas de pós-graduação não se submetiam a tal avaliação. Eles tinham a FAPESP, que era muito forte. Lembro-me da luta, da negociação e do esforço da ANPPOM para realizar um encontro na USP. Conseguimos depois de muita conversa, muita costura e até mesmo concessões. Tínhamos a consciência de que era muito importante cooptar as universidades estaduais de São Paulo, que já eram fortes, a aderir e participar das duas associações (ANPPOM e ABEM). Elas se consideravam muito autônomas, não tinham essa preocupação, não tinham esse interesse. Os desafios e avanços, retomando a sua pergunta, envolviam questões políticas, questões de representatividade, credibilidade, questões de financiamento, todas elas muito latentes e misturadas. A rigor, a área realmente avançou quando foram criados os primeiros programas de doutorado. Para mim, a criação dos doutorados é o divisor de águas. Quando cria-se o primeiro doutorado. Criamos o doutorado na UFRGS e o grupo da UFBA criou o doutorado na Bahia, foram os dois primeiros. A partir daquele momento ganhamos mais espaço, ganhamos visibilidade, o financiamento melhorou, inclusive internamente, nas duas universidades, ganhamos mais credibilidade e passamos a ser considerados, consultados, etc.... entende?! (MARTINS, E.N., 2020, p. 11).

Naquele período, a pós-graduação em Música existia a nível de mestrado. O primeiro doutorado em Música foi criado na UFRGS, em 1995, e o segundo na UFBA, em 1997¹¹². Com a criação dos primeiros cursos brasileiros a nível de doutorado em

¹¹² O Programa de Pós-Graduação em Música da UFRGS ofertou o curso de mestrado no ano de 1987 e de doutorado em 1995 (<https://www.ufrgs.br/ppgmusica/sobre/>). A criação do Programa de Pós-

Música, a área passou a conquistar maior representatividade nos órgãos governamentais, nas agências de fomento e nas diferentes instituições.

O fortalecimento das associações também está relacionado com a criação de espaços para o debate científico, a publicação e divulgação das pesquisas acadêmicas, ao entrosamento entre pesquisadores, professores, estudantes e demais profissionais. Como uma das linhas de organização das associações, especialmente da ABEM, a publicação científica contribuiu para a construção da representatividade política e acompanhou o movimento de ampliação e diversificação dos cursos de pós-graduação na área.

Lembro de uma participação na reunião de avaliação da CAPES. Pedimos uma reunião com o diretor da área, tivemos uma conversa difícil. As conversas nem sempre eram muito boas, a gente tinha que ter muitos argumentos, explicar, falar sobre concepções de pós-graduação e assim por diante. No Brasil, na área de Artes Visuais, havia uma predominância de formação pós-graduada francesa. Na área de Música predominava a formação norte-americana. Eu fiz mestrado e doutorado lá, Alda, Jamary, Manoel Veiga e Ilza Nogueira também. Então, politicamente a gente ia tentando ampliar e diversificar os cursos de pós-graduação, mas sempre com a ênfase em pesquisa e publicação. Era um trabalho de formiguinha, conversando com o pró-reitor, conversando com o diretor da área do CNPq, da CAPES, insistindo, divulgando, sabe? (MARTINS, E.N., 2020, p. 12-13).

A criação e o crescimento dos cursos de pós-graduação na primeira metade da década de 1990 contribuiu para o crescimento da área de Música e para o fortalecimento da ANPPOM e da ABEM. Contudo, observava-se a necessidade de uma atuação das associações que estivesse voltada às políticas educacionais para a educação básica, até então denominada de ensino de 1º e 2º graus.

Nos primeiros quatro anos de existência, a ABEM esteve envolvida com o estímulo ao entrosamento entre pesquisadores, docentes e músicos, o desenvolvimento da produção e divulgação científica do campo da Educação Musical, a organização de núcleos em diversas regiões, as relações internacionais. Apesar dos avanços destaca-se que

Não se pode deixar de admitir que a Educação Musical no Brasil já se organizou a ponto de haver formado uma associação de pares bem sucedida, a Associação Brasileira de Educação Musical, ABEM, cujos encontros anuais, expressivos tanto em visita ao quando em nível de trabalhos, são amplamente conhecidos no país, começando a sê-lo no exterior; e cujo programa editorial tem-se revelado eficiente, motivante e penetrante. No entanto temos que admitir também que esta associação ainda não se revelou politicamente forte para o Ministério da Educação (NOGUEIRA, 1997, p. 10).

Graduação em Música na UFBA, ocorreu em 1990, com o curso de mestrado, ofertando doutorado em 1997 (<http://www.ppgmus.ufba.br/pt-br/historico>).

A necessidade de uma atuação que abarcasse questões da política educativa em Música e Educação Musical, tornava-se cada vez mais latente no âmbito da Associação. Tal necessidade já havia sido apontada no SINAPEM (1987), e como decorrência dessa necessidade, o olhar da ABEM começou a se voltar, principalmente, para a realidade educacional brasileira “onde a Música ainda não tem o seu lugar desejado pelos profissionais da área” (OLIVEIRA, 1995, p. 105).

Importante retomar o fato de que o contexto das políticas públicas educacionais brasileiras da primeira metade da década de 1990, foi marcado pelas discussões sobre os projetos apresentados para a constituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada no final de 1996. Como pano de fundo daquele cenário, ocorreu a reforma do Estado, empreendida no governo de Fernando Henrique Cardoso. Como considera Dourado (2019),

A despeito de avanços e de proposição de agenda de políticas sociais no país, por intermédio da CF de 1988, novos recuos efetivaram-se por meio da proposição de reforma do Estado no governo FHC na década de 1990 – em articulação com a nova fase de reestruturação capitalista, apoiada na geopolítica sob a égide da globalização da economia – e têm o neoliberalismo como eixo central (DOURADO, 2019, p.8).

Para o autor, em consonância com processos de globalização do capital, na década de 90 ocorreu a minimização do papel do estado na consolidação e ampliação de políticas públicas e sociais, marcando no governo um período de privatizações, em oposição ao fortalecimento de movimentos sociais que visavam a efetivação de um governo democrático-popular. No contexto educacional da época,

Neste momento, foram empreendidas ações com vistas à reforma universitária e a implementação de mudanças radicais na educação superior e no modelo da pós-graduação brasileira. Entre elas, duas estratégias podem ser consideradas cruciais: por um lado, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº. 9394/96; por outro, o uso de dispositivos legais, como decretos-leis, medidas provisórias, portarias ministeriais, propostas de emendas constitucionais (HOSTINS, 2006, p. 143).

Como decorrências dessas políticas, para o nível superior, esses processos contribuíram para investimentos em ensino, pesquisa e extensão nas universidades, flexibilizando ainda a oferta do ensino superior aos institutos, centros de educação superior, faculdades e universidades especializadas (HOSTINS, 2006). Os direcionamentos das políticas públicas educacionais impactaram também no formato da pós-graduação:

As diretrizes que orientam a política da pós-graduação brasileira, nos anos de 1990, são coetâneas desse processo de vinculação do financiamento aos índices de produtividade, tanto que nas diretrizes da LDBEN esse nível de formação articula-se aos demais níveis, bem como às exigências propostas pela nova legislação. Também, e principalmente, na pós-graduação o governo propõe que os repasses de recursos sejam atrelados ao número de alunos e à quantidade da produção docente e discente em pesquisa, ou seja, o aporte financeiro é determinado pelo desempenho institucional, preferencialmente em nível internacional, cujo controle e avaliação estão sob responsabilidade da CAPES (HOSTINS, 2006, p. 143-144).

Com o desenho de um outro cenário para os diversos níveis da educação brasileira e as significativas mudanças estabelecidas pela legislação educacional, novas demandas se mostraram instituintes para a Educação Musical e para o ensino das Artes, de modo mais amplo. Nesse sentido, Alda Oliveira (2020) narra sobre a necessidade do protagonismo da ABEM e os desdobramentos no cenário do contexto de influência das políticas públicas:

Olha, os primeiros projetos nossos, além das publicações eram entrar na política de área educacional, para influenciar o MEC a adotar Música como especialidade nos currículos das escolas básicas, porque a gente notava que estava na fase da educação artística. Apesar de gostarmos da integração, da multiplicidade de áreas... (eu mesma trabalhei com dança vários anos, trabalhei com educação artística com criança, porque quando você trabalha com criança você faz dança, usa tantos meios...) ... as áreas tem de ter a oportunidade de sua individualidade, sua especificidade, não é?! Esses eram os valores que a gente acreditava. Então, as pessoas que estavam trabalhando acreditavam nisso, que música tinha que ser encarada como especialidade, dentro do currículo das escolas. Aí foi difícil, isso aí foi difícil... Além das publicações, esse foi o segundo foco mais relevante. Eu me lembro que a visão do senso comum era de lutar para integrar, para o MEC colocar o máximo de professores possíveis dando aulas de educação artística integrada, ou seja, ensinando Artes. O professor dava um pouquinho de música, um pouquinho de teatro, um pouquinho de visual. Até certo ponto isso funciona, não é?! Até certo ponto. Porém, se você pensar assim na formação do indivíduo, na formação do universitário que vai ensinar, que vai se preparar para ser professor, é um desastre. Porque você não vai saber nada de nada. Você vai saber um pouquinho de música, um pouquinho de dança... e esse é só um pouquinho, não é?! A Universidade dar um diploma de nível superior a uma pessoa que não sabe nada profundamente, é um desastre, convenhamos! E esse desastre estava realmente acontecendo (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 26).

No contexto em que foi promulgada a LDBEN 9394/96, foram necessárias mobilizações e articulações políticas, para que o ensino de Arte pudesse ser contemplado no texto da Lei. Magali Kleber (2020) destaca, especialmente, o protagonismo da Federação de Arte/Educadores do Brasil – FAEB e de membros da ABEM, que estavam presentes em Brasília naquele momento.

Um fator muito importante dessa época, em 96, foi que o texto da LDB tinha suprimido o ensino das Artes. Mediante uma mobilização política muito rápida, porque o texto da Lei estava em análise na Câmara dos Deputados,

nós conseguimos que se colocasse no artigo 26, aquele pequenininho “é obrigatório o ensino das artes em todos os níveis da educação básica”, não me lembro bem como era o artigo, porque mudou muitas vezes. Aí eu digo “ou você se antena no momento...” e ali foi um movimento político, Alda, Liane e eu estávamos em Brasília, a FAEB também foi muito importante com a Ana Mae Barbosa e conseguimos reverter. Essa década de 90 a 2000, para mim foi muito importante, aí sim eu me estruturei, aí eu vi dentro da universidade a força da universidade e o que é ser um professor da universidade. Eu era, então, coordenadora de colegiado do Curso de Licenciatura em Música, fundei o Fórum das Licenciaturas dentro da universidade, participei do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho Universitário, atuei em várias comissões, o que me deu muita experiência em processos políticos no campo acadêmico (KLEBER, E.N., 2020, p. 8).

Um dos fatores de influência para a inclusão do ensino de Arte na construção da Lei 9394/96, foi a representatividade das universidades e associações, potencializada pela produção de conhecimento acadêmico/científico, que perpassa a gênese destas instituições.

Logo após a promulgação da LDB, conjuntamente às questões da ordem das políticas educacionais, Nogueira (1997) destacou anseios pela renovação na formação dos profissionais em Instituições de Ensino Superior, a revisão da legislação educacional e a discussão das bases de um projeto para o ensino e a pesquisa em Música. Embora discutidos no âmbito da ABEM, tais anseios tiveram suas origens já a partir do SINAPEM de 1987, ao qual Nogueira (1997) se refere e contextualiza

Com o apoio do CNPq, da Fundação CAPES, do SESu e da UFPB, realizamos o Simpósio em duas fases, distanciadas pelo período de seis meses [1ª fase, de 12 a 16/01/1987; segunda fase de 06 a 10/07/1987]. A execução em duas etapas propiciou condições para que as IES não representadas no fórum de debates tomassem conhecimento das propostas efetivadas na primeira fase, e participassem, indiretamente, das decisões do SINAPEM. Representam-se dez IES [Instituições de Ensino Superior]. Quatro instituições de ensino musical de nível médio, o CNPQ, a CAPES, a SESu, a Secretaria de Ensino de 2º Grau do MEC (SESG), a Secretaria de Apoio à Produção Cultural do Ministério da Cultura (SEAP) e o Instituto Nacional de Música da FUNART (NOGUEIRA, 1997, p. 11).

Em seu artigo, Nogueira (1997) destaca que as decorrências das decisões e demandas levantadas no SINAPEM, dez anos depois, seguem sendo discutidas e implicam na atuação conjunta da ANPPON e da ABEM junto aos órgãos nacionais de pesquisa, educação e cultura e tece recomendações sobre a Educação Musical pré-profissionalizante, a Educação Musical Profissionalizante e a Pós-Graduação em Música.

Foram destacadas como recomendações: “a obrigatoriedade do ensino de Música no 1º e 2º Graus desvinculado da área de Educação Artística” (NOGUEIRA, 1997, p. 15), em função de sua ineficiência e superficialidade; reestruturação curricular

aos cursos técnicos profissionalizantes, em busca de aproximações com o mercado de trabalho, com vistas à promoção de maior direcionamento às graduações em nível superior, propondo cursos de “Bacharelado, com 24 habilitações e de Licenciatura, com 16 habilitações” (NOGUEIRA, 1997, p. 16); o fomento e investimento nos cursos de Pós-Graduação, estimulando a qualificação e desenvolvimento da produção científica, além da ampliação da oferta e da expansão da Pós-Graduação no Brasil. Como principais implicações dessa atuação conjunta entre ANPPOM e ABEM, “as recomendações concernentes à pesquisa e a pós-graduação se concretizaram com o apoio do CNPq e da CAPES” (NOGUEIRA, 1997, p.11).

Paralela à luta pela garantia das Artes como componente curricular, pela contratação de professores e pela ampliação da área na educação básica, também foram ampliadas as discussões sobre a necessidade de superação do ensino polivalente e sobre a formação específica de professores.

Foi aí que eu me reuni com Liane Hentschke, que foi uma excelente parceira nessa conquista. Começamos então a trabalhar politicamente para chegar ao MEC e tentar influenciar a política que estava sendo realizada no governo Fernando Henrique Cardoso. Para fazer isso foi óh... A gente teve que ter suporte político, para sermos indicadas para o MEC. Fomos indicadas para compor a Comissão de Especialistas em Artes e Design da SESU/MEC, e saiu publicado no Diário Oficial. Na primeira reunião me elegeram Presidente, e Liane, Secretária. A gente trabalhou quatro anos nessa Comissão. Logo na primeira reunião eu disse assim, “olha, eu vou ser presidente da comissão CEARTES, que é de Artes e Design, mas eu já vou avisando que eu não acredito nessa formação integrada... eu acredito no ensino talvez multidisciplinar... mas a formação, a formação tem que ser especializada” ... Aí eles, “ah, tudo bem professora, a gente também acredita nisso”. Ah, foi ótimo escutar aquilo. Eles me elegeram e a gente trabalhou o tempo todo com essa meta na cabeça. Para reunir presencialmente com o pessoal em Brasília era difícilíssimo, difícilíssimo (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 26).

A Comissão de Especialistas no Ensino Superior de Artes – CEE/Artes, foi composta em 1996, por Alda Oliveira, Liane Hentschke, José Adolfo Moura, Ingrid Koudela e Gustavo Amarante Bonfim. Magali Kleber (2020) contextualiza acerca da política de reestruturação dos currículos nacionais de graduação, promovida pelo MEC naquele período, que instituiu como uma das ações, a Comissão de Especialistas para a organização de diretrizes nacionais.

De 1990 a 2000 aconteceram muitas coisas. Então em 91 a ABEM nasce, em 96 a promulgação da LDB, na qual o texto apresentado excluía o ensino de artes como parte do currículo, estranhamente. E estávamos eu, as professoras Liane Hentschke e Alda de Oliveira em Brasília participando da reformulação dos currículos nacionais de graduação por determinação do MEC. Foi muito importante 95 e 96 esse processo, pois acabou com os currículos mínimos que vigoraram durante a ditadura militar. O MEC começou um trabalho de comissão de especialistas nas graduações. Então fui

representando a minha universidade na área de Música. Primeiro era a Comissão de Artes, Artes e Design, então era aquela coisa misturada, porque ainda tinha aquela visão da Educação Artística. Foi criada a comissão de Artes e Design – CEARTES - para encaminhar a elaboração dos currículos em Artes. Resumindo, nós estávamos em Brasília por conta deste movimento do MEC. Antes de 95 os currículos de todas as graduações no Brasil eram denominados “currículo mínimo”, com obrigatoriedade de serem o mesmo em todo o Brasil. O MEC determinava, um eixo, uma estrutura, uma espinha dorsal para todos os cursos de graduação para todos os cursos e era obrigatório cumprir. E 1996, iniciou-se uma reestruturação, mediante outra visão de currículo pelo MEC, que ensinava o respeito e atenção ao contexto das regiões e suas diferenças. E foi deflagrada a construção de outra política: “agora cada curso de graduação terá seu currículo baseado em diretrizes nacionais, cada universidade vai criar o seu currículo”. Foi um novo paradigma. O MEC investiu muito nesse processo de abertura, porque ele pagava as viagens de cada professor, ou a universidade enviava representantes de cada curso de graduação e parte da despesa era dividida. Foram cinco ou seis grandes encontros, nos quais os representantes dos cursos das universidades discutiam, debatiam e ao final desse processo formaram-se as comissões de especialistas dos respectivos cursos específicos (KLEBER, E.N., 2020, p. 7-8).

Em 1997 ocorreu, em Salvador, o “I Seminário Sobre o Ensino Superior de Artes e Design no Brasil/CEEARTES”. No discurso de abertura, Oliveira (1997) considerou necessária a avaliação da situação dos cursos de ensino superior em Artes e da estrutura da comissão de especialistas frente às necessidades educacionais e à, então, nova LDB. Para além das discussões e debates promovidos no Seminário, Alda Oliveira (2020) relata sobre a importância da publicação científica na construção da representatividade política e no contexto de influência das políticas públicas.

Eu organizei esse evento aqui da CEARTES, vou lhe mostrar a publicação... esse evento foi ótimo. Foi aqui em Salvador, a gente conseguiu verba através da ANPPOM... um dinheiro curto... tanto é que para fazer essa publicação a gente usou o restinho do dinheiro, mas a gente achava importante publicar, porque é isso o que fica... é isso o que fica. Saiu uma publicação meio “mixuruca”, simples, mas o conteúdo você vê que é denso. É denso, isso podia ser um livro, porque vieram várias pessoas do Brasil e a gente chegou a muitas conclusões interessantes. Esse Seminário da CEEARTES deu suporte para a Lei de Diretrizes e Bases, para reconhecer Música como especialidade. Mesmo assim, depois o Conselho Nacional de Educação ainda tentou reduzir as diretrizes curriculares que a nossa Comissão de Especialistas escreveu com tanto sacrifício. A gente construiu umas diretrizes curriculares maravilhosas. Quando o texto foi para o Conselho Nacional de Educação, eles reduziram... em geral isso acontece, eles fazem isso sabe, eles fazem um enxugamento... e a gente fez umas diretrizes muito bem feitas; nosso grupo trabalhou muito bem e muito afinado. O grupo foi muito bem sucedido (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 29).

Embora muitos avanços tenham sido conquistados no âmbito das políticas públicas educacionais, a presença da música na Educação Básica nem sempre tem sido reconhecida como importante para formação e desenvolvimento cultural dos sujeitos. As políticas públicas para área da Música e para a Educação Musical têm

sido objeto de lutas e palco de proposições, demandando a criação de organizações e mecanismos, como as associações, as quais vêm reivindicando a presença da música nos contextos educacionais e na sociedade brasileira de modo mais amplo. Magali Kleber (2020) contextualiza sobre o papel político da ABEM e a atuação em busca de espaços na legislação para a música na Educação Básica e para a formação específica de profissionais, a exemplo da elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Música:

Outra coisa era o papel político da ABEM, era discutir a polivalência, porque isso era uma coisa que nos incomodava muito. Porque isso impactava nos concursos públicos, e também na própria estrutura da escola de oferecer ou não música. A Educação Artística, naquela época, era aquela coisa sofrível, oferecia o desenho, que era muito questionável. Essa problemática apareceu fortemente nos GTs das licenciaturas e o processo do MEC, que começou em 95, constituindo a comissão de especialistas para discutir as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, resultou na elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Música e Cursos de Licenciatura. Foram Liane e a Alda que trabalharam nessas diretrizes, que é aquela que orienta a formação básica dos cursos de graduação em música. Então foi assim uma época muito profícua, em que a gente discutia muito os encaminhamentos da área (KLEBER, E.N., 2020, p. 11).

Num contexto que buscou a superação da formação polivalente e a reestruturação das diretrizes para a formação superior, Alda Oliveira (2020) narra que também foi necessária uma reorganização da comissão de especialistas, que até então era a “Comissão de Arte e Design”.

Teve um dia que eu, Liane, José Adolfo Moura, Ingrid, e toda a comissão ficou na porta do secretário do MEC até as oito horas da noite! Não arredamos o pé até ele chegar. Eles sempre diziam que isso e aquilo não podia, que não podia e que não podia... e a gente: “tá, vamos fazer hoje assim, vamos sentar e ficar esperando”. Quando o Secretário chegou, todo alvoroçado, perguntou: “você ainda estão aqui?” ... Eu disse, “estamos professor e o senhor vai atender nosso pedido” ... - “O que é que vocês querem? Vai, diga, diga, diga, o que é que vocês querem?” ... Aí eu disse “nós queremos que o senhor crie uma comissão de especialistas em música” ... (risos)... “É só isso? É ?!” ... Aí ele se virou para o computador, criou a Comissão e pronto! ... A Comissão de Especialistas de Música estava criada! Nós saímos de lá nas nuvens.... assim... Na teoria deu certo, mas na prática, eu acho que não funcionou muito bem. Porque eles lá em Brasília fazem o que querem... chama quem quer, ouve quem quer... é uma politicagem terrível... a verdade é essa. Então, se você tiver força política a coisa acontece, se não tiver força política, não acontece. Então, nós tivemos uma certa força política, porque conseguimos influenciar a Lei de Diretrizes e Bases para inserir a música como especialidade. Isso aí foi bem sucedido. Então eu digo assim, que a ANPPOM e a ABEM conseguiram respeitabilidade e representatividade para a área de Música (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 27).

Assim, no ano de 1998 estava criada a Comissão de Especialistas no Ensino Superior em Música – CEE/Música, composta por Alda Oliveira (UFBA), Liane

Hentschke (UFRGS), Maria Lúcia Pascoal (UNICAMP), tendo como consultores para as Diretrizes Curriculares, Celso Loureiro Chaves (UFRGS), Elizabeth Rangel (UNICAMP), Jmary Oliveira (UFBA) e Jusamara Souza (UFRGS) (OLIVEIRA, 2000). Jusamara Souza (2019) narra sobre a participação de membros da ABEM no processo que levou à construção e aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música¹¹³, a partir da organização do “I Seminário Sobre o Ensino Superior de Artes e Design no Brasil/CEEARTES”:

Eu trabalhei nesse período, que culminou nas Diretrizes, eu tenho um documento bem importante¹¹⁴, que foi publicado em 1997. Alda de Oliveira organizou um evento, na Bahia, em que ela convidou pessoas de todas as áreas das Artes e, justamente esse foi o primeiro movimento para constituir o que viria a ser depois as Diretrizes, que é de 2004. Nessa reunião estavam Jmary de Oliveira, da UFBA, Celso Chaves e eu daqui da UFRGS. Então, como vês, já existia essa relação Bahia - Rio Grande do Sul e depois, efetivamente, Liane e Alda foram as nossas representantes que trabalharam muito junto ao MEC para a elaboração daquelas diretrizes que, até hoje, é o documento que orienta os cursos superiores de música. Existiu um pré-trabalho para as Diretrizes, e quando participei, eu não era presidente da ABEM, eu era uma espécie de consultora. Então tu vês, de 1997 até sair mesmo documento, em 2004, Liane e Alda fizeram parte da Comissão de Especialistas, que naquela época é um período para nossa área muito emblemático. Eu acho que muitas das coisas que nós temos hoje, a LDB de 1996, essas leis que foram mudando, as Diretrizes, tu podes observar que sempre teve a participação da ABEM, ou a maioria dos seus membros, mesmo que não estivessem ali como ABEM, isso é interessante mesmo (SOUZA, E.N., 2019, p. 28-29).

Alda Oliveira (2020) destacou o reconhecimento, prestígio e representatividade que a ABEM e a ANPPOM haviam conquistado junto aos órgãos governamentais, em função da atuação conjunta de diversos protagonistas e do processo de consolidação que estava sendo constituído junto aos programas de pós-graduação no Brasil.

Em termos do CNPq também, nessa época a gente tinha um prestígio. Quando a gente chegava lá, o pessoal técnico nos atendia com muita atenção e respeito. Jmary foi representante da área, Manoel Veiga foi representante de área, eu fui dessa comissão CEARTES, me chamaram para representar a área na CAPES, eu que não aceitei... mas a gente tinha muita representatividade nessa época toda... O curso de Música da EMUS/UFBA tinha nota máxima. Quando a gente chegava nas reuniões em Brasília, o pessoal já sabia que nós éramos do curso que tinha nota máxima. O curso do Rio Grande do Sul também sempre foi respeitado. A gente também trabalhava muito junto. Nesse ponto a gente conseguiu, porém a continuidade disso, depois que nos aposentamos, eu não acompanhei muito. Eu não sei se a política do Estado Brasileiro não teve essa continuidade de dar esse suporte para o ensino de música no Brasil. Isso é que eu não sei: que

¹¹³ Resolução nº 2, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0204musica.pdf>.

¹¹⁴ I Seminário sobre o Ensino Superior de Artes e Design no Brasil / CEEARTES: Comissão de Especialistas de Ensino de Artes e Design, de 04 a 06 de agosto de 1997. Salvador: CEEARTES, 1997.

respaldo esse trabalho da ABEM e da ANPPOM nesse período subsequente teve. Politicamente, não acompanhei o desenrolar do efeito da política da nossa geração para dar uma continuidade de suporte financeiro, acadêmico, político e curricular. Eu acho que ainda devemos fazer muita coisa até chegarmos a um ensino de música decente nas escolas da rede pública e privada. Sabemos que o suporte governamental é sempre importante, porque sempre, no fim das contas, o que importa é quanto custa. Então eu vejo isso no mundo inteiro. Participando da ISME eu verifiquei que em muitos países é a mesma realidade, mesmo os ricos... mesmo os ricos... quando tem qualquer dificuldade financeira, chega na hora H, o que importa nas decisões, é quanto vai gastar... e Música gasta muito... (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 27-28).

Logo após a fundação da ABEM, no período em que estava sendo organizado seu primeiro encontro nacional, havia a compreensão da importância do estabelecimento de relações com organismos de representatividade internacional da Educação Musical. A partir de contatos constituídos entre pesquisadores e professores brasileiros e estrangeiros, desde o período inicial de estruturação da Associação, ocorreu a afiliação na ISME, quando “alguns associados já trabalhavam na esfera político-administrativa da Sociedade Internacional de Educação Musical (ISME)” (OLIVEIRA, 2012, p. 22 e 23).

Eu pensava assim: a ABEM, para ter força, precisa se relacionar com algum órgão internacional e esse seria a ISME. A ABEM precisava ser internacionalizada. Graças ao contexto que foi se formando e às relações entre os profissionais da área isso aconteceu. Relato agora esses laços formadores e articuladores que nos impulsionaram à internacionalização. Durante a organização do I Encontro Latino Americano, procurei informações na rede sobre os profissionais que estavam se dedicando a pesquisas na área de Educação Musical. Encontrei o nome do Dr. David Hargreaves, da Inglaterra. Enviei uma proposta ao Hargreaves para..., na verdade tive um feeling incrível, hoje em dia que eu vejo... eu convidei para o Primeiro Encontro da ABEM David Hargreaves, que era presidente da comissão de pesquisa da ISME. Ele não me conhecia e eu não o conhecia pessoalmente. Mas eu enviei o convite e ele aceitou fazer a conferência de abertura. Quer dizer, dei sorte... Outro convidado, mais tarde (para o 3º. Encontro) também foi o Dr. Clifford Madson, que também era da comissão de pesquisa. Aí eles ficaram me conhecendo, conhecendo a ABEM e o que ela representava para nossa área de Educação Musical. Quando eles vieram aqui para o encontro, ficaram fascinados. Eu não sabia. Somente depois é que eles foram me dizer que eles viram aquele encontro enorme no Rio de Janeiro. Porque ele não conhecia o Rio, David não conhecia o Rio, ele não conhecia o Brasil, não me conhecia... nada... Mas os participantes ficaram fascinados com as apresentações de música, gostaram muito. Ficaram admirados também com o nível das apresentações teóricas do evento em si. Foi tudo muito bem organizado, com a cidade, com nossa relação com os educadores. Rosa Fuks, juntamente com os colegas do Rio de Janeiro que colaboraram com ela, fez um excelente trabalho. A equipe carioca funcionou bastante bem. Eu sugeri o nome de Lusa Davico Schneiter, professora de piano na Pro Arte, que era muito minha amiga, como uma profissional que serviria de elo entre eu e a comissão. Qualquer tensão ou dificuldade que havia, Lusa me falava e tentávamos resolver sem brigas ou rupturas. O convidado internacional foi o Dr. David Hargreaves, da Inglaterra (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 19-20).

A relação com a ISME impulsionou o diálogo com pesquisadores estrangeiros e inseriu, na década de 1990, a ABEM no cenário internacional da Educação Musical, abrindo espaço para ampliar a divulgação do trabalho que a Associação vinha produzindo no Brasil. Alda Oliveira (2020) narra que

Quando eles viram aquele monte de gente e eu falando com aquele monte de gente, as pessoas em redor fazendo as reuniões... Hargreaves ficou fascinado. Na época não me disse nada, depois é que eu fui saber, eles achavam que eu tinha uma força política enorme... eu não me achava nada disso ... (risos)... mas eles achavam. Aí quando eu fui apresentar pessoalmente, de forma oral, meu trabalho que havia sido aprovado pela Comissão de Pesquisa, eles me receberam maravilhosamente. Esse encontro da Comissão de Pesquisa foi em Frascati, Itália. Lá mesmo eu já fui indicada como membro da Comissão de Pesquisa por seis anos. Nesse período você fica participando e aprendendo como agir. Nesse período, eu fui começar a aprender como é que funcionava a ISME, aí eu vi... menino, que logística maravilhosa... você entra na comissão, são seis anos que você fica, você começa de baixo. Assim você começa a aprender sobre a Sociedade. No outro encontro, dois anos depois, aí entra outro, é bem assim rotativo. Então você já subiu um patamar. Você vai subindo, vai aprendendo como é que funciona a organização, quando chega no penúltimo, aí você pode ser eleito presidente da comissão. Quando eu cheguei no penúltimo patamar, os colegas da comissão me disseram assim, “nós vamos indicar você para ser presidente da comissão”. Eu disse “eu? ... eu não quero ser isso não!” ... - “ah, mas você tem que ser... você é mulher, você é da América Latina, é pesquisadora, isso e aquilo” ... começaram a fazer minha cabeça, eu disse “poxa, eu não queria assumir essa responsabilidade agora” porque a comissão de pesquisa é a mais forte que tem na ISME. Nesse ínterim, percebi que o meu colega que tinha entrado na comissão no mesmo período estava meio triste. (porque vão entrando dois a dois, o meu par era Graham Welch, da Inglaterra). Percebi no olhar dele, que ele queria ser. Aí eu chamei ele em particular, e disse, “você quer ser presidente da comissão?”, ele disse, “yes!” ... Quando eu falei com os demais, os demais disseram, “não, quem vai ser é você” (risos)... Aí eu percebi que eu estava em um aperto! ... Perguntei: “posso propor que a gente fique junto na presidência?”, e eles disseram “fica a seu critério, fale com Graham”. Aí eu fui falar com ele, ele aceitou. Ficamos nós dois presidentes da comissão, como Co-Presidents, eu era co, ele era co. A gente consultou o Board da ISME e eles aceitaram a gestão compartilhada. Essa gestão foi tão boa que até hoje Graham me chama “my love... my love”... Nós trabalhamos muito bem juntos, em sintonia, e foi ótimo. Politicamente, foi a melhor coisa que eu já fiz, porque eu dividia as responsabilidades e todos trabalhavam tranquilamente, sem tensões. Eu gosto de trabalhar assim. Dividia a responsabilidade, tudo foi feito de uma forma muito tranquila. Longe de mim achar que eu já dominava a língua inglesa. Eu sei inglês, estudei no Texas e em Boston, mas em termos de logística de administração eu ainda não dominava bem, naquela época. O Graham dominava essa parte redacional e a gente trabalhou junto muito bem. Eu fui à África três vezes com ele e com David Hargreaves, foi maravilhoso. Fizemos juntos um trabalho de “teacher empowerment” com foco em pesquisa e contribuimos para organizar o centro de pesquisas do governo, que estava saindo da opressão racial e política. Nelson Mandela estava começando a governar. Tanto Hargreaves como Graham Welch gostam muito de mim e eu me dou muito bem com eles até hoje. Enfim... nesse contexto eu vi que a ABEM podia ser a entidade que representaria o Brasil na ISME (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 20-21).

O relacionamento entre a ABEM e a ISME fomentou o trânsito dos pesquisadores brasileiros no cenário internacional e trouxe profissionais estrangeiros da Educação Musical aos eventos promovidos no Brasil, instaurando um processo de internacionalização que acompanha a existência da ABEM. Jusamara Souza (2019) considera que

Uma coisa bem importante também desse período, nessa visibilidade da ABEM, foi a questão do reconhecimento da Associação como representante nacional na ISME. Porque a ISME como uma associação internacional, tem um sistema de escolher em cada país quem vai ser o representante institucional daquele país junto à ISME. Então tem os sócios da ISME, que são individuais, mas tem também as associações que podem representar o país. A ISME escolhe uma única associação o que eles chamam de INA, que seria um representante nacional. E no caso do Brasil, a ABEM foi escolhida como INA, que seria um representante nacional na ISME. Então a ABEM é, digamos assim, a parceira da ISME no Brasil. Se alguém quer dialogar com a Educação Musical no Brasil, vai procurar a ABEM! E na América Latina, a ABEM é uma associação muito forte e bastante reconhecida. Aliás, eu diria no mundo todo, dentre as associações nacionais...claro, tirando os Estados Unidos, que têm milhões de pessoas e é muito grande e outros países que as associações têm números expressivos de sócios, mas a ABEM é uma das grandes associações. Na Europa, por exemplo, tem a APEM, de Portugal, tem a Associação da Espanha.... mas não tem a continuidade do trabalho que a gente tem aqui, não tem as publicações, o reconhecimento, não tem... (SOUZA, E.N., 2019, p. 10).

Nas gestões de Alda Oliveira a ABEM se tornou representante da ISME na América Latina, quando “foram feitos os primeiros contatos para realização em Salvador, Bahia, do I Encontro Latino-Americano da ISME, com a parceria da ABEM” (OLIVEIRA, 2012, p. 21).

Durante o Congresso da ISME falei com Judy, e depois com Ana Lucia Frega, que eu tinha vontade de sediar um congresso da ISME no Brasil. Elas devem ter mencionado isso no Board of Directors... Não é que deu certo?! Eu não organizei um congresso grande, geral da ISME, porque eles nunca tinham vindo ao Brasil, e não tinham como saber se a gente tinha capacidade e logística organizacional para fazer. Mostrei aos diretores que eu tinha boas relações com o governo da Bahia naquela época. Apresentei mais tarde todo o material impresso pelo governo da Bahia, que estava realmente interessado na realização de um Congresso, e o Board aceitou fazer um congresso no nível de amplitude latino-americano, ou seja, o I Congresso Latino-americano de Educação Musical¹¹⁵. Esse fui eu quem organizei, junto com uma empresa coordenada por Thusnelda Frick. Realizamos o Congresso no Centro de Convenções de Salvador, com toda infraestrutura de grandes eventos. Presidi o evento, e recebemos toda a Diretoria da ABEM, os convidados e participantes, e ainda a secretária da ISME, Judy Thonell. A presidente da ABEM era Vanda Freire. Foi muito bom, teve mais de oitocentos participantes, apoiado pelo governo da Bahia. Então, essa relação primeira com a ISME deu certo, acho que pela energia do momento, pelo interesse que eles tinham no país, pela minha visão de aproximação, porque eu não deixava passar

¹¹⁵ Cabe destacar que o I Encontro Latino-Americano ISME/ABEM, ocorreu de 15 a 21 de setembro de 1997, em Salvador – BA.

nada. Quando eu sentia alguma coisa que podia ajudar, eu realizava. Então, nesse ponto eu sei que eu tenho essa capacidade agregadora. Aproveitei a oportunidade e deu certo. A ABEM foi reconhecida como representante da América Latina, de verdade. Eles vieram aqui, viram... não foi fácil, foi muito difícil organizar esse primeiro encontro latino-americano. Também, a Ana Lucía Frega, que era presidente eleita da ISME, contribuiu para a organização, ela foi uma agente propulsora. Ela deu todo o apoio moral e acadêmico. Veio muita gente, veio Banda e Filarmônicas até de Belém do Pará. No Brasil o pessoal me apoiava em tudo. Vieram participantes brasileiros de vários estados, como Belém, Pernambuco, Recife, Rio Grande do Sul... E da América Latina vieram profissionais da Argentina, Chile, Equador, Venezuela, e outros. Não tenho queixa, todo mundo sabia que era importante fazer. É a primeira vez que eu conto essas coisas assim formalmente, eu nunca tinha dividido, eu sempre contava para as pessoas assim, in off... Mas você não acha interessante? (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 21-22).

Cabe destacar que a representatividade da ABEM na América-Latina, levou ao “aumento de publicações de brasileiros no exterior e à eleição de uma brasileira como presidente da ISME, Liane Hentschke” (Ibid., p. 23), no período de 2004 a 2010¹¹⁶.

O entrosamento internacional entre as instituições veio a estabelecer relações de cooperação a favor da Educação Musical e contribuir para a sua ampliação e consolidação. Para Oliveira (2018)

[...] com o fortalecimento da área de educação musical através da representação latino-americana da ABEM na Sociedade Internacional de Educação Musical (ISME), houve maior discussão de metodologias, de abordagens de ensino musical; houve também um aumento de pesquisas relacionadas ao ensino de música, houve maior interesse em saberes informais desenvolvidos pelos mestres das manifestações populares e houve, principalmente, interesse nos trabalhos especializados de ensino musical (estúdio instrumental, corais, bandas, grupos mistos etc.) e na luta para inserção dos conteúdos de música como especialidade na legislação brasileira de ensino (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– LDB) (OLIVEIRA, 2018, p. 117).

A ampliação dessas relações começou a ganhar força no âmbito das publicações científicas, das discussões sobre a música na Educação Básica e na busca por espaços na legislação educacional brasileira. Muitas frentes de trabalho tornaram-se evidentes e emergiram, principalmente, a partir dos encontros Anuais da ABEM.

Então, da Associação em si, eu acho que foi, através da ABEM que nós chegamos a atingir a CEEARTES e o MEC. Quer dizer, não é pouco, é muita coisa em pouco tempo. Digo, não foi por causa da ABEM que eu e Liane fomos parar na CEEARTES, mas que ajudou, ajudou. Através da ABEM, chegamos também à ISME. Através da ABEM a gente conseguiu recrutar, fazer professores que estavam completamente relegados ao isolamento aqui no Brasil, virem para os eventos... e junto com pesquisadores, o que é

¹¹⁶ No Brasil, o Congresso Mundial da Sociedade Internacional de Educação Musical (ISME) ocorreu entre 20 e 25 de julho de 2014, em Porto Alegre – RS.

diffícil... você colocar professores de escola junto com pesquisadores e músicos, foi fenomenal. Outra coisa que eu acho que funcionou bem foi a divulgação das publicações pelo país, porque quando você como professor-pesquisador publica uma coisa numa associação, no outro ano muita gente quer participar... “Oh, eu publiquei na ABEM”. - “Ah tá, então no próximo evento eu também vou” ... Entendeu?! É essa coisa de crescimento, de desenvolvimento. Eu lhe disse que a primeira vez que eu fui na ISME tinham apenas duas professoras do Brasil e sessenta e tantos da Argentina. A partir da minha presença na ISME e de muitos outros colegas que se seguiram com o tempo, os brasileiros hoje são maioria completa na ISME, mesmo contando com os países da América Latina. Os brasileiros, hoje em dia, já têm reunião exclusiva de brasileiros, já tem participação de brasileiros de várias cidades, e os brasileiros sempre estão participando das comissões das especialidades da área. A respeitabilidade da área cresceu demais. Eu acho que isso tudo foi através da ABEM... tudo, tudo foi consequência da ABEM... Respondendo de forma mais pontual sobre quais os aspectos marcaram a representatividade política da Associação na minha gestão, digo que meus movimentos e linhas de pensamento foram: trabalhar principalmente com o coletivo (professores dos vários níveis de ensino, músicos de todas as especialidades dedicados ao ensino de música, e também os que aprenderam sozinhos e se dedicavam a passar o seu conhecimento) com todos os membros da Diretoria da ABEM e Diretores regionais; me preocupava em ouvir as propostas dos associados e dos cursos de formação desde a graduação à pós-graduação, em ouvir e discutir os problemas dos professores de música da rede escolar. Eu fazia questão de evitar brigas e rupturas entre os participantes. Sempre cuidei para que as apresentações artísticas cobrissem a grande diversidade artística do território nacional e fiz questão de me comunicar com frequência com os funcionários que estavam trabalhando dentro do poder de decisões em Brasília. Assim, me lembro que descobri que tem muitas pessoas que querem ajudar mas não são requisitadas, como por exemplo, os gestores administrativos. Eles ficavam à disposição no seu setor, aguardando uma oportunidade de trabalhar em um problema ou ajudar alguém que tenha uma proposta viável. Me preocupei também em fomentar discussões para construir as várias opções de trabalho e de formação de profissionais da área musical e também educadores musicais, analisando toda a cadeia produtiva no nosso setor da música, produção, ensino, criação e divulgação. Esses setores nem sempre são contemplados nos currículos universitários. Outro assunto relevante que foi abordado foi a formação continuada de professores, especialmente para aquelas propostas que considerassem a cultura como forma de garantir a equidade social / artística e a diversidade musical brasileira e global (OLIVEIRA, E.N., 2020, p. 30-31).

O período que sucedeu a promulgação da LDBEN 9394/96, na segunda metade da década de 1990 e início de 2000, foi marcado pela atuação da ABEM na luta em prol de políticas públicas para a Educação Musical, com intensa atuação junto ao MEC.

No “VII Encontro Anual da ABEM” de 1998, foram abordados aspectos do documento preliminar das Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior de Música, que estava em fase de reformulação, e dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, sendo trazidas as principais sugestões e questões debatidas nos Encontros Regionais daquele ano. Como escreveu Freire (1998, p. 9), “destacamos, inicialmente, que o referido documento situa a área do ensino superior, denominada Música,

dividida em três subáreas de formação de recursos humanos: 1) Educação Musical; 2) Composição; 3) Execução Musical [...]", o que trouxe diversas preocupações entre os profissionais. Tais preocupações foram expressas nas inquietações sobre a definição dos perfis profissionais para a área de Música, sobre uma formação múltipla e integrada do músico e do professor de música, sobre a garantia de autonomia e flexibilidade aos cursos superiores de Música, sobre a articulação do Ensino Superior com os demais níveis de ensino, sobre a definição do papel da pesquisa no ensino superior de música, sobre a dissociação da formação de professores de música e intérpretes (FREIRE, 1998). Como pano de fundo para os questionamentos sobre a LDB, também estava o desafio de garantir a presença do ensino de Arte nos diversos níveis de ensino, apesar da baixa relevância referida a ela nos objetivos formulados pela LDB. Em termos mais amplos, a política educacional proposta pelo MEC, já havia sido questionada, especialmente com relação aos PCNs, através do "Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, proposto no II CONED¹¹⁷ em Belo Horizonte, em novembro de 1997" (SOUZA, 1998, p. 18), o que é abordado nesse Encontro Anual, por Souza (1998) com relação à Educação Musical.

Naquele momento, também foram construídas relações com o Ministério da Cultura, que se ampliaram no decorrer dos anos seguintes, onde a ABEM participou como membro da Câmara Setorial de Música.

Trata-se também da época em que nós fomos convidados pelo Ministério da Cultura para discutir a questão da Música como política de estado, o MEC na época e o MINC fizeram movimentos bem importantes. E a ABEM, àquela altura já tinha uma representatividade no cenário nacional. Essa representatividade começou um pouco antes, na gestão da professora Vanda Freire, quando a ABEM recebeu um assento no Ministério da Cultura. Então, por exemplo, na avaliação de projetos culturais e na área de Música a ABEM tinha um assento, uma voz. Então não era a professora Vanda, mas a ABEM. E a mesma coisa aconteceu na minha gestão, a ABEM teve um assento na comissão junto ao MINC, junto ao MEC. Eu me lembro que ao final do meu período, que foi no último evento em 2005, a gente conseguiu levar inclusive Ana de Hollanda, que era representante do Ministério da Cultura, e conseguimos levá-la para o nosso Encontro Nacional, realizado em Belo Horizonte. Nós conseguimos mobilizar pessoas que estavam em cargos administrativos importantes a se ocuparem com a nossa associação... Porque teve um movimento muito forte de mostrar o que a gente era capaz ... e eu me lembro que Ana de Hollanda ficou muito impressionada com o número de pessoas que participaram daquele encontro da ABEM. Porque já naquela época eram eventos de mais de quinhentas pessoas... imagina isso para uma área considerada pequena... era muita coisa (SOUZA, E.N., 2019, p. 9-10).

¹¹⁷ Congresso Nacional de Educação.

Ao longo de sua trajetória a ABEM buscou fortalecer sua dimensão científica, fator que contribuiu para a constituição de sua representatividade política em diversos setores da sociedade civil, instâncias públicas e órgãos governamentais.

Em 2001 a Associação já havia completado dez anos, então já era uma associação que tinha uma história: ela nasceu com professores universitários, eram professores que faziam pesquisas, que se colocavam politicamente, que tinham o que dizer de conteúdo, que não mais se expressava com achismos, porque já se tratava de uma geração de pesquisadores. Eu acredito que tudo isso fortaleceu essa participação da ABEM, não só falar entre si, entre os pares. O que estávamos realmente fazendo de comunicação com as outras instituições? Eu me lembro que uma das primeiras entrevistas, quando eu assumi, que saiu no boletim informativo, eu fiz uma entrevista com Alda de Oliveira, e, aí, a última pergunta dessa entrevista era: “Professora Alda como você imagina a ABEM daqui há 20 anos?” Isso era 2001, e aí ela responde algo como: “Eu gostaria muito que a música tivesse um lugar, que fosse parte das políticas públicas”. E, em menos de 5 anos, em 2005, nós tivemos a oportunidade de trazer Ana de Hollanda, que representava o Ministério da Cultura, para participar do Encontro Nacional da ABEM, realizado em Belo Horizonte. Tivemos também a oportunidade de falar com o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em um evento realizado no Rio de Janeiro, em que estávamos representando a ABEM. A Associação ter tido o espaço que tivemos nas discussões nesse evento do Rio de Janeiro e depois em outros espaços, já sinalizava que a ABEM não era desconhecida, a ABEM já não era uma associação qualquer. E dentre as associações de Música, ao longo desse período, eu diria, que até bem pouco tempo a posição da ABEM era hegemônica, ou seja, era a associação mais forte, mais organizada, que respondia rápido, que reunia os sócios de forma mais organizada. Claro que isso também coincide com a evolução do meios de comunicação, com as redes construídas e com as possibilidades que a gente tinha (SOUZA, E.N., 2019, p. 15).

A partir das políticas públicas para a Educação Básica, especialmente da LDBEN de 1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino da arte, que buscaram ampliar a inserção da arte nos currículos escolares, Penna (1999, p 58), apontou que ainda “é bastante relativa essa presença das diversas linguagens artísticas nas escolas”, destacando que o ensino de arte, naquele período, esteve relacionado com tendências de um “enfoque técnico-profissionalizante”, com a busca por uma “formação plena do indivíduo” e com o “resgate dos conteúdos de linguagem”. Para a autora, apesar da mudança que a LDB/96 e os PCNs trouxeram, em seu texto, para o ensino de arte, a luta pela superação da proposta polivalente e as carências dos cursos de formação de professores, também enfrentavam o problema do esvaziamento dos conteúdos de linguagem, da falta de direcionamento pedagógico e de uma visão romântica sobre a arte.

Há, portanto, problemas relativos à formação de profissionais, à orientação pedagógica, à pequena carga horária destinada à arte, à falta de ambiente físico e recursos materiais necessários, entre outros. Enfrenta-se, ainda, por parte de diretores de escolas, alunos e demais professores, a desvalorização

da área de arte, uma vez que ou não se conhece, ou se desconsidera o papel que o ensino de arte pode e deve ter na democratização da cultura. Pois cabe à arte, por excelência, desenvolver no espaço escolar uma ação efetiva no sentido de ampliar o universo artístico-cultural do aluno. Se, de modo geral, a prática nas escolas está longe de cumprir este papel, os problemas que apresenta não são motivos suficientes para que se desista das potencialidades do ensino de arte para a inserção mais ampla, plena e participativa do aluno em seu meio (PENNA, 1999, p. 58-59).

Naquele contexto, o cenário da Educação Básica que se apresentava para a área de Arte, também se apresentava para a Educação Musical, nem sempre reconhecida como elemento importante para formação e desenvolvimento cultural humano, ou efetivamente integrada aos processos formais de escolarização.

Jusamara Souza (2019) narra sobre os enfrentamentos e diálogos da ABEM junto às das secretarias de educação, acerca do contexto de convencimento em relação às áreas específicas em cada campo das artes e a luta pela superação da polivalência na realização de concursos públicos de estados e municípios.

Eu peguei essa transição e, justamente, nesse período de 2001 a 2005, eu diria assim, que foram os anos de convencimento aos nossos associados, aos professores, aos diretores, que não existia mais a [Lei] 5692, que a partir de então tinha que se pensar na formação de professores específicos de cada campo das artes. Eu me lembro, que umas das primeiras ações em 2001, logo que eu assumi a presidência, foi, justamente, essa luta política de explicar para os estados e municípios, explicar para os organizadores de concursos públicos, que não era mais possível pensar num professor polivalente, mas, sim, que os concursos tinham que ser específicos para cada campo das artes. Sobre isso também tem vários documentos que eu posso te passar. Tem ofícios que eu escrevi como presidente, existem vários e-mails e cartas, resultantes de diversos contatos e lutas que foram aparecendo em vários estados... (SOUZA, E.N., 2019, p. 8).

No contexto das escolas de educação básica, percebe-se a necessidade de um esforço coletivo para fazer valer as políticas de ensino de Arte para a Educação Básica, pensando-se na construção de propostas pedagógicas e metodológicas. Ao analisar a situação das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, Penna (2002, p. 7) destaca que “em encontros da área de educação musical, são comuns constatações acerca da reduzida presença do ensino de música nas escolas regulares de educação básica, especialmente as escolas públicas”, além de uma significativa carência de professores com formação específica, o que atenta para a importância da ampliação e do alcance de vivências musicais nos contextos escolares.

A pesquisa de Del Ben et al. (2016), que analisou editais de concursos públicos para professores de artes, educação artística ou música no Rio Grande do Sul, destacou um descompasso entre as exigências dos editais e a formação nos cursos

superiores de Licenciatura em Música, contatando “uma diferença relevante entre os conteúdos programáticos presentes nos editais de concursos e aqueles construídos durante a formação e a atuação dos licenciados em música” (DEL BEN et al. 2016, p. 544). Evidenciou diferenças de nomenclatura e de escolaridade exigidas nos editais, além de pouca recorrência de conteúdos específicos da área de Música, com predomínio dos conteúdos de Artes Visuais e Teatro/Artes Cênicas. Ainda, concluiu que, apesar das determinações legais, a docência em música na educação básica “não tem sido tratada em suas especificidades em termos de conteúdos, sejam os da formação do professor, sejam aqueles a serem desenvolvidos na sua atuação junto aos alunos nas escolas” (DEL BEN et al. 2016, p. 561), destacando que a concepção de docência em música se apresenta como docência na Educação Básica e sinaliza que, possivelmente, aspectos da docência não vem sendo contemplados nos cursos de licenciatura em música.

As dificuldades relacionadas a busca por espaços para a Educação Musical na Educação Básica, estão relacionadas a diversos fatores, percebidos, por exemplo, na carência de disciplinas de cunho musical nas matrizes curriculares das escolas e na falta de propostas longitudinais de ensino de música. Em uma análise, publicada nos trabalhos de Penna (2004a, 2004b), sobre a política educacional para a Educação Básica e o ensino de música, a autora destacou que a aprovação de novas leis e termos normativos educacionais não conseguem, por si próprios, produzir mudanças diretas no cotidiano escolar, salientando que em muitos concursos públicos, observava-se

[...] a permanência da designação de Educação Artística, apesar da aprovação da LDB de 1996 e da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que não mais utilizam essa expressão. Em certa medida, isso revela a ausência de uma renovação efetiva da prática escolar, evidenciando que dispositivos oficiais não têm, por si mesmos, o poder de garantir transformações reais. Para esta falta de renovação contribuem, também, a indefinição, multiplicidade e flexibilidade da área, que são mantidas nos diversos Parâmetros e reforçadas pelo fato de que, muitas vezes, as redes públicas estaduais ou municipais não têm propostas curriculares ou conteúdos programáticos próprios para Arte/Educação Artística, e muito menos para as linguagens específicas (PENNA, 2004b, p. 12).

Outros aspectos também foram evidenciados naquele cenário, referentes a carência de professores com formação específica; a realização de práticas pedagógicas extremamente diversificadas e sem uma orientação comum; a realização de concursos públicos para contratação de professores de Arte, sem a inclusão de conhecimentos musicais em seus programas; além de grande parte dos professores

de música com formação específica não buscarem a escola regular como espaço de atuação (PENNA 2004a, 2004b).

No período que sucedeu a aprovação da LDBEN 9394/96 e dos PCNs (1997), embora já tivesse ocorrido muitos avanços no âmbito da pós-graduação, na produção de pesquisas e na divulgação do conhecimento do campo da Educação Musical, a mesma situação não veio a se refletir no ensino básico, onde as questões referentes às políticas educacionais para a Área e a produção científica ainda eram desconhecidas pela maior parte dos professores. Esses fatores evidenciaram a necessidade do estabelecimento de maiores relações políticas entre as organizações de área e os órgãos governamentais, bem como de ações regionais e locais junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, frente a insuficiência de uma legislação específica capaz de fomentar mais enfaticamente a educação musical nas escolas.

Tais dificuldades tem demandado ações e proposições para a área da Música e para a Educação Musical, destacando-se o papel da ABEM na reivindicação da presença da música nos contextos escolares. Jusamara Souza (2019) destaca que as preocupações estavam relacionadas a preservar a especificidade da área de Música dentro do campo das Artes, estabelecendo diálogos com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e buscando ampliar da participação nos debates sobre as políticas públicas educacionais.

A ABEM tinha e tem um papel fundamental de manter esse lugar específico da Música dentro do ensino de Artes. Eu acho que de 2001 a 2005 isso foi feito com muita frequência. Nós começamos a criar uma experiência de diálogo com as Secretarias Estaduais e Municipais, modelos de carta, argumentos. Isso talvez você vai poder ver que, na história da ABEM, desse período para frente, nós começamos a ter isso mais frequente e a ABEM também passou a ser mais convidada a participar de debates sobre políticas educacionais para o Ensino de Música (SOUZA, E.N., 2019, p. 8).

As ações da ABEM buscaram debater sobre a superação do modelo polivalente de ensino na Educação Básica, também problematizar acerca da formação de professores em nível superior, naquele tempo, predominantemente relacionada aos cursos de Educação Artística. A importância do fortalecimento das especificidades do campo de conhecimento da Educação Musical, como uma das questões necessárias de serem desenvolvidas, foi destacada por Jusamara Souza (2019):

Enfim, acho que em relação ao relacionamento com outras associações, eu vivi um período, de 2001 a 2005, que era muito mais de fortalecer a própria Associação. Não tive muito a preocupação, embora tenhamos convivido

sempre bem, mas não tive a preocupação de estar discutindo tanto com as outras associações das outras áreas, seja Artes Visuais, seja Teatro, Dança... Foi um período acho que mais de preocupação em realmente separar e definir cada um no seu quadrado, para desmanchar aquela ideia da Educação Artística, que era muito forte. Ainda é, até hoje. Mesmo com a implementação da LDB de 1996, acho que se levou muito tempo para entender as especificidades do ensino das Artes na escola. Acho que só em 2008 que isso foi mais entendido: Que era importante cada área preservar a sua identidade (SOUZA, E.N., 2019, p. 11).

Além da atuação política junto às Secretarias de Educação, ocorreu também a intensificação do diálogo da Associação com a sociedade, buscando criar mecanismos de comunicação e maior abertura aos espaços de discussão sobre a presença da música na escola. Se por um lado havia o desejo de colocar a música como protagonista nos processos educacionais escolares, por outro, existia a necessidade de maior aproximação com o contexto da Educação Básica e de constituição de força política, embasada pela dimensão científica e pelo corpo de pesquisadores da Educação Musical. A esse respeito, Jusamara Souza (2019) considera,

Eu sei que eu já falei um pouquinho, mas talvez uma coisa que eu acho que tu vais conseguir ler bem, essa coisa da narrativa, eu acho que são os diferentes ofícios, as diferentes respostas também que a ABEM obteve. De maneira geral, um pouco antes da minha gestão uma das grandes reclamações era a falta de comunicação da associação com outras instituições de fora. Então, por exemplo, a nossa comunicação com a Secretaria de Estado, com as prefeituras locais, com os Ministérios... isso ficava muito na reclamação e na lamúria durante os eventos, mas dali não se tomava uma atitude. Fazia-se cartas, manifestos... Eu acho que na minha gestão, e não é o meu mérito, mas eu acho que pelo amadurecimento, a Associação começou a marcar uma presença mais ativa e pensar em formas de diálogo com a sociedade. Aí também nós não podemos nos esquecer que existem as políticas nacionais. Então, se tu pensares que período era esse, politicamente, era um período que foi muito favorável a esses diálogos. Se a gente pensar hoje, por exemplo, as possibilidades de diálogo que nós tínhamos, foram incomparavelmente melhores, quer seja no nível nacional, nos níveis regionais, ou no nível local. [...] Hoje eu não imagino que teríamos o mesmo sucesso, podemos escrever talvez muitas cartas para qualquer responsável por concurso público e nós não vamos, necessariamente, receber respostas: “É assim e ponto”, não é?!... Também acho que 2001 a 2005, foi um período político que colaborou bastante nesse diálogo e, como a ABEM já estava organizada, ela foi convidada para várias reuniões (SOUZA, E.N., 2019, p. 14-15).

No cenário político nacional, após dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso¹¹⁸, ocorreram as eleições de 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito. Para Dourado (2019), sua eleição ocorreu através de

¹¹⁸ Primeiro presidente brasileiro reeleito em mandato imediatamente seguinte. Isso foi possível através da emenda constitucional n.º 5, de 1994, e n.º 16, de 1997, que permitiu uma reeleição para mandato subsequente e não restringindo ainda um pleito não-consecutivo.

[...] complexa coalizão, envolvendo partidos de diversos matizes e ideologias, visando à ampliação dos direitos sociais e, portanto, à materialização da CF 1988, sem romper, contudo, com o processo de globalização e suas macropolíticas direcionadas à expansão do capital, sobretudo pelo crescente processo de financeirização e dos ajustes decorrentes desse processo (DOURADO, 2019, p. 8).

A partir daquele momento, ocorreram reorientações de grande parte das políticas educacionais brasileiras com implicações para a Educação Básica, Superior e Pós-Graduação. Para Dourado (2007) a atuação do governo federal para as políticas públicas educacionais, nos anos posteriores, esteve pautada nos preceitos de inclusão e democratização, destacando-se a ampliação do ensino fundamental para nove anos, a criação de políticas de ação afirmativa e, principalmente, a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB¹¹⁹ e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

O período de 2003 a 2010, foi marcado por importantes avanços na perspectiva da ampliação de direitos políticos e sociais, especialmente para a educação.

Entre esses avanços na área da educação, destacam-se, para o setor público, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); o estabelecimento de piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica pela Lei nº 11.738/2008; a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que instituiu a ampliação da educação básica obrigatória – passando do ensino fundamental obrigatório para a educação de 4 a 17 anos (envolvendo a obrigatoriedade da oferta e universalização do pré-escolar, do ensino fundamental e do ensino médio); a definição de que o Plano Nacional de Educação (PNE), de duração decenal, deve ser estabelecido por lei, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diversas esferas federativas e o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; a expansão e duplicação das matrículas na educação superior pública federal (criação, consolidação e interiorização de universidades e Institutos Federais). Aliado a esse processo, ações e políticas foram desencadeadas para atender ao setor privado, tendo por centralidade o financiamento via reestruturação e expansão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni). Como esforço decorrente da Emenda Constitucional nº 59/2009, o governo Lula encaminhou a proposta de PNE ao legislativo em 2010 (DOURADO, 2019, p. 8-9).

¹¹⁹ Com vigência estabelecida para o período de 2007 à 2020, foi “criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006” (BRASIL, 2018). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249#:~:text=O%20Fundo%20de%20Manuten%C3%A7%C3%A3o%20e,do%20Ensino%20Fundamental%20e%20de>

Ao mesmo tempo em que outros diálogos passaram a ser possíveis no contexto das macro políticas educacionais, na ABEM foram sendo instituídas ações internas, relacionadas ao fomento de uma consciência política coletiva e de ações coletivas enquanto Instituição, no sentido de fortalecer os papéis, objetivos e funções da Associação.

Podemos pensar o sentido de consciência coletiva enquanto o estabelecimento de significações imaginárias sociais que permitem aos associados se posicionarem social e historicamente ante a Instituição ABEM. Para Castoriadis (1982) o estabelecimento dos significados de organização e de convenções sociais coletivas de pertencimento ocorre na medida em que são estabelecidos os sentidos coletivos e as fronteiras de sentidos da Instituição. Refere-se às dimensões que a definem enquanto Instituição, o seu caráter que é, ao mesmo tempo específico e que a diferencia de outras instituições, mas também coletivo, pois é capaz de representar as significações imaginárias sociais do coletivo de sujeitos e segmentos que dela fazem parte. Nessa perspectiva a ABEM, enquanto Instituição, fomenta entre seus associados o sentido de consciência coletiva de representatividade em relação à Educação Musical Brasileira, pois abarca um conjunto de significações sociais que vem sendo construídas historicamente desde a sua fundação, suas dimensões instituídas. Entretanto, esses sentidos de consciência coletiva constituídos em uma dimensão simbólica situada social e historicamente, suas significações imaginárias sociais, se modificam e se movimentam à medida em que dimensões instituintes buscam o estabelecimento de novas fronteiras de sentidos e significações para com a Associação. Esses processos nunca representam um fim em si mesmos, pois o imaginário social dos associados também abrange significados individuais para com a Instituição ABEM. Nesse viés, Jusamara Souza (2019) narra acerca dos movimentos da ABEM pela sua constituição como Instituição que representa a Educação Musical brasileira:

Eu acho que essa questão da própria divulgação também do que é e o que era a Associação, porque existir, eu acho que isso foi muito repetido, muito insistido na minha gestão. Talvez uma das contribuições também tenha sido essa questão da própria identidade da ABEM: “o que é que eu ganho?” era uma das perguntas que eu mais respondia. Então, administrar um pouco dessa precariedade de uma consciência não muito coletiva. Além disso, as pessoas, muitas vezes, nos confundiam com sindicatos, exigiam de nós uma atitude de sindicato. Daí eu tinha que explicar: “olha a ABEM foi fundada não é para isso, nós não somos um sindicato, o que a gente pode fazer é isso, não dá para fazer aquilo”. Então, eram algumas exigências que, realmente, extrapolavam o papel da Associação (SOUZA, E.N., 2019, p. 12-13).

A luta pela representatividade política da ABEM e pela definição de seus papéis em diferentes momentos históricos e sociais, vem perpassando também a luta pela promoção de sentidos coletivos para a Educação Musical. Sentidos construídos através da mobilização dos associados e segmentos, com ações concretas e críticas em seus contextos, e com a mobilização de órgãos do poder público e outras instituições em função da música na escola.

Jusamara Souza (2019) destaca a continuidade do trabalho coletivo das várias gestões da ABEM, as quais buscaram, em seus contextos, desenvolver e ampliar ações e frentes de luta da Instituição. Ressalta ainda que a interação e colaboração com outros segmentos da sociedade, como o GAP¹²⁰, possibilitou maior representatividade e força política em reivindicações nacionais que produziram a construção da proposta de lei para a música na Educação Básica.

Porque muitas das coisas que aconteceram entre 2001 e 2005, que foi durante a minha gestão foram geradas em tempos anteriores como as discussões sobre a inclusão da música na escola que culminaram na aprovação da Lei 11.769 de 2008, que culmina na gestão do Sérgio. Mas o primeiro evento para discussão dessa Lei, aquela discussão na casa do Francis Hime, que foi em 2005, no Rio de Janeiro onde, coincidentemente, estava havendo o encontro da ABEM. Para tu teres uma ideia, eles fizeram entrevista comigo como presidente da ABEM. Eu diria que foi a primeira vez que a ABEM aparecia no Jornal Nacional, em rede nacional... porque daí os jornalistas foram lá ouvir também a opinião da ABEM. Porque, todo o movimento pró-lei 2008 tem essa história da luta toda da ABEM, mas muito particularmente, nesse período, com os músicos se reunindo... Essas reportagens são bem interessantes para tu veres, a divulgação nos jornais... depois veio a formação do GAP, então tu tens realmente uma gama de complexidades nesse período. No caso da Lei 11.769 de 2008, a ABEM não teve uma participação exclusiva, mas vamos dizer assim de ideais, isso já estava implícito há muito tempo nas discussões da ABEM. É que pelo GAP, e pelo grupo de músicos, do calibre de Francis Hime, Marisa Monte, Daniela Mercury, Gabriel Pensador, obviamente que o tema ganhou uma divulgação maior na mídia. Eu acho que naquela época a ABEM também soube dialogar com os pares e não pensar que o tema era só nosso, mas que a gente precisava estar junto com os músicos, não adiantava a gente sozinho querer fazer uma implementação de uma Lei de abrangência nacional. Então acho que ABEM viveu esses ciclos, aparentemente são pontos, 2008 e 2004, não é?!... Mas as nossas gestões ficam, vamos dizer assim, entre safras, tinha coisas acontecendo antes ali, eventualmente a safra foi ali, eventualmente a safra foi depois, entre o que se planta e o que se colhe, esses acontecimentos não são muito pontuais. Por isso que é mais fácil ver assim: "Tá, é uma construção da ABEM ao longo desse tempo e, quem foi seguindo, foi também garantindo esse mesmo tipo de participação" (SOUZA, E.N., 2019, p. 29).

Um dos aspectos essenciais que orienta e rege as linhas de organização da ABEM, é o movimento de continuidade, que perpassa as diferentes gestões, em

¹²⁰ Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música – GAP.

relação ao desenvolvimento das ações e propostas da Associação frente aos contextos históricos e sociais de cada época. Esse movimento é instituído, como uma forma de perpetuação e fortalecimento da Instituição e, instituinte, como a organização de outros direcionamentos e perspectivas necessárias a seu tempo histórico. A construção da representatividade política da ABEM, nos diversos âmbitos e cenários em que atua, também é decorrente desses movimentos instituídos e instituintes, os quais compõe a trajetória de vida da Associação. Sérgio Figueiredo (2020) contextualiza sobre a continuidade desses processos políticos na ABEM, exemplificando acerca da participação no movimento que levou à aprovação da Lei 11.769/08:

Essa questão política, a participação política da ABEM, já existia. Isso não era necessariamente claro, o que ia acontecer na minha gestão. A Lei 11.769 foi aprovada, o que envolveu um monte de trabalho político e que eu também não sabia exatamente o que eu tinha que fazer. Eu já tinha trabalhado aqui, num nível de prefeitura, num nível do estado de Santa Catarina. Eu não tinha ideia de um movimento tão grande e que foi uma grande experiência. Então isso não estava nos planos necessariamente. Quer dizer, a ABEM atenta aos processos políticos, isso ela já vinha fazendo, então isso fazia parte do processo de dar continuidade ao que existe, eu acho que o processo político é importantíssimo. Nós temos que explicar para as pessoas porque a gente quer educação musical e isso é uma coisa que vinha sendo feito. [...] Então, acho que é isso, de um modo geral, uma continuidade daquilo que vinha sendo feito. Durante a minha gestão é que se ampliou essa discussão da música na escola e aí eu acabei participando disso de corpo e alma, porque era uma exigência. Como presidente da ABEM eu achei que eu tinha que fazer isso e foi uma experiência extremamente importante para a minha vida e para a ABEM, não tenho a menor dúvida. Acho que foi uma coisa bem importante para Associação, porque colocou a Associação num cenário político de uma forma muito mais evidente. Quer dizer, a Lei 11.769, mesmo não estando em vigor mais hoje, ela gerou um monte de discussão pelo país afora, de gente discordando inclusive dessa lei, discordando da ideia da obrigatoriedade, discutindo que a lei era só mais uma atividade dessas das leis brasileiras, que não pegou, porque a lei está lá no papel, mas as pessoas não cumprem e o Ministério da Educação não cobra ninguém para fazer isso... Eu acho que aí tem um entendimento sobre qual é o papel da sociedade e qual é o papel da Associação. Muita gente está esperando até hoje que a ABEM resolva determinados problemas, mas a gente tem que entender que cada um tem o seu papel, também socialmente falando, além daquilo que a ABEM pode reforçar, reiterar. Então é isso, resumidamente, eu acho que não tinha muita clareza do que eu achava que tinha que fazer. Mas, no meio desse caminho surgiu essa questão política, do movimento “Quero Música na Escola”. Um grande acontecimento nesse momento foi o Encontro Latino-americano de Educação Musical, que foi em Campo Grande, junto com o Congresso da ABEM, e que foi um evento muito grande, com muita gente, com muitos pagantes e com muito apoio, porque a universidade apoiou muitas coisas. Então o caixa da ABEM melhorou absurdamente com a realização desse evento. Então isso deu muito mais tranquilidade para continuar (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 6-7).

Ao discutir o movimento político, social, educacional e cultural que culminou com a aprovação da Lei nº. 11.769 no ano de 2008, alterando o artigo 26 da Lei nº

9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e regulamentando sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica, Sobreira (2008) construiu reflexões considerando que esse processo esteve vinculado a vários fatores. A autora destacou a atuação da ABEM junto ao Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música - GAP e a realização de fóruns e audiências públicas em favor da música na escola. Teceu considerações a respeito da obrigatoriedade da música nas escolas públicas, constatando que a produção científica no campo da Educação Musical foi pequena nesse período e não refletia a situação dos intensos debates que foram promovidos nos fóruns e audiências.

Em outubro de 2006, foi publicado um “Informativo eletrônico extraordinário da ABEM”, que é referenciado por Sobreira (2008):

No dia 30 de maio, realizou-se o Seminário “Música Brasileira em Debate” na Câmara dos Deputados em Brasília. O evento, com o slogan “vamos pôr a música na pauta do país”, foi organizado pelo Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música (GAP – Núcleo Executivo de Articulação Política). Nos participantes se incluem Deputados, Senadores, o Núcleo Independente de Músicos, Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro, Rede Social da Música, Fórum Paulista Permanente de Músicos e a Associação Brasileira de Música Independente. Várias outras Associações, incluindo a Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM, apoiaram tanto a iniciativa quanto a elaboração de uma agenda política para a área de Música no Brasil. Entre os debatedores dos painéis estavam Ivan Lins, Fernanda Abreu, Gabriel o Pensador, o coordenador da Rede Social da Música, o Presidente do Sindicato dos Músicos da Bahia, o Etnomusicólogo Alexandre Hees de Negreiros, representantes do Ministério da Educação e Ministério da Cultura, e a Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro (SOBREIRA, 2008, p. 45-46).

Contextualizando sobre a articulação e as ações da ABEM junto ao movimento “Quero Música na Escola”, promovido pelo GAP, Sérgio Figueiredo (2020) narra:

Bom, tudo girou em torno mesmo da Lei 11.769. Esse movimento oficialmente começou em 2006 com aquele movimento chamado Quero Música na Escola, que vinha lá do grupo de articulação parlamentar, o GAP. Acho que ali tem uma marca política, talvez uma ideia mais de ação, do que de reclamação do que não existe. Então a gente já tinha tradicionalmente essa lista do que não está bom, a gente falava mal da LDB, “ah, o ensino de arte”.. sem dizer o que é, “o PCN diz quais são as artes, mas o PCN não é lei”... Mas isso ficava num âmbito de uma discussão acadêmica, discussão na Revista, nos Anais, em publicação... Tá, e em que isso resulta? Como é que a gente faz? Eu acho que a ABEM foi convidada, aceitou e entrou nesse turbilhão. Porque assim, nós vamos dizer o que a gente quer que faça e de uma forma clara, de forma a melhorar o que já existe e entendendo o processo político que está por trás disso. Então acho que a entrada da ABEM nesse processo, de entrar no Congresso Nacional e etc., tem uma mudança de perspectiva de assim, “nós vamos agir de forma enfática para uma mudança na lei brasileira, a lei maior da educação brasileira vai ser alterada”. Uma baita responsabilidade, o grupo GAP contava que a gente é que era os especialistas e que iriam tomar essas

decisões, aí teve o manifesto, aí teve uma porção de coisas na época. Então puseram a ABEM nessa atividade política (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 18).

Para Sérgio Figueiredo (2020), o processo que envolveu a constituição do GAP¹²¹, no qual a ABEM foi convidada a participar ativamente, marcou a possibilidade de uma mudança de paradigma dentro da Associação. Se por um lado, ao longo de sua história, a ABEM produziu conhecimento científico e fomentou discussões e problematizações acerca da música na Educação Básica, naquele momento, ocorreu novamente a possibilidade do desenvolvimento de ações que impactaram em alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Outras representações vinham sendo realizadas junto às Câmaras Setoriais do Ministério da Cultura, e junto ao Ministério da Educação, como destacadas por Figueiredo (2007):

A ABEM tem participado de reuniões das Câmaras Setoriais instaladas pelo Ministério da Cultura. Essas câmaras estão, neste momento, produzindo documentos com resultados dos debates realizados em diversos fóruns que trataram de temas específicos sobre a música. O tema *formação* contou com a participação da ABEM como instituição reconhecida pelo MinC como representativa da área de educação musical no Brasil durante o ano de 2005. No ano de 2006, a ABEM continua sendo representada nessas discussões da Câmara Setorial. O reconhecimento da ABEM como instituição representativa da área de educação musical está, também, na recente¹²² inclusão da associação como instituição de referência para o Ministério da Educação, mais especificamente para assuntos de avaliação que são tratados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) (FIGUEIREDO, 2007, p. 33-34).

A trajetória de representatividade da ABEM para os debates e ações relacionados à Música e à Educação Musical junto aos órgãos governamentais, vinha fortalecendo seu reconhecimento e visibilidade no cenário nacional. Ao mesmo tempo, estavam sendo constituídas relações entre a ABEM e o GAP, que levariam à construção das articulações para da Lei 11.769, no ano de 2008. Magali Kleber (2020) narra:

¹²¹ De acordo com Figueiredo (2007): o Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música (GAP), com a liderança do músico Felipe Radicetti, do Rio de Janeiro, é o responsável por este movimento e tem articulado diversas aproximações com músicos, associações ligadas à música e parlamentares. Em maio de 2006 foi realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, o Seminário “Música Brasileira em Debate”. Participaram desse evento: Núcleo Independente de Músicos, Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro, Rede Social da Música, Fórum Paulista Permanente de Músicos, Associação Brasileira de Música Independente, deputados e senadores. A ABEM apoiou a realização do evento e esteve representada no referido seminário (FIGUEIREDO, 2007, p. 35).

¹²² Cabe destacar que no ano de 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, um indicador que abrange tanto o fluxo escolar, quanto as médias de desempenho dos estudantes nas avaliações.

Um momento em que nós tivemos a questão da Lei 11.769. O processo começou com o Grupo de Articulação Parlamentar GAP; eles tinham esse grupo que estava fazendo esse seminário na Câmara do Deputados com a presença de Ivan Lins, Felipe Radicetti, vários artistas conhecidos... aí eles estavam tratando de direitos autorais, estavam tratando de pautas que a FUNARTE já tinha feito nas câmaras. A ABEM foi convidada para participar nas Câmaras Setoriais, as quais a FUNARTE, o GAP, que é esse grupo, ele tinha força política para propor uma coisa dessa natureza, a volta da música na escola. Eles compraram esse slogan “Eu quero música na escola”, o Felipe fez o site e começamos um movimento a partir deste grupo, e a ABEM entrou também. Mas quem encabeçou foi o GAP, porque eles tinham essa inserção no senado e tudo mais, artistas... isso anteriormente a minha gestão, eu participei de tudo isso... Aí eu e o Felipe fomos trocando muitos informes. O Felipe foi o condutor político desse processo, porque ele era uma pessoa neutra. Então, mesmo nós acadêmicos, a gente ia discutindo aqui, mas não tinha competição. Então o Felipe soube conduzir isso muito bem. No começo ninguém acreditou muito, ficou meio assim, mas eu falei “vamos fazer, vamos fazer porque a gente tem que ficar em pauta, a gente tem que ser notícia”. No fim, foi isso mesmo que aconteceu. Teve muita discussão se a gente ia conseguir, se tinha professores, se não tinha... Aí nós pensamos “bom, se a gente não começar por algum caminho, nunca vai ter professor, então se não tem professor agora, a gente vai ter que achar uma solução para ter professores suficientes” (KLEBER, E.N., 2020, p. 13-14).

A participação da ABEM junto ao GAP, contribuiu para fortalecer e consolidar propostas de ação política, através das discussões e representações para a Educação Musical e o ensino de Arte na Educação Básica. Sérgio Figueiredo (2020) narra sobre o papel da Associação no cenário político e as articulações para a conquista de lugares que possibilitaram influenciar a produção de uma política pública para o ensino de música a nível nacional.

Mudar a LDB não foi um feito corriqueiro, não é!? Foi um feito enorme dentro da rotina política do país, da rotina educacional. Então eu diria que a minha segunda gestão foi muito mais propositiva, muito mais proativa porque tinha essa cobrança do movimento todo, porque a ABEM tinha um papel muito claro naquele processo da nova lei. A ABEM não era a protagonista da história, mas ela tinha um papel fundamental, porque o grupo que participava desta atividade de mudar a Lei, era um grupo que entendia perfeitamente que os especialistas na área educacional estavam na ABEM. Então nas reuniões, com o ministro da educação, com os congressistas, tinha sempre isso “por isso a Associação está conosco, porque eles são os especialistas e tal...”, então muitas vezes eu me pronunciei. Eu me pronunciei no Congresso Nacional para falar sobre a Educação Musical, para falar sobre o ensino de Artes no Brasil e etc., etc., porque esse espaço foi sendo conquistado por esse grupo que arquitetou todo o movimento e que não era, necessariamente, ter a música na escola, voltar a ter educação musical de uma forma específica, mas era repensar todo o campo musical de um modo geral. “Ah, por que a gente tem que pagar jabá para rádio tocar a música?”, porque falta muito dessa consciência, porque o público está querendo uma determinada coisa, porque não tem formação para querer outra coisa... Então, você não vai colocar em programa especial, você não vai colocar na novela, você não vai colocar em espaços nobres uma música que exija um tipo de pensamento específico. Não! Tem que ser aquilo que todo mundo vai consumir rapidamente, vai produzir... Então os músicos que começaram esse movimento tinham essas questões, tinha a questão da importação de material, que pagava um imposto altíssimo. Então a discussão deles era

muito grande. Aí tudo convergia para essa ideia, “como que a gente muda isso?”. Claro, tem que mudar a taxaço... Mas se as pessoas, se os consumidores quiserem outro tipo de coisa, eles vão precisar ter formação musical, para poder decidir sobre o que eles querem ouvir e o que eles vão comprar, o que eles gostariam de ter como experiência musical. Então, daí é que esse movimento ganhou tanta força, para isso acontecer, tem que mudar a lei. A lei tinha lá o ensino de Arte obrigatório, mas não dizia qual Arte, não falava nada de professores. Então, daí é que o movimento foi ganhando uma cara e se configurou na Lei 11.769, que não resolveu no texto, necessariamente, a questão da educação musical escolar, mas deu pelo menos um ponto de apoio, um ponto de referência (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 7-8).

As discussões produzidas, inicialmente, dentro do GAP estavam vinculadas aos macro contextos da música na sociedade. Entretanto, havia a conscientização da necessidade da produção de mudanças amplas na Educação Básica para o ensino de música. Nesse sentido, juntamente com o GAP, a ABEM atuou como a instituição de referência capaz de promover discussões políticas e acadêmicas necessárias ao contexto de influência de uma política pública específica para a educação musical brasileira.

Com o movimento para a Lei 11.769/08, a ABEM intensificou politicamente seu poder de ação no cenário nacional. Sérgio Figueiredo (2020) destaca,

Mas esse movimento da LDB, isso pela própria natureza da mudança proposta, envolveu o Brasil inteiro. Então, isso colocou a ABEM num cenário político ativo muito grande, da ABEM passar a ser convidada a integrar comissões, a mandar representante para tal reunião e participar efetivamente como uma instituição que tem um comprometimento com a responsabilidade com relação a área da Educação Musical no Brasil, que nenhuma outra tem. Então eu acho que a mudança política talvez seja essa, é a intensificação. Porque não tinha como ser diferente, ou a ABEM participava do movimento e assumia isso de uma maneira ampla, ou ela não participava. Então, eu acho que foi para esse sentido, eu acho que a ABEM intensificou politicamente o seu poder de ação. Ela teve que tomar decisões, ela teve que participar das decisões de uma maneira ampla, convincente, consistente e ela se manteve nessa perspectiva durante todo o processo (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 18).

Eu acho que o movimento da Lei 11.769 trouxe essa visibilidade por causa do alcance da Lei, porque aí não era mais pulverizado ou localizado, mas era uma lei que afeta o Brasil inteiro e, junto com um outro movimento, um outro marketing que o GAP fazia e que a ABEM entrou junto. Então, a ABEM tinha que estar atuando, tinha que estar participando de uma maneira muito mais intensa. Depois disso, eu acho que só ampliou essa representação. A ABEM ganhou esse espaço e ganhou muitos outros espaços depois, nas outras gestões e hoje eu acho que ela está num nível bastante representativo em várias frentes da educação brasileira. Na área da cultura também, a ABEM também teve uma presença nessas discussões no Ministério da Cultura e tal. Então, acho que é isso. Acho que o que mudou foi a intensidade com que tudo aconteceu, antes já acontecia, mas em menor intensidade, então tinha uma visibilidade um pouco menor. Tanto que a discussão de políticas públicas de Educação Musical não era uma discussão tão veemente. Tinha essa discussão assim, todo mundo reclamava da polivalência, todo mundo reclamava da formação polivalente, mas não tinha uma discussão “então vamos fazer alguma coisa, então vamos agir, o que a ABEM pode fazer para

isso”. Então, acho que esse momento de 2006 em diante foi fundamental para mudar essa atitude, para ter uma ação, foi extremamente importante. Eu acho que isso tudo ganha uma perspectiva nova por conta dessa visibilidade que a Associação ganhou nesse processo político. Acho que isso foi, no meu entender, essa intensificação por conta da natureza da ação política, que era essa “nós estamos contribuindo para mudar a lei da educação brasileira, que afeta então todos os estudantes brasileiros que vão para a Educação Básica”. Então, acho que isso foi incorporado pela ABEM porque ela topou essa discussão e aí muita gente andou junto nesse processo. Talvez a intensificação então do sentido coletivo da Associação. Mais gente discutindo a mesma coisa, mais gente batalhando pela mesma coisa, mais gente querendo a mesma coisa, mesmo com a quantidade de contrários. Acho que o que exemplifica esse momento político foi isso, você ir lá mexer com alguma coisa que vai efetivamente balançar os sistemas educacionais. (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 19-20).

A partir da aprovação da Lei 11.769//08, ocorreu maior projeção da ABEM como instituição representativa da Educação Musical a nível nacional, com a intensificação das ações políticas e do sentido coletivo da Associação. Os debates sobre a música na Educação Básica tomaram foco central naquele período, em que muitas problematizações foram apresentadas, sendo discutidos diferentes perspectivas a respeito do entendimento da Lei e da temática da música na escola regular.

A obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica veio acompanhada de desafios à própria área, que remetem ao processo de sua constituição. Logo após a aprovação da Lei, no ano de 2010, Del Ben (2010) observou que a legislação não garante que a música seja componente curricular ou disciplina, pois

[...] a concretização, de fato, dessa possibilidade demanda um conjunto de ações articuladas. Uma delas refere-se à formação de professores. Uma preocupação demonstrada com frequência em diversas discussões, formais e informais, sobre a implementação da lei refere-se a quem vai ensinar música nas escolas. Muitos perguntam se teríamos um número suficiente de professores. Outros questionam a qualidade da formação dos docentes, sugerindo que falta preparo aos professores de música para atuarem nas escolas (DEL BEN, 2010, p. 90-91).

Sérgio Figueiredo (2020) narra sobre a necessidade da legislação para a implementação da música na Educação Básica, mas problematiza que a viabilidade de produzir mudanças no cotidiano escolar também está relacionada a muitos outros fatores, os quais exigem o protagonismo de diversos atores sociais em variados níveis e frentes de trabalho.

Por mais que tenha boa vontade, o trâmite político não é uma coisa tão simples de ser resolvida. Então, a gente tem que aprender isso. Eu acho que o que essa experiência me ensinou foi exatamente isso, se a gente quiser que alguma coisa vá mudar, é a gente que tem que fazer, é a gente que tem que se posicionar, tem que aprender muita coisa, tem que ser humilde para reconhecer que determinadas coisas não adianta eu ficar lá brigando no Congresso. Mas você tem que ter um discurso que seja factível, que seja

inteligível e que possa ser então comprado por muita gente. Então eu acho que nesse processo, para mim fica claro assim, você resolve de cima para baixo, você põe a lei nacional, a lei maior da educação brasileira diz que tem que ter música na escola. Mas no dia-a-dia, o chão da escola não sabe disso, não lê a lei, não tem dinheiro, não sabe como fazer... Então, a gente precisa de muitas outras frentes. Aquele foi um caminho, mas eu acho que outros caminhos é que deviam estar acontecendo e que a lei poderia fomentar... fomentou em vários momentos... (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 10).

Nesse sentido, a luta pela promoção de mudanças que incluam a música como elemento importante da formação humana na Educação Básica, perpassa um amplo processo de politização e de ações em diversas instâncias, as quais incluam os órgãos do poder público, as secretarias de educação, os gestores públicos, os professores da educação básica, a exigência da formação específica para os editais de concursos públicos, a conscientização da sociedade em geral, dentre diversos outros fatores.

Quer dizer, houve vários entendimentos da própria Lei, mas aí é que eu acho que tem a ação de cada pessoa. Cada um, no seu campo de trabalho, tinha que estar contribuindo, de alguma maneira, para expandir essa ideia. Nós vamos mudar a educação musical na escola, quando a gente conseguir uma série de atores nesse processo, inclusive a própria família. Em alguns lugares tem essa questão, como aqui em Florianópolis, o poder público entendeu, a escola ofereceu o ensino de música, mas os pais achavam que isso não era relevante... “o meu filho precisa de outras coisas, não de música... música é para quem tem dom, música não precisa estar lá gastando o tempo do currículo e tal” ... Então, acho isso são frentes muito combativas, que eu acho que a sociedade inteira vai ter que contribuir mais para que a educação musical esteja de fato dentro da escola. Mas naquele momento significou assim “oba, agora temos algum respaldo, agora estamos fazendo por isso”, então teve essa efervescência toda que teve algum efeito. Acho que até hoje ninguém fez um levantamento para saber quais são os reflexos da Lei 11.769, mesmo ela não existindo mais nos sistemas educacionais¹²³. Mas eu consigo reportar vários lugares que fizeram mudança sim, por conta da persistência de alguns educadores e de uma participação política um pouco maior para que isso acontecesse (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 8-9).

As mobilizações produzidas em torno da Lei 11.769/08 ampliaram a participação política da ABEM no cenário das políticas públicas para a Educação Básica e a presença dos educadores musicais nas discussões em muitos espaços, como narra Sérgio Figueiredo (2020),

E a questão política, eu acho que todo o movimento político ensinou muita coisa para mim, mas ensinou muita coisa para ABEM. Eu acho que depois... se a ABEM já tinha uma participação política, mas que era relevante, como essa que eu mencionei, da Alda e da Liane participando das reuniões do Ministério da Educação¹²⁴ sobre a formação na licenciatura, as licenciaturas

¹²³ Cabe destacar que a Lei 13.278 de 02 de maio de 2016 alterou o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, dando a seguinte redação: “As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo” (BRASIL, 2016).

¹²⁴ Comissão de Especialistas da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (CEE/ARTES e CEE/MÚSICA).

separadas, as diretrizes¹²⁵ que foram geradas para cada uma das áreas a partir dessa discussão, mas eram discussões assim, que tinham a sua importância para um determinado tipo de público. Eu acho que o movimento em torno da Lei 11.769 multiplicou muito essa presença dos educadores musicais nas discussões sobre o ensino de música nos mais diversos espaços. Acho que depois disso a ABEM manteve e mantém até hoje uma participação política muito mais ativa, quer dizer, a ABEM está lá na lista do Ministério da Educação, na lista do Conselho Nacional de Educação. Vai acontecer alguma coisa, a ABEM é chamada para participar, ela não é mais uma associação tímida, que faz um bom trabalho, mas que não aparece. E claro, eu não estou querendo dizer que isso é mérito da minha gestão, mas até do próprio momento histórico. A gente continua discutindo isso até hoje com a BNCC, que continua vindo de cima para baixo, por mais que tenha participação da sociedade civil, de consultores e etc., a gente ainda vê muita definição que vem de algum lugar que a gente não sabe exatamente de onde é. Mas, de qualquer maneira, tem um espaço que vem sendo ocupado pela ABEM, cada vez mais. Acho que isso é também, outra vez, a continuação do processo. Os presidentes que vieram depois não mudaram de rumo... a parte política sempre se manteve fortalecida e ampliada na gestão da Magali, na gestão do Luis. Cada vez isso ganhou uma força muito maior, com estratégias junto com o Conselho Nacional de Educação, é certo que alargaram ainda mais a presença da participação da ABEM no cenário político (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 13-14).

A continuidade das linhas de ação da ABEM, ao longo de todas as gestões, possibilitou inserções políticas e a construção de representatividade para a Educação Musical no cenário nacional. A aprovação da Lei 11.769¹²⁶ representou um dos momentos que referencia esse reconhecimento.

Então eu acho que a ABEM começou, desde o início de sua história a marcar uma presença. Talvez, durante os dois períodos em que eu fui presidente, ela ganhou essa intensificação, por conta do movimento e da Lei 11.769. E ela continuou fazendo isso. Então eu acho que é um aspecto relevante sim. Ela saiu de uma mudança, ou de uma ação pontual, eventual, para uma ação mais efetiva, mais continuada. Eu acho que tem muito mais gente atenta. Por isso que a ABEM recebe tantas cartinhas como essa daí, “o que a ABEM vai fazer, porque eles não me contrataram? O que a ABEM vai fazer, porque o edital saiu para professor polivalente?” ... Quer dizer, as pessoas reconhecem que a ABEM tem um papel (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 21).

Esse marco importante para a educação musical brasileira, trouxe enormes desafios para o campo da Educação Musical, intensos debates, variadas análises e proposições. Surgiram assim, questionamentos e críticas, pois, ao mesmo tempo em que a Lei nº. 11.769/08 representou um avanço para o campo da Educação Musical, emergiram controvérsias em função da imprecisão da legislação e, especificamente, em virtude de veto presidencial ao artigo que tratava sobre a formação específica de professores licenciados em música. Esta preocupação foi expressa nos textos de

¹²⁵ Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música (BRASIL, 2004).

¹²⁶ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica (BRASIL, 2008).

Figueiredo (2010), Queiroz (2011) e Alvarenga e Mazzotti (2011) quando destacaram, através do artigo 62 da LDB, a exigência de formação específica em cursos de licenciatura para a atuação na Educação Básica. Contudo, posicionamentos diversificados em relação ao entendimento da Lei também marcaram aquele momento, como exemplifica Sérgio Figueiredo (2020),

Depois quando veio o veto, muita gente mandava mensagens, dizendo que a ABEM traiu a classe dos músicos, porque músico não pode dar aula na escola, “isso é um absurdo, nós participamos do processo e agora a gente não pode dar aula” ... Ué, mas isso não mudou na LDB, a LDB diz, desde sempre, desde 96, que para ser professor da Educação Básica tem que ter curso de licenciatura. Aí vinha os outros defendendo, “ah, eu sou músico, fui fazer um trabalho e deu tudo errado, porque eu sei dar aula para um tocar um instrumento, não sei dar aula para quarenta dentro de uma escola e não sei dar cinco aulas de manhã, trocando de sala em sala” ... e não sei o que... Bom, para isso tem que ter formação. Então, teve todo esse mal-estar e a ABEM teve que ir se posicionando, cada vez mais, em torno dessa versão política que acabou sendo implementada, a partir de tudo isso em torno da Lei 11.769 (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 18).

Eu lamento que algumas dessas discussões, por exemplo, a mudança da Lei para as quatro linguagens, eu não vi nenhum grande movimento de nenhuma das associações. Também nós fomos hostilizados por várias pessoas dos outros grupos dizendo “você nos traiu, você foram lá sozinho, não chamaram nenhuma das outras áreas para discutir”... Então, essa também era uma discussão política. Mas protagonista não é a ABEM, o protagonista é o Grupo GAP e o Grupo GAP é área de Música. Nós não podemos chegar lá e falar assim, “ah, a gente só participa se as outras áreas estiverem aqui”, mesmo porque nem todas as áreas queriam. Naquela época eu me lembro de participar de muitos e muitos debates pelo Brasil e a área de Dança não queria que dança fosse obrigatória na escola, porque eles tinham poucos cursos de licenciatura e estavam naquela grande disputa com a Educação Física e tal e eles não queriam correr o risco de ter uma dança mal realizada dentro da escola. Então para eles estava bom, “aos poucos a gente vai conquistar esse espaço, nós não estamos nessa briga”. Hoje é diferente, hoje eles também querem estar nessa briga e querem ter professores específicos nas escolas. Então, acho que é essa ação política intensificada (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 19).

Depois de 2008, em 2009 no último ano, foi nesse sentido de “e agora? ah porque teve o veto...”, então teve toda uma discussão nesse sentido. Muita gente achou que o veto acabou com tudo. Aí tinha toda uma discussão em torno disso, “não, espera aí, o veto falou isso, mas não inviabiliza aquilo”. Então acho que teve um processo muito maior aí de dar, vamos dizer, consistência a esse processo político e tentar envolver as pessoas de uma forma individual local, no processo de entendimento de implementação da música na escola. Assim como eu organizei esses fóruns catarinenses. Isso aconteceu em outros lugares do país, com outros nomes, com outros formatos, com outras iniciativas, mas muitas pessoas assumiram esse papel de “vamos discutir isso, vamos ver o que está acontecendo” (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 13).

Muitas decorrências da Lei 11.769/08 continuam presentes na construção política da educação musical até os dias de hoje, e reverberaram em diversos

contextos educacionais, de formas diferentes. Como considera Sérgio Figueiredo (2020),

A Lei não vale mais, mas a música continua na nova lei¹²⁷, ela não foi proibida, ela não foi suprimida. Então, tudo vale! Tudo vale, aquelas Diretrizes para Operacionalização do Ensino de Música na Escola¹²⁸, elas continuam valendo, elas não foram canceladas, elas não foram extintas. Então, a gente ainda tem sim o reflexo de um material político que vem sendo construído desde a Lei 11.769, para que mais Música esteja presente dentro da escola regular. Mas eu não sonhava com nada disso não, esse processo da Lei foi uma coisa que aconteceu. Aconteceu e eu abracei como presidente e a ABEM abraçou como Associação, porque aí nós passamos a discutir essa temática nos próximos eventos, fazer ações exatamente para conseguir mais adesão ao processo de implementação da música na escola (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 9).

Outro aspecto que fomentou discussões sobre a Lei 11.769/08 é expresso por Sobreira (2008) quando a autora questionou se a obrigatoriedade do ensino de música realmente traria benefícios para a educação musical escolar, argumentando que seria mais produtiva a união de forças para o enfrentamento de situações frequentes envolvendo a realização de concursos nos moldes da polivalência (SOBREIRA, 2008, p. 49). Penna (2008) a esse respeito considerou que não houve consenso sobre os interesses da área, destacando que o estabelecimento de uma ação política, sem um amplo debate com a população e a comunidade escolar, não se efetivaria em ações educativas concretas, correndo o risco de ser “inócua” ou “contraproducente” em determinadas situações (PENNA, 2008. p. 59-60). Para a autora seriam necessárias alternativas que envolveriam em âmbito local, as secretarias de educação, universidades e órgãos normativos, em direção à modificação das estruturas curriculares das redes de ensino.

Como uma das ações que foram realizadas, Souza (2011) trata da experiência da ABEM na coordenação do Grupo Técnico Música na Escola. Nesse sentido, discute as ações relativas à implementação da Lei 11.769/2008, destacando o trabalho coletivo da ABEM e as articulações políticas junto aos órgãos governamentais. Como exemplo, Jusamara Souza (2019) narra sobre o movimento da ABEM pela implementação da Lei, no Rio Grande do Sul:

Nós lutamos muito pela implementação da Lei 11.769 de 2008. E nesse movimento do GT nós buscamos associar o máximo de pessoas e representantes de todas as instituições de Música do Rio Grande do Sul, todas as universidades federais, os institutos, cidades como Novo Hamburgo,

¹²⁷ Lei 13.278/2016.

¹²⁸ A Resolução Nº 2, de 10 de maio de 2016, define Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica (BRASIL, 2016).

Gramado... fizemos muitas coisas. Quando eu digo “fizemos”, refiro-me à ABEM. Eu não era mais a presidente, mas como vice-presidente na gestão da Magali, nós fizemos eventos na FAMURS, que é a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, em que mais de trezentos municípios estavam representados. Então para tu teres uma ideia do alcance e do interesse naquela época, isso foi em 2011. Quando completou, exatamente, os três anos da Lei 11.769, em agosto de 2011, nós fizemos um mega evento na FAMURS. Participaram cerca de trezentos professores e diretores, que queriam entender o que era aquela Lei 11.769, pois o prazo para a sua implementação já estava findando, e os profissionais queriam saber o que e como iriam fazer. Para mim, esse é o trabalho de uma associação. Daqueles participantes, nem tinha tantos professores de música, como até hoje não temos muitos no estado do Rio Grande do Sul. Porém havia muitas pessoas interessadas no tema. Então para mim, o crescimento de uma área depende de pessoas que estão na área e que vão lutar por ela, é assim que se constrói uma área. Não adianta tu publicares se tu não tens leitores naquela área. Não adianta ficar discutindo questões teóricas só do conhecimento pedagógico-musical, se tu não tens a prática (SOUZA, E.N., 2019, p. 17).

Um dos pontos que permeou as discussões do campo da Educação Musical se referia às possibilidades de inserção da música nos currículos escolares, havendo múltiplas possibilidades e contextos diferenciados. Para Sobreira (2012) e Queiroz (2011) um caminho possível seria a disciplinarização do ensino de música. Entretanto, Wolffenbüttel (2010, p. 74), percebeu a partir de um conjunto de pesquisas, a existência de uma interpretação que sugeria a implementação do ensino de música através do ensino extracurricular, principalmente por parte de professores e diretores das escolas. Para Del-Ben (2009, p. 116), “muitas são as formas de desenvolver o ensino de música nas escolas, assim como diversos podem ser seus conteúdos e objetivos”, os quais nem sempre são consenso entre os diferentes atores sociais envolvidos.

As decorrências geradas pelo movimento em prol da Lei 11.769 reverberaram de diferentes formas no cenário nacional e contribuíram para o estabelecimento de outras relações de pertencimento à ABEM, trazendo para perto da Associação mais sujeitos envolvidos com o contexto da Educação Básica. Sérgio Figueiredo (2020) relata,

Então a gente terminou a segunda gestão de uma forma muito saudável economicamente, exatamente por essa efervescência toda da nova Lei. Muita gente se interessou por isso, muita gente foi para os encontros da ABEM para discutir, muita gente se sentiu valorizado nessa época. Eu me lembro que eu recebi vários depoimentos “agora vale a pena ser sócio da ABEM... agora eu entendo porque uma associação é importante... eu tenho orgulho de participar de uma associação que está brigando pela música na escola”. A ABEM já tinha feito isso, mas não com a intensidade que foi o movimento nacional (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 7).

O movimento em torno da Lei 11.769/08 também fomentou uma variedade de entendimentos sobre a presença da música nos contextos escolares e em outros espaços educacionais. A pluralidade de concepções e compreensões sobre os modos que a educação musical pode assumir nesses espaços está representada na diversidade de discussões que vem sendo promovidas na ABEM. Nesse sentido, a Instituição fomenta papéis políticos relacionados à ampliação do campo da Educação Musical, à implementação da música nos espaços educativos, à questões da formação de professores, da pesquisa científica e da atuação de profissionais em diversos espaços, das políticas públicas educacionais, respondendo e agindo de acordo com as possibilidades de cada contexto histórico e social. Para Sérgio Figueiredo (2020),

Então, acho que esse é um processo e eu fico feliz de ver que, cada vez mais, a gente tem gente atuando. Isso acho que é uma conquista incrível e a ABEM tem um papel fundamental, sempre teve. A ABEM sempre fomentou essa ideia de mais música na escola, mais formação musical, em melhorar as licenciaturas para formar professores mais preparados para diferentes contextos, vamos ampliar nosso entendimento de Educação Musical. Acho que a ABEM tem um papel fundamental nessa história toda, como instituição. Ela sempre prezou isso, às vezes mais, às vezes menos, às vezes o foco esteve mais para cá ou mais para lá, mas isso nunca foi abafado. Mesmo quando os congressos tem temas bem restritivos ou bem focalizados, sempre cabe um monte de outros tipos de trabalhos num mesmo congresso, o que alimenta uma discussão plural que é a discussão da área da Educação Musical. Acho que a gente precisa realmente da grande diversidade que compõe a nossa área e a ABEM está aí, fazendo isso desde que ela existe, com maior ou menor intensidade, mas ela tem contribuído para isso (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 11).

A partir dos movimentos em torno da Lei 11.769/08, a diversidade de educadores musicais foi se ampliando, cada vez mais, na ABEM. Naquele momento, uma perspectiva de ação que já vinha sendo planejada na Associação, a publicação da Revista Música na Educação Básica, materializou-se como uma das formas de buscar uma aproximação maior da Instituição com os profissionais da Educação Básica. Contudo, em uma análise sobre aquele período, Sérgio Figueiredo (2020), dimensiona a representatividade da ABEM quanto à Educação Básica nacional nos diversos contextos, ainda em um âmbito instituinte, destacando a intensificação das representações estaduais da Associação e problematizando acerca da distância entre a formação acadêmico-profissional e a escola como espaço de atuação do professor de música:

É o que os professores normalmente falam da universidade. A universidade está longe da escola. Por mais que tenha o estágio, por mais que se

aproxime, é uma coisa muito pontual, é muito específica, é um aluno, é um professor. Você não tem uma formação que olha para escola de uma maneira mais inteira. Eu acho que a ABEM cresceu muito na minha gestão, mas eu queria mais. Eu não me conformava com isso. Quer dizer, eu vou aqui na Rede e encontro trinta professores de música no município. Eu juntaria mil professores de música no estado de Santa Catarina brincando, sem entrar nos conservatórios. Por que essas pessoas não são todas sócias da ABEM? Por que elas não querem participar? A maioria nem sabe que ela existe. Um pouco dessa frustração foi, eu queria a ABEM mais presente em todos os recantos do Brasil.... Não é!?... Aquela história dos representantes estaduais, que já vinham do tempo da Vanda, eu tentei intensificar isso, sabe. Cada estado tem que falar mais, cada estado tem que ser esse propagador da ABEM na sua região. Então eu acho que a conta-gotas isso vem acontecendo. Em alguns lugares a gente se surpreende com um movimento da Educação Musical que é bastante forte e graças a essas ações que foram plantadas, alguns fizeram mais, outros fizeram menos, mas acho que o que eu esperava era muito nessa direção. Eu queria que a ABEM fosse mais conhecida. Ela se tornou muito mais conhecida, mas eu queria mais. Não mais conhecida num âmbito político, ela estava na televisão, ela apareceu no Jornal Nacional etc., mas isso é uma etapa. Para mim era muito claro, eu queria que mais gente da classe trabalhadora da Educação Musical pudesse acessar a ABEM e se sentir acolhida pela ABEM, e fazer educação musical com mais qualidade ainda ou rever as suas próprias práticas a partir dessa discussão coletiva. Então, nada disso se configurou, porque é um projeto muito grande. Mas a Revista MEB foi uma revista que veio nessa direção e o acesso de mais gente à ABEM, de alguma maneira, trouxe essa resposta, em uma proporção que eu desejava que fosse diferente (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 17).

Embora, em muitos contextos escolares brasileiros, a música ainda não esteja presente, muitos espaços foram potencializados pelo movimento em torno da Lei 11.769, posteriormente substituída pela Lei 13.278/16. Diversas pesquisas trouxeram discussões em torno da implementação do ensino de música na Educação Básica, as quais salienta-se: com relação à discussão sobre a inserção e atuação de professores de música nas escolas destacam-se as pesquisas de Del Ben et al. (2006), Penna (2007), Hirsch (2007), Abreu (2008), Andraus (2008); à docência e os processos formativos de professores unidocentes como uma contribuição para a implementação da música na educação básica é tratada por Furquim e Bellochio (2010), Araújo e Garbosa (2010), Bellochio (2012), Bellochio e Pacheco (2014), Ahmad (2017), Souza (2018), Weber (2018), Lemes (2020), Moreira (2020). Na literatura da área é possível encontrar mapeamentos da situação de municípios, secretarias e alguns estados brasileiros, como nos estudos de Mendes e Silva (2009), Harder et al. (2010), Adeodato, Lima e Lange (2010), Ahmad (2011), Wolffenbüttel (2010), Alves (2011), Mendes e Carvalho (2012) Schwan e Cervelin (2014), Wolffenbüttel e Ertel (2014), Cotrim (2015), Franceschi et al. (2017), Pires, Pillotto e Schreiber (2017), Souto, Wolffenbüttel e Pimentel (2019).

É oportuno, no entanto, observar que a Lei 11.769/08 foi substituída pela Lei 13.278/16, publicada no DOU em 03 de maio de 2016, que alterou o texto do § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394/96, trazendo as demais linguagens artísticas no componente curricular Arte, com a seguinte redação: “As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo” (BRASIL, 2016).

A partir da aprovação da Lei 13.278/16, a Música passou a ser compreendida num contexto de ensino de arte, que posteriormente, foi definido na BNCC para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental (2017)¹²⁹ como unidade temática:

Na BNCC de Arte, cada uma das quatro linguagens do componente curricular – Artes visuais, Dança, Música e Teatro – constitui uma **unidade temática** que reúne objetos de conhecimento e habilidades articulados às seis dimensões apresentadas anteriormente¹³⁰. Além dessas, uma última unidade temática, **Artes integradas**, explora as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação (BNCC, 2017, p. 197).

Em uma análise longitudinal, Sérgio Figueiredo (2020) problematiza questões relativas aos efeitos da Lei 11.769/08 para a Educação Básica, abordando sua substituição pela Lei 13.278/16, discutindo sobre a função da ABEM e considerando o papel das universidades e secretarias de educação nesse processo de implementação:

Então, se eu for olhar para trás e ver quais são os efeitos da Lei 11.769, eu tenho que olhar isso academicamente, tenho que olhar isso com um critério rigoroso de pesquisa para entender que mudanças são essas, o que as escolas já fizeram. Estão longe de ter música na escola? Estão perto? Isso melhorou ou piorou? Em que sentido a gente já avançou em relação àquele movimento? ... A Lei já mudou [em referência a Lei 13.278/16], não jogou aquela fora, mas de alguma maneira incorporou outras linguagens artísticas, o que nos coloca de novo no cenário de “um professor polivalente etc. etc.”... mas nos coloca aí porque a gente quer, porque não tem formação polivalente para as Artes... Então ninguém mais deveria contratar profissionais polivalentes. Os que são polivalentes vão terminar suas atividades escolares, mas os que entram não podem mais ser exigidos de polivalência. Mas o que a gente faz com isso? Então, por isso que eu não acho que é a ABEM que tem que fazer, mas a ABEM acabou deflagrando isso de uma certa maneira. As universidades deveriam estar muito mais próximas das secretarias de educação, não para dizer o que a secretaria tem que fazer, mas para dialogar com a secretaria e mantendo essa atualização, “olha aqui, agora nós temos isso, agora mudou aquilo, agora nós não temos mais isso... que tal, vamos

¹²⁹ A terceira versão da BNCC foi homologada em 20 de dezembro de 2017, pelo então Ministro da Educação, Mendonça Filho.

¹³⁰ A BNCC propõe que a abordagem das linguagens articule seis dimensões do conhecimento: Criação; Crítica; Estesia; Expressão; Fruição; Reflexão (BNCC, 2017, p. 194-195).

fazer uma experiência piloto? ... Eu acho que a universidade pode ser uma grande contribuinte nessa história (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 20).

Cabe também problematizar sobre o espaço que o ensino de Arte ocupa dentro das matrizes dos currículos escolares e sobre quais possibilidades existiriam para que todas as áreas das Artes pudessem ser contempladas na Educação Básica. Isso implicaria em diversos fatores como a reestruturação nos sistemas de ensino, a contratação de professores com formação específica em cada área (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro), a aprovação de diferentes medidas de implementação juntos aos conselhos municipais de educação, dentre diversos outros fatores. Contudo, percebe-se que cada sistema de ensino tem se organizado de maneiras diferentes. Muitas vezes, a interpretação que as secretarias de educação realizam sobre a implementação do ensino de Arte, abrange a perspectiva de um professor que trabalhe com todas as áreas.

Durante a gestão de Magali Kleber, a ABEM continuou seus movimentos de articulação política e relacionamento com os órgãos governamentais e movimentos da sociedade civil, potencializados pelas decorrências da Lei 11.769/08. Magali Kleber (2020) narra,

A partir daí eu comecei a entender um movimento no Brasil, que era outro. Tinha muita coisa acontecendo. Tinha esse grupo, tinha a Rede Música Brasil, que era um grupo de músicos que estavam tratando da questão da profissão do músico, o sindicato... coisas que na universidade você não trata, porque na universidade você tem um conforto institucional. Como eu falei para você, eu como presidente de uma entidade privada, respondo por todas as ações. Na universidade é o reitor quem responde juridicamente. Na iniciativa privada, você vai entender isso, o que é, por exemplo, leis trabalhistas... a gente nunca estuda nada, porque o músico... qual é a profissão do músico? Ele deve ser registrado? Ele não deve? E o músico da noite? Então esses assuntos que eu nunca tinha pensado, quando eu comecei já lá no Rio de Janeiro e, a partir das Câmaras Setoriais, que um dos assuntos era a formação musical, a Educação Musical, mas tinha outros tantos... ABEM participou das Câmaras... Então, foi onde eu comecei a ampliar minha rede de contatos e também institucionalmente. Eu sentia necessidade de trazer esse pessoal para perto da ABEM, ou eu tinha que trazer a ABEM mais para perto, para poder discutir a questão da profissionalização do músico, a questão dos direitos autorais, coisa que isso não aparece na formação do músico, do licenciando ou mesmo do bacharel. Ele cai na vida e daí ele fica completamente sem saber, fica totalmente perdido. Porque não é só você ser músico, ir lá e tocar. Como que você defende a sua profissão? Então esse assunto foi muito importante para mim e era uma das minhas pautas como presidente da ABEM, tratar da questão da profissionalização e formação do músico e aproximar bem das outras instituições que estavam discutindo esses assuntos. Então eles tinham acesso aos deputados deles... Aí eu comecei a entender como a ABEM poderia se aproximar do Conselho Nacional de Educação, poderia se aproximar do próprio MEC. Aí eu pensava "nós somos uma entidade que representa a área, então nós podemos e temos essa condição", então esse foi um dos propósitos quando eu entrei, que eu acho que eu fui bem sucedida.

Mas para você ter uma ideia de como começou essa coisa da Lei, eu recebi isso e aí eu falei “nossa, tem Educação Musical aqui”, tinha o Leonardo Brant, tinha um outro professor de São Paulo, que ia numa mesa da Educação Musical. Eu falei “bom, eu quero saber o que eles estão falando, porque não tem ninguém da ABEM aqui” (KLEBER, E.N., 2020, p. 15).

As articulações políticas da ABEM também estiveram relacionadas com movimentos que discutiam temas como a profissionalização do ensino de música e a promoção da formação musical nas reuniões da Câmara Setorial de Música¹³¹. Magali Kleber (2020) destaca que foram intensificadas as relações com diversas entidades, atores da sociedade e a integração da Associação com outras instâncias políticas:

Foram ações cruzadas e concomitantes que entrelaçaram a ABEM com outras pautas. Mas, a ABEM tinha sua própria pauta como entidade, como realizar os Congressos e os Encontros Regionais. Então, tanto essa parte de fazer acontecer os Encontros, todos aconteceram com muito sucesso, como sempre vem acontecendo... os dois congressos nacionais foram com mais de mil e tantos participantes, o de 2010 em Goiânia teve mais de mil participantes, 2011 em Vitória foi um sucesso estrondoso, onde nós tivemos ali sim a presença da Cecília Conde, que era uma das que eu queria muito trazer próxima. Um destaque nesse Congresso foi as presenças da Cecília Conde, Marisa Fonterrada, Teca, todo o pessoal de São Paulo e Rio, que me falaram em comitiva que sentiam um orgulho imenso da ABEM e se sentiam pertencente à entidade. E foi assim, a sessão de abertura foi uma sessão política, com representação do Secretário de Educação, o representante do MinC, da Secretaria de Formação Cultural, a Juana estava lá, a representação da Rádio MEC estava lá... todos os meus conhecimentos políticos, eu consegui levar para aquela sessão. Eu acho que isso é uma coisa que marcou muito a minha gestão, essa coisa da integração da ABEM com as instâncias políticas; se você consegue fazer uma sessão de abertura onde você tem essa representação, todos esses organismos podem estar a favor de uma política de Educação Musical integradora. Porque só a universidade, só a ABEM, não vai dar conta de um país enorme como o nosso. Então nós temos que nos alinhar com as outras instituições, outras instâncias, instâncias governamentais, para a gente poder ter voz. Isso não se dá por acaso. Isso se dá você sendo ativo, você mandando e-mail... eu mandei e-mail umas trezentas vezes para a Secretaria de Educação Básica, com a Jaqueline Moll, até ela me chamar. Eu participei de muitas discussões etc. e etc., mas sempre não a Magali, mas a presidente da ABEM. Então eu acho que isso foi uma coisa bem importante. Dando continuidade à tudo o que já vinha sendo feito, que era fazer o evento, valorizar os trabalhos acadêmico-científicos, trazer os graduandos, isso era uma coisa que a gente também tinha como meta (KLEBER, E.N., 2020, p. 15-16).

A participação de representantes regionais e a integração de pesquisadores, intelectuais e educadores musicais reconhecidos no cenário nacional da Educação Musical e de representações de diversas esferas políticas, nos encontros da ABEM,

¹³¹ Criada em maio de 2005, “A Câmara Setorial de Música foi implantada pela Funarte como órgão consultivo do Sistema MinC, vinculado ao Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), a partir de iniciativa do Ministério da Cultura. Assim como as demais Câmaras Setoriais, ela foi criada com a finalidade de propiciar a participação da sociedade civil no processo de elaboração das políticas públicas para o setor da cultura, assim como na definição do conjunto de metas e ações a serem priorizadas por essas políticas” (BRASIL, 2010, p. 8).

contribuiu para potencializar os debates e ações relacionadas às políticas públicas culturais e educacionais e para o reconhecimento da representatividade da Associação em âmbito nacional.

A construção de uma representatividade nacional da ABEM produziu movimentos de aproximação e constituição de lideranças regionais. Para que a ABEM tivesse condições de constituir uma representatividade nacional como Instituição, Magali Kleber (2020) narra que, ao longo de todas as gestões, foi necessária a estruturação e potencialização de ações que visavam maior inserção em todas as regiões brasileiras.

Percebia uma coisa que me incomodava: a ABEM tinha pouca adesão em São Paulo e Rio. Porque é histórico, eles tinham uma vida independente, o Rio de Janeiro e São Paulo sempre tiveram movimento de Educação Musical. Tinha o movimento de canto coral, tinha uma associação de canto coral. Então, um dos meus objetivos como presidente foi o de aproximar um pouco mais São Paulo e Rio mais próximo. Porque nas outras regiões, a região Sul era muito forte, até porque o Rio Grande do Sul era praticamente uma sede. Mas aí nós fomos ampliando. A região Nordeste foi difícil no começo, mas na minha gestão já estava consolidada como uma região forte e participativa. Mas, no começo da ABEM foi um esforço muito grande para reunir as universidades, os educadores e trazer o rico contexto da diversidade musical para as discussões. A região Norte também foi uma região difícil de realizar amálgama como região, pela dimensão geográfica imensa, mas também foi sendo consolidada com a abertura dos cursos de pós-graduação no Pará, Amazonas, Roraima... Para você agregar... o Brasil é muito grande e muito, muito diverso. Então, você ter uma entidade que represente um país, tinha que ser um projeto mesmo com muitos presidentes seguindo isso. Eu acho que a ABEM teve esse privilégio. Cada presidente que assumiu foi trazendo essa proposição de tornar essa entidade ampliada para todas as regiões. Hoje a gente tem isso, eu acho que a ABEM hoje tem uma representação no Norte... tanto que teve o Congresso da ANPPOM em 2019, depois teve a ABEM lá em Manaus, foi um sucesso... o que não é fácil... mas agora nós temos pessoas da universidade de lá que podem assumir... [...] Trata-se de um conhecimento para se gerir processos institucionais. Então foram dois eventos maravilhosos. Foi tão importante a gente ir para o Norte em 2018 e 2019, porque tem coisas que a gente só vai entender lá, estando in loco. Considero que a região Norte é uma das regiões que a gente menos conhece nesse país. A questão do indígena, lá fica escancarada. A gente fala, fala, fala da Amazônia, mas, de fato, sabemos muito pouco daquela cultura. E a Rosemara quando fez o encontro da ANPPOM lá, ela fez uma sessão na floresta...foi muito emocionante... na floresta, numa oca dos indígenas unindo os acadêmicos e a gente teve essa oportunidade de sentir um pouco mais profundo sobre a retórica que temos sobre a Amazônia. Foi um momento pontual, mas muito significativo. Eu estou falando isso, porque foi uma construção lenta, mas muito sólida e levamos mais de duas décadas para chegarmos a esse ponto. Considero que a ABEM é uma entidade que realmente pode representar a Educação Musical Brasileira, porque a gente pode acionar pessoas da área e daquela região. Tem pessoas legitimadas para levantar as questões das regiões. [...] Ao mesmo tempo, eu queria fortalecer politicamente a ABEM nas regiões. Bom, então eu constituí diretoria forte, uma diretoria representativa, com um pessoal que estava muito agregado e todas as decisões, a partir do primeiro momento em que nós assumimos, foram tomadas coletivamente; nós tínhamos um grupo no google

docs e todas as situações e decisões eram compartilhadas com discussão e votação (KLEBER, E.N., 2020, p. 12-13).

Eu utilizo o conceito “práxis cognitiva” na minha tese, fundamentada nos autores Eyerman e Jamison, o qual trata da produção de conhecimento inovador advindos dos movimentos sociais. Faz parte de um pensamento sistêmico sobre o processo pedagógico-musical. Na verdade, a gente tem que ver essas diferentes janelas e isso é que dá a subjetividade, a singularidade para cada contexto. Aí voltando a Ethel Barthel Moreno, educadora da Guatemala e ex-presidente do FLADEM trabalha muito com as pedagogias abertas, como propostas específicas da América Latina, com a sua diversidade cultural e musical imensa e, portanto, não pode ter uma linha de pensamento pedagógico. Por exemplo, Dalcroze, Suzuki... Não é suficiente para dar conta de tanta diversidade cultural! É mais uma coisa importante que a Ethel fala, que eu acho que está muito ligada ao reconhecimento e a minha atuação como presidente da ABEM, é que esses fundamentos epistemológicos me deram condições de eu poder enxergar tanto esses diferentes contextos brasileiros e tentar gerir, dar continuidade à entidade e fazer com que cada região se reconhecesse na ABEM. Então, a região Norte quando fazia seus encontros, proporcionando que aquela música, que aquele projeto, que aquela universidade pudesse se apresentar... a região Nordeste, Centro-Oeste... isso tudo, na verdade, é um eixo de construção identitária que não acontece por acaso. Então eu acho que isso foi uma coisa no meu pensamento e na minha proposta de gestão como presidente, foi consolidar primeiro a ABEM como uma entidade nacional e, ao mesmo tempo, a identidade regional, para que as pessoas se sentissem pertencentes a essa entidade, à ABEM. Eu acho que nós fomos muito felizes nisso, porque os encontros regionais, que aconteceram foram muito marcantes. Isso era um dos eixos da proposta que a gente conseguiu implementar (KLEBER, E.N., 2020, p. 24-25).

A constituição da representatividade da ABEM entre seus membros, associados e lideranças, ao longo das diversas gestões, vai constituindo marcas de organização e das decisões coletivas. Magali Kleber (2020), destaca em sua narrativa o princípio da gestão colaborativa,

Como que eu como uma acadêmica pude pensar, organizar e gerir como presidente, uma liderança? Porque é uma liderança, você tem que assumir esse papel de líder. Se você se propõe a ser presidente, não é qualquer coisa, você tem que assumir uma liderança. Então como você vai se portar como líder? Eu já tinha comandado e organizado muitos grupos, então a melhor forma sempre foi colaborativa e eu pude praticar isso. Isso foi um dos maiores retornos que eu tive, porque todo mundo da minha equipe foi essencial naquilo que se propunha a fazer e, ao mesmo tempo, dando o melhor de si. Então para você formar uma equipe, você tem que pensar muito, tem que alinhar a equipe. Isso não se dá por acaso, também é uma competência, é uma sabedoria que você tem que ir atentamente construindo, ela não se dá por acaso, ela se constrói a medida do processo. Depois, o que fica muito evidente é que esse grupo ainda está lá na outra gestão. Muitos continuaram, o Luís Ricardo foi presidente, agora o Marcus. A Cristiane Galdino, ela sempre foi uma pessoa muito centrada, que se coloca, quando é chamada ela faz o melhor... os eventos que ela organizou lá no Nordeste foram impecáveis e de uma organização que elevou o nível dos regionais no Nordeste na gestão dela. Então, quer dizer, a gente tem aí muita gente trabalhando ainda e dando essa contribuição. Isso é bacana de ver, que não é um grupo que se rompe, ele continua. O Sérgio Figueiredo está lá, sempre contribuindo, sempre esteve. A Cláudia Bellochio... A Cláudia Bellochio e a

Luciane Wilke foram maravilhosas como editoras, elas elevaram a revista... [...] Foram muitos os aspectos que a gente trabalhou e foi um trabalho de equipe. Isso aí é uma coisa que a gente tem que sempre lembrar. A liderança se dá nesse aspecto que eu defendo. Primeiro confiança. Confiança, é cem ou nada. Não tem noventa e nove vírgula nove de confiança. Você confia... “olha você vai ser editora da revista, você vai fazer esse trabalho e eu tenho certeza que você vai fazer o melhor de você”, a pessoa é competente. Então o que pode dar de errado? Nada! O erro, se acontecer, vai ser corrigido. O erro é previsível. Você para acertar, você erra... uma vez, duas vezes... depois você acerta! Para mim, esse tipo de relação é inquebrantável, você tem que confiar. Isso eu acho que consegui passar para equipe toda, eles tinham total liberdade para se colocar, para fazer.... aí é que você aprende né... então um diretor regional faz um evento e ele já está se preparando para ser presidente um dia, porque ele está ali, está lidando, está com a mão na massa. Então você vai formando também os próximos líderes nessa constituição de uma diretoria. Eu acho que isso também é o papel de um presidente na formação de sua equipe, que com certeza está formando as próximas lideranças. Como foi o meu caso, que o Luis Ricardo assumiu logo na sequência. Ele foi meu secretário, me ajudou muito, foi uma pessoa muito propositiva... então eu acho que missão cumprida. Então vamos almoçar, depois você pensa nas questões mais pontuais... (KLEBER, E.N., 2020, p. 21-22).

O fortalecimento das representações regionais, da gestão coletiva e da continuidade de ações ao longo das diversas diretorias, junto com o engajamento de associados, foi fundamental para a inserção da ABEM nas macro esferas das políticas públicas educacionais e para a potencialização de seu poder de influência. Nesse sentido, a construção política da ABEM está articulada com uma representatividade que se faz necessária em instâncias mais amplas, como das políticas nacionais de cultura, do contexto das políticas públicas de educação e das políticas para a formação de professores.

Porque quando você entra nesse campo da Educação, você vê e você tem certeza que é pela Educação que você promove o desenvolvimento... é pela Educação e Saúde, Educação e Saúde. Nós que estamos na área da Educação, nós temos que lutar pela Educação. Uma educação de qualidade, porque foi isso que a gente sempre lutou. Logicamente, a Educação Musical como uma das partes, mas as políticas... eu sempre estive envolvida com as políticas públicas, na minha cidade, depois dentro da universidade... o PARFOR¹³² quando saiu, os decretos que saíram em 2007, sobre formação de professores... o PAR – Plano de Ações Articuladas¹³³, que é um decreto que falava sobre formação de professores... Até num encontro da ABEM em que a gente esteve, eu falava do PARFOR. Eu falei “gente, nós temos que entrar no PARFOR, porque o Programa PARFOR foi aquilo que a gente sempre esperou”, que era a formação na segunda licenciatura do professor

¹³² A Resolução CNE nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em Exercício na Educação Básica Pública.

¹³³ O Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007, dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

que atuava. Na nossa área era muito importante, porque o professor que atuava na área de Artes na escola era sempre o professor de história, que não tinha carga horária, o professor de geografia, com carga horária sobrando, então vai lá dar a disciplina de Artes. Então o PARFOR e o PIBID vieram como programas muito bem sucedidos, importantes que imprimiram outro status às licenciaturas (KLEBER, E.N., 2020, p. 7).

Outra experiência que construiu meu eixo profissional foi que em 96, eu fui convidada para ser diretora do Festival de Música de Londrina, que foi uma outra grande trajetória minha até 2003. Reassumi em 2015 até agora, respondendo por muitos aspectos da entidade e do processo pedagógico desse festival que fará esse ano 40 anos. É um evento multidimensional que envolve o campo das políticas públicas em Educação, a Educação Musical é o eixo, arte, cultura, também um jeito de pensar o currículo. Trata-se de um evento sazonal, mas tinha uma convergência de pessoas de diferentes níveis de conhecimento musical, de expectativa, diferentes faixas geracionais, crianças, adolescentes, adultos, idosos... então você pensa muito, você tem que pensar... Isso me ajudou muito também a entender o que é a comunidade, qual é o seu papel e a questão de ser interinstitucional. Essa atuação complexa foi muito importante para minha gestão como presidente da ABEM, porque eu levei esse conhecimento que envolve gestão cultural, educacional e política para minha forma de dirigir a entidade, buscando inseri-la politicamente com mais representatividade e impacto nas instâncias de decisão em políticas públicas em educação e cultura, ou seja, nas instâncias do MEC e do MinC e avalio que fui muito bem sucedida como liderança. A ABEM consolidou um lugar no MEC – CNE, Secretaria da Educação Básica e no MinC na Secretaria de Políticas Culturais. Minha avaliação se ampara na inserção da ABEM nessas instâncias, uma vez que fiz parte como presidente de muitas comissões que elaboravam as Leis e políticas para a área. Destaco aqui o conhecimento da questão interinstitucional que no meu caso como presidente da ABEM foi determinante. Justamente nessa década, estou indo por décadas, de 2000 a 2010 eu tive essas experiências (KLEBER, E.N., 2020, p. 9).

A representatividade da ABEM no cenário nacional e a constituição de relações interinstitucionais contribuiu para o estabelecimento de importantes marcos para a Educação Musical, sendo reconhecida pelos órgãos governamentais e por diversas instituições. Nesse viés, Kleber (2012) aborda os significados da construção das redes entre entidades que representam a classe de educadores musicais. Como então presidenta da ABEM, Magali Kleber salientou o papel da Instituição na promoção das relações entre outras associações de artes, especialmente a *International Society for Music Education* – ISME, Federação Brasileira de Arte Educação – FAEB e Fórum Latino Americano de Educação Musical – FLADEM, enfatizando a importância dessas relações na constituição de identidades de representação institucional e jurídica.

Hoje a ABEM é reconhecida tanto nacionalmente, pelas outras entidades... eu vou na ABET, porque faço parte da Associação de Etnomusicólogos, vou na ANPPOM... e sempre ouço que eles elogiam muito a ABEM, do ponto da organização, do ponto da condução institucional. Então digamos que hoje, a ABEM, ela foi até modelo para muitas entidades se estruturarem (KLEBER, E.N., 2020, p. 16).

Os processos de articulação política da Associação se estenderam a todos os níveis e formas de organizações do setor público e privado, através da elaboração, aprimoramento e avaliação de planejamentos e ações relacionados à Educação Musical (OLIVEIRA, 2012). A condição de instituição representativa da Educação Musical brasileira, conquistada ao longo de todas as gestões da ABEM, é resultado da continuidade, fortalecimento e consolidação de suas propostas e ações políticas ao longo de sua história, embasadas pelas dimensões científicas que constituem a Instituição.

Então acho que isso é uma coisa que a gente tem que estar atento. A ABEM, ela é uma representação. Eu por exemplo, se eu disser que eu sou membro da ABEM, ou qualquer membro pode ser representante da ABEM frente a isso. Então, sempre que a instituição for utilizada como algo não pessoal, representa uma força política, algo institucional (KLEBER, E.N., 2020, p. 27).

Você ter uma entidade, uma instituição como a ABEM, ela nos representa, ela tem força política e isso é um legado de todos esses presidentes, de todos os membros da diretoria, desde lá das primeiras gestões, que foram realmente impulsionadas pelo sonho das pessoas de ter uma entidade que congregasse a área. Então eu acho que isso hoje faz muita diferença. Dá uma segurança de que minimamente, nós temos uma instituição reconhecida, que vai ser ouvida, que vai poder nos representar. Isso é muito, não é?! Eu já falei, o Brasil é imenso e a ABEM é uma instituição que representa a área no nosso país e também internacionalmente (KLEBER, E.N., 2020, p. 29-30).

A representatividade da ABEM no contexto internacional foi sendo construída desde a primeira gestão, com Alda Oliveira, momento em que passou a ser reconhecida na América Latina. Como desdobramentos desta relação com a América Latina, nos anos de 1997, em Salvador–BA, 2007, em Campo Grande–MS e 2017, em Natal–RN ocorreram eventos regionais latino-americanos da ISME em parceria com a ABEM, quando no Brasil estiveram pesquisadores de diferentes países.

Cabe aqui uma exposição sobre o evento *on-line* “Todo Dia 30: um encontro com a nossa história”, promovido pela ABEM, que em seu “bate-papo 02”, trouxe Liane Hentschke, presidenta da ISME no período entre 2004 e 2010. Neste dia ela narrou sobre esse episódio colocando a ABEM como a instituição copromotora junto à ISME da 31ª Conferência Mundial da ISME de 2014. Liane Hentschke destacou que a Conferência contou com o trabalho e apoio da ABEM, envolvendo também articulações com o Ministério da Cultura, e destacando a importância da realização de um evento da envergadura da ISME como um marco importante para o reconhecimento e consolidação do Brasil no cenário internacional da Educação Musical.

Através das relações interinstitucionais, a ABEM articulou a realização da 31ª Conferência Mundial da ISME, em Porto Alegre–RS, no ano de 2014. Ainda em 2012, começou o processo de diálogo que traria a realização da Conferência Mundial da ISME para o Brasil. Magali Kleber (2020) narra:

Apreendi a ser produtora cultural o que foi minha base para produzir, como presidente da ABEM em 2012 o Concerto de Encerramento do 30º World Conference da ISME, em Thessalonick, na Grécia. Flávia Cruvinel foi coprodutora e Liane Hentschke a Chair¹³⁴. O Projeto denominou-se Kaleidoscop, tivemos a verba de 300 mil reais e realizamos o concerto com o Yamandu Costa, Antônio Nobrega e grupo e o Mawaca, totalizando uma comitiva brasileira de 30 pessoas. O Concerto foi um sucesso estrondoso, os músicos estavam em alfa e a plateia aplaudiu por 10 minutos de pé e saiu junto com os músicos do teatro em uma grande performance dançando e cantando Cirandas. Foi realmente emocionante. Então todas essas coisas se uniram na minha formação e hoje eu entendo de gestão por conta dessas experiências que eu tive. São conhecimentos como “fato social total” como eu descrevo na minha tese. Veja que a experiência de uma década produzindo concertos, por exemplo, implicou na condição de realizar um concerto internacional envolvendo a ABEM e a ISME, com suporte da FUNARTE/Minc em 2012. Uma responsabilidade que só se pode assumir se você tem experiência, pois é um processo que envolve as dimensões artística, cultural, jurídica, institucional (KLEBER, E.N., 2020, p. 9-10).

A realização da Conferência Mundial da ISME no Brasil potencializou a consolidação dos processos de internacionalização da ABEM e constituiu um marco importante para a Educação Musical Brasileira, não somente deixando marcas, para outros países, mas fortalecendo e projetando a ABEM no mundo da educação musical internacional. Magali Kleber (2020) destaca o processo de diálogo, organização e relacionamento interinstitucional,

Então eu acho que isso foi uma das marcas da minha gestão, em que eu entrei com esse objetivo, trabalhei e fiz também essa interação, tanto nacionalmente como internacionalmente com a ISME, porque foi na minha gestão em que nós tratamos e organizamos a ISME de 2014, que começou em 2012 com a nossa ida até Thessaloníki na Grécia. Aí eu também tenho que destacar o papel da FUNARTE, porque sem a FUNARTE nós não teríamos condições de fazer uma sessão, que é uma sessão de encerramento... aí a ABEM é a entidade que tem a coligação com a ISME. Então em cada país tem uma instituição que representa a ISME e, no caso do Brasil, é a ABEM. Então era com a ABEM que a ISME tinha que tratar para poder organizar o congresso. Foi muito difícil, porque a ISME é uma entidade internacional muito organizada e com um padrão de exigência altíssimo. Então foi assim uma equipe que a gente foi juntando, a gente divergia aqui, alinhava lá. Às vezes tinha uns atritos, mas alinhava, porque não era fácil alinhar o papel da ABEM, como entidade que estava recebendo, com a comissão que queria que a ABEM assinasse um documento se responsabilizando por algumas coisas que nós não tínhamos condições de assumir futuramente. Então isso foi uma das coisas que o trabalho da equipe me ajudou muito, porque eu falava para a comissão, que se chama Cord – Comissão Organizadora Geral do evento, que era a Liane, tinha a presidente

¹³⁴ Chair: refere-se a função de presidente de um comitê ou grupo de trabalho dentro da ISME.

da ISME, que era a Margaret Barrett, pessoas muito experientes. A ISME, logicamente, tem o seu jeito de fazer. Aí eu, como presidente da ABEM, tinha que dizer “não, aqui no Brasil a gente faz assim.... não, aqui no Brasil a gente pode assim.... a diretoria da ABEM votou essa decisão”, então foi um processo político difícil de gerir. Algumas coisas a ABEM podia assumir, outras seria irresponsabilidade a ABEM assumir. Bom, no fim das contas nós assinamos o Agreement, o acordo que é o contrato e, com muita colaboração de todo mundo... a Liane é uma pessoa que conhece e hoje eu até entendo mais profundamente a Liane, as atitudes e as preocupações que ela colocava naquela época, a responsabilidade que ela tinha e dou meu voto de louvor por ela ter trazido a ISME para o Brasil e foi muito importante. Hoje eu vejo, porque eu sou membro do Comitê Internacional, fui eleita para o mandato 2016-2018 e reeleita para 2018-2020. Atualmente, eu entendo o contexto internacional mais profundamente, reconheço o papel da Liane, Alda, que também construíram pontes internacionais. Realmente, você atuar internacionalmente numa entidade como a ISME, que tem uma estrutura organizacional impecável. Eles exigem um padrão e eles tem que exigir, porque eles vão para cá, vão para lá e é a entidade que nos representa internacionalmente, então hoje eu tiro o chapéu para o trabalho dela. Ela tem sido presidente e entendo que não foi fácil a tarefa (KLEBER, E.N., 2020, p. 17).

O período posterior à aprovação da Lei 11.769//08 foi marcado pelo intenso diálogo político em diversas instâncias, como o Conselho Nacional de Educação, o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Básica, o Ministério da Cultura. Também cabe destacar que em decorrência de Lei, e da possibilidade concreta da inserção de conteúdos musicais na escola de Educação Básica, houve o fortalecimento das representações regionais.

Então eu acho que, eu vejo assim... fizemos o evento da ISME acontecer, nós sabíamos que íamos ter que assumir essa responsabilidade, fizemos e aconteceu, promovemos essa integração entre as instituições... Tivemos acesso ao CNE, a ABEM foi chamada, eu como presidente fui chamada e tive voz. Depois tivemos condições de fazer trabalhos com o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Básica, com a Jaqueline Moll como secretária. Então eu acho que a ABEM ficou conhecida nas instâncias onde ela deveria ser conhecida. Teve uma coisa que não foi minha proposta na época, mas na última ABEM eu coloquei, acho que nós temos que ter mais acesso aos conselhos estaduais e municipais, porque aí as instâncias mais próximas são aquelas que realmente geram possibilidades de mudança na cidade. Isso a gente discutiu agora nessa última ABEM, eu acho que isso é uma coisa que a gente deve retomar como prioridade, principalmente nesse momento em que as coisas estão aí acontecendo... cada cidade tem um perfil (KLEBER, E.N., 2020, p. 26-27).

Em sua narrativa, Magali Kleber sugere a necessidade de assumir uma dimensão política para a discussão do ensino de música junto aos conselho estaduais e municipais de educação. Nesse sentido, cabe pensar sobre os papéis da ABEM, do seu corpo de associados e da sociedade em geral nesse processo, pois há dimensões que extrapolam a amplitude das ações da Associação e precisam ser discutidas em outras dimensões políticas e sociais. Cabe destacar também que, em toda a história

da ABEM, o trabalho realizado por suas diretorias sempre tem sido voluntário, onde seus membros, para além da ABEM, desempenham outras funções e demandas em suas instituições.

Nas gestões de Magali Kleber, ocorreram reestruturações na organização dos eventos da ABEM, visando ampliar e diversificar ainda mais o corpo de associados, categorias e atores sociais na instituição. Destaca-se a reorganização dos Grupos de Trabalho dos Congressos Nacionais e a alternância na realização dos eventos Regionais e Nacionais, que passaram a ser bianuais. Para Magali Kleber (2020),

Se você traz o graduando, ele vai fazer o mestrado, vai fazer o doutorado e vai continuar vindo. Outra coisa, quando o graduando vem, ele vê lá o mestrando, vê o doutorando apresentando trabalho. É onde ele tem perspectiva. Então isso também foi uma meta, ampliar esse corpo de participantes, valorizar o campo informal, que eram os conservatórios, que sempre estavam pedindo, isso a gente também buscou. Aí fizemos um GT, desde 2009 nós reestruturamos todos os GTs, porque foi aqui em Londrina, a equipe toda que estava na organização do evento em 2009 reestruturou, e contemplamos essa diversidade de categorias e de atores sociais. Então, se você olha lá na ISME, você tem vários lugares para você apresentar seu trabalho. Você vai lá onde você se identificar e se inscreve. Então, eu acho que a ABEM hoje tem essa coisa bem estruturada, aberta inclusive para outros GTs... como foi o nosso esse ano, nós propusemos um GT de música e cidadania por causa da Bienal, foi aceito, e a gente apresentou ano passado [2019] lá com a Maya, a Flávia Cruvinel, a Adriana Rodrigues do Conservatório e do FLADEM e eu. Bom, então, a partir de 2009, foi pensado também em se ampliar e agregar consistentemente essa diversidade de categorias. Nós implementamos e eu acho que a gente conseguiu muito, porque hoje a gente tem todas as categorias participando e com uma qualidade que as vezes me surpreende. É difícil você ver um trabalho mal apresentado e tal, as pessoas vão com seriedade, mostram um referencial teórico, se colocam na posição de ouvinte, de escutar sugestões e etc... então isso é um motivo de orgulho, tanto para nós que trabalhamos nessas gestões todas continuadas, quanto para quem participa. Então eu acho que isso não acontece por acaso. Foi realmente uma visão que já privilegiou, desde a primeira gestão, toda a categoria de educador musical e isso foi se consolidando. A partir do momento em que a gente percebia que precisava estimular uma categoria, a gente ia fazendo isso e sempre de uma forma agregada (KLEBER, E.N., 2020, p. 16).

Com o cenário que as políticas públicas educacionais e culturais acarretaram para o campo da Educação Musical brasileira, no período posterior à homologação da Lei 11.769/08, que ocorreu em 2011, a ABEM buscou articular, fortalecer e consolidar propostas de ação política, se reorganizar internamente, agregar e ampliar uma diversidade de atores sociais e instituições representadas entre seus associados. Cabe destacar a consolidação do relacionamento da ABEM com os órgãos governamentais, especialmente com Ministério da Educação e o CNE e com o Ministério da Cultura. Luis Ricardo Queiroz (2020) narra as ações que marcaram aquele período:

Então, a gestão de 2009 a 2013, que foram as duas gestões da Magali, elas foram gestões vinculadas a uma série de expectativas e de lutas que estavam na base da Associação e que estavam possíveis de serem realizadas naquele momento no Brasil. A gente tinha a homologação da Lei 11.769 de 2008, a gente tinha um Plano de Pós-Graduação consolidado, tinha o Plano de Cultura, o Plano de Educação, as Políticas Públicas para Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia no Brasil andavam muito bem e a gente sentia que era o momento de imprimir de maneira mais incisiva a presença da Educação Musical e conquistas para a Educação Musical nesse cenário. Então nós tivemos, eu me lembro assim de três... eu diria assim, três ações muito importantes para a Educação Musical brasileira, ações históricas. Uma foi a parceria da ABEM com o Conselho Nacional de Educação, para elaborar diretrizes para a implementação do ensino de música nas escolas, isso quer dizer detalhando melhor para a definição que já estava na Lei 11.769. Essas diretrizes foram aprovadas, demorou muito para serem homologadas, mas foram em 2016 e elas estão disponíveis¹³⁵. Nós participamos das audiências públicas promovidas pelo CNE, na gestão de Magali, ela deve ter te falado sobre isso, e participamos de uma série de reuniões no CNE, debatendo com eles quais deveriam ser os termos, que tipo de abordagem... Especificamente, participou mais diretamente desse momento a professora Magali como presidente, a professora Jusamara e eu. Designado pela Magali, eu fui uma espécie de mediador das audiências. Fiquei responsável por fazer uma relatoria das definições de cada audiência, das demandas da comunidade e assim por diante... e esse documento foi todo entregue para o CNE, que usou muito dele na elaboração das Diretrizes. Dessas nossas reuniões também surgiram demandas em que a gente trabalhou para eles, por exemplo, traçar um histórico da Educação Musical no Brasil e colocar isso numa espécie de um quadro sintético que pudesse aparecer no parecer, coisas desse tipo que estão todas lá no parecer e que quando você ler, você vai identificar muito do que você vai ver no debate da própria Associação naquele momento. Então essa foi uma demanda muito importante (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 1-2).

O processo de elaboração das “Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica” havia iniciado com as Audiências Públicas¹³⁶, de 2013. Essas foram promovidas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, no âmbito da Câmara de Educação Básica (CEB), em parceria com a ABEM e discutiram o ensino de música nos currículos da Educação Básica. A partir das audiências públicas, foi elaborado e entregue pela ABEM ao CNE um documento que serviu de referência para a construção das Diretrizes. Ainda em dezembro de 2013 foi aprovado, na Câmara de Educação Básica – CEB/CNE, o Parecer e o Projeto de Resolução que definiu as referidas Diretrizes, as quais foram homologadas apenas em 2016, através da Resolução CEB/CNE nº. 2/2016. Em seu Artigo 1º:

¹³⁵ A Resolução Nº 2, de 10 de maio de 2016, define as Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40721-rceb002-16-pdf&Itemid=30192.

¹³⁶ Foram realizadas quatro Audiências Públicas: a Primeira ocorreu em Natal – RN / UFRN, de 07 de junho de 2013; A segunda, em Belém – PA, de 24 de junho de 2013; A terceira, foi promovida em Londrina – PR / UEL, de 14 e 15 de julho de 2013; A quarta, no Distrito Federal / UNB, em 1 de julho de 2013.

Esta Resolução tem por finalidade orientar as escolas, as Secretarias de Educação, as instituições formadoras de profissionais e docentes de Música, o Ministério da Educação e os Conselhos de Educação para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica, conforme definido pela Lei nº 11.769/2008, em suas diversas etapas e modalidades (BRASIL, 2016, p.1).

A resolução atribuiu competências às escolas, às Secretarias de Educação, às instituições formadoras de Educação Superior e de Educação Profissional e ao Ministério da Educação.

O cenário das políticas para a Educação Superior foi acompanhado pelo crescimento e ampliação de importantes financiamentos e políticas sociais. Como exemplo, destaca-se o Decreto nº 6094/2007, que dispõe sobre a implementação do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, em regime de colaboração entre Municípios, Distrito Federal e Estados; e a Lei 13.005/2014, que sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE). Naquele cenário de estímulo e crescimento para a educação brasileira, a ABEM buscou estimular e potencializar a participação de diversos segmentos da Educação Musical nos financiamentos e políticas para Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. Como outra ação importante da Associação, Luis Ricardo Queiroz (2020) narra,

A outra é que a gente tinha uma série de políticas sendo implementadas para a Educação Superior, uma série de financiamentos... e a gente buscou junto a área fazer uma espécie de mobilização para que as pessoas participassem mais ativamente disso, isso quer dizer colocar a Educação Musical na cena dos financiamentos para a Educação, dos financiamentos para a Cultura, dos financiamentos para a Ciência e Tecnologia... Eu penso que essa gestão 2009 a 2013, da Magali, ela fez muito essa mediação, das pessoas entenderem esse contexto todo e, de maneira mais ativa, se propor a participar dele.... Eu diria essa construção dessa consciência coletiva de que a gente só vai vencer essas batalhas e participar efetivamente do cenário da Educação brasileira como Educação Musical, se a gente se propuser ao debate e se propuser a efetivamente participar disso. Uma terceira grande ação, também passa pela conscientização, mas uma participação efetiva da Associação em debates diversos relacionados às políticas educacionais do Brasil. Por exemplo, mobilizar os associados a se candidatarem como elaboradores de questões, pareceristas do Enade, na prova nacional docente, que era um projeto que estava em vigência na época e coisas desse tipo (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 2).

Cabe salientar a atuação ativa da Associação nas políticas educacionais brasileiras, também quando ocorreu a possibilidade de que as áreas de conhecimento pudessem participar mais democraticamente de ações demandadas pelo MEC, a exemplo do Enade e do Enem. Nesse sentido, a ABEM buscou fomentar e incentivar a participação de seus associados como um movimento de representatividade política. Aquele momento expressa o peso dessa representatividade da Associação em âmbito

nacional, pois a Instituição é chamada para participar da produção das políticas avaliativas de sua própria área.

Queiroz (2012) refletiu sobre as articulações do ensino de música com as políticas públicas brasileiras de avaliação educacional, destacando a importância do diálogo com as políticas educacionais para o planejamento e estabelecimento de caminhos para Educação Musical nacional. O autor considerou que,

[...] no âmbito da educação musical, é preciso que os estudiosos estabeleçam linhas teórico-investigativas que permitam, com base em abordagens científicas, o diálogo, a análise e a crítica das políticas educacionais a partir das perspectivas e objetivos da área. Entendo que tal discussão é fundamental para as definições do ensino de música na educação profissional, básica e superior (QUEIROZ, 2012, p. 38).

A necessidade de articular o campo da Educação Musical com as diretrizes regulatórias e objetivos definidos nas macro políticas educacionais brasileiras foi uma das tônicas da ABEM, elemento fundamental para o reconhecimento e a legitimação do lugar institucional da Associação frente aos órgãos governamentais. Nessa direção, Queiroz e Penna (2012) ressaltaram a necessidade de

[...] participar de discussões, análises e ações que transcendem o campo específico do conhecimento musical. Partindo dessa perspectiva, fica evidente que um ponto fundamental para o fortalecimento – e até mesmo a sobrevivência – de nossa área, nos dias de hoje, é sua inserção no âmbito das políticas públicas educacionais, que regulamentam, definem e fomentam a Educação Básica no país. Consideramos ser esse um caminho necessário – se não indispensável – para que a educação musical possa ter um papel mais efetivo na escola, deixando de ser simplesmente coadjuvante na estrutura curricular para ser tornar, de fato, uma área significativa para a formação escolar. Além de uma legitimação epistêmica, metodológica e formativa, precisamos de uma legitimação política, se almejamos sedimentar a música como um componente curricular relevante (QUEIROZ; PENNA, 2012, p. 93).

Ao longo de sua história, a ABEM se consolidou politicamente como instituição representativa da Educação Musical brasileira, tanto entre seus pares, nas diversas regiões brasileiras, quanto no âmbito do diálogo com os órgãos governamentais, como o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, além da representatividade internacional junto à ISME. No cenário das políticas públicas educacionais, Luis Ricardo Queiroz (2020) destaca,

Eu diria que, na cena política, outra conquista importante foi essa participação efetiva na construção de documentos que regem a educação nacional, com destaque para essas Diretrizes de Operacionalização do Ensino de Música na Escola... Eu diria, também, em relação à participação em vários outros momentos e a efetivação, talvez de forma menos direta, de muitos outros documentos. Por exemplo, as diretrizes todas que a gente já falou, a definição

de políticas públicas para a elaboração de provas coletivas e coisas desse tipo... (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 13).

Aquele período marcou o fortalecimento e solidificação da ABEM como instituição representativa da Educação Musical brasileira frente aos órgãos governamentais e as políticas públicas para educação em diversos níveis de ensino. Luis Ricardo Queiroz (2020) também destaca a representatividade interinstitucional e o diálogo com outras associações, para a construção de maior força política na reivindicação, influência e redefinição da BNCC, que estava sendo construída.

Por exemplo, na discussão da BNCC, que começa a acontecer na primeira gestão, sai uma versão da primeira BNCC, onde as associações são muito pouco consultadas e a gente sente, sobretudo, que as áreas de Artes estavam muito frágeis naquela primeira versão. Então nós fizemos um coletivo de associações, foi a primeira vez que isso aconteceu de maneira efetiva... a gente já esteve em eventos juntos... mas nós fizemos um coletivo para propor novos caminhos e, sobretudo, fazer resistência àquilo que a gente não acreditava que funcionaria para as Artes. Estivemos em Brasília várias vezes, fazendo reuniões. Esse coletivo era a presidente da FAEB, Federação de Arte-Educadores do Brasil, a presidente da ANPAP, Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, é esse o nome ainda, mas congrega as Artes Visuais, a ABRACE, Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas, a ANDA, Associação Nacional de Pesquisadores em Dança e a ABEM. Então eram cinco associações geralmente envolvidas. A gente fez um debate, em várias reuniões no MEC, um debate muito grande sobre a necessidade de redefinição da BNCC. Já era um momento difícil de fazer as mudanças que nós gostaríamos, como por exemplo, aquela ideia de Arte estar dentro de Linguagem e não ser uma área de Artes, porque isso já tinha sido amarrado pelas diretrizes de 2010, onde a ABEM participou do debate, mas outras associações participaram muito pouco... e a gente então fez todo um trabalho, ainda no governo Dilma, discutindo a BNCC, que virou uma segunda versão. Na segunda versão, muito do que está ali, da área de Música sobretudo, tem a ver com essa construção da ABEM. Nós designamos uma comissão na época, com a Luciana Del Ben e o Marcus Medeiros, fizemos um Fórum específico a mais, um Fórum extra para discutir a BNCC... eu tenho documentação desse Fórum também, depois posso te mandar isso... e desse Fórum, a gente elaborou um conjunto de proposições para a Associação, que foi enviada para as representações da época. Nesse documento, inclusive o conceito de Música que está lá na segunda versão, foi escrito pela gente, os objetivos etc., com algumas mudanças, mas a grande maioria do pensamento... Então isso foi uma ação bastante forte (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 10-11).

As políticas brasileiras que estavam em andamento mantiveram sua continuidade ao longo do governo de Dilma Rousseff, com destaque para a Lei 13.005/2014 que sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de dez anos.

A materialização das metas e estratégias do PNE ganhou, nesse contexto, algum aceno em 2015 e primeiro semestre de 2016, com ações e políticas direcionadas ao cumprimento do plano, tais como a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação e homologação pelo Ministério da Educação (MEC): das diretrizes curriculares nacionais para a formação de profissionais do

magistério da educação básica, por meio da resolução CNE/CP nº 2/2015 (BRASIL, 2015); das diretrizes curriculares nacionais para a formação dos funcionários da educação básica, por meio da Resolução CNE/CES nº2/2016 (BRASIL, 2016); aprovação pelo MEC do Decreto nº 8752/2016 (BRASIL, 2016b), que dispôs sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, em consonância com o disposto na meta 15 do PNE e de outras medidas e políticas direcionadas à materialização do PNE (DOURADO, 2019, p. 9).

Contudo, o contexto político federal, que até então se apresentava favorável ao diálogo com as instituições, mudou drasticamente em 2016. Em meio a um cenário de disputas entre Governo Federal e Congresso Nacional, ocorreu o golpe de Estado que destituiu a presidenta da república, Dilma Rousseff, por meio da instauração de um processo de *impeachment*, colocando Michel Temer na presidência da república.

No governo de Michel Temer, a conjuntura que se sucedeu foi marcada por diversos retrocessos, como a Reforma Trabalhista e a proposição da Reforma da Previdência. Em âmbito educacional a Emenda Constitucional nº 95/2016 que “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências” (BRASIL, 2016), cortou investimentos para a educação e inviabilizou o cumprimento do Plano Nacional de Educação, de 2014 a 2024.

Em meio a esse outro cenário político nacional, também outras frentes de atuação mostraram-se pertinentes no âmbito da ABEM, relacionadas ao processo de resistência contra os retrocessos e cortes governamentais na educação brasileira. Luis Ricardo Queiroz (2020) exemplifica sobre o cenário de enfrentamentos que foi delineado em sua segunda gestão como presidente da ABEM:

Na primeira gestão, como a gente mencionou, esse trabalho com o CNE, com o MEC, com a CAPES, com o INEP foi muito importante. E na segunda gestão foi um trabalho mais de resistência. A gente tem, em maio de 2016, já o início da segunda gestão. O evento em Natal foi em outubro. Então tem o evento em Natal, o ano começa e, em maio, o Temer assume como presidente interino e depois, como presidente em agosto, o impeachment se efetiva em agosto. Então a segunda gestão foi muito marcada por esse processo de resistência e eu senti que essa foi uma participação importante (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 10).

Na segunda gestão, a gente ficou emitindo notas e participando efetivamente de uma série de atrocidades que o Temer foi cometendo ali na gestão dele. Então muitas delas voltaram. Inclusive naquela história da medida provisória, o senador que iria ser parecerista, quando eles retiraram do Ensino Médio a obrigatoriedade do ensino das Artes, deu um depoimento dizendo que muitas coisas do Ensino Médio eram, digamos assim, situações esporádicas que não aconteceriam regularmente, só em casos especiais. Ele vai citar como exemplo que a história do “notório saber” seria só para áreas que não tinham campo de formação própria, como a Música. Então a ABEM fez uma nota de repúdio e essa nota circulou. Quando nós circulamos a nota, o nosso pedido

foi: todos que receberam essa nota escrevam para o e-mail do senador, falando da sua indignação e respaldando a nota da Associação. Eu imagino que eles devem ter recebido assim, muitas... porque a nota circulou na ANPPOM... Foi uma nota que, falando de uma coisa muito negativa, trouxe uma repercussão muito positiva para a Associação. Eu me lembro de várias pessoas falando assim “poxa, apesar de um momento ruim, de um senador idiota, de uma declaração ridícula, é muito bom a gente ver como a nossa área está bem representada, por uma carta tão bem feita e por informações tão claras e tão consistentes”. E o senador respondeu à Associação e incorporou dizendo que ele iria rever o parecer dele e pedindo desculpas. Então, eu senti que foi outro momento que mostrou a força da Associação. Ele voltou atrás no parecer dele. Depois teve uma série de coisas, que quando vai homologar, o Temer ainda veta algumas coisas lá. Mas no parecer que sai no senado sobre essa medida provisória, voltam as Artes, muito em função desse movimento feito pela Associação. No âmbito daqueles cortes para a Educação Superior, a Associação sempre se manifestou, a Associação sempre esteve ali presente (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 11).

Em contraposição à garantia constitucional de recursos para as áreas sociais, como Educação e Saúde, uma série de medidas, tomadas ainda no governo Michel Temer, marcaram os retrocessos em diversos âmbitos. As principais medidas adotadas foram a Reforma Trabalhista, implementada através da Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017¹³⁷, a proposição da Reforma da Previdência¹³⁸ e a Emenda Constitucional nº 95/2016 que inviabilizou o cumprimento do Plano Nacional de Educação.

Para Dourado (2019),

A medida mais estruturante nessa direção foi a aprovação da Emenda constitucional nº 95/2016, que, ao alterar o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, institui o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Essa emenda, que vigorará por vinte exercícios financeiros, fixa limites individualizados para as despesas primárias dos órgãos integrantes daqueles orçamentos e estabelece, nos termos do § 1º do art. 107, o método para sua determinação. Na prática, significa o congelamento das despesas primárias, acarretando grande impacto para as políticas sociais e, neste momento, para a educação e o cumprimento do PNE (DOURADO, 2019, p. 11).

O congelamento da política de Estado para a Educação nacional, impactou diretamente no orçamento das diversas instituições públicas brasileiras, além de cortes nas políticas de incentivo e fomento à Cultura, Ciência e Tecnologia. Todo esse cenário também impactou no relacionamento e nos direcionamentos da ABEM com

¹³⁷ A Medida Provisória nº 808, de 2017, implementou a Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho” (BRASIL, 2017).

¹³⁸ Foi promulgada posteriormente, com a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que “Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias” (BRASIL, 2019).

relação às representações frente aos órgãos governamentais. As narrativas de Luis Ricardo Queiroz (2020), ilustram a mudança de perspectiva do cenário político nacional, de um momento de efetiva articulação, participação e construção no desenvolvimento do cenário político, para um momento de resistência e luta pela garantia de direitos:

A gente teve uma presença muito forte no CNE, inclusive em busca da finalização do documento (Diretrizes para a Operacionalização do Ensino de Música), logo que eu assumi, o CNE aprovou o documento... e teve um período de luta para que o documento fosse assinado, fosse de fato homologado, o que só aconteceu em 2016. A gente teve uma participação efetiva nos debates para a construção da Base Nacional Comum Curricular, num primeiro momento, depois isso sumiu da cena, depois voltou. A gente teve uma participação muito grande no debate sobre política para ciência e tecnologia, educação. A gente se aproximou de associações como a SBPC, a ANPEd... Enfim, o quarto eixo, são quatro no todo, tem a ver com participação política forte. Então para mim, nessa primeira gestão, foi muito, muito positivo (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 7).

Eu sintetizaria esses dois momentos, como eu te falei assim, no primeiro a gente trabalha muito na construção de políticas que foram efetivamente implementadas. Muitos desses documentos, que a gente vai ver aí na cena nacional, tem uma participação da ABEM, Diretrizes para a Educação, Diretrizes para a Cultura, Plano Nacional das Artes, onde participamos efetivamente do debate. Depois o plano parou também na gestão Temer. Na gestão seguinte, a de 2015 para a de 2017, o exercício foi muito de resistência, mas igualmente importante. Apesar de muito mais difícil, se não tivesse a Associação ali, eu tenho certeza que nossas perdas seriam muito maiores. Então essa coisa de estar atento, de emitir uma nota, de não perder o tempo, de saber fazer também um equilíbrio entre se pronunciar de maneira mais dura, dialogar quando é necessário assim, marcou muito fortemente essas duas gestões. Então, tem uma nota que repudia, especificamente, as ações do Temer contra a educação, contra os cortes... uma coisa desse tipo... e eu me lembro que uma associada escreveu dizendo assim “é eu achei a nota maravilhosa, mas fico pensando - como a Associação pode repudiar, falando em nome de um coletivo?”... Porque a Associação não tem um partido político, uma inclinação política, mas ela congrega esse coletivo. Eu falei, “ela pode repudiar, quando aquilo que está sendo defendido vai de encontro ao estatuto da Associação”, ou seja... na verdade acho que a fala é um pouco ao contrário... “ela pode se pronunciar repudiando aquilo que é feito, aquelas ações que são tomadas, que vão de encontro ao que está definido no nosso estatuto”. Então o Temer está atacando educação pública de qualidade para todos os brasileiros. O Temer está atacando a construção de uma política de debate democrático na gestão da educação pública. O Temer está atacando os investimentos públicos e o financiamento de bolsas para estudantes com necessidades. São todas questões que estão lá no nosso estatuto e que a gente vai defender de forma radical. Sempre que algo agride aquilo que está lá no nosso estatuto, que a Associação precisa defender, é algo que a gente tem que reagir, e foi muito o que a gente fez na segunda gestão (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 11-12).

Embora o contexto político nacional tenha se modificado radicalmente após o golpe de 2016, a ABEM buscou lutar pela manutenção das conquistas políticas históricas, reagindo às adversidades em vários cenários. Como continuidade das

ações que vinham sendo implementadas anteriormente, as atividades desenvolvidas nos Congressos, Encontros e Fóruns da ABEM, também visaram a ampliação dos processos de interiorização e divulgação da Associação em outras regiões do país, o aumento do número de associados e da participação nos eventos¹³⁹.

A expansão e interiorização da ABEM para lugares que nunca haviam recebido seus eventos contribuiu para a representatividade da Associação nas mais diversas regiões brasileiras, potencializando o movimento de construção coletiva da Instituição a nível nacional.

A realização dos diversos Congressos, Encontros e Fóruns da Instituição, naquele período, também foram viabilizados em função da organização financeira da Associação, da captação de recursos públicos e de financiamentos para a realização dos eventos. Luis Ricardo Queiroz (2020) narra que, a partir dessa organização, foi possível investimentos em diversas políticas e ações importantes para a ABEM:

Um segundo eixo, eu diria que foi a organização financeira e que tem a ver com a questão da participação política também. Essas duas gestões pelo cenário, foram as duas gestões que mais captaram recursos públicos para a Associação, indiscutivelmente. A gente conseguiu financiamentos em 2014 para todos os eventos Regionais. Todos! Para todos os Fóruns. Então, só aí foram cinco Regionais e três Fóruns, são oito eventos, e uma quantidade imensa de recurso para o evento Nacional. Nós conseguimos financiamentos em 2016, para quatro dos cinco eventos Regionais e para todos os Fóruns também. Então assim, são conquistas que, quando a gente junta, isso deu um montante de investimentos na Educação Musical, que eu me arriscaria a dizer que talvez nenhuma outra área tenha conseguido, porque ninguém faz esse monte de evento. Então juntando, se a gente pegar assim... eu vou me lembrar dos números em 2014, foram doze mil para fazer o Fórum da Educação Básica, doze mil para fazer o Fórum de Formação de Professores, dezoito mil para fazer o Fórum de Pesquisa, e aí mais vinte e cinco mil para um evento, vinte e oito mil para outro evento, trinta mil para o outro evento... e quando você tem eventos consistentes, a participação dos parceiros ainda é maior. Você diz assim "olha, eu já estou aqui com vinte e cinco mil da CAPES, como é que a universidade vai ajudar a gente a fazer esse evento acontecer?"... Então esse foi outro ponto, eu penso que essa organização financeira para o investimento na Associação, não estou nem falando daquele recurso dos pagamentos de anuidade, mas uma coisa está vinculada a outra... porque, por exemplo, no evento do Maranhão e no evento de Natal, com todo o investimento que a gente fez, nós não gastamos nada do pagamento que os sócios fizeram para o evento. Isso quer dizer, isso virou receita para Associação investir em outras políticas, em outras ações, porque nós fomos atrás de recursos públicos e canalizamos esses recursos públicos para o evento. Então, isso também foi um aspecto bastante positivo. Se a gente olhar pelos números financeiros, você não vê grande diferença entre as duas gestões anteriores da Magali e as minhas duas gestões, o que ficou na conta. Mas se você olhar para estrutura dos eventos, você vai perceber que muito mais recurso circulou. É para isso que a Associação existe. Ela não existe para ter uma conta rica, mas ela existe para fazer com que o investimento na área seja consistente.... (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 14-15).

¹³⁹ Ponto já destacado na narrativa de Luis Ricardo Queiroz (2020), na página 246.

A captação de recursos públicos para a realização dos eventos da ABEM, também está relacionada ao momento político favorável que o Brasil vivenciou até 2016, com políticas de desenvolvimento e de investimentos em Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, a Associação conseguiu se organizar para o desenvolvimento de diversas frentes de atuação, que demonstram sua capacidade de mobilização, a exemplo dos maiores eventos promovidos pela ABEM.

A ABEM, de longe, é a associação que mais mobiliza no Brasil, é a que mais produz, é a que mais coloca as pessoas juntas, é a que as pessoas mais acreditam e participam, então isso vem ganhando fôlego nessa gestão e a partir de 2013, isso para mim fica muito evidente. Realizamos eventos com muita gente. O evento da primeira gestão, o Evento Nacional, que foi em Natal [XXII Congresso Nacional da ABEM], foi o maior evento da história da Associação. A gente tinha mais de mil participantes. Nós investimos cerca de trezentos mil reais na realização do evento, foi um ano em que a gente conseguiu o maior financiamento da CAPES, o maior financiamento do CNPQ, um grande recurso da Escola de Música da UFRN... Infelizmente, a perspectiva é de que a gente vai demorar muitos anos para voltar a fazer um evento daquele porte. Mas foi o maior evento da história da ABEM. Talvez isso seja importante para o seu trabalho. Ele congrega mais gente. O evento também foi num hotel, que teve ali aquele clima de Pirenópolis, tudo junto, tudo muito perto, você tinha uma facilidade de locomoção muito grande, se precisasse de alguma coisa ou ir para outra sala sem problemas. Nos cafés as pessoas estavam ali juntas. Então assim, foi um evento representativo, porque, para mim ele demonstrou o status, no bom sentido da palavra, da Associação naquele momento. Um evento profissional, com mesas consistentes, com palestrantes de ponta. A gente teve o Wayne Bowman nesse evento, o Newton Duarte, pessoas com um grande nome da Educação brasileira e outro grande nome da Educação Musical no mundo. Mesas redondas, teve uma mesa especial, você vai ver lá na programação desse evento, com os presidentes das três gestões anteriores, estavam o Sérgio, a Magali e a Jusa e várias outras mesas com temas importantes. Então foi, sem dúvida, o maior evento quantitativo, o evento com maior investimento da história da Associação foi esse de 2015, que é exatamente o final dessa primeira gestão (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 9-10).

Outro fator, destacado por Luis Ricardo Queiroz, que contribuiu para o desenvolvimento e ampliação da abrangência nacional da ABEM foi sua organização interna e o aperfeiçoamento de seus processos e canais de comunicação. Nessa perspectiva, a criação dos Fóruns de Discussão Permanente e a intensa atividade que os Congressos Nacionais e os Encontros Regionais da ABEM promoveram foram narradas:

Eu chamaria de uma organização interna da Associação. Isso foi uma conquista muito grande da gestão da Magali, mas nós mantivemos e, digamos assim, aprimoramos. Essa história de você ter um site que se comunica com todos os sócios, de você ter aberto essa rede de profissionais para dar assessoria o tempo todo quando você precisa, de você ter esses espaços coletivos para as pessoas se encontrarem... conseqüentemente, você se sente mais apto a falar pelo todo... porque é uma função muito difícil

para um presidente. Então, quando alguém me perguntava algo naquele momento, eu não queria responder “eu penso que”, eu sempre buscava responder assim “olha, o pensamento coletivo na nossa Associação hoje é de que”, e eu podia fazer isso porque a gente estava promovendo esses muitos encontros. Então, eu diria que nessa minha passagem nesses quatro anos, a gente conseguiu criar esses canais de organização interna e de comunicação grande, que foram os Fóruns, a continuidade e ampliação dos eventos regionais. Eu falei do evento nacional, mas entre 2013 e 2016 nós fizemos eventos regionais muito maiores do que eventos nacionais de outras associações. Por exemplo, o evento regional Nordeste, realizado no Maranhão em 2014, tinha quinhentas e vinte pessoas. Teve um investimento de cem mil reais, aproximadamente... coisas desse tipo... e assim foram outros. Eu me lembro desse do Nordeste porque foi bastante emblemático a quantidade de pessoas. Vários outros eventos foram muito grandes. Isso para mim gerou esse conhecimento coletivo, digamos. A gente está se encontrando, está debatendo, está fazendo debate e isso permite com que a gente, de fato, possa falar em nome de um coletivo, porque esse coletivo está se expressando. Então eu acho que a minha contribuição, a contribuição dessas duas gestões, passou muito por essa organização dos encontros e dos meios de comunicação entre os sócios. A gente pôde falar mais, comunicar mais, encontrar mais informações... (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 13-14).

Os movimentos que instituem o lugar coletivo que a ABEM representa entre os associados se consolidam nas significações que a Instituição estabelece, também como discurso nacionalmente difundido acerca da Educação Musical. Esse discurso coletivo, de representatividade política, social, educacional, cultural e histórica se materializa e é referendado através do poder simbólico que os associados conferem à Instituição para os representar nas diversas instâncias possíveis. Luis Ricardo Queiroz (2020) destaca o respeito que a ABEM conquistou como uma construção histórica de todas as gestões. Sua confiabilidade se mantém sólida, evidenciando que, mesmo num contexto de adversidades, é possível coletivamente realizar mudanças com relação as políticas públicas nacionais.

Eu diria assim, o grande avanço foi a confiabilidade que a gente conquistou nessa cena, que não é algo só dessas duas gestões, mas de um coletivo. Um: nessas duas gestões, pelo desafio político que marcou muito... porque a gente vinha de uma situação muito positiva e, como é que você avança já tendo um cenário muito positivo? O outro: entrando em declínio, como é que você dá suporte para as conquistas? ... Eu penso que isso mostrou para a gente que a ABEM construiu, nessa trajetória histórica, uma representatividade que hoje é bastante respeitada na cena nacional. Eu destacaria esse aspecto como um avanço grande. A gente têm depositada na Associação uma confiança grande dos segmentos. Mesmo hoje, na cena complexa, quando alguém vai chamar uma associação de Artes, geralmente é a ABEM que é chamada para participar dos debates... sobre o livro didático, sobre uma política de alfabetização que eles queriam implementar agora... E isso aconteceu muito no período dessas duas gestões. O tempo todo, essa confiabilidade ser mediadora da nossa atuação. [...] E, eu diria também que a ABEM, nessas duas gestões, também vindo dessa trajetória histórica, naturalizou uma consciência coletiva de que a gente pode mudar a cena política se a gente tiver consistência e representatividade. Então, se ela ganhou essa representatividade na cena política em si, ela também foi

construída entre o nosso coletivo da Educação Musical. Hoje nós somos um coletivo muito mais capaz de dialogar com essa cena do que a gente era há dez anos atrás, sendo que, em dez anos atrás, a gente era muito mais capaz do que a gente era em outros dez anos atrás e assim por diante... o que vai mostrando que a cada gestão, se a gente for dividir em gestões, muitos passos são dados nessa profissionalização. Eu destacaria isso como um ponto positivo também... Eu sinto que o que a gente ainda precisa alcançar, já tendo alcançado demais, é ainda um envolvimento e uma consciência maior de nós, profissionais da Educação Musical, de como atuar e de como dialogar de maneira mais profissional com essa cena. Tendo destacado o lado positivo, eu penso que a gente ainda pode muito mais. Então assim, eu sei que os profissionais da Educação Musical precisam ter uma consciência muito grande da documentação, da legislação, das diretrizes que regem a Educação Básica, a Educação Superior e a Educação Profissional. Uma consciência e um conhecimento grande das diretrizes que regem os cursos de pós-graduação e a política de ciência, tecnologia e inovação. Um conhecimento grande das diretrizes, das definições, das ações e das possíveis reações no que diz respeito às políticas públicas para Cultura e coisas desse tipo. Eu acho que nós avançamos demais, mas em relação a outros campos, é uma área ainda ingênua em alguns aspectos no coletivo para lidar com isso. Como a gente resolve? Aquilo que eu te respondi anteriormente, criando grupos estratégicos que podem fazer essa mediação para o coletivo. É assim que a Associação trabalha. Mas, como área, a gente ainda precisa ser mais consistente para lidar com essa cena (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 12-13).

A representatividade nacional que a ABEM conquistou reflete a projeção coletiva de seus associados, nos diversos segmentos em relação à associação. Contudo, requer a constante construção e renovação de uma consciência coletiva que, para além de uma representatividade política, social, educacional, cultural e histórica, consiga desenvolver e consolidar, ainda mais, também uma consciência epistemológica para com o coletivo que representa o campo da Educação Musical brasileira, a ABEM.

Em uma perspectiva de projeção futura da ABEM, Luis Ricardo Queiroz (2020) destaca a importância da atenção à formação de lideranças dentro do próprio movimento da Associação, como um fator essencial para a manutenção institucional e dos aspectos e dimensões instituídos historicamente através da Associação.

Eu vejo assim, certamente será uma Associação maior, mais organizada... sendo pragmático, ela vai seguir esse curso, a gente já consolidou um coletivo suficiente para isso... então eu vejo uma Associação maior, uma Associação mais consolidada, uma Associação com uma participação social grande... Mas eu sinto que, para gente poder responder essa pergunta plenamente, a gente precisa pensar em como a gente tem lidado com a formação de lideranças e como essas pessoas que estão sendo formadas tem assumido essa responsabilidade. A impressão que eu tenho é a de que pode estar aí um ponto frágil... pela dificuldade dos tempos, pelo envolvimento nosso num conjunto de atividades, eu tenho sentido as pessoas hoje mais dispersas para assumir compromissos efetivos com a Associação... Como, por exemplo, como eu te contei, eu tive quando assumi como diretor regional e olhei e falei "poxa, nós estamos precisando melhorar o site, então nós vamos fazer isso". Tem gente assim, mas eu acho que é algo que a gente precisa parar para

pensar... Então acho que a Associação cresce, a Associação continua, continua forte, continua fazendo o seu papel, mas para gente andar mais como a gente gostaria, para gente continuar avançando, nós precisamos olhar para essa formação de lideranças mais comprometidas com o coletivo (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 17-18).

A promoção e a intensificação do sentido coletivo da Associação foi pauta de todas as gestões da ABEM. Essa questão passa também pela dimensão financeira, que reflete historicamente a construção do relacionamento com os associados. Acerca deste ponto, vários presidentes destacaram o papel da Associação, em potencializar uma consciência coletiva de representatividade institucional para a Educação Musical brasileira. A narrativa de Luis Ricardo Queiroz (2020) exemplifica esse aspecto:

Acho que ela [a ABEM] deu uma organizada financeira muito grande, porque a gente passou a ter mais sócios e isso... esse assunto é um assunto sempre polêmico, quando você vai falar de pagamento, de anuidade e... isso é um pouco o retrato de como a gente ainda precisa construir uma ideia coletiva. Hoje essa ideia é muito mais madura do que ela era quando a ABEM começou, que tinha ali duzentas pessoas, trezentas... quando chegou a quinhentas já era um número assim absurdo. Hoje a ABEM tem mais de dois mil sócios e tal... Eu tentei levar nessa primeira gestão, com a criação dos Fóruns a gente chegou em mais lugares... os Fóruns não tem nenhum tipo de exigência, você pode chegar lá e se inscrever, você não precisa ser sócio, você pode nunca ter participado de nada da Associação, não tem pagamento de inscrição, nada disso. A gente também promoveu uma série de debates falando sobre isso. Porque ser sócio? Quando você se associa, não é um clube de vantagens em que você está se associando e, “poxa o que é que eu ganho?”, mas é a gente dizendo: nós temos que fortalecer um coletivo para que esse coletivo nos represente de maneira consistente. Eu acho que isso ainda precisa avançar muito, mas isso foi algo que aconteceu. Acho que a Associação ganhou mais sócios, se organizou melhor coletivamente. Com isso, você tem mais condições de trabalhar. Eu sempre disse assim, poxa eu quero participar de coletivos que, se amanhã a ONU convocar para uma assembleia lá em Paris, na sede da ONU, o nosso representante possa dizer “eu vou lá representar a nossa área”. A gente tem que chegar nesse patamar. Todo mundo tem que ter a consciência de que a gente só chega se houver coletivamente uma contribuição. Eu me lembro assim, as associações americanas fortes a AMS, que é a de Musicologia, American Musicological Society e a SEM, que é a de Etnomusicologia, Society for Ethnomusicology, você paga a anuidade aí tem vários grupos que você participa. Por exemplo, na de Etnomusicologia eu sou do grupo de música caribenha e latino-americana, e aí você pode contribuir para o grupo... quanto você quer dar para o grupo mensalmente? Sei lá, vamos dizer, eu dou dez dólares por mês e esse recurso vai lá para o grupo. Ainda tem várias outras coisas que a associação pergunta se você quiser doar e muita gente faz isso. É uma associação que tem uns cinco mil sócios, ela já tem um recurso, mas tem gente que entra lá e diz assim “esse ano eu gostaria de dar aí mais duzentos dólares para a associação”. É uma associação também que existe desde 1953 ou 1954. Então, com isso as pessoas já entenderam que é preciso associação para que o coletivo aconteça. Então eu destacaria que organização financeira com uma participação maior de sócios foi um aspecto (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 8-9).

A construção da representatividade coletiva da Educação Musical brasileira, através da ABEM, reflete o protagonismo da Instituição, seus compromissos e as

diversas frentes de trabalho que foram instituídas ao longo das gestões. As lutas, ações e respostas a cada época e contexto se relacionam de diferentes maneiras com os processos históricos, políticos e sociais que fazem parte da trajetória da ABEM. Dentre os aspectos que contribuíram nesse sentido, Luis Ricardo Queiroz (2020) destaca o diálogo com os diferentes atores sociais e os segmentos internos da ABEM e com outras instituições e associações.

Eu sinto que, uma coisa importante que eu busquei praticar na minha gestão e acho que funcionou, quando eu assumi a ABEM, o resultado de construções históricas a gente tinha, e acho que todo presidente passou por esse desafio e resolveu muitos deles, porque os desafios vão mudando.... a gente tinha uma série de conflitos entre a ABEM e uma outra associação, a ABEM e um grupo de profissionais, a ABEM e um determinado contexto. Muitos desses conflitos tinham a ver com passagens históricas de pessoas ou que não estão mais na Associação, ou que estão na Associação mas não tem mais aquele perfil... por um momento específico em que acontece uma discussão pontual e a pessoa se irrita e não quer saber mais e tal... e eu me lembro de ter levantado essa bandeira, eu falei “olha, eu entrei aqui para promover paz e diálogo, assim como é o princípio da Associação, assim como todos os presidentes fizeram e eu estou aqui para minimizar essas questões”. Então me lembro de um caso pontual. A FAEB guardava uma certa mágoa, porque ela não entendia muito aquele processo de 2008, que não foi 2008, foi de 2004, ganhou força em 2006, até chegar lá na aprovação da lei em 2008. “Como é que a Música tomou frente, colocou uma lei para a Música e as outras Artes ficaram para trás?”. Mas eles não conheciam muito da história e também, a gente talvez não tenha se preocupado em contar para eles a verdadeira história que estava por trás disso. Eu me lembro de ter sido convidado para ir para um evento da FAEB, em Ponta Grossa, um evento nacional e fui disposto a esse trabalho né. “Eu estou aqui, penso que o coletivo é importante, a Música tem caminhos diferentes das outras áreas em relação ao ensino, mas estamos aqui para trabalhar juntos e eu gostaria de esclarecer alguns pontos que, de vez em quando, me parecem arestas ainda na nossa relação e etc.”... E assim eu diria que, eu e toda a nossa diretoria, buscamos promover muito esse diálogo e agregar pessoas que estavam distantes. Por exemplo, convidar uma pessoa que já não ia há muito tempo, para ir para o evento e para trabalhar no evento, oferecendo um curso, participar de uma mesa redonda, sempre pensando que se essa pessoa tem alguma coisa para contribuir, ela deve ser chamada, ela deve fazer parte do todo, não importa se no passado isso foi um problema... e também organizar esses grupos (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 18).

Eu me lembro muito desse trabalho do Norte... estive ali na iniciação do Galizia para criar uma rede lá em São Paulo, eu fui lá representando a ABEM. O Galizia me mandou um convite dizendo “olha, São Paulo é muito grande, tem muita coisa acontecendo, a gente pouco conversa, a gente vai fazer uma reunião com a ideia de juntar um coletivo. Será que a Associação poderia participar?”... Eu fui! Claro! Me dispus a participar dessa reunião deles, foi muito positivo. Assim aconteceu com outras ações no Norte, na Bahia, teve o grupo lá do FEMBA, trabalhei muito próximo deles nessa época... Onde tinham esses coletivos reunidos a ideia foi: vamos trabalhar juntos com a ABEM e não pensar isso como oposição. Por exemplo, diálogos com o Fladem foi uma coisa que a gente investiu bastante, dizendo “nós estamos aqui trabalhando com objetivos muito parecidos: promover a Educação Musical, fortalecer a Educação Musical, a ABEM com foco no Brasil, o Fladem com esse foco mais no contexto da América Latina, mas em momento algum isso é ou deve ser uma concorrência” ... eu acho que isso foi muito positivo

como um todo para a Associação. Eu destacaria essa abertura para os muitos diálogos e uma perspectiva completa de evitar conflitos e de evitar qualquer tipo de ruptura, a não ser no âmbito acadêmico e no âmbito político. O que é que eu quero dizer: a gente só vai discutir e marcar posição para defender ideias, para defender ações políticas, mas não contra pessoas, contra grupos e assim por diante. Isso foi muito positivo, eu penso (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 18).

Os processos de abertura para o diálogo com outras instituições representativas nos cenários regionais e nacional foram intensificados, nos quais a ABEM buscou expandir a constituição de articulações e de redes com outras associações. Nesse sentido, para além do âmbito nacional, também manteve e ampliou as perspectivas de internacionalização que havia construído desde as primeiras gestões. Luis Ricardo Queiroz (2020) narra que

Nesses quatro anos, nós conseguimos também uma inserção internacional muito grande. Por exemplo, a ABEM já era representante da ISME no Brasil de longa data, mas nós participamos de um conselho de associações internacionais, de representantes internacionais da ISME, trabalhamos num documento que foi elaborado, mandado para a diretoria, sobre questões que poderiam mudar nos países, a ABEM realizou o evento da ISME, também em Natal em 2017, um evento regional da ISME... muitas decisões e muitas ações na cena internacional, em parcerias com pesquisadores de outras associações, foram tomadas nesse período. Eu acho que foi um eixo que eu falei pouco, mas que foi importante, essa internacionalização da Associação, dando a ela, inclusive, uma visibilidade maior fora do país (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 15).

No ano de 2017 foi realizada, entre os dias 08 e 11 de agosto, a “XI Conferência Regional Latino-Americana de Educação Musical da ISME”, em Natal – RN. O evento representa a consolidação da parceria ABEM-ISME, que iniciou ainda nos primeiros anos de existência da ABEM. Cabe ressaltar que essa parceria vem se expressando também através da presença das presidentes eleitas da ISME nos últimos Congressos Nacionais da ABEM.

Ao passo que a ABEM ampliou sua rede de diálogos interinstitucionais, consolidando sua representatividade perante outras associações, órgãos governamentais, instituições públicas e privadas, o cenário político nacional impôs outros desafios à Associação. O contexto que marcou a transição do governo de Michel Temer para o governo Bolsonaro foi marcado pela ampliação de cortes orçamentários para as instituições públicas, pela retirada de direitos sociais fundamentais e por enormes retrocessos que acompanharam as políticas governamentais. Os cortes de investimentos trouxeram grandes dificuldades para Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e impactaram também nas ações que a

ABEM vinha promovendo. Marcus Pereira (2020) narra acerca das dificuldades oriundas desse contingenciamento:

A gente vive um contexto de ataque à ciência no país. Esse congresso nacional que foi feito na minha gestão, que foi o Congresso Nacional de Campo Grande, ele tem uma drástica redução financeira. O CNPq, pela primeira vez depois de muitas edições do congresso, a gente não recebeu financiamento do CNPq. O CNPq deu financiamento para as associações de área no edital, a nossa associação de área é a ANPPOM, e mesmo a ANPPOM não recebeu dinheiro do CNPq. A gente foi aprovado, com mérito e tudo, mas não tinha o recurso. O dinheiro da CAPES que a gente recebeu foi muito menor do que de toda a história. Então esse é o contexto que a gente vive hoje, que é um contingenciamento (PEREIRA, E.N., 2020, p. 4).

Frente ao cenário de retrocessos que foram impostos pelos últimos dois governos federais, a ABEM vem buscando fortalecer sua representatividade política através do diálogo e da união de forças com outras associações da área das Artes. Marcus Pereira (2020) destaca que a construção de redes entre as associações vem abrangendo a continuidade e ampliação das articulações, em busca da constituição de maior força política e representatividade em diversos âmbitos, especialmente junto ao Ministério da Educação.

Uma das coisas que a gente também tem organizado como instituição, de coisas que foram instituídas... como eu falo, é muito difícil falar de coisas que são instituídas, porque são ações que já vem sendo feitas, mas que de repente ganham uma força maior... que foi o contato com as outras associações de área da área de Artes. Por exemplo, neste congresso (2019) a gente conseguiu levar os presidentes da ABRACE, da ANPAP, da FAEB, da ANDA, das Artes Cênicas, do Teatro, da Dança e das Artes Visuais, para gente tentar fazer um movimento conjunto das Artes. O pensamento principalmente que eu trabalho é que, se estamos juntos nesse componente curricular Arte, nós precisamos conversar, para não acontecer coisas como essas brigas legislativas que tivemos. A Música que se torna obrigatória, depois vem as associações sozinhas e fazem uma outra lei. Ou seja, isso é muito estranho, principalmente para o Ministério, porque vai a Música, pede uma coisa, vai as Artes Visuais e pedem outras coisas. Então, construir mesmo um diálogo maior dessas áreas. A gente começou isso no final da gestão do Luis, quando teve um encontro sobre Artes que aconteceu na Bahia, onde a gente assumiu o compromisso desse diálogo. Esse diálogo não é fácil, justamente por conta de todos os compromissos de cada associação, que tem os seus congressos os seus compromissos próprios. Nós já nos reunimos na ConFAEB, a gente já tinha se reunido lá na Bahia, a gente se reuniu na ABEM no ano passado e, naquele mesmo ano, teve uma reunião com todos os presidentes na ConFAEB novamente. Então, essa também é uma ação importante, de fazer essa coalizão em prol das Artes no país, para que a gente tenha um discurso afinado. Não precisamos pensar as mesmas coisas, mas o discurso precisa ser afinado porque assim a gente tem mais força junto do Ministério, essa é uma das coisas que a gente tem feito (PEREIRA, E.N., 2020, p. 15-16).

No sentido de articulação política, a ABEM tem buscado se relacionar com diversos níveis e tipos de organizações públicas e privadas. A partir do contexto

desafiador que se tornou a luta pela manutenção das políticas públicas para Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia no Brasil, a união de forças de diferentes instituições tem sido, cada vez mais necessária. Marcus Pereira (2020) observa que o diálogo com os órgãos representativos do poder público governamental se tornou mais restrito e narra que outra importante ação da ABEM foi a sua afiliação à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.

Então, depois que eu assumi, tem essa dificuldade. É uma dificuldade, porque é um diálogo realmente mais restrito e a gente tem os problemas sérios que a gente vêm enfrentando, de financiamento, os ataques às Artes. Isso foi se intensificando depois do Temer e depois com a eleição do atual presidente, isso atinge níveis assim que eu não esperava, não achava que a gente fosse viver algo parecido. Então, é muito interessante, se você for ver os documentos que a gente emanava, na época a gente fazia notas de repúdio atrás de notas de repúdio de tudo o que era feito e hoje... a gente, mais para frente, a gente pode falar sobre isso, das nossas ligações com as outras associações. Por a gente fazer parte hoje, ser associado da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, as nossas notas de repúdio param de ser individuais da ABEM e passam a integrar esse conjunto maior de associações que a SBPC representa. Então, a gente não faz mais essas notas de repúdio, a gente endossa as notas de repúdio da SBPC (PEREIRA, E.N., 2020, p. 3-4).

A afiliação a SBPC foi uma das coisas que a gente fez na gestão passada. Foi muito importante integrar a ABEM nessa rede de associações em prol da ciência no país. Isso para nós é muito importante, porque a SBPC tem uma consultoria jurídica, o que por exemplo, para nós nos falta, porque precisa de dinheiro para você contratar um advogado, para ele estudar, para você fazer as suas manifestações. Então, ao estar filiada a SBPC a gente não fica relaxado nesse sentido, porque o objetivo ainda é termos uma assessoria jurídica nossa. Mas um passo foi dado, porque as coisas principais da educação e da ciência no país a SBPC tem dado esse suporte. Integrar a SBPC foi muito positivo. Por exemplo, a SBPC fez no ano passado [2019] uma mobilização no Senado e na Câmara, onde os presidentes ou representantes das associações foram para o Senado, sentaram com os senadores, sentaram com os deputados, apresentaram as demandas, apresentaram os nossos produtos, aquilo que a gente faz, as nossas ações, as nossas necessidades financeiras, porque são importantes para o nosso país, e os senadores lá ouvindo. A professora Delmary representou a ABEM, porque ela mora em Brasília e ela faz parte da diretoria, era uma data que eu não conseguia estar em Brasília. Se não me engano se chamou “Marcha pela Ciência”. A SBPC tem organizado esses eventos, baixa todo mundo no Congresso e senta com os senadores e fica no corredor, pegando o senador na esquina, indo para o gabinete do senador e apresentando todas as demandas. Com isso conseguiu-se aprovação de uma série de emendas para a CAPES, de recurso financeiro para a CAPES, para a Educação Básica, para o CNPq. Estar integrado a isso e poder participar de ações como essas é muito importante (PEREIRA, E.N., 2020, p. 16).

Também como movimento de resistência e reivindicação de condições adequadas para o trabalho das instituições, a “Marcha Pela Ciência” ocorreu em Brasília, no Congresso Nacional, no dia 02 de outubro de 2019, agregando quarenta e seis (46) entidades, com o objetivo de “sensibilizar os parlamentares para a

alteração da proposta de Orçamento Geral da União” (SBPC, 2019). Em 07 de maio de 2020, foi realizada a “Marcha Virtual pela Ciência no Brasil”, que teve transmissão das atividades pelas redes sociais, com o objetivo de “chamar a atenção para a importância da ciência no enfrentamento da pandemia de COVID-19 e de suas implicações sociais, econômicas e para a saúde das pessoas” (SBPC, 2020).

Em contraposição ao atual contexto, Marcus Pereira (2020) destacou a consolidação do reconhecimento da ABEM, frente aos órgãos governamentais, como entidade que representa a Educação Musical no país. Salientou as políticas de incentivo, financiamento e diálogo junto ao Ministério da Educação, exemplificando acerca das ações que envolveram os debates em torno da BNCC.

Bom, [o contexto atual] é um contexto muito difícil... Quando eu era secretário na gestão anterior, a gente viveu uma fase bastante positiva na educação brasileira, uma fase de prosperidade econômica, onde a gente conseguia bastante financiamento para fazer congressos com tranquilidade. Foram grandes congressos que foram feitos na gestão do Luis, como o congresso que teve em Natal, que todo mundo tem na memória, porque foi um congresso muito grande, muito bacana. No final da gestão do Luis a gente já começa a ver um pouco um vislumbre daquilo que está acontecendo hoje, que foi quando a Dilma sofreu o impeachment... Esse caminho político do Brasil vai mostrando um pouco da situação da Educação brasileira de uma forma geral e da Educação Musical de uma forma mais específica. Naquela época da Dilma, a ABEM estava muito ativa junto ao Ministério da Educação, trabalhando na construção da Base Nacional Comum Curricular. Então, eu e a Luciana Del Ben fomos nomeados na assembleia da ABEM para participar dessa discussão sobre a Base. A gente fez fóruns específicos sobre isso e eu fui várias vezes em reuniões no Ministério da Educação, para tratar da construção da Base Nacional Comum Curricular. Esse foi um momento muito importante para nós. Eu escrevi um texto recente sobre a Base com a Luciana, falando um pouco dessa nossa experiência. Com todos os problemas que a Base apresenta, todas essas questões que são apontadas pela ANPEd, que a gente apontou ao longo de toda a construção do processo. Para nós, na Educação Musical, era um momento bastante interessante, porque foi um momento em que o governo fez a área pensar o que, em termos de música, todo brasileiro tem o direito de saber. Isso cutuca a área, isso provoca a área a sentar e a pensar. Não há consensos com relação a isso, há várias respostas que podem ser dadas, mas a gente precisava dar uma para o Brasil inteiro, e uma que conseguisse abarcar esses não consensos, que conseguisse abarcar a diversidade. Esse é um dos problemas da Base, que é você fazer um documento que é norteador, que vai servir para o Brasil inteiro, mas que tem que dar conta dessa diversidade que é o país. Então, para nós da área de Educação Musical, foi muito importante essa provocação e nos fez pensar sobre isso, sobre imaginar uma base curricular de música para escola, com todo esse cenário de música que a gente tem (PEREIRA, E.N., 2020, p. 2-3).

O processo que levou a publicação da BNCC passou por três versões. Esse processo iniciou a partir de uma Comissão de Especialistas¹⁴⁰ que elaborou o primeiro

¹⁴⁰ A Comissão de Especialistas para a elaboração da BNCC foi instituída através da Portaria nº. 592/2015 do Ministério da Educação.

documento, lançado em 2015 e disponibilizado para consulta pública. A partir desse documento, em dezembro do mesmo ano, a ABEM realizou o “Fórum da ABEM Sobre o Ensino de Música na Proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, em Brasília – DF, ocorrendo também encontros posteriores para a análise e encaminhamentos sobre a proposta. A segunda versão da BNCC foi lançada em 2016, e teve a participação de Marcus Vinícius Medeiros Pereira e de Luciana Del Ben como membros representantes da ABEM. Esta versão foi debatida também no âmbito dos seminários estaduais do Consed¹⁴¹ e da Undime¹⁴² em todos os estados brasileiros. Contudo, a versão final, publicada em 2017, que se refere apenas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, apresenta uma ruptura com o processo de diálogo que o Ministério da Educação havia estabelecido com as instituições. Essa ruptura também foi um dos resultados decorrentes do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. No ano de 2018 ocorreu a homologação do documento da BNCC para o Ensino Médio – BNCCEM.

Como consequências que as versões finais homologadas para a BNCC trouxeram para o ensino de Música, estão a transformação da Música em área temática do componente curricular Arte, o que pode representar diversas interpretações para as secretarias de educação, e a retirada da obrigatoriedade do ensino de Arte para o Ensino Médio. Para Marcus Pereira (2020),

Então o contexto da Educação Musical brasileira é esse. Na escola a gente tem o contexto da Base, um contexto sério porque ele faz retrocessos sérios, como transformar a Música em área temática dentro de um componente curricular. Isso enfraquece a nossa área na escola, mais por causa da leitura que as pessoas vão fazer desse documento... e uma outra área temática que é o das Artes integradas. Porque em si, se você for olhar na Base Nacional Comum Curricular as Artes integradas não tem tanto problema assim, elas não te levam para a polivalência necessariamente, nada disso. O problema é a leitura que as secretarias vão fazer e que elas têm feito de tudo isso. O outro contexto sério que a gente vê, nesse momento que eu assumo, é a medida provisória do Ensino Médio¹⁴³, que depois a gente vê a consolidação na Base Nacional do Ensino Médio, em que você não tem mais o componente curricular Arte. A Arte, ela está dentro de uma das competências gerais do Ensino Médio e você tem lá português e matemática. Foi uma luta, a gente fez uma série de documentos que a gente mandou para o CNE, mas isso mostra um pouco dessa ruptura desse diálogo. Isso realmente não resultou

¹⁴¹ Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed.

¹⁴² União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime.

¹⁴³ Medida Provisória nº 746, de 2016 - Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

em muita coisa, porque de fato as Artes ficam diluídas e a Música mais diluída ainda no Ensino Médio (PEREIRA, E.N., 2020, p. 4).

Embora em um cenário no qual o diálogo com o Ministério da Educação e com outros órgãos governamentais seja difícil e desafiador, a representatividade da ABEM frente a esses órgãos permanece reconhecida. Ao longo de toda a sua trajetória, a Associação buscou se inserir nos principais debates da educação brasileira, também junto às políticas de cultura, exercendo sua representação em diversos momentos. Essa construção histórica produziu uma respeitabilidade, solidez e respaldo institucional, que se mantém e se consolida a cada gestão. Para Marcus Pereira (2020):

Bom, a principal linha de pensamento é a defesa por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Dentro dessa educação pública, gratuita e de qualidade, uma educação musical pública, gratuita e de qualidade, esse tem sido o grande mote de todas as nossas lutas. Como representatividade política eu tenho observado, desde a época da secretaria e agora como presidente, como que a história da ABEM construiu uma instituição sólida e respeitada no meio político, que é sempre consultada... já foi mais, mas ainda hoje é consultada, ainda que seus posicionamentos não sejam todos levados em consideração e todos assumidos, como é o processo da política, a gente tem uma entrada muito forte. A gente tinha ainda uma entrada muito maior no Conselho Nacional de Educação, por exemplo. Houve uma mudança muito drástica dos membros desse Conselho. Então, a gente ainda está estudando formas de nos aproximarmos dessa nova conformação do Conselho, mas é uma representatividade política muito forte, muito consistente, que é resultado desses anos de luta da instituição. A gente tem atuado junto ao Ministério da Educação, junto a CAPES, junto aos organismos internacionais nesses grupos que a gente tem participado. A nossa luta, basicamente, tem sido essa, garantir à população o acesso de qualidade a ensino de música cada vez mais amplo, de uma maneira mais ampla, mais despida de preconceitos, cada vez mais forte e mais presente na vida das pessoas. Para isso a gente tem lutado junto aos organismos públicos para que sejam exarados documentos, porque esses documentos que vão ter força de lei, documentos infra legais, que vão ajudar a nos dar um peso para que essa luta possa de fato fazer algum efeito (PEREIRA, E.N., 2020, p. 17-18).

O reconhecimento da ABEM como a instituição que representa a Educação Musical no Brasil é resultado de uma trajetória sólida e consistente, construída historicamente pelas mãos de muitos protagonistas, como vimos expondo e reconhecendo ao longo deste capítulo. São movimentos internos e de internacionalização que vão impulsionando a existência da instituição ABEM. Marcus Pereira (2020) exemplifica, em sua narrativa, sobre o respeito, estabilidade e respaldo que a instituição conquistou através de suas ações em diversos momentos de sua história.

Então, é um contexto realmente nebuloso que a gente enfrenta agora, mas mesmo assim, esse diálogo que a gente tem com o governo se mantém de certa forma. Ele mostra a força que foi construída ao longo dos anos pelos presidentes anteriores, pelas diretorias anteriores, para a ABEM. A gente vê isso muito claro, assim que eu assumi, quando a CAPES fez uma reunião e, pela primeira vez, a representante de área da CAPES chamou os presidentes das associações para que escrevêssemos juntos o documento de área da CAPES, a ficha de avaliação dos programas de pós-graduação. A CAPES chamou as associações de área, então chamou a ANPPOM, a ANDA, a ABRACE, chamou a FAEB e chamou a ABEM. Ou seja, a Música tem sempre duas representações, porque chama a ANPPOM, mas eles chamam a ABEM, por essa construção que foi feita. Então, em meio a esse cenário todo, a gente ainda tem esse diálogo e essa entrada no Ministério da Educação. Então, eu fui para essa reunião da CAPES... Mesmo nesse cenário que está o Ministério da Educação, a ABEM foi chamada para discutir um decreto, que saiu até... mas, como o governo e o Ministério da Educação infelizmente não se entendem, o que está acontecendo... tinha um decreto da alfabetização que considerava a Música muito importante para essa fase. Eles defendendo a todo o momento que era Música enquanto Música, enquanto área e não a música para ajudar na alfabetização, mas esse aprendizado da Música mesmo, Educação Musical, que favorecia naturalmente a alfabetização. Então, a ABEM foi chamada para dialogar sobre isso. A gente começou o diálogo, mas aí a secretaria que cuidava disso foi desfeita e a coisa não foi para frente. Então, o que a gente vive hoje é isso, é um momento de descontinuidade de ações, a gente continua disponível para o diálogo, mesmo com as nossas dificuldades de compreender os rumos que esse governo está dando para o país. Mas o que faz a gente entender muito bem é que a ABEM não tem partido político. O partido político da ABEM é a Educação Musical. Então, independente do governo que está posto, a Associação está à disposição para o diálogo com o que for melhor. Então, a gente vai até onde for possível ir, até onde as coisas que nós construímos ao longo dos anos permitam que a gente vá. Quando começa a ir contra tudo aquilo que foi construído como conhecimento, tudo aquilo que a área construiu ao longo dos anos, aí a gente rompe com o diálogo. Mas isso não aconteceu ainda. Mas a situação atual é essa, não é um cenário maravilhoso, mas ao mesmo tempo em que não é um cenário maravilhoso, é um cenário em que eu pego uma Associação Brasileira de Educação Musical já muito consolidada, com muito respaldo e com muito respeito. Então, tem essa situação caótica no Brasil, mas a Associação tem uma solidez, é uma instituição sólida e respeitada. Então, tem todos esses lados da moeda (PEREIRA, E.N., 2020, p. 5).

Mas é uma representatividade política que às vezes eu até me assusto com a força que tem junto ao governo. Mas eu acho que é isso, eu falei bastante sobre as nossas ações junto ao Ministério da Educação, as participações na construção dos documentos curriculares, dos documentos da pós-graduação, a participação nas audiências... A gente lutou e conseguiu que a ABEM fosse uma das convidadas para as audiências, então a gente ia como convidado, a gente tinha dois lugares garantidos em todas as audiências. A gente foi chamado a opinar, por exemplo, sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nas universidades, a ABEM foi convidada a participar. Teve uma reunião das Artes, junto ao Conselho Nacional, para tentar fazer um movimento para modificar algumas coisas das Diretrizes para a Educação Básica, também estávamos juntos. Então, é uma representatividade política muito intensa e que foi muito bem construída e, do meu ponto de vista, é bastante sólido aquilo que a gente construiu ao longo dos anos e que facilita a minha atuação hoje como presidente. Porque não é uma credibilidade que eu precise ainda lutar para que as pessoas reconheçam, já é uma credibilidade reconhecida. Então, é resultado mesmo desse esforço dessa história que a gente tem (PEREIRA, E.N., 2020, p. 18).

No âmbito da Educação Básica, Marcus Pereira (2020) também destaca a atuação da ABEM nas políticas públicas para os livros didáticos:

A gente tem atuado bastante junto ao Ministério da Educação no que diz respeito aos livros didáticos. Existe uma portaria do Ministério da Educação que pede que as associações indiquem responsáveis para fazer parte de comissões. São só indicações, porque o Ministro da Educação, depois de toda uma lista que é feita, ele escolhe, mas é um papel interessante e a gente tem participado dessas discussões dos livros didáticos. Então, a gente tem procurado manter a Associação sempre presente nesse circuito de produção de políticas públicas. Em geral, essas políticas públicas se relacionam, de uma maneira mais direta, com a Educação Básica. Então, são os livros didáticos (PEREIRA, E.N., 2020, p. 15).

Como forma de potencializar e discutir ações relacionadas às políticas públicas para a Educação Básica, Ensino Superior, formação de professores, pesquisa e produção científica, foram criados os “Fóruns Permanentes de Discussão” da ABEM. Instituídos em 2014, os Fóruns tem se mantido como perspectiva de aproximação e expansão das ações e discussões da Associação. Marcus Pereira (2020) narra que

Os Fóruns são uma criação recente e a gente está vendo ainda como eles funcionam. A ideia inicial, quando na gestão do Luis foram instituídos esses Fóruns, era que esses Fóruns fossem de discussão permanente, mas eles não se configuraram como de discussão permanente. A discussão só acontece quando tem um encontro do Fórum e naquele lugar. Então, tem sido um evento muito rico, porque você acaba trazendo questões daquele lugar e mobilizando aquele lugar. Então, em Campo Grande eu me lembro que tinha uma questão em que os professores levantaram uma série de demandas para o curso, os professores que estavam atuando e que eram egressos do curso. Então, a gente chamou a Secretaria Municipal, a Secretaria Estadual, os professores egressos, os professores em formação, discutimos ali, foi muito interessante. Em Guanambi a gente conversou também com a Secretaria, tiramos uma série de dúvidas, discutimos, porque a Secretaria defendia a polivalência, então apresentamos outras propostas, ficou muito interessante nesse contexto local. Uma coisa que intensificou, que tem a ver com isso, a gente passou a fazer a transmissão online dos Fóruns para que as pessoas pudessem participar. Essa transmissão ainda não é profissional, a gente faz dos nossos próprios celulares, do Facebook, então dá uma série de problemas, mas tem permitido a participação das pessoas. A Cláudia Bellochio é uma das que sempre faz um esforço muito grande para participar... Então, é um esforço de tentar fazer com que esses Fóruns sejam de discussão permanente. Isso a gente tinha pensado, inicialmente, de criar Fóruns online, que precisa de um moderador, as pessoas vão discutindo, mas alguém precisa moderar para que a discussão não vá para qualquer lado. A gente ainda não conseguiu fazer isso por várias dificuldades, de encontrar uma pessoa que tenha tempo para acompanhar a discussão on-line e encontrar mesmo um formato eletrônico que permita tudo isso¹⁴⁴. Então, essa é uma das coisas que a gente está pensando em fazer para atrelar os grupos de trabalho ao Fórum, para que sejam discussões permanentes e que no congresso seja o resultado de uma discussão que foi feita ao longo do ano (PEREIRA, E.N., 2020, p. 13).

¹⁴⁴ Cabe destacar que a entrevista com o presidente Marcus Vinícius Medeiros Pereira, foi realizada em janeiro de 2020, período anterior ao reconhecimento da pandemia de COVID-19 no Brasil, e que no ano de 2020, a pandemia impôs a realização em formato *on-line* para todos os eventos.

A criação e manutenção dos “Fóruns Permanentes de Discussão” também tem contribuído no sentido de ampliar e democratizar para outros setores da sociedade as discussões que a instituição vem promovendo para a Educação Básica, Formação de Professores, Pesquisa em Educação Musical, Ensino de Instrumentos e Escolas Especializadas de Música, além dos Fóruns específicos, a exemplo do “Fórum da ABEM Sobre o Ensino de Música na Proposta da Base Nacional Comum Curricular”. Sérgio Figueiredo (2020) destaca:

Agora tem esses fóruns da ABEM acontecendo, Fórum de Formação de Professores, Fórum de Educação Básica, e muitos deles aproximam os secretários de educação, aproximam diretores de escola. Quer dizer, é uma forma de você pelo menos informar as pessoas sobre o que existe, sobre o que está acontecendo. Então eu acho que é isso, a Associação vem fazendo tudo isso a seu tempo, da forma como é possível. Às vezes alguém levantava a mão em reuniões da ABEM e falava “olha, o que é que a ABEM vai fazer?”, e ela falava assim “a ABEM somos todos nós, então o que a ABEM vai fazer é o que nós decidirmos, por isso nós estamos discutindo... qual é a sua proposição para a solução de um determinado problema?” ... Então tem um pouco dessa ideia, a gente acha que alguém tem que resolver o nosso problema, e na Educação Musical não é diferente, muita gente espera que a ABEM resolva muitos dos problemas (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 10-11).

Embora muitos movimentos venham sendo realizados ao longo de toda a história da ABEM, ainda percebe-se a necessidade de que os associados e também diversos atores da sociedade civil, tomem maior conhecimento da legislação existente e possam ser mobilizadores da Educação Musical em seus contextos, municípios, secretarias, conselhos de educação e outros órgãos do poder público. Para Sérgio Figueiredo (2020) uma das funções da Associação está vinculada à promoção de conscientização, acessibilidade e participação no processo político, como exemplifica:

Esses Fóruns da ABEM, que vieram posteriormente, acho que eles ajudam a gente a manter essa atividade, essa discussão. Fórum de Formação de Professores, ótimo! Acho que isso tem que ajudar a dizer para as pessoas, para as universidades que elas tem um papel importante nessa história. Quem participa dos Fóruns? Como que isso se multiplica? E assim sucessivamente. Eu acho que esse movimento político todo, que só vem crescendo, também tem uma história, da própria condição brasileira, que eu acho que também tem crescido essa ideia das manifestações, das pessoas dizerem mais o que elas pensam. Quer dizer, você tem as categorias se fortalecendo e, às vezes, não tão fortalecidas assim... mas as pessoas entendem que elas podem ter uma participação maior nesse processo político (FIGUEIREDO, E.N., 2020, p. 21).

Nessa perspectiva, os Fóruns também representam possibilidades de ampliação e crescimento democrático da participação da sociedade em um sentido mais amplo do processo político.

A necessidade da promoção de maior conscientização coletiva de representatividade da ABEM entre seus pares foi salientada por Marcus Pereira (2020), quando exemplifica sobre a apropriação, difusão e realização de ações respaldadas pela legislação para o ensino de música, sobre o acompanhamento das ações da Associação e sobre a construção do significado coletivo de Instituição.

A outra face desse processo é fazer com que as pessoas se apropriem desses documentos, por exemplo, as Diretrizes para a Operacionalização do Ensino de Música. Com toda a mudança da legislação, ainda são diretrizes que estão em vigor. Então, fazer com que as pessoas se apropriem de todo esse arsenal que foi construído ao longo dos anos, resultado de lutas de várias pessoas para que elas possam empreender as suas lutas nos seus lugares (PEREIRA, E.N., 2020, p. 18).

As contribuições, eu acho... aquilo que eu falei antes, desse movimento de fazer com que os associados tomem posse do seu lugar de associados na Associação... é algo que a gente tem conseguido fazer, ainda num estágio inicial, mas muito importante, de levar as nossas ações cada vez mais próximas desse público, para que esse público veja que a Associação está em constante movimento. Eu acho que isso é muito positivo, e não só as coisas novas que a gente cria, mas a luta que a gente tem para manter as conquistas que foram feitas até agora (PEREIRA, E.N., 2020, p. 18).

Eu vejo um aumento cada vez maior do número de pessoas que participam... A gente tem tentado, isso já é pensando nesses próximos dez anos, conscientizar as pessoas que participar da Associação não é participar do Congresso apenas. A gente observa isso muito no que se refere ao pagamento da anuidade. As pessoas só efetuam o pagamento da anuidade próximo do momento de submeter artigos para os Encontros Regionais ou para os congressos. Isso nos indica que esse pagamento da anuidade é feito para participação no Congresso e não ainda como um entendimento de participação de um órgão coletivo. Então, essa é uma ação que já tem sido feita há algum tempo, a gente tem intensificado, agora a gente fez essa campanha que gerou bastante discussão na assembleia, de dar um desconto para que as pessoas paguem as suas anuidades no início do ano, para entender que o pagamento da anuidade é uma forma de contribuição para a Associação, que não necessariamente está atrelada à participação no Congresso. Então, daqui há dez anos eu vejo, eu imagino que as pessoas vão estar cada vez mais conscientes da necessidade dessa união, de formar esse coletivo, que já existe, mas que precisa ser consolidado e tornado cada vez mais forte (PEREIRA, E.N., 2020, p. 21-22).

Uma outra ação, que isso eu tenho tentado desde sempre nas minhas falas, que era uma visão que eu tinha enquanto associado e que eu quero tentar mudar, que é essa ideia de que a ABEM é o presidente, não é?! Então, a gente ouviu muito “o que é que a ABEM vai fazer?”. Nós somos a ABEM! Essa conscientização de que todos nós fazemos parte dessa associação. Eu tenho tentado fazer isso no âmbito da diretoria, fazer esse corpo de pessoas, que são mais de vinte pessoas que integram a diretoria, fazer com que esse corpo todo funcione como o órgão representativo da Associação. Isso não é muito fácil, porque somos pessoas que vivemos cada um num estado da federação, então para nos encontrarmos é difícil. Eu tentei, na primeira gestão, fazer uma reunião presencial da diretoria, para a gente traçar metas e traçar mesmo os planos daquilo que a gente queria fazer. A gente conseguiu a participação bastante interessante de membros da diretoria. Então, também é uma coisa que eu tenho tentado fazer. Fazer esse órgão colegiado funcionar como um órgão colegiado. Eu não posso dizer que isso é uma inovação ou que isso é

uma coisa instituída, porque eu não sei como isso funcionava antes. Mas é uma coisa que eu tenho tentado fazer e que eu tenho visto que não é tão simples assim, justamente porque somos pessoas que moramos cada um em um lugar. Até você conseguir mandar um e-mail para todo mundo, que todo mundo responda... e muitas vezes a gente tem respostas que é para dar no mesmo dia. Então, isso acaba dificultando um pouco essas decisões colegiadas, mas também é uma tentativa de fazer com que a coisa funcione como um todo. E essa conscientização de que todos nós... (PEREIRA, E.N., 2020, p. 9).

Embora a ABEM atualmente possua um grande número de associados, seja capaz de mobilizar muitos participantes nos eventos e mantenha uma produção científica que reflete a diversidade de temáticas e de pesquisadores das regiões e estados brasileiros, ainda é necessária maior mobilização e consolidação de uma representatividade mais próxima das realidades de cada estado e município. Para que a construção dessa representatividade se concretize efetivamente, é necessário o fortalecimento do significado de pertencimento de todos os associados às lutas da Instituição. Um movimento nesse sentido, requer que todos os segmentos que fazem parte da ABEM assumam papéis em suas localidades e sejam protagonistas de ações concretas para a Educação Musical, seja em esferas educativas, administrativas, culturais, políticas, científicas ou de outras ordens sociais. Contudo, ao longo da história da Associação, vem ocorrendo movimentos de crescimento da participação dos associados na construção do processo democrático da Instituição. Como narra Marcus Pereira (2020),

Uma das coisas novas que aconteceu... não é novo, as coisas vem acontecendo... mas uma iniciativa interessante que a gente percebeu, foi no Congresso de Campo Grande, a gente abriu uma parte do congresso para as pessoas falarem, que foi a audiência. A gente colocou alguns temas e deixamos as pessoas falarem, falarem as necessidades que elas tem. Isso foi muito importante para gente, porque nós trabalhamos com a legislação, a gente tem conhecimento dessa legislação, eu sei das diretrizes, a gente trabalha com a base, mas a gente foi percebendo na audiência que esse não é um conhecimento de todo mundo. Muitas pessoas ainda tem dúvidas que nós imaginávamos que já estavam completamente sanadas. Isso a gente tem visto muito nos Fóruns também. Você vê, por exemplo, nos lugares bem no interior onde a gente foi, a gente foi em Guanambi, que é no interior da Bahia, a gente foi em Macapá, no Amapá, e questões que a gente já achava resolvidas, você observa que não estão resolvidas assim, que as pessoas não tem tanta clareza. Não as pessoas da área da Música, mas principalmente as das secretarias. Isso ficou bastante claro nos Fóruns, a gente trouxe para o Congresso Nacional na audiência. Foi muito rico, você ouvir as pessoas. Isso faz parte dessa iniciativa que eu vinha dizendo de fazer com que as pessoas se sintam parte da Associação. Então, elas falam o que elas tem necessidade, o que elas gostariam de ver mais. Então, esse lugar aberto no Congresso para as pessoas poderem sentar, conversar, falar dos seus problemas, falar das suas dúvidas, onde os alunos muitas vezes falam. A gente viu vários alunos pegarem o microfone para falar o que sentem, como enxergam. Isso foi uma experiência muito positiva. Dessa audiência, saiu

uma série de pontos para gente fazer, dentre eles, um que me parece muito interessante, que é também uma iniciativa que surge disso, que é fazer um informativo para as secretarias e para os conselhos municipais de educação, esclarecendo, “olha, você sabia que tem essas diretrizes?... você encontra essas diretrizes em tal lugar... você sabia que a música pode ser assim na sua escola?... você sabia que o componente curricular Arte não precisa ser, necessariamente, uma disciplina Arte...”, isso no âmbito da escola. Mas, também nos conservatórios de Minas Gerais, por exemplo, várias pessoas pedindo que a gente conversasse sobre os currículos desses conservatórios. Então, isso foi muito interessante, esse espaço aberto no Congresso eu acho que deve continuar e deve ser aprimorado, que é esse espaço aberto para você ouvir e sentir mesmo o que as pessoas estão sentindo (PEREIRA, E.N., 2020, p. 11-12).

Na perspectiva de ampliar a participação democrática e o pensamento coletivo dentro da ABEM, ocorreu também a intensificação das ações da “ABEM nas Redes”¹⁴⁵, possibilitando através dos meios eletrônicos, a participação de pessoas de diferentes lugares geográficos. Para Marcus Pereira (2020) a ABEM na Redes tornou-se um meio para “fazer com que aquilo que a Associação estava fazendo, as nossas frentes de ação, chegassem de uma maneira mais direta para as pessoas [...] fazer com que a Associação se tornasse parte da vida das pessoas” (PEREIRA, E.N., 2020, p. 8). Com a criação da “ABEM nas Redes”, também com as necessidades impostas pela pandemia da COVID-19, a utilização de plataformas digitais se tornou, em 2020, o principal instrumento para a organização e realização dos eventos promovidos pela ABEM, que ocorreram todos em formato digital.

A utilização de tecnologias, plataformas e aplicativos digitais também tem facilitado a participação de convidados do exterior do país nos eventos da ABEM e ampliado o diálogo e os movimentos de internacionalização da Associação. Como ressalta Marcus Pereira (2020),

Então, é um projeto de tornar a internacionalização da Associação mais forte. Esse é um projeto que já vem acontecendo há muito tempo, com as nossas participações junto a ISME, a ABEM tem sido a representante da ISME no Brasil. A gente fez, se não me engano, dois encontros latino americanos da ISME, um em Campo Grande e outro em Natal. Agora tem essa proposta da Magali, de fazer uma delegação do Brasil, a ABEM é que vai organizar. Isso foi uma proposta da última assembleia [2019], inclusive a gente tem essa reunião na FUNARTE nessa semana sobre isso, para incentivar essa inserção internacional dos nossos pesquisadores (PEREIRA, E.N., 2020, p. 15).

A aproximação com o FLADEM e com a ISME também, que já vem de muito tempo, a gente fez a ISME no Brasil, a ABEM foi parceira quando a ISME foi realizada no Brasil e agora a gente intensifica isso fazendo essa delegação. A Magali que é ex-presidente da ABEM faz parte do Board da ISME. Então,

¹⁴⁵ A “ABEM nas Redes” foi criada em março de 2018, como uma iniciativa que contribuiu para ampliar e democratizar o acesso e a circulação das ações da ABEM, além de proporcionar agilidade à divulgação e maior acessibilidade à plataforma eletrônica da Associação.

esse diálogo internacional também tem sido uma questão interessante (PEREIRA, E.N., 2020, p. 16).

A constituição de uma delegação da ABEM na ISME, apresenta uma perspectiva de fortalecimento da representatividade da Educação Musical brasileira no contexto internacional. Essa proposta foi realizada, por Magali Kleber, no Congresso Nacional da ABEM de 2019. Magali Kleber (2020) narra sobre as intencionalidade da proposta:

Voltando a dizer que, como membro do Board da ISME, eu sinto esse reconhecimento da ISME em relação à ABEM, ao Brasil... tanto que eu fiz a proposta de compor uma delegação brasileira para o encontro de Helsinki agora, que eu queria... estou tentando né... e aí eu fiz por escrito, mandei, falei que eu gostaria, troquei umas ideias com a Liane também... eu queria fazer uma coisa, quero fazer ainda o institucional. Eles aceitaram com muito aplauso e falaram que eu poderia propor um projeto piloto e solicitaram que a ABEM fosse a instituição que representasse isso. Não é legal?! É sinal que a ABEM é reconhecida também internacionalmente dentro da ISME, que é nossa maior sociedade internacional de Educação Musical. Tem uma produção muito boa de artigos, mas ainda a América Latina precisa ocupar o seu espaço lá. Nós não temos o devido espaço, porque nós somos muito diferentes dos anglo-saxões, sem comparação também, e muito diferentes dos americanos. Nós temos outro jeito de fazer pedagogia musical. Então eu acho que isso só vai enriquecer. Eles têm interesse, é só a gente agregar mais, congregar mais e participar mais. É uma coisa que eu acho que a ABEM pode muito bem estar estimulando e eu espero que agora em Helsinki¹⁴⁶ a gente possa ter um grupo de brasileiros com destaque, porque o que nós fazemos é muito inovador. Eu que fui em todos os Congressos ISME, desde 2002, nós fazemos um trabalho, nós somos muito criativos, a nossa música, a forma da gente resolver os nossos problemas é inovadora, porque a gente tem problemas para enfrentar. O nosso povo com a diversidade, essa diversidade nos obriga a sermos criativos, se a gente parte do princípio que a gente reconhece essa diversidade como uma riqueza nossa, como algo que nós devemos preservar. Então eu acho que isso também, digamos, é um cânone dentro das pesquisas da ABEM e dentro do que a gente ouve nos congressos. Eu nunca vi ninguém não reconhecer que a nossa diversidade não é a nossa riqueza, então esse é um cânone. Nesse sentido, eu acho que a gente pode ser mais arrojado, chegar mais. Eu sinto isso. Eu participei do Board nesses quatro anos e eu sinto, que a gente tem dificuldade com a língua. Então poucos brasileiros, digamos assim, tem a fluência do inglês e etc. Mas nós precisamos enfrentar isso e publicar mais. Nesse sentido, eu acho que pode ser uma política da nossa entidade, de publicar e estimular essa publicação internacional. A ISME é um espaço excelente para isso, porque a ISME tem consórcios com editoras, com a Oxford Press, que é uma referência... inclusive eu e a Jusamara temos um artigo. Então, a gente tem condições de publicar mais se a gente estiver mais alinhado com o movimento deles. É tudo muito rápido, porque eles têm uma prática, uma coisa extremamente profissional. Diferente da gente. A gente é... a gente conversa muito... eles não... em uma hora eles fazem uma assembleia e é aquilo, é cravado sessenta minutos. É impressionante gente, eu tenho que aprender com eles. Mas ao mesmo tempo, é aquilo. Agora, a gente tem que, digamos,

¹⁴⁶ Em função da pandemia de COVID-19, a 34ª Conferência Mundial da ISME foi cancelada, conforme declaração publicada, em 02 de abril de 2020, no endereço eletrônico da ISME: <https://www.isme.org/news/isme-34th-world-conference-cancelled>. A 35ª Conferência está programada para ocorrer em 2022, em Brisbane, na Austrália.

pegar isso, que é ótimo deles e levar a nossa ginga, a nossa forma de lidar com a pedagogia, com os diferentes contextos e com os nossos comprometimentos, o que a gente acredita. Eu acho que isso vai enriquecer muito esse contexto internacional (KLEBER, E.N., 2020, p. 30).

Embora a ABEM tenha conquistado sua representatividade na ISME, a busca por maior inserção no contexto internacional tem sido uma das perspectivas da ABEM, quer pelos movimentos de trânsito mútuo de pesquisadores e conferencistas nos eventos das duas associações, quer pelo estímulo às publicações junto à comunidade científica internacional. A representatividade da Associação também ocorre na Educação Básica, através da participação em políticas públicas, da produção de materiais e periódicos, como a Revista MEB, da captação de associados que atuam na Educação Básica.

Nesse sentido, também a proposição de ampliação da Revista da ABEM para uma perspectiva bilíngue ou trilingue tem perpassado as discussões da Associação, como considera Luis Ricardo Queiroz (2020),

Esse é um projeto que eu penso que vai ser fundamental para a Educação Musical brasileira, a gente ter pelo menos uma revista com a produção especializada do Brasil, e essa revista tem que ser a Revista da ABEM, com a publicação em inglês também. Se fosse trilingue, melhor, em português, espanhol e inglês (QUEIROZ, E.N., 2020, p. 7).

Além dessas possibilidades, outras ações têm representado o interesse da ABEM acerca de suas perspectivas de internacionalização. No ano de 2019, foi constituído o *Music Education Policy Group – MEP GROUP*¹⁴⁷, que tem a ABEM como representante brasileira. Essa participação insere a Associação na esfera internacional de produção de políticas públicas para a Educação Musical. Marcus Pereira (2020) narra que

Uma das coisas que a gente fez, que eu participei no ano passado, foi integrar a ABEM a um grupo... aí você vai vendo a representatividade que a Associação construiu... foi organizado um grupo de políticas públicas em Educação Musical, num nível mundial, se chama MEP GROUP - Music Education Policy Group. Eles convidaram, eles mandaram um e-mail convidando a ABEM para ser a representante do Brasil nesse grupo, eu

¹⁴⁷ “O MEP GROUP criou um Grupo de Especialistas internacionais que começou seu trabalho em maio de 2020 e tem a tarefa de redigir uma declaração sobre os princípios universais compartilhados, aplicáveis e comprovados da educação musical. Partindo do pressuposto de que a música é uma parte universal do ser humano e a produção musical ocorre em todos os países ao redor do mundo, esse acordo assumirá a forma de um acordo global do qual todas as organizações interessadas podem se tornar signatárias. Em consulta com os Membros do Grupo MEP e da área mais amplo, o Grupo de Especialistas liderará o desenvolvimento do Pacto Global como uma ferramenta de referência baseada em valores para o avanço da educação musical globalmente” (MEP GROUP, 2020) [tradução livre]. Disponível em: <https://mep.artsinvestmentforum.org/activities/groups/expert-group-global-compact-on-music-education>.

aceitei. Tem algumas reuniões que são on-line e teve a primeira reunião presencial, que foi em Londres, no ano passado [2019]. Eu fui representando a ABEM. Isso nos integra num circuito de produção de políticas públicas, pensando de uma maneira global. Então, isso foi bastante interessante e, agora em abril, eu vou fazer uma fala junto com a Adriana Didier, que é a presidente do FLADEM. Eu vou falar sobre as políticas em Educação Musical no Brasil e a Adriana vai falar sobre a América Latina, on-line para esse grupo. Então, é um projeto de tornar a internacionalização da Associação mais forte (PEREIRA, E.N., 2020, p. 15).

Em outubro de 2020, ocorreu o simpósio “Repensando as Políticas para a Educação Musical em um Mundo Pós-Pandêmico”, promovido pelo *MEP GROUP*, no qual a ABEM participou discutindo o tema “Fomentando a música nas escolas”¹⁴⁸. Outra ação que representa os interesses de internacionalização da ABEM visa integrar a Associação ao *International Music Council – IMC*¹⁴⁹. Marcus Pereira (2020) narra sobre a importância da presença das instituições brasileiras para as políticas públicas internacionais de educação musical:

O que a gente vai tentar fazer agora é ser também parceiro do International Music Council. Apesar de ser um organismo que tem uma perspectiva neoliberal muito grande, uma visão talvez muito europeia do que seja a Música, a Educação Musical e a Política, porque são países que estão em outro patamar de economia, de relações sociais, é importante estar ali para você saber o que tem sido pensado. Porque o International Music Council tem uma ligação com a OCDE muito grande. A OCDE tem uma ligação com o PISA e, embora a gente não concorde com muitas das coisas, com o próprio processo de avaliação do PISA, por exemplo, é importante fazer parte para você ter essas informações e, de certa forma, poder levar uma perspectiva brasileira para esses fóruns. Então, essa é a outra proposta que a gente está em andamento, porque é uma série de documentos que você tem que reunir para mandar. Por exemplo, no encontro do MEP GROUP a gente viu que é da intenção do PISA incluir agora não só português e matemática, mas incluir questões relativas à criatividade e à tomada de decisão e a Música está envolvida nisso. Então, se a Música está envolvida nisso, por todas as questões que a gente tem em relação ao PISA, fazer parte desse processo é muito importante, para você levar outro tipo de visão, para você tentar fazer a coisa de uma maneira menos nociva, para você tentar fazer a Música ser representada com aquilo que a gente acredita. A gente sabe que é muito difícil, são muitos outros países em posição de dominância, mas é muito importante estar presente. Isso foi uma coisa que eu aprendi desde o período que eu fui da diretoria como secretário e como presidente, a presença da Associação nesses lugares é muito importante. Então, se está tendo uma discussão, uma audiência pública sobre a Base no Ensino Médio, a ABEM estar presente... e eles sabem que a ABEM está presente, está preocupada com isso. Então, isso é muito importante, essa presença é muito importante para luta política. Então, fazer parte do International Music Council, o objetivo é mais esse. É nos integrarmos a essa comunidade de países e tentar levar um pouco da nossa voz. É isso, de projeto, eu acho que é isso (PEREIRA, E.N., 2020, p. 16-17).

¹⁴⁸ <https://mep.artsinvestmentforum.org/activities/symposium-2020>.

¹⁴⁹ <https://www.imc-cim.org/>.

Essas perspectivas de internacionalização expressam a presença da ABEM no contexto global e suas influências para a educação musical brasileira.

Desde sua fundação, a ABEM vem buscando se inserir nos contextos políticos, históricos e sociais relacionados à educação musical, compreendendo a importância da construção de uma voz ativa e representativa e ampliando seu espectro de atuação. A construção e manutenção da representatividade política da Instituição para seus associados, necessariamente, depende de abarcar as abrangências e diversidades do pensamento coletivo que cada período e contexto histórico apresenta, como um exercício constante e dinâmico de democracia. Para Marcus Pereira (2020),

É um desafio muito grande, porque você representa uma área, você representa um conjunto de pesquisadores, de professores, de estudantes e essa é uma responsabilidade muito grande. Então, é interessante que você tem que fazer um exercício de manter a sua individualidade, tudo aquilo que você acredita, toda a linha teórica com a qual você trabalha, mas ao mesmo tempo você tem que sair dessa individualidade e entender que você representa um coletivo. Um coletivo com referenciais teóricos diferentes, com pensamentos sobre Música e sobre Educação Musical muito diferentes. Como você representa todo este coletivo, você tem que fazer um exercício de entender toda essa área, você tem que fazer esse exercício de compreender quem são os pesquisadores, quais as pesquisas que estão sendo feitas, onde a Educação Musical está acontecendo no Brasil, você tem que abrir a sua mente de uma maneira muito profunda para você tentar fazer da melhor maneira possível essa representação e fazer com que essa representação seja de fato do coletivo e não a representação dos interesses que você individualmente acredita (PEREIRA, E.N., 2020, p. 6).

A representatividade política de uma Instituição requer um amplo conhecimento da área e de seus campos de conhecimento. Esse entendimento está presente em toda a história da ABEM, que sempre buscou fortalecer sua amplitude científica, implementando políticas internas de organização e divulgação de conhecimento em Educação Musical. Nesse sentido, Magali Kleber (2020) também destacou a importância dos conhecimentos tácitos necessários a cada gestão da Associação:

O âmbito político requer de você um conhecimento no trato, mas também um conhecimento da sua área para você poder, realmente, defender uma posição ou então se colocar, pareando a sua área de conhecimento com outras áreas para se conseguir o espaço político, verbas, implementação de leis, enfim, alavancar a área de educação musical mediante a ação política (KLEBER, E.N., 2020, p. 5).

A luta pela constituição de representatividade política e científica da ABEM, atravessou articulações e ações para a organização de um coletivo de associados que possuem anseios e objetivos que dialogam. Sua representatividade compreende distintos imaginários sociais e vem sendo construída de diferentes formas e em

diversas instâncias, na inter-relação com os muitos contextos sociais e históricos. Diferentes momentos na trajetória da Associação vem imprimindo outros desafios e exigindo outras respostas. Ao mesmo tempo em que a ABEM institui seus aspectos como Associação, outras significações imaginárias e fronteiras de sentido sempre serão possíveis, nas dimensões instituintes que dinamizam as significações imaginárias sociais que irão constituir a Instituição, em outros tempos, momentos formas e cenários.

A seguir, busco tecer as reflexões que finalizam este movimento de pesquisa.

REFLEXÕES EM MOVIMENTO

Finalizar a pesquisa de tese me impulsiona a refletir e considerar as construções que foram elaboradas ao longo de todo o processo de investigação. Significa reconhecer a natureza transitória e localizada da produção de conhecimento, a qual se constitui dentro de sua dimensão social e histórica. Minha caminhada, que estabeleceu seu percurso por diferentes lugares e cenários, foi me constituindo como estudante, investigador, pesquisador e autor, curioso, mas circunspecto sobre as questões e interrogações que a pesquisa possibilitou em seus distintos caminhos.

Observando movimentos da ABEM para a Educação Musical brasileira, percebo a presença de múltiplas significações, que constituem um imaginário social, composto por uma rede simbólica diversificada desse lugar de reconhecimento e representatividade coletiva. Em meio a esse imaginário, nesta pesquisa, objetivei compreender movimentos, memórias e histórias, instituídas e instituintes da ABEM como Instituição potencializadora da Educação Musical brasileira, através das significações imaginárias construídas nas narrativas dos seus presidentes.

Assim, no processo de investigação, me aproximei dos presidentes da ABEM, os quais compartilharam comigo memórias, experiências, conhecimentos e histórias da Instituição, mas compartilharam também uma parte de suas vidas, dedicada de forma voluntária à condução, produção de projetos inovadores, gestão acadêmica e financeira, manutenção e desenvolvimento da Associação. Tendo em vista o foco da pesquisa, o referencial teórico do Imaginário Social, de Cornelius Castoriadis (1982), foi fundamental para a orientação do estudo, compreensão dos imaginários instituintes e instituídos que moveram os tempos e para a estruturação da análise das narrativas biográficas e suas relações com a Instituição ABEM.

Ao me aproximar das narrativas dos presidentes e buscar compreendê-las no contexto de sua gestão, emergiram macro eixos de análise, dentro dos quais foram organizadas unidades de análises temáticas. Os macro eixos foram: História e Memória da ABEM; Organização e Divulgação Científica; Luta pela Representatividade Política. Essas unidades¹⁵⁰ representam significações imaginárias sociais em relação a ABEM e constituem sentidos simbólicos dos presidentes para com a Instituição. A relação com os eixos e com as unidades de análises temáticas

¹⁵⁰ Unidades de Análises Temáticas (p. 57 – 59).

evidenciou movimentos instituídos e instituintes da Associação em relação a Educação Musical brasileira. Para além de conhecer estes movimentos, a pesquisa lança um olhar sob o ponto de vista do simbólico, no sentido de refletir sobre a dimensão imaginária das configurações que são estabelecidas na sociedade, permeadas por sentidos e significados que ultrapassam as funções para as quais foram criadas.

Diante do exposto, os objetivos específicos da pesquisa foram: **(a)** conhecer a memória da Associação para a construção de uma história de sua trajetória, através do imaginário presente nas narrativas, lembranças e recordações dos presidentes; **(b)** entender como a ABEM tem potencializado e constituído movimentos e proposições, com relação a Educação Musical brasileira, destacando-se a consolidação da pós-graduação, a educação musical na educação básica e nas escolas especializadas de música, a produção e circulação da divulgação científica e a construção de uma identidade coletiva sobre a Educação Musical brasileira; **(c)** analisar o que os presidentes consideram como aspectos de representatividade política da Associação, fatores promotores de organização das linhas de pensamento, planejamento, implementação de propostas institucionais. Assim, problematizei sobre movimentos, memórias e histórias presentes nas significações imaginárias dos presidentes, acerca da construção da ABEM, enquanto instituição instituída e instituinte, propulsora da Educação Musical brasileira.

A construção de uma interpretação da ABEM em perspectiva histórica, através das memórias constituídas pelas narrativas dos presidentes, foi uma das possibilidades para se pensar a constituição da Instituição. Suas narrativas são mecanismos vivos de reflexão e acesso à memória, localizadas em tempos e espaços sociais e históricos, que assumem novos sentidos e significados no ato de narrar, interpretações que as palavras oferecem sobre aquela realidade vivenciada e ressignificada pela dimensão do simbólico.

Através das narrativas, ficou evidente que o imaginário social do que representa a ABEM ao longo de sua existência foi se modificando, adquirindo outros sentidos, instituídos a cada gestão, tempo histórico e dimensão social. Significados que assumiram novas formas, gestados em processos, que em algum momento foram instituintes, mas tornaram-se instituídos como parte e constituição da própria Associação.

Nesse sentido, as narrativas, apontam um imaginário social de ideias, significados e representações que são assumidos por cada presidente como parte de uma dimensão social anônima da Associação, mas também com características de uma dimensão singular que a distingue em suas particularidades no processo de construção da Instituição. Ou seja, um presidente representa o coletivo da Associação, ao mesmo tempo em que representa um sujeito em singular, o que foi possível realizar dentro dos processos históricos e sociais, e aquilo que foi deixado como marca em sua gestão, o que foi impresso na construção da Associação como singularidade. Desse modo, as narrativas estabelecem inter-relações de significados entre os âmbitos pessoais e os papéis institucionais dos presidentes, recriando a Instituição simbolicamente em movimentos instituídos e instituintes, a partir de suas memórias e reflexões.

As narrativas dos presidentes mostram que a criação e a constituição da ABEM estão articuladas à organização de um conjunto de associados com aspirações, causas e propostas comuns. Inicialmente, houve a necessidade de criação e organização da área de Música no país, o que estimulou diálogos e ações entre os profissionais, especialmente, aqueles vinculados ao contexto das universidades, e os órgãos governamentais relacionados a administração e desenvolvimento do ensino, pesquisa e cultura. Com a criação da área de Música, iniciou-se um processo de crescimento e organização da produção científica, que levou a necessidade de especialização em determinados campos do conhecimento e a estruturação da área em subáreas, sendo a Educação Musical a primeira a se organizar.

O contexto de fundação da ABEM é marcado por um momento de discussão acerca das mudanças de paradigmas educacionais oriundos de um ensino tradicional para outras perspectivas, então, contemporâneas. Foram construídos assim, outros espaços de discussão e concepções de educação musical, incorporando diálogos entre pesquisadores, professores de música e educadores musicais. Naquele período, estava em vigência a Lei nº 5.692/71, onde a formação predominante era a polivalência em Artes, e a presença do ensino de música, quando existente, relacionava-se ao lazer e recreação, sem um lugar próprio nos contextos educacionais.

Como o contexto de criação da área de Música no Brasil esteve relacionado com a institucionalização dos cursos de pós-graduação, também a ABEM foi fundada tendo um grande vínculo com a dimensão da pesquisa. A organização dos primeiros

eventos científicos da área de Música e periódicos especializados representava, naquele momento, ainda um movimento instituinte, que articulava diálogos entre os profissionais atuantes, principalmente, na esfera das Instituições de Ensino Superior.

Por meio do diálogo entre os profissionais, articulações e compreensões instituintes sobre a criação de uma associação voltada à Educação Musical tomavam forma. Assim, foram estabelecidos processos simbólicos de compreensão que reconheceram a importância da institucionalização para o campo da Educação Musical, evidenciando necessidades de construção ações educacionais, de representatividade política e de desenvolvimento acadêmico e científico.

Se por um lado existia a necessidade da criação de estratégias de suporte para a produção científica nacional, o que acabou posteriormente contribuindo para potencializar a organização dos contextos formativos das universidades brasileiras, por outro, os referenciais teórico-metodológicos e práticas careciam da incorporação de elementos contextuais da cultura brasileira. Nesse sentido, o contexto inicial, escasso de uma literatura nacional em Educação Musical, motivou como objetivo da ABEM o fomento da produção científica nacional. Acompanhando o movimento de expansão da pós-graduação brasileira, a ABEM avançou em direção a organização e divulgação científica, criando espaços como seu principal periódico, a Revista da ABEM, e estimulando a publicação científica e a difusão do conhecimento em Educação Musical.

No panorama nacional, a Educação Musical enfrentou muitos desafios, especialmente com relação à carência de políticas educacionais. Já nos primeiros anos de existência da ABEM, ocorreram grandes debates, a exemplo da LDBEN de 1996 e de diversos documentos decorrentes de sua aprovação, trazendo novas perspectivas para o ensino de Arte na Educação Básica. A necessidade de participação no macro cenário das políticas públicas educacionais se mostrou uma preocupação dentro da ABEM e o campo da Educação Musical também voltou sua atenção para a Educação Básica e para a formação de professores nos cursos de Ensino Superior. A organização dos Encontros Regionais e Nacionais da ABEM contribuiu para a ampliação de debates sobre a legislação educacional brasileira, coordenando processos de discussão acerca das modificações nos sistemas educacionais, promovidas pelo MEC, através da LDBEN/96 e suas legislações complementares. A ABEM se fez presente em diversos outros momentos que envolvem as políticas públicas brasileiras de educação, como no processo de

discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, nos debates que envolveram a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Música.

Nessa direção, diversas ações envolveram o desenvolvimento, qualificação, destaque, apoio institucional às publicações da ABEM, consolidando um lugar, cada vez mais reconhecido, para a publicação e divulgação das produções científicas em educação musical e sua circulação no Brasil. Tais ações fazem parte dessa construção de um movimento coletivo de organização e estruturação de um campo de conhecimento, a Educação Musical.

Como processo que acompanhou os contextos históricos e sociais em relação a comunicação com os associados, a produção e divulgação do conhecimento, ocorreu na Associação a transição dos meios analógicos e físicos para os meios digitais, abrangendo publicações, como os anais dos encontros realizados, a Revista da ABEM, a Revista MEB e as plataformas organizacionais utilizadas pela Instituição. A Revista da ABEM, que por um tempo foi publicada anualmente, passou a ter publicação semestral e, posteriormente, tornou-se uma revista *on-line*.

Nesse movimento crescente, a ampliação do número de pesquisadores, professores de música e estudantes acompanhou o desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação em Música e Educação no país, potencializando a produção científica em Educação Musical. No contexto da ABEM, ocorreu o crescimento da abrangência das publicações e da divulgação científica, com destaque para a Revista da ABEM.

Também relacionados à produção científica, a realização recorrente dos Congressos e Encontros da ABEM contribuiu para congregar pesquisadores, educadores, professores e estudantes. A estrutura organizacional dos Encontros da ABEM é marcada pela ênfase na produção acadêmica e na publicação científica, induzidas pelos temas dos encontros, pela abertura de espaços à diversidade de segmentos, pela realização de Fóruns de Coordenadores dos Cursos de Música, pela intencionalidade da promoção do diálogo entre o coletivo de sujeitos que compõe os associados da ABEM, como profissionais da Educação Básica, Ensino Superior e Pós-Graduação, educadores musicais que atuam em espaços como ONGs e escolas especializadas de música, pesquisadores, estudantes, dentre outros, pela diversidade das apresentações musicais. São promovidas apresentações de trabalhos científicos, conferências, mesas de debate que integram profissionais não só brasileiros, mas

também estrangeiros, cursos e oficinas, bem como a apresentação de dados e ações da Associação referentes às Assembleias Gerais.

Ao longo dos primeiros anos de existência a ABEM promoveu Congressos Nacionais, que eram realizados anualmente. Contudo, logo percebeu-se a necessidade da criação de Encontros Regionais, como perspectivas de descentralização das ações da Associação para atender aos contextos das diferentes regiões brasileiras, tendo realizado seu primeiro encontro regional (Sul) seis anos após sua fundação. Cabe ressaltar que as perspectivas de regionalização da ABEM ocorreram de diferentes formas em cada uma das regiões. Em função das especificidades e dos movimentos relacionados à Educação Musical em cada região, também os primeiros encontros regionais ocorreram em períodos diferentes. Destacam-se como contribuições a inovação de temas nos encontros nacionais e regionais, contextualizados em relação ao período histórico e com as demandas decorrentes de suas dimensões sociais a nível local, regional e nacional, o amparo das publicações científicas para o desenvolvimento sistemático do conhecimento potencializando a formação pedagógico-musical, o ensino de música, a extensão artística e cultural e a pesquisa em Educação Musical. O tempo foi demarcando a necessidade de organização logística e temporal para o fortalecimento dos encontros e das pesquisas que apresentam a produção científica nesses eventos, trouxe a perspectiva da alternância entre Congressos Nacionais e Encontros Regionais, que passaram a ser realizados em anos diferentes um do outro. Essa reorganização favoreceu a qualificação e o fortalecimento dos trabalhos apresentados, ampliando e diversificando os temas e focos de pesquisa, focalizando em um ano as produções regionais e, em outro, os macro debates da Educação Musical.

Em sua construção, a ABEM estabeleceu relações de internacionalização, representando como instituição latino-americana a *International Society for Music Education* – ISME. A parceria ABEM – ISME trouxe para o Brasil três Encontros Latino-Americanos de Educação Musical, além da “31ª Conferência Mundial da ISME”. Ainda no primeiro Encontro Latino-Americano (1997), propostas e discussões reverberaram na criação de Grupos de Trabalho nos Encontros Anuais da ABEM, e a realização da Conferência Mundial no Brasil constituiu importante marco para a Educação Musical e para representatividade da ABEM no contexto internacional. Também outros movimentos de internacionalização tem sido realizados pela ABEM, com o estabelecimento de vinculações com instituições como o Fórum Latino

Americano de Educação Musical – FLADEM, o *Music Education Policy Group* – MEP GROUP e o *International Music Council* – IMC. Embora a ABEM venha conquistando e mantendo sua representatividade no contexto internacional, a busca por maior inserção e protagonismo tem sido uma das perspectivas da Associação, fomentando o trânsito mútuo de pesquisadores e professores de música e estimulando as publicações junto à comunidade científica internacional.

O diálogo e as ações com as instituições internacionais e nacionais, a exemplo da ANPPOM, ABET, FAEB, dentre outras, ampliou o relacionamento entre pesquisadores, docentes e profissionais da Educação Musical. Nesse sentido, foi construída uma representatividade interinstitucional, que envolve aceitação, reconhecimento e reciprocidade, no estabelecimento de redes interinstitucionais comprometidas com a educação musical, com a produção significativa de conhecimento e com o reconhecimento e problematização do compromisso social de acesso aos bens educacionais e culturais.

Ao passo que a Associação foi conquistando o respeito e reconhecimento frente aos órgãos governamentais, outras associações e instituições, também consolidou muitas conquistas como a ampliação da divulgação da produção científica, o crescimento do número de associados, a manutenção e recorrência de seus eventos e o diálogo interinstitucional. Com seu crescimento e com a ampliação de sua área de abrangência, outras perspectivas administrativas em busca de maior profissionalização foram sendo instituídas, que se traduziram no aprimoramento e organização das funções administrativas e no planejamento de políticas institucionais internas.

A organização interna buscou reverberar no sentido do pertencimento e de uma representatividade da ABEM entre seus associados, evidenciando a necessidade de instituir políticas que contribuíssem para a constituição de significações coletivas institucionais de consolidação da Associação em todo o país. O fortalecimento de sua representatividade e o alargamento das frentes da Associação nas diversas regiões brasileiras, colaborou para que a ABEM se consolidasse como a Instituição representativa e potencializadora da Educação Musical no Brasil.

Como sociedade instituída por significações coletivas, que conferem força e representatividade institucional, a ABEM se constitui a todo o momento através de processos instituintes em direção à profissionalização, criando formas de se relacionar

com as demandas sociais e históricas, quer por implicações de políticas públicas, ou por reconfigurações necessárias demandadas pelo campo da Educação Musical.

O protagonismo da ABEM também se destaca no envolvimento na luta por políticas públicas para a área da Música, participando ativamente como membro da Câmara Setorial de Música do Ministério da Cultura, tendo fomentado discussões acerca da multiplicidade de mercados de trabalho, formação de profissionais para o ensino de música, atuação e identidades profissionais do educador musical.

Os processos de diálogo e articulações com diversos setores da sociedade trouxeram a necessidade de incorporação de diferentes realidades e atores sociais nos debates da Associação. Ao mesmo tempo, as reformas educacionais e a necessidade de políticas públicas para a educação musical, fomentaram na ABEM intensos debates sobre o desejo de que a música estivesse presente na Educação Básica. Assim, o processo político construído pelo Grupo de Articulação Parlamentar – GAP, que teve a ABEM como participante, conseguiu a aprovação da Lei 11.769 de 2008, um importante marco para a Educação Musical brasileira.

Com a aprovação da Lei, o foco da Associação na Educação Básica intensificou-se, trazendo reflexões acerca das dimensões formativas do educador musical e seus papéis na sociedade, dos campos de atuação e das múltiplas realidades para o ensino de música em diversas regiões brasileiras, da Educação Musical como campo de conhecimento essencial para a formação humana. A perspectiva de implementação do ensino de música na Educação Básica foi um grande momento para e na ABEM o qual demandou articulação, organização e diálogo com diversas instituições, associações, instâncias acadêmicas, governamentais, educacionais e culturais. Os principais movimentos realizados pela ABEM naquele contexto circunscrevem ações junto ao MEC, ao CNE, às secretarias estaduais e municipais de educação e seus desdobramentos, onde a tônica central dos debates da Associação foi o tema da música nas escolas de Educação Básica.

Nesse mesmo período, uma preocupação que esteve presente na ABEM e, que a acompanhou por muito tempo, foi a necessidade de encontrar alternativas financeiras para a manutenção e continuidade das ações da Associação. Entretanto, outro cenário que se desenharia mais profícuo e que se estabeleceu através de um contexto político e social favorável para a educação, cultura, ciência e tecnologia, veio acompanhado da construção de condições positivas para a Associação, destacando-se possibilidades de captação de recursos financeiros através das agências de

fomento e a ampliação do número de associados. Tais fatores contribuíram para a manutenção, proposição e expansão das frentes da ABEM, sendo possível ampliar, gradualmente, suas ações ao longo dos anos, na integração, mobilização e representatividade de um coletivo da Educação Musical nas dimensões políticas, científicas, da Educação Básica e acadêmicas.

Com a ampliação das frentes da Associação, problematizações envolvendo a abrangência da educação musical acerca da multiplicidade de lugares possíveis para a atuação dos professores de música e sobre o alcance de uma formação profissional voltada aos diversos contextos, assumiram dimensões instituídas. Buscando atender a algumas dessas dimensões, e com uma proposta diferenciada da Revista da ABEM, foi criada a Revista Música na Educação Básica – MEB, com o objetivo “ser referência para o professor que atua na educação básica nos diversos níveis: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (FIGUEIREDO, 2009, p. 5). A Revista MEB buscou instituir um novo espaço para pensar a educação musical na Educação Básica e discutir a música nos currículos escolares, a partir de vários lugares, tempos, espaços, experiências docentes e níveis de escolarização.

O fortalecimento da ABEM no âmbito da produção científica, representada através de seus Congressos Nacionais, Encontros Anuais, Fóruns, também na qualificação da Revista da ABEM e da Revista MEB, contribuiu para o campo da Educação Musical. Em sua constituição como associação científica, a ABEM atua no compartilhamento e difusão de conhecimentos, promovendo diálogos e debates.

A construção do campo de conhecimentos da Educação Musical e o estabelecimento de significações de pertencimento à ABEM, impulsionou os associados a tomarem lugares de protagonismo para o fortalecimento da Associação. Por meio da participação coletiva e democrática, a ABEM potencializou a constituição de movimentos instituintes e instituídos. Estes decorrem do social anônimo da Instituição e também da singularidade impressa por seus protagonistas.

As narrativas dos presidentes sugerem que os processos de institucionalização da ABEM estão relacionados às significações imaginárias sociais, em que os sentidos coletivos se sobrepõem aos individuais. Nessa perspectiva, são estabelecidas redes de significados compartilhados que instituem unidades de sentido coletivas e se articulam com as ações promovidas na Instituição para sua manutenção e desenvolvimento. Nessa dinâmica, coexistem movimentos de perpetuação institucional, à medida em que diversos processos buscam a manutenção de

conquistas e ações instituídas e presentes nas várias gestões da ABEM, e de auto-alteração, quando processos instituintes, desencadeados por necessidades do contexto histórico-social ou proposições institucionais internas, visam incorporar elementos distintos daqueles já estabelecidos dentro da Associação.

As decorrências da Lei 11.769/08 levaram a uma série de ações em prol da implementação do ensino de música na Educação Básica. Cabe destacar as audiências públicas, que ocorreram com participação da ABEM, e levaram a proposição das Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música, quando as Secretarias de Educação e órgãos gestores tomaram maior centralidade nas discussões da Associação. Processos instituintes, de conscientização e ampliação da Associação para os diversos debates acerca das políticas educacionais, foram potencializados pelas perspectivas de desenvolvimento social, econômico, político e educacional e por políticas e financiamentos para a educação superior, cultura, ciência e tecnologia. Naquele contexto, a ABEM expandiu sua atuação e alcance para além da fronteira dos associados, promovendo movimentos que buscaram integrar a sociedade aos debates de modo mais amplo.

Uma das ações que contribuiu para a difusão e organização de informações, para a divulgação científica, para a dinamização de ações e para os processos de tomada de decisão coletivos, foi o aprimoramento da plataforma digital da ABEM. Ao mesmo tempo, como continuidade das propostas de democratização e ampliação dos debates para a Educação Musical, foram criados os “Fóruns Permanentes de Discussão”, de Ensino de Música na Educação Básica, de Pesquisa em Educação Musical, de Formação de Professores de Música, de Ensino de Instrumentos e Escolas Especializadas de Música, além do fórum de debate sobre o ensino de Música na proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Posteriormente destaca-se também os Fóruns de temas Emergentes da Educação Musical Brasileira.

Com as grandes transformações do panorama político brasileiro, a partir de 2016, desenhou-se um cenário de cortes orçamentários, de ataque à Ciência, de precarização da educação pública e de ruptura de possibilidades de diálogos, avanços e interlocuções que vinham sendo construídas no contexto das políticas públicas e sociais. Tais impactos foram sentidos no distanciamento do diálogo com o governo e as associações representativas de área e outras entidades, assim como no trabalho e nas articulações que vinham sendo desenvolvidas anteriormente pelas associações junto ao MEC.

Apesar das dificuldades impostas pelo contexto político e social na atualidade e pelas ações de resistência aos retrocessos governamentais, a ABEM consegue manter diálogos, mesmo que mais restritos que em épocas passadas, com as instâncias governamentais. Tal aspecto demonstra a consolidação e solidez da construção da história e da representatividade da ABEM ao longo de seus trinta anos de existência.

Apesar do contexto atual desafiador, a ABEM vem promovendo a manutenção e continuidade de suas perspectivas institucionais, ampliando sua expansão e criando alternativas de aproximação e acesso a diversas pessoas e contextos. Nessa direção, além da plataforma digital, a disseminação de informações nas redes sociais, a realização virtual dos Encontros, Fóruns e debates tem se configurado como ferramentas de ação da ABEM, especialmente no contexto desafiador que se instaurou com o advento da Pandemia de COVID-19 e de suas implicações nos mais diversos âmbitos sociais. Diante da pandemia, a Associação buscou novos modos de organizar seus associados, a exemplo dos Encontros Regionais Unificados, realizados totalmente *on-line* e de iniciativas também em formato inteiramente digital como o painel “ABEM: 30 anos de lutas, conquistas e problematizações”, os encontros do “#TodoDia30” e dos “Fóruns de Temas Emergentes”. Destaca-se que neste ano de 2021, no mês de novembro, o XXV Congresso Nacional da ABEM será realizado em formato inteiramente *on-line*, com o tema “A Educação Musical Brasileira e a construção de um outro mundo: proposições e ações a partir dos 30 anos de lutas, conquistas e problematizações da ABEM”.

Como principais desafios e propostas instituintes, um dos anseios presentes nas narrativas de vários presidentes foi a discussão da constituição de um lugar próprio para a preservação da memória e da história da Associação, que possibilitasse o acesso de seus associados ao acervo documental da instituição. Essa proposta foi discutida e retomada ao longo de muitas gestões e também pautada em diversas assembleias. A proposição de uma sede física para a ABEM continua sendo espaço de discussões e debates, o que denota uma dimensão instituinte, também decorrente do movimento dos associados que, coletivamente, constituem a Instituição. Uma série de iniciativas que vêm buscando, de certa forma, contemplar alguns destes anseios, se refere ao aprimoramento da plataforma digital e a reunião, organização, catalogação e disponibilização da documentação da Instituição de forma *on-line*.

Outro ponto trazido nas narrativas dos presidentes, problematiza que a reivindicação por políticas públicas para área da Música e para a Educação Musical tem sido cenário de lutas e objeto de discussões que extrapolam o âmbito da ABEM, para os contextos educacionais e para a sociedade de modo mais amplo. Se a Música na Educação Básica nem sempre tem sido reconhecida como elemento fundamental para formação e desenvolvimento cultural humano, importantes avanços foram conquistados no âmbito das políticas públicas educacionais e muitos espaços foram potencializados pelos movimentos que transcorreram ao longo da história da Associação. Entretanto, fatores que envolvem a interpretação da legislação, a reestruturação dos sistemas de ensino, a contratação de professores com formação específica, a aprovação de ações de implementação pelos conselhos municipais e estaduais de educação, dentre inúmeros outros, implicam em questionamentos sobre a natureza do ensino de música e as possibilidades para que as áreas das Artes possam ser contempladas na Educação Básica.

A constituição e formação de lideranças comprometidas com a dimensão coletiva dentro da ABEM, também foi apontada como uma possível fragilidade, em função dos muitos e diferentes papéis que os associados desempenham no exercício de sua profissão para além da Associação, ou da dificuldade dos tempos e contextos sociais que envolvem a vida de cada pessoa. Esse aspecto sinaliza um processo instituinte para a conscientização, entendimento e comprometimento responsável e participativo na representatividade da Instituição que é mantida e construída coletivamente. O processo de formação de lideranças compreende um desafio mais amplo, intrínseco a toda a história da Associação, que é a ampliação e a consolidação de significações imaginárias sociais acerca do sentido coletivo de comunidade da Instituição na inter-relação com a subjetividade dos associados que dela participam.

Desde a fundação da ABEM, diversas pessoas que assumiram papéis de liderança e referência para a Educação Musical no país, têm sua participação, protagonismo e manutenção nas relações dentro da Associação. Este compromisso, que vem se estendendo ao longo da história da ABEM, contribuiu para a continuidade e o fortalecimento de várias bases da Instituição, a exemplo daquelas que constituem representatividade junto aos órgãos governamentais e instâncias políticas. Um movimento nesse sentido, anseia pela participação ativa de todos os segmentos que fazem parte da Associação, assumindo papéis de liderança em suas localidades para

o desenvolvimento de ações concretas para a Educação Musical, em frentes educativas, administrativas, culturais, políticas, científicas e de outras ordens sociais.

O processo de materialização dos sentidos coletivos da Instituição, através de significações imaginárias sociais, perpassa dimensões instituídas na ABEM, traduzidas nos símbolos, aspirações e desejos inerentes aos associados que constituem sua comunidade. Contudo, os diferentes contextos que constituem a localização social e histórica da Associação, compõem e consolidam diferentes modos de existência, nos quais a Instituição se concretiza instituída em outras configurações, diferentes do social instituinte que potencializou e produziu seus movimentos e transformações.

Cada momento histórico representou possibilidades, desafios e lutas¹⁵¹ para a ABEM, exigindo ações e respostas específicas a seus contextos, as quais constituem uma história da Instituição. A dinâmica de movimentos entre dimensões instituídas e instituintes atravessa a construção de significações imaginárias sociais, dotadas de sentidos diversos acerca da representatividade coletiva entre o social anônimo e a singularidade dos associados, das gestões e contextos de cada época e seus desafios.

Na trajetória da Associação, a manutenção e continuidade do que foi instituído adquire sempre outras dimensões instituintes. Movimentos são transformados, dinamizados, ressignificados nesse lugar coletivo e nas imensas possibilidades de relações que se estabelecem com diferentes tempos, épocas, cenários políticos e sociais. Sua dinâmica de existência se articula com a diversidade de pessoas com interesses comuns, cujos sentidos se produzem na dimensão simbólica traduzidas em significações imaginárias de identidade coletiva. O valor simbólico que os associados estabelecem com a ABEM é delineado pela importância de sua dimensão institucional, política e científica, onde o que permanece é o que foi continuado e mantido, instituído. A partilha das significações imaginárias é fomentada pelas formas de funcionamento, organização e dinamização de ações, bem como no relacionamento com outras instituições e contextos, na constituição de dispositivos que motiva diversas pessoas a fazer parte e se manterem na instituição.

¹⁵¹ Entendo as lutas da ABEM como o conjunto de ações e articulações que colocam em movimento aquilo que está em potência, como condição para que o que é instituinte tenha a possibilidade ou venha a se tornar instituído.

A narrativa dos presidentes demonstra que a ABEM, em sua trajetória histórica, tem se comprometido com as questões que envolvem a construção de um campo de conhecimentos, fator que lhe confere um caráter de associação científica. Nesse sentido, a organização e divulgação da produção científica em educação musical é um eixo que fundamentou sua fundação e seu desenvolvimento como Instituição.

O objetivo de representar a Educação Musical institucionalmente em todas as regiões do país, trouxe na ABEM, a necessidade de mobilização de diversas pessoas, se articulando com outras instituições, produzindo ações no campo político, criando espaços e incentivo à produção científica, agregando um corpo de pesquisadores envolvidos com a construção e sustentação de um campo de conhecimentos, que contribuiu para a construção de força política capaz de produzir resultados em políticas públicas educacionais e culturais. Dessa forma, seus processos instituintes em busca de representatividade nacional, também abrangem a interlocução com as dimensões regionais e locais, contribuindo para a potencialização de dimensões cada vez mais significativas da educação musical na sociedade.

Outro ponto relevante destaca que o trabalho realizado pelos presidentes da ABEM, ao longo de toda sua história, parte de sua eleição pelos associados, o que o legitima em ação junto às diretorias que são apresentadas na chapa que concorre. Este trabalho, de todos, é voluntário e manifestado pelos anseios de construção e consolidação de um campo de conhecimentos a nível nacional. O trabalho realizado para a ABEM é somado, aos trabalhos dos associados eleitos, às demais atividades profissionais que realizam em suas instituições e espaços de origem. O trabalho dos presidentes e suas diretorias é potencializado pela atuação, responsabilidade e compromisso de várias mãos, que na produção de significações imaginárias com o campo da Educação Musical, ultrapassam as dimensões acadêmicas, científicas e políticas. Esse compromisso se estabelece nas relações interpessoais, em esforços para a promoção e manutenção de redes de cooperação coletiva, instituindo políticas internas, modos, práticas, maneiras e formas de existência da Associação como um organismo vivo e dinâmico. Nesse sentido, existem valores tácitos que se incorporam às perspectivas de gestão e ao trabalho das diretorias, congregando elementos como o diálogo, a integração, a reciprocidade e o compartilhamento entre a diversidade de associados e segmentos na ABEM.

A perspectiva de gestões coletivas, visando a continuidade, manutenção e desenvolvimento de ações e modos de condução, está presente nas políticas entre

as diferentes diretorias, resultando de esforços e investimentos em diversas direções para a mobilização dos interesses dos associados e para a promoção de espaços abertos a participação dos diferentes segmentos que compõem a Instituição. Este aspecto é representativo na memória dos presidentes e remete a significações voltadas para a constituição de redes de relações humanas, como elemento que agrega os associados ao lugar de pertencimento institucional, a ABEM.

A partir das considerações, chego a tese de que, narrativas vivas, imaginárias dos presidentes legitimam a Associação Brasileira de Educação Musical, como lugar de reconhecimento e representatividade coletiva, que através de seus movimentos instituídos e instituintes, potencializam a Educação Musical brasileira, contribuindo para a consolidação e organização de uma área de conhecimento, para a pesquisa, produção e divulgação científica, para a Educação Básica, para os cursos de graduação e pós-graduação em Música e Educação, para o fomento de políticas públicas nacionais de Educação Básica e também na construção de políticas de internacionalização.

Considero que esta pesquisa contribui para pensar as significações imaginárias sociais e registrar movimentos e memórias de histórias narradas da ABEM, por seus presidentes, para com a Educação Musical brasileira, bem como para perceber a construção de sua representatividade política, suas linhas organizacionais e implementação de propostas institucionais. Também refletir sobre sua constituição e existência como Instituição que se produziu através de movimentos instituídos e instituintes, construindo entendimentos sobre como a Associação potencializou e impactou na produção e divulgação científica, na Educação Básica, no Ensino Superior, na consolidação da pós-graduação brasileira, nas perspectivas de internacionalização e na construção de uma identidade nacional coletiva sobre a Educação Musical, mostrando uma comunidade científica consolidada em seu processo de amadurecimento. Ainda para pensar como a ABEM nos representa e como construímos relações de pertencimento e significações imaginárias sociais com a Associação.

Além das contribuições desta pesquisa, outras problematizações podem ser pensadas como: quais as relações da ABEM no diálogo com os diferentes modos de pensar o conhecimento em educação musical no Brasil? Que perspectivas e estratégias institucionais ainda podem ser desenvolvidas no campo político para a implementação de uma educação musical plural, inclusiva e reconhecedora das

potencialidades de formação humana na Educação Básica? Quais significações imaginárias sociais representam os diferentes segmentos de associados da ABEM? Como os associados construíram suas relações de pertencimento com a Associação? Quais perspectivas para a construção do conhecimento em educação musical estão presentes nos periódicos e na produção científica da ABEM? Como os autores que mais produziram longitudinalmente se relacionam com essa produção? Quais as repercussões dos Fóruns da ABEM para a Educação Musical brasileira?

Esta pesquisa também reflete a construção de meus caminhos e movimentos ao longo de todo o processo que envolve o doutoramento, reconhecendo sua incompletude perante os fatos, os limites e potencialidades que constituem as reflexões ora produzidas sobre a temática que escolhi estudar. Embora possa constituir uma representação dos movimentos, memórias e histórias da ABEM em relação à Educação Musical brasileira, não abrange a totalidade das muitas mãos que a constituem e da variedade de interpretações que podem ser elaboradas. Pelo contrário, permite reflexões e problematizações sobre os diversos aspectos não contemplados nesta investigação.

Finalizo agradecendo a todos os protagonistas, e aos invisíveis, que fazem parte da história da ABEM, essa Instituição que é parte da história da Educação Musical brasileira, que é parte da história de tantas pessoas e que é parte da minha história.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABEM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL. **31º Congresso Mundial de Educação Musical da ISME**. 2014. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/artsg2.asp?id=33>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

_____. **Fórum Permanente de Pesquisa em Educação Musical**. 2016. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/foruns/foruns.asp?id=89>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. **Fundamentos da Educação Musical**. Vol. 1. Porto Alegre: ABEM, 1993.

_____. **Fundamentos da Educação Musical**. Vol. 2. Porto Alegre: ABEM, 1994.

_____. **Fundamentos da Educação Musical**. Vol. 3. Porto Alegre: ABEM, 1996.

_____. **Fundamentos da Educação Musical**. Vol. 4. Salvador: ABEM, 1998.

_____. Painel 1: “ABEM: 30 anos de lutas, conquistas e problematizações”, Encontros Regionais Unificados da ABEM, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kU4cGllp3Ts&t=1s>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ABET - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ETNOMUSICOLOGIA. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.abet.mus.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **História da Educação**, Pelotas, p. 79–95, 2003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30223/pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

ABRAPEM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PERFORMANCE MUSICAL. [s.d.]. Disponível em: <<https://abrapem.org/sobre/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ABREU, Delmary Vasconcelos de. Educação Básica: campo de atuação profissional em música. In: Encontro Nacional da ABEM, 17, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008, s/p.

ADEODATO, Ademir; LIMA, Alba J. S.; LANGE, Larissa S. Projeto Vitória Musical-caminhos para a implementação curricular do ensino de música na Rede Municipal de Ensino de Vitória (ES). In: Congresso Nacional da ABEM, 19, 2010, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2010, p. 1979- 1989.

AHMAD, Laila Azize Souto. **A música no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria: da arena legal à arena prática**. 2017. Universidade Federal de Santa Maria, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13612/TES_PPGEDUCACAO_2017_AHMAD_%20LAILA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mai. 2021.

_____. **A Música no Ensino Fundamental: a Lei 11.769/08 e a situação de escolas municipais de Santa Maria/ RS.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

ALVARENGA, Claudia Helena; MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Educação musical e legislação: reflexões acerca do veto à formação específica na Lei 11.769/2008. **Opus**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 51-72, jun. 2011.

ÁLVARES, Sergio Luis de Almeida. A educação musical curricular nas escolas regulares do Brasil: a dicotomia entre o direito e o fato. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 13, n. 12, 2005. Disponível em: <<http://www.abemeducaçao musical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/336>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ALVES, Elder Pereira. A formação dos professores de Arte/Música da Rede Municipal de Ensino de Mossoró. In: Encontro Regional Nordeste da ABEM e 10 Encontro Pernambucano de Educação Musical, 1, 2011, Recife. **Anais...** Recife, 2011, p. 15-25.

ANDRAUS, Gisele Crosara. Um olhar sobre o ensino de música em Uberlândia (MG). **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 19, 65-73, mar. 2008.

ANPPOM - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO EM MÚSICA . **Histórico.** [s.d.]. Disponível em: <<https://anppom.com.br/historico-da-anppom/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

AQUINO, Thaís L. **Epistemologia da Educação Musical Escolar: um estudo sobre os saberes musicais nas escolas de educação básica brasileiras.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2016/tlhaislobosque.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ARAÚJO, Gabriela Da Ros de; GARBOSA, Luciane Wilke Freitas. Estratégias para a implementação da Lei 11.769/08: proposta de trabalho conjunto entre unidocentes e professores de música. In: Congresso Nacional da ABEM, 19, 2010, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2010, p. 983- 992.

ARROYO, Margarete. Grupos de Trabalho. In: Anais do X Encontro Anual da ABEM. 10, 2001, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 132p.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro et al. A linha Educação e Artes e as pesquisas em educação musical no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFSM. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, vol. 37, n. 1, jan./abr. 2012.

_____. A formação profissional do educador musical: algumas apostas. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 11, n. 8, 2003. Disponível em: <<http://www.abemeducaçao musical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/410>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. Representando a docência, vou me fazendo professora: uma pesquisa com estagiárias de licenciatura em Música. **Práxis Educativa** (UEPG. Online), v. 7, p. 227-252, 2012.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro; PACHECO, Eduardo Guedes. Música(s) e educação básica: pensando processos formativos e ações profissionais na unidocência. **Inter-ação** (UFG. Online), v. 39, p. 1-15, 2014.

BERRÍO-ZAPATA, Cristian. RODRIGUES, Andreia Cristina da Paixão. GOMES, Layane Rayssa Gaia. Plataformas, Plataformização e Ecossistemas de Software nas bases de dados acadêmicas: aspectos conceituais. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natalia Bolfarini (org.). **Organização do conhecimento responsável: prometo sociedades democráticas e inclusivas**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2019. p. 361-371. E-book. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 5). ISBN: 978-85-61214-35-7. Disponível em: <<http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/632>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BIANCHETTI, Lucídio. VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: avaliação políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 89-110, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/McWkP54pFcYWp9t9Y48YftJ/?format=pdf&lang=p>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Medida Provisória nº 746**, de 23 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

_____. Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2007.

_____. Emenda 2017. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 134, n.248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833- 27.841. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.

_____. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019.

_____. Emenda Constitucional nº 16 de 04 de junho de 1997. Dá nova redação ao parágrafo 5 do artigo 14, ao caput do artigo 28, ao inciso II do artigo 29, ao caput do artigo 77 e ao artigo 82 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1997.

_____. Emenda Constitucional nº 5 de 07 de julho de 1994. Altera o art. 82 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1994.

_____. Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016.

_____. Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Brasília: Imprensa Nacional, 2008.

_____. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013.

_____. Lei nº 13.278, de 02 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Página 1. Brasília: Imprensa Nacional, 2016.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases da para o ensino de 1º e 2º graus e da outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1971.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

_____. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997a. v. 1: Introdução.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997b. v. 6.: Arte.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (5º a 8º série). Brasília, 1998a, v. 7: Arte.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão**. Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento preliminar**. MEC. Brasília, DF, 2015.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão**. Brasília, DF, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC Ensino Médio**. Brasília, DF, 2018. Disponível: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/bncc-ensino-medio>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução N. 2, de 8 de março de 2004**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0204musica.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249#:~:text=O%20Fundo%20de%20Manuten%C3%A7%C3%A3o%20e,do%20Ensino%20Fundamental%20e%20de>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação. **PCN+ ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Artes, linguagem códigos e suas tecnologias. Brasília: Semtec, 2002.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 12**, de 4 de dezembro de 2013. Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília, DF. 2013. 10p.

_____. **Relatório de atividades 2005-2010**. Ministério da Cultura. Câmara e Colegiado Setorial de Música. Brasília, DF. 2010. 108p. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2012/10/plano-setorial-de-musica-versao-impressa.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2021.

_____. Resolução CNE nº 1, de 11 de fevereiro de 2009. Estabelece as Diretrizes Operacionais para a Implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em Exercício na Educação Básica Pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de fevereiro de 2009, Seção 1, p. 16.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 10 de maio de 2016. Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília, DF. 2016. 03p.

BOLIVAR BOTIA, Antonio. "De nobis ipse silemus?": Epistemologia da Pesquisa Biográfico-Narrativa em Educação. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, Granada - Espanha, vol.4, n.1, p.01-26, 2002. Disponível em: <http://www.fts.uner.edu.ar/catedras03/tfoi/2010/Bolivar_2002.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 11–30, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100002&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 27 abr. 2019.

CARVALHO, Flávio José De. **A Constituição da Subjetividade em Cornelius Castoriadis: A Relação Psique e Sociedade**. 2002. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [s. l.], 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6332/1/arquivo6765_1.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **As encruzilhadas do labirinto II – os domínios do homem**. São Paulo: Paz e Terra, 2002 (2ª. edição).

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Relatório de Gestão Institucional – 2001**. Brasília, 2001a. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/2001-relatorio_gestao_2001.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA. **Institucional**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cbmmusica.edu.br/instituicao.php>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

COTRIM, Cassia Vanessa Oliveira. **O processo de implementação da Lei n. 11.769/08: o caso da microrregião de Guanambi/BA**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.186p. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2015.

DEL BEN, Luciana. (Para) pensar a pesquisa em educação musical. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 18, n. 24, p. 25-33, 2010.

_____. Anexos. In: Audiência Pública sobre políticas de implantação da Lei Federal nº 11.769/08 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 18, n. 23, p. 84-94, 2010.

_____. Modos de pensar a educação musical escolar: uma análise de artigos da Revista da ABEM. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 19, n. 37, p. 125-148, 2013.

_____. Produção científica em educação musical e seus impactos nas políticas e práticas educacionais. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 15, n. 16, p. 57–64, 2007. Disponível em:

<<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/292>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. Sobre os sentidos do ensino de música na educação básica: uma discussão a partir da lei 11.769/2008. **Revista Música em Perspectiva**. v. 2, n.1, p. 110-134, mar. 2009, Disponível em:

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/musica/article/view/20040/13246> Acesso em: 14 abr. 2019.

DEL BEN, Luciana Marta; PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Música e educação básica: sentidos em disputa. In: Fabiany Cássia Tavares Siva; Constantina Xavier Filha. (Org.). **Conhecimentos em disputa na Base Nacional Comum Curricular**. 1ed.Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2019, v. 1, p. 189-209. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/335797841_Musica_e_Educacao_Basica_s_entidos_em_disputa. Acesso em: 27 dez. 2020.

DEL BEN, Luciana. PEREIRA, Joana Lopes. MACEDO, Vanilda Lídia Ferreira de. GAULKE, Tamar Genz. PIMENTEL, Maria Odília de Quadros. COTRIM, Cássia Vanessa Oliveira. FRACASSO, Daniela Cesa. PUERARI, Márcia. DAENECKE, Elaine Martha. PEDRINI, Juliana Rigon. Sobre a docência de música na educação básica: uma análise de editais de concurso público para professores. **Opus**, v. 22, n. 2, p. 543-567, dez. 2016. Disponível em:

<<https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/430/395>>. Acesso: 23 jun. 2021.

DEL BEN, Luciana; HENTSCHE, Liane; DINIZ, Lélia Negrini; HIRSCH, Isabel. Políticas educacionais e seus impactos nas concepções e práticas educativo musicais na educação básica. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), 16, 2006, BRASÍLIA. **Anais...** Brasília, 2006, p. 113- 118.

DEL BEN, Luciana; SOUZA, Jusamara. Pesquisa em educação musical e suas interações com a sociedade: um balanço da produção da ABEM. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 17., São Paulo, 2007. **Anais...** São Paulo: ANPPOM, 2007. p. 1-13. Disponível em: <https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/educacao_musical/edmus_LDBen_JSouza.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

DICIO, Dicionário Online de Português. **Potencializar**. Disponível em:

<<https://www.dicio.com.br/potencializar/>>. 7Graus, 2009-2021. Acesso em 19 jul. 2021.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A formação acadêmico-profissional: Compartilhando responsabilidades entre as universidades e escolas. In: XIV Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2008. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/endipe/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, e0224639, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100203&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 abr. 2021.

_____. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, pág. 921-946, outubro de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 abr 2021.

ESCARIZ, Elena Pereira Carrera. Associação dos Professores de Educação Musical da BAHIA - SALVADOR - BAHIA. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 1, n. 1, 1992. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/515>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FERNANDES, José Nunes. Pesquisa em Educação Musical: situação do campo nas dissertações e teses dos cursos de pós-graduação stricto sensu em Educação. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 8, n. 5, p. 45–58, 2000. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/452>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. Pesquisa em educação musical: situação do campo nas dissertações e teses dos cursos de pós-graduação stricto sensu brasileiros (II). **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 15, n. 16, p. 95–98, 2007. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/296/226>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. A Associação Brasileira De Educação Musical – ABEM: 15 anos de história, Goiânia. In: Anais do II Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical / VI Encontro Regional da ABEM – CENTRO-OESTE, 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2006, p 12-26.

_____. Apresentação. **Revista Música na Educação Básica**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, outubro de 2009, p. 5. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revista_musica/ed1/pdfs/apresentacao.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

_____. O processo de aprovação da Lei 11.769/2008 e a obrigatoriedade da música na Educação Básica. In: ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente, 15, 2010, Belo Horizonte. **Painel...** Belo Horizonte, 2010, s/p.

_____. Olhando o presente e delineando o futuro da ABEM. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 15, n. 16, p. 31–38, 2007. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/289>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FIGUEIREDO, Sérgio L. F. de; OLIVEIRA, Alda J. A Associação Brasileira de Educação Musical: 15 anos de história. In: Oliveira, Alda; Cajazeiras, Regina (Org.). **Educação Musical no Brasil**. Salvador: P&A, 2007. p. 53-64.

FRANCESCHI, Waleska Regina Becker Coelho de; *et al.* 20 Anos de Implementação do Ensino Curricular de Música na Rede Municipal de Educação de Florianópolis: trajetória, conquistas, desafios e perspectivas. In: XXIII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, 23, 2017, Manaus. **Anais...** Manaus, 2017. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/congresso2017/cna/paper/viewFile/2746/1343>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

FREIRE, Vanda Lima Bellard. Ensino Superior de Música: dilemas e desafios. In: Anais do VII Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical - ABEM - Universidade Federal do Pernambuco, 11 a 16 de outubro de 1998. **Anais...** Recife, 1998, p. 9 – 16.

_____. Panorama da Música Latino-Americana: Aspectos relacionados com emoção, atitude, integração, motivação e educação. In: Anais do I Encontro Latino-Americano de Educação Musical - VI Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical - ISME/ABEM. Centro de Convenções da Bahia, 15 a 21 de setembro de 1997. **Anais...** Salvador, 1997, p. 19 – 25.

_____. **Música e Sociedade - uma perspectiva histórica e uma reflexão aplicada ao ensino superior de música - Série Teses 1.** Porto Alegre: ABEM, 1992. Disponível em: <https://www.academia.edu/3128631/Música_e_Sociedade_-_uma_perspectiva_histórica_e_uima_reflexão_aplicada_ao_ensino_superior_de_música>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. **Música e Sociedade - uma perspectiva histórica e uma reflexão aplicada ao ensino superior de música - Série Teses 1.** Edição Revisada e Ampliada. Florianópolis: ABEM, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/3128631/Música_e_Sociedade_-_uma_perspectiva_histórica_e_uima_reflexão_aplicada_ao_ensino_superior_de_música>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FREITAS, Marcos Cezar de; FILHO, Luciano Mendes de Faria. Em busca de um tema esquecido: o lugar da educação nas recentes interpretações do Brasil. In: **Araucária, Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades.** Universidade de Sevilha, Espanha. Vol. 19, n. 38, jul-dez, 2017, p. 345-364. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/282/28253016014.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

FUNARTE - FUNDAÇÃO NACIONAL DA ARTE. **Relatório 88-89.** 1989. Disponível em: <http://sites.funarte.gov.br/vozessp/wp-content/uploads/2017/09/Relatorio1988_89_FUNARTE.pdf> Acesso em: 06 nov. 2020.

FURQUIM, Alexandra Silva dos Santos; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. Educação Musical na formação de unidocentes: um estudo em universidades públicas do RS. **Revista da ABEM**, v. 1, p. 54-63, 2010.

GARBOSA, Luciane Wilke Freitas. FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira. Editorial. **Música na Educação Básica.** Associação Brasileira de Educação Musical. v.1, n.1. ABEM: Porto Alegre, out, 2009.

GARBOSA, Luciane Wilke Freitas; BELLOCHIO, Claudia Ribeiro. Editorial. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 22, n. 32, p. 7–11, 2014. a. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/458/382>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. Editorial. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 22, n. 33, p. 7–9, 2014. b. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/521/429>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

GROSSI, Cristina. Reflexões sobre atuação profissional e mercado de trabalho na perspectiva da formação do educador musical. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 11, n. 8, 2003. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/422>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

HARDER, Rejane; *et al.* Panorama do ensino de música nas escolas de Ensino Fundamental e Médio da cidade de Aracajú, Sergipe. In: Anais do Congresso Nacional da ABEM, 19, 2010, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2010, p 1763-1775.

HENTSCHKE, Liane. Editorial. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 9, n. 6, 2001. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/436/363>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

HIRSCH, Isabel B. **Música nas séries iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio: Um survey com professores de Arte/Música de Escolas Estaduais da região sul do Rio Grande do Sul**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Música) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e suas repercussões na pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan/jun. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia. **Apresentação**. 2018. Disponível em: <<https://ibict.br/tecnologias-para-informacao/seer>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ISME - International Society for Music Education. **31st ISME World Conference - Brazil 2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.isme.org/events/31st-isme-world-conference-brazil-2014>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

KLEBER, Magali. A ABEM e a educação musical no século XXI: contextualizando o significado da dinâmica em rede. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 20, n. 28, p. 27–34, 2012. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/101>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

_____. Apresentação. In: Anais do 5º Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical, 5º Simpósio Paranaense de Educação Musical: a pesquisa em educação musical, 01 a 05 de julho de 1996. **Anais...** Londrina: ABEM, 1996, 245p.

_____. Associação Brasileira de Educação Musical/ABEM - Diretoria Regional Sul da ABEM: **Relatório da gestão 96/97**. ABEM: Londrina, 1997.

KLEBER, Magali. ALVARES, Sérgio. Relatório do Grupo de Trabalho 2 do XIII Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical. In: Anais do XIII Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM. Rio de Janeiro, 18 a 22 de outubro de 2004. **Anais...** Rio de Janeiro, 2004, p. 1763-1775.

LEMES, Daffny Cristina Molina. Educação musical, pedagogia e estágio supervisionado: encontros formativos presenciais e virtuais. Dissertação de Mestrado. 2020. Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Maria, 2020.

LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro; GERALDI, Corinta Maria Grisolia; GERALDI, João Wanderley. O Trabalho Com Narrativas Na Investigação Em Educação. **Educação em Revista**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 17–44, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982015000100017&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 24 abr. 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Kataáysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37–45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

LOSADA, Manuel R. O imaginário radical de Castoriadis: seus pressupostos. In: AZEVEDO, Nyrma Souza Nunes de. In: **Imaginário e educação: reflexões teóricas e aplicações**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

MACEDO, Vanilda Lúcia Ferreira de. **Imagens da docência de música na educação básica: uma análise de textos da Revista da ABEM (1992-2013)**. 2015. 183 f. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MARTINS, Fernando José; ALMEIDA, Janaina Aparecida de Mattos. Movimento social e educação: o caso do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: um movimento? In: Reunião Científica Regional da ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, XI, 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2016. p 1-11.
MENDES, Jean Joubert Freitas; SILVA, Valéria Carvalho da. Ações para a implementação do ensino de música na escola: uma experiência no município de Natal/ RN. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 20, n. 28, p. 118-130, 2012.

MENDES, Jean Joubert Freitas; SILVA, Valéria Carvalho da. Projetos articulados para a implementação da Lei 11. 769/08 e desenvolvimento do ensino e aprendizagem de música em Natal- RN. In: Congresso Nacional da ABEM, 18 e Simpósio Paranaense de Educação Musical, 15, 2009, Londrina. **Anais...** Londrina, 2009. p. 1386-1392.

MOREIRA, Vinicius Ceratti. Repertórios musicais em cursos de Pedagogia: narrativas de professoras formadoras. Dissertação de Mestrado. 2020. Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Maria, 2020.

MOTA, Yanaêh Vasconcelos et al. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCCEM): fragmentos e intermediações a partir do Fórum Especial da ABEM. In: XV Encontro Regional Centro-Oeste Da Associação Brasileira De Educação Musical, 2018, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://abemeducaomusical.com.br/conferencias/index.php/co2018/regco/paper/viewFile/3331/1740>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

NOGUEIRA, Ilza. O Modelo atual da Educação Musical no Brasil: um drama em três atos incongruentes. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 4, n. 4, 1997. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/482>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

OLIVEIRA, Adriano. **Política científica no Brasil: análise das políticas de fomento à pesquisa do CNPq**. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/06_12_2011_8.50.58.e6b624a36430f7c884a41e4b31480262.pdf>. Acesso em: 30 jan 2021.

OLIVEIRA, Alda de Jesus. A educação musical no Brasil: ABEM. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 1, n. 1, 1992. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/513>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. A nova LDB e os documentos elaborados pelo MEC para o ensino básico e superior. In: Anais do VIII Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM, outubro de 1999. p. 17-38. **Anais...** Curitiba, 1999, 95p.

_____. ABEM: 20 anos de construção coletiva para a consolidação do ensino de música no Brasil. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 20, n. 28, 2012. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/100>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. Ações em formação musical no Brasil e reflexões sobre as relações com a cultura. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 15, n. 18, p. 53–62, 2007. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/274>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. Currículos de música para o Brasil 2000. In: Anais do IX Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical: Currículos de Música e Cultura Brasileira, 04 a 08 de setembro de 2000. **Anais...** Belém: ABEM, 2000. p. 5-18.

_____. Discurso de abertura. In: I Seminário sobre o Ensino Superior de Artes e Design no Brasil / CEEARTES, de 04 a 06 de agosto de 1997. **Anais...** Salvador: CEEARTES, 1997. p. 1-3.

_____. Entroncamentos e ramificações sonoro-político educacionais: entorramifica-sons na ANPPOM. In: Regina, Sonia; de Lima, Albano; Tupinambá de Ulhôa, Martha (Eds.). **ANPPOM: 30 anos de criação (edição comemorativa)**. São Paulo: ANPPOM, 2018. p. 200.

_____. **Música na escola brasileira: frequência de elementos musicais em canções vernáculas da Bahia utilizando análise manual e por computador: sugestões para aplicação na educação musical**. Série Teses 2, ABEM: Porto Alegre, 2001.

_____. RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL GESTÃO DAS PRIMEIRAS DIRETORIAS - 1991-1995. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 2, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/505>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

OLIVEIRA, Alda de Jesus; CAJAZEIRA, Regina. Educação musical no Brasil. Salvador, P&A, 2007.422p.

OLIVEIRA, Décio Luciano Squarcieri. Professores(as) de história: dialogos sobre avaliação da aprendizagem e formação. In: OLIVEIRA, Valeska Fortes (Org.). **Redes imaginárias e processos formativos: olhares ressignificados**. 1ª Ed. Curitiba, 2014. 61-78.

OLIVEIRA, Madalena. Associações científicas: da ideia de rede ao ideal de comunidade. In: MARTINS, M. L. (Org.). **A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – o caso das Ciências da Comunicação**. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2017. 231-246. Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2722>. Acesso em: 08 jan. 2020.

OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes De; FACCO, Samara; DEUS, Ana Iara Silva De. O lugar do imaginário na formação de professores e a criação de avatares na universidade. **Momento: diálogos em educação**. Rio Grande: FURG, 2019. v. 28 Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8153/5800>>. Acesso em: 4 maio. 2019.

PASSEGGI, Maria da Conceição; NASCIMENTO, Gilcilene Lélia Souza Do; OLIVEIRA, Roberta Ceres Antunes Medeiros De. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. **Revista Lusófona de Educação**, [s. l.], v. 33, n. 33, p. 111–125, 2016. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5682>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

PENNA, Maura. Ensino de arte: um momento de transição. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 10, n. 3, p. 57–66, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644068>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: I – analisando a legislação e termos normativos. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 12, n. 10, p. 19-28, mar. 2004a.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: II – da legislação à prática escolar. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 12, n. 11, p. 7-16, set. 2004b.

_____. Caminhos para a conquista de espaços para a música na escola: uma discussão em aberto. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 19, 57-64, mar. 2008.

_____. Não basta tocar? Discutindo a formação do educador musical. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, n.16, p.49-56, 2007.

_____. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 10, n. 7, 2002.

Disponível em:

<<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/427>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros; OLIVEIRA, Mário André Wanderley de. (Re)Ações da Associação Brasileira de Educação Musical em tempos de pandemia: entre adaptações e a construção de um novo futuro. **Revista Música**, v. 20 n. 2 – Dossiê Música em Quarentena. Universidade de São Paulo- USP, dez. 2020, p. 239-258. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistamusica/article/view/179804>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

PIRES, Nair. A identidade das licenciaturas na área da música: multiplicidade e hierarquia. In. **Revista da ABEM**. Porto Alegre: ABEM, v. 9, p. 81-88, 2003.

PIRES, Nair; DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Música nas escolas de educação básica: o estado da arte na produção da Revista da Abem (1992-2011). **Revista da ABEM**, Londrina, v. 21, n. 30, p. 103–118, 2013. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/85>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

PPGMUS/UFBA - Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia. **Histórico**. [s.d.]. Disponível em: <<https://ppgmus.ufba.br/historico>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PPGMUS/UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Apresentação**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgmusica>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. A educação musical no Brasil do século XXI: articulações do ensino de música com as políticas brasileiras de avaliação educacional. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 20, n. 28, p. 35-46, 2012. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/102/85>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

_____. Apresentação. In: **Anais do XV Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical** – Educação Musical: produção científica, formação profissional, políticas públicas e impactos na sociedade, 17 a 20 de outubro de 2006. **Anais...** João Pessoa: ABEM, 2006. p. 5.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; PENNA, Maura. Políticas públicas para a educação básica e suas implicações para o ensino de música. **Educação**. Santa Maria, v. 37, n. 1, p. 91-106, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/3662/2713>>. Acesso em: 01 jun, 2021.

RADICETTI PEREIRA, Luis Felipe. **Um Movimento na História da Educação Musical no Brasil: uma análise da campanha pela Lei 11.769/2008**. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11435/181%20-%20UNIRIO%20PPGM%20Dissertacao%20Luis%20Felipe%20Radicetti%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 03 jun. 2020.

RIBEIRO, Sônia Tereza da Silva. Considerações sobre diretrizes, currículos e a construção do projeto pedagógico para a área de música. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 11, n. 8, 2003. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/414>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SAMPAIO, Marcelo. Apresentação. In: XIV Encontro Anual da ABEM, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://abemeducaomusical.com.br/sistemas/anais/congressos/ABEM_2005.pdf>. Acesso em 15 mar. 2021.

SANTOS, Regina Márcia Simão. A universidade brasileira e o projeto curricular dos cursos de música frente ao panorama pós-moderno. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 11, n. 8, 2003. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/418>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SAVIANI, Dermeval. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, p. 27-46. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=105859&opt=4>>. Acesso em 26 dez. 2020.

SBPC. **Marcha Pela Ciência leva 46 entidades ao Congresso**. SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.sbpnet.org.br/noticias/marcha-pela-ciencia-leva-46-entidades-ao-congresso/>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

_____. **Marcha Virtual pela Ciência**. SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.sbpnet.org.br/marcha-virtual-pela-ciencia/>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

SCHWAN, Ivan Carlos; CERVELIN, Diego Zanatta. Implementação do Ensino de Música na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul/RS: Pensando Propostas de Educação Musical. In: Encontro Regional Sudeste da ABEM, 9. 2014, Vitória.

Anais... Vitória, 2014, s/p. Disponível em:

http://abemeduacaomusical.com.br/conferencias/index.php/regional_sudeste/regional_sudeste/paper/view/897. Acesso em 14 abr. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 13-27, jan./abr. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3640/3556>.

Acesso em: 21 jun. 2021.

SILVA, Monique da. Tempos na formação docente: entre o identitário e o imaginário. In: OLIVEIRA, Valeska Fortes de (Org.). **Redes imaginárias e processos**

formativos: olhares ressignificados. 1. Ed. Curitiba: CRV, 2014, p. 149-164.

SOBREIRA, Sílvia Garcia. **Disciplinarização da música e produção de sentidos sobre Educação Musical: investigando o papel da ABEM no contexto da lei 11.769/2008**. 210f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2012.

SOBREIRA, Sílvia. Reflexões sobre a obrigatoriedade da música nas escolas públicas. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 16, n. 20, p. 45–52, 2008. Disponível em:

<http://www.abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/247>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SOUTO, Carlos Augusto Pinheiro; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim; PIMENTEL, Davi de Lima. Políticas Públicas em Educação Musical: uma pesquisa-ação sobre a implementação da música em escolas de Canoas/RS. In: XXIV Congresso da Associação Brasileira de Educação Musical, de 11 a 14 de novembro de 2019, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 2019, s/p. Disponível em: <http://abem-submissoes.com.br/index.php/xxivcongresso/2019/paper/viewFile/96/79>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SOUZA, Elizeu Clementino De. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 39–50, 2014. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/11344>. Acesso em: 21 abr. 2019.

SOUZA, Jusamara Vieira. Sobre as várias histórias da educação musical no Brasil.

Revista da ABEM, Londrina, v. 22, n. 33, p. 109–120, 2014. Disponível em:

<http://www.abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/476>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. A experiência da ABEM na coordenação do Grupo Técnico Música na Escola. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 19, n. 25, p. 153–159, 2011. Disponível em: <http://www.abemeduacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/377/304>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. A pesquisa em Educação Musical. In: Anais do X Encontro da ANPPON. Goiânia. **Anais...** Goiânia, 1997, p.49-53.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental e Médio, políticas e ações para o ensino de música nas escolas. In. Anais do VII Encontro Anual da Associação Brasileira de Educação Musical - ABEM - Universidade Federal do Pernambuco, 11 a 16 de outubro de 1998. p. 17-26. Recife. **Anais...** Recife, 1998, 140p.

_____. Pensar a educação musical como ciência: a participação da Abem na construção da área. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 15, n. 16, p. 25–30, 2007. Disponível em:

<<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/288>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. Pesquisa e formação em Educação Musical. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 11, n. 8, 2003. Disponível em:

<<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/408>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. **Relatório de Atividades da Associação Brasileira de Educação Musical: 2001-2005**. ABEM: Porto Alegre, 2005.

SOUZA, Jusamara Viera et al. Audiência Pública sobre políticas de implantação da Lei Federal nº 11.769/08 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. **Revista da ABEM**, [s. l.], v. 18, n. 23, p. 84–94, 2010. Disponível em:

<<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/219>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SOUZA, Zelmielen Adornes De. **Aproximações e distanciamentos na docência virtual em música: narrativas de professores formadores em cursos de Pedagogia da UAB**. 2018. Universidade Federal de Santa Maria, [s. l.], 2018.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13610/TES_PPGEDUCACAO_2018_SOUZA_ZELMIELEN.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 abr. 2019.

TEMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TEORIA E ANÁLISE. **Apresentação**. [s.d.]. Disponível em: <<https://tema.mus.br/institucional/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

VALLE, Lílian do. A educação impossível. **Educação**, Santa Maria, v. 34, n. 3, p. 473-486, set./dez. 2009. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1609/904>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

VARANDA, Miguel Filipe De Almeida. **Associativismo: A ação das associações no desenvolvimento do município de Castelo Branco**. 2014. Universidade Nova de Lisboa, [s. l.], 2014. Disponível em:

<[https://run.unl.pt/bitstream/10362/14972/1/Miguel Varanda - Dissertação de Mestrado - versão corrigida e melhorada após defesa pública.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/14972/1/Miguel%20Varanda%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20vers%C3%A3o%20corrigida%20e%20melhorada%20ap%C3%B3s%20defesa%20p%C3%BAblica.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2019

WEBER, Vanessa. **Unidocência e educação musical: crenças de autoeficácia do professor de referência**. 2018. Universidade Federal de Santa Maria, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16252/TES_PPGEDUCACAO_2018_WEBER_VANESSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mai. 2021.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. A inserção da música no projeto político pedagógico: o caso da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 24, 73-80, set. 2010.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim; ERTEL, Daniele Isabel. A inserção da música em escolas públicas dos municípios do Vale do Caí, RS. **Revista da FUNDARTE**, Montenegro, ano 14, nº 27, 100-117, jan-jun. 2014.

APÊNDICE A – CARTA CONVITE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

Carta Convite

Prezado(a) Prof.^(a) Dr.^(a) _____,

Sou Ivan Carlos Schwan, acadêmico do curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Estou realizando a pesquisa de doutorado intitulada “Movimentos da ABEM para a Educação Musical no Brasil: imaginários em construção pelas narrativas de presidentes”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cláudia Ribeiro Bellochio. Considerando a temática, estamos lhe convidando a participar como colaborador(a) entrevistado(a).

O objetivo geral busca compreender movimentos, memórias e histórias, instituídas e instituintes da ABEM como Instituição potencializadora da Educação Musical brasileira, através das significações narradas por seus presidentes, desde 1991, ano de sua fundação. Como objetivos específicos ponderamos a) conhecer, através das narrativas dos presidentes, a memória da ABEM, sua organização, intenções e trajetórias na construção da Educação Musical brasileira; b) analisar o que os presidentes consideram como aspectos de representatividade política da Associação, fatores promotores de organização das linhas de pensamento, planejamento, implementação de propostas institucionais; c) entender como a ABEM vem potencializando e constituído movimentos e proposições com relação à organização do conhecimento, sistematização e divulgação científica.

Entendemos a importância de analisar como a Associação vem construindo os modos de pensar o campo da Educação Musical brasileira, a partir das narrativas de seus presidentes. Suas narrativas são materialidades fundamentais para compreender movimentos, memórias e histórias, instituídos e instituintes da Associação como Instituição potencializadora deste campo, na medida em que desempenharam papéis importantes e a representaram nos mais diversos âmbitos.

Sua contribuição inestimável está conjugada a realização de uma entrevista narrativa presencialmente em local e data a serem combinados de acordo com sua disponibilidade. A sessão de entrevista será gravada em áudio e transcrita na íntegra. A transcrição da entrevista será disponibilizada no menor tempo possível após a transcrição, para que possas autorizar, vetar ou realizar os ajustes que julgar necessários no texto.

Esperançosos de contar com sua participação. Desde já agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos à disposição para todos e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,

Ivan Carlos Schwan

Prof.^a Dr.^a Cláudia Ribeiro Bellochio

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Movimentos da ABEM para a Educação Musical no Brasil: tempos em construção pelas narrativas de presidentes

Pesquisador responsável: Prof.^a Dr.^a Cláudia Ribeiro Bellochio

Pesquisador doutorando: Ivan Carlos Schwan

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Metodologia do Ensino. Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3332B, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Telefone e endereço postal completo: XXXXXXXXXXXXXXXX.

Local da coleta de dados: _____.

Eu Cláudia Ribeiro Bellochio, responsável pela pesquisa “Movimentos da ABEM para a Educação Musical no Brasil: tempos em construção pelas narrativas de presidentes”, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Justificativa: Desde sua criação a Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM se caracterizou como associação, que congregou professores e estudantes do Ensino Superior, pesquisadores, professores da Educação Básica e de outros espaços educacionais com interesses, motivações e demandas, realizando movimentos promotores à Educação Musical brasileira. Os movimentos têm apresentado implicações, no que concerne à implementação de políticas públicas educacionais para a Educação Básica, à publicação, à formação e à atuação dos profissionais da área, aos programas de graduação e pós-graduação nas áreas de Música e Educação, especialmente com relação a promoção de debates, inovação de temas, a difusão, sistematização e organização de conhecimentos do campo da Educação Musical. Assim, percebe-se a importância de analisar como a Associação vem construindo os modos de pensar o campo da Educação Musical brasileira, a partir das narrativas de seus presidentes. Suas narrativas são materialidades fundamentais para compreender os movimentos, memórias e histórias, instituídos e instituintes da ABEM como Instituição potencializadora deste campo, na medida em que desempenharam papéis importantes e representaram a instituição nos mais diversos âmbitos.

Objetivos: Esta pesquisa pretende compreender movimentos, memórias e histórias, instituídas e instituintes da Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM como Instituição potencializadora da Educação Musical brasileira, através das significações narradas por seus presidentes, desde 1991, ano de sua fundação.

Para sua realização indicam-se os seguintes pontos: serão realizadas entrevistas narrativas, gravadas em áudio, ou áudio e vídeo e transcritas na íntegra. A transcrição de cada entrevista será disponibilizada ao participante, para que possa autorizar, vetar ou realizar os ajustes que julgar necessários no seu texto. Sua participação constará de entrevista narrativa, gravada em áudio e transcrita.

De acordo com a Resolução MS/CNS 466/20121 e a Resolução nº 510/20162, pode haver a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa. Destaca-se que o risco de ordem física não existe. O risco psíquico poderá decorrer de emoções causadas pelos diálogos, risco amenizado pelo tipo de abordagem que se pretende empreender, conforme pode-se verificar no roteiro de entrevista.

Os benefícios que esperamos como estudo são o registro e o estudo de movimentos, memórias e histórias instituídas e instituintes da ABEM, bem como a preservação da história da Associação na promoção da educação musical brasileira, através das narrativas de seus presidentes.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada pelos pesquisadores ao longo de todo o processo de pesquisa e posteriormente.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado(a), ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido(a), dos possíveis danos ou riscos deles provenientes. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha

concordância em participar desta pesquisa e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário(a)

Prof. Dr. _____

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Ivan Carlos Schwan

Local _____, data _____.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA

Eixo inicial: SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS

- a) Conte-me sobre o que te levou a ser presidente da ABEM.
- b) Fale-me sobre o contexto da ABEM e a relação com o contexto da Educação Musical brasileira no momento em que você assumiu e esteve presidente da Associação.

Eixo 1: MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRAJETÓRIA

- a) Fale-me sobre ser presidente da ABEM na sua gestão (planejamento e a implementação das propostas).
- b) Me fale sobre o que na sua gestão foi instituído e o que ficou como desejo e não pode ser realizado.
- c) Nesse período, como a ABEM se organizou como instituição, quais as propostas e projetos?

Eixo 2: REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA, PLANEJAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO DE PROPOSTAS INSTITUCIONAIS

- a) Conte-me acerca de aspectos que marcaram a representatividade política da Associação em sua gestão, seus movimentos e linhas de pensamento.
- b) Destaque os desafios, intenções e avanços realizados e os que não foram possíveis de realização.
- c) Como você vê as principais contribuições de sua gestão para a organização da Instituição ABEM?

Eixo 3: MOVIMENTOS PARA ORGANIZAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

- a) Em sua gestão, quais foram as preocupações com relação à organização, à sistematização do conhecimento em Educação Musical e a divulgação científica?

APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS CONGRESSOS NACIONAIS DA ABEM

Encontro/Congresso	Temática	Local	Data
I Encontro Anual da ABEM	Música e consciência	Rio de Janeiro - RJ	03 a 07/08/1992
II Encontro Anual da ABEM	Música e consciência	Porto Alegre - RS	23 a 27/05/1993
III Encontro Anual da ABEM	Educação Musical no Brasil: tradição e inovação	Salvador - BA	19 a 22/06/1994
IV Encontro Anual da ABEM	Educação Musical e cultura	Goiânia - GO	12 a 15/06/1995
V Encontro Anual da ABEM / 5º Simpósio Paranaense de Educação Musical	A pesquisa em Educação Musical	Londrina - PR	01 a 05/07/1996
VI Encontro Anual da ABEM / I Encontro Latino-Americano de Educação Musical	Ação e pesquisa em Educação Musical	Salvador - BA	15 a 21/09/1997
VII Encontro Anual da ABEM	Educação Musical e políticas educacionais	Recife - PE	11 a 16/10/1998
VIII Encontro Anual da ABEM	A formação de professores para o ensino de música	Curitiba - PR	18 a 22/10/1999
IX Encontro Anual da ABEM	Currículos de música e cultura brasileira	Belém - PA	04 a 08/09/2000
X Encontro Anual da ABEM	Educação musical hoje: múltiplos espaços, novas demandas profissionais	Uberlândia - MG	07 a 11/10/2001
XI Encontro Anual da ABEM	Pesquisa e formação em educação musical	Natal - RN	08 a 11/10/2002
XII Encontro Anual da ABEM/ I Colóquio do NEM	Políticas públicas e ações sociais em educação musical	Florianópolis - SC	21 a 24/10/2003
XIII Encontro Anual da ABEM	A realidade nas escolas e a formação do professor de música: políticas públicas, soluções construídas e em construção	Rio de Janeiro - RJ	18 a 22/10/2004
XIV Encontro Anual da ABEM	Educação musical e diversidade: espaço e ações profissionais	Belo Horizonte - BH	25 a 28/10/2005
XV Encontro Anual da ABEM	Educação musical: produção científica, formação profissional, políticas públicas e impactos na sociedade	João Pessoa - PB	17 a 20/10/2006
XVI Encontro Anual da ABEM / Congresso Regional	Educação Musical na América Latina:	Campo Grande - MS	08 a 11/10/2007

da ISME na América Latina 2007	concepções, funções e ações		
XVII Encontro Nacional da ABEM	Diversidade musical e compromisso social: o papel da educação musical	São Paulo - SP	08 a 11/10/2008
XVIII Congresso Nacional da ABEM / 15º Simpósio Paranaense de Educação Musical	O ensino de música na escola: compromissos e possibilidades	Londrina - PR	06 a 09/10/2009
XIX Congresso Anual da ABEM / IV Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical / III Encontro Goiano de Educação Musical	Políticas públicas em educação musical: dimensões culturais, educacionais e formativas	Goiânia - GO	28/09 a 01/10/2010
XX Congresso Anual da ABEM	A Educação Musical no Brasil do Século XXI	Vitória - ES	07 a 10/11/2011
XXI Congresso Nacional da ABEM	Ciência, Tecnologia e Inovação: perspectivas para pesquisas e ações em educação musical	Pirenópolis - GO	04 a 08/11/2013
XXII Congresso Nacional da ABEM	Educação musical: formação humana, ética e produção de conhecimento	Natal - RN	05 a 09/10/2015
XXIII Congresso Nacional da ABEM	Diversidade humana, responsabilidade social e currículos: interações na educação musical	Manaus - AM	10 a 16/10/2017
XXIV Congresso Nacional da ABEM	Educação Musical em tempos de crise: percepções, impactos e enfrentamentos	Campo Grande - MS	11 a 14/10/2019

* As informações presentes nesta tabela foram coletadas no site da ABEM, nos anais dos Congressos Nacionais e no livro "Educação Musical no Brasil" de Oliveira e Cajazeira (2007). Cabe destacar que, no ano de 2009, ocorreu a mudança da nomenclatura de "Encontro Anual da ABEM" para "Congresso Nacional da ABEM".

APÊNDICE E – ENCONTROS REGIONAIS: REGIÃO SUL

Encontro	Temática	Local	Data
I Encontro Regional Sul da ABEM / 6º Simpósio Paranaense de Educação Musical / 17º Festival de Música de Londrina	O Ensino da Música diante de Novos Paradigmas	Londrina – PR	30/06 a 04/07/1997
II Encontro Regional Sul da ABEM	-	-	05 e 06/05/1998
III Encontro Regional Sul da ABEM / II Seminário de Educação Musical da UDESC	Currículos, apreciação musical e culturas brasileiras	Florianópolis - SC	10 a 12/05/2000
IV Encontro Regional Sul da ABEM	Educação musical hoje: múltiplos espaços, novas demandas profissionais	Santa Maria - RS	23 a 25/05/2001
V Encontro Regional Sul da ABEM / VIII Simpósio Paranaense de Educação Musical / 22º Festival de Música de Londrina	Educação Musical e Cidadania: a formação do educador musical	Londrina - PR	08 a 11/07/2002
VI Encontro Regional Sul da ABEM / Encontro Nacional de pesquisa em Arte / I Encontro dos Cursos Superiores de Música do RGS	Reflexões sobre proposta curriculares e práticas sociais no campo da Educação Musical	Montenegro - RS	02 a 13/06/2003
VII Encontro da ABEM – Região Sul / I Encontro de Coordenadores de Cursos Superiores de Música da Região Sul	A realidade nas escolas e a formação do professor de música: políticas públicas e soluções construídas	Curitiba - PR	27 a 28/08/2004
VIII Encontro Regional Sul da ABEM / II Encontro de Coordenadores de Cursos Superiores de Música da Região Sul	Educação Musical e diversidade: espaços e ações profissionais	Pelotas - RS	16 a 17/06/2005
IX Encontro Regional Sul da ABEM / XII Simpósio Paranaense de Educação Musical	Educação musical em redes: produção científica e impactos na sociedade	Londrina - PR	10 a 12/06/2006
X Encontro Regional Sul da ABEM	-	Blumenau- SC	2007
XI Encontro Regional Sul da ABEM	Diversidade musical e compromisso social: o papel da educação musical	Santa Maria - RS	26 e 27/05/2008
XII Encontro Regional Sul da ABEM / V Fórum Catarinense de Educação Musical.	Ensino de música na educação básica: compromissos e perspectivas	Itajaí - SC	21 a 23/05/2009

XIII Encontro Regional Sul da ABEM	Diversidade musical e educação musical: o papel da escola	Porto Alegre - RS	10 a 12/07/2010
XIV Encontro Regional Sul da ABEM	Educação musical para o Brasil do século XXI: desafios e possibilidades do ensino de música na escola	Maringá - PR	27 a 28/05/2011
XV Encontro Regional Sul da ABEM / II Colóquio de Percussão e Educação Musical	Ciência, Tecnologia e Inovação: perspectivas para pesquisas e ações em educação musical	Montenegro - RS	24 a 25/05/2012
XVI Encontro Regional Sul da ABEM	Educação musical: formação humana, ética e produção de conhecimento	Blumenau - SC	11 a 13/09/2014
XVII Encontro Regional Sul da ABEM	Diversidade humana, responsabilidade social e currículos: interações na educação musical	Curitiba - PR	13 a 15/10/2016
XVIII Encontro Regional Sul da ABEM	Educação Musical em tempos de crise: percepções, impactos e enfrentamentos	Santa Maria – RS	26 a 28/09/2018

APÊNDICE F – ENCONTROS REGIONAIS: REGIÃO SUDESTE

Encontro	Temática	Local	Data
I Encontro Regional da ABEM – Região Sudeste	Política educacional e educação musical na Região Sudeste	Uberlândia - MG	06 a 07/08/1998
II Encontro Regional da ABEM – Sudeste	-	Vitória - ES	09 a 10/11/2000
III Encontro ABEM – Região Sudeste / I Seminário OSESP de Educação Musical	Políticas públicas e ações em educação musical	São Paulo - SP	18 a 20/09/2003
IV Encontro ABEM – Região Sudeste	A prática do ensino de música na formação do cidadão e a educação musical no ensino regular	Domingos Martins - ES	-
V Encontro Regional da ABEM – Sudeste / I Congresso Nacional de Educação Musical CNEM	Educação musical: concepções, ações e funções	São Paulo - SP	28 a 30/09/2007
VI Encontro Regional da ABEM – Sudeste	Ensino de música na educação básica: perspectivas institucionais, pedagógicas e legais	Três Corações - MG	1º a 04/07/2009
VII Encontro Regional da ABEM – Sudeste	Educação musical no Brasil no século XXI	Montes Claros - MG	16 a 18/06/2011
VIII Encontro Regional da ABEM – Sudeste / IV Semana de Educação Musical do IA-UNESP	Ciência, Tecnologia e Inovação: perspectivas para pesquisas e ações em educação musical	São Paulo - SP	17 a 21/09/2012
IX Encontro Regional Sudeste da ABEM	Educação musical: formação humana, ética e produção de conhecimento	Vitória- ES	15 a 17/10/2014
X Encontro Regional Sudeste da ABEM / III Encontro de Educação Musical do Colégio Pedro II	Diversidade humana, responsabilidade social e currículos: interações na educação musical	Rio de Janeiro - RJ	15 a 17/09/2016
XI Encontro Regional Sudeste da ABEM	Educação Musical em tempos de crise: percepções, impactos e enfrentamentos	São Carlos - SP	18 a 20/10/2018

APÊNDICE G – ENCONTROS REGIONAIS: REGIÃO CENTRO-OESTE

Encontro	Temática	Local	Data
I Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	-	Cuiabá-MT	25 a 29/05/1998
II Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	-	-	-
III Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	-	-	-
IV Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	A educação musical nas ações socioculturais	Brasília - DF	04 a 06/09/2003
V Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	Educação musical e diversidade: espaços e ações profissionais	Campo Grande - MS	03 a 04/06/2005
VI Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM / II Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical	Educação Musical: produção científica, formação profissional, políticas públicas e impactos na sociedade	Goiânia - GO	10 a 12/08/2006
VII Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM / V Simpósio sobre o Ensino Musical	Educação Musical no Centro-Oeste: Concepções, Funções e Ações	Cuiabá - MT	26 e 27/07/2007
VIII Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM / 1º Simpósio sobre o Ensino e a Aprendizagem da Música Popular III Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento	Diversidade musical e educação musical: o papel da escola	Brasília - DF	21 a 23/08/2008
IX Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	-	-	-
X Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	Diversidade musical e educação musical: o papel da escola	Sinop - MT	05 a 06/08/2010
XI Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	Educação musical no Brasil do século XXI	-	2011
XII Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM/ I Seminário de Educação Musical do DF / I Encontro Musical Pibid-Prodocência Centro-Oeste	Ciência, Tecnologia e Inovação: Perspectivas para o ensino e aprendizagem da música	Brasília - DF	22 a 24/10/2012
XIII Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	Educação musical: formação humana, ética e produção de conhecimento	Campo Grande - MS	01 a 03/10/2014
XIV Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	Diversidade humana, responsabilidade social e currículos: interações na educação musical	Cuiabá - MT	23 a 25/11/2016
XV Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM	Educação Musical em tempos de crise:	Goiânia - GO	25 a 27/10/2018

	percepções, impactos e enfrentamentos		
--	---------------------------------------	--	--

APÊNDICE H – ENCONTROS REGIONAIS: REGIÃO NORDESTE

Encontro	Temática	Local	Data
I Encontro Regional Nordeste da ABEM	Pesquisa e formação em educação musical	Salvador - BA	28 a 30/08/2002
II Encontro Regional Nordeste da ABEM	Políticas públicas em educação musical	Salvador - BA	30/09 a 02/10/2003
III Encontro Regional Nordeste da ABEM	A realidade nas escolas e a formação de professor de música: políticas, soluções construídas e em construção	Maceió - AL	24 a 26/09/2004
IV Encontro Regional Nordeste da ABEM	Diversidade da Educação Musical: espaços e ações profissionais no Nordeste	Maceió - AL	28 a 30/04/2005
V Encontro Regional Nordeste da ABEM	Educação musical: produção científica, formação profissional, políticas públicas e impactos na sociedade	Aracajú - SE	15 a 17/07/2006
VI Encontro Regional Nordeste da ABEM	Educação Musical no Nordeste Brasileiro: concepções, funções e ações	Aracaju - SE	16 a 17/05/2007
VII Encontro Regional Nordeste da ABEM / I Fórum Paraibano de Educação Musical	Diversidade musical e compromisso social: o papel da educação musical	João Pessoa - PB	05 a 07/07/2008
VIII Encontro Regional Nordeste da ABEM	Música na educação básica: compromissos e perspectivas	Mossoró - RN	11 a 13/06/2009
IX Encontro Regional Nordeste da ABEM / II Fórum Norte-Rio-Grandense de Educação Musical	Políticas públicas em educação musical: dimensões culturais, educacionais e formativas	Natal - RN	17 a 19/06/2010
X Encontro Regional Nordeste / I Encontro Regional Nordeste de Professores de Artes / Música dos IF's / I Fórum Pernambucano de Educação Musical	A educação musical no Brasil do século XXI: a relação com o saber na sociedade contemporânea	Recife - PE	02 a 04/06/2011
XI Encontro Regional Nordeste	Educação musical em múltiplos contextos: inovação, inclusão e tecnologias	Fortaleza - CE	07 a 09/07/2012
XII Encontro Regional Nordeste da ABEM / I Encontro Regional Nordeste do PIBID-Música	Educação musical: formação humana, ética e produção de conhecimento	São Luis - MA	29 a 31/10/2014

XIII Encontro Regional Nordeste da ABEM	Diversidade humana, responsabilidade social e currículos: interações na educação musical	Teresina - PI	25 a 27/10/2016
XIV Encontro Regional Nordeste da Associação Brasileira de Educação Musical	Educação Musical em tempos de crise: percepções, impactos e enfrentamentos	Salvador - BA	19 a 21/09/2018

APÊNDICE I – ENCONTROS REGIONAIS: REGIÃO NORTE

Encontro	Temática	Local	Data
I Encontro Regional Norte da ABEM	Currículo de Música e Cultura brasileira	Belém – PA	04 a 08/09/2000
II Encontro Regional Norte da ABEM	-	-	2001
III Encontro Regional Norte da ABEM / I Encontro das Escolas de Música do Pará / I Seminário de Pesquisa do Pará	Pesquisa e formação em educação musical	Belém - PA	29/04 a 03/05/2002
IV Encontro Regional Norte da ABEM	Práticas musicais nas escolas e a formação de professores: políticas públicas e soluções construídas	Belém - PA	27 a 30/04/2004
V Encontro Regional Norte da ABEM	Educação musical no Brasil do século XXI	-	-
VI Encontro Regional Norte da ABEM	Ciência, tecnologia, e inovação: perspectivas para pesquisas e ações em educação musical	-	-
VII Encontro Regional Norte da ABEM	Educação Musical em Perspectiva: tecnologia, inovação e inclusão	Belém - PA	07 a 09/11/2012
VIII Encontro Regional Norte da ABEM	Educação musical: formação humana, ética e produção de conhecimento	Rio Branco - AC	25 a 27/11/2014
IX Encontro Regional Norte da ABEM	Diversidade humana, responsabilidade social e currículos: interações na educação musical	Boa Vista - RR	31/08 a 02/09/2016
X Encontro Regional Norte da ABEM	Educação Musical em tempos de crise: percepções, impactos e enfrentamentos	Macapá - AP	12 a 14/11/2018

APÊNDICE J – ENCONTROS REGIONAIS UNIFICADOS DA ABEM

Encontro	Temática	Local	Data
Encontros Regionais Unificados da ABEM	A Educação Musical Brasileira e a construção de um outro mundo: proposições e ações a partir dos 30 anos de lutas, conquistas e problematizações da ABEM	<i>On-line</i>	09 a 20/11/2020